



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Temporárias

ANO LXVIII – SUP. “C” AO Nº 158 – QUARTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Aníbal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 3 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106,110)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 15 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109) Líder do PTB - 7 Gim (56,58,59) Líder do PR - 6 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários "" Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS		
1.1.1 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal		
Ata da 2ª Reunião, realizada em 10 de setembro de 2013	00004	
Ata da 3ª Reunião, realizada em 17 de setembro de 2013	00018	
Ata da 4ª Reunião, realizada em 18 de setembro de 2013	00042	
1.1.2 – Comissão Externa destinada a realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais – LEP (Lei nº 7.210/1984)		
Ata da 5ª Reunião, realizada em 5 de junho de 2013.....	00065	
1.1.3 – Comissão Externa destinada a elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação		
Ata da 6ª Reunião, realizada em 16 de setembro de 2013		00071
1.1.4 – Comissão Externa destinada a elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação		
Ata da 7ª Reunião, realizada em 26 de agosto de 2013.....		00101
Ata da 8ª Reunião, realizada em 27 de agosto de 2013.....		00122
Ata da 9ª Reunião, realizada em 28 de agosto de 2013.....		00145
Ata da 10ª Reunião, realizada em 29 de agosto de 2013.....		00169
Ata da 11ª Reunião realizada em 30 de agosto de 2013.....		00194

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, destinada a investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem estruturado pelo governo dos Estados Unidos com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 10 de setembro de 2013, às 15 horas e 44 minutos, na

Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, ocorrida sob a Presidência da Senadora **Vanessa Grazziotin (PCdoB)** e com a presença dos Senadores: **Ricardo Ferraço (PMDB/ES)**; **Pedro Taques (PDT/MT)**; **Walter Pinheiro (PT/BA)**; **Lídice da Mata (PSB/BA)**; **Sérgio Petecão (PSD/AC)**; **Eduardo Suplicy (PT/BA)** e **Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Eunício Oliveira (PMDB/CE)**; **Benedito de Lira (PP/AL)**; **Aníbal Diniz (PT/AC)** e **Eduardo Amorim (PSC/CE)**. Na ocasião foram aprovados os seguintes requerimentos:

3 / 2013	Requer a realização de diligência desta Comissão Parlamentar de Inquérito no Estado do Rio de Janeiro, a fim de ouvir o jornalista GLENN GREENW ALO, inclusive acerca das medidas protetivas à sua integridade física e a do seu companheiro DAVID MIRANDA.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
4 / 2013	Requer seja solicitado à Consultoria Legislativa do Senado Federal que coloque à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito Consultores Legislativos para prestarem assessoria a este colegiado.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
5 / 2013	Requer seja encaminhada solicitação ao Presidente do Senado Federal no sentido de que seja colocado à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito, jornalista com domínio no idioma inglês, para prestar assessoria nas mídias internacionais.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado
6 / 2013	Requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), do Governo norteamericano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo. Com esse propósito, convida-se a Senhora Magda Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo -ANP, para prestar as informações necessárias às investigações desta CPI.	Sen. Ricardo Ferraço	Aprovado
7 / 2013	Requer a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), do Governo norteamericano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo. Com esse propósito, convida-se o Senhor Ministro da Defesa, Celso Amorim, para prestar as informações necessárias às investigações que esta CPI desenvolverá.	Sen. Ricardo Ferraço	Aprovado

8 / 2013	Requer a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), do Governo norteamericano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo. Com esse propósito, convida-se o Senhor Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, para prestar as informações necessárias às investigações que esta CPI desenvolverá.	Sen. Ricardo Ferraço	Aprovado
9 / 2013	Requer a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), órgão do Governo norte-americano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo. Com esse propósito, convida-se o Senhor Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para prestar as informações necessárias às investigações conduzidas por esta CPI.	Sen. Ricardo Ferraço	Aprovado
10 / 2013	Requer a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), do Governo norteamericano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo. Com esse propósito, convida-se o Senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para prestar as informações necessárias às investigações que esta CPI desenvolverá.	Sen. Ricardo Ferraço	Aprovado
11 / 2013	Requer a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), do Governo norte-americano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo. Com esse propósito, convida-se a Senhora Maria das Graças Silva Foster, Presidente da Petrobrás, para prestar as informações necessárias às investigações desta CPI.	Sen. Ricardo Ferraço	Aprovado

12 / 2013	Requer a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), órgão do Governo norteamericano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo. Com esse propósito, convida-se o Senhor Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General José Elito Carvalho Siqueira, para prestar as informações necessárias às investigações conduzidas por esta CPI.	Sen. Ricardo Ferraço	Aprovado
13 / 2013	Requer a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), órgão do Governo norteamericano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo. Com esse propósito, convidam-se os Senhores Glenn Greenwald, correspondente do jornal britânico The Guardian, e David Miranda, vítima de ação injustificada da Polícia Metropolitana Britânica, que o reteve durante nove horas no aeroporto Heathrow, em Londres, para prestarem informações necessárias às investigações desta CPI.	Sen. Ricardo Ferraço	Aprovado
14 / 2013	Requeiro, nos termos regimentais, seja autorizada a participação de Senadores e Assessores designados pela Presidência desta CPI, para participarem do IV Seminário de Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais, a realizar-se em São Paulo, nos dias 18 e 19 de setembro.	Sen. Vanessa Grazziotin	Aprovado

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, destinada a investigar a denúncia da existência de sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar *e-mails*, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de

captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Na semana passada, fizemos a instalação e marcamos a reunião de hoje somente para debatermos o plano de trabalho e analisar alguns requerimentos. Entretanto, gostaria de informar à CPI o que já fizemos, aos membros todos.

Na 6ª feira passada, fizemos uma diligência – eu e o Senador Roberto Requião; o nosso Relator não foi, porque estava numa missão da Comissão de Relações Exteriores, uma vez que preside esta importante Comissão do Senado Federal – na cidade do Rio de Janeiro. Lá, tivemos contato com o jornalista Glenn Greenwald, com o Sr. David Miranda, que, como todos sabemos, foi detido por algum tempo na Inglaterra e teve todos os seus arquivos confiscados pelo governo inglês. Naquela oportunidade, também estivemos na Polícia Federal – eu e o Senador Roberto Requião.

Informamos também que tivemos um primeiro contato já com o Ministério da Justiça, porque solicitamos a colaboração, aprovamos um requerimento na semana passada, pedindo a disponibilidade para esta Comissão de policiais federais, possivelmente delegados, com experiência na questão da segurança cibernética.

Então, visto que nossa pauta, hoje, é análise de requerimentos e o plano de trabalho, passo a palavra imediatamente ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Ferraço, desculpe-me. Antes, gostaria de colocar em votação a Ata da 1ª Reunião e de pedir a dispensa da sua leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Pois não, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Srª Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, nós preparamos um plano de voo por diversos assuntos e diversas linhas de investigação que esta Comissão Parlamentar deve seguir ao longo dos próximos meses, considerando debates bastante complexos e estruturados, mas julgo que, conjunturalmente, à luz inclusive das últimas evidências, das denúncias que vieram a público, dando conta que o combate ao terrorismo é apenas um biombo, um escudo, para obtenção de informações de cunho econômico e industrial, e até mesmo informações estratégicas, sobretudo no campo da energia, antes de passarmos ao nosso plano de voo, desejo submeter à Comissão requerimento para que algumas pessoas e autoridades possam fazer-se presentes a esta Comissão.

Porém, antes de passarmos para o enfrentamento estrutural dessa questão, julgo ser imperioso que façamos o enfrentamento do tema relacionado à concorrência do Campo de Libra. O Campo de Libra, como é de conhecimento público, será leiloado ago-

ra, na segunda quinzena do mês de outubro. Trata-se da joia do tesouro do pré-sal brasileiro; portanto, o primeiro leilão no sistema de partilha com potencial estimado de 12 bilhões de barris de petróleo, que está chamando a atenção do mundo em torno da capacidade desse campo. Há informações dando conta de que a Petrobras e até mesmo a ANP poderiam ter os seus sigilos quebrados.

Julgo que precisamos, então, começar o nosso trabalho, convidando a esta Comissão o Sr. Greenwald, que tem sido o porta-voz, que tem processado as denúncias feitas pelo Sr. Edward Snowden. Ao longo desses meses todos, denúncias gravíssimas foram feitas; e foram feitas, num fim de semana, denúncias relacionadas à quebra do sigilo da Petrobras. Então, o requerimento que estamos submetendo à Comissão é o de que possamos ouvir o Sr. Glenn Greenwald e, eventualmente, até mesmo o Sr. David Miranda.

Julgo que seria inadiável também que pudéssemos ouvir a Agência Nacional do Petróleo, que é a reguladora, aquela que controla, preside e que coordenará todo esse leilão, trazendo interesses econômicos os mais relevantes. Somente o bônus de assinatura desse leilão está calculado em R\$15 bilhões. Portanto, acho que deveríamos convidar a esta Comissão a direção da Agência Nacional do Petróleo, para conhecermos de que forma a ANP tem cuidado e se estruturado para a proteção dos seus dados.

Também considero que seria fundamental que convidássemos a esta Comissão a diretoria específica da Petrobras, para falar sobre como está estruturada a segurança eletrônica da Petrobras, com que meios, com que mecanismos, com que ferramentas. Assim, a partir das oitivas do Sr. Glenn e dos dirigentes dessas instituições, poderíamos ter uma evidência mais clara de como a Petrobras, de como a ANP estão preparadas, estão convivendo com essa possibilidade e essa perspectiva e de que a forma a Agência Nacional do Petróleo pretende continuar conduzindo esse leilão à luz de tudo o que foi divulgado.

Considero também que seria de fundamental importância que pudéssemos convidar a esta Comissão as autoridades do Governo Federal que lidam diretamente com o tema: o Ministro da Defesa, o Ministro das Comunicações, o Ministro da Justiça, que é o interlocutor ou o coordenador de uma comissão interministerial, constituída pela Presidente da República, para apurar essas investigações. O inquérito foi constituído.

Julgo também necessário o Sr. Chanceler, Ministro das Relações Exteriores, para que possamos ter aqui, da parte de S. Exª, uma avaliação de que protocolos, convenções, acordos diplomáticos, o Poder Executivo, o Governo, o Estado brasileiro, está entendendo

que foi violado. De igual forma, o Sr. Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o General José Elito Carvalho Siqueira.

Julgo que, dessa forma, estamos estartando, iniciando, Senador Petecão, as nossas investigações, analisando as questões conjunturais, sobretudo a questão do leilão do Campo de Libra, porque estamos todos a nos perguntar e a nos questionar – há uma interrogação nacional – a que ponto e a que dimensão a lisura, ou mesmo, a neutralidade da igualdade de competição está estabelecido o preço do leilão.

Então, por ora, são esses os requerimentos que queria submeter à avaliação dos Srs. Senadores que compõem esta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/ PCdoB – AM) – O Senador Ricardo Ferraço apresenta requerimentos, dos quais preciso para fazer a leitura e colocar em votação.

Temos, sobre a mesa, mais alguns requerimentos. Vou começar por esses que são requerimentos mais de cunho administrativo.

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2013

Requer seja encaminhada solicitação ao Presidente do Senado Federal, no sentido de que seja colocado à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito, jornalista com domínio no idioma inglês, para prestar assessoria nas mídias internacionais.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Em votação o Requerimento nº 5.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 3, DE 2013

Requer a realização de diligência desta Comissão Parlamentar de Inquérito no Rio de Janeiro, a fim de ouvir o jornalista Glenn Greenwald, inclusive acerca das medidas protetivas à sua integridade física e a do seu companheiro David Miranda.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Essa diligência já foi realizada na última 6ª feira. Entretanto, é uma forma de...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente. *Ad referendum.*

Então, em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2013

Requer seja, solicitado à Consultoria Legislativa do Senado Federal que coloque à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito Consultores Legislativos para prestarem assessoria a este Colegiado.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/ PMDB – ES) – O primeiro requerimento que queremos submeter é aquele, convidando a diretoria da Petrobras, para que possa se fazer presente a esta Comissão, visando a conhecer a estruturação do sistema de segurança eletrônica por parte da Petrobras.

Esse convite – julgo eu – deve ser feito à Presidente Graça Foster, ou mesmo à diretoria específica que cuida desse assunto, para que possamos conhecer a inspeção, a avaliação que está fazendo a Petrobras a respeito dessa potencial quebra de sigilo que foi efetuada nos segredos estratégicos da Petrobras.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) –

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2013

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo de discutir e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), do governo norte-americano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo. Com esse propósito, convida-se a Srª Magda Chambrind, Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), para prestar as informações necessárias às investigações desta CPI.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em votação. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao Requerimento nº 7.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/ PMDB – ES) – De igual forma, convidar a...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Poderíamos votar todos em conjunto?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É, foi isso que nós fizemos aqui: a leitura deles todos. V. Exª talvez não tenha...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Ah, então, podemos ler aqui. O da Petrobras já foi lido, Agência Nacional de Petróleo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Petrobras, Agência Nacional de Petróleo, Ministro da Defesa, Ministro das Comunicações, Ministro da Justiça, Ministro das Relações Exteriores e o General Elito, do Gabinete de Segurança Integrada, assim como o Sr. Glenn Greenwald e o Sr. David Miranda.

São esses os requerimentos que nós estamos propondo para avaliação dos Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, Requerimentos nºs 7 a 13, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, todos convidando os representantes de empresas e cidadãos cujos nomes foram lidos.

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2013

Requer a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), do Governo norte-americano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo. Com esse propósito, convida-se o Senhor Ministro da Defesa, Celso Amorim, para prestar as informações necessárias às investigações que esta CPI desenvolverá.

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2013

Requer a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), do Governo norte-americano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo. Com esse propósito, convida-se o Senhor Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Macha-

do, para prestar as informações necessárias às investigações que esta CPI desenvolverá.

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2013

Requer a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), órgão do Governo norte-americano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo. Com esse propósito, convida-se o Senhor Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para prestar as informações necessárias às investigações conduzidas por esta CPI.

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2013

Requer a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), do Governo norte-americano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo. Com esse propósito, convida-se o Senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para prestar as informações necessárias às investigações que esta CPI desenvolverá.

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2013

Requer a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), do Governo norte-americano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo. Com esse propósito, convida-se a Senhora Maria das Graças Silva Foster, Presidente da Petrobrás, para prestar as informações necessárias às investigações desta CPI.

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2013

Requer a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito

(CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre denúncias de espionagem alegadamente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), órgão do Governo norte-americano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo. Com esse propósito, convida-se o Senhor Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General José Elito Carvalho Siqueira, para prestar as informações necessárias às investigações conduzidas por esta CPI.

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2013

Requer a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de espionagem alegada mente conduzida pela Agência de Segurança Nacional (NSA), órgão do Governo norte-americano, contra cidadãos, empresas e autoridades brasileiras, assim como em outras partes do mundo. Com esse propósito, convidam-se os Senhores Glenn Greenwald, correspondente do jornal britânico The Guardian, e David Miranda, vítima de ação injustificada da Polícia Metropolitana Britânica, que o reteve durante nove horas no aeroporto Heathrow, em Londres, para prestarem informações necessárias às investigações desta CPI.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovados todos os requerimentos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A indicação que nós estamos fazendo é que a gente deva proceder à investigação iniciando pelos fatos conjunturais. Os fatos conjunturais estão relacionados à Agência Nacional do Petróleo e à Petrobras, em razão do leilão que será feito pela ANP agora, no mês de outubro, do Campo de Libra.

Esses são temas conjunturais que julgo merecerem desta Comissão uma atenção muito especial, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

Nobre Relator, se me permite, nós acabamos de aprovar um conjunto importante de requerimentos e esses requerimentos todos, alguns... Teremos, possivelmente, uma audiência pública. Poderíamos... Para a semana que vem, foi convocado um esforço concentrado.

Eu pergunto sobre a disponibilidade, porque acho que teríamos de ter esta semana mais, porque o plano de trabalho como um todo ainda está em construção. O Relator já tem muita coisa feita, mas precisamos de mais prazo. O Relator precisa de prazo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Já temos um esboço pronto e acabado para que os Srs. Senadores possam avaliar.

Nós estamos propondo cinco linhas de investigação: no primeiro bloco, nós faríamos uma avaliação relacionada ao alcance e à execução da espionagem que está sendo denunciada.

No segundo bloco, nós faríamos uma avaliação sobre o Sistema Brasileiro de Telecomunicações e a forma como o Brasil se preparou e está se preparando para conviver com esse dado da realidade global, que é a guerra cibernética, a informação e a contrainformação, ou seja, a forma como o Estado brasileiro está se preparando para viver diante dessa realidade.

O terceiro bloco seria conhecer um pouco da inteligência e da defesa cibernética do Estado brasileiro.

No quarto bloco, nós trabalharíamos política e diplomacia, quer dizer, ampliaríamos a investigação para esses dois temas, ouvindo o Ministro das Relações Exteriores, que, inclusive, viajará para Washington, para conversas diretas e sem mediações com o governo norte-americano. Nesse período, nós teremos, inclusive, a abertura anual da Assembleia Geral das Nações Unidas, que, tradicionalmente, é feita pela Presidente da República, ou pelos Presidentes brasileiros, oportunidade em que o Brasil se manifestará ao mundo, quero crer, revelando a sua indignação.

Nesse período, também teremos a visita de Estado da Presidente Dilma aos Estados Unidos da América, em que terá oportunidade de uma conversa muito franca e muito direta com o presidente Barack Obama, reproduzindo e reiterando conversa que já foi feita em São Petersburgo, na semana anterior, por conta da reunião do G20.

Enfim, esse será um bloco em que exploraremos as convenções e os protocolos internacionais e a violação desses mesmos protocolos, e até mesmo reflexão sobre que atitudes o Governo brasileiro, o Estado brasileiro, adotará para levar esse tema aos fóruns internacionais.

No quinto bloco, eu acho que poderemos decidir e debater um pouco sobre o marco civil da internet.

Em princípio, são esses cinco blocos, essas cinco linhas de intervenção que nós apresentamos aos Srs. Senadores para que eles possam, no tempo, avaliar, para que nós possamos, numa outra reunião, fazer o debate e possamos, quem sabem, com as contribuições, com as sugestões, com as críticas dos colegas

Senadores, evoluir para um roteiro estruturado, mas acho que antes desse roteiro, nós precisamos aprofundar a investigação a respeito da quebra do sigilo da Petrobras, da ANP, trazendo, aqui, o correspondente do *The Guardian* que foi o autor das denúncias, juntamente com o Snowden e as autoridades da ANP e da Petrobras.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT. *Intervenção fora do microfone.*) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Pedro Taques, nosso Vice-Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Srª Presidente, os fatos determinados que têm por causa da instauração desta CPI são as notícias veiculadas por esse americano que mora no Brasil, dando conta de que agências americanas estariam a vasculhar informações dentro do nosso território, a partir daquelas apresentações lá nos Estados Unidos – apresentações de treinamento, de qualificação de outros membros dessas agências nos Estados Unidos.

Nós não podemos ser inocentes e entender que um Estado não busque informações a respeito de outro Estado – Estado, aqui, no sentido técnico-jurídico do termo –, que os Estados Unidos da América não façam prospecção a respeito de informações da República Federativa do Brasil e de outros países. Nós seríamos mais inocentes ainda se o Brasil não fizesse isso. Isso é fato. Desde que o mundo é mundo, existe a necessidade de que um Estado possa fazer prospecções a respeito de informações de um outro Estado.

Hoje, em três pontos, no mínimo: a respeito de terrorismo, depois de 11 de setembro de 2001 – e os Estados Unidos justificam isso tendo em conta a proteção dos seus nacionais e dos nacionais dos seus aliados, como foi expedida uma nota nesse sentido. Esse é o primeiro ponto, ou a primeira desculpa.

O segundo ponto, ou a segunda desculpa, é saber a respeito das movimentações políticas que possam existir internamente, dentro da República Federativa do Brasil, e as relações da República Federativa do Brasil no contexto geopolítico da América Latina. Depois da guerra fria, isso diminuiu.

Um terceiro motivo, e vejo que esse seja o motivo mais forte, é a questão econômica. Em uma só palavra: *money*, dinheiro. É o que conta, é o que conta. Esse é o caso da Petrobras.

A Comissão Parlamentar de Inquérito tem objetivos, tem consequências. Ao final, esse trabalho será remetido, sendo o caso, para o Ministério Público para que possa apurar responsabilidades, mas o Ministério Público não vai poder apurar responsabilidades do Presidente Barack Obama, do secretário de Estado

americano. Isso seria algo que soaria como ridículo. Não é esse o objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas ela pode, ao final, recomendar à Presidente da República, que é Chefe de Estado, de acordo com o art. 84 da Constituição, que faça gestões no concerto internacional, na ordem internacional, para que nós tenhamos uma governança internacional a respeito da rede mundial de computadores, regras expressas a respeito desse tipo de atividade.

Vejo que a CPI não pode se perder em patriotadas. A CPI é um instrumento importante, esse fato deve nos preocupar, agora nós não podemos ser instrumentos de patriotada. Eu não... Tenho certeza de que os membros da CPI não têm esse desejo.

O plano de trabalho aqui apresentado tira a situação que é uma conjuntura da Petrobras, que é fato, e isso pode, essas ações podem ter violado leis do Território Nacional no tocante à igualdade de todos nesse procedimento que será levado a cabo no leilão dessa riqueza que pertence a todo o povo brasileiro. Esse fato precisa ser analisado e nós precisamos saber se a República Federativa do Brasil, através de suas várias agências, através da Abin, através do Ministério da Defesa, do Ministério das Comunicações, tem instrumentos hábeis para que nós possamos evitar esse tipo de prática.

Vejo que esses sejam os objetivos principais desta Comissão Parlamentar de Inquérito. A partir daqui, ouvindo essas pessoas – porque aquela apresentação dá conta de que, em tese, a Petrobras teria tido o seu sigilo violado –, precisamos saber em que situação, qual foi a extensão disso, se isso realmente ocorreu e se a Presidente da República, como Chefe de Estado, teve ou não a sua comunicação violada. Agora, a partir dali. Hoje, vejo que temos elementos para iniciar uma investigação, mas não temos, ainda – por óbvio, estamos no início – elementos de prova para tomar nenhuma atitude a não ser essas muito bem relacionadas pelo Relator no plano de trabalho.

Por isso, quero cumprimentar V. Exª e concordar com o que aqui foi relatado nesse plano de trabalho, apresentado de forma preliminar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Permita-me, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós precisamos questionar as autoridades que vão coordenar esse leilão sobre se elas se sentem absolutamente seguros. Se, à luz das evidências e das denúncias que foram feitas, essa concorrência está sendo feita, conduzida, de acordo com o que determina o marco legal brasileiro...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se isso está sendo produzido em condição de igualdade para uma competição que interessa ao Estado brasileiro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Que interessa ao Estado brasileiro e se atores nacionais participaram ou não desse tipo de atividade que, aqui no Brasil, é ilícita. No mínimo, encontra-se aí o bom e velho estelionato, art. 171 do Código Penal, à falta de outro elemento. E também se as agências governamentais, as várias agências já sabiam ou não da existência desse tipo de atividade dentro da Embaixada dos Estados Unidos no nosso território. Nós precisamos saber se, efetivamente, isso estava a ocorrer ou ainda está a ocorrer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por isso, julgo da maior importância, Sr^a Presidente, que V. Ex^a possa, na condição de coordenadora dos trabalhos, já para semana que vem, ultimar a presença, nesta Comissão, dos representantes da Petrobras e dos representantes da Agência Nacional do Petróleo, porque não faria sentido que eles viessem aqui após o leilão. Nós precisamos que eles venham aqui antes do leilão, para que nós possamos atuar de maneira preventiva, produzindo o campo da igualdade de oportunidade, para que essa competição possa atender aos elevados interesses do País.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pergunto se o Senador Petecão ...

Pois não, Sr. Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Indo na mesma linha do Senador Pedro Taques, também gostaria que ficasse registrado que me sinto contemplado pelos requerimentos apresentados pelo nosso Relator. Acho que estamos começando o trabalho de forma positiva, diante do relato feito pelo Senador Ricardo Ferraço.

Quero me colocar à disposição, para que possamos, se Deus quiser, dar uma satisfação à sociedade brasileira, que espera muito por esta CPI.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Acho que além dos representantes da Agência de Segurança Nacional, seria extremamente valioso que nós pudéssemos ter aqui também o Sr. Glenn Greenwald, que foi o autor...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, não. Estou reforçando a tese, para que possamos, já na semana que vem, iniciar

os nossos trabalhos ouvindo o denunciante, com seus fundamentos...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Porque é a pessoa...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E ouvindo as autoridades da ANP e da Petrobras.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – O.k. Concordo.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nos acabamos...

Pois não, Senador Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – E nós temos que entender que esse tipo de espionagem hoje busca dinheiro. Acho que é uma espionagem comercial, espionagem industrial, por trás da qual alguém está dando o tombo em alguém. Não é isso? Temos isso no cenário internacional, com informações privilegiadas em determinado segmento econômico.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu só gostaria de fazer algumas breves observações acerca das colocações, que considero extremamente pertinentes e responsáveis, feitas pelos Senadores que me antecederam.

Primeiro, é óbvio que nós temos a exata noção dos limites desta CPI. O Relator e todos nós aqui presentes temos a exata noção dos limites, mas temos também a exata noção de nossa responsabilidade. Não há dúvida de que espionagem historicamente faz parte das sociedades, das relações entre países. Entretanto, não podemos permitir que regras, que leis brasileiras sejam desrespeitadas. Esse é o caso que vem acontecendo no Brasil, não só contra o Governo, contra empresas, mas contra pessoas também. Então, acho que essa linha apresentada pelo Relator está exatamente dentro daquilo que precisamos fazer.

E quero só lembrar aqui um fato: nas primeiras matérias divulgadas, o próprio governo americano reconheceu sua ação de interceptação e justificou isso com a necessidade do combate ao terrorismo. Foi essa a justificativa. Num segundo momento, com a ampliação das informações, inclusive a interceptação da própria Presidenta da República, os Estados Unidos vieram – isso tudo oficialmente – e relataram que não só o terrorismo, mas também a defesa cibernética fazia parte das ações.

E, por fim, quando da divulgação da matéria no último domingo, não sei se todos se recordam, mas, no final da matéria, foi relatado o recebimento de uma nota pela Rede Globo, vinda da NSA. Logo cedo, no dia seguinte, tomei a liberdade de me comunicar com a direção de redação da Rede Globo aqui, no Distrito

Federal, conversei com o Dr. Ricardo Villela, que enviou para nós a cópia da nota recebida na Rede Globo antes do final da reportagem.

Para não tomar o tempo dos senhores, vou apenas ler o início da nota oficial, uma nota do diretor de inteligência nacional James Clapper, tratando desse assunto da matéria da Rede Globo e da espionagem na Petrobras. A nota está em inglês, mas começa dizendo que não é segredo que a comunidade de inteligência coleta informações sobre assuntos econômicos e financeiros e financiamento do terrorismo. Em seguida, diz:

Coletamos essas informações para muitas razões importantes. Por um lado, poderiam fornecer aos Estados Unidos e nossos aliados alerta precoce de crises financeiras internacionais que podem afetar negativamente a economia global.

E segue a nota.

Solicito que essa nota conste dos arquivos da nossa CPI, com os agradecimentos ao Dr. Ricardo Villela, que nos enviou uma cópia.

Ou seja, em poucas palavras – não li a nota toda – mas é exatamente o que o Senador Taques acabou de registrar. Entretanto, não sei até que ponto a Petrobras poderia ser uma ameaça ao sistema financeiro internacional, porque, segundo a nota, isso seria necessário para evitar possíveis crises.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta, Senadora Vanessa Grazziotin, prezado Senador Ricardo Ferraço, Relator, quero cumprimentá-los e a todos pela iniciativa desta CPMI. Não pude estar presente na instalação e há pouco estava na CCJ, onde se discute a reforma eleitoral.

Quero aqui transmitir meu apoio, inclusive às iniciativas há pouco aprovadas, conforme o Relator propôs, de podermos ouvir, nesta CPMI, a Presidenta da Petrobras, Srª Graça Foster, e as outras pessoas que foram listadas para aqui contribuir.

Gostaria também de ressaltar que, como hoje, pela manhã, foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos requerimento do Senador Randolfe Rodrigues nessa mesma direção, em alguns momentos acredito que seria importante haver a coordenação de esforços em razão de eventuais depoimentos que possam ocorrer sobre esse tema ali na Comissão de Assuntos Econômicos ou, eventualmente, em outra e de pessoas que forem aqui também ouvidas. É possível que tenhamos depoimentos na CAE que sejam de grande relevância para os trabalhos desta Comissão, e aí o melhor entrosamento e harmonia possível será conveniente ser feito.

É a sugestão que deixo aqui, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – A sugestão já está acatada. Obviamente, a qualquer comissão desta Casa que promova algum tipo de debate sobre assuntos pertinentes à CPI, estaremos presentes e também requisitaremos todo o conteúdo debatido.

Temos conhecimento de que, semana que vem, acontecerá, na cidade de São Paulo, um evento ligado à inteligência e segurança da informação, Senador Pedro Taques. V. Exª poderia confirmar essa informação?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim, esse evento é um seminário internacional (*Fora do microfone*)... Permita-me, a internet está lenta, pode ser que os Estados Unidos estejam atrapalhando... É o IV Seminário de Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais. Esse evento é interessante, e suas conclusões nós poderíamos solicitar para o Ministério Público Federal, à 3ª Câmara, que é uma das entidades que está organizando esse encontro.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não sei se seria importante que pudéssemos aprovar aqui o envio... Se não puder ir nenhum Parlamentar, a Consultoria, alguns consultores que estarão contribuindo com a CPI... Quero ouvir a opinião do Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, a minha opinião é em linha com V. Exª, com o Senador Pedro Taques. Quero requerer a V. Exª que nós possamos ter disponibilidade por parte do Senado de técnico com especialização em segurança eletrônica de informação.

Inclusive quero solicitar a V. Exª que possamos ter uma conversa formal com o Ministério da Justiça, com o Ministério das Comunicações, na direção de termos, nesses ministérios, a disponibilidade de técnicos que possam auxiliar o desenvolvimento e o desdobramento de temas como esse.

Quero crer, inclusive, que a participação do Senador Walter Pinheiro, em outro momento, possa ser muito valiosa, para que, à luz dessas novas denúncias que foram feitas,... Não é a primeira vez que um tema como este compõe a pauta legislativa brasileira. Em outros momentos, o Congresso brasileiro, a Câmara Federal, investigou temas dessa natureza.

Portanto, precisamos que V. Exª crie a interlocução com as áreas específicas do Governo Federal, para que tenhamos a disponibilidade desse suporte técnico.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Na semana passada, inclusive, aprovamos alguns requerimentos e devemos ter, muito em breve, um encontro não só com o Ministro da Justiça, mas com outros ministros do Governo,

porque entendemos que todos temos interesse – sociedade brasileira, o próprio Governo Federal, que foi alvo importante também – de levar, da melhor forma possível, essas investigações.

Então, diante desse seminário que vai ocorrer, gostaria de fazer um requerimento verbal aqui, para que mandemos representantes...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – ...ao seminário internacional do Comitê Gestor da Internet no Brasil (*Fora do microfone.*). Será nos dias 18 e 19 em São Paulo. Tenho os detalhes aqui e posso passar à Presidência o *e-mail* que me foi enviado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Quem está promovendo?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – É o Comitê Gestor da Internet.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O CGI.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – CGI.br.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Que coordena o NIC.br. Exatamente.

Quem concorda que a CPI envie representantes – que sejam consultores caso não possam ir Parlamentares – queira permanecer como se encontra. (*Pausa.*)
Aprovado.

Numeraremos e formalizaremos.

(*É o seguinte o requerimento aprovado:*)

REQUERIMENTO Nº 14

Requeiro, nos termos regimentais, seja autorizada a participação de Senadores e Assessores designados pela Presidência desta CPI, para participarem do IV Seminário de Proteção à Privacidade e aos Dados Pessoais, a realizar-se em São Paulo, nos dias 18 e 19 de setembro.)

Senador Walter, que aqui chega à CPI. Passo a palavra a V. Exª, para suas importantes contribuições.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Quero até dizer que não foi possível aqui estar antes porque estava ali numa briga na CCJ para ver se conseguíamos acabar com compra de voto legalizada no processo eleitoral, mas fui derrotado. Paciência.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Conseguimos?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Fui derrotado. Agora, só emenda no plenário, mas paciência. Vamos lá. Como diz a História, de pequenos avanços também a gente chega longe. Faz de conta que está tranquilo.

Esse é um dos problemas para que eu queria chamar a atenção. Tenho conversado muito, Senadora Vanessa, até com o Senador Ricardo Ferraço. Aliás, antes até da CPI, tive oportunidade de conversar com ele sobre esse tema, e acho que a gente devia aproveitar a CPI, e a própria CPI envolver – hoje de manhã, fiz esse apelo na Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Ricardo – as duas comissões, a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Ciência e Tecnologia da Casa. Mas acho que devíamos dar um passo um pouquinho mais largo no que diz respeito a tentarmos construir aqui um caminho para identificar e atacar essa questão.

Refiro-me, Senadora Vanessa, um pouco a essa questão da nossa participação com uma parcela prioritária do Executivo, Senador Taques. Creio que com o Ministério da Justiça, o Ministério de Relações Exteriores, o Ministério das Comunicações e a própria área de inteligência do Governo Federal, que tem aí, ao seu modo, ao seu tempo, na sua forma e dentro da lei, buscado tratar essa questão, poderíamos compor também aí uma parcela de trabalho envolvendo esse grupo.

O Governo precisa entender... Essa é uma coisa que conversei muito com o Senador Ferraço antes do recesso. Tive oportunidade de pegar o telefone, antes do recesso, ligar para estas áreas, Anatel, ministério; liguei para um dos membros do Ministério de Relações Exteriores, até identificando, Senadora Vanessa, que o Ministério de Relações Exteriores ainda tem a defesa. Por que estou colocando a defesa nisso? É um exemplo que quero dar, bem claro, aqui. Participo de fóruns internacionais desde 1997, representando o Parlamento brasileiro. Tive oportunidade de participar de vários fóruns internacionais pelo Sistema Telebras, como profissional. A World Com de Genebra, as reuniões de decisões de frequência na UIT, até porque uma das minhas atividades profissionais se relacionava exatamente com esse tema. E depois, aqui, mesmo sendo da oposição – à época, inclusive, eu era o Líder da Oposição –, fui diversas vezes indicado pelo governo Fernando Henrique Cardoso para esse debate internacional.

Então, não me lembro, Senadora Vanessa, de, em nenhum fórum desses, eu ter encontrado de frente o ministro das comunicações do governo dos Estados Unidos. Ele não participa. Estou me referindo ao similar ao nosso Ministério das Comunicações, Pedro Taques. Mas em todos os fóruns, a delegação americana é che-

fiada por alguém da secretaria de Estado e do ministério da defesa. Em todos os fóruns. No último fórum de que participei, em dezembro, a delegação americana tinha 140 membros. Cento e quarenta. Inclusive, fizemos uma reunião com a delegação americana, junto com o Ministro Paulo Bernardo e o Presidente da Anatel, João Rezende, e nessa reunião, Senador Ferraço – estou achando que os americanos estão certos, errados estamos nós –, quem chefiava a delegação americana era alguém da secretaria de Estado.

Ou seja, os Estados Unidos tratam essa questão como questão de Estado. Está corretíssimo. E de defesa. Estava lá o sujeito, inclusive, todo de branco, aquela roupa da marinha, lá. Não era nem da Bahia, nem médico. Na Bahia, sexta-feira, um bocado de gente veste branco. Mas o indivíduo não era nem da Bahia em dia de sexta-feira nem... É culto afro, não tenho nenhum problema, assim como os médicos usam branco. Mas o indivíduo era da marinha, tratando lá das comunicações, comunicação e informação.

Então, esse é um debate, Ricardo, que acho que a gente não pode exatamente deixar perder agora esse tema. Porque, se a gente for identificar o problema que pegou... Ah, pegaram uma fala de alguém aqui, ali, acolá e tal. Mas estamos vendo que, na realidade, não é só esse o debate. O debate é muito mais profundo.

Hoje de manhã, na Comissão de Ciência e Tecnologia, lembrei uma coisa, Senador Ricardo, que está nos *Anais* da Casa. Em julho de 1997, fiz um destaque na votação da Lei Geral de Telecomunicações, para a gente retirar a Embratel da votação da lei. Não era porque era a Embratel, era porque na Embratel ficavam os quatro satélites. Ou melhor, a Embratel operava os quatro satélites, e eu defendia que a gente retirasse exatamente essa Embratel para ser o braço operacional... Era julho de 1997. Logo em seguida, em 1998, com a chegada da privatização, nós voltamos a afirmar isso. Os quatro satélites brasileiros foram embora junto com a Embratel, para a MCI World, que depois faliu. E hoje a Embratel pertence a um grupo mexicano, o mesmo grupo que opera a Embratel opera a Claro no Brasil, opera a Telmex no México e opera outras em outros lugares, no mundo inteiro. Também não tenho nada contra a Telmex, pelo amor de Deus, nem contra seu dono, não estou discutindo isso.

Nesses fóruns, nós discutimos padronização de frequência e exatamente os problemas, hoje, da chamada segurança de rede, que não envolve só internet. Segurança de rede também está nas comunicações, e prioritariamente nas comunicações.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – Voz?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Isso. Voz, dados, enfim, tudo. Então, temos um pacote de coisas que transitam pelo mesmo lugar. A definição de banda larga é esta: é uma banda que cabe tudo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – E nós chamamos de celular.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – E, aqui, nós chamamos de celular, porque batizamos o móvel de celular. Mas está certo.

Então, na realidade, depois disso, Senador Ricardo Ferraço, em março de 1999, voltei às cargas com esse assunto e fiz um requerimento de novo, por escrito, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Ciência e Tecnologia, denunciando a espionagem. Era o ano de 1999. E, inclusive, pedi informações à Comunidade Europeia.

Portanto, acho que, nesta Comissão, Senadora Vanessa, nós poderíamos requisitar todo esse trabalho que foi feito pelo Parlamento europeu, com sede em Bruxelas. A Comunidade Europeia tem uma divisão que trata só, somente só, desse assunto. Essa comissão foi comandada, durante muito tempo, por uma senhora chamada Viviane Reding. Portanto, trata de telecomunicações. Foi quem esteve nesse *front*, no debate o tempo inteiro. No Brasil, a Comunidade Europeia mantinha ou mantém, melhor dizendo, uma representação que trata desses assuntos. À época, ali estava o português Paulo Costa.

O Ministério de Relações Exteriores tratava desse tema através de uma das suas divisões, chefiada por Marília Sardenberg. Em Genebra, o Brasil mantém uma missão de negócios. Em Bruxelas, o Brasil mantém uma missão de negócios. O Brasil não tem só embaixada em Genebra, nem tem só embaixada em Bruxelas. A embaixada da Bélgica cuida das relações que cabem a qualquer embaixada. A missão cuida dos negócios, das transações; a missão de Genebra, *idem*.

Então, envolver essa gente é fundamental, porque, Senador Ricardo, essa gente tem não só o acúmulo como também a memória desses debates, que abrangem, inclusive, os debates que fizemos na OMC. Participei das rodadas da OMC em Miami, pelo Parlamento brasileiro.

Em março de 2000, voltei às cargas com essa denúncia, falando, inclusive, da base Echelon, em decorrência da questão do pacto UK-USA entre o Reino Unido e os Estados Unidos, acordo que não é dos anos 80 nem dos anos 90, mas, sim, dos anos 60. Isso se aprofundou nos anos 80, principalmente com a questão da desregulamentação da economia, cujo setor alvo, Senador Ricardo, era exatamente as comunicações. É quando acontece o desmembramento da AT&T, com o

surgimento das sete Baby Bells americanas. É quando surge, inclusive, a história da criação de agências no mundo. O Reino Unido foi um dos primeiros lugares do mundo a abrir o capital do seu gigante, do PTT inglês, hoje batizado de British Telecom. Abriu-se o capital, e se criou a agência de regulação. O Brasil copia essa modelagem. E Ronald Reagan é quem toca o projeto. O Brasil a copia bem depois. Mas, na época de Margaret Thatcher, Ronald Reagan é que copia isso. E se entra naquela fase da chamada *desregulation*.

Esse debate se arrasta há muito tempo. Então, defendo que a gente pegue esses elementos, que a gente busque essas informações. Há um relatório denso feito pela Comunidade Europeia, inclusive apontando a localização, de que forma as coisas no Echelon se processam.

E aí, depois disso, vem a denúncia do caso Sivam, em 1999, se não me falha a memória. E uma série de coisas é levantada a partir dessa questão de escutas e da incapacidade.

Então, acredito, Senador Ricardo... Inclusive, V. Ex^a abriu o trabalho na Comissão de Relações Exteriores de forma muito correta. Isso é importante para apontarmos aqui um caminho para a CPI, para que busquemos a raiz desse problema e para que façamos, inclusive, um debate com outras nações. Vamos envolver outras nações, o Parlamento americano, o Parlamento europeu, essas comunidades!

Precisamos discutir agora uma legislação. Se esta CPI propuser, em cima do Marco Civil da Internet, ações para a questão de segurança de rede, será ótimo, porque vamos avançar enormemente! Mas, com isso, não vamos botar o dedo – nem sei se isso é ferida ou é câncer – nesse negócio, porque ele é gigantesco!

Quero contar algo aqui. Eu me lembro de uma das reuniões na UIT, em Genebra. O Ministro, se não me falha a memória, era Hélio Costa. Pelo Parlamento brasileiro, lá estávamos eu e Jorge Bittar. Digo isso só para vocês terem uma ideia do tamanho da crueldade no mundo.

Sabem do que é que os cubanos reclamavam, Senadora Vanessa, nessa reunião da OIT? Que havia um aumento de potência na utilização de frequência bem em frente à ilha. O sujeito, dentro de casa, quando sintonizava a Radio Reloj – a senhora sabe o que é Radio Reloj, uma radiozinha cubana –, ele ouvia a Radio Florida, tal a proximidade, a potência. A pessoa poderia sintonizar o que ele quisesse. Ele enxergava: USA.

Então, esse debate não é de agora. Acho que temos que botar a mão nisso e discutir nos organismos internacionais, de maneira que possamos influenciar.

Acho que o marco civil pode ser uma experiência inusitada. Ele foi um dos temas mais tocados na

reunião da OIT de dezembro, na conferência mundial, como boa experiência. Os projetos que aprovamos aqui, no Senado, inclusive, na questão de crimes na internet, também foram cantados em verso e prosa no mundo, mas não conseguimos botar o dedo na ferida. Isso vai para outros cantos, Senador Ricardo. Isso vai para a economia.

O comércio eletrônico, por exemplo, é influenciado diretamente por esse jogo de comunicação. Sessenta por cento de todo o comércio eletrônico na América Latina e na América do Norte passam por Miami. Sessenta por cento! Aquela cidade vive mais disso do que de turista! Essa não é uma grana qualquer. Isso é economia pura.

Portanto, esse é um debate importante para se fazer e para que não fiquemos só no negócio da espionagem, porque, se alguém me espionou conversando com minha mulher, conversando com não sei quem, isso é uma invasão de privacidade séria, mas é uma invasão de privacidade que não é do tamanho do que significa inclusive essa fragilidade para as nações, que temos diante de nós.

Então, proponho que façamos um trabalho nessa expectativa, Senadora Vanessa, mesmo que isso signifique grosso calibre, longo período, mas que tenhamos a capacidade de entender o seguinte: como é que eu posso me relacionar para fora. E, para fazer isso, eu preciso da participação do Estado brasileiro, representado por figuras do seu governo, para que possamos fazer uma discussão não só com os Estados Unidos. Eu quero fazer uma discussão com o mundo, para ver que tipo de caminho nós vamos trilhar.

Só para dar um outro dado: a CeBIT é uma das maiores feiras de tecnologia do mundo, que acontece geralmente no início de março, na cidade de Hannover, na Alemanha. No ano retrasado, a CeBIT teve como marca “Brasil”. A Angela Merkel, a todo momento, conversando com a Presidenta Dilma – este foi o relato que muitos fizeram; eu não pude ir a Hannover porque, inclusive, estava num congresso de tecnologia e precisava voltar para cá, mas foi a primeira vez que Hannover teve como tema “Brasil” –, dizia à Presidenta Dilma que ela tinha que utilizar a criptografia, porque eles estavam extremamente preocupados com a invasão, com a fragilidade de sistemas. Então, alguma coisa já havia no ar.

É isto que estou lhe falando, Pedro: desde 99 que a comunidade europeia se debruçou sobre essa questão. Desde 99! Depois disso, vieram os projetos de TV sem fronteiras, a questão da discussão da eliminação das fronteiras na comunidade europeia na questão de comunicação. Comunicação passou a ser um dos elementos mais decisivos na economia. É ób-

vio que o acesso à informação, mais ainda. É óbvio que bisbilhotar a vida dos outros, principalmente na economia, mais ainda.

Portanto, estou um tanto quanto agoniado para que possamos fazer exatamente desse negócio um caminho. E na linha de raciocínio que já vi diversas vezes o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, meu amigo Ricardo Ferraço, verbalizar, que acho que esta é a preocupação consequente: como é que vamos interferir nisso para tentar não botar tramela em ninguém, mas pelo menos discutir isso em nível mundial, para termos a condição efetiva de saber como vamos devolver a cada cidadão brasileiro e a cada nação a tranquilidade para saber que o que estamos fazendo, do ponto de vista de ação social, de negócio, de conversa pessoal e principalmente de respeito a essa questão dos direitos humanos, o que nós vamos poder fazer.

Por isso estou insistindo muito nesse trabalho. Volto a dizer: conversei com o Ministro das Comunicações. Acho que era importante. Conversei como o Presidente da Anatel. Eles deveriam dispensar um técnico, para que cada organismo desses estivesse aqui junto conosco.

E volto a insistir, Ricardo: acho que deveríamos fazer um apelo ao Ministério das Relações Exteriores para que o Ministério nos empreste um de seus técnicos. Não estou dizendo que os da Comunicação e os da Justiça... Estou falando porque a turma de Relações Exteriores, esse pessoal acumulou mais experiência nessa área das relações para fora. E essa turma pode nos ajudar muito. Se faltar até um pouco de conhecimento técnico a essa turma, detalhes, isso é bobagem, porque a gente pega qualquer técnico do setor e traz aqui para destrinchar o drama. Eles têm uma coisa que nós não temos: a *expertise* nessa relação internacional; conhecem qual deve ser o caminho que a gente deve trilhar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esta é uma comissão que não deve ser movida pelo instinto da situação ou da oposição. Esta é uma comissão que, além de investigar os fatos conjunturais, precisa ser uma comissão que possa produzir para o Estado brasileiro uma condição diferente dessa, que é uma condição marcada pela inércia. Portanto, eu solicitei à Presidente da Comissão, à Senadora Vanessa, que nos conduzisse para diálogos formais com o Ministério da Justiça – e nós temos uma conversa agora, às 17 horas, com o Ministro José Eduardo Cardozo –, para uma reunião formal com o Ministro das Comunicações, com o Ministro da Defesa e com o Ministro das Relações Exteriores, para que, especificamente, cada um desses ministérios possa

designar quadros técnicos especializados para que esta Comissão possa produzir as investigações conjunturais dessas áreas, mas possa ir muito além, que é produzir um diagnóstico e que é construir um diálogo em rede com o Parlamento Europeu e com outros parlamentos que estão investigando as denúncias que foram feitas. Mas eu acho que, mais do que investigar denúncias, que são gravíssimas, nós precisamos ir além e fazer um diagnóstico...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... de como o Estado brasileiro está preparado, organizado, estruturado para conviver com esse que é um dado da realidade.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – E que contribuição nós vamos dar para a solução disso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É isso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Estou à disposição para isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Estou propondo inclusive à Presidente que nós possamos fazer uma reunião administrativa para que, nessa reunião administrativa, nós possamos convergir em torno do sentimento e da percepção dos nossos Senadores, cada qual ao seu jeito, com a sua experiência e com a sua especialização.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu é que agradeço. O Senador Ricardo acabou já revelando, nós temos um encontro agora, às 17 horas, por isso temos que concluir a nossa reunião, o que vai exatamente no sentido de que o Senador Walter Pinheiro está sugerindo. E vamos ver de que órgãos devemos solicitar a ajuda de técnicos. Inclusive, o Senador Taques ficou de trazer também a sugestão de procuradores, para que nos ajudem aqui neste trabalho.

Senador Walter, não foi apresentado já, fechado, um plano de trabalho, foram apresentadas apenas as linhas, com o que todos nós concordamos, mas exatamente aguardando essa reunião administrativa que os membros, todos nós faremos.

Eu só perguntaria, antes de encerrar a reunião, qual é a disponibilidade dos senhores de a gente marcar uma próxima reunião para segunda-feira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Apenas, Senador Walter Pinheiro, há uma questão conjuntural, que é o leilão de Libra. Há uma denúncia de quebra de sigilo por parte de violação, de segredos estratégicos da Petrobras, e nós

sugerimos aqui que, já na próxima semana, antes, portanto, do leilão, nós pudéssemos ter aqui o Sr. Glenn e pudéssemos ter aqui as autoridades respectivas da Agência Nacional do Petróleo e da Petrobras, para que eles possam expor aos Senadores de que maneira a Agência e a Petrobras estão organizadas e preparadas para conviver com esse dado.

Então, na próxima semana, nós estamos solicitando que a Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu só estou perguntando a disponibilidade dos senhores para uma reunião que não está certa, vamos ter que ver com os nossos convidados, mas, segunda-feira, se haveria disponibilidade.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Por que não na terça?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Há esforço concentrado, convocado para a semana que vem. Votaremos de segunda a sexta. Poderíamos aproveitar a segunda-feira já para uma primeira reunião. Se há essa disponibilidade dos senhores.

Relator.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu chego aqui na parte da tarde.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – O problema é o horário. Eu chego...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então vamos a partir de terça. Era isso que eu queria ouvir. Então, as próximas reuniões serão a partir da terça-feira...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Às 7h30 da terça, como faz Collor na Comissão de Infraestrutura.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas aí a gente vai brigar pela audiência da... A gente vai brigar pela audiência da TV. Então...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Oito horas, Vanessa, eu acho que é um horário interessante.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Oito horas da manhã de terça-feira?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – É, então...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – A primeira comissão começa às 9 horas.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Meio Ambiente começa às 8h30.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu acho que nós podemos resolver isso...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Num outro ambiente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É, fica convocada a próxima reunião para a terça-feira e o horário todos serão avisados no momento posterior.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois é, mas fica pacificado que, ao longo da próxima semana, nós vamos colocar as nossas atenções em torno do tema Petrobras, ANP, e ouvir o Sr. Greenwald.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito, audiência com os convidados. Exatamente.

Nada mais havendo a tratar, nós encerramos a nossa reunião.

(Iniciada às 15 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 41 minutos.)

Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, destinada a investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem estruturado pelo governo dos Estados Unidos com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, realizada em 17 de setembro de 2013, às 00 horas e 00 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, com a participação da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ocorrida sob a Presidência da Senadora **Vanessa Grazziotin (PCdoB)** e com a presença dos Senadores: **Roberto Requião (PMDB/PR)**; **Ricardo Ferraço (PMDB/ES)**; **Benedito de Lira (PP/AL)**; **Walter Pinheiro (PT/BA)**; **Pedro Taques (PDT/MT)**; **Sérgio Petecão (PSD/AC)**; **Eduardo Suplicy (PT/SP)** e **Lídice da Mata (PSB/BA)**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Aníbal Diniz (PT/AC)**; e **Eduardo Amorim (PSC/CE)**. Na ocasião foi realizada audiência pública com a participação da Senhora Magda Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Declaro aberta a

3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem, com a participação da Comissão de Assuntos Econômicos, 57ª Reunião, e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 40ª Reunião.

Eu convido para compor a Mesa o Senador Lindbergh, que aqui já está e vai dividir conosco a condução dos trabalhos hoje; Senador Lindbergh, para dividir conosco a condução dos trabalhos e permanecer na Mesa.

Convido o Senador Ricardo Ferraço; Senador Ricardo Ferraço, que é Presidente, e aqui estará como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e também como Relator da CPI que trata da questão da espionagem.

E a finalidade da presente reunião, em conjunto – CPI da Comissão de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores – é a discussão acerca das denúncias sobre a possível espionagem em relação à Petrobras. Essa denúncia foi publicada no domingo anterior ao domingo que se passou por um programa de domingo e com grande repercussão na imprensa nacional e na imprensa internacional. A matéria dava conta de que o governo estadunidense promove uma ação possível de espionagem no âmbito da Petrobras e a própria matéria questionou sobre a segurança ou não da realização de alguns eventos importantes e, principalmente, do leilão de libra que deverá ocorrer agora, no próximo dia 21 do mês de outubro.

Então, hoje, foi convidada para a audiência a Presidenta da Agência, Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a Srª Magda Chambriand, a quem eu convido para compor a Mesa conosco.

Antes de passarmos a palavra à Drª Magda, eu só gostaria que, na sua presença, inclusive, de registrar a atenção que obtivemos por parte da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e, sobretudo, da sua Diretora-Presidente, Drª Magda, que está aqui conosco. Entramos em contato com ela logo que foi aprovado o requerimento na CPI e, na sequência, nas duas outras Comissões, e ela se dispôs, num primeiro momento, já, em primeira hora, a estar conosco para esse debate no dia de hoje. Então, muito obrigada, Diretora-Presidente da ANP.

Essa audiência pública refere-se ao atendimento do Requerimento nº 6, da CPI da Espionagem, de autoria do Senador Ricardo Ferraço; Requerimento nº 56, do Senador Randolfe Rodrigues, e Requerimento nº 90, também do Senador Randolfe Rodrigues.

Em decorrência da presença da nossa Diretora-Presidente já aqui na mesa, peço que a convidada faça a sua exposição por um período, Presidente Magda, que varia em torno de 20 minutos, mas tenho certeza

de que, se V. Sª entender que necessita de mais, não haverá problema.

A seguir, passaremos a palavra primeiro aos autores dos requerimentos e, na sequência, atendendo aos pedidos de inscrições.

O Senador Pedro Simon levanta a mão, creio que para pedir a inscrição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Senadora Vanessa, peço a inscrição, por favor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioridade/PMDB – PR) – Pela ordem, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, Senador Pedro Simon, Senador Flexa Ribeiro, Senador... Peço a contribuição...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioridade/PMDB – PR) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Fiquem com a mão... Peço a contribuição da Secretaria para anotar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioridade/PMDB – PR) – Pela ordem, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioridade/PMDB – PR) – Eu havia solicitado a minha inscrição antes desse espetáculo das mãos levantadas. Eu só quero confirmar que está registrado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente, Senador Roberto Requião. V. Exª foi muito mais eficiente do que quem levantou as mãos, pediu. Então, pela ordem, V. Exª; Senador Pedro Simon; Senador Flexa Ribeiro; Senador Suplicy; Senador Aloysio Nunes Ferreira, não precisa falar; Senador Eduardo Braga, Líder do Governo; Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa*.)

V. Exª levantou a mão, já está anotado aqui, Senador Anibal.

Podem solicitar que a gente vai inscrevendo.

Passo a palavra neste momento à Diretora-Presidente da ANP, Srª Magda Chambriand.

A SRª MAGDA CHAMBRIAND – Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Lindbergh Farias, Senador Ricardo Ferraço, estão me ouvindo?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Só um minutinho, Presidente.

Eu solicitaria da sala um pouquinho de atenção, porque a Presidente tem uma voz que não é tão forte. Então, seria importante que todos pudessem, não só os Parlamentares, mas os convidados que aqui estão, a imprensa, ouvir com muita atenção.

Obrigada.

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Lindbergh Farias, Senador Ricardo Ferraço, Srs. Senadores, Srªs Senadoras aqui presentes, senhoras e senhores, agradeço muito a possibilidade de estar aqui no Senado, mais uma vez, explicando aos senhores o trabalho da Agência Nacional do Petróleo. Temos feito um trabalho criterioso e é um prazer, então, ter essa oportunidade, essa agenda aberta para mostrar tudo de bom que a Agência Nacional do Petróleo está fazendo.

Nessa questão da CPI da Espionagem, vou mostrar para vocês o nosso banco de dados de exploração e produção e dizer para vocês, com toda a tranquilidade, que o nosso banco de dados de exploração e produção não está ligado à internet. Portanto, não é possível uma espionagem do nosso banco de dados através da rede mundial de computadores. Vocês podem ficar absolutamente tranquilos em relação a isso. De toda forma, vamos mostrar, então, o nosso banco de dados de exploração e produção, que é um dos maiores bancos de dados centralizados do mundo de que temos notícia.

Vou mostrar para vocês, então, os aspectos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – Não está na internet.

O que estamos fazendo, então? A primeira coisa que vou dizer para vocês é o seguinte: o nosso banco de dados de exploração e produção funciona num prédio diferente do prédio do escritório central da Agência Nacional do Petróleo. Nosso banco de dados de exploração e produção funciona num anexo do prédio da CPRM, na Urca, e o escritório central da ANP funciona no centro da cidade, atrás da Candelária.

O nosso banco de dados armazena dados de exploração e produção de petróleo e gás coletados em 7,5 milhões de quilômetros quadrados de bacias sedimentares. Lá nós armazenamos dados coletados pela Agência Nacional do Petróleo, que nós chamamos dados de fomento, armazenamos dados coletados pelas empresas petrolíferas e armazenamos dados coletados pelas empresas de aquisição de dados, que são empresas de serviço que fazem essa coleta de dados de forma gratuita para a União.

Nestes últimos anos, o nosso banco de dados, que nós chamamos informalmente de BDEP, já recebeu visitas ilustres. Recebeu visitas de assessores legislativos, recebeu visitas da Advocacia-Geral da União, recebeu visitas da Controladoria-Geral da União, recebeu visitas da Agência Brasileira de Informações, a ABIN.

Todas essas instituições têm conhecimento de como funciona o nosso banco de dados de exploração e produção de petróleo e gás. Esse banco tem 13 anos de existência, portanto, dois a menos do que a Agência Nacional do Petróleo, e todas as informações sobre esse banco vocês podem encontrar no endereço eletrônico www.bdep.gov.br. Mas também temos um jornalzinho *on-line* com essas informações.

O que é um banco de dados? Na verdade, esse banco de dados é uma informação, é um patrimônio do País, e ele é definido como um banco de dados que é mantido e patrocinado pelo Governo. Ele é parte do ativo petrolífero da União, assim definido na Lei do Petróleo, e ele está lá para preservar e disseminar informações e dados técnicos e ele está lá também para promover e regular as atividades da indústria do petróleo.

Então, quando nós vamos fazer uma licitação de petróleo, nós lançamos mão dos dados brutos que estão no BDEP, levamos esses dados para a Agência Nacional do Petróleo, e, a partir daí, então, esses dados que estão lá em estado bruto são interpretados pela Agência Nacional do Petróleo.

Portanto, como vocês vão ver mais adiante, o BDEP armazena dados brutos. Não há, no nosso banco de dados, interpretações armazenadas. Vocês também podem ficar absolutamente tranquilos quanto a isso.

O que são esses dados técnicos que nós armazenamos? A primeira coisa é: são dados geológicos, geofísicos, são dados sísmicos, são dados geoquímicos, são dados de aerolevantamentos e de levantamentos terrestres gravimétricos e magnetométricos, são perfis de poços, são testes de poços, são dados relativos a amostras e testemunhos coletados nos poços perfurados ao longo do Brasil nas bacias sedimentares terrestres e marítimas.

Portanto, mais uma vez, eu tenho que refrisar isso, são dados brutos e processados, são dados que são armazenados sem interpretação. A interpretação desses dados é feita toda vez que precisamos dela. Mas o que nós armazenamos, e que não está conectado à Internet, são dados brutos, portanto, são dados que não têm valor salvo para um técnico da área que tenha a capacitação e a *expertise* necessária para interpretá-los.

Quem é que tem dado técnico? Por exemplo, na América do Sul, diversos países têm seus bancos de dados, que são esses repositórios de dados de exploração e produção. Nós temos Colômbia, Peru, Argentina, Venezuela. Enfim, diversos países da América do Sul, todos aqueles países que trabalham com petróleo, têm seus bancos de dados relativos a dados de exploração e produção. Portanto, ter um banco de dados de exploração e produção é comum, é praxe.

Por que nós temos isso? Porque diz a Lei do Petróleo, em primeiro lugar, que dados e informações fazem parte do patrimônio petrolífero da União. Isso está na Lei do Petróleo. Além disso, também a Lei do Petróleo diz que nós temos que organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas.

E, de novo, em seu art. 22, o acervo técnico, constituído de dados e informações sobre bacias sedimentares brasileiras, é considerado parte integrante dos recursos petrolíferos da União.

Por que o BDEP disponibiliza dados e que dados o BDEP disponibiliza? O BDEP só disponibiliza dado público. O que é dado público? Dado público é todo dado adquirido em área da União. Se um dado foi adquirido em área da União, ele, portanto, é público desde o primeiro momento. Ele, sendo adquirido por empresa de serviços, por exemplo, é um dado não exclusivo, mas a gente garante à empresa de serviço uma confidencialidade, que permite à empresa que, durante certo tempo, ela possa vender esses dados. Mas o dado é não exclusivo e, portanto, diversas empresas também podem ter acesso a ele. Dado público as empresas compram diretamente do BDEP por um preço barato; dado não exclusivo as empresas compram de empresas de aquisição de dados, durante o seu período de confidencialidade; dado confidencial adquirido pelas empresas de petróleo são guardados na ANP a sete chaves, são confidencialíssimos e, portanto, não podem ser disponibilizados de forma alguma.

O que é um dado confidencial de uma empresa de petróleo? Aquele dado, por exemplo, sobre um levantamento sísmico que uma empresa adquire em uma área contrata com a ANP e num bloco adquirido e protegido por contrato. Em relação a esse dado, por exemplo, existe um compromisso de confidencialidade exclusivo, chamamos assim, por cinco anos.

Um poço perfurado, por exemplo, por uma empresa de petróleo também é um dado *top secret* e esse dado, então, é confidencial por um período de dois anos. A partir de cinco anos, a sísmica exclusiva e, a partir de dois anos, os poços perfurados se tornam públicos e passíveis de serem disponibilizados pelo nosso Banco de Dados de Exploração e Produção.

O valor recebido pela Agência Nacional do Petróleo fruto da venda desses dados públicos constitui receitas da Agência Nacional do Petróleo e garantem a continuidade do nosso Banco de Dados de Exploração e Produção, que tem sido autossuficiente, o que também é difícil no mundo.

O Banco de Dados de Exploração e Produção da Agência Nacional do Petróleo é o banco que fornece,

vamos dizer, a chave do acesso ao dado para a interpretação das bacias sedimentares.

Como a gente disponibiliza esse dado? Toda vez que uma empresa vai participar de um leilão, ela adquire os dados da Agência Nacional do Petróleo. Toda vez que uma empresa quer vender uma área sua ou uma participação sua num contrato de concessão, a empresa nova, entrante, tem de ir à Agência Nacional do Petróleo comprar o dado. E é claro que nós monitoramos essa venda de dados.

Em estudos da ANP para oferta de áreas também se lança mão dos dados disponíveis no nosso banco de dados.

Para universidades, por exemplo, temos cotas de dados gratuitas para teses de mestrado, doutorado, graduação. Tudo isso é feito a partir de dados públicos e disponíveis no nosso banco de dados.

Enfim, tudo aquilo que gera aumento do conhecimento geológico de bacias sedimentares da União está armazenado nesse banco de dados. Como disse para vocês, podem ficar absolutamente tranquilos porque esse banco de dados não está conectado à internet, pela qual não há acesso a essas informações que são patrimônio da União.

Qual é o acervo que nós temos na Agência Nacional do Petróleo? Temos um acervo imenso, temos um acervo de dados, cujo maior volume de informações em termos de *bytes*, unidade de informática, é relativo a aquisições sísmicas, e o que nós temos, hoje, lá corresponde – só para vocês terem uma ideia – a um tamanho de 60 milhões de gaveteiros cheios de informação, ou, numa outra comparação fácil de visualizar, alguma coisa, correspondente em *terabytes*, equivalente a 20 bilhões de fotografias digitais de alta resolução. Ou seja, é um acervo de dados e informações muito grande e, como eu disse, um dos maiores bancos de dados centralizados do mundo de que nós temos notícia.

O que faz o BDEP de novo? O BDEP recebe dados e informações, o BDEP garante que esses dados e informações vão ser recebidos no padrão ANP, portanto nós temos toda uma regulamentação para receber esses dados de informações que vêm de novo das operadoras, das petroleiras, das empresas de aquisições de dados – portanto, empresas de serviços – e dos levantamentos da própria Agência Nacional do Petróleo.

Os dados confidenciais são dados onde nós garantimos o período de confidencialidade e, a partir daí, eles se tornam públicos e disponibilizados, disponibilizados para todo esse conjunto de empresas, universidades, pessoas físicas e jurídicas – por exemplo, qualquer pessoa física residente no Brasil pode ter

acesso ao nosso banco de dados; qualquer pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras também pode ter acesso ao nosso banco de dados.

Nós trabalhamos com informações públicas ou não exclusivas. O nosso banco de dados não está ligado à internet. Portanto, em termos de espionagem, para roubar essas informações eu preciso de um espionagem paranormal.

Como é que eu uso essas informações diárias? Como é que eu opero o nosso banco de dados? Eu opero o nosso banco de dados com uma empresa terceirizada brasileira e com funcionários ANP. A empresa terceirizada chama-se Capgemini e fornece serviços terceirizados de apoio à fitoteca e à operação. Portanto, são analistas de sistema, são operadores de sistema, são pessoas com habilidades, como eu digo, relativas às áreas de informática, que não têm nenhuma *expertise* para interpretar nenhum dado desses e também não têm acesso ao dado passado por um sistema capaz de decodificar informações úteis para serem interpretadas.

Nós usamos *softwares* para interpretar essas informações e usamos também *softwares* para o banco de dados. Que *softwares* nós usamos? Nós usamos *softwares* da Oracle, usamos informações, *softwares* e máquinas da IBM, usamos *softwares* de acesso ao banco de dados, Halliburton Access e link. Portanto, o que nós temos aqui são disponibilizações de *softwares*, tanto quanto eu tenho certeza que vocês usam *softwares* da Microsoft ou da Apple. É a mesma coisa o que nós temos lá.

Empresas de serviços gerais *outsourcing*, nós temos secretariado, recepção, limpeza e segurança.

Disponibilização dos dados do banco de dados de exploração e produção. Como é que nós fazemos isso?

Toda vez que uma empresa contacta a Agência Nacional do Petróleo na busca pelo dado, ela tem que entrar na internet, imprimir um DARF e pagar. Então, ela paga, ela faz esse pagamento, a gente constata o pagamento, nós gravamos o dado para eles, portanto, esse dado é gravado num HD externo, num disco, num DVD, dependendo da quantidade, ou até numa área separada para uma disponibilização via *download*, mas, de novo, a disponibilização é feita sem conexão ao sistema principal e sem acesso *on-line* ao conjunto de dados e informações.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – É isso mesmo, Senador. E é barato.

Confidencialidade de dados. De novo. Dados públicos. Nós trabalhamos com dados públicos, aqueles dados que venceram o período de confidencialidade.

E trabalhamos também, na ANP – porém não podemos ceder –, aqueles dados que são de aquisição não exclusiva.

Só para vocês terem uma ideia, por exemplo, na área do pré-sal, a maioria dos levantamentos sísmicos é não exclusiva. Portanto, é um dado que as empresas, em geral, usam e podem comprar das empresas de serviço autorizadas pela ANP a adquirir. O que faz diferença é a interpretação, e essa interpretação é exclusiva de cada companhia.

Dados confidenciais têm confidencialidade que varia, dependendo do dado, de dois a dez anos.

Nós disponibilizamos os dados públicos, regulados através da Portaria ANP nº 114/2000. Nós disponibilizamos os dados regidos por essa portaria para usuários associados ao BDEP, que assinam conosco um termo de acesso; nós disponibilizamos, para usuários eventuais... Como eu disse para vocês, qualquer cidadão brasileiro residente no Brasil pode ter acesso a esses dados, qualquer empresa constituída sobre as leis brasileiras pode ter acesso a esses dados, desde que eles sejam públicos, e eles são absolutamente gratuitos para universidades. Então, universidades podem ter acesso gratuito a esses dados, eles têm cotas para trabalhos de mestrado, doutorado, iniciação científica, etc. E nós temos também nós mesmos, como usuários internos para estudo das bacias sedimentares.

Quem mais acessa o dado? As empresas de petróleo associadas ao BDEP. Mas nós temos acesso de todas as outras áreas, como eu disse para vocês.

As universidades usam muito nosso banco de dados para estudos e para teses de mestrado, doutorado, pós-doutorado, graduação, etc. Quem são as empresas associadas ao BDEP? Tenho 44 empresas associadas ao BDEP. Vocês veem o logo de todas elas aí. A Petrobras, por exemplo, é uma empresa associada ao BDEP. Por quê? Porque ela também se beneficia de informações adquiridas por empresas de serviço autorizadas pela ANP, por levantamentos promovidos pela própria ANP e por dados adquiridos por outras petroleiras. Enfim, tenho 44 empresas associadas ao BDEP.

Para vocês terem uma ideia, quem pede dados? Que dados se pedem ao BDEP? Que dado o BDEP entrega às empresas petroleiras? Em geral, são aquisições sísmicas, perfil de poço, pasta de poço e programas não sísmicos.

Toda vez que vamos ter uma licitação, a demanda por esses dados aumenta; após a licitação, a demanda diminui. Mas o dia a dia das empresas demanda dados que vão sendo adquiridos e se tornando públicos ao longo do tempo.

De novo, pacote de dados. Quando a gente faz uma licitação, para que as empresas conheçam a área

e para que se interessem pela área a ser licitada, a Agência Nacional do Petróleo prepara um pacote de dados de informações.

Como a gente faz isso? A gente vai ao nosso banco de dados; servidores da ANP vão ao nosso banco de dados, selecionam esses dados, levam esses dados a um ambiente isolado do banco de dados e, a partir daí, através desse ambiente isolado, esse dado é disponibilizado de novo. Dependendo do seu volume, pode ser um DVD, pode ser um HD externo e pode ser até um ambiente isolado em que se dá *download* desse dado pré-selecionado.

Segurança da Informação. Nós temos o escritório de segurança da informação, mas a maior segurança de informação que nós podemos ofertar é o banco de dados desconectado da Internet.

O nosso núcleo de informática é responsável pelo monitoramento e pela adequação do ambiente computacional do BDEP. E ele está nos termos da nossa instrução normativa, que é a nossa IN nº 6, de 2013.

O BDEP está em plena conformidade com todos os nossos preceitos de segurança de informações.

Eu vou mostrar para vocês a nossa sala-cofre. Nós temos uma sala-cofre. O BDEP funciona dentro de uma sala-cofre.

Está aí a fotografia do nosso BDEP e da nossa sala-cofre. Essa aqui é a foto da porta da sala-cofre.

A nossa sala-cofre é à prova de incêndio, inundação, balística e outras ameaças, além de não estar conectada com a Internet. Portanto, só de olhar essa fotografia, vocês vão ver que não é fácil entrar nessa sala-cofre.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito bem, Srª Diretora-Geral da ANP, nós agradecemos a sua exposição inicial e passamos agora, imediatamente, às interpelações. E, conforme determina o Regimento, tem prioridade à palavra os Senadores autores dos requerimentos. Nós fomos informados de que o Senador Requião apresentou um requerimento também contendo alguns adendos. Então, a sugestão é que façamos um primeiro bloco com os três autores – Senador Ricardo Ferraço, que também é o Relator da CPI; Senador Randolfe e Senador Requião. Em seguida, a Diretora Magda dará as respostas e, na sequência, passaremos a blocos de três ou quatro. Está bem?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – V. Exª poderia anunciar o segundo bloco?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu peço inscrição também, Senadora. Inácio Arruda.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O.k., Inácio.

O segundo bloco: Senador Pedro Simon – fora os três que já comuniquei –, Senador Flexa, Senador Suplicy, Senador Aloysio Nunes,...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pedro Taques.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ...Senador Eduardo Braga, Senador Anibal, Senador Inácio Arruda e Senador Pedro Taques.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Wellington, Senador Blairo. Havia outra solicitação? *(Pausa.)*

Não. Então, fica assim.

Passo a palavra ao nosso Relator, Senador Ricardo Ferraço, e também Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Senador Ricardo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Dra Magda, nós estamos na antessala de um dos mais importantes eventos na área da energia, em nosso País; estamos na antessala do leilão do Campo de Libra, não apenas do leilão do Campo de Libra, mas também do primeiro leilão sob regime de partilha. O Campo de Libra é como a joia do tesouro do setor de petróleo e gás do nosso País, pelas enormes e extraordinárias perspectivas desse Campo, estimadas em pelo menos 12 bilhões de barris.

V. Sª, na condição de Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, que coordena esse leilão, deve ter tomado conhecimento das denúncias do Snowden através do correspondente do jornal *The Guardian*, o jornalista Glenn Greenwald, sobre ameaças de que os sistemas não apenas da Petrobras, mas também da Agência Nacional do Petróleo, sistemas de proteção às informações relevantes da Agência Nacional do Petróleo, de que esses sistemas poderiam ter sido violados e que isso poderia produzir um leilão com assimetrias ou com desigualdade de oportunidades na competição desse leilão.

Minha pergunta é direta, objetiva e prática a V. Sª: pela responsabilidade que V. Sª tem à frente dessa importante agência, V. Sª dá fé pública de que esse leilão será feito sem que tenha havido qualquer violação às informações estratégicas que possibilitem um leilão limpo, com igualdade de oportunidade a todos

aqueles que desejam participar dessa competição? Pela explanação que V. S^a fez dos projetos desenvolvidos diretamente ou não pela Agência Nacional do Petróleo, V. S^a dá fé pública de que esse leilão que será realizado na segunda quinzena de outubro, quero crer que no dia 21 de outubro, será realizado com isenção dessas informações? V. S^a pode assegurar à sociedade brasileira que esse leilão será conduzido e será feito com absoluta isenção?

Essa é a pergunta que quero fazer por ora, Sr^a Presidente, a S. S^a a Dr^a Magda.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, não.

Já concluiu, Senador Ferraço?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr^a Presidente. Acho que essa é a questão chave. No mais...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É, porque, na condição de Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, ou eu faço as perguntas... Porque temos aqui um conjunto de...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Não, estamos defendendo que ela responda.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Estou reforçando...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É uma premissa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...a solicitação de V. S^a como premissa, por quê? Porque as motivações que convergem para esta audiência pública são motivações da Comissão Parlamentar de Inquérito, e há um conjunto de outras motivações por conta da Comissão de Assuntos Econômicos.

Da parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, onde fui designado Relator, esta é a pergunta-chave, este é o código-fonte para que possamos seguir adiante. Então, se pudéssemos ter essa resposta por parte da Dr^a Magda... Quero crer que a responsabilidade dela e de quem compõe e tem a tarefa de responder pela isenção desse leilão diz tudo.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

Lendo e não apenas ouvindo os questionamentos do nosso Relator, mas sentindo que também é um desejo dos Srs. Senadores aqui presentes, vamos mudar um pouco a metodologia anunciada no início em decorrência da simplicidade mas da profundidade do questionamento do Relator.

Então, passo a palavra imediatamente à nossa Diretora-Presidente Magda Chambriard.

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – Senador Ferraço, eu só vim aqui para responder essa pergunta.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – Pois é. Então, vocês fiquem absolutamente tranquilos. A Agência Nacional do Petróleo promove essas licitações em área pública, em área da União, trabalhando com dados e informações públicas e não exclusivas. Os dados estão absolutamente disponíveis com igualdade de oportunidades a todas as empresas. Não tenho dúvida nenhuma da igualdade de oportunidades a todos os participantes. Essa dúvida nós não temos.

Nós monitoramos também, a partir do momento do anúncio de Libra, quantas empresas entraram no nosso banco de dados e pediram acesso a essas informações. Então, a partir do dia 25 de junho, 18 empresas adquiriram esses pacotes de dados. Todas essas empresas têm todo o pacote de dados. Além disso, as empresas associadas ao BDEP já têm dados dessas áreas desde 2010, porque a Agência Nacional do Petróleo não trabalha para licitações com dado confidencial. O dado é público. Da área de Libra, por ser uma área da União, por definição, qualquer dado dela é público. Então, o dado é público.

O dado sigiloso, Senador, será a interpretação das empresas, e com isso nós não trabalhamos. Trabalhamos com interpretação da Agência Nacional do Petróleo. Trabalhamos com dados absolutamente públicos e divulgados para as empresas, mediante um pequeno pagamento, com toda uma regra muito bem definida no nosso banco de dados de exploração e produção.

Portanto, Senador Ferraço, fique absolutamente certo de que há plena igualdade de oportunidades a todos os participantes. E se algum participante tem dúvida sobre isso, ele pode ficar absolutamente tranquilo. Ele tem até amanhã, dia 18 de setembro, para manifestar interesse à Agência Nacional do Petróleo de participar do leilão de Libra, com a nossa garantia de plena igualdade de oportunidades a todos os participantes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. S^a está afirmando, portanto, que não há hipótese de o sistema de informação e proteção da Agência ter sido violado naquilo que é fundamental, que é a garantia de uma competição simétrica?

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – Estou afirmando isso, sim, mas eu estou afirmando mais ainda. Estou afirmando que qualquer cidadão, pessoa física, domiciliado no Brasil, e qualquer empresa, sendo petroleira ou não, constituída sob as leis brasileiras, pode ir ao

BDEP buscar essas informações. Então, V. Ex^a também pode. Se V. Ex^a preencher uma guia e pagar a taxa no banco, eu lhe dou as informações num HD externo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – E não é caro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós temos ainda, evidentemente, no desenvolvimento das nossas atividades, que fazer esse mesmo tipo de questionamento para a Petrobras, mas não me parece apropriado e adequado que façamos à Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo; e, sim, à Dr^a Graça Foster, que estará presente conosco amanhã, para que, com relação à Petrobras, a Presidente possa responder.

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – E queria acrescentar o seguinte: a lei do pré-sal diz que a Petrobras vai ser operadora mandatária – na licitação de Libra, a Petrobras é a operadora mandatária com 30% –, mas a Petrobras também precisará adquirir o dado na Agência Nacional do Petróleo. Então, o dado que a Petrobras vai trabalhar para Libra também é um dado que ela vai precisar pagar aquela taxa de que falei para V. Ex^a. Vai manifestar interesse na Agência Nacional do Petróleo e adquirir o dado, e nós vamos separar também o HD externo da Petrobras, que vai levar os dados e informações. Na verdade, já levou.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Muito obrigado, Dr^a Magda.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nós agradecemos ao nosso relator. E, na sequência, passamos agora ao Senador Randolfe.

Senador, são cinco minutos, de acordo com o Regimento, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigada, Presidenta.

Presidenta Vanessa, Senador Ricardo Ferraço, Senador Lindbergh, eu lhes agradeço.

Dr^a Magda, qual a empresa que V. Ex^a disse que é administradora do banco de dados da ANP?

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – O nosso banco de dados funciona com servidores da Agência Nacional do Petróleo. A administradora do banco de dados, na verdade, a empresa que nos apoia, em termos de serviços terceirizados de informática analítica, operadores de sistema e tal, chama-se Capgemini.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – De onde é essa empresa?

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – É brasileira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Até 2009, qual era a empresa responsável?

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – Até 2009, nós tínhamos um *software*. Tenho certeza de que todos vocês aqui usam Microsoft e nem por isso estão impressionados com Bill Gates. Apple...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Só Senadores?

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – O banco de dados começou com um *software* da Halliburton.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Desculpe-me, Dr^a Magda.

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – A Halliburton foi a empresa que adotamos, no início, para fazer *software*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – A Halliburton do Dick Cheney, o Vice-Presidente americano.

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – Isso, o *software*. Eu também uso o do Bill Gates e o da Apple, do Steve Jobs, e todos esses, porque eu tenho certeza...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Mas a senhora há de convir que tanto a senhora, como pessoa física, quanto eu não temos dados estratégicos para a soberania nacional do petróleo brasileiro.

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – Quando estou dizendo eu, estou dizendo a Agência Nacional do Petróleo. Não existe um único computador no Brasil que não passe por isso, inclusive os computadores mais *top secrets*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Não, Doutora. O que estamos dizendo é o seguinte: a senhora está dizendo que, até 2009, então, o banco de dados era administrado pela Halliburton, está dizendo que a empresa...

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – Não digo que era administrado, não. A administração é da Agência Nacional do Petróleo. Nós usávamos o *software* Halliburton, como o usamos ainda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Ainda usamos.

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – O *software* é da Halliburton; o *software*, está certo? Na verdade, ela acabou de vencer uma licitação, fizemos a licitação para esse *software*, banco de dados. De cinco em cinco anos, temos que licitar o banco, usamos o...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Dr^a Magda, nós ainda usamos o *software* Halliburton.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Randolfe, V. Ex^a, pelo que eu percebo, está optando para fazer

questionamento e respostas imediatas. São cinco minutos corridos. Então, é melhor V. Ex^a, Senador Randolfe Rodrigues, fazer as perguntas, Presidente, e, depois, teremos as respostas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Estamos tendo esclarecimentos, Presidenta, que acho fundamentais. A Dr^a Magda está nos informando, e eu já estou esclarecido. Ela está nos dando uma informação fundamental, Senador Requião. Ela está nos informando que ainda é utilizado o *software* da Halliburton na utilização dos dados, do banco de dados, da ANP. Juntamente a isso, quero corroborar que era gerido pela Landmark.

É importante destacarmos...

A SR^a MAGDA CHAMBIARD – Todas essas empresas participam. Então, quem nos ajuda a operar é a Capgemini e as empresas de *hardware* e *software* *offsite* são essas aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – A senhora há de convir que, diante disso, não é tão paranormal esses dados serem acessados pela NSI. A partir do que foi identificado pelo jornal *O Globo*, pela reportagem do Fantástico, revelado pelo Sr. Snowden e pelo acesso que a tecnologia da NSI teve dos dados, dos detalhes de dados, do banco de dados da Petrobras e com a participação de um condômino tão grande de empresas norte-americanas, inclusive de uma empresa que tem a participação do Vice-Presidente dos Estados Unidos, haveremos de convir que não há de ser tão paranormal a interferência norte-americana e o acesso norte-americano a esses dados.

Eu corroboro essa informação com um dado complementar: uma das operadoras que fornece dados é a Petrobras e, por mais que esses dados estejam num cofre, os dados que foram violados, conforme nos revela o Sr. Snowden, foram os dados da Petrobras.

Sr^a Presidente, eu tinha outras perguntas, mas a resposta da Dr^a Magda é reveladora.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É por que ele optou por pergunta e resposta. Perguntou se era a Halliburton de empresas somente, Senador Taques.

Senador Requião, V. Ex^a está com a palavra.

Agradecemos ao Senador Randolfe.

Senador Requião. *(Pausa.)*

Senador Requião. *(Pausa.)*

Senador Requião, está abrindo mão dos seus questionamentos?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr^a...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, V. Ex^a está sendo convidado a fazê-los.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr^a Magda, acho que para mim está absolutamente clara a violabilidade insistente e consistente dos dados da sua Agência.

Fiquei um pouco agredido com a sua afirmação de que só um paranormal conseguiria acessar os dados da Agência Nacional, porque, de certa forma, a senhora nos considerou subnormais e subestimou a nossa inteligência. A Landmark geria os dados da Petrobras com *softwares* da Halliburton. Portanto, esses dados, por dez anos, estiveram acessados de forma insistente, consistente, permanente pela empresa do Vice-Presidente dos Estados Unidos Dick Cheney.

Mas não ficamos só por aí. Eu apresentei um requerimento à Comissão da Espionagem pedindo à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e à Polícia Federal cópia integral dos inquéritos destinados a apurar o furto de computadores da Petrobras no início de 2008, que estavam sendo transportados também por uma empresa de contêiner vinculada ao Vice-Presidente Cheney.

Então, de forma clara e absoluta, deixando de lado a indignação que me causa o seu sorriso diante da minha indagação, a senhora está absolutamente vulnerável. A senhora está leiloando uma província petrolífera que equivale hoje, se considerarmos os 15 milhões de barris e US\$112 por barril, 90% do Produto Interno Brasileiro. Se levarmos em consideração que o dólar não continuará a R\$2,30, porque há uma possibilidade concreta de elevação, a senhora está leiloando mais do que o PIB do Brasil.

Dessa forma, eu fico indignado com as limitações que o Regimento da Comissão me impõe dos cinco minutos. Eu teria muitas perguntas a fazer a V. Ex^a e as farei da tribuna do Senado com o tempo que me for disponibilizado, porque aqui, eu já vi, que nós não iremos a lugar algum. Mas vamos lá! Vamos tentar colocar pelo menos uma pergunta inicial das 15 que eu gostaria de lhe fazer e que farei da tribuna do Senado Federal, porque me preocupa sobremaneira os destinos do petróleo brasileiro.

Não me agradou a forma ligeira com que V. Ex^a abordou a questão até agora. Sua agência não é só vulnerável, ela está vulnerada. Ela não trata só de informações públicas, ela tem informações da Petrobras. E a forma com que o leilão foi colocado me levaria até a responder que nós não precisaríamos de espionagem americana. A formatação do leilão já bastaria aos Estados Unidos e prejudica de forma sobremaneira o

Brasil. E essa é uma iniciativa sob o seu comando, não é nem da Halliburton nem da Landmark.

Pois muito bem! Contra a mídia e o cartel internacional do petróleo, o nosso Presidente aprovou a Lei 12.351, do pré-sal, e a Lei 12.276, da cessão onerosa, e as cumpriu, cedendo sete blocos para a Petrobras, que deveriam conter cinco milhões de barris. A Petrobras pagou por eles R\$85 bilhões. Isso permitiu ao Brasil manter a soberania e os lucros no Campo de Franco e ainda aumentar o controle nacional sobre a Petrobras e gerar mais superávit primário. Foi um sucesso!

Por que fazemos o que Lula fez de forma tão exitosa com o Franco ou simplesmente devolvemos para a Petrobras o Campo de Libra, de acordo com o art. 12 da lei do pré-sal, e estamos obrigando a Petrobras a pagar um óleo/lucro de 90% para a União? Não adotar soluções soberanas, que o Presidente Lula e o Congresso Nacional – este Congresso que não é paranormal, mas tem o nacionalismo no peito; Congresso composto de militantes que começaram, na política, defendendo a Petrobras no passado, se expondo nas ruas, combatendo ditaduras –... Pois muito bem! Se este Congresso e o Presidente Lula nos legaram isso, por que entregar o Campo de Libra para o cartel internacional?

Por que a Petrobras, nos últimos anos, foi estrangulada financeiramente, fazendo política anti-inflacionária e assim o bônus malicioso, terrível bônus, que não é bônus porque é considerado no valor da produção do petróleo e portanto progressivamente devolvido, por que esse bônus malicioso que estão exigindo nesse leilão impede a Petrobras e o nosso povo de ser dono dessa riqueza? Por que estão ferindo o legado do Presidente Lula?

Nós somos a continuidade deste Governo. Nós votamos na Dilma porque acreditamos no Lula. E quando digo nós, eu estou falando no povo brasileiro, não apenas nos Parlamentares que estão aqui. E por que estamos excluindo a possibilidade de a Petrobras assumir esse campo? Preocupa-me muito mais, Sr^a Magda Chambriard, o desempenho da Agência Nacional do que a conhecida e reconhecida espionagem dos Estados Unidos sobre assuntos econômicos no Brasil. Preocupa-me muito mais o seu desempenho do que a espionagem americana. Essa preocupação tem que ser levada a fundo.

Eu requeri, Presidente Vanessa, que se estabelecesse um contraditório nessas oitivas. Eu requeri que nessa mesa estivesse, por exemplo, Fernando Siqueira, Presidente da Aepet. Estamos exigindo o contraditório até no Supremo Tribunal Federal. O embargo de injunção não é nada mais do que isso. O Direito Internacional exige a possibilidade do apelo e do

contraditório. Por que essa singela audiência em que nós temos cinco minutos, quando temos uma hora de perguntas a serem feitas e respondidas? E por que não estabelecemos o contraditório na reunião para sabermos o que pensam os técnicos da Petrobras? Quais são os dados que os nossos engenheiros têm? Porque, confesso também a minha convicção, as agências, Sr^a Magda Chambriard, a sua e todas as outras, foram engendradas nos Estados Unidos e aceitas pelo Brasil para impedir a pressão da participação popular nos negócios da República.

Porque me falta tempo, deixo de fazer as perguntas e as lerei no plenário. Mas insisto em que V. Ex^a colocasse em votação na Comissão a oitiva do Fernando Siqueira e a exigência, junto à Polícia do Rio de Janeiro, de nos apresentar os inquéritos do roubo dos dados da Petrobras, para que acabemos de uma vez por todas com essa história que só a paranormalidade acessa os dados dessa agência.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Requião.

Antes de passar a palavra a nossa convidada, à Diretora-Geral Magda, eu gostaria de informar a V. Ex^a, Senador Requião, que o requerimento que V. Ex^a apresentou não foi votado pelo Comissão porque ele foi apresentado posteriormente à reunião da Comissão. Nós aqui estamos fazendo uma reunião com os requerimentos apresentados e aprovados. Entendemos que seria o melhor caminho fazermos conjuntamente com comissões permanentes, até para evitarmos três, quatro debates sobre o mesmo tema e vários Parlamentares que não compõem esta CPI podem ajudar também através de seus questionamentos.

Eu passo a palavra à Diretora Magda.

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – Vou começar pelo Senador Randolfe.

Senador, *softwares* Halliburton, Schumberger etc. são utilizados pelas empresas de petróleo do mundo inteiro. Nós não temos esses *softwares* brasileiros. Então explorar e produzir petróleo depende do uso desses *softwares*; não há *softwares* brasileiros para isso. De forma que a simples decisão de explorar e produzir já enseja o uso de *softwares* dessas empresas. Se os dados da Petrobras foram violados ou não, amanhã vocês terão oportunidade de perguntar para a Presidente da Petrobras, Graça Foster. Eu vou me responsabilizar pelo controle das informações no tocante à Agência Nacional do Petróleo.

Senador Requião, me desculpe. Quando eu falei da paranormalidade eu não quis lhe agredir, não. Desculpe-me. Aceite as minhas profundas desculpas se eu o agredi, não foi essa a minha intenção.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Não agrediu a mim de forma absoluta. Insultou o Senado da República. Não é pessoal.

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – Então, nesse caso, eu peço desculpas ao Senado Federal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Não se preocupe. Não precisa pedir nenhuma desculpa para mim.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Requião, essa é a opinião de V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Eu não me senti insultado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Também não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu também não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Essa é a opinião do Senador Requião.

Com a palavra a Diretora Magda.

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – Em relação aos nossos dez anos que estiveram acessados, na verdade, esses foram anos de aquisição de muito dado. Então, com respeito ao dado de Libra, vocês vão ver que Libra mudou de feição a partir de um levantamento sísmico, não exclusivo, adquirido muito recentemente por uma empresa de aquisição de dados chamada CGG Veritas. Eu tive oportunidade de vir aqui ao Senado Federal em uma comissão conjunta, CAE e Infraestrutura, quando apresentei o projeto de Libra com mais profundidade, a pedido do Senador Lindbergh e do Senador Collor.

Nesse momento, o que mostrei para vocês foi que, no começo desse ano, fruto dos dados e informações de que dispúnhamos, imaginávamos que Libra fosse algo do porte de cinco bilhões recuperáveis, o que já era muito. No início de abril, fruto de uma interpretação sísmica, de um dado novo, adquirido pela CGG Veritas e, como diz o jargão técnico, processado em profundidade, isto é, o dado sísmico em tempo, acoplado às informações dos poços, entendemos que Libra, na verdade, era muito maior do que supúnhamos originalmente, portanto, uma oportunidade de oito a doze bilhões de barris. De novo, informação e interpretação fruto de dado absolutamente público e disponível para as empresas de petróleo.

Quanto à iniciativa sob meu comando, vou lhe dizer que as agências hoje são operadas por brasileiros concursados, cedidos de instituições públicas. É dessa forma que temos lá. Temos hoje uma agência com cinco diretores. São três professores de universidades públicas brasileiras e dois servidores concursados da Agência que acabaram de ser indicados pela Presi-

dente da República e aprovados pelo Senado Federal para assumir a Diretoria da Agência Nacional do Petróleo. Portanto, são pessoas públicas concursadas e, eu diria, bastante dedicadas ao interesse público, pelo menos é dessa forma que me defino. Estou trabalhando na Agência com a plena convicção de que tenho que trabalhar pelo interesse público. Hora nenhuma tive essa dúvida.

Nacionalismo, posso dizer que ele também está no nosso peito. O nacionalismo faz parte do espírito da Agência Nacional do Petróleo. Certamente, trabalhamos pelo Brasil, não por outra coisa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A ANP armazena dados em nuvem?

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – Não.

Convido o senhor para visitar o nosso banco de dados, caso o senhor deseje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Será um prazer.

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – O Paulo Cesar, assessor legislativo do Senado, esteve lá visitando o banco. Ele visitou, ele viu com os seus próprios olhos.

Quanto à Petrobras ser estrangulada, não posso falar sobre isso. Posso dizer o seguinte. A Agência Nacional do Petróleo implanta a política emanada do Governo. Portanto, essa lei que estamos implantando foi sancionada pelo Presidente Luiz Eduardo Lula da Silva, em 2010. Foi ele que sancionou a lei do pré-sal. *(Pausa.)*

Luiz Inácio, desculpe.

Estou olhando para o Senador Eduardo Suplicy e sendo contaminada pelo... *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Ele foi candidato nas primárias contra o Lula, mas acho que já desistiu.

A SRª MAGDA CHAMBRIARD – Então, essa lei foi sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Estamos implantando exatamente a lei que ele sancionou.

Quanto a Lula, eu diria que é realmente uma oportunidade muito bacana para o Brasil. É um campo, realmente, uma área muito grande, uma área descoberta, uma área onde estamos demandando que boa parte dos seus bens e serviços sejam adquiridos no Brasil, de empresas brasileiras. Isso garante uma demanda muito importante, uma inserção de tecnologia para o Brasil extremamente importante. Só para vocês terem uma ideia, quando falo de uma área dessa, com possibilidade de utilizar de 12 a 18 plataformas de grande porte, 60 a 90 barcos de apoio, estou falando de encomenda na veia para indústria nacional de

grandes máquinas, grandes compressores, grandes navios, tudo aquilo que se precisa para fazer o Brasil mudar de patamar.

Estou absolutamente convencida que um país como o nosso, com 8 mil quilômetros de costa, milhares de quilômetros de rios navegáveis e 25% da exploração e produção de águas profundas do mundo, não pode sobreviver sem uma indústria naval pujante. Isso que estamos ofertando é também demanda para dar perenidade e eficácia para nossa indústria naval, por exemplo, além de uma série de equipamentos, submarinos, e estamos a um passo de nos tornarmos no Brasil exportadores, graças a tudo isso.

A área de Libra é tão grande que nenhuma empresa vai atuar em uma área dessa sozinha. Vocês vejam que a Petrobras, por exemplo, atua no campo de Lula em parceria, no campo de Sapinhoá em parceria, na área de Júpiter em parceria, na área do BMS-21 em parceria, porque esses projetos são muito grandes. O desafio de acesso a essa reserva é muito grande. Estamos com Libra a quase 200km da costa. Vamos demandar poços que podem chegar a 7 mil metros de profundidade e lâminas de água de 2 mil metros ou mais. Estamos atravessando horizontes de sal de 2km. Tudo isso é um desafio operacional, que certamente a Petrobras pode enfrentar, mas é também um desafio logístico, técnico, econômico e financeiro extremamente grande, que só pode ser acessado com compartilhamento de empresas, eu diria até de países.

Recentemente, nos 15 anos da Agência Nacional do Petróleo, demos um prêmio de tecnologia à Petrobras. Por que fizemos isso? Fizemos isso porque fizemos um balanço dos investimentos que foram feitos em pesquisa e desenvolvimento obrigados pelos contratos de concessão. Investimos ao longo de 15 anos, um valor da ordem US\$3,5 bilhões em pesquisa e desenvolvimento. Para os próximos 10 anos, serão mais de 10 bilhões investidos em pesquisa e desenvolvimento em prol da sociedade brasileiro.

Fruto desses investimentos, a Petrobras conseguiu fazer projetos dos quais pinçamos um para dar o prêmio de tecnologia à ANP. Ele é um projeto de separação óleo-água, um piloto que vai ser instalado no campo de Marlim. Vai separar óleo-água e, consequentemente, aumentar a produção do campo de Marlim e de outros, cuja produção decaiu pelo aumento de produção de água. Esse projeto foi feito pela Petrobras em parceria com empresas norueguesas e com o próprio centro de pesquisa na Noruega, como dito pelo Diretor Formigle, nos 15 anos da Agência Nacional do Petróleo.

Portanto, a parceria tecnológica para esses projetos faz parte do dia a dia e vem em benefício do Brasil. Não posso ter dúvida nenhuma disso.

De novo, agências engendradas nos Estados Unidos. Nesse ponto, pedi desculpas ao Senado Federal, mas vou pedir, por mim mesmo, a todos os servidores das agências nacionais do Brasil, sejam elas ANP, Aneel, Ancine, ANTT e todas as outras, Antaq, Anac, peço desculpas para todos os servidores das agências brasileiras, porque não podem ser confundidos com nenhum Snowden, com nenhum espião americano, porque estão trabalhando duro, inclusive com sacrifícios familiares importantes, como é o meu caso.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Diretora Magda.

Concluído o primeiro bloco, passo a palavra agora ao Senador Pedro Simon.

Com a palavra V. Exª, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Srª Presidente, pediria atenção de V. Exª e dos ilustres membros da Comissão para ler um documento que foi feito por ilustres funcionários da Petrobras, que têm um pensamento e uma preocupação muito grande e que acham que o momento de analisar essa questão é exatamente agora.

Srª Presidente, desde a primeira vez que nos reunimos, eu achei que seria muito importante uma reunião da atual Presidente da Petrobras com o Sr. Gabrielli, que foi um ex-Presidente da Petrobras. O Sr. Gabrielli faz acusações as mais graves e é radicalmente contrário ao que está sendo feito agora. Acho que colocar frente a frente os dois seria o mínimo que poderíamos fazer, o início do que queríamos fazer.

É exatamente sobre isso que eu faço a leitura desse documento que considero da maior importância.

O Brasil precisa encontrar formas de equacionar sua necessidade de obter receitas que não sejam através de leilões, pois a Petrobras domina a tecnologia, tem os recursos necessários e já descobriu mais de 60 bilhões de barris no pré-sal: Tupi – 9 bilhões; Lara – 4 bilhões; Franco – 9 bilhões; Carioca – 10 bilhões; Sapinhoá – 2 bilhões; Libra – 15 bilhões; Área das baleias (ES) – 6 bilhões; e outros menores – 5 bilhões.

Estas descobertas somadas aos 14,2 bilhões existentes antes do pré-sal dão ao País uma autossuficiência superior a 50 anos. Assim, o País pode, de forma mais racional e em seu interesse, explorar todo o pré-sal sem açodamento.

Nenhum país soberano, independente, leiloa petróleo já descoberto. Aliás, Woodrow Wilson, ex-presidente dos EUA dizia: “A Nação que possui petróleo em seu subsolo e o entrega a outro país para explorar

não zela pelo seu futuro”. Aqui não se trata nem mais de explorar, mas de desenvolver a produção de campo perfurado, testado e comprovado.

O campo de Libra foi adquirido pela Petrobras para aumentar o seu capital por participação da União através da cessão onerosa de 7 blocos para a Petrobras por conta da Lei nº 12.276/10, onde deveriam extrair os estimados 5 bilhões de barris.

A Petrobras pagou à União por esses blocos. Quando perfurou o campo de Franco, encontrou reserva de 9 bilhões de barris; quando perfurou Libra, achou reserva da ordem de 15 bilhões de barris, o que ultrapassou o limite dos 5 bilhões de barris. Junto com o campo de Franco, que lhe é interligado, revelaram reservas de cerca de 24 bilhões de barris.

Esta, sem dúvida, é uma área de energia do mais alto interesse estratégico para o País, e, em conformidade com o art. 12 da Lei nº 12.351/10, a ANP deveria negociar um contrato de partilha com a Petrobras dos 19 bilhões excedentes aos 5 bilhões cedidos, mantendo essa riqueza no País para o bem do povo brasileiro.

Entretanto, ao invés disso, a ANP tomou o campo da Petrobras e o está leiloando. É algo inédito no mundo.

Nem país militarmente ocupado leiloa petróleo já descoberto. Por que o Brasil, livre e soberano, faria essa gentileza a essas grandes petroleiras?

A Petrobras não foi ressarcida das perfurações de Libra e Franco nem é isso o que se busca, mas tal fato corrobora a afirmativa de vários diretores de que Libra fez parte da cessão onerosa. Assim, a Petrobras terá que desembolsar de imediato R\$4,5 bilhões para ficar com 30% do campo, ou R\$15 bilhões para ficar com 100% de um campo que já lhe pertencia.

Para se ter uma ideia, R\$4,5 bilhões é o valor de um sistema de produção FPSO com capacidade para 200 mil barris por dia e que a empresa poderia estar comprando para produzir Libra.

É importante colocar os números em jogo: o Governo pode receber algo da ordem de grandeza de R\$15 bilhões, que pode dobrar, mas o valor recuperável que o campo de Libra guarda é de R\$1.650 bilhões, mais de dez vezes, que deixarão de estar sob o controle do Brasil e mesmo supondo que metade retorne ao País pela Lei de Partilha, o Brasil ainda assim perderia para as empresas estrangeiras R\$800 bilhões.

Outra coisa: a Lei nº 12.351/2010, em seu artigo 18º, estabelece um percentual fixo do excedente em óleo, a ser pago à União Federal para definir o vencedor do leilão.

No entanto, a Agência Nacional do Petróleo estabeleceu, por conta da Portaria do CNPE, uma variação desse percentual em função da produção diária por poço (unidade de produção) e do preço do petró-

leo, sem que haja dispositivo legal que dê cobertura a esta atitude.

E foi além: o edital criou a possibilidade de o produtor levar grande vantagem sobre a União. A tabela publicada na página 41 do edital explicita esse risco: quando as condições são muito favoráveis a ambos (produção por poço superior a 24.000 b/dia e o preço barril acima de US\$170), o consórcio cede 3,9% do seu percentual para a União. Por outro lado, quando as condições forem muito desfavoráveis, para ambos, (produção por poço abaixo de 4.000 barris por dia e o preço do petróleo abaixo de US\$60), a União abre mão de 26,9% do seu percentual de óleo lucro em favor do Consórcio. Ou seja, o risco é todo da União. O consórcio é ressarcido de tudo. Procede este absurdo?

O bônus de assinatura estabelecido, de R\$15 bilhões, por lei, não pode ser ressarcido em nenhuma hipótese. No entanto, a resolução número 5 do Conselho Nacional de Política Energética e o contrato de partilha elaborado pela ANP dizem que o bônus de assinatura será considerado no cálculo do custo em óleo. Isso significa que o bônus será abatido da parcela que o consórcio vai pagar à União, ou seja, o bônus será compensado ao longo do contrato. Isto fere a Lei nº 12.351/2010.

Que negócio mal amarrado é esse? O consórcio sócio da Petrobras paga, mas depois é ressarcido.

A ANP estabeleceu no edital a exigência de “operador A” para todos os consórcios concorrentes. Por lei, a Petrobras é a operadora única dos campos do pré-sal. Logo esta exigência é descabida e cria uma ameaça: o Governo vem impondo à Petrobras obrigação de importar derivados no mercado internacional e repassá-lo para as distribuidoras internacionais, suas concorrentes, a preços bem menores. Isso vem estrangulando a Petrobras, financeiramente, de modo a inviabilizar a sua atuação no pré-sal, entregando todo o petróleo para o cartel internacional, em detrimento do povo brasileiro, dono dessa riqueza.

Erra o Governo em obrigar e erra Petrobras em obedecer. Ambos ferem a lei das S.A, a Lei nº 6.404/1976. E a Petrobras ainda transgredir o seu regulamento, que proíbe este tipo de lesão aos seus acionistas não controladores, hoje, detentores de 52% do seu capital social.

Alem do mais, lembramos que as multinacionais exportam o óleo bruto, o que gera prejuízo para o País. Só de impostos, a perda é de 30%, devido à isenção de impostos de exportação pela Lei Kandir. Não refinar no País significa empregos perdidos aqui e geração no exterior com a construção e operação de refinarias.

O edital estabeleceu um percentual mínimo de 41,65% do óleo lucro, de um campo já descoberto,

testado e comprovado. É uma aberração, se considerarmos que os países exportadores ficam com a média de 80% e os Emirados Árabes, a sexta maior reserva de petróleo do mundo, como lembra o Ministro Lobão, fica com 98% do rendimento do campo. Ora, o campo de Libra, que deve ser hoje o maior campo do mundo descoberto, testado e com risco zero, não pode ser leiloado nem ter um percentual mínimo de retorno tão baixo para o Brasil. A quem interessa essa regra incompreensível?

Os artigos 2º (2.8.1) e 6º (6.3) do contrato de partilha do leilão de Libra rezam que os royalties pagos serão ressarcidos em petróleo. Isso é expressamente vedado pelo artigo 42 § 1º da Lei nº 12.351/2010. Portanto, o contrato desrespeita frontalmente a legislação.

Inclusive esta foi uma das maiores preocupações nossas quando da tramitação da Lei da Partilha. Não faz sentido, e é até imoral, a empresa pagar os royalties e ser ressarcida em petróleo. Quem ganha com isso? Que contabilidade perversa é essa?

Mais uma distorção: a Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis publicou o texto final do Edital e do Contrato referentes ao leilão de Libra antes do parecer do TCU.

Ora, pela Constituição, o Tribunal de Contas União é o órgão que representa o Poder Legislativo nas funções de fiscalização contábil, financeira e patrimonial da Administração Direta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e renúncia de receitas.

Ocorre que o edital e o contrato, conforme já mencionado, contêm artigos que favorecem os consórcios em detrimento da União.

Os elementos aqui arrolados já seriam suficientes para a suspensão dos atos aqui contestados, situação que se agrava diante da recente divulgação de espionagem sobre informações estratégicas da Petrobras, realizada pelo governo norte-americano.

É de conhecimento geral que nos computadores da Petrobras se encontram dois tipos de informações estratégicas, imensamente cobiçadas por suas concorrentes: a tecnologia de exploração em águas profundas e o acesso em tempo real das análises geológicas das características físicas e econômicas dos poços em áreas com maior potencial de produção do óleo do pré-sal.

A obtenção ilegal de informações estratégicas da Petrobras beneficia, por óbvio, os seus maiores concorrentes no mercado internacional de petróleo, dentre as quais, as norte-americanas [e não por coincidência] Chevron e Exxon, a inglesa British Petroleum e a anglo-holandesa Shell.

Se o conjunto de irregularidades detectadas nos atos normativos do certame já eivavam o processo de

vícios insanáveis, a comprovação da espionagem norte-americana nos arquivos e comunicações corporativas da Petrobras agride a soberania nacional e compromete irremediavelmente a realização do pretendido leilão.

Na eleição de 2010, a Presidente Dilma declarou enfaticamente que o pré-sal era nosso passaporte para o futuro e que entregar o pré-sal era perder dinheiro necessário ao nosso desenvolvimento.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) –

O leilão dos campos do pré-sal, particularmente o de Libra, que não tem mais qualquer risco, é pura entrega [ao capital estrangeiro, roubando ao Brasil sua riqueza e sua afirmação como Nação].

O ex-Presidente Lula, por ocasião do anúncio da descoberta do pré-sal afirmou que o pré-sal era um patrimônio da Nação não era para ser entregue a meia dúzia de empresas.

À vista disso, entendemos que cabe ao Congresso Nacional impedir a realização do referido leilão.

Essas são as minhas considerações.

Gostaria que a Srª Presidente da ANP, Srª Magda, esclarecesse de maneira inequívoca esses graves pontos que nós Senadores levantamos e os justificamos perante o País para sustar esse ato, senão lesivo, pelo menos temerário aos superiores interesses de seu povo.

Srª Presidente, volto a repetir que acho muito importante o Sr. Gabriel vir aqui e dizer, cara a cara, a presidente as razões que faz ele... Vamos fazer justiça: desde que o Sr. Gabriel deixou a presidência da Petrobras a sua administração vem sendo criticada duramente. Várias e várias e várias críticas são feitas e ele nunca as respondeu. Ele está quieto – eu fico até impressionado – e nunca as respondeu! Agora, sem mais nem menos, com relação a isso, ele vem, e vem de uma maneira dura e radical dizendo que é um absurdo e que deve ser proibido. Eu creio, com toda sinceridade, que isso é por demais importante.

Outra coisa com relação à sabotagem. Se a Presidente da República vai deixar de fazer uma visita oficial aos Estados Unidos, o que para qualquer outro país é uma coisa normal, mas os Estados Unidos pensa que é o céu, e durante este ano só um presidente no mundo é convidado para fazer uma visita oficial para ser recebido, e ela está suspendendo a viagem, depois da informação da sabotagem, é porque ela deve ter alguma razão. Se não tivesse nada, ela aceitaria o telefonema e não faria isso, que é um ato de desagravo suspender a sua ida. Acho a questão muito séria. O mínimo que o Governo poderia fazer é suspender o leilão. O que está parecendo aqui, o que estamos

sentindo aqui é que o Governo da Presidente Dilma estava muito amarrado em questão como o mensalão e tudo o mais, e quer deslanchar, e para esse deslanche, desde que o Lula lançou o segundo plano de avanço ainda não começou... Então, essas são... É botar o Brasil nas manchetes do mundo e fazer um grande trabalho na extração de petróleo.

Eu acho que ela está certa. Eu acho que é correto. Mas um mês a mais e um estudo mais profundo e prorrogar um pouco não significa que ela vá perder.

Sinceramente, essa exposição, que digo que é feita pelo grupo muito importante de dentro da Petrobras, gente que é simpática ao Governo, que trabalha no Governo e que está preocupado com a Petrobras, mas que tem esse pensamento.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Quero registrar aqui que, com a benevolência não só da direção dos trabalhos, mas de todos os seus colegas, V. Exª usou, por 15 minutos, da palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – É a idade, Srª. Presidente. Eu tenho 83 anos, ele tem 40...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Todos aqui concordaram com que V. Exª usasse o tempo que efetivamente usou.

Quero dizer que objetivo desta audiência, não só por parte da CPI, mas das demais Comissões, cujo autor do requerimento foi o Senador Randolfe, é discutir a questão da espionagem; do acesso ou não a informações importantes.

Então, agradecendo à manifestação e à colaboração do Senador Pedro Simon, seguimos.

Convido o Senador Flexa para fazer uso da palavra; na sequência, o Senador Suplicy.

Senador Flexa, V. Exª não tem 82 anos, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente da CPI – eu já estou quase lá; posso falar por 12 minutos (*Risos.*) –; Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores; Srªs Senadoras, Srs. Senadores; Drª Magda Chambriard, Diretora-Geral da ANP.

Drª Magda, vou ser objetivo na feitura das perguntas. Até porque elas são preocupantes como aqui citado.

Como relação à espionagem, V. Sª já respondeu o que nós queríamos saber. Já nos deu uma tranquilidade maior. Agora vamos tirar a preocupação com relação ao leilão do campo de Libra, aqui já questionado pelo Senador Pedro Simon.

Eu, nessa mesma linha, lhe pergunto, objetivamente: o leilão do campo de Libra será feito segundo o

regime de partilha estabelecido pela Lei nº 12.531, de 22 de dezembro de 2010? Se a resposta for positiva – como deverá ser –, qual o critério de seleção da proposta vencedora e como foi estabelecido esse critério?

Na mesma linha de preocupação do Senador Pedro Simon, de acordo com o edital do leilão do campo de Libra, na tabela 10 (pág. 41), na melhor das hipóteses, o percentual de partilha da União é de 3,91%/ Esta é a tabela que está no anexo do edital.

Ora, se, no sistema de partilha, a Petrobras teria ou o Governo teria direito, no mínimo, 40% do lucro do petróleo excedente, acima, como é que, nesse leilão, essa tabela pode reduzir isso?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – V. Exª me permite?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Apenas para comunicar V. Exª que saiu a notícia de que a Presidente, oficialmente, cancelou a viagem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Então, nessa hipótese, dentro desse quadro, a partilha para a União é de 3,91% acima do lance ofertado e, na pior das hipóteses, 31,71%. Os dois extremos: na melhor hipótese e na pior hipótese.

Está estabelecido no edital que – como se vê são 41,65% e não são 40; e mais do que está previsto: 41,65% – poderia caber à União valores tão baixos como 14,93%, que são exatamente os 3,91% dos 41,65%. Então, a União ficaria apenas com 14,93% do excedente e não os 41,65%, ou os 40, que são o mínimo que a partilha observa.

Por que o risco da exploração não ser tão bem-sucedida quanto o anunciado pela propaganda ufanista do Governo Federal é jogado nas costas da União somente?

Outra pergunte: se garantido por lei o respeito ao percentual mínimo de excedente em óleo a ser recebido pela União, e tendo sido esse percentual estabelecido por resolução do Conselho Nacional de Petróleo em 40%, como é possível que haja diversas situações previstas no edital do leilão do campo de Libra da tabela 10 – a que eu me referi, à pág. 41 – em que a participação da União pode cair abaixo dos 40% do excedente em óleo?

Tenho uma outra pergunta, Drª Magda. Quando V. Sª esteve aqui para ser sabatinada para ser escolhida como Diretora-Geral da ANP e aprovada pelo Senado, àquela altura, a *Folha de S. Paulo* veiculou notícia de funcionário que frequentou, em 2007, por oito meses, a Agência, ao mesmo tempo em que estava contratado por uma consultoria do setor petrolífero. Esse, sim, é um risco grande. Então, o técnico, o funcionário, o

geólogo era o Sr. Paulo Araripe. Naquela ocasião, a da sabatina, V. S^a disse não se lembrar. Então, eu gostaria de saber se V. S^a já obteve as informações, já que assumiu a Diretoria-Geral da ANP e como ocorreu a possibilidade de um funcionário da ANP ser ao mesmo tempo funcionário contratado de uma consultoria do setor petroleiro?

Por último, Senadora Vanessa, eu tenho aqui uma pergunta do Senador Aloysio Nunes, que teve de ir para reunião da Bancada e pediu-me que eu formulasse a pergunta dele: se uma empresa pode adquirir os dados da ANP e servi-se deles licitamente, por que razão essa mesma empresa recorreria à espionagem para obtê-los? Saber qual a razão.

Obrigada, Presidente, dentro do tempo que V. Ex^a me concedeu, correspondendo à minha idade de 28 anos. (*Risos.*)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Como eu tenho bem menos do que 28 anos, eu vou aproveitar, porque o Senador Aloysio Nunes deixou uma pergunta, tenho aqui a transcrição, Senador Flexa e Dr^a Magda, dano conta que, por exemplo – matéria divulgada pelo Fantástico –, em relação aos detalhes de cada lote de um leilão marcado para o mês que vem.

As informações que eu tenho é que não existem lotes. Há o leilão de Libra. Então, que V. S^a pudesse informar a todos nós, porque o que a imprensa divulgou, questionando a possibilidade de haver informações privilegiadas sobre um ou outro bloco é o que está aqui, o que foi divulgado. Então, pergunto se isso corresponde à realidade, à verdade ou não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr^a Presidente?

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Só para desejar a todos os Senadores e Senadoras que todos nós cheguemos aos 82 anos como o Senador Pedro Simon, com a competência, a inteligência, a capacidade de trabalho, a vibração que contagia a todos nós.

Senador Pedro Simon, que Deus continue a lhe iluminar e abençoar! Agora, distribua conosco essa capacidade, para que cheguemos até a sua idade – sei que V. Ex^a passará dos 100 anos – com essa capacidade de que V. Ex^a demonstra diariamente aqui no Senado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Flexa.

O próximo inscrito é o Senador Eduardo Suplicy. Depois, passaremos a palavra à Dr^a Magda.

Temos ainda o Senador Inácio, V. Ex^a e o Senador Aníbal. Ainda temos três Senadores depois desse bloco. Caso a Dr^a Magda achar que tem condições de responder a todos...Vamos ver.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr^a Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin; Srs Presidentes Ricardo Ferraço e Inácio Arruda; prezada Diretora-Geral da ANP Sr^a Magda Chambriard:

A notícia dada há pouco pelo Senador Pedro Simon de que a Presidenta Dilma Rousseff teria cancelado a sua viagem programada para o mês que vem aos Estados Unidos é um indicado muito forte de que a espionagem, primeiro, sobre as próprias atividades, diálogos da Presidenta Dilma Rousseff com os seus ministros e auxiliares e, segundo, conforme revelação feita pelo programa Fantástico da Globo, de que também a Petrobras havia sido objeto de espionagem, ainda mais com essa notícia, tudo isso dá um significado de que parece ter havido um prejuízo muito significativo para o Brasil em decorrência da forma como agiu a agência nacional de segurança dos Estados Unidos da América, o que levou diversos Senadores hoje aqui presentes, inclusive, a sugerir à Agência Nacional do Petróleo e à Petrobras que suspendam o leilão do campo de Libra.

Eu lhe pergunto: se for efetivamente suspenso esse leilão, a partir da análise de maior profundidade que a própria CPMI está realizando juntamente com as demais comissões, que alternativa seria melhor realizar? Novo leilão, com novas regras, e de tal forma a efetivamente se prover total equidade de informações a toda e qualquer empresa ou consórcios-empresas interessadas, de maneira a assegurar que nenhuma está tendo qualquer vantagem em relação às demais, na pressuposição de que essa espionagem acabou beneficiando empresas ligadas ao governo dos Estados Unidos? Ou se será melhor a alternativa, que também está sendo considerada aqui na formulação de alguns Senadores, dos próprios engenheiros da Petrobras, de que, melhor do que leiloar, seria adequado a Petrobras assumir outra forma de exploração direta do campo de Libra, numa forma que poderia ser objeto de reflexão e sugestão da Petrobras em consonância e orientação também da Agência Nacional do Petróleo? Ou a senhora têm, Sr^a Magda Chambriard, elementos de convicção suficientemente fortes de que a espionagem realizada pela agência nacional de segurança dos Estados Unidos, ainda que tivesse tido acesso a certas informações da Petrobras, se a senhora pode dizer com segurança que isso não está afetando ou prejudicando o leilão que, em princípio, ainda está mar-

cado para o próximo mês de outubro, realizado pela Petrobras com a supervisão da Agência Nacional do Petróleo do campo de Libra?

Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A palavra é de V. S^a Dr^a Magda, para responder às indagações dos Senadores Pedro Simon, Flexa e Eduardo Suplicy.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Ferraço, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, inscritos somos apenas eu e o Senador... Ainda tem o Inácio. São exposições bem breves. Penso que poderíamos emendá-las e concluí-las.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – As indagações e os questionamentos feitos pelos Senadores Pedro Simon, Flexa e Eduardo Suplicy são bastante complexas. Penso que poderíamos ouvir a Dr^a Magda e, em seguida, ouviremos V. Ex^a, que ainda não se manifestou, para que os questionamentos possam ser diretamente respondidos.

A palavra é de V. S^a.

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – Antes de começar a responder o Senador Pedro Simon, eu queria me juntar ao Senador Flexa e dizer que eu também admiro muito o Senador Pedro Simon. A energia dele é contagiante. E a vontade dele de defender o Brasil deve ser inspiração para todos nós.

Eu queria começar dizendo o seguinte: que Lara, Lula, Sapinhoá, Júpiter, todas essas áreas são fruto de licitação da Agência Nacional do Petróleo.

Então, em 1999 e 2000, o Brasil tinha muito pouca informação sobre essas áreas. Nessa época, o que aconteceu foi que a Agência Nacional do Petróleo autorizou empresas de serviços a adquirir áreas ao longo do litoral brasileiro. Veio para cá um número muito grande de navios sísmicos, autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, coletar essas informações, que foram para o banco de dados da Agência Nacional do Petróleo. No primeiro momento elas eram confidenciais e depois elas viraram públicas. Essas informações permitiram que as empresas participassem dos leilões da Agência Nacional do Petróleo e adquirissem essas áreas. Só para vocês terem uma ideia, o campo de Lula é proveniente do BMS-11, que foi licitado pela Agência Nacional do Petróleo em 1999 e adquirido por um consórcio liderado pela Petrobras sem nenhum segundo lugar. Mas o consórcio envolve a Petrobras como operadora com 40%, a British Gas e a Petrogal. E como esse, outros consórcios foram feitos. Há con-

sórcios com a Repsol, há consórcio com a British Gas, que é uma grande parceira da Petrobras no desenvolvimento do pré-sal.

Portanto, tenho que deixar registrado que essas áreas foram licitadas pela Agência Nacional do Petróleo.

No tocante à Libra, especificamente, e a Franco, da cessão onerosa, especificamente, tenho para dizer para vocês o seguinte: Franco é uma área devolvida à Agência Nacional do Petróleo pela Petrobras. O Franco é uma área proveniente da devolução da área do BS-500, assinado pela Petrobras com a BNP em 1998.

Da mesma forma que Libra, uma área proveniente do contrato BS-4 assinado com a ANP, liderado pela Shell. A Shell descobriu a Atlanta e Oliva em parceria com a Petrobras e devolveu à ANP o restante da área que hoje contém Libra.

Em 2004, na sexta rodada, nós imaginávamos que essa era uma bacia para gás. Licitamos essa área e nenhuma empresa de petróleo comprou, nós não tivemos nem um único lance. Então, essas eu acho que são informações importantes para serem colocadas.

Portanto, após essas devoluções, Libra está em área da União, devolvida com assinatura e tudo pelas empresas. Libra era principalmente na área do BS-4, como eu disse, operado pela Shell em parceria com a Petrobras. Nessa área do BS-4 nós tivemos um poço perfurado que parou no sal. Tivesse o consórcio da operadora Shell ou dos seus parceiros aprofundado um pouco o poço, teria descoberto Libra, o que não foi feito.

A nossa estimativa de Libra hoje não é de 15 bilhões, mas eu respeito outras estimativas. A nossa estimativa de Libra hoje é de 8 a 12 bilhões.

Quanto à possível negociação do contrato de partilha, digo para vocês que a Agência Nacional do Petróleo implanta política e cabe à Agência Nacional do Petróleo implantar a política emanada do Governo Federal a partir do Conselho Nacional de Política Energética. Nessa área de Libra, que será a primeira área a ser assinada sob regime de partilha de produção – e aqui já vou respondendo uma parte da pergunta do Senador Flexa –, ele vai ser assinado não pela Agência Nacional do Petróleo, ele vai ser assinado pelo Ministério de Minas e Energia, como requerem os contratos assinados dentro da área do pré-sal sob regime de partilha de produção, conforme a lei do pré-sal assim determina e na forma como ela foi sancionada em 2010.

Sobre a questão da Petrobras e de seus diretores – eu nunca ouvi nenhum deles falar isso – de que Libra faz parte da cessão onerosa, eu vou dizer que é quase isso. Para a cessão onerosa, nós estudamos dez áreas diferentes, e Libra estava incluída nessas áreas que nós estudamos com o objetivo da cessão onerosa. Se acessarem a *homepage* da ANP, vocês

vão ver um relatório de certificação, contratado pela Agência Nacional do Petróleo, em que nós certificamos recursos – vejam que não poderiam ser reservas, porque não havia projetos aprovados – para dez áreas diferentes. Nessas dez áreas diferentes, Franco foi o carro-chefe, responsável por mais de três bilhões de barris recuperáveis na cessão onerosa. Além disso, nós contamos com Iara, Nordeste de Tupi, Sul de Tupi, etc.

Colocamos uma área como contingente que foi Peroba. Então, essa área realmente não vai precisar ser utilizada, porque Franco, sozinho, está superando os cinco bilhões de barris. E Libra foi uma das certificadoras que não foi utilizada, porque as áreas selecionadas já superavam, em muito, os cinco bilhões de barris.

Quanto à questão dos 15 bilhões ser pouco para Libra, certamente 15 bilhões é muito pouco, porque Libra é muito grande. Mas os 15 bilhões não são a única receita proveniente de Libra. Quando eu digo que Libra terá, no lance mínimo sobre o nosso projeto, uma participação governamental de 75%, o que eu estou dizendo é que o bônus de assinatura não é levado em conta no custo em óleo, mas *royalties*, imposto de renda, contribuição social e parcela de óleo para a União darão os 75%.

Só para vocês terem uma ideia da ordem de grandeza disso, a nossa estimativa – me reservem o direito de dizer que isso é apenas uma estimativa que depende do passo de desenvolvimento do campo e do melhor projeto adotado para a empresa – é de cerca de R\$300 bilhões ao longo de 30 anos em *royalties* e cerca de R\$600 bilhões em participação de óleo para a União nesse mesmo período. Portanto, no nosso caso base – nós não vamos divulgar qual é o caso base, mas, se vocês quiserem, individualmente eu mostro, até para não afetar a concorrência, porque isso, sim, afetaria a concorrência –, nós teríamos um número da ordem de R\$900 bilhões em 30 anos, dinheiro para ninguém botar defeito.

Quanto à tabela, acho que eu tenho que explicá-la. A Lei da Partilha diz que nós temos que ter um único parâmetro de oferta e também diz que esse único parâmetro de oferta deve variar e levar em consideração atratividade do campo, parâmetros econômicos, preço do óleo. Eu diria até que quem escreveu essa lei, colocando a variação disso tudo com o preço do óleo, também estava muito inspirado e fez uma coisa muito boa, porque vemos que as participações governamentais se alteram quando o preço do óleo aumenta muito. Então, todos esses parâmetros foram enxertados para gerar essa tabela da partilha, ou seja, todos os parâmetros, citados na lei do pré-sal como pontos a serem considerados, foram inseridos na partilha: produtividade, eficácia de projeto, variação do preço

de petróleo. Tudo isso está refletido nessa tabela que consta no edital.

Eu vou explicar essa tabela indo na direção da pergunta do Senador Flexa. Como a lei estabelece que deve haver um único parâmetro, a resolução do CNPE diz que o único parâmetro vai ser uma célula da tabela que vai refletir como uma situação média. Como situação média, vai haver momentos em que elas vão estar menores e momentos em que elas vão estar maiores.

Uma produção de um campo ou de um poço começa menor, passa por um pico de produção e depois declina. Então, no rabinho dessa curva, lá no final, quando a gente estiver próximo do abandono do campo, melhores situações na tabela, aquelas de menos do que quatro mil barris. Vocês imaginem que quatro mil barris por poço, a 200km da costa, com poços de 7 mil metros de profundidade, numa logística difícilíssima, não é lá grande coisa. Então, uma coisa dessa, na verdade, é usada para alongar a vida produtiva dos poços e não em detrimento da União. Então essa tabela está levando em conta isso.

Nessa tabela, há uma célula amarela. Essa célula amarela será o parâmetro de oferta. Ela tem que ser no mínimo 41,65%. Ao preencher essa célula amarela, nós estamos preenchendo todas as outras, com aqueles sinais de mais e de menos que estão ali.

Então, por exemplo, uma célula que tem +3, será 41,65+3; uma célula que tem -3, será 41,65-3. Se vocês observarem na tabela, os números que estão em torno dessa célula amarela são mais ou menos com pouca variação. A variação expressiva é quando a sobrevivência do projeto se encontra ameaçada por baixa produção.

Há pouco tempo nós tivemos um caso de muita repercussão na mídia que dizia que uma determinada empresa não tinha conseguido produzir muito e, portanto, estava devolvendo as áreas para a Agência Nacional do Petróleo. Isso significa que aquela empresa estava em águas rasas. Vocês imaginam que com 1 ou 2 mil barris por dia por poço, em águas rasas, já fica complicado, que dirá em águas profundas. Então essa é a razão do deságio da tabela em valores muito pequenos de preço de óleo e produtividade dos poços.

Quanto à importação de derivados pela Petrobras, acho que não me compete. Eu não regulo preço, a Agência Nacional do Petróleo não regula preço. A regulação de preço feita pela Agência Nacional do Petróleo é autorizar importação toda vez que o preço no Brasil se torna absurdo. Como não estamos nesse caso, nós não estamos regulando preço, portanto essa questão não cabe ser respondida por mim.

Eu tenho visto que a sociedade tem feito uma certa confusão quando ele fala em participações go-

vernamentais elevadíssimas de alguns países e de dizendo o seguinte: “olha, a sua tabela devia refletir esses valores extremamente elevados.” E aqui eu digo que há uma certa confusão, porque o Brasil é um país que tem diferentes tributos e não um tributo só. Então, nesse caso, nós vamos ter o bônus de assinatura, vamos ter Imposto de Renda, vamos ter Contribuição Social, vamos ter a partilha em si. Só o Imposto de Renda vocês sabem quanto ele é da ordem em termos percentuais de um óleo lucro. Então só o Imposto de Renda já levaria uma boa parte, portanto a gente não pode chegar a 90%, porque quando eu acrescentar o Imposto de Renda vai ultrapassar 100%.

Outra coisa que merece ser dita é o seguinte: eu tenho, por exemplo, países como a Noruega. Num país como a Noruega, eu tenho situações onde a participação do país, em alguns projetos, fica acima de 80%. É verdade isso. Só que a Noruega tem todo um sistema de isenção onde um determinado projeto é contaminado pelos outros projetos em redor. Então, se eu tiver uma exploração em torno daquele projeto em outro contrato, a Noruega permite que investimentos exploratórios de outro contrato sejam deduzidos naquele contrato específico. Com isso você acaba reduzindo esse percentual, porque mais despesas entram no óleo/custo. No nosso caso, não estamos permitindo isso. Portanto, essa comparação acaba sendo dificultada em função da diferença de regimes.

Eu queria deixar muito clara a questão do TCU. O TCU foi extremamente colaborativo conosco. Em toda licitação, todas as notas técnicas, todos os estudos que fazemos, nós mandamos para o TCU. Isso é de praxe. Essa licitação foi a primeira que estamos fazendo com a MP MME e TCU, de forma que realmente atrasou algum tipo de informação para o TCU, mas o TCU foi extremamente colaborativo e eu agradei pessoalmente, por telefone, ao Ministro José Jorge. O Ministro José Jorge permitiu que a sua equipe técnica, após analisar o projeto do leilão de Libra, se pronunciasse verbalmente, dizendo: “Nada encontramos contra o leilão”. Em função disso e apenas após essa manifestação, mandamos publicar o leilão, porque certamente a manifestação do TCU nos traz segurança jurídica e não seremos nós que vamos abrir mão de nenhuma segurança jurídica.

Portanto, a área técnica do TCU manifestou-se favoravelmente por todo material que mandamos para eles e eu quero deixar aqui o meu agradecimento expresso ao Ministro José Jorge, Ministro do TCU, por toda a colaboração que ele prestou à Agência Nacional do Petróleo e ao Ministério de Minas e Energia nessa questão da licitação de Libra.

Além disso, obtenção ilegal de informações.

Como eu disse para vocês, essas informações são públicas e amplamente divulgadas no caso da Agência Nacional do Petróleo. Não sou eu que vou me responsabilizar nem saber nada que aconteceu fora dos muros da Agência Nacional do Petróleo, mas, no âmbito da Agência Nacional do Petróleo essas informações estão amplamente divulgadas e eu posso garantir igualdade de oportunidades para todos os participantes porque, até antes mesmo da publicação do edital, nós nos manifestamos para todas as empresas, pusemos na nossa *home page*, contatamos as empresas etc. dizendo que as informações que constaram no pacote de dados são essas. Isso vocês podem encontrar até na minha *home page*, estão disponíveis no nosso banco de dados para todas as empresas que quiserem buscá-las.

Na manifestação do Senador Pedro Simon, ele citou algumas empresas. Então, resguardada a situação de que eu tenho manifestação de interesses até amanhã e, portanto, essas empresas ainda podem entrar, até ontem à noite, quando olhei a lista das empresas interessadas em participar do leilão, a Exxon não estava. Está certo? Então, a Exxon não pagou taxa de participação e não manifestou interesse. Espero que ainda participe, mas até ontem à noite a Exxon não havia pago participação nem estava expressando interesse em participar do leilão.

Quanto à Presidenta Dilma ter declarado que o pré-sal seria o nosso passaporte do futuro, eu tenho certeza de que será. Daqui a 10 anos, possivelmente, nós teremos 50% da produção do País vindo de áreas do pré-sal. Isso daí, sem dúvida nenhuma, é grandioso, é algo que será responsável por uma demanda de bens e serviços imensa, uma demanda de bens e serviços que tem de ser usada, e, aí sim, o meu espírito brasileiro diz que a gente não pode abrir mão, porque isso é inserção de tecnologia, isso é conteúdo local, isso é desenvolvimento, é aceleração do desenvolvimento industrial do Brasil.

Quanto ao Senador Flexa Ribeiro, qual é o critério da empresa vencedora em relação à tabela? Eu já expliquei. E toda a questão...

Ah, tem uma questão que é importantíssima.

Quando eu vim fazer a sabatina para ser apon-tada Diretora Geral da Agência Nacional do Petróleo, houve essa questão de um ex-funcionário da ANP. Eu respondi ao Senado Federal, abri uma sindicância, essas coisas foram apuradas, o processo está disponível na Agência Nacional do Petróleo e o julgamento dessa sindicância foi feito fora da ANP, pela Controladoria-Geral da União, como se manda, já que, como eu havia sido citado e sou a autoridade máxima da Agência, eu não poderia julgar tal processo. Então, em

função disso, nós remetemos os autos e a apuração à Controladoria-Geral da União, que se manifestou. E a todos vocês que se interessarem por esse processo nós podemos mandar cópia.

Eu asseguro a vocês: todos os processos da Agência Nacional do Petróleo estão sendo conduzidos com a máxima transparência e com a máxima dignidade, porque nós não podemos abrir mão de uma gestão digna.

O Senador Aloysio Nunes pergunta: se pode comprar, por que recorrer a métodos não convencionais? É claro, não há nenhuma necessidade de se recorrer a métodos não convencionais. Nenhuma. Eu não vejo razão alguma e digo até que todas essas empresas já são naturalmente parceiras do BDEP, portanto não estariam economizando nada ao lançar mão de um método não convencional.

Quanto à reportagem do *Fantástico*, tem aqui mais uma pequena confusão que foi feita.

Um colega nosso da Petrobras – eu digo colega nosso porque passei minha vida na Petrobras e o que eu sou devo muito à Petrobras – fez uma declaração na mídia dizendo o seguinte: quem se beneficia dos segredinhos sabe muito bem quais são os lotes bons e quais são os lotes ruins.

Eu quero crer que ele, vamos dizer assim, estava falando em geral, e não da licitação de Libra, porque na licitação de Libra nós temos um lote só, e não vários. E o que nós temos no lote estamos nos esmerando em divulgar.

Eu já vim ao Senado Federal duas vezes para dizer: não se enganem. Lula é muito bom e é um só. Portanto não há segredinho nenhum escondido. Lula é um lote só, não há um segundo lote, e é muito bom. Libra é um lote só, é muito bom e não há nenhum segundo lote, portanto não há segredinho algum.

E mais uma vez – eu tinha anotado aqui, já falei no início –, Senador Pedro Simon, o senhor tem a minha admiração.

O Senador Eduardo Suplicy me pergunta: se a Presidenta cancelou é porque a espionagem a ela própria e a seus Ministros auxiliares pode ter sido muito significativa e trazer prejuízo?

Eu não sei as razões que levaram a Presidenta Dilma a cancelar sua viagem, mas quero fazer coro com o senhor: para ela fazer isso deve ter sido realmente muito importante.

No caso específico do leilão de Libra, não vejo em que isso possa impactar. Não consigo enxergar em que possa impactar. Acredito, sim, que colocar uma coisa dessa no mercado é extremamente benéfico para o País. Não acreditasse nisso, não estaria participando dessa licitação, nem de nenhum trabalho em

qualquer outra licitação na Agência Nacional do Petróleo, porque, antes de tudo, sou brasileira, sou carioca, estudei em colégio público no primário, estudei numa universidade federal brasileira, fiz mestrado numa universidade federal brasileira, tenho filha, estudando numa universidade federal brasileira. Tenho a minha vida quase toda passada na Petrobras e, nos últimos dez anos, numa autarquia federal.

Portanto, não seria eu a agredir nenhum interesse brasileiro. Então, se estou fazendo isso, é porque acredito firmemente que estou contribuindo para o desenvolvimento nacional. Assim, acredito que a melhor alternativa para nós, realmente, seria licitar a Libra; descontinuar significa perder emprego.

Só para que vocês tenham uma ideia, estima-se, na indústria do petróleo, no nível de investimento que a indústria de petróleo faz hoje, na sua indústria, nas empresas operadoras, nas petroleiras e nas parapetroleiras, uma geração de emprego da ordem de 100 mil empregos gerados por ano.

Só há um jeito de fazer isso no Brasil: botar a área no jogo do petróleo. Não há outra maneira de gerar esses empregos. Ocorre que, no País, temos algumas atividades extremamente estruturantes para a indústria brasileira.

A primeira delas, sem dúvida alguma, a que mais gera emprego, é a indústria da construção civil; temos também infraestrutura; e o petróleo é o terceiro lugar. Só que, enquanto a construção civil agrega cerca de 90 unidades de valor ao trabalho, a indústria do petróleo agrega mais de 1.100.

Portanto, colocar essas áreas, buscar todo um fornecimento de bens e serviços, é trazer para o Brasil emprego de alta qualidade, de alta inserção tecnológica, com alta capacitação. Então, é disto que estamos falando: da melhor indústria capaz de gerar empregos com o maior valor agregado ao trabalho que o Brasil tem.

Portanto, eu já disse quais são os meus elementos de convicção, Senador Suplicy.

Acho que respondi às suas perguntas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/ PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr^a Magda. Vamos passar, agora, aos últimos questionamentos.

Primeiramente, o Senador Inácio Arruda e, em seguida, o Senador Wellington.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/ PCdoB – CE) – Senadora Vanessa Grazziotin, acho muito importante a realização desta audiência pública com a Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás, Biocombustíveis e Energias Renováveis.

Então, é uma Agência muito importante, tem uma grande responsabilidade no Brasil, no exame das bacias sedimentares para identificar a presença de gás e de petróleo e também no apoio à pesquisa e produção na área de combustíveis renováveis. As novidades na área de energia no Brasil estão muito ligadas à Agência Nacional de Petróleo, tendo assim um papel muito destacado.

Segundo, é muito importante ter na Agência uma mulher com a tranquilidade que a Dr^a Magda tem, de não se apavorar, muitas vezes, com a virulência de um outro colega nosso aqui no Senado, ou na Câmara, ou em qualquer lugar, porque é parte do nosso, muitas vezes, temperamento. Cada pessoa tem um modo diferente de agir e de ser. Acho que o seu é muito importante, porque a sua tranquilidade tem também uma força de convencimento e não deixa de sorrir. É muito importante para a vida.

Mas acho que deveríamos compreender o que está ocorrendo no Brasil em duas frentes simultaneamente. Numa é que o Brasil sofreu um ataque aberto do governo americano, razão desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e levou o Presidente da República, inclusive, a suspender a sua visita ao governo americano, a Washington. Nós vamos estar presentes na Assembleia Geral das Nações Unidas, mas declinamos do convite do Presidente Barack Obama de visitar o governo americano, o estado americano, frente a este ataque.

Isso tem razões, digamos assim, de segurança do Brasil e também de natureza política do enfrentamento do embate que se trava no mundo atual. Acho que essa é a razão da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Outro aspecto é uma batalha que se trava – um terceiro ponto que queria destacar – aqui, inclusive no Senado e na Câmara, que foi dura, de grandes dimensões, para definir como iríamos explorar a área do pré-sal. Esse foi um debate muito grande, que nos levou a redefinir o marco regulatório da exploração de petróleo e gás no País.

Então, isso tem muita importância, porque nos definimos por um modelo que dava garantias ao Brasil e definimos que uma empresa brasileira – a Petrobras. Ela é a condutora de todos os contratos na área do pré-sal. Isso tem muita importância. Essa foi a batalha importante que nós travamos aqui.

Nós decidimos, aos trancos e barrancos, vamos dizer assim, pelo regime de partilha com a presença da Petrobras. Então, isso foi uma vitória muito significativa.

Evidentemente, a Petrobras, além dos 30% que tem de garantia de participação em todos os contratos, pode também ampliar a sua participação, dispu-

tando os 70% que vão a leilão a rigor, porque é isso que vai a leilão.

Então, considero que esse fato é que foi a vitória primordial que travamos aqui. E o embate que se trava agora é o seguinte: tiramos ou não o petróleo da área do pré-sal? Usamos ou não esse petróleo? Porque fica uma ideia de que, no pré-sal – porque todos que estão aqui são muito sábios nesta área –, do petróleo que vai ser retirado, uma quarta parte é destinada para o consórcio vencedor, e três quartos são destinados ao País. O Brasil vai ficar com três quartos desse petróleo.

Podemos dizer que três quartos são menores do que um quarto. Talvez alguém consiga dizer isso, mas não é. Quer dizer, nessa equação simples, nessa nossa regra de três simples, três quartos, sim, são maiores do que um quarto. Tudo isso foi batalha que travamos. Essa foi guerra discutida no Congresso Nacional. Não foi fácil para ser aprovada.

Então, acho que é importante deixar claro para as pessoas como é essa exploração na partilha, porque há um receio geral, desde que aprovamos esta lei, sobre é que vão dar-se os ganhos do Brasil nesse regime de partilha.

Então, gostaria que a nossa convidada pudesse esclarecer mais ainda esta questão, porque resta esta dúvida: se ganhamos ou não no regime de partilha. Se ele é bom ou ruim, porque o regime anterior é um regime de concessões pura e simplesmente. Não tinha garantida a participação da Petrobras.

É tanto que esta informação é muito importante: a *Shell* era o carro-chefe do Campo de Libra, com a participação da Petrobras. Assim, mesmo ela devolveu o Campo para a ANP.

Essas coisas são importantes que fiquem claras para todos nós. Digo isso, porque considerei uma vitória muito importante, Dr^a Magda, a nova legislação do petróleo de gás no Brasil, o novo marco regulatório. Nós vencemos uma batalha, aqui no Congresso Nacional. Então, isso foi uma vitória. Acho que é nesses termos que o leilão se realiza, com a garantia de que V. Ex^a firmemente disse que os dados da Agência Nacional de Petróleo são públicos.

Em sendo assim, qualquer um de nós pode acessar os dados, ter a informação e, se quiser, participar do leilão. Evidentemente, qualquer um não participa, porque é um negócio de grandes companhias e de grandes empresas.

Ao final, digo que cabe aí, sim, à Presidente da República e ao próprio Conselho Nacional de Petróleo definir se faz ou não o leilão. A determinação atual é de fazer o leilão. Há uma convicção do Governo de que é preciso fazer o leilão e que é importante para o Brasil

fazer esse leilão, mas cabe à Presidente examinar se é ou não oportuno.

A Presidente da República tem essa autoridade máxima, entregue por nós brasileiros. Ela vai examinar exatamente isto: a oportunidade de fazer ou não o leilão diante das circunstâncias, mas há garantias de que, em termos de informações, V. S^a disse a todos nós que não há qualquer prejuízo, no que diz respeito a informações.

O problema é de natureza, então, política. E desse ponto de vista, aí sim, é uma definição da Presidente da República. Ela evidentemente vai examinar, consultar o seu Ministro, os órgãos de Governo todos, o próprio Congresso Nacional, da oportunidade de realizar ou não o leilão de Libra como está posto atualmente.

Essa é a questão. Ela é de natureza política. Não é um problema apenas técnico. Do ponto de vista técnico, as garantias estão oferecidas para todos, é o que a senhora nos afirmou aqui, e eu tenho confiança plena na Agência Nacional de Petróleo e nas informações que a senhora está oferecendo.

A outra coisa é a política de como o Governo vai tratar a questão. Com relação a esse ponto de vista, temos que ouvir e examinar. Há várias declarações do movimento sindical, das centrais sindicais, de lideranças importantes com quem dialogamos. Vamos ouvindo-os e também dialogando com a Presidente sobre essa oportunidade, mas quero crer que as informações que a senhora colocou para a Comissão são muito importantes, a fim de que possamos determinar uma convicção de que há garantias da Agência Nacional de Petróleo de que, ninguém, do ponto de vista das informações da Agência, tem vantagem.

Outro aspecto é qual vai ser o preço que a Petrobras oferecerá com o consórcio que ela possa montar e qualquer outra. Aí é outro negócio. Não cabe à ANP se meter evidentemente no preço que um ou outro irá oferecer face às informações oferecidas.

Acho que é assim que devemos agir e ter a consciência de que a decisão a ser tomada é uma determinação de Governo – se o Governo está determinado a fazer, tem uma opinião; e se, diante das circunstâncias, ele considera possível haver alteração, no sentido de adiar um mês, quinze dias, vinte dias, trinta e um, trinta e quatro, trinta e cinco dias, esse é um problema que o Governo deve examinar com a tranquilidade de quem está pensando no interesse maior do Brasil.

É assim que considero a atuação da Presidente Dilma. É uma das que mais tem demonstrado interesse em garantir que o petróleo chegue, para ser refinado nas refinarias brasileiras. Para isso, está fazendo mais três novas refinarias no Brasil; senão, não estaria fazendo mais três novas refinarias.

Então, é esta a minha opinião, mas gostaria que V. S^a pudesse esclarecer mais sobre essa questão do regime de partilha, para que não só nós, Senadores, mas as pessoas que estão acompanhando-nos, possam entender o que significa e o que significou termos conseguido aprovar esse regime de partilha para a área do pré-sal.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Inácio Arruda.

O nosso último orador será o Senador Wellington Dias, nosso querido Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Senadora Vanessa Grazziotin, quero primeiro saudá-la e parabenizá-la pelo importante e pelo desafio que tem por tratar de um tema tão delicado e impensável.

Acho que ele era impensável, se examinássemos qualquer brasileiro ou qualquer outra pessoa do mundo, não imaginaríamos que pudéssemos ter um Congresso Nacional do Brasil e de outros países, neste instante, debruçados, para esse desafio novo de um país bisbilhotando a vida do outro. Antes feitos com os chamados agentes secretos, agora através de instrumentos modernos, com tecnologia moderna.

Quero aqui, primeiro, dizer que estamos aqui, neste instante, seis Senadores. Eu, que já convivi na Câmara, e, agora, no Senado, já posso dizer, Dr^a Magda, que isso demonstra o quanto foi convincente a sua apresentação, porque veja: qual o objeto do requerimento que tem por trás dele uma proposta de decreto legislativo, apresentado à Casa, visando sustar o leilão? Porque haveria vazamento de informações, e estas estariam beneficiando empresas, citando inclusive algumas, como foi lembrado, que nem sequer compraram o edital para participar, enfim, do leilão.

O outro ponto por trás disso é a discussão da modelagem. Aí quero chamar a atenção, na sua apresentação, aqui, de forma competente, de um sistema de informações preciosa ao Brasil da Agência Nacional de Petróleo, que sequer está linkada a qualquer sistema de comunicação. Inclusive, estou aqui fazendo um convite para quem queira visitar.

Segundo, o outro ponto sobre o leilão, que bom que se possa ter quem quer que seja alguém interessado em informação, porque o interesse da Agência Nacional de Petróleo, pelo que compreendo e compreendi de suas palavras, é de que se tenha o máximo de informações.

Ou seja, quanto melhor informados os participantes, mais segurança, pelo que confiamos na importân-

cia de Libras, maior despertará o interesse de não só participar do leilão, como também poder apresentar o melhor lance que interesse ao Brasil.

Do outro lado, há a discussão da modelagem. Aí, quero, Senador Pedro Simon, dizer que eu sei da forma adequada e correta com que V. Ex^a sempre se pautou, mas quero chamar a atenção para uma coisa. Como – V. Ex^a, aliás os cinco que estamos aqui – não temos tantos Senadores interessados naquela modelagem que V. Ex^a defendeu?

Aqui, não foi fácil, V. Ex^a sabe, sair do regime de concessão para o regime de partilha, que não é um regime 100% público, mas é bem mais avançado do que o de concessão. O que escuto, todos os dias, aqui são duas batidas. Por isso, a Petrobras, a ANP e outras áreas de gás e petróleo serão sempre alvos aqui.

O inconformismo com que foi derrotado na sua tese de passar livremente ao setor privado o direito de explorar gás e petróleo no Brasil. É preciso desmascarar isso aqui, para que fique bastante claro.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – No Governo anterior ao do Lula, eles quiseram privatizar a Petrobras.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Quiseram privatizar a Petrobras!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – E mandaram um projeto para cá.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É verdade!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Inclusive (*Ininteligível*). Quer dizer, modéstia à parte, foi o Senado. Inclusive eu, que para votar um projeto aqui, exige que o Presidente Fernando Henrique mandasse uma carta por escrito, como Presidente da República ao Senado, garantindo que ele mexeria na Petrobras. E isso realmente aconteceu agora.

Por pouco, se dependesse do Governo, eles teriam privatizado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Então, esse depoimento feito pelo Senador Pedro Simon só mostra um ambiente para o que tenho chamado a atenção, e tenho chamado a atenção dos servidores da Petrobras, que sei que, por convicção de nacionalismo, por convicção ideológica, ou dessa natureza, defendem uma modelagem ainda mais avançada do que nós conquistamos aqui durante o Governo do Presidente Lula. Mas, neste instante, se for a voto a discussão da modelagem, sabe Deus o que vai passar! Basta olhar a discussão dos portos! Basta olhar a discussão de outras áreas aqui! Então, é para isso que eu quero chamar a atenção.

Segundo, todo um ambiente desse criado, um decreto que pode ou não pode cancelar um leilão,

uma discussão dessa natureza, a quem interessa mesmo? Vamos ser sinceros. A quem interessa mesmo? Aqui, estando ausente o Senador Requião, que eu sei que tem a convicção de defesa do interesse do povo brasileiro, eu chamo a atenção para isto aqui. A quem interessa mesmo criar, às vésperas de um leilão importante do País que envolve, no preço mínimo estipulado, quinze bilhões – para compreendermos do que estamos falando –, que envolve para o ganhador a necessidade de investimentos... Cada plataforma dessas, pelo que eu soube, custaria algo em torno de 1,3; 1,4... (*Pausa*.)

Oito? Então, está é longe do que eu estou pensando. Oito bilhões de reais ou de dólares? (*Pausa*.)

Oito bilhões de dólares cada plataforma dessas! Nós estamos falando de quantas? Umas vinte? (*Pausa*.)

De 12 a 18 plataformas dessas.

Então, é disso que está tratando aqui.

Por isso, eu compreendo, como V. S^a apresentou, que qualquer empresa, nesse instante, até para ter segurança, gostaria de ter a apresentação de propostas em consórcio.

Outro debate é sobre retirar a Petrobras, que hoje tem a garantia da participação mínima de 30%. O debate que está nesta Casa não é de ampliar a participação da Petrobras, mas de retirar. É isto que está em jogo aqui. É isto que está em jogo todo dia aqui, nas comissões...

Chamo a atenção para um ponto que me preocupa e do qual quero tratar. Eu já vi este ano, para não falar de outros anos, a gente abrir o ano numa campanha por inflação alta, que criou um ambiente no País que resultou em aumento de inflação, com mídia, com debate da oposição, enfim, transformaram o tomate num *pop star* do Brasil. Cadê a inflação? Sob controle, por competência, nadando inclusive contra aqueles que queriam inflação alta. Gente aqui todo dia fazendo apologia ao juro alto, e até conseguiu êxito: fazer com que, num ambiente de insegurança, houvesse o aumento da Selic, que termina influenciando na carga de juros deste País.

A quem interessam essas coisas? Então, é preciso o Brasil compreender o que está em jogo.

Eu estou aqui, no Senado, pelo meu povo do meu querido Piauí, que agora se alegra também por ter gás e petróleo em terra e em mar, graças ao trabalho da Agência Nacional de Petróleo, que não tinha um centavo, no começo do Governo Lula, para fazer pesquisa, e esta é outra realidade. Lembro-me lá procurando ainda o Alexandre, depois o meu querido Haroldo Lima, para a gente apresentar um projeto para o Presidente Lula liberar, na época, 80 milhões aproximadamente, visando fazer as descobertas feitas lá no meu Piauí.

Eu quero fechar, Dr^a Magda, só com este dado. Vamos imaginar que a Shell tivesse ido adiante nas suas pesquisas recentes, que não tenha havido nenhuma manifestação, nenhum decreto aqui para anular o leilão da Shell, nada; vamos imaginar que ela tivesse prosseguido na sua pesquisa, furado a camada de sal e topado com essa riqueza de Libra, sabe quanto ela teria pago? Nada! Nada! Era um direito dela pela regra anterior da concessão. Sabe quanto teríamos para o Brasil de resultado disso? *Royalties* e participação de 10%. É ou não é a realidade? Era essa a realidade do Brasil. Ela era dona desse petróleo inteiro. Quantas manifestações tivemos por isso? Nenhuma! Agora, a inteligência do povo brasileiro, mediante a ANP, vai a campo, faz perfurações em lugares certos e descobre essa riqueza. Agora, nós estamos oferecendo em outra modelagem, uma modelagem em que o país tem para si 75% de cada 100% que ali for encontrado. E para fazer essa exploração, se a Shell ganhar agora, tem de pagar 15 bilhões para ter o direito naquilo que era dela. É disso que se trata. É disso que se trata.

Então quero aqui, com convicção, lhe dizer que quero estar tratando com os Líderes do Senado Federal para pararmos com essa brincadeira. Acho que é um direito de ter iniciativa, mas acho que, com os esclarecimentos feitos hoje aqui, temos que pensar em Brasil. E, pensando no Brasil, temos que trabalhar para que haja um ambiente adequado para que tenhamos as condições da realização desses leilões em outubro num outro patamar.

A Presidente Dilma sim cancelou a viagem aos Estados Unidos, e eu a aconselhei a cancelar. Fico imaginando, eu governador do Piauí, o Inácio Arruda governador do Ceará, nós temos relações políticas de negócios, de interesses mútuos, eu marco para fazer uma viagem ao Estado do Ceará e fico sabendo que o Inácio Arruda está bisbilhotando minha vida, bisbilhotando a vida do meu Estado. Isso é uma falta de respeito.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nesse caso eu nem lhe convidaria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É porque V. Ex^a é correto, é decente.

Então, eu acho que as razões do cancelamento são uma relação até simbólica de respeito à soberania deste País. Nenhum país do mundo, por menor importância econômica ou política que possa ter, pode se submeter a uma situação como essa.

E olha só, ela vai aos Estados Unidos, a Washington, o que mostra o respeito que tem pelo povo americano, mas não pelo seu governo. O seu governo, nesse caso, precisa alterar a sua conduta. É esse o recado que o Brasil está dando. Não é a Presidenta Dilma, é o Brasil que está dando esse recado neste instante.

O governo americano é um governo que não faz jus ao povo americano, não respeita os outros países. Olha o esforço até ideológico que temos feito para uma reaproximação com os Estados Unidos. Olha o que recebemos em troca. É isso que estamos neste instante colocando de mensagem. Não tem nada a ver aqui com o leilão de Libras. Aliás, neste instante, estamos tendo inúmeros leilões, em várias áreas, que vão representar investimentos de mais de meio trilhão de reais, que é bom para o País, para enfrentarmos o desafio dessa década, desse século.

É por essa razão, minha querida, que quero aqui lhe dizer que me sinto muito orgulhoso como brasileiro de ter à frente da Agência Nacional do Petróleo uma pessoa como a senhora.

Sei que quando faço esse elogio não é só a pessoa da Sr^a Magda Chambriard, estou falando aqui àqueles e àqueles que trabalham na nossa Agência Nacional do Petróleo.

Por ali passou também outro cidadão honrado, como o Haroldo Lima com a sua equipe, para citar aqui apenas essas duas que acompanhei mais de perto. E é por isso que estamos podendo anunciar ao País isso que V. Ex^a disse aqui, repetindo, com convicção, o que disse a Presidenta Dilma: “Sim, essa riqueza vai colocar o Brasil num outro patamar”. Num outro patamar de produção de petróleo, de tecnologia, de desenvolvimento em vários outros campos.

Então eu queria aqui saudá-la e dizer que acho que esse esvaziamento, pelo que conheço, mostra que a sua apresentação, quando estava lotado aqui, foi suficiente para mostrar a segurança que temos com a realização desse leilão. Podemos até cancelar por outras razões, não em razão das que foram aqui apresentadas.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Wellington.

Passo a palavra para a Dr^a Magda.

A SR^a MAGDA CHAMBRIARD – O Senador Inácio Arruda fez uma pergunta sobre se nós ganhamos no regime de partilha ou não.

Eu diria que essa pergunta também é fundamental. Em 2008, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se manifestou dizendo que, em função de diversas descobertas gigantes que nós tínhamos feito no pré-sal, no período de 2006 a 2008, não queria passar à História como o presidente que soube disso tudo e não fez nada. Eu não presenciei essa frase, mas o nosso então Diretor-Geral Haroldo Lima a presenciou, a ecoou na ANP e nós só pudemos aplaudi-la naquele momento.

Nesse momento, foi criado o grupo interministerial que estudou o pré-sal. Para esse grupo, em algum momento, do meio para o fim, eu também contribuí. Nesse grupo, o que os estudos mostravam é que, dentre outras coisas, como, por exemplo, receber em óleo em vez de em dinheiro, etc, ter a propriedade do óleo, que, também, estava em jogo; o que se percebia era que o regime de concessão tinha sido um regime cujos parâmetros econômicos eram desenhados para jazidas cujo porte não era o que se encontra no pré-sal.

Só para vocês terem uma ideia do que estou falando, o regime de concessão tinha sido desenhado, nos primórdios, para ter participações governamentais em torno de 60% a 65%, mas, nos campos gigantes, nós não conseguíamos atingir esse valor. Não conseguimos atingir 60%, 65% de participação governamental, porque os campos grandes davam um ganho de escala maior do que o inicialmente pretendido. Isso significava que, apesar de nós arrecadarmos mais nominalmente, percentualmente a sociedade brasileira perdia espaço toda vez que se explorava uma jazida gigante.

Esse foi um dos motes dessa partilha e da licitação de partilha. E é por isso que, com essa participação governamental que está se desenhando para esse campo de Libra, nós almejamos um número maior do que aquele 60%, 65%. Estamos indo para uma participação governamental da ordem de 75%, no mínimo. Se nós puséssemos 70% e deixássemos a competição agir, certamente também teríamos um número grandioso, da mesma forma que vamos ter uma competição e certamente vamos ter mais do que 75% de participação governamental. Por quê? Porque Libra é, realmente, muito grande, e, ao ser muito grande, enseja participações governamentais mais altas. Mas Marlim, que é o campo do Brasil que mais produziu petróleo até hoje, não chega a ter uma participação governamental de 60%: vez por outra, são 58%, 57%, dali a pouco, recupera um pouquinho, mas não chega a 60%. Isso mostra que uma jazida gigante, toda vez que vamos explorar uma jazida gigante, aquela participação governamental desenhada para a concessão acaba ficando pequena. É isso que nós estamos resgatando com o modelo da partilha de produção.

Além disso, quero agradecer muito às palavras gentis do Senador Wellington Dias, que fez um elogio a mim e à Agência Nacional do Petróleo. Eu me sinto envaidecida, Senador Wellington Dias, de receber as suas palavras, sinceras palavras. Eu tenho que, vamos dizer assim, retribuir dizendo que o senhor também fez muito pelo Piauí. Não foi por outra razão que fomos dar início à aquisição sísmica no Piauí, juntos: eu, o senhor e o então Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima. Aquilo deu fruto, e o Piauí,

hoje, aspira participar do jogo do petróleo – já está participando. Naquele momento, isso era apenas um sonho, mas é um sonho que se mostrou real.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente Magda.

Neste momento em que nos encaminhamos para as conclusões dos trabalhos, eu aqui proponho a dispensa e a leitura da ata da presente reunião e a aprovação da mesma.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será devidamente publicada no *Diário do Senado Federal*.

Encerrando, eu quero dizer à Presidente Magda, primeiro, da alegria – creio que posso falar isso não pelo Senado como um todo, mas pela Comissão Parlamentar de Inquérito e pelas duas comissões permanentes que realizaram esta audiência pública – e registrar a sua disponibilidade no primeiro momento em que fizemos o contato. A Presidente Magda se dispôs a estar aqui, no Senado, debatendo com todos os Srs. e Srªs Parlamentares.

Então, fazendo esse agradecimento e o reconhecimento pelo trabalho, declaramos encerrada a presente reunião.

Amanhã, teremos uma reunião com a presença da Presidente da Petrobras.

Muito obrigada. A reunião está encerrada.

(Iniciada às 11 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 35 minutos.)

Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, destinada a investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem estruturado pelo governo dos Estados Unidos com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião, realizada em 18 de setembro de 2013, às 09 horas e 20 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, com a participação da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ocorrida sob a Presidência da Senadora **Vanessa Grazziotin (PCdoB)** e com a presença dos Senadores: **Ricardo Ferraço (PMDB/ES)**; **Benedito de Lira (PP/AL)**; **Walter Pinheiro (PT/BA)**; **Aníbal Diniz (PT/AC)**;

Eduardo Suplicy (PT/SP); Lídice da Mata (PSB/BA) e Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP). Deixaram de comparecer os Senadores: **Roberto Requião (PMDB/PR); Pedro Taques (PDT/MT) e Eduardo Amorim (PSC/CE).** Na ocasião foi realizada audiência pública com a participação da Senhora Maria das Graças Silva Foster, Presidente da Petrobras.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem com a participação da Comissão de Assuntos Econômicos, 58ª Reunião, e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 41ª Reunião.

A pauta de hoje é a discussão relativa às denúncias de espionagem sobre a Petrobras, denúncias que teriam sido perpetradas pelo governo estadunidense e debater também seus reflexos nos leilões de concessão de campos de exploração de petróleo.

Esta audiência pública está sendo realizada em decorrência da aprovação dos seguintes Requerimentos: nº 11, de 2013, da CPI da Espionagem, autoria do Senador Ricardo Ferraço; nº 56, de 2013, autoria do Senador Randolfe Rodrigues e, também do mesmo autor, nº 2, de 2013, das Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores.

Nossa convidada de hoje, que já está à mesa, é a Presidente da Petrobras, Presidente Graça Foster, a quem agradecemos pelo comparecimento. E, como fizemos ontem, também quero registrar que, assim que os requerimentos foram aprovados, nós fizemos contato com a Presidente Graça, que, da mesma forma que a Presidente da ANP, dispôs-se prontamente a estar conosco no Senado, para debater matéria de tamanha relevância e importância não só para a economia brasileira, mas também para o Brasil como um todo.

Antes de passar a palavra à nossa convidada de hoje, comunico que temos aqui na mesa o Senador Ricardo Ferraço, não só na condição de Relator da CPI, mas também na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e o Senador Sérgio Souza, que é o Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, antes de conceder a palavra à nossa Presidente, concedo-a ao Vice-Presidente da Comissão, Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Srª Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin; Senador Ricardo Ferraço; Presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster. O Brasil passa por um momento dos mais importantes da sua história. Nós chegamos a um nível de investimentos neste País que passa por infraestrutura, todos os seus

modais, passa pela autonomia do Brasil em petróleo e pelas últimas descobertas de jazidas nos campos, principalmente o Campo de Libra, e demonstra que o Brasil será independente ou, até mesmo, dará o rumo do petróleo no futuro.

E a preocupação que nós brasileiros temos... Não é de hoje esse jargão de que o petróleo é nosso. O petróleo é do povo brasileiro e essa independência foi demonstrada pelo Presidente Lula, quando do início da exploração do pré-sal, e também é demonstrada pela Presidente Dilma, o que dá a todos nós brasileiros um orgulho muito grande. Situações como essa, de fato, trazem algumas preocupações.

Então, nós vamos ouvir V. Exª com toda a atenção. Gostaria de desejar que seja bem-vinda ao Senado Federal mais uma vez. Já tivemos na Comissão de Assuntos Econômicos recentemente a presença de V. Exª e esperamos ouvi-la e entender um pouco o que está acontecendo do ponto de vista das licitações, dos leilões dos próximos campos. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Obrigada, Senador Sérgio Souza.

Da mesma forma, passo a palavra ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Apenas para cumprimentá-la, Senadora Vanessa Grazziotin, cumprimentar o Senador Sérgio Souza, cumprimentar a nossa Presidente da Petrobras, Srª Graça Foster. E, sem mais delongas, para a economia processual, acho que devemos passar a palavra à nossa Presidente, para que, de maneira objetiva, possa fazer uma apresentação, do ponto de vista da Comissão de Investigação, sobre o foco, o escopo, o objeto da nossa questão que são as denúncias do Snowden através do jornalista correspondente do *The Guardian*, o Sr. Glenn Greenwald, que vem afirmando fortemente que a Agência Nacional de Segurança teria violado os sistemas de segurança da Petrobras, uma companhia cuja importância todos conhecem – todos conhecem o seu papel estratégico no desenvolvimento nacional. É uma empresa de classe global, que atrai, portanto, pelo seu protagonismo, a atenção mundo afora por tudo que, ao longo da sua história, acumulou de capacidade tecnológica, de eficiência.

Portanto, penso que devamos passar a palavra à nossa Presidente. Quero crer que ela deverá fazer uma apresentação, inicialmente, de como funciona, de como se estrutura o sistema de proteção da rede de informações da Petrobras, para que, em seguida, possamos aprofundar o nosso diálogo em torno desse tema. Evidentemente, a nossa Comissão está constitu-

ida para fazer um esforço muito mais estrutural. Mas, em razão das denúncias que foram feitas nos últimos dias de eventuais violações à rede de informações da Petrobras e, sobretudo, por estarmos na antevéspera do leilão do campo de Libra, ontem nós ouvimos a Presidente da Agência Nacional do Petróleo e, hoje, temos a honra e a satisfação de recebê-la aqui em nossa Comissão, para que V. S^a possa nos ajudar no entendimento dessas questões e dessas incertezas todas que foram jogadas a público na sociedade brasileira e na sociedade global, enfim, causando perplexidade, indignação, o que produziu inclusive a decisão da Presidente da República Dilma Rousseff de cancelar uma visita de Estado que faria em outubro aos Estados Unidos da América. Portanto, são fatos de grande repercussão, e a presença aqui de V. S^a seguramente trará luz à elucidação desses fatos.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Cumprimos o nosso Relator da CPI e Presidente da Comissão de Relações Exteriores. De acordo com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a nossa convidada poderá falar por um período de 20 minutos, mas fique à vontade, Presidente Graça, porque a senhora, como já foi relatado aqui pelos dois Presidentes, falará de um assunto extremamente importante. O Brasil inteiro tem uma grande expectativa em relação àquilo que será o maior negócio do nosso País, e todos queremos ter absoluta certeza de que a concorrência será imparcial e de que o Brasil, como Nação, e não somente a Petrobras, ganhará muito com isso.

Então, comunico aos Srs. Senadores sobre a lista de inscrições que quem quiser se inscrever pode solicitar à Secretaria, e a palavra será dada após a fala da Presidente Graça, por cinco minutos, para cada Senadora e para cada Senador inscritos.

Com a palavra, a Sr^a Presidente da Petrobras, Graça Foster.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER

– Bom dia a todos!

Minha saudação especial ao Senador Ricardo Ferraço, à nossa Senadora Vanessa e ao Senador Sérgio Souza. Muito obrigada pela oportunidade.

Temos uma apresentação para passarmos aqui algumas informações de rotina da Petrobras e começamos falando da política e das diretrizes de segurança empresarial da Petrobras. A Petrobras tem uma política de segurança empresarial extremamente importante que faz parte da rotina da nossa companhia. E essa política de segurança empresarial é aprovada pela diretoria colegiada da companhia, pelos diretores

da companhia, e levada à aprovação do Conselho de Administração da Petrobras.

E vimos, então, dentro da estrutura, dentro da hierarquia da companhia, o quão importante é para nós a gestão dos bens das pessoas, das informações e da riqueza que nós geramos para a nossa companhia, para os nossos acionistas e para o País. Um dos objetos mais importantes, talvez o ponto mais relevante dessa política, é a formação da cultura de segurança empresarial. Isso começa no primeiro dia de admissão de um funcionário na companhia e perpassa por toda a nossa vida dentro da companhia. Creio que talvez seja uma das palavras que mais escutei nesses meus mais de 30 anos de empresa, que é a questão da cultura da segurança empresarial, e tudo advém dessa cultura – nós atuamos preventivamente.

Da mesma forma que atuamos, na área ambiental, de forma preventiva, nós investimos na segurança empresarial. Temos que estar prontos para responder, de forma imediata, a questões relativas aos incidentes externos e internos provocados por agentes internos ou externos à companhia, a emergências e a crises. Segurança empresarial, diretrizes dessa política, são oito diretrizes principais, mas eu trouxe duas delas que têm a ver diretamente com o tema aqui em discussão: assegurar as ações que minimizem as ameaças por parte de pessoas ou organizações, em especial externas ao sistema Petrobras; e garantir que aspectos de segurança empresarial sejam sempre considerados no planejamento e na implementação de novos empreendimentos.

Se eu tiver que tirar uma frase desse eslaide, a mais importante, certamente, na minha gestão e na gestão de colegas ex-presidentes da companhia, sempre tem sido a formação da cultura de segurança empresarial. O primeiro a proteger a companhia, as suas informações, é o empregado Petrobras.

Muito rapidamente, apenas a título de nivelamento, a segurança da informação e os ataques cibernéticos. Informações muito simples, muito claras, que discutimos de forma sistemática dentro da companhia, mais especialmente de forma muito mais intensa talvez nesses últimos 30 dias, que esses ataques cibernéticos costumam ocorrer na internet com diversos objetivos. Na grande maioria das vezes, os objetivos são absolutamente irresponsáveis e muitas vezes esses ataques se dão pelo simples fato da diversão.

Mas ações criminosas também fazem parte desse processo, dessas ações, como a demonstração do poder. O poder de chegar, de tornar vulnerável, o poder de invadir, o poder de trabalhar a reputação e o prestígio, às vezes, por motivações financeiras, ideológicas, políticas e, no caso específico, concorrenciais ou

comerciais. Existe uma série de incidentes reportados pelo centro de estudos, respostas e tratamentos, incidentes de segurança. O CERT.br é coordenado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e é um espaço em que diversos ataques são relatados – isso traz realmente benefícios a todos nós que estamos sujeitos a algum tipo de invasão.

Eu deixo o material com os senhores apenas para colaboração.

Segurança da informação: a Petrobras investe e possui qualificação profissional para tal. No ano de 2013, nós estaremos investindo – estamos bem próximos já ao final do ano – R\$3,9 bilhões só em 2013 por conta da segurança da informação, e aí estamos falando em investimento e em operações. No nosso Plano de Negócios e Gestão, aprovado em março, temos previstos para esse período, 2013-2017, R\$21,2 bilhões em segurança da informação – esse investimento é praticamente o mesmo dos projetos e implantação da área de gás e energia e da área internacional somados. Então, são investimentos relevantes e assim nós demonstramos a importância absoluta dos investimentos em atividades de exploração e produção, mas também investimentos vultosos na questão relativa à segurança da informação.

Nós possuímos profissionais qualificados, no quadro Petrobras hoje, temos 3.114 especialistas dedicados à tecnologia da informação e telecomunicações. Temos 243 doutores e mestres em tecnologia da informação e telecomunicações.

Mostramos para vocês o Centro Integrado de Processamento de Dados da Petrobras. Nós, funcionários da companhia, temos um imenso orgulho do nosso Centro Integrado de Processamento de Dados. Ele é uma parte, aquela que nós gostamos de dizer que temos e mostrar o que temos. Ele é aquele prédio que está circundado pelas linhas de cor vermelha, a gente pode ver a dimensão desse prédio e, mais ao fundo, a área nova do Centro de Pesquisas da Petrobras.

Esse centro concentra os principais bancos de dados e aplicações da Petrobras. Ali dentro, temos armazenado o que chamamos de conhecimento explícito da companhia. Dentro daquele prédio – ali é o símbolo físico que contém todo esse conhecimento – temos, por exemplo, o SAP, Sistema Integrado de Gestão da Companhia; o banco detalhado de dados integrados do EIP, Banco de Dados Integrados do EIP; o Banco de Dados de Estocagem e Movimentação e Qualidade; o Sistema de Atividades de Gás; Sistema de Informações Técnicas Econômicas das Reservas – é um sistema em que está a nossa rede interna de computadores.

Não preciso dizer que esse acesso é controlado, é restrito. É uma parcela muito pequena de especialis-

tas entra nesse centro fisicamente ou o acessam para trabalhar em suas estações de trabalho. Ali, sim, está o conhecimento explícito da nossa companhia.

As informações, em sua maioria, são críticas, e essas informações críticas estão armazenadas com criptografia. Existem acessos físicos com diversas barreiras de proteção, com biometria, em que é preciso colocar o polegar para se ter acesso; existe o sistema de eclusa, a pesagem do cidadão – ele entra para trabalhar, pesa x e sai pesando x, o peso é controlado; e monitoramento por câmaras de segurança.

Quem faz a gestão do Centro Integrado de Processamento de Dados da Petrobras? A Petrobras. Existe um responsável, que é o Gerente Executivo Álvaro. Ele me acompanha; está aqui ao meu lado; ele é o nome responsável por fazer funcionar, fazer proteger: somos todos nós funcionários do Sistema Petrobras.

Nós temos 31 empresas que trabalham com a Petrobras em segurança da informação; aliás, são 36 empresas que trabalham conosco. É importante deixar claro que 14 dessas empresas que trabalham em áreas específicas desse centro são americanas. São 14 empresas americanas, 16 empresas brasileiras que se utilizam de tecnologias que não são desenvolvidas no País, na grande maioria das vezes – há empresa da Alemanha, de Israel, da China, da França, do Japão e do Chile.

A gestão do banco é feita pela Petrobras e temos vários contratos de natureza específica que traduzem para nós a segurança de que precisamos desse centro integrado de processamento de dados que contém o conhecimento explícito de nossa companhia.

Apenas uma visão da parte interna. Nós temos o *data center* desse centro de processamento integrado. Nós somos classificados pela Tier 3, nós temos disponibilidade de 99,98% do tempo. Esse centro está ativo, sustentando toda a base de dados da companhia, em todas as suas áreas de atividade – e não estou falando de exploração e produção; estou falando de gás e energia; estou falando da engenharia, de toda parte comercial da nossa companhia.

Na sala de operações, nós temos o monitoramento com pessoas 24 horas por dia, sete dias por semana. E recebemos, em tempo real, alertas gerados e coletados pelos sistemas de detecção de intrusão, os *fire walls*, os servidores e dispositivos de rede.

Focando na área de exploração e produção, nós temos aqui como é que esse centro integrado de processamento de dados conversa e como esses dados são passados para a Agência Nacional de Petróleo.

Nós temos as informações da área de exploração e produção. Elas estão contidas num sistema fechado dentro do Cenpes. E essas dados constituem a base

de dados de banco de dados integrados do AIP. Então, o que nós fazemos são as transferências de dados, não transferência de interpretações ou de processos já avaliados.

Não estamos falando em informações. Passamos dados geofísicos de perfilagem de poços e relatórios. E esse envio é físico, através de CDs, de DVDs, e, a cada conclusão de cada aquisição sísmica, ao término de cada poço, a cada período exploratório, de forma física, homologada na Agência, nós entregamos os dados em mãos. Ou seja, esses dados não transitam pela internet de forma alguma.

Indícios de petróleo, a existência de hidrocarbonetos. Enquanto os nossos engenheiros e técnicos estão nas sondas de perfuração, toda essa operação de perfuração, toda essa informação é passada sistematicamente para a Petrobras e as acumulações de hidrocarbonetos numa determinada formação é passada ao CadDoc.

Na Agência Nacional de Petróleo, existe esse envio dos dados via internet. É o único momento em que esses dados lá da sonda, quando se está fazendo uma perfuração, por exemplo, passam para a Petrobras e chegam à Agência. Por isso, quando a Petrobras passa esses dados, imediatamente nós comunicamos ao mercado a descoberta não comercial, evidentemente, de indícios de acumulação de hidrocarbonetos.

E a Agência Nacional de Petróleo, o tempo da Agência quase que imediatamente torna esse acesso público. Então, o importante é que nós temos o nosso centro integrado, mas as informações chegam à Agência Nacional de Petróleo por meio físico, quando se trata de sísmica, quando se trata da conclusão de cada um desses poços.

A Petrobras é uma empresa internacional que tem ativos em vários países do mundo, atualmente 21 países. E nós temos novamente o centro, o coração da companhia, em que está sua base de conhecimentos no Rio de Janeiro, o Centro Integrado de Processamento de Dados. Informações são passadas aos países, são circuitos dedicados alugados de concessionárias públicas, com dados criptografados – a grande maioria desses dados, quando eles são classificados como dados que carecem de proteção.

Então, os dados saem do Rio de Janeiro, vão para a Venezuela, para a Colômbia, para os Estados Unidos, Nova Iorque, para a Inglaterra, através de circuitos dedicados alugados de concessionárias públicas, com dados criptografados. Existem duas conexões que são protegidas via internet, com túneis também criptografados para a Turquia e para a Líbia.

Temos concessionárias de Telecom que trabalham com a Petrobras, temos dez empresas. Dessas dez

empresas que fazem essa movimentação de informações dentro do Sistema Petrobras – e aí já saindo do Brasil –, temos empresas americanas, uma empresa; Itália, temos duas empresas; espanholas; empresas no Reino Unido; a brasileira Oi também é contratada pelo Petrobras; México; Japão; França. E temos também as empresas que fornecem soluções de criptografia para a Petrobras, são três empresas, todas as três americanas: a Soflusa, a Cisco e a Juniper – essa é a forma de movimentação de operação de informações dentro do Sistema Petrobras.

Segurança da informação. Alguns exemplos: vamos falar aqui muito rapidamente da proteção do *e-mail*, acesso muito comum de informações. Existem várias camadas de proteção desses sistemas implantados na Petrobras. E nós estamos falando aqui do *firewall*, o *antispam* e o filtro de conteúdo, o antivírus, proteção contra ataques direcionados.

Apenas um exemplo para os senhores: entre o dia 9 de agosto e o dia 9 de setembro de 2013, a Petrobras recebeu 195,9 milhões de *e-mails* – isso em 30 dias. Com esses serviços todos de proteção, chegaram a destinatários 16,5 milhões de *e-mails* em 30 dias. Então, existe um trabalho exaustivo de proteção à internet, de proteção dos *e-mails*, de proteção dos computadores, das estações de trabalho e uma assistência, como eu disse, 24 horas do centro integrado que nós temos na Ilha do Fundão.

É um trabalho realmente muito grande – os ataques existem, as tentativas existem e os sistemas se protegem continuamente, com pesadíssimos investimentos. Eu falei que, neste ano de 2013, serão R\$4 bilhões, apenas em 2013, em segurança empresarial dentro da Petrobras – no período do plano de negócios, R\$21,2 bilhões.

Os ataques existem, e nós temos de investir e trabalhar 24 horas por dia. É a tecnologia que protege e a tecnologia que faz com que os sistemas apresentem, em alguns casos, vulnerabilidade. Mas temos que olhar, com muita clareza, o que é uma empresa de petróleo – o exemplo que eu coloco talvez sirva para várias empresas.

A gente passa pelas oportunidades. Então, o nosso sistema Petrobras, as *majors*, as grandes companhias e certamente as pequenas estão na busca de oportunidades. E essa busca começa com dados, e dados são dados.

O texto é grande, mas eu deixo para a consulta da mesa, para a consulta dos Senadores. Os dados isolados normalmente não possuem significado claro, evidente, imediato, eles constituem uma peça importante dentro de um contexto. Os dados da Petrobras estão em contínua atualização, à medida que centenas

de projetos têm andamento ao longo dos anos de vida daquela investigação.

Então, se acontecesse um ataque, o acesso imediato a um grupo de dados, aquele mesmo negócio, aquele mesmo estudo... Rotineiramente, diariamente, mensalmente esses dados são aprimorados – estou falando de dados. As interpretações consistem de mais um momento nobre da companhia, que é o talento – é aquilo que nós chamamos de inteligência competitiva do sistema Petrobras.

E, neste momento, dependendo do projeto que estiver na mesa, nós temos especialistas dentro da Petrobras que dedicam toda a sua vida – 30, 35, 40 anos –, estudando, aprimorando dados de uma bacia sedimentar. Todo esse processo vem de mais dados e aprimoramentos – existem premissas e restrições. E, neste momento, mais uma vez impera a inteligência, impera o caráter corporativo de uma companhia como a Petrobras.

E nós passamos para outro momento especial, que é a arquitetura do conhecimento. São milhares de dados, milhares e milhares de interpretações. Com essa arquitetura, nós chegamos aos modelos geológicos, ao sentido geológico daquela interpretação.

Isso é um ciclo de atualizações que leva anos e anos, até que, num determinado momento, é a hora da tomada da decisão. Com oportunidade, com dados, com informações e interpretações, arquitetando e organizando, nós nos sentimos fortalecidos para participar, por exemplo, de uma rodada de licitação e aí as coisas acontecem: é o bloco de que você decide participar, é o conhecimento dessa atividade. Vêm as unidades de produção, o petróleo produzido, as refinarias, as usinas termoeletricas, a petroquímica... – e assim chegamos ao posto em que abastecemos o nosso carro. Então é um ciclo de longa vida que envolve muitos e muitos estudiosos.

E como essa arquitetura se deu dentro do sistema Petrobras? A nossa primeira descoberta no mar: em marrom, atividades em terra, Guaricema, lâmina d'água de 30 metros, 1968. A primeira produção, 1973: a PGA-01, primeira plataforma de produção no mar.

Em seguida, Enchova – e aí 100% importado. Cem por cento das tecnologias importadas, mas nós já tínhamos o nosso centro de pesquisas da Petrobras. A Petrobras faz 60 anos no dia 3 de outubro e o nosso CENP 50 anos em dezembro – eu esqueci o dia, mas até o final da minha fala eu vou lembrar –, em dezembro, faz 50 anos.

Caminhamos, caminhamos e veio aquele programa de que nós temos o maior orgulho do mundo que é o mais bem-sucedido de todos os programas da Petrobras, que é o Procap – apelidado de Procap 1000;

ele veio em 1986. Nesse período, tínhamos dados, talentos, informações, e trabalhamos muito forte na primeira carteira do Procap, mais ou menos em torno de 1986, com a descoberta de Albacora e Marlim. E trabalhamos – nós, Petrobras –, com o conhecimento que tínhamos, com uma gama de fornecedores de bens e serviços, universidades e institutos de tecnologia no Brasil e no exterior.

Sobre a gestão da companhia, nós criamos uma base de conhecimento e avançamos trabalhando no Brasil, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Noruega, no Japão, na Alemanha. E eu tenho ali, naqueles tons de verde, o número de instituições parceiras tanto no Brasil quanto no exterior. E avançamos.

Particularmente, tive o privilégio de participar desde o início do Procap 1000, do Procap 2000. Depois, já não estava mais nessa área de exploração e produção, trabalhava já com o ilustre Senador da República, à época, nosso diretor de gás e energia, excelente diretor o nosso, Senador que sempre colocou grandes desafios e sempre ouviu os seus liderados, não é, Senador? Mas veio o Procap 3000.

Procap 2000, em 1992. Vejam que, cada vez mais, mais azul aparece. Aquilo representa o crescimento das nossas reservas.

Ali mostra o trabalho que tivemos com as empresas no exterior, com as empresas no Brasil, mudando a carteira de projetos, trabalhando com os institutos de pesquisa, com as universidades dentro e fora. E fomos avançando e avançando cada vez mais para as águas mais profundas. Chegamos, no ano 2000, com o Procap 3000, 3 mil metros de lâmina d'água, novamente o Brasil e as empresas no exterior, sob o comando sempre do sistema Petrobras, sempre da área de exploração e produção.

E mais projetos nos trouxeram mais autoridade, mais autonomia para que nós pudéssemos prosperar e chegar a esse próximo eslaide, do qual nós temos um grande orgulho: o Procap 1000, o Procap 2000, o Procap 3000. E aí, sim, em 2003, porque começamos lá em 1976, a nossa indústria de bens e serviços no Brasil, depois de passar por certos baixos, em especial a indústria naval *off-shore*, nós conseguimos, com o Governo do Presidente Lula – a Ministra Dilma Rousseff era a Ministra das Minas e Energia e eu tive o privilégio de ser a Secretária de Petróleo e Gás –, criar o Prominp, que abraçou, que tomou para si aquele jargão que diz que tudo o que pode ser feito no Brasil tem que ser feito no Brasil.

Hoje, na área de exploração e produção, indo para 2 mil metros, para 3 mil metros, fazendo poços de 5 mil metros, de 7 mil metros, a Petrobras pode, sim, fazer seu trabalho com muita autenticidade, com

muita segurança, trabalhando junto com esse *pool* de empresas no Brasil e no exterior. E nós chegamos a esses 31,5 bilhões de barris de óleo e equivalentes ao longo dessa nossa história – 15,7 bilhões de barris de óleo equivalentes são as reservas provadas, 5 bilhões da cessão onerosa e 10,8 do pré-sal já concedido à nossa companhia.

A linha do tempo. Nós temos, então, hoje, uma discussão em torno do que possa ter vazado em algum ponto da Petrobras, já que o nosso nome – Petrobras – foi mostrado numa apresentação de Power-Point num programa ao qual damos muito crédito, evidentemente, na TV Globo, o Fantástico, e depois na imprensa, vimos o nosso nome ali, – Petrobras – o que nos causou, certamente, no mínimo, um grande desconforto. Não sabemos, definitivamente, se vazou, o que vazou, mas incomoda de forma profunda você assistir ao nome da sua empresa num programa que respeitamos e admiramos. Mas o fato é que o pacote de dados para Libra está à venda na Agência Nacional do Petróleo e hoje é o último dia para que seja feita a aquisição desse pacote.

Eu destaquei nessa linha do tempo a nossa descoberta do pré-sal em 2006, a Petrobras descobriu o pré-sal, a Petrobras fez a perfuração do campo de Libra, a Petrobras apresentou à Agência Nacional do Petróleo a locação para Libra, a Agência Nacional do Petróleo nos deu a concordância e nós fizemos a perfuração de Libra, nós – Petrobras – operamos, perfuramos e chegamos ao objetivo que muda, que dá outra Petrobras dentro da própria Petrobras, porque os volumes são de fato, como demonstra a Agência Nacional do Petróleo, relevantes e importantes para nossa companhia, importantes para o Brasil certamente. Veio a descoberta, o teste de formação em 2012 mostra, sim, que há uma boa produtividade em Libra, e nós temos espessuras significantes, impressionantes, em que há a acumulação de hidrocarbonetos. E o leilão marcado para 21 de outubro de 2013.

Exemplo, eu peço a você, Rafael, que mostre muito rapidamente. Libra e ali em vermelho a sísmica 3D, a sísmica 2D. Esse é um exemplo de informação do que é comprado e do que vem para todos aqueles que são os licitantes. Chamo a atenção de dois poços: o poço descobridor, que é aquela bolinha preta apresentada...

Nós fizemos a perfuração, a Petrobras definiu o objetivo, nós chegamos a 6.023m de profundidade e descobrimos, sim, Libra. Ali, existe um poço seco sem indícios de petróleo, que foi em 2001 um poço perfurado pela Shell, uma grande companhia, com grande consistência técnica e tecnológica, uma das *majors*, uma das maiores e mais respeitadas companhias de

petróleo, e ela foi até 3.989m. Nós tivemos um trabalho intenso, exaustivo, durante alguns anos, olhando para baixo do sal, olhando com as melhores técnicas e com os nossos melhores e mais competentes e experientes técnicos o que poderia haver abaixo daquela camada e, assim, descobrimos essa riqueza que pertence à União, enquanto não é produzida e, depois, pela lei de partilha, também grande parte desse óleo pertence à União.

Bom, minha gente, Senadores, temos hoje 42 empresas, parceiras ou não da Petrobras, que desenvolvem atividades de exploração e produção *offshore* no Brasil. E todas essas empresas se utilizam do mesmo grupo de fornecedores de bens e serviços que a Petrobras: Halliburton, Schlumberger, Baker, Weatherford – são várias empresas, são dezenas de empresas, e todos nós utilizamos essas mesmas empresas. Então, cada um de nós tem conhecimentos específicos sobre as atividades que conduzem, e a essência de tudo isso, a diferença de tudo isso, está na gestão da atividade, na interpretação e na criação da arquitetura do conhecimento – é isso que traz vantagens à Petrobras, mas não é possível...

Este provavelmente é o meu último eslaide, senão o penúltimo.

Existem muitas interfaces entre nós. Nessas interfaces, existem acordos e acordos de confidencialidade, sigilos com universidades, sigilos com as prestadoras de serviço, sigilo entre nós parceiros, sócios, mas são sigilos, são acordos de confidencialidade.

A indústria do petróleo está interligada. A gestão faz a diferença: o comando, o maestro, a interpretação, a direção, o zelo, o cuidado e a responsabilidade com o bem da União. Eu digo aqui que eventual acesso a dados, ainda que inadmissível, não implica, necessariamente, a obtenção de informação ou a detenção da tecnologia – para a detenção da tecnologia, para um concorrente tomar essa tecnologia para si, são necessários muitos e muitos e muitos acessos permanentes e sistemáticos.

Somos *leaders* respeitados no mundo em atividades *offshore*, águas profundas, mas não temos o mesmo conhecimento no *shale gas*, no *tight oil*. Conhecemos tão pouco das areias betuminosas do Canadá, do xisto e outras áreas. Então, existem companhias com *expertise* maior ou menor em uma área e em outra – o fato é que, pelo modelo atual, tanto o de concessão como agora o de partilha, há um encaminhamento para que sejamos sócios.

O último eslaide, de fato, mostra a Petrobras que nós temos hoje, esta é a Petrobras que já existe – ali está a curva de produção. Nós vamos sair dos 2 milhões de petróleo produzido no Brasil e vamos chegar a

4,2 milhões de barris de petróleo produzidos em 2020. Tudo que está em vermelho são os blocos, as áreas em que temos parcerias, temos parceiros; e, em azul, aquilo em que nós estamos atuando 100%.

Nós temos, na Petrobras – e somos operadores de todas aquelas áreas –, 39 plataformas de produção, mas temos que construir, até o final do ano de 2020, 23 plataformas. Temos 59 sondas de perfuração, mas temos que construir, até 2019, mais 28. São 49 navios a construir e 225 barcos de apoio – isso é o que temos hoje concedido à Petrobras e em que já trabalhamos.

Com Libra, conforme comentou a ANP – os números da Petrobras só depois do leilão –, nós poderemos chegar de 12 a 18 unidades de produção – ou seja, é trabalho imenso que já temos e muito mais trabalho em Libra. Importante colocar que, no caso de Libra e de outros *bids*, seja partilha, seja concessão, não é a Petrobras que dá o ritmo, o ritmo é dado pelo Governo. O ritmo de quão mais rápido, quão mais lento é possível fazer, considerando a indústria nacional, que vem sendo criada e trabalhada por nós com tanto zelo, é o Governo quem dá, e a Petrobras é a empresa de petróleo, controlada pelo Governo Federal, mas nós somos apenas uma empresa.

Muito obrigada pela atenção de vocês. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nós é que agradecemos profundamente. Confesso, Presidente, que eu me perdi no tempo, tamanha a importância da sua apresentação. Foi muito interessante tudo o que ouvimos – não só a respeito pela segurança das informações, dos dados das empresas, mas pelas informações sobre a empresa em si.

Já estamos com a relação dos inscritos na mesa, mas, antes de passar a palavra aos inscritos, passo imediatamente a palavra ao nosso Relator da CPI, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Srª Presidente Graça Foster, vendo V. Sª falar, evidentemente que a gente deve reconhecer, com muita franqueza, que nos passa muita segurança, em razão de todo o escopo que foi apresentado, da forma com que essa grande companhia se estruturou ao longo do tempo, para que chegasse aonde chegou. Não chegou aonde chegou por gravidade, chegou por conta de muito esforço, inclusive esforço de muitas gerações. Não é sem sentido que essa companhia, a Petrobras, é hoje uma companhia de classe global, protagonista hegemonicamente no arranjo de petróleo e gás em todo o mundo.

Ainda assim, temos algumas questões que queremos socializar com V. Sª. Ao ver o nome da Petrobras no Fantástico, nas denúncias feitas pelo Snowden, que

tipo de providência foi tomada ou por V. Sª ou pela diretoria específica, para que algum tipo de cheque fosse feito para identificar alguma violação relacionada com esse tipo de espionagem, que é uma espionagem muito específica? No entendimento de V. Sª, qual seria o interesse da Agência Nacional de Segurança em relação à Petrobras?

Existe, evidentemente, um conjunto de informações que são acessórias, mas existe um conjunto de informações que são estratégicas, produto e conteúdo de muitos anos, como V. Sª falou, sobretudo no campo do domínio e da tecnologia; sobretudo nos programas relacionados ao Procap. No caso do Procap, o que é domínio exclusivo da Petrobras e o que é domínio compartilhado? Até porque a Petrobras tem alianças na constituição desse importante programa que deu à companhia não apenas reputação, mas liderança em nível mundial.

Enfim, que tipo de informação poderia interessar aos concorrentes da Petrobras, sobretudo, imagino eu, no domínio da tecnologia da companhia? O grande capital da companhia quero crer que não esteja nos seus equipamentos, porque o equipamento é uma espécie de *commodity*, mas a tecnologia e a inteligência acumulada ao longo desses anos todos é valor agregado, e valor agregado que vale muito. Quais seriam as informações que eventualmente poderiam interessar aos concorrentes da Petrobras? Até porque muitos desses concorrentes são aliados e têm alianças aqui no Brasil ou em outros lugares do mundo.

Há registro na Petrobras, num passado recente, remoto, de ocorrências de espionagem de empresas em relação à Petrobras? Quer dizer, em caso afirmativo, que medidas foram tomadas para coibir, para inibir esse tipo de atividade? A Petrobras possui alguma unidade responsável pela segurança das informações e das comunicações? Em caso afirmativo, de que meios ela dispõe e como ela está estruturada e a quem se subordina? Isso foi, *en passant*, afirmado por V. Sª.

A Petrobras tem ou mantém algum tipo de política ou mesmo de interação ou treinamento com a Agência Brasileira de Inteligência? A Petrobras trabalha no cumprimento da Instrução Normativa GSI nº 1? A empresa segue as normas de classificação de documentos que definem tratamento para todos os documentos, dos abertos aos sigilosos, expressos na Lei nº 12.527, de 2011? – não sei se está dando tempo para V. Sª ir anotando, mas, naquilo que não for possível, a gente vai ajustando. A Petrobras segue padrões internacionais de segurança da ISO 27.000?

V. Sª falou muito aqui, e de forma muito adequada, que temos um conjunto de pelo menos 36 empresas nacionais e estrangeiras que trabalham com a Petro-

bras nessa rede de proteção, de alianças e sinergias de comunicação; 14 dessas empresas são americanas. V. S^a também afirmou que o importante não é a informação, mas mais importante que a informação é a interpretação desses dados. É a interpretação desses dados que se constitui, quero crer, no acervo e num ativo ainda mais relevante – como é trabalhado, como é arquivado esse ativo de interpretações processadas a partir dos dados que a Petrobras levanta?

Fatores críticos da segurança das informações não se restringem à tecnologia, mas também ao fator humano. Quais são as políticas e medidas que a empresa adota para assegurar que seus servidores ou terceirizados preservem seguras as informações da empresa? São terceirizados norte-americanos.

A legislação norte-americana de combate ao terrorismo, pelo menos o biombo de combate ao terrorismo, apresenta evidências de que o terrorismo é apenas um biombo de que elementos de informações industriais, de informações comerciais poderiam determinar, pela legislação local do nacional norte-americano, que essas companhias pudessem disponibilizar essas informações. Existe um conjunto, enfim, de legislação, a Patriot Act, após os atentados às Torres Gêmeas, e toda uma legislação que foi constituída com essa finalidade – como é assegurado, no meio dessas parcerias e alianças que tem a companhia, que essas informações estratégicas da companhia são informações que não são transferidas?

Enfim, Sr^a Presidente, acho que, por ora, fiz aqui um conjunto de intervenções à nossa queridíssima e respeitosa Presidente que pudesse nos ajudar na socialização e no nivelamento dessas informações que serão fundamentais para o início dos nossos trabalhos. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Cumprimento nosso Relator, que fez um conjunto significativo de perguntas.

A sugestão, Senador Ferraço, se a Presidente quiser, como o senhor tem as perguntas por escrito – não sei se ajudaria para as respostas – é entregar as perguntas por escrito. Obviamente, vamos adotar a mesma metodologia de ontem. Passaremos a palavra à Presidente Graça Foster, para dar as respostas; na sequência, passaremos a palavra aos Srs. Senadores, por bloco, também para fazer duas indagações.

Presidente Graça, com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr^a Presidente, há uma pergunta que não posso deixar de fazer. A Petrobras vai com tudo para cima de Libra? Nós, como brasileiros, estamos na maior expectativa de que a Petrobras possa dar todo seu esforço com relação ao Campo de Libra, até

porque foi a Petrobras que fez essa extraordinária descoberta – a Petrobras vai com tudo para participar e vencer ativamente o leilão de Libra, agora em outubro?

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Senadores, Senador Ferraço, obrigada pelas perguntas. Já na véspera, na sexta-feira... – foi levado ao *Fantástico* no domingo –, já na sexta-feira, sábado e domingo, durante todo o dia, fomos procurados por vários jornalistas, pedindo que falássemos sobre as chamadas que estavam sendo feitas na televisão a respeito do nome da Petrobras. Imediatamente – e eu não poderia fazer outra coisa –, comecei a conversar, telefonar, ligar. E combinei, com vários dos nossos técnicos, gerentes e diretores, de assistir ao programa e, às sete e meia de segunda-feira, eu estava com o gerente executivo na sala, o Álvaro, que está aqui presente, ele é ligado – e já respondo a uma pergunta do senhor – ao diretor de engenharia da Petrobras, o Diretor Figueiredo.

O Álvaro tinha na sala técnicos da confiança dele, pessoas que trabalham com essa parte da inteligência e da segurança empresarial. E a pergunta é a primeira: há registros? Existem registros? Como os registros são acompanhados 24 horas por dia, você não precisa fazer um levantamento exaustivo, porque o processo já é naturalmente de um trabalho exaustivo. Então, o Álvaro colocou para nós que não havia, em 2012 e 2013, nenhum registro anormal.

Existem aqueles mais de 160 milhões de *e-mails* que tentam entrar a cada 30 dias, dos quais 90% são rejeitados, porque apresentam alguma informação espúria, mas não havia registros. A tecnologia que nós temos, que consideramos – porque também investimos, como disse, R\$4 bilhões por ano em segurança empresarial –, a tecnologia que consideramos de ponta não foi capaz de identificar absolutamente nenhum ataque ao sistema. E não é preciso fazer esse trabalho, porque ele já é exaustivo.

Agora, a reunião foi exaustiva, porque há um desconforto, há uma questão que para nós... A gente aparecer, Petrobras, naquele momento, é algo que cria um embaraço muito grande. Fomos a fundo nas discussões e temos discutido muito fortemente sobre o que mais fazer.

Como eu disse, a tecnologia é renovada a cada dia, o que essa tecnologia não pode a outra pode. Mas, para obter, para deter, para capturar aquilo que a Petrobras tem de mais vantajoso frente a qualquer outro concorrente, que é a gestão desse processo de ATZ... Nós começamos no A e estamos no Z.

Nós produzimos hoje 326 mil barris de petróleo por dia no pré-sal, nós fizemos a descoberta de Libra, nós conhecemos Libra. Então, essa parte é muito difícil. Eu diria que ela teria que capturar toda a Petrobras.

Esse trabalho, Senador, que nós fazemos com relação à força de trabalho é para que ela seja fiel à Petrobras – é preciso fidelidade. Mas não podemos garantir, de forma alguma, que consigamos segurar todos na Petrobras. Pessoas deixam a Petrobras e é também impossível levar a Petrobras.

As pessoas deixam a empresa, e a fidelidade também, como a tecnologia, não é de 100%. Então, o que temos de nobre é o saber, é o gerenciar, é o comandar. Na indústria do petróleo e em outras áreas, existe muito a reputação, o seu nome Petrobras – você assina um termo de cooperação tecnológica, você assina um contrato de confidencialidade, e nós precisamos poder olhar um para o outro quando a gente termina aquele projeto. Falhar, vazar e ser descoberto é a morte para o outro lado, é perder credibilidade. Nós estamos falando de seres humanos, não é?

Com relação à Abin (Agência Brasileira de Inteligência), em diversas fases a Petrobras esteve mais ou menos próxima da Abin. Então, temos um histórico contado de um período de muito trabalho, uma atividade muito intensa. Durante um tempo, menos. Em 2003 – não é isso, Alvaro? – nós voltamos a ter um relacionamento mais próximo na elaboração de novos produtos para que a gente possa garantir a menor vulnerabilidade possível do sistema.

A Lei nº 12.527 impôs para nós também uma revisão da classificação da documentação nossa.

Então, temos uma classificação que a gente chama de NP1, 2, 3 e 4, em que 3 e 4 é aquilo que mais exige cuidado, zelo e proteção. Portanto, essa lei, sim, Senador, impôs para nós uma mudança na classificação que fazemos de todos esses documentos.

Temos o guardião do nosso Centro Integrado, CIPD. Como disse nosso gerente executivo, nosso diretor, a presidenta é igualmente responsável por tudo isso, por toda essa massa de dados, e esse sistema está dentro da rede interna de computadores da Petrobras. O acesso a ele é muito restritivo. Então, são dados, são interpretações, são informações, são análises restritivas, é a criação do conhecimento, a arquitetura desse conhecimento, o modelo, a revisão e a tomada de decisão.

Senador, com relação a Libra, temos uma estima absoluta pelo petróleo e pelo gás natural não descoberto, que não nos pertence, pertence à União, pertence ao Brasil. Quando se descobre, a sua estima é multiplicada por cinco, por dez, por mil. A estratégia de participação de Libra, vou sentar para contar para o senhor depois do dia 21. (*Risos.*) Porque realmente esse é outro momento em que poucos participam da discussão. Nós temos vários técnicos na companhia, cada um cuidando de um pedaço; a informação

completa sobre a estratégia, como vamos proceder, o percentual que vamos avaliar, ter, cabe à Presidente, cabe ao Diretor Formigli, que é o Diretor de Exploração e Produção. Nós dois temos o conjunto da ópera e temos a nossa base dividida entre vários grupos, de tal forma que só na hora de entregar o envelope a gente fecha os números.

Fiz um esforço aqui para tentar lembrar de tudo, mas acho que falhei.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se a senhora me contasse, eu guardaria esse segredo. (*Risos.*) De qualquer maneira, vou aguardar dia 21, na expectativa, evidentemente, de que a Petrobras vá para cima de Libra, por tudo que Libra representa para nosso País.

Mas uma pergunta importante: como é realizada a gestão da segurança e da informação pelas empresas com que a Petrobras tem aliança que são sediadas no exterior, essas empresas que trabalham rede de proteção à informação? Porque essas empresas são aliadas da Petrobras, mas são empresas que podem, eventualmente, estar nos Estados Unidos, e elas estão submetidas à legislação local, que estabelece que, em determinadas circunstâncias, elas têm que, por força dessas legislações antiterroristas, socializar essas informações.

Nesse caso específico, como é construído o relacionamento com essas empresas?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – É muito importante, sim, a pergunta, Senador.

Da mesma forma que, para o leilão de Libra, quem tem todos os elementos desse processo é a Presidente e o Diretor de Exploração e Produção, essas empresas que trabalham conosco não conhecem nosso Centro Integrado, elas conhecem o serviço para o qual foram contratadas. Então, elas têm o conhecimento de parte, elas têm o conhecimento daquela atividade daquele escopo ali. Como isso é operacionalizado, como esses elementos se transformam em operação, isso cabe à Petrobras.

Nós temos, ainda que sejam empresas americanas, chinesas ou italianas, contratos assinados que nós, de ambos os lados, respeitamos. E, se alguma coisa não é respeitada de um lado ou do outro, temos um fórum definido que irá fazer a arbitragem daquilo que porventura venha a provocar alguma insatisfação para nós.

Então, elas trabalham conosco, mas não conhecem o que temos, porque quem faz a governança do centro, quem faz a governança da rede integrada de computadores do sistema Petrobras, quem desenha a arquitetura do banco, a arquitetura da informação é a Petrobras. Quem gerencia é o Dr. Alvaro, que está

aqui ao meu lado, que é nosso Gerente de Informática, é o Gerente de TI.

Então, não respeitar os contratos é uma briga feia e é uma perda de credibilidade também, porque se acontecesse com Petrobras poderia também acontecer com outras empresas, e essas pessoas, essas empresas, para existir, precisam ser críveis.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não há evidências disso.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Olhe, a gente diz assim: nesse período – e essa, a primeira pergunta que me foi feita –, o que nós fizemos não teve uma ação que, agora, fosse lá e medisse para ver se tem registro de algum ataque. Isso já é feito o tempo inteiro. Empresas que nos desagradam por qualquer motivo, elas saem do nosso cadastro. Por qualquer motivo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – As denúncias feitas pelo Fantástico citam o nome da Petrobras. V. Sª ou a companhia conseguiu alguma informação adicional do que na Petrobras foi ou teria sido violado, ou se trata de uma fantasia? Que avaliações internas V. Sª, com a equipe, pôde concluir, se é que pôde concluir?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Se o senhor me permite, eu não chamo de fantasia. A avaliação que eu tenho e que a Petrobras tem é de que não se trata de fantasia. Nós não sabemos se houve o ataque, se houve a tentativa de acesso e, se eles conseguiram grampear, passar e capturar alguma informação, nós não sabemos o quê. Nós não sabemos o quê.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Só nessa linha, o senhor me perdoe, apenas para aproveitar umas das respostas da Presidenta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Perfeito.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Essa parte segmentada que a Presidenta falou de acesso, isso é acessado em rede ou essa parte segmentada é entregue...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Fisicamente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... em dados em HD externa ou coisa do gênero?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – A rede interna de computadores da Petrobras não transita em internet, é um sistema que é alimentado por nós, acumulado em cima de uma engenharia, de uma arquitetura que convém àquela área trabalhar daquela forma. Nossos empregados – poucos – que têm acesso têm senha, têm códigos, têm que ter o dedo

reconhecido para poder entrar fisicamente no ambiente. Então, o monitoramento de quem acessou, de quem trabalhou e por quanto tempo, tudo isso é feito, tudo isso é rastreado. Esses dados que chamei de conhecimento explícito da companhia não passeiam pela rede.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ainda que não tenha identificação de violação ou que a equipe de TI da companhia não tenha essa identificação, a equipe considera possível que essa violação tenha sido alcançada e nenhum tipo de vestígio tenha sido deixado pelo caminho?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – De novo, Senador, são 4 bilhões por ano. De 2013 a 2017, são R\$21 bilhões só em segurança, em TI, em telecomunicações. Nós temos nossa comunidade junto às empresas operadoras de petróleo, como elas se organizam; participamos de eventos. Entendemos que temos o que de melhor a Petrobras podia ter, assemelhando-se às práticas mundiais, às melhores práticas mundiais. E tecnologia supera tecnologia. Por isso, o tempo todo nós não terminamos nosso sistema de proteção aos nossos dados.

Chegamos aqui e dizemos que temos o que há de melhor. Para ver, para crer que fomos invadidos temos que ter um registro de invasão e a amostra do que foi capturado. Nós não temos essa informação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Srª Presidente, por ora, nós manifestamos nossa satisfação.

Agradecemos, Srª Presidente Graça Foster, pelos esclarecimentos das questões que foram levantadas. Muito obrigada a V. Sª.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Cumprimos nosso Relator.

Se me permite o próximo inscrito, que, por permuta com o Senador Suplicy, é o Senador Delcídio, eu gostaria também de fazer uma pergunta adicional. Houve a pergunta, complementada pelo Senador Walter, em relação aos dados da Petrobras, se estão *on-line*, disponibilizados na rede ou não. Acho que isso é algo fundamental. Foi respondido que não.

Nesse sentido, Presidente Graça, eu lhe pergunto se, nestes últimos anos, nos anos mais recentes, houve algum caso de captura ilegal promovida por algum servidor da Petrobras, alguém que tivesse acesso, se há ou houve... não lá para trás, mas pelo menos nesse período muito recente, dentro desse centro de armazenamento de dados.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Nós não temos registros de que informações tenham

sido acessadas porque os sistemas de proteção bloqueiam e não permitem que haja o ingresso para dentro desse banco de informações ou banco de dados. Ou seja, temos diversos filtros que fazem essa proteção, e não houve acesso a dados, por exemplo, da área de exploração e produção.

Essa pergunta foi feita nesta semana dezenas de vezes aos nossos técnicos de TI, e esta é a resposta: não há evidência dessa entrada no sistema e de se terem capturado informações do sistema Petrobras.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Agradeço a resposta.

Passo a palavra ao Senador Delcídio.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Permite-me, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Claro.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu queria que a gente não esquecesse aquele e-mail que eu apresentei: são 197 milhões de *e-mails* passados em 30 dias. E entraram, efetivamente chegaram ao destinatário 16 milhões. Então, o que existe é um bloqueio em diversas camadas, diversos filtros.

Das tentativas, se existiram, não houve registro.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito.

Senador Delcídio com a palavra.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Cumprimento a nossa Presidenta, Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Ricardo Ferraço, Relator, e a Presidenta da Petrobras, nossa querida Graça. Cumprimento também os Senadores e Senadoras.

Primeiro, Senadora Vanessa Grazziotin, quero registrar aqui o acerto da Presidenta Dilma, que adiou, numa linguagem diplomática elegante, essa visita de Estado ao Presidente Obama. Era a atitude correta.

E nada afeta essa relação que o Brasil tem, absolutamente profícua, com os Estados Unidos. Somos parceiros comerciais importantes. Os Estados Unidos, inclusive, são superavitários nas trocas comerciais. Ao contrário do que acontece com a maioria dos países do mundo, os Estados Unidos são superavitários. Temos programas na área de energia com os Estados Unidos, temos o Ciência sem Fronteiras, que vai levar 100 mil estudantes brasileiros às universidades americanas, um programa extraordinário. Cheguei a ver isso nos Estados Unidos. Acho que muito daquilo em que os países asiáticos conseguiram se desenvolver, crescer, foi graças a essa cultura do Ciência sem Fronteiras, há muita gente estudando nas grandes universidades americanas. Portanto, a vida continua. Não vai haver nenhuma crise em função disso, e a Presidenta Dilma

foi muito equilibrada, a Diplomacia brasileira foi muito competente ao administrar com a Diplomacia americana essa não visita de Estado da Presidenta Dilma aos Estados Unidos. A despeito de ela ir agora, nos próximos dias, acho que na próxima semana, à abertura da sessão das Nações Unidas, como é praxe que todo Presidente brasileiro participe da sessão inaugural. Portanto, acho correto.

Entendo que essa bisbilhotagem... Lembro-me, Graça, de quando li *1984*, de George Orwell. Achei que aquilo fosse um sonho, a despeito de algumas divergências, ou muitas, que tenho com relação ao que é citado lá e à própria história do George Orwell. Mas, hoje, estamos diante do Grande Irmão. Então, ele bisbilhota tudo. Os Estados Unidos, hoje, viraram um refém de tudo aquilo que plantaram, um mau entendimento da realidade na Ásia, no Oriente Médio...

Lembro-me, há muitos e muitos anos, de que recebemos aqui senadores americanos que achavam que iriam criar no Iraque... o Iraque seria a semente de uma grande democracia em todo o Oriente Médio, nos padrões ocidentais. Aliás, o grande erro do Ocidente é tentar fazer uma leitura do Oriente Médio com uma visão ocidentalista, quando as coisas são absolutamente diferentes por razões históricas, culturais, religiosas e assim por diante.

Então, a bisbilhotagem tomou conta, e o Brasil não é único. Vários países foram bisbilhotados também nesses vazamentos do Snowden, nos vazamentos do Wikileaks, que já foram esquecidos... Mas, na verdade, países europeus importantes, Alemanha, França, enfim... A bisbilhotagem, por causa do medo, hoje é um instrumento absolutamente sem controle do governo americano. Imagino o Presidente Obama conversando com a Presidenta Dilma, neste último encontro que eles tiveram em São Petersburgo, ele tentando explicar o que aconteceu. Nem ele sabe o que deve ter acontecido. E depois ainda dizer que, na quarta-feira, não sei se hoje ou semana passada... semana passada, ele ia dar as devidas explicações. Isso é um polvo distribuído, operando loucamente no mundo inteiro, pegando informações importantes, pegando informações absolutamente desnecessárias, desprezíveis. Enfim, é uma bisbilhotagem indiscriminada e fortemente sem controle.

Então, acompanhei atentamente a apresentação da nossa querida Presidente da Petrobras e sei dos cuidados que a Petrobras tem, especialmente nessa área de TI. O Alvaro está aqui, também um gerente muito competente, que tem história dentro da companhia, e as explicações da Presidenta Graça são absolutamente... A intranet não fala para fora, os sistemas evoluem tecnologicamente, até porque é uma área que exige, como a Presidenta Graça disse aqui, inovações

e investimentos permanentes. São R\$4 bilhões por ano, pelos números que a Presidenta aqui apresentou.

Portanto, Presidenta, R\$4 bilhões, se colocarmos mais R\$2 bilhões, é a arrecadação do meu Estado. E a Petrobras investe, só em TI, R\$4 bilhões. Isso para imaginar o que representa isso.

E, ao mesmo tempo, é impressionante esse número de R\$195 milhões e aquilo que efetivamente chegou ao seu destino, quer dizer, a filtragem nos sistemas que efetivamente a Petrobras promove no seu dia a dia. Isso a despeito das dúvidas que a própria Presidenta Graça, de maneira muito tranquila, colocou aqui, transparente como ela é, republicanamente.

E, ao mesmo tempo também, acho que foi muito esclarecedora essa resposta da Presidenta Graça com relação à pergunta do Senador Ferraço sobre esses contratos que existem com empresas internacionais, que, na verdade, têm acesso ao objeto; a engenharia e arquitetura são da companhia, concentradas nas mãos de muito poucas pessoas.

Um projeto como esse, que vai ser licitado agora, o Campo de Libra, é todo segmentado, quer dizer, a companhia inteira trabalha nesse sentido, mas a arquitetura de tudo isso e a conclusão estão concentradas nas mãos de muito poucas pessoas. Isso é a inteligência que a companhia consolidou, a despeito de termos perdido profissionais competentes, mas que não levam, como a Presidenta Graça disse aqui, a Petrobras inteira, levam alguns pedaços, quando levam, até porque muito pouca gente – isso é uma cultura que a companhia tem – sai da Petrobras. Nós perdemos muito poucas pessoas, mesmo depois da quebra do monopólio. Acho que a Petrobras conseguiu, com muita competência, segurar seus quadros, até porque quem trabalha na Petrobras não trabalha pura e simplesmente. A Petrobras é uma religião para quem trabalha na companhia. Portanto, é um tratamento completamente diferente das outras empresas.

Por isso me sinto muito confortável com as explicações aqui apresentadas pela Dr^a Graça, e ainda registrando o seguinte: a Petrobras tem... E aí alguém diz assim: “Não, vão bisbilhotar porque vão passar informações para companhias de petróleo americanas, é o governo americano bisbilhotando a Petrobras para prestar informações para companhias americanas.” A Petrobras tem muitos acordos de confidencialidade com as maiores companhias do mundo, companhias europeias, companhias americanas, e isso é uma espécie de “o sigilo é a alma do negócio”. Qualquer quebra de sigilo, como também a própria exposição da Petrobras num programa de televisão, isso é ruim, isso é desagradável, isso é desconfortável.

Mas como foi dito aqui, existem acordos de confidencialidade, onde o sigilo é absolutamente fundamental para o sucesso do projeto. E, num negócio desse, ninguém brinca, porque é muito dinheiro envolvido.

Ao mesmo tempo – e isso eu não poderia deixar de destacar, ficou muito claro –, há a questão dos prestadores de serviço, dos fornecedores de equipamento. Esse setor é um setor dinâmico, ninguém vive enclausurado, há toda uma interação com o mercado. Especialmente agora, esse grande esforço, fiz questão aqui de... Vi que você lembrou, Graça, o Pomimp, que foi um tremendo avanço. Isso trouxe benefícios para a indústria nacional, para a qualificação de mão de obra, com resultados extraordinários. Então, eu fico muito tranquilo.

Com muita serenidade, acompanhei a exposição da nossa Presidenta da Petrobras e sei dos cuidados que a companhia tem com segurança de informação e de como funciona. Portanto, a Petrobras é ponta em várias tecnologias, como outras companhias de petróleo também o são. Falamos de pré-sal, mas há outras empresas que também têm tecnologia de pré-sal. Pré-sal não existe somente no Brasil, existe na África Ocidental, existe no Golfo do México, no Mar do Norte, enfim. Portanto, acho que a iniciativa desta Comissão de trazer a Presidenta Graça é extremamente feliz para esclarecer as questões, que, ao calor da bisbilhotagem, começam a tomar dimensão. É importante fazermos este debate para esclarecer uma série de questões, claro, a despeito das preocupações que norteiam principalmente a bisbilhotagem, a quebra de soberania, o direito individual, que são cláusulas pétreas, principalmente do sistema democrático.

Vou, minha querida Graça, fazer uma pergunta somente: tenho visto um movimento grande aqui sobre decretos legislativos, sobre a suspensão do leilão de Libra, sobre enquadramento na legislação, sobre enquadramento de Libra como projeto estruturante, sobre a possibilidade de que a legislação que foi votada do pré-sal cria essas condições. Acredito que uma parte dela vem da preocupação com a bisbilhotagem. A outra parte são outras posturas, outros tipos de interesse, talvez ideológicos, fundamentalistas.

Eu queria, Presidente, aqui, aproveitando essa oportunidade, ouvir um pouco da Presidenta da Petrobras o porquê desse movimento. Libra é um campo – vi aqui que são de 12 a 16 unidades –, um projeto gigante. A Petrobras já tem 30% como operadora exclusiva de Libra. Por que essa preocupação? Será que a participação de outras companhias em um projeto como esse traz algum tipo de risco à soberania nacional, traz algum tipo de risco a essa riqueza que o pré-sal e Libra vão nos proporcionar? Não podemos nos esquecer de

que mudamos a legislação para partilha, que é uma nova conceituação. Saímos de concessão, inclusive olhando essa questão do controle das reservas pela União, e que são da União efetivamente.

Então, eu queria ouvir, Presidente, sobre como a senhora avalia essas ações de adiamento em um momento tão importante para o País, em que a Presidenta Dilma começa a fazer licitações importantes na logística. Talvez o leilão mais importante que vamos vivenciar é o leilão de outubro, o leilão de Libra. Não tenho dúvida nenhuma de que muitas empresas internacionais participarão de mais esse projeto importante para a produção de petróleo e gás no Brasil.

No mais, muito obrigado, Presidenta, pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Ricardo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Apenas para esclarecer que, da parte dos Senadores que compõem esta Comissão, estamos em linha com V. Exª. Achamos que esse adiamento, com base nas evidências, nas confirmações e na segurança dada ontem pela Diretora-Geral da ANP e hoje pela Drª Graça Foster, não há nenhum sentido no adiamento desse leilão, que seria um desserviço aos interesses nacionais.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E eu só complementaria, Senador Delcídio, que isso se baseia não somente em conclusões individuais, mas em fatos concretos. Ontem, a Presidente da ANP deixou claro que não há nenhuma informação sigilosa em relação a Libra que pudesse favorecer a qualquer grupo ou a qualquer empresa. Hoje, a Presidente da Petrobras disse que não há possibilidade – não sabe se houve interceptação ou não – de que o todo, ou seja, a proposta da Petrobras seja prejudicada por um conhecimento prévio em relação a outras empresas que participarão.

Senador...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Presidenta, só uma pergunta. Esses dados são públicos como foi dito aqui? Não há nenhum segredo, mas estou fazendo a pergunta à Drª Graça porque as razões são outras. Estão usando esse discurso do adiamento com base na espionagem, em uma suposta espionagem, quando, na verdade, os motivos são outros. E quem questiona sabe, inclusive, como funcionam essas coisas, mas, por outros motivos, querem criar algum tipo de constrangimento ou querem dificultar o leilão de Libra agora no mês de outubro. É por isso que eu queria ouvir a Drª Graça sobre esses motivos que estão escondidos, esses motivos que não são revelados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nesse caso, a espionagem não confirmada é apenas um pretexto, é apenas um biombo para outros interesses que sabe Deus quais são. Mas V. Sª tem a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, desculpem.

Veja o dilema que temos aqui. O ideal seria que ela respondesse agora, entretanto temos inscritos Senadores Raupp, Simon, que voltou da Comissão de Constituição e Justiça para falar, e o Senador Inácio. Não sei se não seria melhor darmos a oportunidade de falar para os outros Senadores que também têm de ir à Comissão de Constituição e Justiça. Pediríamos brevidade. Nós, da mesa, nos comprometemos a não interferir mais, para que os Senadores falem.

Passo a palavra, então, à Presidente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Presidenta, faz de dois em dois ou de três em três. Acho que é mais ágil.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Já estamos aqui há duas horas.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Vamos ver o tempo que cada um utiliza, creio que é muito pouco.

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Srª Presidenta Vanessa Grazziotin; Sr. Senador Relator, Senador Ricardo Ferraço, Srªs e Srs. Senadores, Srª Presidenta da Petrobras, Drª Maria das Graças Foster, nas perguntas do Senador Ferraço, Relator, praticamente, ficamos contemplados, porque ele fez perguntas bastante abrangentes, bem como o fez, em sua exposição, o Senador Delcídio do Amaral. Ainda ficamos na pergunta acerca das medidas que a Petrobras...

Quero saber, Srª Presidenta, Drª Graça, que medidas foram tomadas pela Petrobras após as denúncias de espionagem pela NSA. Que medidas concretas foram tomadas? Vi aqui, na exposição, que as empresas que cuidam da criptografia da Petrobras são todas americanas. As três são americanas, e essa criptografia era justamente para misturar as informações para que ninguém fique sabendo. Mas, se são americanas, certamente a NSA teve acesso a ela. Essa era a primeira pergunta.

A segunda: a Petrobras tem importado bastante petróleo, sobretudo óleo diesel, porque ainda não é autossuficiente. Há uma reclamação da Câmara de Comércio Brasil-Irã de que o Irã tem oferecido petróleo para a Petrobras, inclusive deixando todo o recurso da venda desse petróleo depositado no Brasil para compra de alimentos, para levar produtos brasileiros

para o Irã. Dizem que só não é possível fechar essa transação em função do embargo americano. Será que os americanos estão em condições de embargar, de ainda impor algum embargo a outro país, depois de tudo o que fazem no mundo todo? Essa é uma segunda pergunta.

Terceira: a exploração do *shale gas* pelo Brasil tiraria o Brasil da dependência do gás boliviano? Em quanto tempo isso poderá acontecer? Isso não quer dizer que o Brasil não tenha que comprar gás da Bolívia, mas não fica dependente desse gás boliviano.

Faço também apenas um comentário acerca do campo de Libra, que está estimado em 15 bilhões de barris. Tenho certeza de que qualquer país do mundo que tivesse um potencial de petróleo desses a ser extraído gostaria que as empresas deste País, no nosso caso, as empresas brasileiras, como a Petrobras, que explorassem também esse petróleo, para que ficasse uma riqueza maior aqui no Brasil. (*Palmas.*)

E o anseio do Senado, que está hoje um pouco nervoso com relação a isso... Um grupo de Senadores, ontem, teve uma discussão acalorada na Bancada do PMDB sobre essa questão. Alguns Senadores do PMDB questionaram isso.

É justamente isto: outras empresas, no passado, tentaram pesquisar esses campos de petróleo e desistiram antes de chegarem à descoberta. Aí veio a Petrobras e conseguiu chegar a essa descoberta fantástica. Isso, no Brasil, tem orgulhado todos nós. Mas, agora, na hora da exploração, não se sabe se a Petrobras vai ficar ou não. Vêm as empresas estrangeiras, com espionagem ou não, tentando disputar esse petróleo.

Então, eu queria saber se a Petrobras não teria condições de ficar para explorar sozinha a bacia de Libra. Era essa a pergunta, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Srs. Senadores, acho que esse ritmo está bom.

Pergunto à Drª Graça se ela teria dificuldade de ouvir mais dois oradores inscritos, para poder responder ao final.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não há problema, não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Se não há problema, então, passo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Para a Presidente, não há problema, pois ela tem tudo na cabeça.

Fiquei impressionado com o pronunciamento do companheiro Delcídio do Amaral. Sou seu admirador. Acho que ele fez, realmente, como disse a ilustre Presidente, um grande trabalho na Petrobras. Deveria ter

ficado por lá um tempo mais; acho que isso seria bom. Mas S. Exª fez uma declaração aqui que considero muito importante. Ele pergunta o que está havendo atrás disso tudo, desse outro lado que está revelando um pensamento contrário. Aí eu faço uma pergunta a S. Exª. Eu e mais alguns companheiros temos sido procurados para discutir essa matéria, e a discussão é feita em torno exatamente de termos, como eles dizem, de mudanças que são feitas com relação à Petrobras.

Na frente disso, está o ex-Presidente da Petrobras que trabalhou com V. Exª. Há uma coisa muito interessante: na época em que ele era o Presidente, em relação à Petrobras havia só manchete positiva.

Não sei o que a nova Presidente fez, pois, a partir do momento em que V. Exª entrou, deixaram de existir aquelas manchetes positivas do tempo do Gabrielli: era Petrobras aqui, Petrobras lá; era uma maravilha. Quando V. Exª entrou, de repente, só há problema sério, problema aqui, problema lá, problema na Argentina. E a todas essas críticas o Sr. Gabrielli nunca respondeu, nunca falou nada. Ele nunca se defendeu de coisa alguma. De repente, vem ele e, rapidamente, radicalmente, inicia esse debate. Quem começou essa discussão foi o Sr. Gabrielli, que, pelo jornal, abertamente, disse que as mudanças que estão sendo feitas agora não eram para ser feitas, são totalmente contrárias àquilo que deveria acontecer.

Agora, então, com a pergunta do meu amigo Delcídio do Amaral, é que, realmente, questionamos: o que é que está havendo? Acho que a gente tem de esclarecer isso, qual é a dúvida, qual é o problema, qual é a divergência. As pessoas nos procuram e, inclusive, gostariam que trouxéssemos um ilustre engenheiro da Petrobras para conversar com V. Exª, porque há perguntas a serem feitas.

Eu quero dizer que sou um fã de V. Exª, um admirador. Eu disse isso quando tivemos a honra de votar o seu nome. Vejo que V. Exª, realmente, é, na vida pública, uma pessoa que significa o que há de melhor no Brasil. Que bom seria se, em cada setor do Brasil, houvesse uma pessoa como V. Exª, que tivesse se especializado e chegado ao clímax de conhecimento da questão!

Agora, estão levantando esses problemas. Eu diria que recebi isso da equipe que está divergindo de V. Exª. E, agora, o meu amigo Delcídio quer saber o que há atrás disso. Eu também já fico meio assim... O que há atrás disso? Não sei! Eu sei que as perguntas foram feitas por pessoas por quem eu tinha o maior respeito e que são consideradas a linha base do pensamento sério da Petrobras etc. e tal. E, agora, fizeram isso. Dizem eles: "Nenhum país soberano leiloa petróleo já descoberto". O Presidente Wilson, dos Estados

Unidos, dizia: “A Nação que possui petróleo em seu subsolo e o entrega a outro país para explorá-lo não zela pelo seu futuro.”

E, aqui, nem se trata mais de explorar, mas de desenvolver a produção no campo perfurado, testado e comprovado.

Então, faço uma pergunta, se V. Ex^a me permite. Segundo entendi, o campo de Libra, que tem 15 bilhões de barris, foi adquirido pela Petrobras para aumentar o seu capital. Junto com os 9 bilhões de barris do campo de Franco, que lhe é interligado, revelaram-se cerca de 24 bilhões de barris. Procedem essas avaliações? Quais os verdadeiros números aproximados?

Segundo, a ANP afirmou que a Petrobras desenvolveu o campo de Libra. A informação que tenho é a de que, em vez disso, a ANP tomou o campo da Petrobras e o está leiloando, o que é algo inédito no mundo! Afinal, o que aconteceu com a posse desse campo?

Faço a terceira pergunta: a Petrobras foi ressarcida pelas prospecções e perfurações dos campos de Libra e de Franco?

Faço uma quarta pergunta quanto à grave questão do chamado ressarcimento em óleo tanto para o bônus de assinatura como para os *royalties* devidos. Inclusive, essa foi uma das maiores preocupações quando da tramitação da Lei de Partilha. Não faz sentido e é até incompreensível a empresa pagar o bônus de assinatura de contrato e os *royalties* e, depois, ser ressarcida pelo petróleo. Procede a informação de que esses ressarcimentos estão previstos no edital de leilão para o contrato de partilha do Campo de Libra? Lembro que, pela lei, não pode haver ressarcimento em nenhuma hipótese. Está se descumprindo a Lei nº 12.351/2010. Quem ganha com isso? Que contabilidade perversa é essa?

Faço a quinta pergunta. Há ainda a questão das multinacionais que exportam o óleo bruto, o que gera prejuízo para o País. Só de impostos, a perda é de 30% devido à isenção de impostos de exportação pela Lei Kandir. Não refinar no País significa empregos perdidos aqui e geração no exterior, com a construção e a operação de refinarias. Entendo que isso faz parte de uma abordagem mais ampla de caráter macroeconômico. Mas a senhora concorda com essas diretrizes de política econômica para o setor do petróleo?

A sexta pergunta abrange mais uma distorção: a Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis publicou o texto final do edital e de contratos referentes ao leilão de Libra antes do parecer do Tribunal de Contas. A Sr^a Magda Chambriard disse que houve um parecer e até agradeceu ao Tribunal de Contas por um simples parecer oral. O Tribunal de Contas deu, pelo telefone, um parecer oral sobre essa matéria, mas não

há um parecer técnico, não há um parecer do Tribunal de Contas.

Além do que foi exposto, ao tratar de questão de espionagem que possa ter havido na Petrobras, na ANP e em outras instâncias técnicas, o que, aliás, é tão grave que motivou o cancelamento da viagem da Presidente Dilma aos Estados Unidos... Cá entre nós, faço um aparte: achei sensacional a decisão dos Estados Unidos ao adiar a viagem. A palavra “adiar” mudou completamente o problema. Se se dissesse que a Presidente tinha cancelado a viagem, isso geraria uma crise. Mas foi dito que se adiou a viagem. E a adiou por quê? Porque estamos com esse problema, porque o Obama está lá com o problema da Síria e com o problema do Congresso, porque o momento não é oportuno. Essa foi uma decisão não sei de quem, mas, na minha opinião, ela foi sensacional!

Além do que foi exposto, ao tratar da questão da espionagem que possa ter havido na Petrobras, na ANP e em outras instâncias técnicas, o que, aliás, é tão grave que motivou a discussão em torno da viagem, a senhora entende que é prudente e responsável manter o calendário do referido leilão?

Na gestão Reichstul, foi extinta a Equipe de Planejamento Estratégico da Petrobras, e, em seu lugar, foi colocada a empresa americana Arthur D. Little. Desnacionalizar era a meta. Na Petrobrax, agora, na sua gestão, há duas empresas americanas: a PriceWaterhouse, no Planejamento Estratégico, e a Boston Consulting Group, no Planejamento Tático. Ambas são americanas. Isso é para a espionagem? Ou é para sabotar mesmo? Será que isso explica a queda de produção da sua gestão? Aliás, assim é que a Petrobras está revendo a sua segurança para corrigir o acesso *on-line* a informações estratégicas da companhia.

Eu vejo que essas são questões importantes, fornecidas por gente da maior categoria, da maior responsabilidade. Não sei se os senhores sabem quem são os técnicos que estão falando. Eu, que não entendo nada, fico tonto. Para mim, a palavra da Presidente Graça é 100%. Eu confio, respeito, tem credibilidade, mas essas pessoas estão lá dentro e estão levantando essas questões que me parecem realmente importantes.

Por isso é que eu acho, com todo o respeito, que seriam importantes esses esclarecimentos. São esclarecimentos que não devem ser feitos por A, por B, por editorial de jornal, não. Mas por gente que tem a tradição do seu lado, que defende do mesmo jeito.

Então, acho que seriam importantes esses esclarecimentos, com todo o carinho e admiração que reputo e que continuo tendo por V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador, eu quero dizer

que fiz uma avaliação aqui. O Senador Valdir Raupp tem que sair também, e já há um acúmulo grande de questionamentos. Então, optamos por passar a palavra...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr^a Presidente, eu posso ser muito breve e complementar apenas.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Veja, há dois Senadores somente: V. Ex^a e o Senador Inácio Arruda.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu aceito dar a palavra ao Senador Suplicy. Agora, o “muito breve”, eu nunca vi até hoje. (*Risos.*)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois é, esse é que é o problema! Eu agradeço. E ele fala por experiência própria também, não é, Senador Simon?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Um aparte ao Pedro Simon não pode ser menor do que a fala do Pedro Simon.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E o sorriso do Senador Suplicy é um sorriso de consentimento à afirmação de V. Ex^a. (*Risos.*)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É. São muito parecidos.

Então, passo a palavra à nossa Presidente, Presidente Graça.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Obrigada.

Vou tentar ser bastante direta na resposta, para que vocês possam fazer as outras perguntas.

Senador Delcídio, o que acontece na Petrobras – o senhor esteve lá – é que, dentro da Petrobras, nós nos achamos grandes, grandes técnicos. E, quando nós saímos – assim vejo alguns colegas –, você se torna um. Quando se está na Petrobras, você é um mais mil, porque há mil pessoas trabalhando com você. E, quando você sai, você vê que você não é daquele tamanho. Nós somos uma equipe, e o sucesso que nós temos, aquele resultado positivo de um projeto é consequência de um somatório de talentos. Acho que esta é a diferença: quando você está na companhia e quando você sai. O prestígio, os prêmios...

Eu comecei lá como estagiária. Então, você vai subindo e, em cada nível, você vai vendo que o que você faz é o resultado de três, de quatro, de mil. Acho que essa é uma diferença muito grande.

Para mim, fazer a interpretação do que está acontecendo: eu tenho informações dentro da companhia e leio jornais. Libra é caro para a Petrobras. É caro no

sentido de que tem um valor, representa uma descoberta da Petrobras. Então, esse é um ponto que nós temos, como empregados da companhia. Eu, como Presidente da companhia, sigo a Lei da Partilha. Libra, realmente, no meu entendimento técnico, não pode ser tratada como todos outros *bids* que houve. É algo especial, e, para a partilha, cai bastante bem nesse edital de Libra.

Fazer a Petrobras participar com 100% de Libra poderia ter sido uma decisão do Governo ou não. Para a Petrobras 100% de Libra é possível? Do ponto de vista técnico e operacional, sim. Muitas vezes, sim. Do ponto de vista econômico, hoje, para a Petrobras, 2013/2014, os seus indicadores econômicos e financeiros não suportariam um bônus de R\$15 bilhões

Então, esse é um sentimento de dentro da companhia de que uma descoberta passa a ser leiloada. Esse é o ponto.

Com relação à política – eu já vi sendo interpretada a utilização de Libra por questões políticas –, eu não me sinto com informações suficientes para poder me posicionar, mas o sentimento de Libra é verdadeiro, é legítimo dentro da companhia. E, se não fosse por aquele acúmulo de atividades que coloquei ali – nós temos 90% de praticamente tudo o que está ali, de todas as sondas de perfuração, unidades de produção, tudo contratado –, do ponto de vista técnico e econômico, quem descobriu faz o desenvolvimento da produção tranquilamente. Mas 13 e 14 são indicadores que realmente estão dentro dos níveis razoáveis, mas não suportariam R\$15 bilhões, evidentemente, de pagamento de bônus.

Com relação à suspensão do leilão...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr^a Graça, não seria, então – na condição de Relator, me permita –, mais compatível e conveniente que, em lugar de Libra ser leiloado em 13, fosse leiloado num outro momento, para que se possibilitasse à Petrobras estar estrutural, econômico e financeiramente, adequada para fazer um lance definitivo? Porque não haveria necessidade de Libra ir a leilão agora. Poderia ir em outro momento, assim como outros campos do pré-sal.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Aí, novamente, eu não tenho todos os dados que fez o Governo decidir agora já por Libra. E, como Presidente da companhia, o que nós fazemos é trabalhar ao máximo para dentro das regras do edital, que são específicas para Libra, para chegarmos ao melhor resultado dentro de um consórcio que convenha à Petrobras. Eu não tenho todos os dados que levaram, que fizeram com que o Governo tomasse a decisão de fazer o leilão de libra este ano.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O.k..

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu tenho o dever de buscar as melhores escolhas para que façamos o melhor da companhia nesse momento.

Em relação à questão da suspensão, eu não tenho autoridade para isso. E outro dia me manifestei à imprensa, dessas que te pegam com o microfone na mão. Eu disse: “Não, o leilão de Libra não pode ser adiado”. Eu não tenho autoridade para isso. Que não será! Eu não tenho autoridade para dizer se será ou não será. Eu simplesmente segui ali o que poucos minutos antes eu havia lido, o que havia sido dito pelo nosso ilustre Ministro Lobão, Ministro de Minas e Energia. Eu simplesmente repeti ali o que ele colocou, mas eu não tenho autoridade para isso, nem para chegar e dizer que vai ou não vai, que tem que manter ou não tem que manter o prazo.

Com relação ao ilustre Senador Raupp, campo de Libra, 15 bilhões de barris de óleo equivalente, esse é o número que nós vemos. Algumas vezes colocado por uma fonte ou por outra fonte. “Por que não Petrobras 100%?” – esse tem que ser o desejo do Governo, e não o desejo da Petrobras. Então, também não cabe a mim, aqui, colocar dessa forma.

Nós temos recebido do Irã algumas discussões com relação a produtos brasileiros, à compra e venda desse petróleo. Essa é uma discussão que a área comercial do abastecimento da Petrobras tem tido, sim, com o grupo do Irã, e eu desconheço pressões americanas tornando inviável essa relação comercial. Eu desconheço. Não quer dizer que não exista. Não chegou a mim essa dificuldade colocada.

O *shale gas* e o gás da Bolívia, novamente para o Senador Raupp, não há, nos nossos planos, nem com a visão de até 2030, que nós possamos considerar não contratar, porque, no contrato com a Bolívia, o GSA (Gas Supply Agreement) vai até 2020. Então, consideramos que, nos próximos dez, vinte anos, nós renovaremos o contrato com a Bolívia em outras bases, em outros volumes, mas o gás da Bolívia é muito importante para o Brasil.

Com relação ao *shale gas*, que vai motivar a 12ª rodada, há informações de caráter exploratório, com estudos das bacias sedimentares brasileiras. Precisamos avançar um pouco mais, a partir da 12ª rodada, para entender um pouco melhor esse real potencial. Mas acreditamos que seremos bem-sucedidos em algum nível.

Senador Pedro Simon, eu fico muito honrada...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Srª Presidente.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Pois não, desculpe.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Acho que ficou faltando ainda uma pergunta que fiz sobre as empresas americanas, as três empresas americanas que fazem a criptografia de Petrobras.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Ah, sim. Três empresas americanas fazem a nossa criptografia. São empresas com grande reputação no mercado e certamente trabalham para manter essa reputação. Esta semana, conversamos sobre o que o Brasil tem feito para criar seus algoritmos. Essa é uma discussão permanente. E, certamente, no momento em que empresas brasileiras se apresentarem à Petrobras, elas serão consideradas, da mesma forma que sempre consideramos aqueles fornecedores de bens e serviços que possam substituir produtos importados.

Conversamos bastante sobre quem faz, quem está fazendo, em que fase está, e torcemos para que essas empresas tenham algoritmos comerciáveis e que, no futuro – não sei se próximo ou se em médio prazo –, possam nos atender. Certamente, estaremos considerando essa possibilidade também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Neste momento, não há empresa nacional que disponha dessa tecnologia?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu não conheço. Álvaro, você tem? Não há nacional que possa fazer o trabalho dessas três empresas, que possa suportar esse banco de Petrobras. Eu acho que não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E nem a Abin, que tem um sistema desenvolvido, SGI, de criptografia? Nunca se conversou sobre isso também?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Não, trabalhamos com a Abin durante bastante tempo, e voltamos a trabalhar fortemente agora, a partir de 2013...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – É porque a orientação que demos, por conta dessa discussão toda, é que também devemos buscar essas empresas, saber o que elas têm e em que fase estão, porque, certamente, é bom comprar do Brasil o que o Brasil tem para vender.

Bom, agora, prezado Sr. Senador Pedro Simon, fico muito envaidecida pelo respeito com que o senhor sempre se manifesta em relação à minha pessoa. A indústria do petróleo tem ciclos, são cinco anos, sete anos, entre a tomada de decisão para um bloco ex-

ploratório e o primeiro óleo. Às vezes se consegue fazer mais rápido. No pré-sal, fizemos espetaculares descobertas. No ano de 2012, tivemos uma plataforma de produção nova. Na média, o declínio está em torno de 10%. Todo mundo que produz 2 milhões de barris de petróleo por dia, em um ano, perde 200 mil barris de petróleo. Quando chegarmos, em 2020, aos 4,2 milhões de barris de petróleo por dia, a tendência é perdermos 400 mil barris por ano pelo declínio.

Então, devemos instalar novas unidades de produção, o tempo todo, a fim de conseguir manter 4 milhões de barris. Manter 2 milhões, quando, no ano de 2012, nós instalamos uma plataforma de produção, é realmente muito difícil.

Neste ano de 2013, estamos trabalhando muito duro. E esse trabalho começou não este ano, mas há três anos, no sentido de instalar oito plataformas de produção. É isso que vai fazer a nossa curva de produção acelerar, subir uma rampa e acontecer, passar desse patamar de 2 milhões. Se não instalarmos novas unidades de produção, é inexorável que haja queda de produção, independentemente de quem esteja dirigindo a empresa. Esse é um fato.

Nós temos um trabalho de conteúdo local, que é uma obrigação, ele é imposto para nós. Em 2003, 2004 e 2005, trabalhei muito para que isso acontecesse, quando eu trabalhava no Ministério de Minas e Energia, porque temos que ter um conteúdo local. Nossos estaleiros, ao mesmo tempo em que estão sendo construídos e revitalizados, estão produzindo essas unidades de produção.

Ontem, foi concluída a obra da P55, que durou 69 meses. Outras unidades de produção, aqui no Brasil, estão sendo entregues com 34 meses, 36 meses. Isso nada ou muito pouco tem a ver com quem dirige a companhia. Essa é a curva de aprendizado dos nossos fornecedores. Não há dúvida de que é preciso parar a produção, parar as plataformas, a fim de que haja segurança para os nossos empregados, a fim de que haja segurança na produção. E foi o que fizemos. No ano de 2012, houve paradas, assim como em 2013. Não arriscamos nada quando se trata da segurança do meio ambiente e da vida de nossos empregados. Isso é muito importante para nós.

Reunimos vários sucessos, que não são sucessos exclusivos da minha gestão, mas um trabalho de continuidade. No ano passado e neste ano nós temos um número de sondas de perfuração... Não basta a unidade de produção, você precisa das unidades de perfuração para ter os poços interligados. Hoje, nós temos todas as sondas de perfuração de que precisamos. Foram encomendadas em 2008. Atrasaram e atrasaram. Foram feitas na China e na Coreia.

Então, é um trabalho em que não há como fazer aparecer óleo. O óleo é um ciclo, sabe, Senador? São sete anos no mínimo. Seis, sete anos. É um presidente, é uma presidenta cuidando para que a empresa faça o seu melhor. Parar as plataformas para que elas sofram manutenção é uma questão de valor para a diretoria da Petrobras.

Então, é isso. A produção cai porque não entraram unidades novas. Estão entrando agora. Isso é natural e acontece em qualquer lugar.

Com relação ao edital, de novo, nós, na Petrobras, não temos, Senador, nenhum poder sobre fazer ou não o leilão agora. Nós não temos nenhum poder. Nós somos uma empresa que faz parte desse jogo, desse *bid* e dessa competição. Sabemos fazer? A Petrobras sabe fazer? Ah, sabe. E sabe melhor do que ninguém, porque ela fez, de fato, a descoberta.

O senhor afirmou também, muito bem, e é comum, até internamente, na Petrobras, misturarmos cessão onerosa com Libra, e Libra fazia parte, não fazia parte. A Agência, junto, certamente, com o Ministério de Minas e Energia, definiu quais eram os campos que pertenciam à cessão onerosa. E Libra ficou fora. A perfuração de Libra, nós apresentamos à Agência a locação. Nós fizemos uma espécie de contrato com a Agência para a perfuração: “Olha, nós vamos furar aqui, ANP”. A ANP concordou, nós perfuramos, fomos a 6.036 metros, conhecemos cada centímetro, e chegamos a esse colosso de óleo que é Libra. E a Agência entendeu que outras áreas – eu tenho aqui –, como Franco, Entorno de Área, Florim, Norte de Tupi, Sul de Tupi e Sul de Guará, comporiam a cessão onerosa. E ali estão os 5 bilhões de barris de óleo equivalentes, por que pagamos. Então, ali temos os 5 bilhões. E, com relação a Libra, é desejo, decisão do Governo, de que haja um leilão. A Petrobras não tem nenhum poder de fazer diferente.

Achamos que Libra é um caso especial...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER –

Por favor, eu não ouvi o senhor.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – V. Sª está dizendo que a Petrobras não tem nenhuma chance de se manifestar com relação ao leilão?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER –

Eu estou dizendo ao senhor que, a lei posta, aprovada, o edital definido, a regra, a Petrobras não tem poder para fazer diferente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Tem que cumprir a lei?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER

– Cumprir a lei.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Mas a senhora não pode falar com a Presidente? Se for o caso, se achar que tem alguma dúvida: “Eu acho que tem isso, isso, isso. A senhora deve modificar a lei.”?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – É, eu posso. Eu posso falar. Lógico que posso. É lógico que eu posso falar. Mas a lei está aí, dia 21 de outubro está chegando, e nós damos o máximo para fazer o nosso melhor para Libra. Fazemos o máximo para o melhor de Libra.

A PriceWaterhouse. Eles são os nossos auditores. Eles ficam por um período de quatro anos. Anterior à PriceWaterhouse quem estava? Ernst & Young? Então, há um ciclo. A Price é contratada por nós. Nós temos que ter um auditor do balanço Petrobras, do sistema Petrobras.

Diversas empresas fazem consultoria para nós: a BCG, a McKinsey e uma série de empresas que estão na Petrobras há muitos anos, fazendo consultorias específicas em determinadas áreas. De gestão, principalmente. Temos a Halliburton trabalhando conosco, assim como a Chevron, em Papa-Terra. Esse é o caminho natural de uma empresa de petróleo em um país em que não há monopólio e em que participamos, sucessivamente, de leilões.

Senador, eu quero muito responder todas as suas perguntas. Eu não sei se deixei alguma sem resposta.

Libra é algo muito caro para nós, nós temos um apego realmente bastante expressivo a Libra.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Após as respostas da nossa Presidente da Petrobras, passo à palavra...

O Senador Inácio Arruda trocou com o Senador Delcídio e outros se inscreveram.

Fala o Senador Inácio Arruda. Em seguida, V. Exª, sem problema...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Depois voltaremos para a Comissão de Justiça, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A qualquer instante, vai ser votado, e eu tenho que estar lá.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Inácio Arruda, só para não perder a oportunidade, na condição de Relator...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – V. Exª não pode perder a oportunidade de nunca.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Presidente Graça Foster, gostaria que

V. Sª pudesse nos dizer se confere a informação de que o Casnav, que é o Centro de Análises de Sistemas Navais, da Marinha teria oferecido o sistema criptográfico à Petrobras. V. Sª, naturalmente, não tem obrigação de conhecer todos esses elementos de uma empresa do tamanho da Petrobras. Mas há indicativos de que a Inteligência da Marinha estaria habilitada à produção de sistemas criptográficos, da mesma forma a Abin, através do CriptoGOV e do cGOV. Eu gostaria que, se V. Sª não pudesse responder, que recolhesse essa afirmação que estamos fazendo, sujeita a confirmação.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu não posso responder essa pergunta porque eu não sei a resposta, mas eu posso perguntar, se o senhor me permite, ao gerente executivo Álvaro...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Podemos fazê-lo neste instante ou numa outra oportunidade em que a Petrobras, evidentemente, se dirija à Abin. Porque as informações que chegam a esta Comissão é de que tanto a Agência Brasileira de Inteligência e o Casnav, que é o centro de inteligência da Marinha, estariam aptos à construção de sistemas criptográficos. Não estou afirmando; estou socializando a informação para que, numa oportunidade, nós possamos nivelar.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Está ótimo. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Srª Presidente, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Srª Presidente Graça Foster, colegas Senadores, a primeira afirmativa que eu gostaria de fazer é a de que nós temos sido questionados por vários setores organizados da sociedade, e muitos desses setores trabalharam conosco intensamente em algumas batalhas muito importantes aqui no Congresso Nacional. Refiro-me tanto aos companheiros que estão aqui da Central Única dos Trabalhadores como da CTB, do Conlutas e ex-Parlamentares, inclusive Vivaldo Barbosa, que dirigiu uma das concessionárias da Petrobras, a Petroquisa. São setores que, por razões as mais diversas, algumas vezes do ponto de vista político, às vezes estão na oposição, às vezes do ponto de vista ideológico ou pelo caráter nacionalista de como veem essa questão, levantam importantes questões para nós examinarmos. E nós temos que ter a tranquilidade de acolhê-las, de examiná-las e de ponderar sempre, porque a causa central é o nosso País, é o Brasil.

A segunda afirmativa é a de que eu considero que nós tivemos três grandes batalhas, Presidente Graça

Foster, em relação à questão do petróleo no Brasil. A primeira grande batalha foi o monopólio que permitiu a criação da Petrobras, que completa 60 anos no dia 3 de outubro, e este Congresso Nacional vai lhe render uma homenagem justa por todo o trabalho que desenvolveu nesses seus 60 anos. A segunda batalha foi a quebra do monopólio, também uma luta intensa que nós travamos no Congresso Nacional. E a terceira, mais recente, foi exatamente a descoberta do pré-sal. E com a descoberta do pré-sal, uma alteração substantiva na legislação que regula a exploração de petróleo e gás no nosso País e que permitiu o surgimento de um novo modelo. E é sob esse modelo que vai acontecer o leilão de Libra, que é um modelo de partilha. Esse modelo já garante à Petrobras uma presença em todo o pré-sal. Quer dizer, ninguém pode tirar a Petrobras do pré-sal; ali você já tem uma presença garantida.

Nesse modelo, há um debate muito intenso, e precisaria que isso ficasse claro para as pessoas. Eu gostaria de perguntar à Presidente: a Petrobras já entre com 30%; do que vai a leilão, que são os 70%, há uma participação do consórcio ganhador, e, tirando os custos... De quanto é mais ou menos esse custo? Nós temos ideia disso? Na área do pré-sal, quanto vale esse custo de produção? E a remuneração das empresas; tirado o custo de produção, vem a remuneração da empresa.

Vamos trabalhar aqui com a hipótese de que a Petrobras vai participar do leilão e vai ganhá-lo: qual será o custo que a Petrobras vai cobrar e qual será a remuneração dela em seguida? E o que vai sobrar para a União? Isso é muito importante para a nossa população, que fica nos olhando: o que vai sobrar mesmo para o País, para o Brasil? E o que nós vamos ter de operações para permitir que a Petrobras retire esse petróleo? Todo esse conjunto – a Presidente já falou um pouco sobre isso, mas acho que é muito importante. O que há no entorno para que eu possa tirar esse petróleo? E, nesse entorno, o que é de conteúdo nacional? As empresas que trabalham com a Petrobras também têm que responder essa questão de conteúdo nacional ou só a Petrobras tem obrigações nesse sentido? Ou todas as que estão com a Petrobras têm essa obrigação? Isso é muito importante para o nosso conhecimento.

Eu acho que esse é o primeiro problema.

E a última batalha que nós travamos foi decisiva, porque o questionamento era o seguinte: deixa tudo no modelo anterior. Mas V. S^a, inclusive, estava dentro do Governo, acompanhou todo esse debate e sabe exatamente o que aconteceu: decidiu-se pelo modelo de partilha, que já permite, então, o Estado nacional, através da Petrobras, ter essa participação de 30%.

Essa foi uma batalha de grande peso, de grande monta. Com isso, há uma segurança de que o País ganha, e é isto que está sendo questionado: que nós estamos entregando a nossa riqueza, nós vamos entregar para estrangeiros.

E há o debate na sociedade se nós temos condições de, sozinhos, tirar o petróleo de lá. Porque o que mais importa para nós é isso. Existe o petróleo, eu tiro, mas eu o aproveito ou não? Essa é uma questão muito importante para nós termos conhecimento.

Eu mesmo sou de um Estado que produz pouco petróleo. O nosso petróleo é bem pouquinho, mas esse negócio de petróleo é tão importante que há muitas empresas no Ceará que só existem por conta desse pouco petróleo. São todas empresas – no caso do Ceará – brasileiras que só trabalham praticamente com brasileiros e que prestam serviços a Petrobras. Então, é um pouco que, para nós, é muito. E eu espero até que aumente mais. Mas o que existe já é significativo. E talvez um dos menores em produção de petróleo seja o Estado do Ceará. Espero que já passe para outra posição.

Mas eu gostaria que a gente pudesse esclarecer essas questões aqui. O que fica com a Petrobras? O que custa para a Petrobras, ela levando tudo? E o que fica para o Brasil? Porque esse é o debate, é o que está sendo questionado por muitos companheiros nossos, amigos nossos. Não são inimigos nossos não; são amigos nossos que trabalham conosco e que têm posições diferentes. Eu mesmo tenho posições diferentes desses nossos amigos. Mas é preciso que a gente esclareça porque há importância no debate que travamos em defesa desse projeto do Brasil, de desenvolvimento da nossa Nação.

Eram essas as questões que eu gostaria que ficasse esclarecida, porque nós lutamos aqui, nós defendemos a Petrobras, nós brigamos pela Petrobras, e muita gente morreu pela Petrobras.

Então, por conta disso tudo, é que eu gostaria de, se a gente pudesse, deixar bem claro o que vamos ganhar com o leilão do campo de Libra, que é tão importante, uma riqueza tão extraordinária essa que temos nas mãos.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Inácio. E para concluir, o nosso último orador, o Senador Suplicy. Na sequência, passaremos a palavra à Presidente Graça.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr^a Presidenta, Senadora Vanessa Grazziotin, querida Presidenta Maria das Graças Foster, primeiro, quero dizer que, cada vez que a senhora

vem ao Senado, eu fico extremamente e positivamente impressionado pela qualidade da sua exposição, da sua dedicação, com a história de vida, que a senhora sempre nos transmite, que teve na Petrobras desde os tempos em que lá ingressou como estagiária e foi assumindo posições cada vez mais altas, e, assim como a nossa Presidenta Dilma constitui um patrimônio da Nação brasileira, de representante que dignifica tão bem a mulher brasileira, a senhora se constitui numa outra pessoa que é um patrimônio. Assim como a Petrobras, a senhora mesma o é também e nos traz muita confiança e alegria mesmo.

Contudo, eu também quero aqui ressaltar que considere diferente do que disseram ontem os Líderes da oposição. O Senador Aécio, por exemplo, disse que seria uma atitude de *marketing* por parte da Presidente. Eu li ontem a comunicação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, sobre por que ela não irá agora aos Estados Unidos, e acho que a nota foi divulgada nos mais altos termos e, ao mesmo tempo, constitui uma atitude de respeito com a Nação norte-americana, ao Presidente Barack Obama e deixa a porta aberta para que, superados os problemas e esclarecidas as dificuldades, possa haver, de fato, o restabelecimento da viagem. Mas ela deixou muito claro que o fato de ter havido a espionagem é algo que não pode ser aceito.

Portanto, avalio que é muito importante... A senhora disse que o leilão de Libra não será adiado, em função da própria palavra do Ministro Lobão, e que essa é uma decisão do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, se iria ou não considerar. Mas, da mesma maneira que a Presidenta avaliou que não seria o caso agora de ir aos Estados Unidos, é possível que ela esteja considerando se convém ou não ser realizado o leilão de Libra no dia 21, e, obviamente, a recomendação, a palavra de V. Ex^a a nós sobre essas questões apresentadas pelo Senador Pedro Simon... Uma coisa é a senhora obedecer o que o Governo estabelece; a outra coisa é a senhora dar uma palavra tão bem informada, porque a questão que avalio nós, brasileiros, precisamos saber é a seguinte: por acaso, ao realizar a espionagem dos dados da Petrobras recentemente, tendo em conta o leilão de Libra a ser realizado, por acaso, nesse procedimento, teria a Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos obtido alguma informação muito relevante para efeito de eventual vantagem das empresas norte-americanas que vão participar do leilão de Libra? Poderia ser recomendado... Acho que nós não temos esta informação, mas a Presidente da Petrobras avalio que deva ter: por acaso, com as informações que obtiveram junto à Petrobras, as empresas norte-americanas, eventualmente com

informações dadas pela Agência de Segurança dos Estados Unidos, estão agora com vantagens maiores do que as demais?

Eu acho que, quem sabe, V. S^a possa nos responder isso para nossa tranquilidade, para que, então, possamos todos ouvir: “Olhe, não há qualquer vantagem adicional para os Estados Unidos e suas empresas, tendo em conta o que porventura conseguiram saber e que não esteja disponível para as demais empresas ou consórcios de empresas que poderão participar e estarão hoje...”

Hoje é o último dia para efetuar a inscrição. Então, todas essas empresas inscritas para participarem do leilão de Libra estão efetivamente em igualdade de condições, sem vantagens a quem porventura tenha participado daquela espionagem que a Presidenta tão fortemente diz que não foi um procedimento adequado da parte da Agência Nacional dos Estados Unidos?

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Inácio.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Queria registrar que, entre as instituições que levantamos aqui, está a Federação dos Petroleiros, com quem trabalhamos também ativamente em muitas causas comuns.

Então, acho que é importante que registremos neste instante.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu agradeço a colaboração do Senador Inácio Arruda, porque deveríamos ter feito isso certamente. Assim como a FUP, devemos ter outras entidades importantes presentes e que estão diretamente envolvidas neste debate.

Senador Suplicy, hoje V. Ex^a se superou. Superou-se na disciplina do tempo. Eu acho que o Senador Pedro Simon mordeu um pouco a língua hoje. (Risos.)

Eu passo a palavra agora à Dr^a Graça, Presidente da Petrobras, para responder os questionamentos feitos.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Com relação ao Senador Inácio Arruda, de fato, Libra não é uma descoberta comum. Não é. E, pelo que pude ler, pelo que pude estudar... À época da grande discussão de mudança do modelo, eu era Diretora de Gás e Energia, mas as informações estavam disponíveis para que a gente pudesse ler, conversar com o saudoso e querido Diretor Estrela, à época.

É adequado, no meu entendimento. Libra não é qualquer coisa. É muito. Então, partilha faz com que, como todos nós sabemos, entendo eu, o óleo não seja só do seu descobridor; parte do óleo descoberto continua sendo da União, para que ela comercialize, para que ela destine esse óleo produzido pelas operadoras.

Eu acredito que essa equação econômica vai ser bastante bem-sucedida, ainda que seja para todos nós um aprendizado. A lei é muito clara, o edital, muito bem estruturado, as pessoas conhecem bem as disciplinas, tanto no Ministério de Minas e Energia, quanto na Agência Nacional do Petróleo, quanto na nossa equipe na Petrobras, que trata especificamente, não só a turma do Jurídico, mas o E&P, conhecem bem a equação. Mas tudo é a primeira vez.

Mas existe um agente que é muito importante nesse conjunto, que é a Empresa Pré-Sal. Essa empresa precisa ter um grande líder, ou uma grande líder, porque é ela que vai cuidar para que as melhores práticas aconteçam, preservando a União, o bem, aquele petróleo que está *in situ*, aos custos adequados, de tal forma que o recurso seja relevante e chegue às mãos efetivamente da União, para a saúde e para a educação.

Então, é a primeira vez que nós vamos exercer partilha. Conhecemos a parte conceitual, toda a parte teórica, essa equação econômica também. A conta a fazer dentro das reuniões que teremos, lideradas pela PPSA, exigirá um grande líder no comando dessa empresa para que ele possa trabalhar, um conhecedor da matéria, que conheça também as parcerias, porque é muito importante que tenha essa vivência da parceria, que conheça as regras, que conheça a parte de regulação, para que aquela parte planejada pelo Governo chegue efetivamente à sociedade brasileira.

Então, do ponto de vista conceitual, considero muito adequado esse marco regulatório partilha/pré-sal/Libra. Agora, neste momento, Senador, nós estamos às vésperas do leilão, e custo de produção, tudo isso é um segredo que não é nem de Estado, é segredo de empresa, que fica conosco, é um ponto de decisão muito importante. E aí eu não sei se caberá, uma vez que aconteça o leilão, sermos convidados, o consórcio vencedor, para que converse um pouco mais para explicar um pouco dessa conta, como é que funciona e tal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Já fica o convite.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER

– Mas certamente que o Governo fez as simulações, porque definiu aquela planilha que vai definir o ponto, se vai se chegar um pouco para a esquerda, um pouco para a direita, o que se oferece adicionalmente ao Governo. Essa simulação o Governo certamente fez. Certamente ele tem uma expectativa de retorno. Certamente ele tem uma expectativa de quanto vai para a educação, de quanto vai para a saúde. Do outro lado, as empresas também estão formulando seus algoritmos, seu modelos, para poderem ter um resultado positivo nessa operação.

O ritmo – quanto de concessão, quanto de partilha, de quanto em quanto tempo – vem desse planejamento do Ministério de Minas e Energia principalmente. Ele deve estar pensando no seu ano 2050, porque a Petrobras pensa no ano 2050. A gente simula o 2030, o 2040, e o ritmo é uma decisão do Governo. Se olho para manter a autossuficiência, se olho para exportar, se olho para ter mais recursos para a educação, se olho para ter mais recursos para a saúde, essa operação é do Governo Federal, e a Petrobras é uma empresa certamente com influência. Ela discute com o Governo, ela é uma empresa do Governo, controlada pelo Governo Federal.

Quanto ao conteúdo local, o conteúdo local da Petrobras acontece porque a Petrobras, nos contratos com os fornecedores, exige determinado conteúdo local. Então, por exemplo, considerando-se 7 sondas de perfuração, mais as 21 sondas, que totalizam 28 sondas de perfuração, o conteúdo vai de 55% a 65%, a depender do período. E temos um contrato com eles, porque nós temos um contrato com a ANP que, para os campos A,B, C, D, E, F, G, eu tenho que atender um conteúdo local global de 68%, ou 65%. E eu só consigo esses 65% se a Sete Brasil me der o conteúdo local de 65%, se a Technip, se a outra empresa que trabalha no conjunto do consórcio, se todas me atenderem com o conteúdo local.

Então, nós administramos esse trabalho com os fornecedores, para que nós possamos cumprir o conteúdo local com a Agência, porque, efetivamente, quem é cobrado do conteúdo local é quem assina o contrato de concessão e o contrato de partilha. Então, todo mundo cobra de todo mundo: a Agência cobra de nós, nós cobramos das empresas, e assim ficamos numa eterna e permanente cobrança para cumprir os nossos compromissos contratuais.

Com relação ao Senador Suplicy, Senador, eu coloquei aqui algumas vezes: impressionam R\$20 bilhões, R\$21 bilhões, em cinco anos, para segurança; para segurança, para TI, para telecomunicações na Petrobras. E assim fazemos. Não registramos ataques nos nossos sistemas. Essa é a pergunta, que teve resposta imediata, porque o sistema é em tempo real; é isso, Doutor? Em tempo real.

Tivemos várias reuniões. Várias. Várias discussões. Aliás, a última foi ontem e terminou para lá das 10h da noite. E, vindo para cá, no avião, só discutimos segurança, segurança, segurança o tempo inteiro.

Se aconteceu e quando aconteceu, e que acesso teve, que informação vazou, não foi apresentada a relevância do que foi.

E começo até pedindo desculpas aos Senadores e a todos que aqui estão se parecer prepotência da

minha parte, mas eu conheço a Petrobras, conheço a área de exploração e produção e, independentemente das ideologias, não conheço nenhuma outra empresa que esteja tão bem preparada para Libra. Eu não conheço. Porque foi ela que definiu a locação, que perfurou, que descobriu, que tem os dados, que tem as informações, que tem uma infraestrutura para compartilhar com o escoamento da produção de Libra. Se for prepotência, peço desculpas, mas eu não conheço nenhuma empresa tão bem preparada para fazer Libra acontecer. Eu não conheço.

Eu não sei se respondi tudo que o senhor perguntou.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É simples. O ato de espionagem, por acaso, poderia ter levado ao conhecimento de algumas empresas norte-americanas, em decorrência de informações prestadas a elas pela Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Pois é.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se, por acaso, o propósito de espionagem da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos teria sido o de recolher informações que porventura as demais concorrentes do leilão não terão e se, por causa disso, então, a Petrobras, sabendo disso, poderia transmitir à Presidenta Dilma...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – A Petrobras...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) –... “Olha, é capaz de eles terem sabido informações que só elas passaram a ter”, e daí o leilão teria um problema. Eu não sei os detalhes, eu não tenho elementos, mas acredito que a senhora saiba. Daí a razão da minha pergunta.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER – Eu digo, com toda clareza, que, dentro da segurança de informações, dentro das várias camadas de proteção que temos, não há nenhum registro, nenhum sinal de ataque, de violação das informações, de forma geral. A tecnologia, as tecnologias que temos não identificaram, não têm registro de ataques. Eu acredito que, para ter mais informações e mais condições que a Petrobras tem hoje, só capturando toda a Petrobras. Então, eu não consigo, eu não tenho, materialmente falando, elementos para que a gente possa justificar não realizar o leilão por conta de potenciais ou eventuais informações que eu não conheço. Então, essa não seria a razão, no meu entendimento.

A Agência Nacional de Petróleo, para todos nós... A Petrobras, nós compramos os dados, nós também pagamos, apesar da descoberta, apesar dos dados,

nós nos manifestamos perante a Agência – fizemos isto anteontem –, pagando e trazendo os dados, como todas as empresas. São dados públicos, transformados em dados públicos. Então, todos, teoricamente, estamos em iguais condições para participar do leilão.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu quero dizer que, então, eu confio no seu diagnóstico e na sua avaliação.

Muito obrigado.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Obrigada, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Inácio, não mais?

Senador Delcídio, alguma coisa?

Então, nós queremos encaminhar para o encerramento da nossa sessão, mas, antes, eu gostaria, Presidente Graça, de lhe agradecer profundamente. V. Sª foi convidada para falar acerca de espionagem, mas acabamos travando um profícuo e profundo debate acerca de questões políticas mais gerais, sobretudo aquelas que envolvem o leilão de Libra. Então, agradeço a sua disponibilidade também para tratar desse assunto.

Nada mais havendo a tratar, antes de encerrar a reunião, proponho a dispensa da leitura da Ata e a aprovação das mesmas da segunda e da presente reunião.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata será publicada no *Diário Oficial do Senado*.

Nada mais havendo a tratar, nossa reunião está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)

Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

Comissão Especial Externa criada para realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais – LEP (Lei nº 7.210, de 1984)

ATA DA 5ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião, realizada em 05 de junho de 2013, às dez horas e quatro minutos, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Ministro Sidnei Agostinho Beneti e com a presença dos senhores juristas: Carlos Pessoa de Aquino, Edemundo Dias de Oliveira Filho, Maria Tereza Uille Gomes, Marcellus Ugietto, Sérgio Alexandre Meneses Habib, Roberto Charles de Menezes Dias, Tício Lins e Silva, Luís Alexandre Rassi, Maurício Kuehne e Augusto Eduardo de Souza Rossini. Deixaram de comparecer os membros: Gamil Fopel El

Hireche, Denis de Oliveira Praça, Luciano Losekann e Nídea Rita Coltro Sorci.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Beneti) – Bom dia a todos.

Eu declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Juristas com a Finalidade de Realizar Estudos e propor Atualização da Lei de Execução Penal, criada pelo Requerimento 848, de 2012.

Antes de iniciarmos os trabalhos, coloco em votação a Ata da 4ª Reunião, que já circulou, solicitando a dispensa de leitura dela.

Consulto os presentes se estão de acordo com a Ata da 4ª Reunião. *(Pausa.)*

Estando todos de acordo, considero aprovada essa Ata com a manifestação.

Esta reunião de hoje é uma reunião também de organização dos trabalhos, que vão agora entrar numa segunda fase, desde o momento em que a Comissão esteja completa.

Agora temos a Comissão completa diante da incorporação dos novos membros.

Eu quero informar, com relação a estes trabalhos, que temos esses novos membros, que foram incorporados por S. Ex^a o Presidente do Senado Federal.

Os novos membros são: Ministro Marco Aurélio Bellizze, do Superior Tribunal de Justiça; o Dr. Maurício Kuehne, eminente professor da matéria; Dr. Augusto Eduardo de Souza Rossini, coordenador do Depen – Departamento Penitenciário Nacional, da área do Ministério da Justiça; Dr. Luciano Losekann, juiz do Rio Grande do Sul com larga experiência na matéria, prestando serviços no Conselho Nacional de Justiça sobre o assunto; Dr^a Nídea Rita Coltro Sorci, juíza de uma das Varas de Execuções Penais de São Paulo, incumbida da área dos presídios femininos, uma especialista nessa área.

Não foi possível a presença de todos os novos integrantes porque as nomeações sobrevieram com um curto espaço de tempo, contando-se desta data. Evidentemente, as ausências se justificam, porque não tiveram tempo suficiente de se organizarem para vir, mas estão incorporados aos trabalhos. Alguns estão presentes, e eu vou pedir aos novos integrantes presentes que se apresentem, para que sejam conhecidos, inclusive em termos de registro da Comissão.

Vamos começar com o Dr. Maurício Kuehne.

O SR. MAURÍCIO KUEHNE – Cumprimentando o Ex^{mo} Sr. Ministro Sidnei Beneti, a Ex^{ma} Sr^a Maria Tereza Uille Gomes, presidente e relatora desta Comissão, demais integrantes também desta Comissão, farei uma apresentação rápida, estilo Enéas, como pediu o Ministro há pouco.

Quero dizer que meu nome é Maurício Kuehne, já milito na área de execução penal há alguma tempo, desde que a Lei de Execução Penal foi sancionada, a partir do ano de 1984.

Presidi o Conselho Penitenciário do Paraná. Sou integrante do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná há mais de 16 anos.

Por 8 anos, integrei o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Naquela oportunidade, tive a honra de ter também como colega do Conselho o eminente advogado Tércio Lins e Silva.

Dirigi o Departamento Penitenciário Nacional no período de 2005 a 2008.

Atualmente, estou dirigindo o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná.

Então, sucintamente, alguma coisa a respeito dessa militância no campo da execução da pena.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Beneti) – Eu agradeço ao eminente Prof. Maurício Kuehne.

Seja bem-vindo. Contamos com os trabalho de V. Ex^a.

Também vou pedir ao Dr. Rossini.

O SR. AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI – Sr. Presidente, Ministro Sidnei Beneti; Sr^a Maria Tereza Uille Gomes, relatora; demais membros desta ilustre Comissão, a minha primeira manifestação é de gratidão, de agradecimento sincero por poder integrar esta tão importante Comissão, com essa missão tão fundamental.

Meu nome é Augusto Rossini. Atualmente dirijo o Departamento Penitenciário Nacional, sou Diretor-Geral, por deferência do Sr. Ministro da Justiça, assim como foi o Maurício Kuehne, que deixou um grande legado.

Sou membro do Ministério Público do Estado de São Paulo licenciado.

Tenho carreira acadêmica já de algum tempo.

Também tenho a honra de ser membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional de Segurança Pública. Trago aqui, como disse, minha gratidão e aguardo oportunidade para trazer todas as nossas experiências, tanto pessoal quanto institucional, e deixo o Depen aqui, o Departamento Penitenciário, como órgão apoiador também das discussões e de tudo que for consolidado. Então, o Depen está à total disposição desta Comissão por conta da importância da missão que nos cabe.

Muito obrigado pela oportunidade. Agradeço também ao Presidente do Senado, que nos nomeou agora, há poucos dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Pois não. Agradeço ao Dr. Rossini. Seja bem-vindo.

Contamos com os trabalhos de S. Ex^a nesta nossa Comissão em prol da melhor execução penal.

Um dos integrantes de desde o início da Comissão não pôde comparecer devido a problemas de saúde anteriores. Mas vou pedir que S. Ex^a se apresente, Dr. Sérgio Alexandre Habib, por favor.

O SR. SÉRGIO ALEXANDRE MENESES HABIB

– Sr. Presidente, eminente Sr. Ministro; eminente Sr^a Relatora; caros colegas, eu me chamo Sérgio Habib, sou da Bahia, sou professor da Universidade Federal da Bahia, da Faculdade de Direito, professor do Uni-CEUB e tenho experiência na área criminal, sou advogado criminal e sou Defensor Público Federal junto ao Superior Tribunal de Justiça, represento a Defensoria Pública Federal.

Tenho muita honra, estou muito honrado em participar desta Comissão de Juristas, para mim é uma satisfação muito grande. Lamento profundamente não ter participado da reunião anterior por questão de saúde, por fazer um tratamento quimioterápico, afastei-me por um tempo, mas estou retomando minhas atividades.

Fico muito honrado, conheço o colega Técio Lins e Silva há muito tempo e outros colegas da Comissão. Para mim, é uma satisfação muito grande, Ministro, estar aqui e, no que eu puder ajudar, no que eu puder colaborar, estarei sempre à disposição, dentro das minhas limitadas possibilidades.

Mas quero dizer que estou à disposição dos colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Muito grato ao Prof. Sérgio Habib por sua presença, sua manifestação e sua integração à Comissão.

Dois integrantes da Comissão tiveram dificuldades e justificaram por escrito. O Prof. , que está adoentado, e o Prof. Denis Praça, que teve dificuldade de voo, que foi cancelado ou alterado, com uma demora de mais do que seis horas. De forma que não há possibilidade de estar presente na nossa reunião.

Quero, dando seguimento aos trabalhos, agradecer o gradeamento que está sendo feito das sugestões. Explico: está sendo colocado numa lista, ao lado de cada número de artigo da Lei de Execuções Penais, a sugestão que está sendo realizada, de tal maneira que a Comissão pode trabalhar com a ubicação de cada uma das matérias, o que tornará mais fáceis, do ponto de vista concreto, os trabalhos.

Quero agradecer esse trabalho que está sendo realizado pela Dr^a Maria Tereza Uille Gomes. Um trabalho extraordinário. Sem ele realmente seria impossível se realizar a revisão de uma lei extensa, como a lei de execuções penais. Muito grato a S. Ex^a.

Na reunião passada deixamos clara a possibilidade de realização de reuniões à moda de audiências públicas nos Estados. Não haverá, em princípio, facilidade para que nós desloquemos todos os membros da Comissão aos Estados para que se façam audiências nacionais nos Estados, isso implica um enorme acréscimo de custos, uma dificuldade de mobilização de toda Comissão. Então, a solução descoberta foi de que os integrantes dos Estados realizassem essas audiências nos próprios Estados. E já tenho notícia de que duas estão em vias de realização. Eu apenas, para que se dê rápida informação a esse respeito, vou pedir que o Dr. Charles do Maranhão se manifeste e o Prof. Técio também se manifeste.

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS

– Bom, cumprimentando o ilustre Presidente, eminente Presidente, Ministro Sidnei; eminente Relatora e os eminentes colegas, apenas para informar, Ministro, que no Maranhão já estamos com a data marcada – data e horário – com a participação de todos os órgãos que têm interesse na execução penal; com a participação muito efetiva do Tribunal de Justiça do Maranhão, que nos cedeu espaço e está promovendo o *coffee break* – inclusive o gabinete de um desembargador está secretariando a Comissão de Estudos da LEP para a realização dessa audiência.

Essa audiência, que já está marcada para o dia 14, para que fique o registro, sem dúvida nenhuma – desta sexta, depois de amanhã, a oito dias –, começará às 14h30 e se desenrolará até as 18h. Estão todos os colegas convidados, todos os pares. Já tenho aqui a confirmação do Marcellus Ugietto e do Carlos Pessoa de Aquino. Estão todos convidados.

Esperamos, Ministro, poder contar também com a sua presença lá e também com a da Relatora e, evidentemente, com a de todos os pares da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Agradeço a comunicação.

Dr. Técio, por favor.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Presidente, a ideia é fazer também uma grande audiência pública no Rio. Nós já temos... Eu combinei com o nosso companheiro Denis Praça, que é defensor público, que nos reuniremos com a Associação dos Defensores Públicos, a Associação dos Juízes, a OAB, o Instituto dos Advogados, enfim, com o maior número possível de entidades, e o próprio Conselho Penitenciário já aderiu. Então, nós faríamos com o copatrocínio de várias entidades.

O Ministério Público do Rio já se ofereceu, inclusive, para fornecer meios materiais para nos ajudar na organização, e nós faríamos a audiência pública na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, que é presidida pelo Desembargador Sérgio Verani,

para aproveitar o belo espaço com um auditório de 500 lugares. Enfim, faríamos um grande evento para o qual seria muito interessante que o nosso Presidente pudesse estar presente...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Com prazer.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – ...para valorizar o nosso encontro.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– O encontro no Rio de Janeiro valorizará a mim, com toda a certeza, Dr. Tício.

Vou verificar se será possível.

Muito obrigado.

Informo também que o Rio Grande do Sul me procurou – os colegas da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Sul, da Escola da Magistratura do Rio Grande do Sul, da Ajuris, com o apoio do Tribunal de Justiça e com a participação de entidades locais, da Procuradoria, das entidades da advocacia – porque pretende também realizar alguma atividade a título de audiência pública no local.

O Dr. Edemundo tem uma sugestão para apresentar?

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– Presidente Sidnei Beneti, Relatora, quero saudar os companheiros, os que chegam e os já mais antigos.

Só para deixar consignado nesta Comissão, em caráter oficial, eu queria dizer que apresento mais um estudo. Já apresentei um sobre o semiaberto e, agora, sobre o uso de algema. Faço isso inclusive com a experiência de mais de 30 anos de delegado de polícia e represento o sentimento do agente público brasileiro do poder executivo estatal sobre essa dúvida que paira a respeito da questão do uso de algema.

Então, faço a entrega oficial ao senhor, extensiva a todos os colegas que fazem parte desta Comissão. É apenas uma sugestão e um chamamento para debate e discussão.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Pois não.

Muito grato, Dr. Edemundo.

O Dr. Marcellus Ugiette também está trazendo novas sugestões e tem condição de entregar por escrito. Pois não.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Bom dia a todos. Quero saudar os novos colegas da Comissão e dizer que, na realidade, eu trouxe algumas sugestões para colocar para debate, mas vou preferir, em face dos trabalhos, mandar por *e-mail*.

Nós também já agendamos, mas tivemos alguns problemas de saúde. Vamos agendar uma nova data,

aprazar uma nova data para a audiência pública lá em Pernambuco.

Contamos também com o apoio do Ministério Público, da Magistratura do Poder Judiciário e estamos buscando o apoio da Defensoria Pública, que é um órgão importante nessa questão da execução penal.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)
– Pois não.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Então, nós estamos empenhados nisso, e vou, a partir de amanhã, mandar essas sugestões para que a Dr^a Maria Tereza possa compilar, possa organizar.

Quero dizer que estarei lá na reunião...

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS – No Maranhão.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – ...do Dr. Roberto Charles Dias. Será importante essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)
– Muito obrigado, Dr. Marcellus.

Mais algumas informações.

O eminente Presidente do Senado Federal, atendendo a uma solicitação, prorrogou o prazo da Comissão, de forma que esse prazo vai-se encerrar em 14 de outubro. Portanto, nós temos tempo para realizar um trabalho de maior profundidade, mas vamos tentar terminar com maior rapidez possível esses trabalhos, porque é um setor importante para já se colocar na sugestão legislativa.

Como eu disse na reunião passada, vamos procurar realizar grupos para análise das sugestões que já estão chegando – e já são várias – sobre a Lei de Execução Penal. Eu tomei a liberdade de agrupar os membros da Comissão em cinco grupos. E tomei a liberdade também de indicar alguns sub-relatores, pelo que me pareceu maior adequação pessoal, inclusive em termos de organização, talvez de apoio de grupos de trabalho, de assessoramento pessoal.

Mas eu quero dizer que todos, na verdade, participam de todos os trabalhos. E nem faria sentido de outra forma. A lei é uma coisa única, e é preciso ter a sua unidade estudada por todos os integrantes da Comissão.

Além disso, cada um dos eminentes indicados nesses grupos, cujos nomes eu coloquei pelo que me pareceu mais adequado pelas características pessoais, pode trocar de grupo, é claro, pode participar de todos os trabalhos, sem a menor dificuldade por participar desse agrupamento que fiz, pelo que me pareceu a fisionomia intelectual de cada um, a preocupação de cada um.

E dividi a lei em cinco grupos. Esses cinco grupos abrangem todos os participantes. Eu distribuí por

escrito esses grupos e vou-me abster de lê-los, visto que já está tudo por escrito.

Peço aos eminentes integrantes da Comissão que comecem a colocar o foco das sugestões que constam da tabulação realizada pela Dr^a Tereza já nos seus grupos; que vejam em que artigos da lei essas matérias vão realmente se inserir e comecem a examinar os projetos de redação já realizados para irmos polindo esses termos jurídicos em que as matérias se colocam, sobretudo com muita atenção à sistematicidade geral da Lei de Execução Penal, que é uma lei que tem várias dificuldades operacionais, mas é uma lei sistemática, é uma lei que realmente precisa ter a sua unidade mantida o mais possível nesses nossos trabalhos.

Peço que depois examinem. E, se estiverem de acordo, que se mantenham como estão nos grupos. Senão, informem ao Sr. Secretário-Geral dos trabalhos e também à Dr^a Tereza para que façamos alguma alteração que porventura seja necessária.

Vamos passar também à realização de audiências públicas a respeito desses nossos trabalhos sobre a execução penal. Vou propor que essas audiências públicas já comecem na próxima reunião, convidando-se alguns especialistas na matéria para que possam trazer os seus conhecimentos e as suas contribuições. Vou também dirigir ofícios, se a Comissão estiver de acordo, a entidades representativas que possam ter conexão com a matéria de execução penal: entidades da advocacia, entidades da magistratura, dos órgãos de voluntariado social, da defensoria, do Ministério Público, as entidades em geral ligadas à execução penal que possam ter trabalhos para a execução penal. E também algumas personalidades que têm manifestado interesse em colaborar pelos seus trabalhos realizados na matéria de execução penal.

Passei aos eminentes integrantes da Comissão uma lista dessas pessoas cujas sugestões de nomes eu faço neste momento. Depois, estando todos de acordo e não havendo objeções a esta lista que já foi passada, vou começar a dirigir os convites.

E já poderíamos realizar essas audiências públicas – é isso que proponho aos eminentes integrantes da Comissão – a partir da próxima reunião, que seria no dia 17 deste mês mesmo. Começaremos dirigindo os convites e vendo quem pode comparecer já no dia 17, dos convidados, e nós faremos essas reuniões. Pessoas que, por ventura, estejam presentes, representando entidades ou alguma instituição que tenha interesse a manifestar, também será permitida a manifestação, mas num prazo, evidentemente, mais reduzido, para que possam todas as pessoas que têm interesse se manifestarem.

Vai sair isso no *site* da Comissão, dando essa divulgação pública para essa condução das audiências públicas que nós vamos realizar. Também está autorizada a Secretaria-Geral da Comissão a preparar os ofícios às entidades representativas. Várias entidades: Secretarias de Justiça, de Segurança Pública, Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Defensorias, órgãos do Ministério Público, entidades profissionais e algumas entidades voluntárias, sabendo-se que as entidades voluntárias podem também se manifestar, trazendo as suas colaborações ou oferecendo a sua participação. Algumas já manifestaram, por escrito, interesse em colaborar. Para essas, evidentemente, já serão enviados esses ofícios, solicitando o oferecimento de sugestões e franqueando a participação também nas audiências públicas.

Pois não, Professor...

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Ministro, pela ordem. Eu gostaria de fazer uma pergunta. Essa reunião do dia 17, então, seria uma reunião da Comissão, num misto de audiência pública já?

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Exatamente.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Seria mais ou menos isso. Então...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Exatamente. Nós começamos com as audiências públicas e vamos. Depois, quando pararmos, faremos um certo balanço.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Então, seria num horário mais estendido, poderíamos dizer assim.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Mais estendido. Esse horário começará às 10 horas e irá provavelmente o dia todo.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Um outro assunto que eu gostaria de colocar em pauta e até para que possa haver uma reflexão dos colegas é que tem alguns assuntos que dizem respeito e se relacionam com o Código Penal. Não sei se seria viável e interessante um *link* com a Comissão de Reforma do Código Penal para que a gente pudesse alinhar algumas questões e sentir quais são as propostas. Porque, por exemplo, a questão da medida de segurança, a questão do próprio regime aberto, que... Se seria interessante isso.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Se a Comissão estiver de acordo, eu mandei um ofício à Comissão de Reforma do Código Penal. Seguramente, o Código de Processo Penal também e, se houver outras comissões, de que os integrantes se lembrem, também mandaremos ofício solicitando essa colaboração e colocando nossa possibilidade de fazer esse *link*, como disse o Dr. Marcellus, com todas as comissões. Afinal de contas, o direito é um todo unitário.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Esta reunião de hoje, conforme em conversas informais eu vim dizendo, acaba sendo mais curta. Acaba sendo mais curta porque nós temos um fato que deu uma duplicidade de eventos no Senado Federal, mas de interesse de todos nós e de toda a comunidade jurídica, que é a arguição pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal do eminente jurista Luís Roberto Barroso, indicado para o Supremo Tribunal Federal, e todos nós, evidentemente, temos o maior desejo de assistir, ainda que uma parte, a essa arguição. Por isso, esta reunião se faz mais curta e sumária, mas já preparada a agenda de trabalhos que se segue depois, a começar da nossa reunião com audiência pública no dia 17.

Se não houver mais nada a manifestar, eu vou declarar encerrados os trabalhos, pedindo que se conste a aprovação das deliberações que tomamos, embora não destacadas pormenorizadamente.

Obrigado.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – Sr. Pre-

sidente, bom dia a todos. Quero dar as boas-vindas aos novos componentes deste egrégio colegiado, ao tempo em que eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que fosse feita uma convocação por escrito para essa próxima reunião, haja vista que eu, particularmente, tenho audiência marcada, apazada para aquele dia. Muitas vezes, eu tenho certas dificuldades em adiar. E nós, como advogados militantes, temos esse conflito de agir. Então, de ordem de V. Ex^a, a secretaria expediria a convocação para o dia tal...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Acho que é uma boa sugestão para que se faça para todos, não é?

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – Isso. Porque às vezes as pessoas têm alguns compromissos, e aí dificulta.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Os compromissos são muito grandes. Está aprovada. Vamos fazer.

Pois não, professor.

O SR. SERGIO ALEXANDRE MENESES HABIB

– Quero me manifestar por um minuto, apenas a título de sugestão para os eminentes colegas, se eu puder colaborar. Que nós pudéssemos nos concentrar, talvez dois ou três colegas, ou um número maior, para fazermos uma compatibilização entre a Lei de Execuções Penais, o Código de Processo Penal e o Código Penal. Então, seria importante alguém, ou alguns dessas equipes aqui, fazer uma espécie de compatibilização, para uma sistematização entre o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execuções Penais.

Eu acho que facilitaria bastante o nosso trabalho de desbravar aqui a Lei de Execuções Penais. Então, poderíamos fazer um estudo sobre isso e uma espécie de memorial, distribuindo para os colegas. Eu poderia até participar desse grupo e me proporia a ajudar, para fazer uma espécie de compatibilização, porque, dentro dessa sistematização, facilitaria muito o nosso trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Tenho a impressão de que é bem adequada a proposta, e seria bom que passássemos a trabalhar também nessa área. Seria, além dos dispositivos da Lei de Execuções Penais, algo à moda de uma parte geral conectada com todas as matérias.

O SR. SERGIO ALEXANDRE MENESES HABIB

– E aproveitando também a legislação extravagante, o que tiver de extravagante, fora da lei de Execuções, nós pudéssemos trazer para o estudo, porque facilitaria bastante.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Se todos estiverem de acordo, o Dr. Habib ficaria incumbido, então, dessa parte.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Essas subcomissões criadas pelo senhor, o senhor disse que poderiam se interligar, até porque a lei é única e a gente tem que tratar. A pergunta é...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Perdão. E também, se quiserem trocar de comissão, têm total liberdade. Eu imaginei que ficariam mais adequadas uma e outra, mas, quem sou eu para dizer da adequação.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – O senhor está dando algum prazo para que a gente possa começar esse trabalho das subcomissões e também para, ao final desse trabalho, independentemente desse *link* que eu coloquei entre a Comissão de Reforma do Código, na esteira do que o Dr. Sérgio comentou agora, e esse trabalho que a gente está fazendo?

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Eu apenas peço, por hora, que os subcoordenadores, mantidos como estão, entrem em contato com os demais membros da Comissão, organizem os trabalhos e comecem já a ter providências com relação às comissões.

Maurício.

O SR. MAURÍCIO KUEHNE – Eu gostaria exatamente de sugerir, na esteira da proposta do Dr. Marcellus, que a secretaria da Comissão enviasse o *e-mail* de todos os componentes, para que as subcomissões respectivas possam, primeiro elas, dialogarem entre si e, depois, manterem o diálogo com as demais comissões.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Claro. Perfeito.

O SR. MAURÍCIO KUEHNE – Essa é a sugestão que eu gostaria de dar porque eu estou entrando agora, não tenho *e-mail* dos demais membros da Comissão. Eu gostaria de ter o de todos.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Perfeito. Serão mandados. É que se agregaram há pouco tempo. Depois, nós vamos pegar artigo por artigo, como se faz em todo trabalho de reforma legislativa e será preciso fazer.

Eu quero salientar, mais uma vez, o trabalho da Dr^a Maria Tereza, que não só apresentou a grade, como também trouxe aqui, divididos pelos diversos setores, os três eixos em que foi estabelecida essa divisão da Lei de Execuções Penais, de muita importância para a sistematização dos nossos trabalhos.

Eu queria, antes de encerrar, ouvir a palavra da Dr^a Tereza em termos organizacionais, ou uma mensagem que S. Ex^a entenda necessário.

A SR^a MARIA TEREZA UILLE GOMES – Saúdo o eminente Presidente e os integrantes membros da Comissão. Acho que nós já estamos avançando bastante. São várias as sugestões que estão sendo recebidas pelos membros. O nosso papel na relatoria é compilar essas informações, para facilitar o êxito desse trabalho. Continuamos à disposição, recebendo essas sugestões. A nossa intenção é estabelecer um campo para cada membro, com as solicitações necessárias.

Penso que, num determinado momento, teremos que nos reunir para, então, verificar o contexto geral.

Temos recebido também várias sugestões, através do *site* mesmo. As pessoas estão inserindo várias sugestões. Deixamos uma possibilidade aberta para a população de maneira geral, para que insiram também as propostas: artigo tal, parágrafo tal, as redações objetivas. Acho a evolução muito positiva em relação aos trabalhos que já vêm sendo desenvolvidos.

De nossa parte, estamos à inteira disposição, e acho que as audiências públicas vão enriquecer muito esse debate. Realmente a Lei de Execução Penal é uma temática importante. Até a semana passada, com uma audiência pública, também promovida no Supremo Tribunal Federal em relação à questão de superlotação, enfim, várias alternativas possíveis; que algumas até podem ser objeto também de encaminhamento através da Lei de Execução Penal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Beneti) – Obrigado, Dr^a Maria Tereza.

E o trabalho é esse, é criar uma consciência nacional da execução da pena e uma execução da pena de resultados concretos, que venha garantir os direitos

das pessoas que estejam sofrendo a condenação penal, que estejam sendo destinatárias da sanção penal e também garantir os da sociedade, adequadamente, com equilíbrio dos direitos fundamentais de todos os setores como necessário.

O trabalho é exatamente esse, e as audiências públicas desempenharão uma função importantíssima na criação dessa consciência nacional, desfazendo equívocos que frequentam a opinião e desfazendo também distorções que têm que ser eliminadas.

Não havendo mais nada a tratar, vou declarar encerrada a reunião, para que possamos também assistir um pouco da arguição importantíssima que se realiza no momento, de um indicado para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)

Ministro **Sidnei Agostinho Beneti**, Presidente .

Comissão Especial Externa criada com a finalidade de elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

ATA DA 6ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião, realizada em 16 de setembro de 2013, às 14 horas e 22 minutos, na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do **Ministro João Otávio de Noronha** e com a presença dos seguintes juristas: **Fábio Ulhoa Coelho, Alfredo de Assis Gonçalves Neto, Arnoldo Wald, Cleantho de Moura Rizzo Neto, Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho, Eduardo Montenegro Serur, Felipe Lückmann Fabro, Jairo Saddi, Marcelo Guedes Nunes, Márcio Souza Guimarães, Osmar Brina Corrêa-Lima, Paulo de Moraes Penalva Santos, Ricardo Lupion Garcia, Tiago Asfor Rocha Lima e Uinie Caminha**. Deixaram de comparecer: **Bruno Dantas Nascimento, Daniel Beltrão de Rossiter Correia e Newton de Lucca**. Na ocasião a comissão aprovou a minuta do anteprojeto do Código Comercial que será submetida a consulta pública.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, coloco em votação a Ata da 5ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada.

Eu gostaria, no início dos trabalhos de hoje, de parabenizar o Dr. Felipe Lückmann Fabro, que acabou de doutorar-se pela Universidade de Buenos Aires, o que não quer dizer que ele vá torcer agora para o Boca Juniors, não.

Quero dar a ele os meus parabéns e dizer-lhe que a sua presença tem engrandecido muito esta Comissão; que a sua participação é a prestação de um grande serviço à Nação brasileira, que anseia por um novo Código Comercial.

É motivo de júbilo e de orgulho para todos nós ter um companheiro da sua competência, do seu quilate e com o seu currículo integrando esta Comissão. Portanto, os meus parabéns, e o faço em nome de todos os membros da Comissão. *(Palmas.)*

Certamente, hoje, ele está encarregado de pagar o jantar. *(Risos.)*

Antes de iniciar os trabalhos, informo aos membros da Comissão que as exposições dos juristas Paulo Penalva Santos e Márcio Guimarães foram adiadas para a reunião do dia 30/09, sem prejuízo das agendas para o mesmo dia.

Na presente reunião, nós teremos a votação em bloco da Minuta nº 2, a votação em bloco dos destaques à Minuta nº 2 e deliberação sobre a antecipação da consulta pública.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Pois não, Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – A minha preocupação é só no sentido de que, na próxima reunião, já há três pessoas para palestrar; não é isso? Nós seríamos cinco. Não será que vai ficar muito pesado para a reunião seguinte? Pergunto isso porque nós já tínhamos três inscritos.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Eu faço, então, a seguinte proposta: que tal, na próxima reunião, nós começarmos às 10 horas? Fariamos um intervalo para o almoço e voltaríamos, porque, assim, não precisaríamos de reuniões extras.

Se todos estiverem de acordo, eu agendo a próxima reunião para as 10 horas do dia 30/09.

Todos de acordo? *(Pausa.)*

Então, iniciaremos os trabalhos da próxima reunião às 10 horas.

Aí é bom, porque alguns terão que dormir aqui e nós teremos um belo jantar no dia 29. Não é verdade? Está bem assim, Dr. Márcio?

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES *(Fora do microfone.)* – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Eu acho que, agora, nós vamos ter que começar a fazer um pouco de horas extras, com adicional de 50%, segundo a Constituição. *(Risos.)*

Então, vamos passar ao nosso primeiro item da pauta: votação, em bloco, da Minuta nº 2.

Essa é uma votação que eu submeto à aprovação, evidentemente, ressaltados os destaques, que serão votados logo a seguir.

Aos membros que concordam com a Minuta nº 2 eu peço que permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, a Minuta nº 2 está aprovada.

Vamos agora à votação dos destaques à Minuta nº 2.

O primeiro destaque tem por objetivo eliminar do Direito... Mas, aí, eu acho que o Relator pode... Seria mais apropriado eu passar a palavra ao Sr. Relator.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Obrigado, Sr. Presidente.

Então, o primeiro destaque, Destaque nº 1, tem por objetivo eliminar do Direito brasileiro os tipos societários menores, assim entendidas as sociedades em nome coletivo, comandita simples e comandita por ações.

Eu acho que poderíamos encaminhar a votação deste e dos demais destaques, primeiramente, perguntando se as pessoas confirmam os votos que foram antecipados. Parece-me que pelo menos um dos membros desta Comissão vai alterar o voto que foi antecipado, e, em função disso, a gente faz uma primeira apropriação do resultado para, então, continuarmos com os debates.

O SR. JAIRO SADDI – Desculpe, mas eu havia entendido que o Destaque nº 1 era pela manutenção dessas sociedades. Assim, acabei votando de forma equivocada. Então, queria mudar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, o Dr. Saddi...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, o Dr. Saddi vota “sim”.

Os demais mantêm o voto? *(Pausa.)*

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Dr. Cleantho?

O SR. CLEANTHO DE MOURA RIZZO NETO – Pelo mesmo motivo...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, nós vamos fazer o seguinte: aqueles que mantêm o voto eu não preciso mais contar. Eu já considero aprovado, e o voto aqui do...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Parece-me que o Dr. Cleantho pediu a palavra.

O SR. CLEANTHO DE MOURA RIZZO NETO

– Isso; pelo mesmo motivo do Dr. Saddi, eu entendi a pergunta de uma forma equivocada. Desse modo, o meu voto, na verdade, é pela exclusão.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Vota “sim”, pelo destaque.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Se vota “sim”, pelo destaque, é pela retirada desse tipo de sociedade.

Então, Dr. Cleantho vota “sim”.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Pois não.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Eu tenho duas considerações prévias a fazer. A primeira delas é a seguinte: acho que nós deveríamos extrair as definições após as considerações, que podem até mudar os votos.

A segunda é que, nesta proposta, estão englobadas tanto as comanditas como as sociedades em nome coletivo. Eu não sei até quem... Eu, pelo menos, acho que a exclusão da sociedade em nome coletivo geraria um problema bem mais sério do que a exclusão só das comanditas.

Assim, seria talvez de discutirmos o desdobramento dessa proposta.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Eu peço desculpas, mas eu acho que estou um pouquinho afoito. Eu penso que o melhor mesmo seria deliberar e, depois, ao final das deliberações, a gente mantém ou não mantém, porque, senão, nós vamos num automatismo e perdemos a oportunidade de enriquecer aqui os nossos debates e, via de consequência, de enriquecer o nosso Código.

Eu quero iniciar dizendo, já que nós vamos entrar no debate, que não devemos tirar, porque manter significa ofertar à sociedade, ofertar ao mundo empresarial mais uma oportunidade ou mais de uma espécie de sociedade. Não burocratiza nada, porque o Código vai estar lá, como direito objetivo, e só vai incidir nos casos concretos quando houver a tipicidade, quando houver o fato gerador, que, no caso, é a criação da sociedade.

Mas eu não vejo por que tirarmos essa sociedade, porque nós temos sociedade em nomes coletivos em São Paulo, em torno de 42. Nós temos aí um momento muito delicado do Direito brasileiro, que é questão da desconsideração da personalidade jurídica. A persistir a situação como está, talvez seja melhor organizar doravante como sociedade de nome coletivo, eu tenho dito por aí.

Mas o que nós temos que dar é oportunidade ao mundo empresarial de se organizar dessa ou daquele

forma. A colocação simplesmente no Código não burocratiza, não atrapalha, não engessa e nem torna o Código pobre. Pelo contrário, torna o Código mais rico. E aqui me parece muito importante essa parte final que eu vou dizer: à medida que nós entendemos que não é dado às partes, não é dado ao empresário escolher outro modelo societário que não os catalogados no Código, parece-me demais perigoso suprimir essa possibilidade de se organizar por essas formas societárias ou por esses tipos societários catalogados no nosso projeto.

Então, essa reflexão eu acho que nós deveríamos fazer agora, porque nós estamos impedindo de eles se organizarem por essa forma e não há outra, a não ser as que ficarem arroladas no projeto.

Dr. Márcio...

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Sr. Presidente, com todas as vênias, e conheço bem os posicionamentos contrários, eu me permito só trazer o contraponto, porque fui o relator, na Câmara, dessa matéria e estudei um pouco mais aprofundadamente, inclusive, os números.

O que eu verifiquei, primeiro há o argumento de que o Código é o é o Código da liberdade – eu concordo –, é o Código que deve dar a maior oportunidade possível ao exercício da atividade empresarial, o que é muito louvável. Mas de outro lado, eu verifico que a elaboração de uma lei deve obedecer ao anseio social. E o anseio social, pelos números que nós vimos e inclusive fomos a fundo a todos esses números, é de que essas sociedades não são mais necessárias. Não há nenhuma procura por esse modelo societário.

Em São Paulo, que seria o Estado mais importante do País, não chega a cem as sociedades registradas; no Rio de Janeiro, trinta; e, para surpresa muito grande nossa, no Ceará, existiam mais de mil. Fomos procurar, então, com o procurador-geral da junta comercial para saber, e foi exatamente um advogado, à época, que vendeu esse produto, o mesmo advogado, a todos os seus clientes. E todas, completamente todas inativas.

Levando em consideração que o Código é um Código que deve atender à realidade, é um Código que deve dar elementos para que a pessoa exercer a atividade, eu não consigo compreender que um Código deva tratar, por exemplo, de inúmeros e inúmeros contratos, só pelo fato de alguém porventura pretender se valer daquele contrato.

Então, são modelos societários completamente em desuso, modelos societários que não têm mais utilidade nenhuma. Uma das nossas preocupações, ou seja, a origem, a filosofia de um novo Código é tornar mais prático, mais claro, mais fácil a sua utilização. Nós mantemos isso desde os bancos escolares até os

concursos de ingresso. E isso facilita muito o exercício tanto da judicatura como todos os outros com modelos societários que não têm... Não vejo aí nenhuma razão de mantê-los.

O argumento às vezes que se traz é que a França o mantém, Portugal o mantém. Mantêm alguns modelos societários, por exemplo, a Inglaterra: se o sócio estrangeiro for sócio de uma sociedade cuja responsabilidade dos sócios seja ilimitada, ele tem benefícios fiscais em razão da opção por esse modelo societário. É um argumento prático, é um argumento que até com base na jurimetria talvez fosse razoável, mas não tem, não vi ainda elementos, a não ser um, dois ou três e um artigo escrito pelo Prof. José Gabriel Assis de Almeida que seria algo – não me lembro bem do termo –, mas algo como paraíso fiscal brasileiro. A sociedade que daria margem ao paraíso fiscal brasileiro seria esse modelo de responsabilidade ilimitada.

Então, é por essas razões que desde lá – o Felipe aqui junto comigo, o Tiago, vários outros – a gente aprofundou tanto na matéria, e aí votamos. O Prof. Fábio apresentou o destaque, se não me engano. E aí eu sou completamente favorável à exclusão desses modelos societários do novo Código Comercial.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Antes de passar a palavra para o Prof. Arnoldo Wald, eu só queria fazer um lembrete. Nos demais tipos contratuais descartados no Código Civil, como no próprio modelo do Código Comercial que estamos a elaborar, resta a possibilidade do mundo empresarial se valer do contrato atípico, o que não pode ocorrer em matéria societária.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Sem dúvida, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, a supressão é nesse aspecto.

Prof. Arnoldo Wald.

O SR. ARNOLDO WALD – Meu ponto é justamente este: é que nós estamos admitindo a tipicidade necessária da sociedade comercial, ou seja, estamos restringindo a liberdade das partes a tipos específicos que não podem ser outros, e muitas vezes, entre a responsabilidade ilimitada e a responsabilidade limitada, nós estamos numa época de meias soluções ou de fórmulas intermediárias.

Outro dia, nós estávamos vendo as empresas semiestatais, que não são estatais, mas podem parecer estatais. Do mesmo modo, aqui no campo bancário, no campo das *joint ventures*, hoje, nós temos certa tendência a imaginar novas fórmulas em que nós possamos ter, eventualmente, o inovador, alguém que acredita no projeto e que quer assumir uma responsabilidade maior e, por outro lado, fundos estrangeiros

ou nacionais que têm limitações e só podem aceitar determinados limites.

Também, na realidade, quando se pensa na sociedade em nome coletivo, essa sociedade em nome coletivo pode ter uma meia responsabilidade limitada, porque, se numa sociedade em nome coletivo nós temos como sócio uma sociedade de responsabilidade limitada, isso quer dizer que essa sociedade que é sócia é, na realidade, responsável ilimitadamente, mas dentro dos seus haveres. E os sócios da limitada não serão ilimitadamente responsáveis.

E, afinal de contas, nós vemos que até a nossa sociedade em comandita tem tido uma nova possibilidade com as *joint ventures*, no Direito inglês, no Direito alemão, e representa uma possibilidade interessante em determinados casos que nós não estamos prevendo. Eu acho que nós não temos, evidentemente, que ter antiguidades, ou melhor, não temos que ter velharias. Antiguidades até podemos ter. Já me explicaram que a diferença entre antiguidade e velharia é que o velho é pejorativo e a antiguidade é valorizada. Mas, em todo caso, não é o caso dessa sociedade.

Eu tenho a impressão de que é o oferecimento ao público, porque eu iria mais longe, eu iria admitir até a sociedade atípica como contrato atípico. Aí não preciso falar nem em nome coletivo, nem em sociedade comandita, nem comandita por ações. Eu tenho a impressão de que nos alargamos muito a limitada, mas que ainda há lugar para que se pense nisso.

Na bibliografia internacional, nós temos um livro que se chama *A sociedade comandita – seu passado, seu presente, seu futuro*. De modo que, afinal de contas, é uma preocupação que existe. Ela pode oferecer determinadas qualidades e o problema não é só quantitativo. Pode haver certo número de sociedades muito importantes. Se tivermos 10, 20, 30 Vales do Rio Doce, nós não precisamos nos preocupar com o fato de só termos 20 ou 30 grandes empresas. Nós temos aqui a ideia de ter sociedades que possam ser utilizadas pela sociedade brasileira.

Eu acho que o nosso problema é de utilidade, de eficiência dentro da ética. De modo que, em certo sentido, vale a pena manter e, no fim, o peso específico é de quatro, cinco artigos, que não chegam a atropelar o nosso Código, que vai ter um número suficiente de artigos, independentemente disso. O abatimento dos cinco ou seis artigos não vai mudar a sua feição, de modo que é uma coisa para se pensar.

A segunda é a divisão que já foi proposta pelo Prof. Alfredo de Assis, no sentido de dizer que podemos, de qualquer modo, discutir separadamente a comandita e a sociedade de nome coletivo, porque, se admitirmos a sociedade em nome coletivo com o sócio

que possa ser pessoa jurídica, no fundo, não deixa de ser uma figura análoga. A comandita tem alguma semelhança na sua função. Então, é uma coisa que deveria ser pensada com calma, porque nós, cada dia mais, temos sociedades e propostas específicas e essas sociedades são sociedades amoldadas de acordo com as situações peculiares, com as circunstâncias em que elas nascem. Algumas vezes, são sociedades transitórias. Outras vezes, sociedades para ver algum lugar e eu acho, até, que se não as tivermos, nós podemos, amanhã, desviar para o exterior empresas que se constituiriam no Brasil e que vão se constituir na Inglaterra ou na Alemanha, porque preferem encontrar um sistema mais adequado.

Então, eu não vejo por que fechar a porta a essas sociedades, que não têm nada contra a moral, não têm nada contra a ordem pública e que viveram 200 anos. Se puderem viver mais 50 ou 100, eu acho que não vão atrapalhar a vida de ninguém.

De modo que acho que é uma coisa em que temos de pensar, porque é muito fácil destruir, mas, depois, para reconstruir, é complicado.

O nosso Direito Comercial é flexível, é dinâmico, mas para reintroduzir uma noção que esteja vinculada às sociedades de proposta específica, para poder, amanhã, reintroduzi-las, de uma forma ou de outra, no Código Comercial, vai dar muito trabalho.

Eu me lembro que na alienação fiduciária, por exemplo, havia uma grande resistência porque não se conhecia o instituto. Então, já que temos o instituto, que pode ter uma forma antiga, mas que pode ser renovada, não sei se é justo que o esqueçamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Na ordem em que falarão, seria o Prof. Alfredo, mas ele abre mão para que os demais falem primeiro. Então, vai falar primeiro a Dr^a Uinie, depois, o Dr. Felipe, depois o Dr. Fábio Ulhoa.

Então, Dr^a Uinie.

A SR^a UINIE CAMINHA – Bom, desde o início, assim como o Dr. Márcio e o Dr. Tiago, eu fui a favor da eliminação desses tipos menores, por uma questão, também, de simplicidade. A minha convicção se firmou mais quando vi a forma que a limitada, pelo menos na Minuta 2 tomou, tendo em vista que ela tem como albergar diversos tipos de organização societária, dada a flexibilidade que, inclusive, com a contribuição magnífica do Prof. Wald, ela tomou.

Com relação ao que o Ministro falou, a respeito de um sistema atípico, infelizmente, no Brasil, como a gente já tem uma insegurança por conta de desconsideração da personalidade jurídica com o sistema típico – a minha própria orientadora de doutorado escreveu

um livro a respeito disso, defendendo um sistema societário atípico, em que eu pudesse criar esses tipos societários não previstos –, infelizmente, eu acho que a gente não estaria preparado para isso.

Eu sempre sou a favor da liberdade, mas, nesse caso, seria uma questão de simplificar e de, realmente, deixar o Código mais claro e mais simples.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Mas olha bem, deixe eu fazer só um aparte, para você enfrentar essa questão que eu vou colocar.

Sob o rótulo da simplicidade, nós estamos suprimindo a possibilidade de o mundo comercial, dos empresários, se organizarem sob uma forma de responsabilidade ilimitada, que não vamos ter mais: “Eu quero responder pelas dívidas, não importa se tem cem em São Paulo, ou 38, mas tenho chance, porque outras já se estabeleceram, já saíram.”

Aí, eu quero trazer uma contribuição da minha experiência do mundo empresarial, como advogado do Banco do Brasil por mais de 22 anos: a sociedade específica, às vezes, nós as constituímos – e, aí, eu fui membro de muitas empresas – com esse propósito de participar de determinados empreendimentos, já com a responsabilidade ilimitada. Como, às vezes, não faziam a comandita, dava-se uma carta de fiança pelo valor global da obra, por parte daqueles que estavam fazendo a *joint venture*.

Por que nós ficamos criando esses caminhos tortuosos? Inibimos a parte, aí que eu quero rever, de se organizar sob a forma de responsabilidade ilimitada, que é mais salutar, em termos de garantia para o mercado, até. Por que não deixarmos as pessoas optarem por esse caminho?

Só coloco isso porque eu acho que é importante a gente...

A SR^a UINIE CAMINHA – Com certeza. Eu acho que o Ministro, inclusive, leu um pouco meu pensamento, porque eu ia falar exatamente dessas formas alternativas de responsabilidade, como outros tipos de garantia.

Porém – porém –, conversando, hoje, com o Dr. Felipe e com o Prof. Wald, realmente, com esse destaque, que recebeu o nº 15, de permitir a participação de pessoas jurídicas na sociedade em nome coletivo, talvez fosse o caso de nós pensarmos – inclusive eu, que votei pela eliminação dos tipos menores –, se não seria o caso de, e aí eu mantenho a minha opinião, de eliminar as comanditas, as duas, e manter a sociedade em nome coletivo, nos moldes que o Prof. Wald propôs. Ou seja, permitindo que se tenha uma utilização mais moderna dela, porque, apesar de ele ter chamado de antiguidade ou velharia, ela pode ter um uso mais moderno desde que nós a flexibilizemos, ou seja, permita-

-se, então, que participem pessoas jurídicas. Por que não? Argumenta-se, para mim, de maneira errônea, que isso eliminaria a limitação de responsabilidade. Não vejo como! A responsabilidade continua ilimitada e vai até a pessoa jurídica e sua sócia, igual.

Quer dizer, na verdade, seria uma proposta – aqui conversando como Felipe, creio que ele seja da mesma opinião, não sei os colegas – de, realmente, eliminarmos as comanditas, porque realmente, na minha terra, nós vimos que elas de fato não existem – apenas como registro, elas não existem mais –, e mantermos o nome coletivo nesse modelo proposto pelo Prof. Wald no Destaque nº 15, mantendo e possibilitando a participação de pessoas jurídicas.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Pode ser uma nova proposta aí no meio para a gente debater mais à frente.

Prof. Felipe Lückmann Fabro.

O SR. FELIPE LÜCKMANN FABRO – Bom, faço coro a essa proposta e queria verificar com os demais colegas, se lhes parece interessante, para a gente fazer uma composição. Também sou partidário da simplificação e da eliminação dos tipos menores. Assim, encaminhei o meu voto no nosso plenário virtual. Mais sensível à fala do Prof. Alfredo, do Prof. Wald, penso que a gente poderia, talvez, ou fazer um destaque ou modificar o Destaque nº 1 ou contemplar o nº 1 e o nº 15 para que a gente elimine as comanditas e permitamos, sim, manter a sociedade em nome coletivo permitindo que pessoas jurídicas sejam sócias. Então nós teríamos uma simplificação, uma redução dos tipos societários atualmente presentes, mas teríamos a figura da responsabilidade limitada e da responsabilidade ilimitada e, aí, com os planejamentos societários, acho que contemplamos o melhor dos dois mundos.

Essa é uma ideia que me ocorreu para, talvez, sugiro, a reflexão de todos os colegas para encaminarmos nesse sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Prof. Fábio Ulhoa.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu gostaria de, primeiro, aderir aos argumentos que foram, até agora, apresentados favoravelmente à manutenção dos tipos menores. Agora, tendo em vista a possibilidade de uma evolução desse destaque, nos termos do que foi apresentado pela Prof. Uinie e pelo Prof. Felipe, eu proporia, Sr. Presidente, que a gente pudesse, talvez, para racionalizar o nosso debate, fazer uma indagação se alguém mantém o Destaque nº 1 tal como ele está, ou seja, eliminando todas as sociedades. Se ninguém mantiver o destaque tal como está, a gente passa a discutir o destaque na forma que foi adaptado aqui, ou

seja, mantemos o nome coletivo, já aprovado o Destaque nº 15, e vamos eliminar apenas as comanditas por ações e simples.

Então, Sr. Presidente, eu proporia...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Mas, antes de submeter à deliberação, eu gostaria de ouvir o Prof. Assis.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Pois não.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Eu gostaria de colocar para os senhores – já sabem minha posição no sentido da manutenção dos tipos menores – é que nós estamos diante de uma figura, aliás, de uma postura, no Direito brasileiro, semelhante a, praticamente, todos os sistemas que vêm influenciados pelo sistema europeu continental, que é a tipicidade. O que significa tipicidade? A tipicidade é um referencial para que a pessoa que está no mercado saiba, de pronto, com quem está negociando. Ou seja, a limitada tem o Ltda., a S. A. tem o S. A., então não precisa mais dizer: “Olha, essa sociedade tem um estatuto, uma situação assim, etc., etc.; na limitada, uma situação assim, assim, assim.”

Nós estamos querendo dizer que, no Direito brasileiro, só podem existir essas duas sociedades. Estamos eliminando a simples. Por coincidência, fiz um trabalho sobre as sociedades de advogados e fiz uma pesquisa de Direito comparado. Praticamente, em todos os países, se admite sociedade de advogados no tipo comantidário, para que o sócio, advogado, exerça a sua atividade profissional e responda ilimitadamente pelas suas obrigações e para que o sócio investidor na sociedade tenha a sua responsabilidade limitada a apenas ao investimento realizado. Claro que, no Brasil, isso é impossível porque a nossa lei, o nosso estatuto social, estabelece que as sociedades de advogados não podem se revestir de nenhuma das formas mercantis. E é por isso que ela sempre adota o modelo da sociedade simples, que gera a responsabilidade ilimitada, que é inerente à atividade da advocacia, como é inerente à atividade das demais profissões que têm um risco individual pelo trabalho intelectual que exercem.

Então, nós temos de ponderar muito o porquê de excluir modelos a título de simplificação. Não estamos simplificando absolutamente nada. Estamos mantendo. E, se possível, eu até bolaria algum outro tipo interessante para colocar à disposição no mercado. Então, não se trata de simplificar isso. Nós vamos é perder ou tirar do empresário a possibilidade de uso de uma estrutura que a lei deixou à sua disposição. “Ah, mas por que ele não usa?” Essa é uma pergunta atual, mas pode, amanhã, não valer. Então, o que quero dizer é que, no fundo, entre cercear as opções e mantê-las, nós devemos pensar em mantê-las, exatamente por

conta do princípio da tipicidade. Eu estou diante de uma limitada; estou diante de uma S.A.; estou diante de uma sociedade que permite sócios de responsabilidade limitada e ilimitada – portanto, comandita –; e assim por diante.

Eram essas as considerações que eu queria fazer, principalmente dando destaque ao seguinte: se nós eliminarmos a sociedade em nome coletivo, os advogados vão ter que constituir a sociedade de que forma? A lei diz que a responsabilidade deles é ilimitada. Aí vamos ter uma limitada, com responsabilidade ilimitada, porque estamos eliminando a sociedade simples. Ou, então, mudamos também o estatuto da Ordem para dizer: a partir de agora, o advogado pode constituir sociedade anônima ou limitada para o exercício de sua atividade profissional.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Só uma pergunta. Hoje, o advogado constitui a sociedade sob a forma em nome coletivo?

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – Não. Simples.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Simples.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – Não pode constituir de outra forma. Só sociedade simples.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Mas não é sociedade de advogados ponto. Não é simples.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – Não. O Estatuto define as regras essenciais.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Mas simples como classificação.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – Claro.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Não como tipo.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – Não, porque a sociedade... É. É o tipo comum – a simples, nesse caso –, mas é um tipo que envolve responsabilidade ilimitada de todos os sócios.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Só raciocinando: se os advogados teriam, realmente, essa dificuldade, porque eles não tinham...

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – Não. Esqueça o advogado. Eu apenas disse que é uma dificuldade maior que teremos que...

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Não com esse argumento, doutor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ARNOLDO WALD – Em relação aos advogados, nós não estamos regulando nada aqui em tese (*Fora do microfone.*). Eu acho que algumas coisas até podemos regular, mas, em tese, não vamos mexer

na estrutura da advocacia, porque já temos problemas suficientes com o Código Comercial. Ninguém está procurando mais um inimigo pela frente.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – A minha preocupação também – acho que esse assunto é muito importante e precisa ser bem debatido – é que não façamos uma lei pela radiografia do momento. Esse Código tem que ser duradouro.

As necessidades dos agentes econômicos circulam no movimento – eu fiz dois anos de Engenharia Eletrônica Elétrica – de uma senoide. Ou seja, está em cima, vai em ondas, curvas que ora atendem requisitos aqui, ora caem nesses requisitos, ora buscam requisitos mais antigos.

Eu também acho que nós não simplificamos nada. O fato de eliminar não simplifica. Simplifica a leitura do Código, mas não simplifica o sistema. O sistema como está, simples, é exatamente o de oferecer mais opções. Eu não tenho preocupação. Eu tenho um leque de opção. Se eu quiser formar uma sociedade, eu posso utilizar esse leque. Há mais opção.

Agora, quando nós eliminamos, na primeira proposta aqui, acabamos com a possibilidade da responsabilidade dos sócios, que é muito salutar. Fugiu-se no tempo para incentivar um incremento de negócios comerciais. Hoje, com as PPPs vindo aí, nós sabemos que o Estado brasileiro vai ter que partir para a Parceria Público-Privada. O Governo tem dito. Todo mundo tem dito. Todos os economistas têm dito. E com muito mais sede no pote. Até pode ser que para essas sociedades, alguma vez, o próprio Estado, no edital, exija uma sociedade proposta específica de responsabilidade ilimitada ou mista. Então, nós temos que pensar muito nisto, o que vem, o que pode vir em termos de desenvolvimento econômico no País, e não só radiografar este momento.

Prof. Fábio.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu queria agregar mais um argumento. Mesmo com o destaque não sendo adaptado, eu vou continuar votando contra o destaque, ou seja, pela manutenção dos títulos menores. Um argumento que me sensibiliza muito é a existência, nas mais variadas jurisdições de outros países, de planejamentos tributários que têm como pressuposto o investimento não ser em sociedade anônima e não ser em sociedade limitada. Nós não termos tipos menores no nosso Direito pode representar perdas de investimento dos que se interessariam em vir aqui desde que ganhassem esse tratamento tributário benéfico lá de acordo com a jurisdição no exterior.

Eu concordo com tudo o que foi dito em favor da manutenção de todos os tipos menores. A eliminação deles não simplifica nada. A presença deles não atra-

palha em nada e pode ser que o marco regulatório brasileiro esteja deixando de oferecer uma alternativa de atração de investimentos.

Então, mesmo que – digamos assim – que ninguém mais defenda o destaque e o impasse – e algumas a defender – a eliminação apenas das comanditas, mesmo assim – já quero antecipar meu voto –, eu vou votar contrário a esse destaque para que fique a Minuta 2, ou seja, todos os títulos menores consagrados no cardápio de títulos societários que o Direito brasileiro oferece aos investidores da economia globalizada.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Alguém mais gostaria de falar? (*Pausa.*)

Então, vamos acolher a proposta do Prof. Fábio Ulhoa.

Vamos ver se evoluímos então. Todos mantêm o voto. Eu prefiro desdobrar. Mantemos o voto para continuar como está ou, se perdermos, poderemos, então, ir para a opção da Profª Uinie, solução menos radical, que é de manter – eu acho que nós teríamos opção melhor de votação – ou querem que passe direto para a da Uinie.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Sr. Presidente, pelos votos que foram antecipados, o Destaque nº 1 seria aceito, porque a maioria votou favorável a ele. Se a gente fizer já a votação agora, não teria por que se discutir depois o destaque adaptado.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Não, aí seria o seguinte... O que eu estou propondo é eliminar essa oportunidade de manter. Então, partimos pela segunda opção intermediária.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, a pergunta seria...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Este voto que está aqui pode ser mudado. Por isso que eu estou sugerindo isso.

Todos mantêm o voto após o debate? (*Pausa.*) Mantêm.

Podemos, então, para a opção da Uinie? Uma opção da Uinie... a Uinie passa a ter adesão também... Bom, aí tem que pensar voto por voto, porque muda toda a circunstância.

Já que suprimiu, então, voto pela proposta da Profª Uinie, que seria sim. É a proposta dela.

Fábio.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu continuo votando “não” pelo destaque, para manter para a manutenção de todos os títulos menores.

Deixe-me organizar. Agora, o que estamos votando? O destaque que a Profª Uinie e o Prof. Felipe apresentaram – vamos dizer assim –, que é eliminar apenas as comanditas. Então, quem for a favor de eliminar apenas as comanditas, vota “sim”, quem for

a favor de manter as comanditas, nome coletivo etc., vota “não”.

Acho que seria a discussão, o encaminhamento.

O SR. ARNOLDO WALD – Pela ordem.

Não valeria a pena já fazer a proposta plena, ou seja, mantém a comandita com o Destaque 15, que é a possibilidade na comandita...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Perfeito.

O SR. ARNOLDO WALD – ...ter pessoa jurídica, porque, na realidade, se complementam.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Perfeito. Então, quem votar “sim”, já está votando “sim” pela 15 e pela eliminação apenas das comanditas.

Quem votar “não”, está votando pela manutenção da minuta 2.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio Noronha) – Aí, ou eu estou interpretando mal, ou nós estamos... Eu entendo que a proposta de manutenção de todos os tipos societários está derrotada. Não se discute mais, o.k.? É isso que eu entendi da votação.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então tá bom. O.k.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio Noronha) – O que sobra agora é a proposta da Profª Uinie ou...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio Noronha) – Ou manter o *status* que está aprovado, que seria o da supressão total.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu tinha entendido errado. Então, nesse sentido, voto favoravelmente ao 15.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio Noronha) – Então, é “sim”. Quem for votar com a Profª Uinie, vai votar “sim”.

Então o Prof. Fábio vota “sim”.

Eu também voto “sim”. Prof. Alfredo?

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio Noronha) – Ou melhor, quem vota “não”? (*Pausa.*)

Dois. Só os dois? (*Pausa.*)

Então, a proposta da Profª Uinie está consagrada. Está adotada, o.k.? Vamos suprimir alguns tipos societários menores e não mais todos.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Será suprimida apenas a comandita simples e a comandita por ações.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio Noronha) – Só as comanditas.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Destaque nº 2...

O SR. ARNOLDO WALD – Pela ordem. Pode ser questão de redação, mas tem uma nova redação do art. 44.

Não sei se não poderíamos aplicar isso também à possibilidade de usar o nome às sociedades profissionais. Isso é matéria de destaque ou de redação?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – É matéria de redação e já está... e se a gente pode... Por favor, Felipe... Na 44, vai subindo... Vamos para 45, 46... Não está na Minuta nº 2, desculpem, mas será acrescentado...

O SR. ARNOLDO WALD – Será acrescentado...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Aquela regra...

O SR. ARNOLDO WALD – A minha bola de cristal não funcionou. (*Risos.*) Será acrescentado, não é?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Será acrescentada uma regra dizendo assim: a sociedade profissional adotará as regras do nome empresarial do tipo societário que ela adotar.

O SR. ARNOLDO WALD – É isso. Há uma discussão em São Paulo hoje a respeito disso na Ordem. Então, embora seja matéria de profissão, acho que podemos aplicar.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Perfeito.

O SR. ARNOLDO WALD – O.k.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Agora então o Destaque nº 2, que diz respeito a uma forma de peticionar que imagino que é a forma do futuro: em vez de peticionarmos por escrito, o que vamos fazer é filmar os argumentos expendidos oralmente pelos advogados e o juiz vai ter oportunidade de assistir a esses filmes em vez de ler o papel. Tenho impressão de que isso é o futuro. O futuro será assim.

Então, no §2º, “as partes podem convencionar que os pedidos e argumentos de fato e de direito serão aduzidos oralmente, por meio de vídeo protagonizado exclusivamente por seus advogados, acessível por meio de ligação eletrônica, constante do respectivo processo digital, caso em que serão dispensadas as correspondentes peças escritas”.

O destaque propõe a supressão desse §2º.

Quem vota “sim” ao destaque está votando pela supressão desse §2º. Quem acha que esse §2º tem sentido, tem que votar “não” ao destaque.

Na antecipação de voto, por maioria expressiva, votou-se “sim” ao destaque. Portanto, votou-se pela supressão do §2º.

Então, poderia perguntar: alguém altera o voto?

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Eu gostaria de mudar meu voto.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – O Márcio altera para “não”.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Porque ali dá liberdade. As partes podem convencionar, explicando do que se trata. Acho que a gente está restringindo a liberdade, votando...

A SRª UINIE CAMINHA – Eu não havia votado porque não tinha entendido qual problema poderia causar, mas realmente voto “não”, porque não vejo nenhum problema que se possa causar uma liberdade, não é uma obrigação.

O SR. TIAGO ASFOR ROCHA – Eu também mudo o meu voto para “não”. Inclusive, Prof. Fábio, acho que o dispositivo, na verdade, vem para esclarecer uma das formas que as partes podem, dentro do processo empresarial, ter essa liberdade de criar instrumentos ou meios de acelerar o procedimento, inclusive nessa plataforma eletrônica. Com a supressão do artigo, fica meio vago de que maneira as partes poderiam atuar em audiências ou fazendo questionamentos pela via eletrônica. Por isso, votei “não”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Mais alguém vai alterar o voto antecipado?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio Noronha) – Eu só queria que a nossa Secretaria mantivesse o controle de quem está votando “sim” e “não”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu estou controlando;

O SR. PRESIDENTE (João Otávio Noronha) – Está bem.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, falta colher o voto do Dr. Noronha, do Dr. Alfredo, do Dr. Brina. Dr. Noronha?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio Noronha) – “Não”.

Dr. Alfredo?

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – “Não”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Também “não”. Dr. Brina?

O SR. OSMAR BRINA CORRÊA LIMA – “Não”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Dr. Penalva?

O SR. PAULO DE MORAES PENALVA SANTOS – “Sim”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, com os votos, ficamos 8 votos NÃO e 11 votos SIM.

Então, está suprimido o §2º. O resultado foi 11 votos a 8 pela aprovação do destaque.

Destaque nº 3.

Diz respeito à disciplina do exercício do direito de preferência na subscrição de novas cotas na sociedade limitada.

Esse direito foi previsto na minuta dois, mas estava faltando uma operacionalização do direito de preferência. Então, propõe-se o acréscimo de um dispositivo, de um artigo, depois do art. 263 ME, com a disciplina do exercício do direito de preferência. Nos votos que foram apresentados antecipadamente, todos que an-

teciparam o voto manifestaram-se favoravelmente ao acolhimento do destaque.

Dr. Felipe.

O SR. FELIPE LÜCKMANN FABRO – Prof. Fábio, coloquei ali uma única observação, sou favorável à ideia, só fiquei um pouco receoso em relação ao prazo para manifestação de direito de preferência de 24 horas após a assembleia. Parece-me muito exíguo. Talvez dentro daquela ideia de unificar os prazos que sejam cinco ou dez dias, olhar como um todo no sistema. Mas 24 horas me parece muito pequeno também. Às vezes, o sócio está fora do País, enfim está realmente muito curto. A minha proposta de reflexão seria mantermos como está, mas aumentarmos o prazo, talvez até para um prazo comum, o que seria muito bom, no Código inteiro, cinco, dez, quinze dias, enfim, que chegamos a um consenso. Mas 24 horas realmente me parece um pouco exíguo.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Muito irrealista.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – A respeito do prazo comum, vale à pena um esclarecimento. No artigo, desculpem-me, deixem-me encontrar aqui, no art. 125 DG existe o prazo comum. Sempre que a lei for omissa, que o contrato for omissa, o prazo será de dez dias, para exercer direito ou para cumprir obrigação.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Mas aí é o prazo comum. Agora dez parece excessivo. Porque aqui a lei vai fixar um prazo. Prazo comum é quando não tem opção. Acho que cinco dias seria razoável, dá tempo de tomar providência. É importante que essas questões não perdurem muito tempo na sociedade. Proponho cinco dias. Menos do que isso é fora da realidade.

O SR. ARNOLDO WALD – Talvez cinco dias úteis, porque, se tiver um feriado, um sábado e um domingo...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Uma semana santa no meio. Não vamos falar cinco dias úteis, porque complica. É melhor pôr dez dias. Vamos colocar o prazo de dez dias e não discutir mais para facilitar a contagem. Já que há essa preocupação, volto atrás.

Todos concordam com dez dias?

O Prof. Alfredo já acha que deveria ser um prazo maior de 30 dias. Então, vamos buscar um consenso.

Vinte e quatro horas são irreais; menos de 5 dias eu também acho até para dar tempo de tomar conhecimento, contratar um advogado, pegar uma orientação. Dez dias eu acho razoável.

O Prof. Alfredo acha de que deveriam ser 30.

O SR. ARNOLDO WALD – Quinze dias.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Eu apenas disse: o que se perde em ter 30 dias aí?

O SR. ARNOLDO WALD – É que é um negócio.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – É um negócio. Pode ter aumento de capital. É muito tempo 30 dias.

O SR. ARNOLDO WALD (*Fora do microfone.*) – Aumento de capital com a renda flutuante, oscilações.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Quinze dias está bom?

O SR. ARNOLDO WALD – Quinze dias.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Eu gostei de 10 dias. Acho que 10 dias são um prazo bastante razoável para uma operação que está em curso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Cinco dias.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Cinco é pouco prazo.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, vamos fazer o seguinte: quem acha que devem ser 10 dias levante o braço (*Pausa.*)

Está aprovado o prazo de 10 dias.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Até porque o contrato poderá dispor em contrário, não é?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – É.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, o Destaque nº 3 foi aprovado com uma única alteração: onde está escrito “24 horas” passou a ser “10 dias”.

Destaque nº 4.

O Destaque nº 4 diz respeito a uma figura nova que é introduzida pela minuta de anteprojeto, que é a renúncia da condição de sócio. O sócio na sociedade por cotas, então, pode renunciar à condição de sócio, abrindo mão de qualquer recebimento, apuração de haveres, etc.

Esta renúncia foi, então, disciplinada no 263 MG como um direito essencial do sócio. Mas parece-me que seria necessário acrescentar mais duas previsões, dois outros parágrafos para disciplinar a hipótese em que todo mundo renuncia. Se todo mundo renunciar, quem fica com a sociedade? Esse é o espírito dos §§3º e 4º.

Nas antecipações de votos, todos que se anteciparam voto foram favoráveis à aprovação desse destaque.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Mantém o voto? (*Pausa.*)

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Aprovado por unanimidade, então.

Destaque nº 5.

O Destaque nº 5 diz respeito a dispositivos sobre o Tribunal Marítimo.

Então, podemos ir ao inciso VIII FD, que me parece ser o mais central deles. Os outros são decorrência.

Na emenda do Direito Marítimo, que foi apresentado no âmbito da Câmara e que serviu, digamos, de base para a nossa minuta, é prevista uma nova

posição do Tribunal Marítimo, com quase a mesma estatuta de um Cade, a mesma estatuta de um órgão dessa natureza.

Existe uma questão de constitucionalidade. Eu, particularmente, estou convencido de que estamos diante de uma regra inconstitucional. Então, o destaque é para suprimir essas alterações, essas regras que indiretamente mudariam a natureza do Tribunal Marítimo.

Nas manifestações antecipadas de votos, tivemos a maioria aprovando o destaque, ou seja, suprimindo essas regras que mudam o *status* do tribunal marítimo, à exceção de um dos que anteciparam, que se manifestou contrariamente ao destaque.

Essa pessoa que se manifestou contrariamente ao destaque quer fazer uso da palavra?

O SR. FELIPE LÜCKMANN FABRO – Pode ser.

Parece-me que a redação colocada no âmbito do projeto da Câmara está bastante adequada, porque ela dá o caráter técnico na apuração formal dos acidentes e fatos de navegação para o Tribunal Marítimo, que é um tribunal administrativo especializado no tema.

Não consigo ver essa inconstitucionalidade, porque o Poder Judiciário, assim como funciona efetivamente o Cade, como questões de certames públicos, vai olhar a legalidade do ato e tão somente o cumprimento do procedimento. Mas, quanto aos fatos técnicos etc. do Tribunal Marítimo, parece-me que a redação original está bem feitinha, de modo que não vi razão para acompanhar o destaque.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Qual a alegação de inconstitucionalidade? Porque isso aí funcionaria como o sistema, o recurso lá do Banco Central, ou tribunal...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Veja o §2º: “Sempre que se discutir em juízo [aqui, teria que estar “sempre que se discutirem] questões que recaírem nas atribuições do Tribunal Marítimo, sua decisão final deverá ser aguardada para o julgamento do processo judicial”.

Depois: “Suspendo o processo (...)”

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Isso só poderia estar na Constituição, como está no esportivo. Isso só poderia estar na Constituição, porque o acesso é imediato.

O SR. FELIPE LÜCKMANN FABRO – Mas, no §1º, me parece que daria a essência: “apuração formal de atos e fatos”. E talvez, aí, suprimir o §2º.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – É, talvez fosse o caso de suprimir o §2º, porque aí você acaba com...

O SR. FELIPE LÜCKMANN FABRO – Para fazer a especialização sem excluir a apreciação do Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Aí, tem que substituir o 2º e o 3º.

O SR. TIAGO ASFOR ROCHA LIMA – O §1º também limita, Sr. Presidente. Aí também, além da ampla defesa, do devido processo, há vários outros princípios que, eventualmente, podem ser violados em um tribunal não jurisdicional.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Deixe-me ler como está aqui.

A SRª UINIE CAMINHA – (Intervenção fora do microfone.)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Hoje em dia, o tribunal marítimo é definido na lei como órgão auxiliar do Poder Judiciário. E o Poder Judiciário, claro, quando vai fazer a prova do mesmo evento que está sendo objeto de processo no Tribunal Marítimo, o Poder Judiciário, às vezes, nomeia um perito judicial, que chega até a conclusão diversa do Tribunal Marítimo.

Parece-me que o objetivo da propositura seria evitar essa possibilidade, ou seja, a prova judiciária sobre acidentes e eventos da navegação não poderia ser outra a não ser a do Tribunal Marítimo.

O SR. TIAGO ASFOR ROCHA LIMA – A prova técnica dele, não é? Seria isso.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – É esse o alcance que se quer dar com a emenda lá na Câmara. E daí, então, também o §1º poder estar afrontando, de alguma forma, a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, a proposta é ficarmos só com o *caput*?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Como esse *caput* fala do princípio da apuração formal, seria eliminar esse princípio e todo o dispositivo.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Propõe-se a eliminação de todo o dispositivo.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – E, assim, o Tribunal Marítimo continua como é hoje. Não se mexe em nada na competência do Tribunal Marítimo.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O.k. Então, vamos para a votação.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Para votação. Então, tirando o voto do Dr. Felipe, mantém o voto pela rejeição do destaque, como vota o Dr. Noronha?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Eu mantenho, acompanho. Acompanho a inação; manter o Tribunal como está. Se ele está funcionando...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Mantém. Então, vota “sim”.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Voto pelo destaque, porque o destaque é no sentido de suprimir.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Exato.

Dr. Brina?

O SR. OSMAR BRINA CORRÊA LIMA – “Sim”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – “Sim”.

Os demais mantêm os seus votos?

Dr. Penalva?

O SR. PAULO DE MORAES PENALVA SANTOS – “Sim”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – “Sim”.

Dr^a Uinie?

A SR^a UINIE CAMINHA – “Sim”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – “Sim”.

Então, aqui tínhamos um ponto de interrogação...

Dr. Marcelo?

O SR. MARCELO GUEDES NUNES – “Sim”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – “Sim”.

Então, foi aprovado por 18 a 1.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Agora, o Destaque nº 6.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Destaque nº 6.

Vamos ao art. 263 UB.

O Destaque nº 6 tem como objetivo o aprimoramento das disposições que definem coligação e controle.

Vou ler aqui a nova redação, e vamos acompanhando na tela o que está sendo alterado. É pouca coisa.

“Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, direta ou indiretamente, é titular [...]” O resto é igual. Então, substitui-se “diretamente ou através de outras controladas” por “direta ou indiretamente”. É um aprimoramento da redação.

Dos votos que foram antecipados, apenas um voto foi contrário à aceitação desse destaque, os outros todos favoráveis à aceitação.

Dr. Noronha?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Aprovo.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Dr. Alfredo?

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Também.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – “Sim”.

Dr. Brina?

O SR. OSMAR BRINA CORRÊA LIMA – “Sim”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – “Sim”.

Dr. Penalva?

O SR. PAULO DE MORAES PENALVA SANTOS – “Sim”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Aprovado por 18 a 1.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Só uma questão de ordem.

Nós estamos considerando o voto do Conselheiro Bruno tal qual manifestado?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – E também do

Dr. Newton e do Dr. Daniel, que são os três ausentes.

Destaque nº 7.

Acrescenta um parágrafo único ao art. 125 BE.

Este artigo 125 fala: “Não será reconhecida a nulidade nem decretada a anulação do negócio jurídico empresarial se a declaração não tiver implicado prejuízo ou os ocasionados forem de pequena monta.”

Acrescentar-se-ia um parágrafo único com a seguinte redação: “Considera-se de pequena monta o prejuízo em valor inferior a 1% (um por cento) do interesse.”

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Eu acho também que a redação, não foi proposto destaque, mas se for possível mexer: “Não será declarada a nulidade.” A nulidade aí é declarada, não reconhecida.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – “Não será declarada a nulidade.”

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Nem decretada. Já estamos usando “decretada” certo para a anulação, e nulidade declarada.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Nos votos que foram antecipados em relação ao Destaque nº 7, nós temos aqui – deixe-me contar – 11 votos favoráveis ao destaque, portanto, favoráveis à inclusão do parágrafo único, e contrários, 3 votos. Existe uma posição que aguarda o debate, que é a minha.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Eu votaria contra também.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Dr. Alfredo vota contra o destaque. Então, mais um voto “não”.

Dr. Brina, já tem o seu voto?

O SR. OSMAR BRINA CORRÊA LIMA – “Sim”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Vota “sim”.

Dr. Penalva?

O SR. PAULO DE MORAES PENALVA SANTOS – “Sim”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Vota “sim”.

Dr. Noronha?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Também “sim”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu voto “não”.

Foi aprovado, por 14 votos a 5, o Destaque nº 7; incluído, portanto, o parágrafo único.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O Prof. Fábio Ulhoa vota não porque acha que deveria ficar a critério do juiz, caso a caso estabelecer?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Isso, ficar um conceito aberto. Pequena monta, ficar um conceito aberto.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Nós estamos definindo 1% de pequena monta, mas será sempre...? Agora que estou refletindo bem.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JAIRO SADDI – Um por cento é realmente um caminhão de dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Nós estamos tarifando pequena monta.

O SR. JAIRO SADDI – É muito dinheiro 1%; não é pequena monta.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Hein?

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Mas aqui, votando “sim”, é para excluir, não é?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Não; votando “sim” é para inserir.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Para inserir 1%.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Vamos refazer a votação?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Agora eu bem entendi. Nós estamos tarifando o pequena monta de 1%. Quer dizer, é melhor que fique caso a caso, não é? Porque se a demanda for pequena, 1% pode ser irrisório. Se a demanda for grande, 1% pode ser até muito.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – É, eu votei “não”...

O SR. ARNOLDO WALD – Eu tenho a impressão... Eu também votei “não” pela razão seguinte: eu acho melhor o tribunal decidir caso a caso, não é? Porque é aquilo que o senhor acabou de dizer: na realidade, as circunstâncias são importantes, a definição do caso, em vez de se... Pequena monta, se damos tanto poderes ao juiz, pequena monta ele deve saber o que é. Pequena monta no caso concreto, não em geral.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Em uma causa pequena 1% é irrisório e numa causa grande 1% pode ainda ser muito dinheiro.

O SR. ARNOLDO WALD – É! O valor absoluto também, R\$10 mil, pode ser muito em um caso determinado; no outro caso, pode ser irrelevante.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – E nós precisamos tomar muito cuidado com percentual, no Direito brasileiro Nós acostumamos a fixar tudo em... Achar que mais 10% é pouco ou é muito! Os advogados vão ficar bravos por causa dos honorários. Mas, tirando-os os honorários, aumentar uma dívida com as multas fiscais de 15%, 20% – por exemplo, na execução fiscal, aquela multa de 20% –, em um país de economia estável, é um absurdo! Você não vê isso nos Estados Unidos, na Inglaterra. Nenhum país de moeda estável admite multas nesse montante, porque torna-se inviável para o devedor. Há um confisco patrimonial via multa.

Então, a melhor experiência é não tarifar, deixando para o caso concreto, em que 1% pode ser muito como pode ser pouco. O juiz, no caso concreto, melhor decidirá. Vocês já refletiram sobre isso?

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – Presidente, eu tenho um ponto de vista sobre isso.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Vai alterar o voto também o Dr. Brina.

O SR. ARNOLDO WALD – Eu altero o meu voto também.

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – Eu só queria lembrar, com perdão aqui pela palavra, a hipótese aqui é para tornar válido o negócio. Está-se estabelecendo um critério que, se não tiverem sido provados prejuízos inferiores a 1%, o negócio está validado. Então, eu acho melhor essa hipótese do 1%, que é uma hipótese protetiva, do que uma hipótese que fica aberta com essa subjetividade. Um por cento pode ser muito ou pouco, mas o que a gente está falando é que, nas hipóteses de nulidade ou anulação, o negócio prevaleceria se os prejuízos não forem inferiores a isso. Então, acho que isso é razoável, porque é uma regra de proteção à validade do negócio jurídico. Um por cento pode ser muito ou pouco, mas o que se está fazendo é proteger a permanência da validade dos negócios jurídicos nessas hipóteses.

Portanto, eu acho que uma regra de 1% é mais saudável do que o discutível bom senso de uma decisão de pequena monta em um país de proporções continentais. Estamos dizendo que, se o negócio for nulo efetivamente, ele não ficará validado se o prejuízo for superior a isso. É isso!

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Por enquanto o placar está 11 a 8, pela aprovação do destaque.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Com as mudanças de voto?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – É, com as mudanças de votos.

O SR. ARNOLDO WALD – Eu mudei o meu.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Está computado aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O meu também está computado, não é?

O SR. TIAGO ASFOR ROCHA LIMA (*Fora do microfone.*) – Computou o meu? Eu mudei para “não”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, espera aí. Dr. Tiago mudou para “não” – então ainda não foi computado – e Dr. Penalva mudou para “não”. Agora já devemos ter um novo cenário. Vamos ver aqui. (*Pausa.*)

Agora está 10 a 9 pela rejeição do destaque.

O SR. ARNOLDO WALD – Rejeição do parágrafo?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Rejeição do parágrafo.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Até porque a redação nós devíamos mudar, não definir pequena monta. Devíamos fixar em 1% direto. Ou então fica rejeitado o parágrafo.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Rejeitado por 10 a 9.

Destaque nº 8.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Antes de a gente passar para a votação, a experiência está me mostrando aqui – o trabalho é dinâmico –, vamos debater antes, porque às vezes confirma e...

O SR. ARNOLDO WALD – Desconfirma.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Vamos fazer o debate. Acho que fica mais rico também.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então é a supressão do §2º do art. 297.

Aqui nós temos um dispositivo que fala da omissão das partes relativamente ao preço. No Código Civil atual, o preço é uma disciplina dentro do contrato de compra e venda. No anteprojeto, existe uma disciplina do contrato do preço na generalidade dos contratos, ou seja, fora do contexto do contrato de compra e venda. O contrato de compra e venda também tem lá suas regras sobre preço, mas este dispositivo, 297, diz respeito a qualquer contrato.

São previstas, então, nos §§1º e 2º e no *caput*, as regras no caso de omissão das partes na contratação do preço. No *caput*, será o praticado no mercado.

§1º. Em caso de diversidade de preço no mercado, o médio prevalece.

§2º. Não se podendo aferir o preço pelas práticas do mercado, ele será o usualmente adotado pelo credor.

Quando o Código Civil fala do preço dentro do contrato de compra e venda, nós temos uma regra que é bem parecida com esta: “Não se podendo aferir o preço pelas práticas do mercado, ele será o usualmente adotado pelo vendedor.” Como aqui estamos falando de uma regra que diz respeito a todos os contratos, não há vendedor, então foi mencionado credor. A proposta, o destaque considera que, primeiro, é muito difícil não haver um preço de mercado e que, segundo, haveria uma arbitrariedade pelo preço do credor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Perfeito.

Todos que anteciparam o voto nesse destaque foram favoráveis à aceitação do destaque, ou seja, à supressão do §2º.

Dr. Noronha.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Alguém quer fazer algum pronunciamento? *(Pausa.)* Então, aprovamos a supressão.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Por unanimidade.

Aprovado o destaque, portanto, aprovada a supressão do §2º, por unanimidade.

Destaque nº 9.

O Destaque nº 9 diz respeito à publicação de demonstrações pela sociedade limitada de grande porte.

Como está hoje a matéria na lei? Temos uma lei de 2007, a Lei nº 11.623, se não me engano o número é esse, em que a ementa da lei dá entender que seria obrigatória a publicação das demonstrações contábeis pelas sociedades limitadas de grande porte. A lei não traz essa regra. Isso tem gerado uma discussão doutrinária. Alguns doutrinadores se apegam a essa questão da ementa e concluem que a publicação seria obrigatória; outros se apegam ao texto da lei e dizem que ela não é obrigatória. A ideia seria o projeto do Código Comercial resolver esse problema. A forma pela qual a Minuta nº 2 resolve é criando a obrigatoriedade de publicação no veículo eletrônico. O destaque visa a resolver a pendência que existe hoje, na lei, dando outra solução, ou seja, dispensando a sociedade limitada de publicação, mesmo que seja de grande porte.

Dos que se manifestaram antecipadamente, apenas um voto contrário ao destaque, ou seja, apenas um voto mantendo a publicação no veículo eletrônico. Todos os demais foram favoráveis ao destaque, ou seja, favoráveis à definição de que a limitada não precisa publicar as suas demonstrações contábeis, qualquer que seja o seu porte.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Está todo mundo seguro com relação a isso? *(Pausa.)*

Eu também não estou pelo seguinte. Gostaria de fazer uma ponderação. A publicação do balanço hoje tem uma conotação diferente de antes. Hoje não é só apenas para os acionistas tomarem ciência como está a empresa. A publicação de balanço de grande empresa, hoje, ainda que organizada sob a forma de sociedade limitada, é uma questão de transparência para as atividades negociais no mercado. Se vou lidar com uma grande empresa, sei a real situação dela porque ela tem balanço publicado, tem transparência. Sei como posso negociar. Se não exigirmos a publicação, nos grandes negócios... Os bancos não têm problema. Os bancos vão exigir sempre e vão fazer análise do balanço. Mas o mercado em si, não. Os fornecedores ou terão que se valer de custos adicionais de contratação de contadores ou de consultores ou terão isso já colocado em balanço em que podem olhar a participação de capital de terceiro, o endividamento da empresa, o fluxo de caixa, que de certa forma fornece indícios que podem ser aferidos.

Para negociação com transparência no mercado, é salutar. Não exigiria, como, parece, tem sido exigido por alguns, a necessidade de um parecer de consultoria. Há alguns que estão contratando consultoria. Acho que isso já é um favorecimento à determinada classe. Cabe ao credor, querendo, se valer da consultoria, entregando o balanço, até porque a consultoria não faz um verdadeiro *disclosure*, mas só afere por amostragem. Então, a consequência hoje não é mais só uma preocupação com a sociedade, mas com o mercado. Isso quero deixar claro o porquê.

Uinie.

A SRª UINIE CAMINHA – Obrigada, Ministro.

Concordo inteiramente com o senhor, só que, nesse caso, se a limitada tivesse essa preocupação, tem a opção. O que acho errado, por isso, propus o destaque, é a obrigatoriedade. Até seguindo a mesma linha que a gente adotou, a não classificação, segundo o porte, que eliminamos.

Segundo, na palestra do Prof. Armando Rovai, ele até falou: “É obrigatório hoje as limitadas fazerem uma assembleia anual, assim como as S.A.? Mas isso é letra morta!” Ele mesmo falou: “Ninguém faz! É difícil até vermos.” Então, estamos criando aqui uma exigência que, a rigor, em princípio, estaria indo de encontro ao que decidimos.

Sempre fui contra essa exigência de publicação, mas, se for intenção do empresário, e concordo com o senhor, se for uma exigência mercadológica, seguramente ele o fará. Mas deixar como exigência legal, realmente, não creio que seja salutar.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Sr. Presidente, gostaria de ponderar o seguinte. Na verdade, essa lei veio para equiparar as grandes empresas que adotam a forma limitada às sociedades anônimas, no que diz respeito ao interesse do mercado e não individual, da própria sociedade.

A publicação do balanço tem outro efeito importantíssimo que é a publicidade e que significa segurança. Ninguém vai mudar balanço depois. O balanço que levam para o banco pode ser mudado no dia seguinte e apresentado a outro banco de forma diferente. Confiar em que a sociedade vai levar esse balanço a arquivamento na Junta Comercial é um dado absolutamente aleatório. Ela não vai levar esse balanço a arquivamento. Então, ela terá o balanço que quiser, a hora que quiser, do jeito que quiser.

Acho que, principalmente, para as grandes empresas, é fundamental que se tenha algum elemento seguro para saber efetivamente a situação real dela, e a publicação do balanço faz as vezes. Se não se quiser essa norma, se estabeleça, então, a obrigatoriedade do registro desse balanço na Junta Comercial. Algu-

ma coisa tem que ser feita, e de forma segura, porque também os dados que são levados para a Junta nem sempre são seguros.

Então, gostaria de fazer essa ponderação para a rejeição do destaque.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– A ideia de simplificar é boa, mas só que estamos falando de grandes sociedades limitadas que têm uma feição muito próxima da sociedade anônima e que operam muito no mercado.

Antes do Prof. Lückmann, Prof. Saddi.

O SR. JAIRO SADDI – Apenas uma observação prática, a maior parte dessas sociedades limitadas de grande porte são multinacionais subsidiárias integrais e, em regra, em geral, esses balanços já estão consolidados na sua matriz.

Por que tendo a concordar com os argumentos da Profª Uinie? Porque, na prática, esses números têm transparência, sim, nas suas respectivas matrizes. Uma General Motors, uma IBM, que optaram por essa forma limitada, acabam de algum modo consolidando as suas demonstrações financeiras junto a sua sede. Prof. Alfredo de Assis Gonçalves, me parece que essa segurança, transparência e publicidade já estão dadas pela própria exigência de mercado.

Apenas uma observação em relação a esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Dr. Felipe Lückmann.

O SR. FELIPE LÜCKMANN FABRO – Quero registrar também, pedindo vênias aos entendimentos contrários, que tive oportunidade de participar de uma comissão do Conselho Regional de Contabilidade, em Santa Catarina, em que, dentre outros temas e sugestões que estão contemplado hoje na minuta, essa regra foi bastante discutida e se teve um consenso, no âmbito dos profissionais da contabilidade, da necessidade de publicação.

Então, vejo que a ideia como está na minuta vai bem, de simplificar tirando a obrigação de publicar em *Diário Oficial* – o veículo eletrônico otimiza custo –, mas a necessidade de empresas de grande porte de fazerem as suas publicações em benefício dos credores, isso vai ao encontro da IFRS, dos padrões, do balanço social, hoje, que se fala muito na contabilidade, das normas de anticorrupção e transparência, que hoje se têm falado bastante, até porque muitas dessas grandes empresas acabam obtendo recursos públicos de financiamento para inúmeras atividades. Sem essa exigência do balanço, muitas coisas não republicanas podem acontecer.

Então, me parece, estamos falando, sim, de empresa limitada de grande porte, de modo que não vejo

como prejuízo, senão só em benefício dos credores, essa exigência.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Tinha o Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Eu adiro integralmente os argumentos do nosso Presidente, Dr. Felipe. E vindo na linha do Dr. Jairo, eu trago um argumento – para não repetir – a mais.

As multinacionais quando aqui estão... E é um fato público, teve até um artigo publicado. Por exemplo, Grupo Pão de Açúcar e Walmart. O Grupo Pão de Açúcar é um S/A, mercado de capital aberto, e tem que publicar. O Walmart é uma limitada e não tem que publicar, porque a captação é feita no exterior. Sob o ponto de vista da competitividade concorrencial no Brasil, o Grupo Pão de Açúcar tem muito mais transparência que o Walmart, o qual tem acesso às contas de um e o outro não tem.

Então, sob esse aspecto, tirando poupança popular e agente econômico, como já foi dito, dos dois agentes econômicos de igual relevância no mesmo mercado, um tem – entre aspas – o direito ao sigilo das suas contas, o seu concorrente não pode ver, e o seu coirmão, o competidor, tem o acesso às contas do que está ao lado. Esse argumento me faz, inclusive, mudar aqui o meu voto.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu quero registrar também que altero o meu voto para “não”.

Acho que o essencial é que a gente dê uma solução para o conflito que hoje existe na lei. E eu estou achando que talvez seja melhor manter o que está na minuta do que suprimir.

O SR. ARNOLDO WALD – Talvez possamos colocar para verificação a segunda hipótese especificada pelo Prof. Alfredo, que é o registro na Junta, porque, em tese, registrado na Junta nós temos um documento que é de acesso público, mas que também não obriga a empresa a dar todas as suas fontes de negócios ao grande público. Então, talvez aí...

E também atendemos àquela ideia da competição, porque o competidor irá à Junta Comercial e poderá pedir a certidão, as cópias necessárias. Eu acho que é um terceiro gênero que talvez tenha essa facilidade, até porque me parece que mesmo no exterior as limitadas não têm esse dever de publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O.k. Então, mais alguém gostaria de usar a palavra? Então, vamos para...

O SR. TIAGO ASFOR ROCHA LIMA – Vou alterar o voto também, Prof. Fábio.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – O Dr. Tiago, então, altera para “não”.

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – Quanto a essa proposta do Prof. Arnaldo Wald, eu só penso que registrar na junta é mais caro, hoje, que publicar no site.

Então, poderemos também criar a faculdade. Ou o registro na Junta ou na faculdade. Acho que teríamos uma opção maior.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, ficaria assim: “As sociedades limitadas de grande porte que não registrarem suas demonstrações contábeis na Junta Comercial são obrigadas a publicá-las nos veículos eletrônicos. Seria algo nesse sentido.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – Então, a primeira obrigação é o registro. Se não quiser registrar, publica.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Com essa alteração, todos votam... Mantêm “não”? Então, vamos precisar organizar a votação aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, fica vencida... Mais alguém acompanha a Prof. Uinie?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Não publicar e não registrar na... Continuar reservado, sigiloso.

Então, digamos assim, quem for favorável à nova redação que foi colocada agora, em que se abre alternativa de arquivar na Junta a demonstração contábil, vota “não” ao destaque. Quem for favorável à supressão do dispositivo todo, ou seja, continua tudo como está hoje, vota “sim” ao destaque. Podemos fazer assim? Então, pegando aqui os votos um por um.

Dr. Noronha?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Eu voto pela publicação. Eu acho que pela publicação é quase todos, menos a Prof. Uinie, não é?

Mais alguém é contra? Porque aí já...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, não... Seria o seguinte: alguém é contra essa faculdade de registrar na Junta? Alguém é contra isso? Tirando...

A SRª UINIE CAMINHA – Não é proibido publicar.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – Só para explicar, a proposta que está aqui hoje é a seguinte: para a gente tornar obrigatória a publicação. O que se propõe: ou se registra na Junta ou publica. É essa proposta.

A SRª UINIE CAMINHA – Só lembrando que nós eliminamos...

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – A Prof. Uinie é contra. Ela é contra porque acha que ninguém é obrigado.

A SRª UINIE CAMINHA – É só uma compatibilização.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Nós estamos obrigando. Então, nós compatibilizamos essa proposta com a sugestão do Prof. Arnold Wald.

A SRª UINIE CAMINHA – Só uma questão: nós eliminamos a obrigatoriedade de assembleia ou reunião para aprovação de contas na limitada. Nós eliminamos a classificação da sociedade segundo o porte. Ou seja, creio que nós temos de criar certa consistência. Vamos usar o conceito tributário de grande porte para cá? Porque nós eliminamos essa classificação. Nós vamos voltar, então, à obrigatoriedade de aprovação de contas, a depender do porte e utilizaremos o conceito tributário?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu vejo da seguinte forma, Drª Uinie. É possível você não ter obrigação de uma assembleia formal para aprovar as contas. Mas as contas são feitas e são registradas e publicadas sem aprovação formal em uma assembleia.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– O que supõe estar tacitamente aprovado por quem não impugnou.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Até acredito que quem vai levar à publicação vai convocar a assembleia. Os próprios diretores a convocarão, porque.... Mas aí vem a pergunta da Drª Uinie: que classificação seria adotada?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – A classificação da Lei Tributária.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – A da Lei Tributária.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – A gente não muda essa classificação. Então, quem votar “não” vota favoravelmente à manutenção do art. 975-C, com a alteração que foi falada há pouco, que abre a faculdade do registro na Junta.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Não seria melhor abrir duas possibilidades? Por quê? Eu vejo o seguinte quanto à faculdade de registrar na Junta ou publicar, a partir do momento que é de grande porte, são iguais. E aí vamos tratar grande porte S.A. e grande porte LTDA? Seria tratar os iguais de forma desigual.

Eu acredito que tem de publicar e como todas as de grande porte devem publicar, não abrindo a faculdade da Junta Comercial, porque senão será uma subdivisão de grande porte.

A SRª UINIE CAMINHA – Dr. Márcio, quando você escolhe o tipo societário, você arca com as consequências. A companhia aberta tem vantagens, como captação pública de recursos, que a limitada não tem. Não tem que ter o mesmo ônus e o mesmo bônus. Elas são diferentes.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então eu proponho fazermos da seguinte forma: a gente vota o 975-

C como está e o destaque de supressão. Se o 975-C permanecer, a gente vota se ele vai com o acréscimo ou sem o acréscimo.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Quem propõe, então, a supressão do 975 levante a mão.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – A votação, agora, é nos seguintes termos: quem for favorável – esqueçam um pouco o destaque –, quem for favorável ao destaque da Drª Uinie, então, levante a mão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – São dois. Um, dois, três, quatro.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, foi rejeitado o destaque.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Foi rejeitado.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Agora nós precisamos aprimorar ou não o 975-C.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – É o destaque do Dr. Wald: registrar ou publicar. Quem não registrou tem de publicar; quem registrou não precisa publicar. Então, nós já simplificamos o processo.

Quem está de acordo com essa proposta do Prof. Wald levante a mão: registrar ou publicar. *(Pausa.)*

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, aprovado por maioria.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O Prof. Márcio é contra o registro?

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Não, eu sou contra essa facultatividade. Eu acho que deve publicar. Mas fico vencido.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Escreva: publicar, ele não flexiona o particípio.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, fica 975-C.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Deixe a alternativa. Depois vem a redação.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, sociedades limitadas de grande porte que não arquivarem ficam obrigadas a publicar.

Destaque nº 10. Inclui ao art. 935-AF um §2º com a seguinte redação: “Cabe agravo da decisão concessivo ou denegatório do efeito suspensivo”.

Aqui é um dispositivo genérico sobre os recursos de apelação no processo empresarial, que só tem efeito devolutivo.

O parágrafo único ficaria: “§1º. A pedido do apelante, o juiz deverá atribuir efeito suspensivo ao recurso de apelação se demonstrado fundado risco de irreversibilidade do cumprimento provisório da sentença”.

Acrescentar-se-ia um §2º, dizendo: “Cabe agravo da decisão concessivo ou denegatório do efeito suspensivo”.

Nas antecipações de voto, todos os que anteciparam o voto falaram favoravelmente à sua aprovação. E temos duas pessoas que estão aguardando o debate para decidir.

O SR. TIAGO ASFOR ROCHA LIMA – Só uma consideração.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Pois não, Prof. Tiago.

O SR. TIAGO ASFOR ROCHA LIMA – Em princípio, eu acho que seria desnecessário. Mas se é para esclarecer, eu não vejo prejuízo. Em mantendo o dispositivo, é bom colocar aí: “cabe agravo de instrumento”; só para esclarecer.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Dr. Alfredo.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – Eu sou favorável.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Dr. Alfredo, favorável. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Eu também sou favorável.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Dr. Noronha, “sim”.

Dr. Brina? *(Pausa.)* “Sim”.

Dr. Penalva. *(Pausa.)* “Não”.

Dr. Márcio. *(Pausa.)* “Não”.

Eu voto “sim”.

Então, o destaque está aprovado por 17 votos a 2.

Destaque nº 11, que diz respeito ao art. 296. O art. 296 possui três dispositivos. Aqui estamos falando novamente na questão do preço, mas agora estamos falando no contrato de compra e venda, do preço no contrato de compra e venda. E temos novamente regras a respeito dessa questão. O destaque acrescenta um quarto inciso: “ocorrente nas vendas habituais do vendedor”, como sendo também um critério para as partes estabelecerem o preço.

Das pessoas que se manifestaram antecipadamente, à exceção de um voto que foi contrário ao destaque, todos os demais foram favoráveis ao destaque, ou seja, ao acréscimo desse quarto inciso.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – Eu havia feito uma observação de redação no “contrato empresarial” por “compra e venda empresarial”, ao invés de ser só “contrato empresarial”. Lá era “compra e venda”. Este é genérico?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Vamos ver. Este é “compra e venda”. Vamos checar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos ser específicos para não....

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – Embora esteja no capítulo, convém esclarecer.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Não, desculpem-me, aqui é genérico. É genérico. É genérico. Eu

me enganei, pessoal. Este aqui é um dispositivo genérico, não é da compra e venda. Então, não pode ser “vendas habituais do vendedor”, porque existem contratos empresariais em que não há a figura do vendedor.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – Porque aí haveria preço.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Um contrato de financiamento, um contrato de prestação de serviço, tem preço...

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – É liberdade para que as...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – É. Liberdade. Agora, como não estamos falando da compra e venda, talvez falar de vendedor em um dispositivo que diz respeito a contratos em geral não seja apropriado.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Bom, então, se não é vendedor, será do alienante.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – É. Talvez vendas...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Porque alguém vai entregar ...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, vamos retirar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos retirar.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – O proponente está retirando o destaque. O destaque foi retirado. O Destaque 11 foi retirado.

Destaque 12. O Destaque 12 diz respeito ao art. 316. É um dos dispositivos mais polêmicos do projeto de lei que tramita na Câmara. Ele atribui ao Ministério Público a legitimidade para demandar a anulação judicial de negócio jurídico que não cumpre a função social.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Tirando o Márcio, que está aqui e que é do Ministério Público, eu quero dizer aos senhores, pela minha experiência do Superior Tribunal de Justiça, que acho que essa é uma matéria que escapa ao controle do Ministério Público. É uma questão que permeia interesses privados.

Segundo, o Márcio tem uma visão empresarial muito grande, é o Ministério Público diferenciado, aculturado, porque conhece o Direito Comercial, o que não é a regra do Ministério Público – o Brina foi também do Ministério Público –, não é a regra. E aí que quero me referir aos promotores, de primeiro grau sobretudo. Aqui, bastou brigar com empresário e nós temos enfrentado no STJ uma quantidade enorme de ação civil pública por improbidade, quanto o promotor briga com prefeito, briga com a Câmara de Vereador ou briga com empresário.

O âmbito do Direito Comercial requer muita maturidade. Eu acho que nós estamos dando um cheque em branco.

Se lá houvesse muitos márcios, muitos Osmar Brina, muita gente que conhecesse o Direito Comercial, o que não é a vocação natural do Ministério Público, eu não estaria preocupado. Mas pela atuação que estou vendo do Ministério Público nas ações civis públicas, eu acho que há um risco muito grande, se a gente ficar com uma quantidade enorme de ações amanhã, de o Ministério Público entrar com esse tipo de ação.

Não vejo por que colocar... Porque aí diz: “Compete ao Ministério Público demandar a anulação judicial de negócio jurídico que não cumpre a função social”. E o que é função social? “Parágrafo único. O contrato comercial não cumpre a função social quando, embora atendendo aos interesses das partes, prejudica ou pode prejudicar gravemente interesse coletivo, difuso ou individual”.

Isso tudo já está protegido pelo Código do Consumidor. Se a gente começar a alargar aqui... O meu sonho é tirar as empresas desse controle do Código do Consumidor. A experiência não é boa, e eu a tenho no STJ.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu gostaria de trazer algumas informações.

A legitimidade do Ministério Público já está prevista no Direito positivo vigente. Então, nós temos no Código Civil que o contrato tem de cumprir a função social, e temos na Lei da Ação Civil Pública a legitimidade para o Ministério Público e quaisquer outros legitimados – associações, etc. – perseguirem em juízo, através da ACP, qualquer ofensa a direito individual homogêneo. Então, hoje, se um promotor quiser, ele já entra com um processo, uma ação civil pública, dizendo: “Esse contrato não cumpre a função social, eu quero a anulação dele”.

O objetivo deste dispositivo, quando foi imaginado, era criar mais segurança jurídica. Ou seja, primeiro, incluir uma definição do que seja função social, que está no parágrafo único do art. 315, e depois os §§2º e 3º. O juiz poderá rejeitar o pedido de anulação se considerar que o contrato empresarial implicou ou pode implicar benefícios de algum interesse coletivo, difuso ou individual homogêneo superiores ao prejuízo apontado. E o §3º, se acolher pedido de indenização, o juiz distribuirá obrigação entre os contratantes proporcionalmente ao proveito que cada um deles obteria do contrato. E o §1º também é um aumento de segurança jurídica: os contratantes podem, em sua resposta, apresentar ao juiz proposta de alteração do contrato que assegure, reforce ou restabeleça o cumprimento da função social. Caso a proposta seja aceita pelo juiz, a ação será extinta sem julgamento do mérito e sem condenação comercial.

Então, concluindo, no que o Código inova, ele inova para dar segurança jurídica.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Eu tenho minhas dúvidas. Eu faço uma leitura contrária. Hoje eles não entram porque a própria jurisprudência é reticente. Nós temos uma jurisprudência hoje no STJ de que caberia ao Ministério Público, nós temos discutido muito isso, se imiscuir nesse interesse privado com tantos... O que vem pela ação civil pública é a gente ver se é ou não é interesse público e decidir isso lá, numa sede mais adequada. Mas, se a gente já legitima para as ações societárias, podem ter certeza de que vamos ter um abuso. Só ajuizamento da ação cria uma intranquilidade na empresa. Inclusive, amanhã vão discutir o controle societário como prejudicial, porque não há limites.

A função social é a cláusula mais aberta que existe hoje no Poder Judiciário. Princípio da dignidade humana, da função social da propriedade e da função social do contrato é motivo para os juízes anularem contratos a torto e a direito. Quem tem... Eu recebo, no Superior Tribunal de Justiça, uma série de demandas desse nível com abuso, mas com abuso incontrolável, por exemplo, no Rio Grande do Sul, em Goiás e em outros Estados. Na empresa, nós temos uma cultura que temos que reconhecer. O Brasil sofre ainda uma influência de certos doutrinadores socialistas que verberam o lucro. O americano entende que quem tem lucro é alguém talentoso, que merece incentivo. Bill Gates é adorado porque criou uma empresa que com lucro cresceu, investiu, deu muito emprego. Aqui, se o sujeito tem muito lucro, já é olhado com reserva. Essa é nossa cultura ainda, lamentavelmente, e vai ser ainda por algum tempo, enquanto estivermos discutindo com Venezuela, com Bolívia. No dia em que abrirmos – este Brasil tem um potencial enorme, a economia poderia ter triplicado nesses últimos dez anos, e não o fizemos, ficamos discutindo questões menores com a América do Sul ao invés de nos inserirmos no mercado –, vamos ver que essa mentalidade tende a mudar.

É impressionante, eu vejo isso até em alguns juízes de Tribunais Superiores. Essa mentalidade ainda é muito impregnada na mente de juiz de carreira que não sabe o que é uma empresa, que não sabe como se faz o lucro, que não sabe que uma empresa, na realidade, começa devendo todo mês. Uma pequena empresa, sobretudo uma sociedade limitada, começa todo mês com passivo, ela tem que gerar recursos para pagar até o fim do mês.

Eu, pela minha experiência do STJ, proponho que o efeito seja contrário da nossa pretensão de segurança.

O SR. MARCELO GUEDES NUNES – Sr. Presidente... Só um... Até queria aproveitar a oportunidade

para mudar meu voto, sensibilizado com os argumentos do Presidente, para votar favoravelmente à exclusão. Entendo até que a intenção de delimitar a atuação do Ministério Público vem no intuito de criar segurança jurídica, mas talvez crie um incentivo inverso. Ao especificar de maneira mais precisa o cabimento, pode-se criar um incentivo para a utilização dessas ações. Então, acho que é um motivo de preocupação. Enfim, manifesto-me no sentido de mudar meu voto sendo favoravelmente ao Destaque 12.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Professor.

O SR. ARNOLD WALD – Eu testemunhei com o Presidente do Superior Tribunal de Justiça como há uma certa tendência de abrir ação civil pública para matérias empresariais.

Então, eu tenho impressão de que a ideia de colocar o Ministério Público num Código Comercial... Só as palavras: “Ministério Público no Código Comercial”... (Risos.) Com a devida vênia, com todo o respeito que merece o Ministério Público... Mas eu já esclareci ao meu ilustre vizinho – que é o meu Ministro mestre vizinho – que o Ministério Público da época dele era outro.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Era outro, inegavelmente era outro.

O SR. ARNOLD WALD – Isso é fato notório, público, não é?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – É que nós não temos tanto talento como o Márcio, no Ministério Público, na área empresarial.

O SR. ARNOLD WALD – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Temos ou não temos? Você pega o Ministério Público do Rio, se nós tivermos cinco do gabarito do Márcio em termos de conhecer Direito Empresarial, conhecer Direito Privado... Pensem um pouquinho: quem está lá, está por uma outra vocação.

O SR. ARNOLD WALD – Tenho impressão de que, não há dúvida, tem um papel importantíssimo na recuperação, por exemplo. Agora, no contrato empresarial entre duas empresas, eu acho que a intervenção do Ministério Público não faz sentido.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Olhe bem, vejo com muita restrição, porque se olharmos o sistema de nulidade geral, que é o do Código Civil, o Ministério Público não pode intervir nas relações privadas quando há interesse privado, só no interesse público. Tanto é que uma das causas da anulabilidade é a ausência do interesse público, é a contrariedade do interesse privado.

O SR. ARNOLD WALD – É isso.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Quer dizer, se nós alargarmos esse campo, só o ajuizamento da ação, já cria perplexidade.

O SR. ARNOLD WALD – Agora, os três parágrafos em que se defende no fundo a delimitação do interesse social eu acho que realmente são interessantes, mas talvez pudessem ser colocados no artigo anterior sem se falar do Ministério Público. Ou seja, nas discussões até entre as partes que... Você falou do 315?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Isso, 315, a gente acrescentaria um parágrafo.

O SR. ARNOLD WALD – Deve cumprir sua função social. Então, aí, sem pôr o Ministério Público, com a devida vênia e todo o respeito e admiração que tenho pelos nossos companheiros na ativa, continua na ativa também, talvez a gente pudesse colocar isso, porque evitamos abrir a brecha. Até foi o assunto aflorado no nosso almoço e na palestra de anteontem também. Eu senti que um dos problemas é que há uma expansão normal de qualquer órgão, a natureza (*ininteligível*). Então, atribui-se a alguém uma função que compete ao Ministério Público.

Então, o que posso fazer nisso? No contrato empresarial, acho que não vale a pena consagrá-la, seguindo essa posição. Quanto às ressalvas, elas caberiam, talvez, no 315, para esclarecer melhor o que é função social.

Eu me lembrei outro dia, acho que o Ministro não estava, que um dia o Miguel Reale perguntava sobre o que é função social e interesse social. Disse aos professores de Direito que lá estavam: “Vocês que vão me dizer o que é.” (Risos.) Então, na realidade, são conceitos que vão ser construídos no caso a caso.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Ainda vou me permitir discordar porque quando eu digo aqui: “Contrato empresarial não cumpre a função social quando, embora atendendo interesses das partes comprovadamente implica grave prejuízo a interesse coletivo, difuso ou individuais homogêneos” vai pegar esse ganho... A cláusula é aberta?

O SR. ARNOLD WALD – É.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, acho que é melhor deixar essa cláusula ainda aberta, com uma construção doutrinária sobre o interesse privado.

O SR. ARNOLD WALD – É, talvez seja melhor mesmo. Ou então, falar até...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Porque bastou falar interesse difuso ou coletivo que amanhã nós estamos...

O SR. ARNOLD WALD – É, violação à ordem pública também não...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– E se ocorrer vai caber ação civil pública...

O SR. ARNOLD WALD – Aliás, o Ministério Público...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– O problema é que a intenção é boa, é proteger, mas não estamos protegendo. Eu tenho certeza de que o Herman Benjamin amanhã vai pegar esse gancho para já escrever...

O SR. ARNOLD WALD – É uma justa homenagem.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– É verdade. O Ministro Herman Benjamin, que é um fã incondicional, que escreve na... A turma dos consumidores já vai começar a pregar essa intervenção, vão dizer: “Estão alargando a possibilidade...” Sabe que o momento do País é fortalecer o interesse privado, ou seja, as relações privadas.

O SR. ARNOLD WALD – O acionista vira consumidor, acionista é um consumidor, de que eu não sei...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu gostaria de ponderar mais algumas questões. A gente talvez não tenha alternativa de dizer que o contrato empresarial não deve cumprir nenhuma função social.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Não, eu acho eu acho que deve parar aí.

O SR. ARNOLD WALD – Para aí.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Se a gente não define o que vem a ser função social, existe toda uma doutrina que me parece extremamente equivocada, que diz que a função social... Eles chamam função social interna quando um dos contratantes é assimétrico. Então, em relação a outro contrato empresarial, deveria cumprir a função social para neutralizar essa assimetria invocando o Código de Defesa do Consumidor e tudo mais. Se a gente só disser que o contrato empresarial deve cumprir sua função social sem definir o que é função social, nós estamos dando margem para que possa vir – como hoje existe, função social está no Código Civil – essa interpretação de que as partes assimétricas no contrato empresarial devem ter essa assimetria neutralizada para que o contrato cumpra sua função social. Então, a ideia do parágrafo único era eliminar essa figura da função social interna. A função social é externa, ou seja, não implicar grave prejuízo a interesse coletivo, difuso ou individual homogêneo. Receio que se a gente retirar...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Eu julgo isso todo dia no STJ.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Mas se a gente não... Eu queria ponderar o seguinte: se a gente silenciar o parágrafo único e mantiver só a função social, aumentará mais ainda o grau de incerteza.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Eu buscaria outro conceito de função social ou colocaria uma instituição que não cabe...

Observe bem: hoje, pelo princípio da inversão do ônus da prova, basta existir essa desigualdade econômica – e aí não é função social – que há inversão. A inversão se dá pela miserabilidade em relação... E essa miserabilidade, hoje, não é um conceito meramente econômico, mas é um conceito também jurídico ou de entendimento. Então, o risco já existe em potencial no Código de Processo. Tem chegado muito ao STJ essa inversão do ônus da prova.

O ideal seria a gente tirar tudo isso do mundo empresarial, porque essa questão não importa para uma empresa com capital de 100 milhões e que tem estrutura jurídica para enfrentar uma de 10 milhões; inequivocamente ela tem.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, vamos...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– E, hoje, se a gente coloca isso aqui, eles vão apresentar a falsa ideia de miserabilidade, porque não analisam que, com 100 milhões, ninguém é miserável. Eu não sei... Eu não tenho uma proposta ainda para esse conceito.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu estou imaginando o seguinte, então, para o parágrafo único do art. 315: “O contrato empresarial cumpre a função social quando, atendendo aos interesses das partes, não implica grave prejuízo a terceiros.”

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– O.k.

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Eu acho melhor.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, “o contrato empresarial cumpre a função social quando, atendendo aos interesses das partes, não implica grave prejuízo a terceiros.”

O SR. ARNOLD WALD – E talvez se pudesse acrescentar à função social “sem prejuízo da sua função econômica”, porque, na realidade, as duas têm que ser conciliadas.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Têm que ser.

O SR. ARNOLD WALD – E não pode haver a hegemonia de uma em relação à outra.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Então, nós deveríamos ter uma função econômica...

O SR. ARNOLD WALD – E social.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– ... e social.

O SR. ARNOLDO WALD – Eu acho que o princípio já mostra um pouco uma posição diferente, até porque a função da ação civil pública não é discutir problemas econômicos, a não ser ressarcimento de prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Mas tem sido utilizado.

O SR. ARNOLDO WALD – Mas tem que ser dito.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Está muito deturpado.

Márcio, sem querer persegui-lo, porque eu já falei muito mal do Ministério Público aqui, mas o Prof. Alfredo havia pedido a palavra.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Claro, claro.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – Primeiro, eu queria dizer que fiquei um pouco confortável, porque percebi que não sou só eu que não sei o que é função social. (*Risos.*)

Eu havia procurado alguma coisa nesse sentido e uma vez deparei com uma situação como essa lendo um trabalho de doutorado muito bom. E cheguei à conclusão de que o meu conceito de função social estava errado e o que ele apresentava também estava inadequado, mas eu não consegui achar o *tertius*.

Resumindo, o que me parece é que todo o contrato tem um papel a exercer dentro do universo jurídico, e ele deixa de cumprir a sua função econômico-social – porque eu acho que aí não há como desatrelar – quando é utilizado para fins diversos daqueles que o ordenamento jurídico determina ou prevê. Essa é uma situação meio estranha, mas não sei como chegar a outro resultado senão esse. Mas virou moda.

Então, em relação ao Código Civil, dizem: “Não. Mas tem que cumprir a função social.” A minha preocupação é exatamente com as chamadas – hoje é moda – externalidades. Até que ponto nós podemos vincular isso a efeitos externos que, às vezes, não vão se produzir? E há situações de comportamentos que envolvem efeitos para a sociedade. Eu não sei se função social é aquela que traz efeitos externos para a sociedade; não consegui chegar, até hoje, a um conceito sobre isso. Tenho minhas dúvidas.

Eu só queria manifestar essa preocupação para dizer que, se nós formos mexer com função social, talvez nós devamos tentar dizer o mínimo. E acho que esse conceito sugerido pelo Prof. Fábio atende a esse objetivo.

Eram essas as considerações que eu queria fazer. Mas continuo sem saber exatamente o que devo dizer por função social.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Antes de passar ao Márcio... O conceito social que

eu vi com uma visão mais pragmática, ou seja, mais empresarial era o do Prof. Caio Mário nas edições anteriores ao novo Código. Ele já tratava da função social no capítulo do contrato e traduzia isso como uma função econômica, desenvolvendo a função econômica e social do contrato.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – O que é próprio dele.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O que é próprio dele, do Prof. Caio Mário.

Mas, do novo Código para cá, a atualização já não foi feita por ele, já não tem a mesma fidelidade. Vê-se que já se perdem os atualizadores do Código. Há uma preocupação com a doutrina atual, e a doutrina atual é a mais perdida possível, é a mais perdida possível se nós a analisarmos. É uma doutrina de acentuado cunho ideológico esquerdista.

Está subentendido em tudo que eu leio que a função social é distribuir riqueza, distribuir patrimônio da empresa, distribuir lucro da empresa, e não é esse o propósito da função social. A empresa exerce a função social porque ela dá emprego, porque ela paga tributos, porque ela propicia o desenvolvimento. Essa é a verdadeira função social da empresa, e não repartir o lucro com quem não participou dele, da sua feitura. Mas isso ainda não foi bem desenvolvido.

Eu só estou trazendo essa minha experiência. Não brinquem com isso, porque há certa aptidão dos juízes para socializar esses conceitos no Brasil no momento. Isso é um movimento cultural também: ora está em cima, ora está embaixo. E isso está em cima agora, está lá no alto.

Prof. Márcio.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Não só por dever de ofício, mas porque estou completamente convencido disso, eu não vejo esse dispositivo com tanto problema, porque ele repete, como o Prof. Fábio bem indicou, o que já está previsto não só na Constituição, como também no Código de Defesa do Consumidor e no art. 116, por exemplo, da Lei 6.404, em que o acionista controlador deve atender capital, trabalho e comunidade.

E, quando nós fechamos ali em função social de interesse difuso, coletivo ou individual homogêneo, eu acho que restringe mais do que a nova redação agora proposta. Quando falamos em “prejuízo de terceiros”, isso se torna extremamente vago, mais vago do que ali está posto, porque há todo um trabalho no art. 81, parágrafo único do Código do Consumidor, sobre o que é difuso, o que é coletivo e o que é individual homogêneo. Então, acho que a restrição ali existe.

Eu diria que a manutenção ou não do art. 316 se torna despicenda. A manutenção que lá está se

ria boa. O art. 50 do Código Civil fala que o Ministério Público pode pedir a desconsideração, mas não o faz com razão e com muita frequência. Por quê? Porque ele só o fará quando puder intervir. Então, não se trata de função social de um contrato entre duas pessoas que não tenha maiores repercussões.

Quando falamos de duas empresas, quem são essas duas empresas? Qual é a distribuição de riqueza e de lucros que existe? Hoje, o ex-Diplomata e Embaixador Rubens Ricupero dá entrevista ao *Brasil Econômico* mostrando, através de um estudo, que os níveis de concentração dos bancos americanos, dos chamados *big four*, *big five*, são muito maiores do que antes de 2007. Essas pessoas lucram, mas têm uma responsabilidade social tremenda. E aí vem o que está em outro dispositivo: o direito societário metaindividual, como está na Minuta 02, em que não há destaque quanto a isso, mas lá está mantido. Só esse dispositivo que lá se encontra – não recordo o número – já daria margem à atuação.

Sr. Presidente, a crítica existe, e ela deve ser ouvida por muitos dos meus colegas brasileiros – e eu concordo –, vários deles seguindo a linha do Prof. Brina, não a minha, porque os elogios se devem muito mais à amizade do que a qualquer outra coisa. Mas eu acho que não são os deslizes pontuais, às vezes até nem tão pontuais, caso se tornem realidade, que podem fazer com que modifiquemos ali o dispositivo.

Então, o art. 316 me parece estar bem claro e deve ser bem interpretado, como a função social, hoje, vem ganhando contornos do Superior Tribunal de Justiça.

Quanto a esse ponto específico, trazer à nova redação “prejuízo a terceiros” eu acho mais vago que o parágrafo único em que ele se encontra, gerando maiores riscos.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – A função social prevista na Constituição está só para sociedades de economia mista e para sociedades... Eles decorrem da função social da propriedade, o que também força um pouco a coisa.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Eu volto a dizer: eu não tenho nada contra o Ministério Público, mas, pela experiência, vejo o abuso pelo Brasil afora. Se parássemos na função econômica e social, ponto, eu já estaria satisfeito e, nos litígios, defenderia o conceito de função social. Mas quando eu me refiro à legitimação do Ministério Público, eu tenho certeza de que isso vai ser capitalizado como um ganho dessa corrente e, amanhã, vai estar em artigos, e já vão começar a acionar. Eu tenho essa experiência como ninguém aqui tem, exceto o Newton de Lucca; nem o

Newton, porque ele está na Justiça Federal. A maioria vem pela Justiça dos Estados.

Eu falei do Ministério Público, mas juízes, meus colegas, dando liminar e acolhendo essas teses há aos montes. A questão só ocorre porque há a complacência da magistratura. Falta maturidade na magistratura brasileira em matéria de Direito Empresarial. Nós temos poucos juízes versados nessa matéria, e temos uma estrutura deficiente. Deveria existir, em todo lugar, um vara segundo aquele conceito que não é o de vara de recuperação de empresa – isso é uma coisa que pode estar no setor. A vara empresarial deveria ser mesmo para resolver litígio entre empresas. Se nós tivéssemos uma Justiça estruturada em varas especiais, em varas empresariais, não haveria preocupação. Mas nós não temos.

Por exemplo, há uma grande empresa, uma sociedade limitada em Santa Rita do Sapucaí, sul de Minas, que é linear, mas as outras empresas são pequenas. O juiz de lá não é versado nisso, mas ele é versado no Código do Consumidor. Então, ele vai julgar com a tendência do Código do Consumidor.

Então, vamos pensar, vamos refletir.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Porque deixando só a função social, a gente remete...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O que ocorre no dia a dia eu tenho presenciado.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Ao se manter só a função social, a gente remete à doutrina do 421 do Código Civil atual, que já está toda posta. E as consequências são essas.

É aí que surge o que Prof. Fábio disse.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Mas ali não está tirando disso, não.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Essa é a questão. A oportunidade... Será que há possibilidade de limitar ou não?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Do jeito que está ali, como o senhor justifica, eu não leio assim, nem acho que a magistratura lerá assim.

O SR. ARNOLDO WALD – Se colocar econômico e social e tentar dar o foco da necessidade de conciliar ambos, eu acho que já é melhor.

Há um segundo aspecto. Isso está no sistema, mas o Código Comercial é para comerciantes, e entre eles, em tese, não há esse tipo de problema que deveria existir dentro de outro setor, do Código do Consumidor, do Código Civil. O Ministro João Otávio tem dito, em certo sentido, que há quase outra vertente do Código Comercial em relação ao Código do Consumidor.

Aquilo que não entra no Código Civil e não entra no Código do Consumidor por se tratar de relações

entre empresas deve ter um regime próprio. Acho que essa é também a ideia do Prof. Fábio.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Sim, sim. Eu até diria o seguinte: focando na relação exclusiva entre empresários, contratantes, partes do contrato empresarial, parece-me conveniente que o Código Comercial afaste a interpretação de que a função social pode ser uma coisa interna entre eles, através de um conceito qualquer de função social que mostre para fora.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O desenvolvimento do raciocínio do Prof. Arnaldo é de que a função social do contrato não pode sacrificar a função econômica e, conseqüentemente, causar desequilíbrio nas relações empresariais.

O SR. ARNOLDO WALD – Sim, é viável.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Em tese, precisamos redigir isso. Em tese, há o senso comum.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu receio assim... Ao dizer que não pode causar desequilíbrio nas relações empresariais, a gente volta ao representante invocando a função social do contrato para o representado, para o distribuidor.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – A rede de empresas com a pequena, que vende para a pequena.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, poderíamos, por exemplo, suprimir o 316. E o 315, parágrafo único, ficaria: “O contrato empresarial cumpre a sua função...” Primeiro, o *caput*: “O contrato empresarial deve cumprir sua função econômica e social.” E o parágrafo único: “O contrato empresarial cumpre a função econômica e social quando, atendendo aos interesses das partes, não implica grave prejuízo a interesse alheio.” Em vez de falar de terceiros, seria interesse alheio, de forma que fique só mesmo uma função externa, não fique o hipossuficiente empresarial, o assimétrico empresarial invocando a função social para conseguir revisão de contrato.

O SR. ARNOLDO WALD – Até interesse alheio de ordem pública. Quer dizer, não é qualquer interesse alheio. O que acontece hoje é que, na realidade, na base do individual homogêneo entra tudo. Então, qualquer contrato...

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – Eu imaginei aqui a seguinte situação. Dois empresários contratam um empreendimento imobiliário e o vizinho deles é prejudicado, porque o empreendimento é enorme. Ele se sente prejudicado e realmente sofre um dano, digamos, perde a luminosidade que tinha, o sossego, etc. Eu não quero dizer que a gente vá interpretar desse modo, mas duvido que não haja alguém que interprete assim. Então eu acho que, na dúvida,

nós devemos evitar um conceito muito fluido como esse. Ou melhor, um enunciado muito fluido como esse.

A SR^a UINIE CAMINHA – Prof. Fábio, nós utilizamos um conceito de função social na parte societária que ficou bem objetivo. Não sei se todos leram, porque, na verdade, a função social é cumprida quando se observam todas as disposições legais aplicáveis.

Então, a rigor, um empreendimento como esse que o Prof. Assis mencionou já é tão difícil de se conseguir construir, é praticamente impossível. As pessoas que têm clientes na construção civil sabem muito bem como é um alvará, toda a legislação ambiental, o zoneamento urbano. Uma vez que se consiga cumprir a função econômica e social e se consiga lucro já obedecendo toda a legislação brasileira intrincada como ela é...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Entendo, Dr^a Uinie, mas veja: o Código Civil fala função social. Existe uma regra dizendo que ele se aplicará supletivamente. Se não tratarmos especificamente da função social dos contratos, receito que a gente...

A SR^a UINIE CAMINHA – Eu estou concordando que tem que estar aí. Só estou pensando em adotar um modelo similar ao que a gente usou para a parte de direito societário. Concordo inteiramente que tenha que ter alguma especificação.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Essa que eu formulei, em que estamos trabalhando, você acha que pode servir de ponto de partida? Vou reler: “O contrato empresarial cumpre a função econômica e social quando, atendendo aos interesses das partes, não implica grave prejuízo ao interesse público.”

A SR^a UINIE CAMINHA – Tem agido no interesse das partes em toda a legislação aplicável.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Implica prejuízo a interesse público.

O SR. ARNOLDO WALD – Não ofende o interesse público.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Quem apresentou esse destaque?

O Dr. Lupion.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Sabe qual é a vantagem do debate? É que cada um pode trazer a sua experiência. A minha experiência é do dia a dia, da quantidade de ações que temos recebido de intervenção indevida do Ministério Público, porque eles vêm sempre bem intencionados, de um modo geral. Exceto aquele que briga com o prefeito, não sei o que, mas é bem intencionado. Só que eles desbordam, eles não conhecem a realidade do mundo empresarial.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Posso fazer uma proposta de encaminhamento?

Vamos votar por enquanto a supressão do 316. Depois votamos a mudança do parágrafo único e do *caput* do 315.

Em relação à supressão do 316, o Dr. Noronha vota pela supressão; eu voto contra.

Dr. Alfredo.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Pela supressão.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Pela supressão.

O Dr. Brina vota contra; o Marcelo mudou o voto dele para favorável à supressão; o Dr. Márcio é contra a supressão; o Dr. Newton de Lucca é contra; o Dr. Penalva...

O SR. PAULO DE MORAES PENALVA SANTOS – “Sim”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Vota pela supressão.

Tiago, sim.

Então nós temos 15 a 4, pela supressão. Ou seja, pela aprovação do destaque.

Antes de passar para o Destaque 13, votaríamos a nova redação do art. 315 que passaria a ser a seguinte: “*Caput*. O contrato empresarial deve cumprir sua função econômica e social.” E o parágrafo único: “O contrato empresarial cumpre a função econômica e social quando, atendendo aos interesses das partes, não implica prejuízo a interesse público.”

Quem for favorável a essa redação, levante o braço. (*Pausa*.)

Aprovado, por unanimidade.

Destaque nº 13. Sugere a supressão do art. 369. O art. 369 diz respeito ao contrato de mandato e o dispositivo em questão diz que não pode ser oposta a terceiro de boa-fé cláusula constante da procuração quando a situação aparente justificava a crença de que não existiria certa condição ou restrição de poderes. Na sua justificativa, fala-se na supressão desse dispositivo porque estamos tratando de relações entre empresários, e os empresários devem ter a cautela mínima de exigir da contraparte a indispensável habilitação para assunção de obrigações contratuais. Então, estaria incompatível o 369 com a figura do empresário que é senhor dos seus interesses e que, portanto, os administra com competência, no mínimo, presumida.

Nas antecipações de votos, todos foram favoráveis ao acolhimento do destaque, ou seja, à supressão do art. 369, com exceção do Dr. Tiago – apenas um voto contrário.

Alguém quer alterar os votos que foram antecipados?

O SR. TIAGO ASFOR ROCHA LIMA – Dr. Fábio, quero só fazer a observação de que aqui se está excluindo a teoria da aparência. Em muitas situações,

apesar de se saber que os empresários devem ter o discernimento necessário para verificar com quem estão contratando, na maior parte das situações não se requer o contrato social, os atos constitutivos das empresas antes de viabilizar qualquer contratação. E nem por isso não vejo como depois ficar prejudicado. E hoje boa parte da jurisprudência do STJ é nesse sentido, de preservar a teoria da aparência não só nessa questão dos contratos como também em situações de intimação, citação. Claro que não é entre empresários, mas se aplica de outra forma.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– O Código Civil, ao regular um mandato, e ainda na primeira parte quando ele trata da representação, na teoria geral, diz que a parte tem o dever ou pode exigir a apresentação da procuração.

Quando a restrição está na procuração, ou seja, quando a restrição ao mandato consta do instrumento, fica difícil a gente admitir que essa restrição possa ser desconsiderada. Porque é dever de quem trata com o mandatário, de quem trata com o procurador, exigir o instrumento. Nós estamos falando inclusive de relações empresariais.

Agora, permitir supor que tal restrição não existiria, quando todo mundo tem o direito de exigir a apresentação do instrumento de mandato, quer dizer, enfraquece o instituto do mandato. E expomos a risco às vezes o empresário de boa-fé que outorgou a procuração e está ciente de que os poderes serão exercidos. Tanto é assim que, quando há extrapolação dos poderes, a questão não é de nulidade; é de anulabilidade. E mais, com imputação do prejuízo ao procurador. Quer dizer, já existe uma série de ressalvas na legislação. Se a gente enfraquecer o instituto agora...

Nós aqui não estamos – e peço vênia ao Dr. Tiago – enfraquecendo o instituto da aparência. Nós estamos aqui apenas privilegiando um instrumento que é obrigatório. Não se faz, em se tratando de empresas, procuração por via verbal. Procuração é necessariamente escrita. E quem contrata empresa por meio de procurador, o mínimo que faz, em se tratando de empresa, é exigir o instrumento de mandato para conferência dos poderes. Não é só banco que tem que exigir; todos que lidam.

Parece-me que enfraqueceríamos com essa proposta a segurança jurídica nas contratações por procuração, porque fica tudo na teoria da aparência.

Professor Alfredo.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Eu gostaria de fazer uma ponderação.

Nós tínhamos uma regra antiga do Código Comercial que era o art. 75, que estabelecia que o preponente responde pelos atos do preposto quando pra-

ticados no estabelecimento. E só se vincula por atos que pratique externamente se houver mandato com poderes expressos.

Essa regra veio parar no art. 1.178 do Código Civil que estabelece o seguinte: “Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos, e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.” E o parágrafo único diz: “Quando tais atos forem praticados fora do estabelecimento, somente obrigarão o preponente nos limites dos poderes conferidos por escrito, cujo instrumento pode ser suprido por certidão ou cópia autenticada de seu teor.”

Quer dizer, há uma exigência, isso já é da tradição do direito comercial, de a pessoa sempre exibir os poderes. Isso é só dispensado quando é o preposto que está dentro do estabelecimento agindo ali, e ali estará com uma representação tácita integral do preponente.

Eu acho que esta regra veio a confirmar isso aqui. Porque tem de exibir o mandato e o outro não pode dizer que leu só a metade.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Alguém mais quer se pronunciar? Alterar o voto?

O Dr. Noronha vota “sim”.

Dr. Alfredo?

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Eu voto no sentido do que falei. O que está no instrumento de mandato vale. Sou pela manutenção.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Manutenção.

O Dr. Alfredo vota “não”.

Dr. Brina? Se votar “sim”, vota pela supressão do art. 369.

O SR. OSMAR BRINA CORRÊA LIMA – Voto “sim”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Dr. Penalva vota “sim”.

Foi aprovado o destaque, com 17 votos a 2.

Destaque 14. Diz respeito ao seguro marítimo. O destaque propõe a supressão da disciplina do seguro marítimo do Código Comercial.

O Dr. Lupion quer fazer a defesa do destaque?

O SR. RICARDO LUPION GARCIA – Colegas que atuam nessa área afirmam que já há uma regulação securitária, já há lei específica sobre esse assunto. Em linha com aquilo que nós aqui nesta Comissão defendemos e o Código não faria uma dupla regulação da matéria, a proposta é de que a matéria de seguros fique regulada fora do nosso projeto.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Alguém quer se manifestar?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Dr. Lupion, essa matéria de seguro ainda está... Tramita no Congresso um projeto de um código de seguro. Mas

atualmente já está regulado no Código Civil. O Código Civil não trata de seguro marítimo.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu vejo a questão da seguinte forma: os contratos que são cuidados no Código Comercial, em geral, são aqueles contratos passíveis de negociação. Então há liberdade de contratação, autonomia das partes.

O contrato de seguro, mesmo quando o segurado é uma empresa de grande porte, mesmo quando o objeto é um grande risco, ainda assim tem que ser um contrato de adesão, porque, senão, a seguradora não cumpre a sua função de socializar os riscos. Então, eu acho que fica um pouco deslocado do Código como um todo a disciplina desse contrato. Mas tenho uma certa dúvida, até estou votando pela manutenção porque o Código...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Mas, nos seguros grandes, de empresa para empresa, há uma certa margem de negociação. Tenho certeza disso. Fui membro do Conselho de Administração da Aliança do Brasil e, em seguros de danos, a gente tinha uma margem de negociação em termos de avaliação, negociação de preços; há, sim, uma certa margem de negociação.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Agora, tem o projeto de lei sobre seguros, que talvez ficasse melhor...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Tem um projeto de lei sobre seguros que tramita...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Há muita dúvida a respeito dessa questão.

Nos votos antecipados, nós temos 11 votos favoráveis à supressão...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, já está suprimido.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Já estaria.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Todo mundo mantém o voto? Então, está suprimido.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Deixem-me só colher os votos: Dr. Noronha, seria “não”.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – “Não”.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Dr. Alfredo.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – Também.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Dr. Brina? Dr. Penalva?

Então, 11 a 8. O destaque...

A SR^a UINIE CAMINHA – É que eu tinha falado para acompanhar...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, foram 8. Isso.

Agora, o Destaque nº 15, parece-me, consulto todos aqui, está já aprovado, por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Agora, em nossa pauta, nós temos a deliberação sobre a antecipação da consulta pública. Seria para quando?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Nós tínhamos, inicialmente, imaginado que o trabalho de definição do texto que seria submetido à consulta pública nós só conseguiríamos concluir no dia 30 de setembro. Felizmente, acho que graças ao empenho de todos os membros da Comissão, antecipamos isso e já temos agora o texto que segue para consulta pública. Vamos continuar trabalhando esse texto, porque está em consulta pública, mas, novamente, acho que os membros da Comissão podem e devem continuar apresentando destaques que votaríamos no dia 30 de setembro. No dia 30 de setembro, talvez, tenhamos já coisas interessantes da consulta pública para discutir e apreciar. Mas já temos o texto para consulta pública; portanto, poderíamos antecipar. O Dr. Flávio disse que, entregando o arquivo para ele hoje, isso é possível com pequenas mudanças que decorrem da aprovação desses destaques, ele colocaria no ar quarta-feira, dia 18 de setembro, uma consulta de um mês, que duraria de 18 de setembro a 18 de outubro. Teríamos, ainda, de 18 de outubro a 3 de novembro, um tempo de 15 dias para fecharmos o texto e apresentarmos, dentro do prazo, ao Presidente, Senador Renan Calheiros, esse anteprojeto.

Seria 3 de novembro o prazo de...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – A nossa próxima reunião será dia 30 de setembro. Nós temos que marcar a de outubro.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Temos aqui: as reuniões que estão marcadas... Onde estão? Está aqui somente contagem de prazos: 3 de novembro, que é um domingo. Então, 4 de novembro será o dia do nosso prazo para a conclusão dos trabalhos. Agora, as nossas reuniões...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Dias 1º e 2 serão feriados.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Agora, as nossas reuniões...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O que sugiro, em matéria de reunião, é que nós temos até 30 de novembro, mas não vamos esperar todas chegarem. Nós podemos já ir organizando para...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Vamos fazendo, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Porque o nosso tempo, depois...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Salvo engano, temos, nos dias 30 de setembro e 21 de outubro, reuniões marcadas. É isso? É isso. Agora, precisaremos marcar, talvez...

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Tinha aqui também anotado 4 de novembro.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Dia 4 de novembro. Pronto, olha ali. Está aqui...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Dia 30 de novembro, 21 de outubro e 4 de novembro. Qual é prazo?

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – É dia 4 de novembro.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – É dia 4 de novembro. Essa do dia 11 de novembro...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Esse prazo para entregar, dia 5 e dia 6, também não é uma coisa... A gente pode... (*Risos.*) Porque brasileiro pontual não é.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Não será conhecido, não há conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Acho que o prazo é pouco.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – De serção...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Podemos prorrogar por uma semana ou por quinze dias. Posso pedir a prorrogação. Aliás, eu acho que é necessário. Não vamos prorrogar mesmo, mas, se a gente pudesse...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Talvez pudessemos manter essa data do dia 11 de novembro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Foi feito um calendário antigo, contava com o recesso...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Sim, vamos pedir até o dia 11 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Não, vamos pedir até o dia 20, mas terminamos dia 11...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Se acontecer alguma coisa... Vou falar pessoalmente com o Renan. Precisamos só desse prazo para concluir. E fazer um Código Comercial num prazo pequeno é coisa inacreditável.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, dia 21/10, nós já estaremos com uma reunião posterior ao encerramento da consulta pública. Então, terminada a consulta pública, teríamos ainda três reuniões.

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – Relator, Dr. Fábio, teria sentido...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Termina dia 18 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Deixe-me dizer por que eu quero pedir um prazo também, por sugestão até do Márcio e do Prof. Fábio. Estamos pensando em fazer um evento para entrega do anteprojeto ao Presidente do Senado. Poderíamos

fazer aqui um seminário ou um congresso. Aí temos tanto o auditório aqui do Senado como o auditório do STJ. Nós faríamos um evento para entrega, abriríamos o evento com a entrega do anteprojeto e depois faríamos uma série de palestras sobre o Código Comercial, ouvindo alguns membros da Comissão, painéis com membros da Comissão e com terceiros...

A SR^a UINIE CAMINHA – Em qual data?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Por isso que estou pedindo ampliação. A gente poderia pedir ampliação até o dia 22 de novembro, que seria uma sexta-feira, e a gente termina isso até antes. A gente pode entregar antes do prazo ou marcar, com a agenda do Presidente, uma data até anterior e nós teríamos um prazo para fazer esse seminário. O seminário poderia ser feito, mantida a tradição nossa, numa segunda-feira – quem sabe? –, dia 18 de novembro.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu até, Sr. Presidente, sugeriria talvez, o Dr. Clóvis deu essa ideia, que acho muito pertinente, que tivéssemos uma comissão com o Dr. Clóvis e mais algumas pessoas, que traria para a Comissão uma proposta mais elaborada do que seria esse seminário, do local, de quem fala, de quantos painéis. O Dr. Marcelo também está na comissão; o Dr. Clóvis e o Dr. Marcelo. Mais alguém? Dr. Eduardo. Então, o Dr. Clóvis fica como coordenador dessa subcomissão integrada pelo Dr. Eduardo e Dr. Marcelo, que estão de acordo, para trazer para nós uma proposta mais consistente do que seria esse seminário do dia 18 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Nesse 18 de novembro, a gente faria um seminário, convocaria a mídia para dizer que estamos entregando ao Presidente do Senado o nosso anteprojeto, alguns artigos nós já publicaríamos, poderíamos fazer... Nós temos que redigir uma exposição de motivos.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Já estou minutando isso e oportunamente vou fazer circular.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– E temos que também providenciar uma nota para entregar à mídia, para que a mídia divulgue quais as propostas, inovações, tudo isso que será discutido no seminário. Aí, se precisar, temos os jornalistas do STJ, mas temos aqui também assessoria de imprensa do Senado, que poderia colaborar com a gente. Porque é um evento político também.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – A próxima será às 10 horas, não é? Quinta, às 10 horas.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – A data nós podemos estabelecer dia 18. E a Comissão ficaria encarregada, no dia 18, de informar a todos. Está o.k.?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Dia 18 de novembro? Nós precisamos de um prazo,

até para formular convite, mas já deixaríamos a data pré-agendada. A gente coloca, complementa agora com o evento, a gente manda outro atualizado.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Agora, é importante – o Dr. Márcio está levantando – dizer que a nossa reunião do dia 30 de setembro começa, então, às 10 horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Eu teria uma observação aqui. Fica mantida a data do dia 4 e a do dia 11 também.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Creio que sim.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, nós teremos 4, 11 e 18. Três semanas seguidas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – No dia 18, é o seminário.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – A última reunião de trabalho, parece-me, vai ser no dia 11 de novembro, quando a gente vota o texto do anteprojeto, e dia 18 é o seminário. Não sei, precisamos coordenar com a agenda do Presidente do Senado; talvez a gente tenha que entregar no gabinete dele e depois vir... O ideal seria que houvesse essa entrega na segunda de manhã e depois seguiríamos, mas, para isso, é preciso coordenar com o Presidente.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Presidente, eu tenho uma indagação. Em outra... Lá, em Curitiba, e eu creio que os senhores também devem ter um problema semelhante, algumas entidades, sabendo da nossa presença aqui na Comissão, têm solicitado algum tipo de seminário etc., e eu evitei. Acho que, antes de ter o texto, a gente não podia estar falando, nem nada. Agora, seria interessante, mas acho quase impossível, que nós pudéssemos fazer algum seminário em São Paulo, no Rio, aqui em Brasília, para o Conselho Federal, quem sabe, da OAB no dia da reunião do Conselho e em Curitiba, se possível, mas seria difícil o deslocamento de todos os membros, e há, em regra, uma norma no Senado de que teria de ser tudo aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Mas aí a gente poderia se valer de alguns patrocínios. A OAB pagaria passagem e alguns órgãos... O que eu queria propor... Tivemos um trabalho formal e se encerra agora com a entrega do projeto, mas o nosso trabalho acho que vai, na realidade, recomençar a partir daí, uma campanha pública, ou seja, uma campanha junto à comunidade jurídica de credibilidade da proposta, de explicação. Então, acho que temos de fazer muitos seminários. Isso eu poderia e até queria centralizar comigo, no STJ, porque tenho alguma facilidade, sou oriundo do sistema financeiro. Posso conseguir com a Febraban, posso conseguir com o Banco do Brasil, posso conseguir, por exemplo, acho,

com a Federação das Indústrias, que quer fazer um debate, assim como foi feito na Fecomércio, em São Paulo. Acho que as federações, todos se interessam por esse debate, até porque nós não vamos poder abandonar o trabalho, senão o projeto que vai tramitar no Senado ficará à deriva.

Temos agora que brigar pelos nossos ideais aqui da Comissão. Então, precisamos pregar, explicar, trabalhar com quem for Relator. A gente deve se aproximar para fazer o trabalho de explicação, de detalhamento. E eu gostaria de contar com esse trabalho, que já não será mais do Senado, mas, talvez, do instituto de Direito Comercial. Talvez a gente possa abraçar isso por lá.

Nós teríamos uma bandeira para sairmos pelo Brasil afora pregando a necessidade do Código, discriminando as inovações, a proposta. Acho que seria muito útil um seminário em Minas, com a coordenação do Prof. Brina; em São Paulo, da Uinie; do Tiago, no Ceará; na Bahia e no Rio Grande do Sul, de todos.

Vamos estar preparados para os ataques, mas não nos preocupar com os ataques. Vamos falar, vamos cantar a nossa proposta.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Posso contribuir? Realmente, não pode ser um evento desta Comissão de Juristas do Senado. O Senado realmente não comporta a realização desses, chamemos assim, seminários regionais. Mas nós, acho, por nossa iniciativa, por iniciativa das entidades ou acadêmicas ou profissionais ou empresariais, acho que seria extremamente salutar, poderíamos realizar, por exemplo, a maior quantidade possível de eventos pelo País. Então, que cada um, na sua terra, possa imaginar um evento, tudo centralizado com o Ministro Noronha. Para toda e qualquer iniciativa dessa natureza, conversaríamos com o Ministro Noronha, por ele ter o controle geral. Mas é uma iniciativa individual nossa, de pessoas físicas, vamos dizer assim. Acho extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Se eu não estou enganado, este ano temos – este ano ou ano que vem – a Jornada de Direito Comercial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Ano que vem. Então, já vou conversar com Arnaldo e já vamos colocar um dia da Jornada, uma parte da Jornada para o assunto ser o Código Comercial.

Não vamos colocar o Código Comercial lá em discussão na Jornada, mas vamos fazer um painel do Código Comercial na Jornada. Cheguei à conclusão de que a vaidade humana é algo ilimitado.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Falei disso para o Prof. Fábio: já tenho um aval lá da Fundação Getúlio Vargas para a realização de um evento com tudo que for necessário no Rio de Janeiro.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Eu gostaria de concluir dizendo o seguinte: fiquei pensando na melhor forma de realizar esses eventos, pensando na situação no Paraná. Lá, o Presidente da Associação Comercial me procurou; queria que eu fizesse uma exposição e eu disse que oportunamente e tal. Tive uma conversa com ele, que me disse: “Olha, se vocês quiserem, no final desse setembro – quem sabe outubro? –, eu posso reunir a Fecomércio, todas as entidades empresarias do Paraná para um e evento.” Eu aí precisaria...

Agora, seria bom se todos nós pudéssemos estar em todos. Eu, por exemplo, não sou advogado rico, então não posso ir a todos, porque eu iria à falência. E o que acontece? Creio que não sou só eu que estou nessa situação. Há certa dificuldade de estarmos em todos os eventos, mas, quem sabe em um ou outro podemos estar? O importante é que o Presidente e o Relator possam estar presentes. Aí nós deixaríamos (...)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– O Presidente é juiz. Se você não é advogado rico, o juiz é uma pessoa pobre.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Mas ele fica rico com a companhia que vai recebendo...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Eu proponho até que, nessa esteira, nós aqui possamos fazer um rodízio. Por exemplo, da parte empresarial, são três da Comissão. Rodemos entre os três. Da parte societária... A gente até aproveita os elementos da comissão para dizer: “Decidimos isso e tal coisa devido a tal debate.” E vamos colocando.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Se pudermos concentrar as informações com o Presidente, ele montaria a agenda.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Sem dúvida.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Porque aí, até quem puder...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Tenho lá o Conselho da Justiça Federal para utilizar; eu tenho as escolas de magistratura da Justiça Federal; vou tentar o Copedem em algum evento que a gente possa fazer, dando destaque ao Código Comercial, à nova proposta do Código Comercial. Quer dizer, temos uma série de eventos de que já participamos ou organizamos que abrem espaço para a Comissão. E aí eu gostaria que fosse a Comissão, os membros da Comissão, não só para prestigiar, mas porque são detentores da informação completa.

A SR^a UINIE CAMINHA – Bom, eu me disponho a tentar organizar um no Nordeste, e mando o formato. Eu estava falando com o Tiago e ele falou que as pes-

soas não queriam ir para o Nordeste – imagine! Pode ser em Recife ou em Fortaleza. Pelo menos em um local no Nordeste eu acho importante haver, porque as próprias entidades...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Ao Nordeste eu vou primeiro, numa sexta-feira, para ficar nas praias de Fortaleza sábado e domingo.

A SR^a UINIE CAMINHA – Não se preocupe que a gente não vai marcar para meio de semana.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Eu vou ter uma limitação. O dia ideal para a gente fazer esses eventos é sexta-feira, porque nós temos o sábado para ficar. Eu, por exemplo, teria o eleitoral a partir de agora. Então, fico até quinta à noite, e posso viajar sexta pela manhã. Então, sexta-feira nós já tendemos nos organizar para viagens, para fazer um trabalho mais leve, é o dia que nós teremos maior disponibilidade.

O SR. FELIPE LÜCKMANN FABRO – Presidente, talvez até – sugerindo ao encontro dessas idéias – tentássemos organizar, durante esse prazo da consulta pública e a nomeação mesmo “audiências públicas”, dividindo os membros desta Comissão, para que tenha esse propósito de nós captarmos sugestões da sociedade civil para o projeto. Então, é muito boa a iniciativa do portal e-Democracia, mas talvez as pessoas ainda não estejam habituadas com essa tecnologia, talvez as pessoas não consigam despertar para isso, para ampliar esse debate necessário e democrático. Que a gente chame as instituições profissionais. A gente tem de dar esse cunho de audiência pública, em que os membros da comissão de juristas vão até o encontro para debater, mas também para receber as sugestões, a fim de que as entidades empresariais, classistas, associações profissionais possam se organizar, para que nos tragam sugestões dos temas que gostariam de ver debatidos.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Vou até divulgar no *site* do STJ esse prazo para sugestão.

O SR. FÁBIO UCHOA COELHO – Pegando uma carona na sugestão do Dr. Felipe, eu acho que esse instrumento da internet com consulta pública é importantíssimo. Mas acho que existe também uma iniciativa que a gente poderia complementar, que seria um ofício do Presidente da Comissão para determinados juristas, especificamente falando para eles, convidando-os a participar, mandando diretamente para o seu *e-mail* as contribuições que tivessem. A gente sabe como são os juristas. Às vezes, eles não operam muito bem um instrumento na internet. Se estiverem todos de acordo, eu gero um *e-mail* esta semana com os nomes que me ocorrerem, e todo mundo vai contribuindo, acres-

centando outros nomes, especialmente aqueles que têm colocado alguma reticência quanto à oportunidade do que está sendo pensado aqui. Eles devem ser especialmente convidados para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Nós temos a relação dos juristas no STJ.

O SR. FÁBIO UCHOA COELHO – Poderia partir daquela relação, com toda certeza, de quase quarenta, enfim. É uma medida interessante. Também aí se disponibilizaria talvez um *e-mail*, o do Presidente ou o meu – também está à disposição –, para o encaminhamento de sugestões diretamente de juristas para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Vou já tomar a liberdade de sugerir que seja o meu para evitar os ciúmes. Já estou notando muito ciúme. Então, manda para alguém que está neutro e a gente reencaminha. Temos que tomar agora atitudes políticas nesses contornos dos ciúmes, para que todos possam efetivamente contribuir. Nosso propósito é receber o máximo de contribuições, examiná-las com carinho, com atenção, sem preconceito, e aprimorar o projeto.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Sr. Presidente, eu gostaria de saber do Relator, o Prof. Fábio, o seguinte: ainda esta semana, o *site* do Senado já terá o projeto disponível

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Quarta-feira, dia 18.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– E nós podemos divulgar isso? Porque eu acho interessante, quem sabe até numa entrevista ou qualquer coisa, dizer: olha, já saiu o anteprojeto, está para consulta no *site* tal; e dar os indicativos, para que aí o pessoal já comece a tomar conhecimento disso. Porque a pergunta que se faz é: qual é o texto? Qual é o texto? E, assim, já estará lá.

O SR. OSMAR BRINA CORRÊA LIMA – A gente vai conseguir o *link* do *site* quando?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – O Dr. Flávio disse que, colocando no ar quarta-feira, mandaria o *link* para todos nós. Então, acho que assim que houver o *link*, que o Dr. Flávio o fizer, já socializa para todo mundo.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Sr. Presidente, a partir de agora as subcomissões continuam com algum tipo de trabalho? Qual vai ser o desenvolvimento dos trabalhos?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Agora viemos para o plenário. Então agora todos vão trabalhar, especialmente as subcomissões. Vocês vão analisar e só podemos fazer isso pelas subcomissões. As sugestões que vierem serão analisadas agora pelas subcomissões.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – E sugestões que surjam ainda nas subcomissões?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Também a comissão poderá... Não trabalhamos com um sistema de preclusão.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Nada impede que as subcomissões continuem a se reunir...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Nada. Amanhã, pode aqui a Unie voltar atrás e pensar: melhor ter todos os tipos societários. Volta a discussão. É isso que quero dizer. Vamos refletir todo dia. Não podemos ter vergonha de mudar de opinião porque não podemos ter vergonha de aprimorar nossos pensamentos, não é verdade?

Então, tenho certeza de que estamos abertos para todos os debates nesse período. Se adotarmos um sistema de preclusão, vamos perder oportunidades de aprimorar um projeto deveras importante ao País.

Antes de encerrar, eu gostaria de fazer um pronunciamento manifestando a minha perplexidade. Estou muito perplexo com a competência da Comissão. Eu jamais imaginaria que hoje chegaríamos, nesta data, ao ponto em que chegamos. Como avançamos rápido! E como tem sido bom o debate na Comissão! Do mais alto nível, as pessoas divergindo, sabendo que a divergência é de ideias e não de pessoas.

Espero esse mesmo empenho para partirmos para a segunda fase, que é a fase de aprimoramento, de acolhimento de sugestões nas audiências públicas ou na consulta pública para chegarmos a um texto final.

Eu estava muito preocupado com o prazo, mas agora eu tenho muita convicção, muita convicção mesmo, uma grande convicção de que vamos concluir a tempo e a hora, com um projeto do mais alto nível.

Eu queria agradecer cada um dos senhores, cada um dos membros da Comissão, e dizer que estou muito feliz, muito positivamente impressionado com o desempenho de todos vocês. Muito obrigado pela dedicação, pelo trabalho desempenhado até aqui.

Vencemos a primeira parte do desafio. Temos mais duas partes pela frente. Tenho certeza de que venceremos as outras também.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia 30 de setembro, às 10 horas, nesta mesma sala.

Obrigado a todos.

Declaro encerrados os nossos trabalhos.

(Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 7 minutos.)

Ministro **João Otávio Noronha**, Presidente.

Comissão Especial Externa criada com a finalidade Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

ATA DA 7ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião, realizada em 26 de agosto de 2013, às nove horas e quarenta minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, que ocorreu sob a Presidência do **Ministro Luís Felipe Salomão** e com a presença dos Senhores Juristas: **Adriana Braghetta, Silvia Rodrigues Pereira Pachikowski, André Chateaubriand Pereira Diniz Martins e Roberta Maria Rangel**. Deixaram de comparecer, justificadamente, **Caio Cesar Rocha, José Rogério Cruz e Tucci, Marcelo Rossi Nobre, Carlos Alberto Carmona, Pedro Paulo Guerra Medeiros, Francisco Maia Neto, José Roberto de Castro Neves, Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira, Walton Alencar Rodrigues, Francisco Antunes Maciel Müssnich, José Antônio Fichtner, Tatiana Lacerda Prazeres, Marco Maciel, Eduardo Arruda Alvim, Eleonora Coelho, Tatiana Lacerda Prazeres, Adacir Reis e Ellen Gracie Northfleet**. Na condição de convidados expositores foram ouvidos os senhores **Marco Antonio Sampaio Moreira Leite**, Presidente do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA, **Francisco José Cahali**, Conselheiro e Árbitro do Conselho Arbitral do Estado de São Paulo – CAESP, **Leonardo Delmondes Avelino**, Presidente da 2ª Corte de Conciliação e Arbitragem de Goiânia, **Marlon Tramontina Cruz Urtozini**, Advogado do Bradesco e Coordenador da Subcomissão de Conciliação da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN, e **Luiz Olavo Baptista**, Árbitro da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP e representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. Após a abertura da Reunião, o Presidente passou a palavra para os expositores. Após as exposições, os membros da Comissão fizeram apontamentos e comentário. Logo após, a reunião foi encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Luís Felipe Salomão) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão destinada à elaboração de Anteprojeto de Lei de Arbitragem e de Mediação, criada pelo Requerimento nº 702, de 2012, e aditada pelo Requerimento nº 854, de 2012, ambos de autoria do Senador Renan Calheiros.

Cumprimento os colegas da Comissão que estão aqui, o André, a Adriana, a Sílvia. Alguns outros colegas ficaram de vir ao longo da semana. De qualquer modo, os nossos trabalhos de hoje estão gravados para a TV Justiça e para a nossa própria visualização, da Comissão. No momento, O Guilherme e o Leandro

estão confirmando se está havendo transmissão direta pela Internet.

Esta semana é dedicada, conforme combinamos, à oitiva de especialistas e de entidades a respeito do tema que estamos deliberando. Algumas pessoas comparecem representando, para nossa satisfação, entidades que acompanham o nosso trabalho.

O Ministro Cláudio Santos nos honra com sua presença também, representando uma entidade recentíssima, como ele me dizia. Está presente a Câmara de Mediação e Arbitragem Comercial do Paraná, a Arbitac, Dr^a Denise. Também temos a Comissão de Mediação e Arbitragem Comercial da OAB Paraná. Isso, dupla representação. Temos pessoas lá atrás – quem preferir venha para frente para acompanhar nossos trabalhos. Mais alguém representando alguma entidade?

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Conselho Federal de Administração, Dr. Valter Lemos. Ana Cláudia Pastor, do Caesp. Pode falar, por favor.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Quem mais?

O SR. LEONARDO AVELINO – Corte de Conciliação e Arbitragem de Goiânia. Segunda Corte.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Seu nome, por favor,

O SR. LEONARDO AVELINO – Leonardo Avelino.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É um expositor nosso, não?

O SR. LEONARDO AVELINO – Sim.

O SR. MARLON TRAMONTINA CRUZ – Subcomissão de Conciliação da Febraban. Marlon.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mais alguém?

Bem, vou convidar para compor a mesa os expositores que estão presentes.

Acuso a chegada da Dr^a Roberta Rangel, que integra nossa Comissão.

Convido o Dr. Marco Antonio Moreira Leite, Presidente do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem. Peço que venha à mesa, por favor. Sente-se, por favor.

O Dr. Cássio Neto está presente? *(Pausa.)*

Peço que venha também à mesa o Dr. Leonardo Avelino, por gentileza. *(Pausa.)*

Peço que também venha à mesa o Dr. Marlon. Ele é advogado do Bradesco, coordenador da Subcomissão de Conciliação da Febraban.

O Dr. Luís Olavo também me disse que se atrasaria um pouco, mas está chegando.

A dinâmica dos nossos trabalhos jê a seguinte: cada um dos expositores, nessa ordem, fala de 15 a 20 minutos. Depois, nós, da Comissão, faremos as perguntas pertinentes. Está bem assim a ordem dos trabalhos?

Vamos, então, sem mais delongas, começar. Acho que todos os expositores dispensam apresentações porque são muito enfronhados no tema de que vamos tratar. De modo que dispenso essa parte e já sigo para os debates.

Passo a palavra, em primeiro lugar, ao Presidente do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem, Dr. Marco Antonio Sampaio Moreira Leite.

O SR. MARCO ANTONIO SAMPAIO MOREIRA LEITE – Muito obrigado, Ex^{mo} Sr. Ministro. Senhoras e senhores presentes, membros da Comissão, em primeiro lugar, agradeço o honroso convite de V. Ex^a para, na qualidade de Presidente do CBMA, trazer aqui algumas reflexões que possam contribuir para o trabalho de V. Ex^{as}.

Talvez frustrando um pouco os presentes e como o tempo é curto, eu gostaria de iniciar a minha exposição pelas conclusões.

Sugestões com relação à Lei de Arbitragem e sugestões com relação à Lei de Mediação. Devo esclarecer que não sou advogado, não sou jurista, não sou árbitro. Então, vou falar em outra condição, que mais adiante vou esclarecer.

Eu gostaria de dizer que, na minha convivência no mercado de arbitragem, entendo que há na Lei nº 9307, de 1996, diversos pontos a serem aperfeiçoados. Peço licença ainda para não abordá-los. Diretores do CBMA que ocupam cargo na Comissão de Arbitragem da OAB-Rio de Janeiro vão certamente apresentá-los e terão melhor embasamento técnico do que eu.

Prefiro manifestar minhas observações sob o ângulo do interesse do desenvolvimento do mercado de arbitragem no Brasil. Penso que não se deve, neste momento, mexer na lei. Podemos viver um bom tempo ainda com os aperfeiçoamentos introduzidos pela apreciação do Poder Judiciário. Não vejo movimentação entre os agentes do mercado relativamente à insatisfação com a lei.

Com relação à Lei de Mediação, também peço licença para não entrar em detalhes específicos, porque a nossa vice-presidente de mediação virá também esta semana à Comissão, trazendo sugestões através de outra organização, sugestões que são endossadas pelo CBMA. Penso, porém, de forma diferente do que penso sobre a Lei de Arbitragem. Reconheço a necessidade de um marco legal para ajudar a mudar uma cultura no Brasil, substituindo a cultura do litígio pela cultura do diálogo. E esse é um trabalho de alguns anos.

Sugiro, contudo, que as fundações dessa legislação nova sejam fincadas no setor privado da economia, o que significa dizer criar, deixar crescer e desenvolver o mercado privado de mediação.

Eu gostaria de fazer uma ligeira apresentação do CBMA, para que talvez os senhores entendam o esforço e o trabalho que estamos fazendo lá no sentido de encontrar um espaço no mercado de arbitragem e mediação, e ajudar a desenvolver esses mercados.

O CBMA é uma associação civil com personalidade jurídica própria, com sede no Rio de Janeiro, sem fins lucrativos, que tem como objetivo atuar na administração de arbitragem e outros meios de resolver conflitos de interesses ou divergências fora do Judiciário bem como exercer atividades de divulgação, estudos, pesquisas, além de treinamento, preparação, formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado no campo.

O CBMA foi fundado em 2002 por três entidades de classes empresariais: a Associação Comercial do Rio de Janeiro, a Fenaseg, que é a Federação das Empresas de Seguros Privados, e a Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) sob a liderança de uma figura que eu tenho certeza de que o nosso Ministro deve conhecer bem, o Desembargador Cláudio Vianna de Lima, assessorado por ilustres advogados e arbitralistas, dentre os quais destaco o Prof. Pedro Batista Martins, José Maria Rossani Garcez.

A pedido do então Presidente da Associação Comercial, Arthur Sendas, e na qualidade de Vice-Presidente da casa, na ocasião, fui designado para também assessorar o Desembargador Cláudio nesse seu desafio, colocando todas as facilidades da Casa de Mauá à disposição dele. Com o falecimento do Desembargador antes da fundação do CBMA, assumiu como seu primeiro Presidente o ilustre Prof. Teófilo de Azeredo Santos, que permaneceu na presidência até abril do ano passado. Em abril de 2012, o Prof. Teófilo foi conduzido ao cargo de Presidente de Honra, fazendo companhia, nesse cargo, a outra ilustre personalidade, o Senador Marco Maciel.

Fui escolhido para ser o novo Presidente do CBMA com a incumbência de imprimir um novo impulso à organização. Sou grato ao Prof. Teófilo pelo CBMA que ele nos legou, com excelente conceito de profissionalismo e idoneidade junto ao mercado.

Fica a pergunta: por que eu, que não era advogado, árbitro nem jurista? Porque o então Presidente da Fenaseg, que, creio, todos os senhores conhecem, Jorge Hilário Gouvêa Vieira, defendeu a tese de que o CBDMA, nessa nova fase, deveria ser dirigido por um empresário. Contribuiu também o fato de eu ser benemérito da associação comercial, membro do seu

conselho superior e de ter sido, tempo atrás, diretor na Fenaseg.

Acredito que pesou também na indicação o fato de eu ter participado, junto com Jorge Hilário, da equipe que criou a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a agência reguladora do mercado de capitais. Essa equipe foi liderada por Roberto Teixeira da Costa, por coincidência, hoje também presidente de uma câmara de arbitragem, a Câmara da BMF Bovespa, que estará amanhã aqui com os senhores.

Jorge Hilário e eu também fomos companheiros quando ele então Presidente do IRB na criação do Codisee (Comitê de Divulgação do Seguro), uma entidade criada para pensar um verdadeiro *finctante* para o desenvolvimento do mercado de seguros brasileiros. Acho que essa experiência como a regulação do mercado e o desenvolvimento, porque a regulação compreende também a proteção ao mercado, e o trabalho para desenvolver o mercado de seguros no Brasil ajudou bastante nessa indicação.

Portanto, é nessa qualidade de empresário, diretor de entidades de classe de empresários, homem de *marketing* com experiência em regulação e desenvolvimento de mercados, negociador e mediador de conflitos empresariais, consultor de gestão e conselheiro de empresa que eu gostaria de conversar hoje com os senhores.

O que fizemos até agora no CBDMA passado um ano da minha assunção à presidência? Constituímos uma bela equipe de vice-presidentes e diretores, todos do mercado; reestruturamos a Secretaria-Geral; obtivemos recursos financeiros adicionais dos fundadores para investir em novas instalações e equipamentos em atividade de *marketing* – esta é uma coisa muito importante: conseguir recursos para investir nesse mercado; modernizamos nosso *site*; reformulamos o regulamento de arbitragem e o de mediação com o cuidado de que, antes de sua entrada em vigor, fossem colocados em audiência pública, o que efetivamente ocorreu e eles entraram em vigor em 1º de fevereiro deste ano; revimos nossa tabela de custas e a tabela de honorário de árbitros e mediadores que estava sem mexida desde 2002, desde a fundação da entidade; revimos e ampliamos nosso quadro de árbitros; estamos no momento enviando convites para aqueles integrantes do quadro antigo que gostaríamos que permanecessem, e convidando novos membros. Ficaremos com uma ampla lista de árbitros.

Criamos o quadro de negociadores e mediadores e estamos convidando os escolhidos; e iniciamos um intenso programa de visitas a escritórios de advocacia e empresas para vender os nossos serviços.

Gostaríamos de fazer um breve comentário sobre o quadro de árbitros. Consta do assunto o seguinte no nosso regulamento: as partes poderão nomear árbitros dentre aqueles membros ou não do corpo de árbitros do Centro etc. Outro artigo: quando couber ao Centro a nomeação de árbitros, o Centro terá ampla liberdade na escolha da pessoa que entender adequada, podendo recair sobre aqueles constantes no seu corpo de árbitros.

Faço essas observações, porque tomei conhecimento de algumas discussões nesta Comissão. Gostaria de dizer que entendo como fundamental e que fossem preservados por esta douta Comissão o direito e a liberdade de as Câmaras se organizarem como bem entenderem, para disputar competitivamente o mercado.

Temos uma convicção sedimentada nesses muitos anos de trabalho com mercados. Não existe nada melhor para os interesses do consumidor de um determinado mercado do que a competição do lado da oferta.

Não gostamos de cartórios, monopólios e cartéis; gostamos da competição. Quanto mais cerceado é o mercado, mais os empresários vão buscar saídas, através dos cartórios, dos monopólios e cartéis.

Penso que não mexer na Lei de Arbitragem neste momento porque me preocupa não o trabalho desta douta Comissão. Tenho certeza de que vai sair daqui um trabalho excelente. O que me preocupa é quando o trabalho aqui produzido for debatido no Congresso Nacional.

Por que essa preocupação? Eu li, para os que estiverem interessados, cadernos de direito, Fundação Getúlio Vargas, Seminário nº 34, de março de 2010, onde o Professor Pedro Baptista Martins discorreu sobre o trabalho que foi conseguir a nossa Lei, de 1996.

Segundo ele, Petrônio Muniz – que não sei quem é – diz que é uma lei de cidadania. Ela não é uma simples lei; ela muda a cultura e abre uma porta de acesso à Justiça. O Pedro destaca todo o trabalho que as pessoas envolvidas com a lei tiveram e diz: “Foi uma briga muito grande”. O Senador Marco Maciel virou Vice-Presidente e, como tal, ajudou muito no trâmite dessa lei no Congresso Nacional.

Na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, ela demorou três meses para ser aprovada e passar por todas as Comissões. Ela demorou mais na Câmara dos Deputados, pelo fato de termos uma CPI – a dos Anões do Orçamento – e por aí vai.

No último minuto, para ser aprovada, um Deputado do Partido “X” – que não vou dizer; os senhores leiam, por favor, se tiverem interesse – e outro Deputado do Partido “Y” propuseram 12 emendas na Lei de Arbitragem. Elas não eram necessárias, mas várias delas conseguiam, por incrível que pareça, retroceder a ar-

bitragens de anos anteriores ao que se encontrava o projeto original encaminhado ao Congresso Nacional.

O nosso trabalho de vender o serviço da Câmara não é fácil. Dou-me conta disso hoje. Existem câmeras já estabelecidas no mercado, mas não é a competição com elas que nos assusta, nem vejo problema nisso. Tenho até muito bom relacionamento. Tenho participado de reuniões – com a CAM/CCBC, com a Fiesp/Siesp, com a Fundação Getúlio Vargas, com a Camarb – e têm sido realmente verdadeiras aulas para mim. São instituições que primam pela integridade, pela idoneidade, pela proteção ao mercado. Temos, isso sim, de mudar a cultura de parte dos advogados e das empresas, no sentido de abandonar o caminho do litígio e seguir o caminho do diálogo.

Vejo o mercado de arbitragem e o de mediação como um mercado. Quem necessita desses serviços são as empresas e as pessoas envolvidas em negócios. No nosso caso, somos especializados em arbitragem e mediação empresarial. Vemos os escritórios de advocacia, árbitros e as outras câmeras, e temos de competir e buscar recursos para cobrir as nossas despesas.

O que percebo é que a geração de receita é lenta. Hoje, vemos a CAM/CCBC vitoriosa; vemos uma Siesp/Fiesp vitoriosa; a Camarb; a Fundação Getúlio Vargas e outras, porque, há anos, elas vêm batendo e trilhando nesse mercado, e nós vamos buscar nosso lugar nele.

O risco do investidor é muito grande, e ele é aumentado se mexermos na regra do jogo quando este mal começou.

Peço desculpas por ter estourado o tempo.
Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Muito obrigado, Dr. Marco Antônio Moreira Leite.

Quero dizer que essa contribuição que os senhores trazem – todos os senhores que vão participar dessas audiências públicas – são valiosíssimas para nós da Comissão. Elas são bastante interessantes neste exato momento do nosso trabalho.

Aproveito, neste momento, para agradecer a sua participação e também estender esse agradecimento a todos que hoje nos honram com a presença.

Confirmei com o pessoal da Secretaria. As nossas audiências são transmitidas diretamente pela TV Senado na Internet e, em alguns dias dessa semana, também diretamente pela própria TV, sem prejuízo de estarmos gravando todo esse trabalho para exame futuro nosso e também subsidiando o trabalho dos Parlamentares.

Está conosco o Sr. Fábio, nosso consultor atuando na Comissão, a qual todos integramos, e eu já,

em sequência, que o Dr. Desembargador Cahali vai substituir o representante da Caesp e está a caminho. Ainda não chegou, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ah, é o filho! Olha! É que eu sou um pouco mais velho! Bem, então seguimos.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Cássio Telles Ferreira Neto, que é o Presidente da Caesp.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – O Dr. Francisco Cahali substitui o Cássio, e é ele que está atrasado. Então, acho que podemos ir pela Febraban ou pela Corte de...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pronto. Agora, o Dr. Leonardo Avelino, pela 2ª Corte de Conciliação e Arbitragem de Goiânia.

O SR. LEONARDO AVELINO – Muito bom dia a todos. Gostaria inicialmente de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Exmº Sr. Ministro Luis Felipe Salomão, em nome do qual cumprimento os demais componentes da Mesa, a todos os presentes. Gostaria também de deixar os meus agradecimentos ao Dr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, que também é membro desta Comissão de Juristas, que trabalha na Reforma na Lei de Arbitragem e também é Conselheiro Federal representando o Estado de Goiás, e nos convidou a comparecer a esta audiência pública.

Gostaria, inicialmente, de solicitar que fosse passado um vídeo institucional que fala um pouco a respeito da história da 2ª Corte de Conciliação e Arbitragem.

(Apresentação de vídeo.)

O SR. LEONARDO AVELINO – Bem, a iniciativa de participarmos dessa audiência pública surgiu de uma visita do Dr. Pedro Paulo à 2ª Corte de Conciliação e Arbitragem.

Na ocasião, ele conversou conosco a respeito do andamento dos trabalhos desta Comissão e tratamos um pouco da realidade da nossa 2ª Corte de Conciliação e Arbitragem de Goiânia.

Deixamos claro, desde o princípio, que sempre que recebemos alguns expositores na cidade de Goiânia para tratar da Lei de Arbitragem – Drª Selma Lemes esteve em diversas ocasiões para tratarmos do assunto –, percebemos que a arbitragem desenvolvida em Goiânia difere, de forma substancial, de arbitragens que ocorrem no restante do País, em função da simplicidade e da menor complexidade das causas que tramitam na 2ª Corte de Conciliação.

Nós observamos em algumas ocasiões e já vimos diversos juristas e estudiosos do Direito dizerem que não seria viável tratar de arbitragens com valores inferiores a R\$800 mil a R\$1 milhão. E isso realmente

nos assusta, e às vezes a gente até se pergunta: “É arbitragem mesmo que nós estamos seguindo aqui em Goiânia? Porque lá, realmente, a gente utiliza para causas de baixa complexidade.

Já tivemos, como visto no vídeo, causas de R\$500 até causas de R\$20 milhões. E a 2ª Corte de Conciliação e Arbitragem surgiu com o intuito de tratar de questões mais voltadas à área imobiliária – área de condomínios e imobiliárias.

No caso de condomínios, apenas para dar um exemplo, os próprios condôminos inserem a cláusula compromissória nas suas convenções, e aí são os próprios condôminos, por sua iniciativa, que aprovam por dois terços. Então, isso têm sido utilizado em Goiânia, e este é um dado que eu gostaria de trazer à Comissão: em Goiânia, cerca de 90% dos condomínios inserem, em suas convenções condominiais, a cláusula compromissória. Então, todos os conflitos oriundos da relação condominial são tratados na 2ª Corte de Conciliação e Arbitragem, assim como existem outras cortes especializadas em outras matérias.

Então, a gente gostaria de trazer essa experiência da 2ª Corte de Goiânia. Os próprios números... Quando a gente trata com pessoas que entendem do assunto, elas se assustam quando a gente se refere a números de arbitragens. E lá nós temos a cláusula escalonada, que primeiro prevê a conciliação. Apenas não havendo conciliação é que o árbitro profere o laudo arbitral, a sentença arbitral. Então, os números refletem isso. Em média, são cerca de 5 mil arbitragens por ano. Ainda que nós desconsideremos as conciliações, os acordos homologados, os acordos celebrados, são cerca de 900 sentenças – e aí estou falando de laudos e sentenças arbitrais – por ano, o que dá, em média, 80 por mês.

É isso que nós gostaríamos de dizer, porque exatamente o intuito nosso é o de demonstrar que a arbitragem de massa funciona. Ela funciona, ela é receptiva tanto do ponto de vista da sociedade, quanto do ponto de vista da legitimidade, já que o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás tem confirmado, de modo sistemático, essas decisões. Nós fizemos um levantamento, que foi um levantamento parcial, mas a gente acredita que o número de sentenças arbitrais que tenham sido anuladas não chegam a 2%, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás; e aí por questões de procedimento e, obviamente, não pelo mérito, já que é vedado ao Poder Judiciário fazer essa revisão.

Então, é isso. Essa era a contribuição que a gente queria trazer, era essa a experiência que eu gostaria inicialmente de tratar, antes de falar um pouco mais sobre as nossas sugestões de alteração da Lei de Arbitragem. A gente entende que nós devemos combater, sim, sem dúvida, aquelas câmaras que vendem

carteiras de árbitro, enfim, essas entidades que, na verdade, querem ganhar dinheiro, fazendo cursos, entregando carteirinhas e prometendo arbitragens a terceiros. Mas realmente nós gostaríamos de deixar aqui a nossa experiência e dizer que a arbitragem pode, sim, ser de massa.

No que se refere às alterações, nós trouxemos algumas singelas contribuições a esta Comissão. A primeira sugestão se refere ao art. 3º da Lei de Arbitragem. Essas sugestões nós trouxemos levando em consideração as dificuldades que enfrentamos no dia a dia, seja com relação à notificação da outra parte para dar início à arbitragem, seja com relação às dificuldades com que deparamos perante o Poder Judiciário.

Inicialmente, com relação ao art. 3º, a nossa sugestão é para que conste na lei... Hoje, o texto original diz que “as partes interessadas podem submeter a solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral”. Em função deste “e o compromisso arbitral”, alguns juízes têm entendido que há necessidade não só da cláusula compromissória, como também do compromisso arbitral. Portanto, se houvesse só a cláusula compromissória e a parte não assinasse o compromisso arbitral, ele entenderia que a arbitragem não poderia ser eleita, que a câmara não poderia julgar, e nós tivemos, inclusive, decisões judiciais nesse sentido. Então, a nossa sugestão é apenas que se altere de “e” para “ou”. Seria “assim entendida a cláusula compromissória ou o compromisso arbitral”, bastando apenas um para que a arbitragem possa ser instituída.

Com relação ao art. 4º da Lei de Arbitragem, fica aqui a nossa sugestão. Eu acredito que a Comissão já deve estar tratando do tema que tenho certeza de que não deve ser unanimidade dentro da própria Comissão. Refiro-me à questão da relação de consumo. Alguns juízes entendem que não é possível a arbitragem analisar questões que envolvam relação de consumo. Então, sugerimos – inclusive essas sugestões foram entregues também à Comissão – o seguinte texto ao §2º: “Nos contratos de adesão – aí vem a nossa sugestão –, ‘inclusive nos contratos que envolvam relação de consumo’, a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem ou concordar, expressamente, com a sua instituição”. Então, no nosso posicionamento, não existe compatibilidade entre a Lei de Arbitragem e o Código de Defesa do Consumidor. Na verdade, um completaria o outro, mas apenas para pôr fim a qualquer discussão acerca do tema, nós sugerimos acrescentar “inclusive nos contratos que envolvam relação de consumo”.

Além disso, no art. 22, outra sugestão nossa também, considerando as dificuldades enfrentadas no curso da arbitragem, especialmente na fase em que vão ser ouvidas as testemunhas essenciais para o julgamento da arbitragem, bem como a falta de um procedimento no Judiciário para conduzir essas testemunhas, é a criação de um procedimento que facilitasse a condução das testemunhas, porque hoje nós temos dificuldade de trazer aquelas pessoas que não compareçam espontaneamente.

Então, é preciso criar um procedimento mais claro, inclusive para o Poder Judiciário, nas questões que envolvam medidas coercitivas ou cautelares. Esse é outro ponto também de dificuldade. No início, achava-se que era o árbitro que deveria encaminhar um ofício ao Poder Judiciário, e isso foi feito. Só que esse ofício ficava parado lá no Tribunal de Justiça, e nós não conseguíamos essa medida coercitiva. Alguns juízes entendem que não é possível propor a medida cautelar. Então, gostaríamos de que isso ficasse um pouco mais claro na Lei de Arbitragem.

Outra sugestão nossa é acrescentar ao art. 27 a questão dos honorários de sucumbência, já que muitos advogados até se recusam a ir à arbitragem com receio de perder rendimentos – sabemos que isso não ocorre. E até mesmo para incentivar a utilização da arbitragem, sugerimos que fosse acrescentado ao art. 27: “A sentença arbitral decidirá sobre a responsabilidade das partes acerca das custas, despesas com a arbitragem – e aí nós acrescentamos – ‘e honorários de sucumbência’”.

Com relação ao art. 31, a nossa sugestão é apenas para que se acrescente à parte final deste artigo – no final do art. 31, está escrito “constitui título executivo” – a palavra “judicial”.

E sugerimos também – este é outro ponto de muita importância – que seja esclarecido na Lei de Arbitragem quais são os documentos necessários para requerer o cumprimento de sentença. Alguns juízes do Poder Judiciário goiano têm exigido, no despacho inicial, que seja juntada aos autos da arbitragem a documentação integral referente à arbitragem. Nós entendemos que isso é desnecessário e sugerimos que esta Comissão também analise qual é o documento necessário para requerer o cumprimento da sentença do árbitro junto ao Poder Judiciário.

Outro ponto é com relação ao arquivo. No que se refere às instituições arbitrais, quanto tempo essa documentação deverá permanecer arquivada? Esse também é um ponto de conflito porque já aconteceu na Corte, depois de dez anos da tramitação da arbitragem, a solicitação de documentos referentes à de-

cisão arbitral. Então, fica aqui a nossa sugestão para que esse tema seja analisado.

Por fim, a questão da notificação quando a parte não comparece espontaneamente ou quando a parte interessada não consegue notificar. É possível ou não a notificação por edital? Esse é um ponto também... A gente costuma falar que, quando a parte não consegue notificar a outra, ela fica no limbo porque não pode ingressar com a medida perante o Poder Judiciário tampouco na Corte de Arbitragem.

Portanto, essas são as nossas singelas contribuições.

Agradecemos, mais uma vez, o convite e colocamos a 2ª Corte de Conciliação e Arbitragem à disposição. Ressalto também que já estamos alterando a 2ª Corte, porque nós queremos retirar o nome “Corte”. A intenção nossa é alterar para 2ª Câmara, de acordo com o que existe no restante do País. Prestado esse esclarecimento, agradeço mais uma vez a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Muito obrigado, Dr. Leonardo.

São valiosas as contribuições e também a visão que tivemos do funcionamento da 2ª Corte de Conciliação e Arbitragem de Goiânia.

Seguimos agora com as nossas exposições. Entre nós está o Dr. Francisco Cahali. Conheço muito o seu pai, é claro, da magistratura e dos livros. É um enorme prazer recebê-lo. O Dr. Francisco Cahali vai falar pelo Caesp (Conselho Arbitral do Estado de São Paulo).

Como o senhor chegou atrasado, informo que a dinâmica dos trabalhos prevê 15 a 20 minutos. Depois, os membros da Comissão aqui presentes vão fazer uso da palavra para debatermos. O intuito é justamente o de agregar e trazer os subsídios com que os senhores que vieram aqui podem nos brindar.

Então, eu lhe passo a palavra para a sua exposição, Dr. Francisco Cahali.

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – Em primeiro lugar, Ministro Luis Felipe Salomão, registro aqui a satisfação e a honra para nós de vir a este encontro, a este debate para tratar de algumas reflexões sobre este tema que hoje está em muita evidência: o tratamento da arbitragem no nosso sistema jurídico.

Eu pretendo, num primeiro momento, fazer uma análise geral e não gostaria de apresentar, nesta fase em que nós nos encontramos, questões muito pontuais em relação aos artigos. Então, a nossa ideia é fazer alguma análise geral sobre os pontos que devem, no nosso entender, ser objeto de reflexão para esta Comissão.

Registro, Ministro, que também me sinto à vontade aqui por encontrar na Comissão membros que são amigos e com quem eu tive a oportunidade, já em di-

versas ocasiões, de debater temas, além de apresentar até as minhas posições a respeito dessa reforma da lei.

Registro ainda que falo em nome do Caesp, como foi feita a referência. Em alguma oportunidade, pode ser que eu venha falar como professor, apontando uma ou outra sugestão, mas aqui eu falo em nome do Caesp. Após reuniões que tivemos, separamos muitos pontos que nós entendemos importantes para serem analisados pela Comissão.

O primeiro aspecto que entendemos relevante é em relação ao princípio da competência-competência. Ele é um princípio relevantíssimo. É a estrutura, é a base para termos uma arbitragem, sim, com força no nosso sistema. E a preocupação que nós temos, a preocupação que o Caesp tem, inclusive por alguns incidentes que já surgiram, é que, mesmo existindo essa previsão na legislação atual, por vezes ainda há uma iniciativa de provocação no Poder Judiciário previamente à instauração da arbitragem, procurando vulnerar uma convenção de arbitragem. Então, nós entendemos que, além de ser mantida a existência desse princípio, deve ser analisado, verificado algum elemento, algo mais a ser colocado para dar-lhe efetividade, não necessariamente no juízo arbitral. Na verdade, todos os tribunais arbitrais, as instituições arbitrais dão significado ao princípio da competência-competência. Mas o que nós sentimos é que, por vezes, o Judiciário não vê esse princípio com a força que ele deve ter. Então, uma sugestão seria talvez colocar mais elementos na nossa lei, fortalecendo esse princípio da competência-competência.

Outro aspecto em nosso entender extremamente relevante e que já foi inclusive levantado aqui se refere às medidas cautelares. Independente da redação da atual legislação, o fato é que esse tema, no nosso entender, merece um tratamento mais aprofundado na lei. Eu diria até que talvez fosse necessário dedicar um artigo específico ou um subitem específico às medidas cautelares e tratar das medidas cautelares e também das medidas não necessariamente cautelares, que hoje nós chamamos de tutela antecipada. Existe esta discussão se pode ou não haver no juízo arbitral uma tutela antecipada.

Quanto a essa questão, houve alteração em razão da mudança do Código Civil. Alguns doutrinadores tinham certa reserva ao acolhimento, ao deferimento da tutela antecipada no palco arbitral, no juízo arbitral. Agora, ela é um pouco mais tranquila, mas, por cautela, tem sido comum colocar ou em regulamento ou no termo de arbitragem. Nós entendemos que essa matéria deve ser tratada.

E eu diria até mais: está em andamento a reforma do Código de Processo Civil, que trata de forma

totalmente diferente esse assunto. Ele trata de tutelas de urgência e tutelas de evidência. Então, seria o momento talvez de adaptar a questão a essa proposta do Código de Processo Civil e tratar na Lei de Arbitragem a possibilidade de tutela de urgência e tutela de evidência no curso do procedimento arbitral.

Ainda existem algumas discussões se, antes de instaurada a arbitragem, a tutela de urgência ou de evidência, a tutela cautelar é analisada pelo Judiciário. Existe uma discussão. Bom, instaurado o procedimento arbitral, cabe ao árbitro, cabe ao Tribunal a revisão, a análise de uma tutela que eventualmente tenha sido deferida fora da arbitragem? Sim. A orientação que prevalece hoje é a de cabe, sim, a revisão na arbitragem dessa medida eventualmente deferida fora da arbitragem. Nós entendemos que essa matéria deve, sim, ser tratada com cuidado maior nessa reforma da Lei de Arbitragem, inclusive, como eu falei, com adaptação, de acordo com a proposta que existe de reforma do Código de Processo Civil: tutela de urgência e tutela de evidência. A tutela de evidência seria só no âmbito cautelar, e a tutela de urgência, caso eventualmente deferida fora da arbitragem, poderia ser revista na arbitragem.

Eu diria que, quase como complementação de uma análise pelo Tribunal Arbitral de tutelas de urgência e de tutelas de evidência, como também já foi colocado na exposição anterior, existe um vazio normativo em relação à comunicação entre o juízo arbitral e o juízo estatal. Nós entendemos que essa cooperação entre o juízo estatal e o juízo arbitral é fundamental ao desenvolvimento da arbitragem. Precisa haver essa comunicação, precisa haver essa fala, essa conversa entre os dois juízos. Nesse particular, quando coordenamos um grupo de estudos na PUC, tivemos a oportunidade de propor a criação da chamada carta arbitral, que seria o veículo de comunicação entre o juízo arbitral e o juízo estatal. Então, proporemos essa formalização, uma estrutura formal de comunicação entre os dois juízos.

Na época, foi aceita pelo Senador Valter Pereira a inclusão dessa carta arbitral que surgiu da PUC. Eu vejo aqui o André, que também acompanhou esses trabalhos, esse desenvolvimento. A OAB do Rio de Janeiro acompanhou também o desenvolvimento da proposta ao Senador Valter Pereira e foi acolhida a criação da carta arbitral. Nós entendemos que é importante a carta arbitral constar também da reforma da Lei de Arbitragem.

Nós temos, evidentemente, dois juízos. Nós temos uma jurisdição que não seria compartilhada. Ela é uma jurisdição partilhada. Cada juízo – o juízo arbitral e o juízo estatal – tem a sua jurisdição, atos que deve praticar dentro dos seus limites. Não há uma interferência

entre um e outro. A carta arbitral seria uma estrutura de formalização dessa comunicação.

Na exposição anterior, foi referida a discussão a respeito do cumprimento de uma sentença arbitral em todo esse contexto. Inclusive, nessa carta arbitral, poderiam ser colocados os requisitos formais para que se solicite ao órgão jurisdicional o cumprimento de uma ordem ou mesmo de uma sentença. Entendemos que, nesse âmbito, estão as medidas cautelares, medidas de urgência. Nós deveremos também fazer constar, a exemplo do que hoje existe na proposta do Código de Processo Civil do Senado Federal, que foi confirmada, nesse particular, agora, na Câmara dos Deputados, essa carta arbitral.

Outro aspecto que nós entendemos como uma visão geral de reforma de um sistema normativo da Lei de Arbitragem. Nós entendemos que é adequado, na nossa Lei de Arbitragem futura, na proposta de reforma, tratar do que nós chamamos de arbitragens temáticas, tratar de alguns pontos específicos, alguns temas específicos pertinentes à arbitragem.

Nós sabemos que nossa lei em vigor é extremamente ampla. Ela permite, sim, considerando a arbitralidade objetiva e subjetiva, que a arbitragem seja utilizada em diversas áreas. Porém, de acordo com o que nós temos hoje no sistema atual, nós temos alguns pontos debatidos na doutrina e na jurisprudência a respeito do cabimento ou não de arbitragem sobre determinadas matérias, sobre matérias específicas.

Eu começaria a falar da própria arbitragem nas relações de consumo, o que já foi levantado aqui, de que há um aparente conflito entre o Código de Defesa do Consumidor e a Lei de Arbitragem. No meu entender, não há aparente conflito. Dá para se resolver, por a harmonia, na interpretação das normas. Porém, esse assunto, no nosso sentir, deve ser aclarado na reforma da lei, enfrentando pontualmente a questão. Queremos tratar de arbitragem de consumo? Vamos resolver a arbitragem de consumo? Então, tratar expressamente sobre arbitragem de consumo, colocando seus requisitos, seus pressupostos, as condições em que pode haver arbitragem de consumo. Ou, caso não se tenha essa perspectiva, deixar claro que não seria admitida a arbitragem nas relações de consumo, para evitar que se tenha polêmica a respeito desse assunto.

Da mesma forma – e aí mais importante, mais relevante, no nosso entender –, em relação às arbitragens envolvendo a Administração Pública. Hoje, é pacífico entre os doutrinadores, entre os estudiosos que tratam dessa matéria, a arbitragem envolvendo a Administração Pública. É pacífico que é possível, sim, naquelas situações pontuais de interesse público. Tanto é que existe legislação própria da parceria público-pri-

vada e várias outras, existe a previsão de arbitragem envolvendo a Administração Pública. Nós entendemos que esta matéria, para ficar clara em todo o contexto, deve ser trazida também para a Lei de Arbitragem.

Igualmente, nós daríamos outro passo aqui em relação às arbitragens envolvendo Direito Societário. Aqui, mais polêmico que arbitragem envolvendo Administração Pública, nós temos posições divergentes na doutrina e também na jurisprudência. Existem estudos que dizem que, no Direito Societário, admite-se, por exemplo, a inclusão de cláusula de arbitragem por unanimidade. Outros autores defendem que não, que não é por unanimidade, mas por maioria, prevalece o princípio da maioria nesse aspecto. Nós temos essa divergência na doutrina. Existem legislações de outros países que tratam expressamente da maioria para alteração do contrato social. Tratam também do direito de recesso, enfim, tratam dessa matéria expressamente na legislação de arbitragem.

Existe um ponto um pouco mais tranquilo sobre essa questão, que é a vinculação do adquirente à cláusula de arbitragem contida no contrato do estatuto social, quando cedida a cota, cedida a participação societária. Existe uma orientação mais tranquila de que o adquirente, o cessionário, ele se vincula à cláusula, ao compromisso preexistente, mesmo que não tenha anuência expressa no estatuto ou no contrato social. Mas há uma tendência da doutrina jurisprudência em convalidar a validade daquele compromisso, daquela cláusula, em relação ao adquirente, independente da sua manifestação expressa. Inclusive, nós tivemos oportunidade de apresentar essa matéria nas jornadas de Direito Comercial e ela se transformou, salvo engano, no Enunciado nº 16, estabelecendo que o adquirente e o cessionário se vinculam a cláusulas, se existentes nos estatutos ou no contrato social.

Mas há uma matéria que está sendo então tratada em um enunciado das jornadas de Direito Comercial, que, lógico, tem um significado, tem um valor, como tem em relação às jornadas de Direito Civil. Porém, nós entendemos que essa matéria deve ser contemplada em uma reforma legislativa, na reforma da Lei de Arbitragem.

De modo geral, o que é que nós entendemos? A nossa lei atual é excelente, mas entendemos adequados, sim, alguns retoques. Entendemos adequada, sim, a reformulação de alguns aspectos. Eu diria, de modo geral, que não haveria problema a nossa lei tratar com mais vagar, dar uma atenção maior a determinados aspectos, como nós levantamos aqui: competência, cautelar, arbitragem temática. Não é nosso foco hoje, mas certamente será tratado em relação à arbitragem internacional, sobre a qual, hoje, não falaremos

absolutamente nada. Mas nós entendemos que ela deve, sim, tratar com um pouco mais de profundidade nesse aspecto.

Eu até fiz uma análise da quantidade de artigos da nossa lei atual e outras. Eu confesso que não chegaria à ideia de Portugal, cuja legislação muitos dos senhores conhecem. Ela trata intensamente, com muitos detalhes, vários aspectos. A ideia nossa não é tratar com tantos detalhes assim, como é a legislação portuguesa. Mas, mesmo legislações como a da Espanha, se formos comparar com a nossa, ela sempre vai além. Ela acaba tratando de pontos específicos que, no nosso entender, são válidos para consolidar a arbitragem. Não que eventualmente venha a haver falha ou um erro no nosso sistema atual, não haver a previsão, por exemplo, de arbitragem envolvendo o Poder Público. Mas é importante, para dar a segurança e a clareza necessárias.

Faço aqui a referência à lei espanhola, pois ela é modelo internacional de legislação. Ainda na Espanha nós temos, sem dúvida alguma, uma cultura da arbitragem e, mesmo assim, a legislação espanhola é detalhada. Tem uma lei própria, por exemplo, em matéria do consumidor, mas há outro sistema completamente diferente. Caberia à Comissão estabelecer se vai ou não criar um sistema parecido com aquele ou não. Mas, de qualquer jeito, a matéria de direito do consumidor é tratada. Há na Espanha até mesmo, por exemplo, arbitragem testamentária.

O que eu quero falar é que, independente de a arbitralidade ser tratada em aspectos gerais, a própria lei trata de questões pontuais sobre a possibilidade ou não de determinados assuntos serem levados a arbitragem. Então, no aspecto geral, o que nós entendemos é que se poderia aproveitar esse momento de reforma da lei e tratar com mais atenção alguns aspectos específicos, e não deixar numa forma mais genérica, como hoje se encontra.

Essas, então, Sr. Presidente, são as observações que nós queríamos fazer, em nome do Caesp, a respeito de pontos que nós entendemos bem relevantes serem debatidos pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Também muito objetiva a sua exposição, com os pontos que são interessantes de chamar a atenção da Comissão. Eu agradeço bastante. Muito proveitosa a sua exposição.

Agora, vamos ouvir o Dr. Marlon Tramontina Urtozini, que, além de ser advogado do Bradesco, representa aqui a Febraban (Federação Brasileira dos Bancos).

O SR. MARLON TRAMONTINA CRUZ URTOZINI – Primeiramente, agradeço ao Ministro Luis Felipe

Salomão, Presidente da Comissão, pela oportunidade de estar aqui, em nome da Febraban.

Diferentemente da exposição dos colegas, eu vou traçar um pouco o panorama da mediação e colocar alguns pontos, no final, que julgamos essencial para a caracterização de um anteprojeto de lei.

Temos percebido um crescimento bastante agressivo da litigiosidade nos tribunais de Justiça de todo o País. A apresentação dos processos acontece sem que seus pretendentes acabem procurando as empresas que são responsáveis pelas prestações de serviços ou pelos bens concedidos. Essa sobrecarga excessiva vem trazendo uma consequente perda de credibilidade para todo o Poder Judiciário. A situação, na verdade, ocorre das transformações da sociedade brasileira, que, diante de uma economia em que tivemos a possibilidade de aquisição de bens e serviços, ocorre também o aumento dessas litigiosidades.

A maioria dessas ações são propostas de forma individualizada, com geração de processos repetitivos, e isso, muitas vezes, decorre da falta de uma política unificada de mediação para soluções de conflitos perante a sociedade. Fora as investidas que nós temos visto do CNJ, dos tribunais de Justiça regionais e federais, para a utilização dos meios alternativos de soluções de conflito, em especial a conciliação e a mediação, nós não temos uma política nacional que trate de uma observação obrigatória para todo o Poder Judiciário Nacional, do tratamento adequado desses conflitos.

O principal mecanismo utilizado hoje pelos tribunais de Justiça, até mesmo dado por iniciativa do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), é a iniciativa adjudicada de conflitos, que traz a questão do princípio da sentença, a cultura da sentença. Nós temos as decisões trazidas para todos os processos judiciais, que acabam elevando o aumento de recursos, um congestionamento não só nas instâncias ordinárias, como nos tribunais, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal. Além do mais, trazem como consequência as execuções judiciais, os cumprimentos de sentença, que acabam sendo morosos e ineficazes, em alguns aspectos, na busca da pretensão do jurisdicionado.

O tratamento adequado desses conflitos não só reduzirá a quantidade de sentenças, os recursos e as execuções desses cumprimentos de sentenças, como também propiciará uma solução mais adequada aos conflitos com peculiaridades específicas, particularidades necessárias às pessoas envolvidas, e, ainda, uma fundamental transformação da sociedade com uma mudança de mentalidade, buscando a conscientização através da mediação e não da solução pela litigiosidade. Ainda mais, vai trazer um importante filtro dessa litigiosidade porque, caso as situações sejam

colocadas através de uma mediação, o nosso Poder Judiciário, os nossos juízes, realmente, terão foco em cima do que precisa ser dado, analisando os processos que necessitam realmente de uma análise mais minuciosa, mais propriamente dita ali, que precisam de uma atenção especial.

Isso não vai trazer uma barreira para que as pessoas procurem o Poder Judiciário. Na verdade, isso vai trazer uma consequência muito mais benéfica ao tratamento do litígio propriamente dito, pois, se levado a uma situação de mediação, de conciliação, todas aquelas situações que realmente possam ser levadas, o nosso Poder Judiciário tratará basicamente de assuntos pertinentes, trazendo uma redução substancial na quantidade de sentenças, recursos e execuções judiciais.

O próprio Poder Judiciário já estabeleceu uma política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses, estimulando e induzindo uma ampla utilização em nível nacional dos meios consensuais de solução de conflitos.

Através da Resolução nº 125-CNJ, que dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses, no âmbito do Poder Judiciário, estabeleceu uma oferta de mecanismo de soluções de controvérsias, meios consensuais, mediação, conciliação e, ainda, o atendimento e orientação ao cidadão. Ou seja, a Resolução nº 125-CNJ, não só trata da parte de mediação e conciliação, mas também trata da situação do atendimento propriamente dito ao cidadão.

A política pública que foi estabelecida pelo CNJ faz a implementação da mediação e da conciliação por todos os tribunais de Justiça, criando os núcleos e centros de conciliação. Traz também uma disciplina mínima para atividades mediadoras e conciliadoras. Isso é essencial, pois teremos pessoas aptas, pessoas capazes de realizar essas mediações, essas conciliações, e com critério de capacitação, treinamento e atualização permanente, com uma carga mínima de atualização desses mediadores e conciliadores. Traz o princípio da confidencialidade, imparcialidade, os princípios éticos do exercício da função dos mediadores e conciliadores.

E, ainda, estratégias da geração da nova mentalidade da cultura de pacificação. A ideia também é que fosse reforçada, que não trouxe a Resolução nº 125-CNJ, a criação de capacitações de profissionais com matérias disciplinadas em faculdades que tragam mediadores e pessoas mais capacitadas e que a mediação seja colocada como tema tratado nas nossas doutrinas de faculdade, para que as pessoas não busquem somente o litígio.

Existe um banco de dados que avalia permanentemente o desempenho desses mediadores, desses conciliadores, e o cadastro de mediadores e conciliadores.

Existem diversas experiências institucionalizadas em vários órgãos do Poder Judiciário, como nos juizados especiais, hoje de criação obrigatória pelos Estados. Mas a gente percebe que não há uma uniformidade nas experiências, tampouco um mínimo de qualidade, pois os tribunais acabam exercendo papéis diferentes e criando seus centros e núcleos de conciliação de forma a que não se tenha ali um procedimento fixo, único, adequado ao atendimento às pessoas, ao próprio cidadão.

Em São Paulo, por exemplo, os serviços de conciliadores são voluntários, sem remuneração. Em muitas comarcas, os alunos os alunos de faculdades de Direito são orientados por professores.

Na Bahia, funcionários nomeados especialmente para esse fim recebem um salário fixo.

No Rio Grande do Sul, há juízes leigos que recebem remuneração calculada por tarefa executada.

Existem outras comarcas que possuem um critério de conciliação e mediação, mas sem um critério uniforme para capacitação, treinamento e atualização de seus mediadores e conciliadores, o que acaba sendo um ponto preocupante na qualidade dos serviços oferecidos.

Um pouco da história da conciliação no País. Já no Brasil, a preocupação da solução amigável de conflito sempre existiu, vindo desde as Ordenações Filipinas. Depois, com a Constituição do Império, em 1824, foi instituído o juiz de paz, que acabou perdendo depois a característica de conciliação, porque acabou atribuindo várias outras tarefas.

Em 1832, o Código de Processo Criminal trouxe a disposição provisória acerca da administração da Justiça civil e disciplinou o procedimento de conciliação.

Eu trouxe aqui um estudo, que foi publicado no The World Bank, possivelmente no caderno Doing Business, que retrata que os países que utilizam a mediação como forma de tratativa das suas litigiosidades ou dos seus conflitos de interesses, acabam tendo um tempo de solução de conflitos menor do que aqueles que não acabam utilizando.

Temos que os Estados Unidos têm um tempo médio de solução de 370 dias e utiliza não só da mediação como da arbitragem para consumidores, há uma arbitragem estabelecida.

Na Alemanha, 394 dias. Integralmente, existe a mediação prejudicial, preestabelecida antes da propositura de uma ação.

O Reino Unido, 399 dias. As partes devem demonstrar que tentaram conciliar, sob risco de penalidades.

Espanha, 510. Existem as cortes arbitrais em diversos setores, como já mencionado.

Na Argentina, 590. Existe a mediação prejudicial vigente há mais de sete anos.

E, no Brasil, 731 dias, com o CNJ tentando estimular, mas ainda a adoção não é generalizada. A gente não tem uma adoção em todo País.

A Febraban, nós temos lá uma subcomissão de conciliação onde discutimos o tema constantemente, trazendo várias situações para a possibilidade de solução de litígios mais no âmbito judicial, e temos encontrado diversos meios, diversas parcerias com os tribunais de justiça, onde fazemos os nossos mutirões de conciliação de forma individualizada ou organizada para determinado segmento, ou seja, não só os bancos, temos visto algumas operadoras de telefonia, outros segmentos buscando a conciliação como forma de redução do contingente processual.

Ao final do ano, todos se mobilizam para a semana nacional de conciliação, promovida pelo CNJ, que traz também um resultado muito bom e uma visão cultural muito bacana.

Inúmeros acordos são formalizados nessas chamadas conciliações. Temos uma estatística de que, basicamente, quem comparece às audiências de conciliação e às mediações têm um êxito de 80% de realização de acordo.

É observada também, apesar de não haver essa uniformização da situação da conciliação em todo País em soluções de conflito e litígio, uma crescente especialização e crescimento de procedimentos pelo Poder Judiciário. Temos aqui o exemplo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, com critério de especialização muito bom e com núcleos de conciliação muito bem formados.

Temos também algumas práticas voltadas um pouco mais à mediação, que é a formação de convênios com Procon, no Decon, os órgãos de proteção de defesa do consumidor, quando o cliente, ao procurar esses órgãos, as reclamações são repassadas às empresas que possuem convênio com os órgãos. O tratamento do conflito é dado antes de se entrar com a propositura de uma ação junto ao Poder Judiciário.

Há o tratamento de conflito pré-processual, onde estamos enfrentando algumas experiências. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, onde, no momento da procura pela propositura de uma ação no juizado especial cível enviada anteriormente à empresa cadastrada, para que ele procure a solução consensual, a

solução através da mediação antes que seja formado o processo, a citação no banco.

A gente vê que a mediação é de grande utilidade para a Justiça brasileira e a sua técnica de solução de conflito vem demonstrando grande eficiência na solução de litígios. E temos aqui algumas sugestões para a lei, na verdade, uma compilação do que já foi passado até para a Comissão que trata do anteprojeto de arbitragem e mediação, um deles é a criação de comissões públicas ou privadas de mediação e conciliação, que funcionasse na fase anterior ao juizado especial ou à Justiça comum.

A essa comissão, na verdade, recorriam pessoas que tivessem o real interesse na solução de conflitos, excluindo aquelas que buscam o Judiciário para obtenção de vantagem econômica indevida.

Nós sugerimos também a criação de uma política unificada de solução de conflitos onde nós tivéssemos procedimentos uniformes, definições de papéis de participantes, procedimentos, formalidades necessárias à realização das mediações. E, havendo acordo, foi sugerido que, homologado esse acordo, tivesse força de coisa julgada e título executivo judicial. E, não havendo conciliação, a respectiva certidão seria um requisito essencial para o ajuizamento de qualquer demanda.

Essas são as sugestões que eu queria colocar.

Agradeço novamente ao Ministro Luis Felipe Salomão e à Comissão aqui estabelecida. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Dr. Marlon, muito obrigado. A sua visão sobre mediação é muitíssimo importante para nós, que também temos essa incumbência de tratar do tema. As sugestões, também muito objetivas, vão ser por nós consideradas.

Acuso aqui a chegada do Prof. Luiz Olavo Baptista, para nossa honra e satisfação, que vai, na sequência, também trazer um pouco da sua experiência, que é vasta nesse assunto.

O Prof. Luiz Olavo Baptista fala pela Ciesp/Fiesp.

A dinâmica é a seguinte, professor: 15 a 20 minutos de exposição; logo em seguida, os colegas da Comissão vão interagir com os expositores.

V. Ex^a tem 15 minutos.

O SR. LUIZ OLAVO BAPTISTA – Ontem, à noite, assisti a um filme sobre Hannah Arendt e ouvi uma frase que me marcou. Ela disse, num determinado momento, que Eichmann cometeu os crimes que cometeu porque ele renunciou à característica fundamental do ser humano que é pensar.

Eu acredito que muitas vezes a gente age sem pensar. Estamos vendo, de fato, que o mal, no mundo, entra pela porta da renúncia ao pensar. O terrorismo é uma coisa dessas; o fanatismo é uma coisa dessas. E aqui estamos em um lugar em que as pessoas pensam,

e se as pessoas pensam, temos que pensar a arbitragem desde o começo: para que serve a arbitragem, o que é a arbitragem.

Acho que há duas coisas a dizer: arbitragem é um serviço que a sociedade presta a si mesmo – isso é muito importante; para que ela seja um serviço que a sociedade presta a si mesmo, ela precisa saber aonde e para quem esse serviço vai ser prestado.

No mundo inteiro existe hoje uma tendência a recorrer com mais frequência à arbitragem, no comércio internacional, sobretudo. Mas também nas relações entre os países. Eu mesmo me recordo de ter julgado mais de mil e quatrocentos casos de indenizações de guerra na primeira guerra do Golfo. Julguei casos na OMC, onde também existe arbitragem nos painéis e existem arbitragens depois que o órgão de apelação desiste. Também julguei casos no ICSID de investimentos.

Então eu vi que arbitragem serve em tudo. Mas, ela serve, sobretudo, os países que estão se utilizando dela. Por quê? Porque os países que são sede de muita arbitragem são geradores de um turismo de negócios importante, que representam um grande aporte de negócios para o país.

Qual é a condição para que ocorra uma coisa dessas? É ter uma comunidade arbitral bem conhecida, ter um poder judiciário que apóie – duas condições que o Brasil tem – e ter uma lei que seja eficaz, que não seja cheia de peculiaridades que a tornem diferente de todas as outras e assuste quem não a conhece. O Brasil tem essas coisas hoje.

Então, essa primeira reflexão me leva a uma conclusão lógica de que uma reforma da Lei da Arbitragem é uma reforma de poucos pontos da lei que merecem aperfeiçoamento para o crescimento e aproveitamento da lei, tal como aconteceu em relação à jurisprudência prática nos últimos anos em que ela está em vigor.

Do outro lado, as sociedades também têm o benefício da arbitragem, porque ela é uma ampliadora do espaço de liberdade das pessoas, é um lugar em que o nosso direito à escolha do meio de solução de controversas aparece, e aí é importante que essa escolha seja feita de maneira informada, aberta e cheia de opções. Então, para que seja cheia de opções, o que é importante? É que não haja nenhum regulamento muito estreito, que se deem diretrizes gerais, princípios e, depois, as pessoas se acomodem e vivam dentro dos princípios.

Agora, quais são as necessidades que hoje a sociedade brasileira apresenta diante da Lei da Arbitragem? A primeira é ampliar as questões que podem ser arbitráveis, ampliar a arbitrabilidade. Como se amplia a arbitrabilidade?

Tenho a impressão que de que uma modificação na redação do artigo que trata da arbitralidade poderia ser eficaz se ela dissesse que, mesmo em matéria de direitos indisponíveis, a quantificação econômica e a descoberta dos fatos pode ser objeto de arbitragem.

Se a gente pensar um pouco, o que é indisponível é o direito, não é o valor que está em jogo, tanto é assim que, por exemplo, na Justiça do Trabalho é muito frequente que, colocada a questão, as partes, na audiência, decidam fazer o acordo. Fazem um acordo e decidem quanto vão receber e quanto não vão receber. O que está acontecendo? Tocou no direito indisponível? Não. O direito às férias foi protegido, o direito ao salário noturno, enfim, todos os outros direitos que são indisponíveis foram protegidos; a quantificação econômica foi objeto de negócio. Se pode ser por um negócio, uma transação entre as partes, por que não pode ser no âmbito arbitral? Isso é importante.

Tudo aquilo que é da órbita da economia deve ser objeto de arbitragem. Tudo aquilo que não é da órbita da economia e que é da órbita seja de direitos indisponíveis, seja da personalidade das pessoas, eu acredito que não pode, seria um desserviço para a sociedade porque aí haveria uma diferença. Essa diferença decorre do quê? Decorre de que a arbitragem é um meio de solução de controvérsias que só serve àqueles que podem pagar por ela. Ela não serve àqueles que não podem pagar por ela. Não há arbitragens gratuitas.

Então as arbitragens são pagas. Limitada sociedade que pode se valer desse setor. Isso é preciso levar-se em conta.

Outro problema prático que eu vejo também dentro da Lei da Arbitragem é o problema do cumprimento das liminares. Existem algumas poucas questões em que o Tribunal Arbitral decidiu conceder uma liminar ou aplicar uma multa em caráter provisório, em caráter de coerção para obrigar a parte a cumprir o seu dever em que um juiz de primeiro grau resolveu que ele tinha que julgar e rever o mérito daquela decisão. Isso é uma coisa que viola o espírito da Lei da Arbitragem que foi modificado pelos tribunais, mas valeria à pena deixar claro no texto da lei.

A última coisa que se tem discutido também é uma tentativa de regulamentar a organização das câmaras. As câmaras devem se organizar como elas quiserem. Por quê? Em primeiro lugar porque elas são sociedades civis e, do Código Civil, o que se coloca em relação às sociedades civis, às associações é uma regulamentação muito limitada. Os membros fazem o seu regimento interno como quiserem e como puderem. E aí, o que acontece? Tal como eu posso escolher qual é o clube que vou fazer ginástica, e eu vou ver qual o tipo de regulamento que ele tem ou não tem, eu escolho a

entidade de arbitragem pelo regulamento que ela tem e pelo que ela oferece. O que é visto às vezes como um demérito por uns é visto como mérito por outros. Alguns acham, por exemplo, que é um demérito uma câmara arbitral ter uma lista de árbitros. Do outro lado, há quem veja que isso é um mérito, uma vantagem. Por que seria uma vantagem? Em primeiro lugar, porque dá uma segurança a todas as pessoas de dizerem: aí eu sei que o terceiro árbitro não vai ser escolhido no escuro, sem que ninguém saiba como, numa panelinha em que pode gerar o compadrio, e isso acontece.

Algumas organizações arbitrais grandes, importantes – não vou ficar dando nomes – têm certo número de pessoas que é apontado como árbitro com muito mais frequência do que outro. Isso acontece em lugares que não existe uma lista. Não existindo uma lista, as partes não podem, às vezes por falta de imaginação ou conhecimento, escolher.

A escolha do árbitro depende, em primeiro lugar, de um julgamento da credibilidade dele. Credibilidade científica, credibilidade pessoal, da honorabilidade dele. Se alguma câmara faz um escrutínio prévio sobre isso, é muito importante e muito bom, e ajuda às partes. Então, uma regulamentação não deveria tocar nisso nem em outros aspectos, de quem compõe a câmara, de quem não a compõe. Essa é uma matéria que deve ser deixada ao alvedrio das partes. Cada um escolhe onde quer fazer a sua arbitragem, e cada um vai receber aquilo que escolheu e vai arcar com o risco da sua escolha.

A vida é feita de escolhas que trazem riscos. Essas escolhas que trazem riscos são aquilo que nos fazem seres humanos, obrigados a pensar para continuar sendo seres humanos.

Era isso que eu tinha que dizer sobre a Lei da Arbitragem.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Felipe Salomão) – Prof. Luiz Olavo, com a larga experiência que tem no tema, fez também pontualmente as sugestões pertinentes.

Vou passar agora aos debates. O painel é muito rico. Os profissionais nos trouxeram, eu acredito, muitas contribuições. Peço aos colegas da Comissão a maior informalidade possível. Creio que possamos fazer esse painel e esses debates bastante informais, objetivos. Creio ser essa a ideia, essa troca de experiências com os senhores, que tiraram um pouquinho do seu tempo do dia para vir aqui contribuir com esse serviço relevante que a Comissão presta.

Então, vou passar a palavra, da esquerda para a direita, ao André e, torno a dizer, bastante informal o questionamento: primeiro as impressões que teve, os questionamentos que tiver, e, assim, na sequên-

cia, fazemos com os colegas da Comissão que estão presentes, e depois eu passo para se houver alguma pergunta dos que também hoje destinam um pouco do seu tempo para estarem aqui conosco.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Sr. Presidente, gostaria, primeiro, de agradecer os ilustres membros das instituições que hoje se fazem presentes. As sugestões...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – André, me dá um minuto só.

O Prof. Luiz Olavo tem que sair, ele tem uma viagem internacional – já havia me adiantado – e fica mais um pouco para o debate. Então, as perguntas que quiserem canalizar para ele poderiam ser feitas no começo, já que ele deverá sair ao meio dia.

É isso, professor?

Acredito também que tenhamos, até lá, um desfecho.

Desculpe, André.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Está ótimo.

As sugestões, muitas foram debatidas pela Comissão, outras ainda não foram. De qualquer modo, é sempre muito importante ouvir a opinião das instituições, e alguns assuntos vão ser rediscutidos por nós, certamente.

O Prof. Luiz Olavo – eu gostaria também de agradecer sua presença e suas ponderações – falou de ampliar arbitrabilidade, o que para nós é um tema muito importante, até na linha também do que o Prof. Francisco Cahali falou de arbitrabilidades de matérias, de questões temáticas.

Estamos discutindo arbitrabilidade na administração pública em relação ao direito do consumidor e do direito do trabalho. Mas, a sugestão mesmo tem matéria de direito indisponível e em relação à quantificação econômica de questões que seriam preservadas, por se tratar de direito indisponível, mas a quantificação econômica poderia ser objeto de arbitragem?

Poderíamos pensar num texto abrangente e não entrar em questões temáticas? O que o senhor acha sobre isso?

O SR. LUIZ OLAVO BAPTISTA – Acho possível. Parece uma solução melhor do que você colocar como uma questão temática, porque você permite adaptabilidade a situações diferentes, que vão ser decididas caso a caso. Se você colocar temático, você vai estabelecendo limitações. Aparentemente é mais fácil, mas é mais limitativo.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Está certo. Acho que esse vai ser um tema importante aqui para os nossos debates.

Eu gostaria agora de me dirigir ao Dr. Leonardo sobre a experiência da câmara de Goiânia. Parece-me, pelo volume, que a câmara de Goiânia tem tido muitas experiências, inclusive foi citado aqui, em relação à condução de testemunhas. Há precedentes no Tribunal de Goiás em relação a isso?

O SR. LEONARDO DELMONDES AVELINO – Não. O que acontece é exatamente isso. Nós chegamos, inicialmente, não só com relação às medidas coercitivas e cautelares. Houve entendimento de juízes de que isso não poderia ser feito via medida cautelar, então, nós formulamos através de ofícios. Só que esses ofícios ficavam paradas na presidência, até mesmo com relação à condução de testemunhas. Nós não tivemos, nem mesmo com relação a testemunhas, nenhum posicionamento judicial que nos auxiliasse na condução dessas testemunhas que não comparecessem espontaneamente.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – E foi mencionado também em relação ao cumprimento de sentenças arbitrais. Há precedentes de que deveria ser instruído o cumprimento, com cópia integral do procedimento.

O SR. LEONARDO DELMONDES AVELINO – Perfeito. Exatamente. Isso nós temos...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – São reiterados?

O SR. LEONARDO DELMONDES AVELINO – Reiterados. Alguns magistrados. E aí nós temos, inclusive podemos encaminhar à Comissão.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Eu lhe peço, se possível, encaminhar esse precedente.

O SR. LEONARDO DELMONDES AVELINO – Podemos. Isso é possível. Nós encaminharemos.

E o posicionamento é esse, de sempre solicitar. Quando cai em determinada vara cível, já sabemos que o juiz vai pedir a cópia integral do procedimento. E acontece até mesmo de, depois que é juntada a cópia integral, às vezes, o juiz analisar o mérito e anular a sentença. E há necessidade de recorrer ao tribunal e o tribunal tem reformado. Mas isso é um ponto de dificuldade perante o Poder Judiciário, e eu me comprometo a encaminhar à Comissão.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Obrigado.

Então, só para concluir, eu queria fazer uma colocação aqui para o Dr. Marlon.

A experiência da Febraban, de mediação. A Febraban tem se utilizado de mediações extrajudiciais? Essa proposta hoje em trâmite no Congresso do Projeto do Código de Processo Civil, da mediação judicial, como

isso é visto pela Febraban? E a mediação extrajudicial também seria um caminho importante?

O SR. MARLON TRAMONTINA CRUZ URTOZINI – Sim. Temos visto, não acertado diretamente com a Febraban, mas as empresas que participam da Febraban, os bancos, têm feito convênio com órgãos tipo Procon, Decom, que acaba trazendo essa mediação para um patamar antes de se propor a litigiosidade.

Então, temos tratado, no departamento de ouvidoria, e até mesmo em outros, no departamento jurídico, da recuperação de crédito, quando se trata de uma renegociação, da vinda de pedidos de uma tentativa antes de vir a litigiosidade, antes de vir para o Tribunal de Justiça. Essa parceria às vezes tem o acompanhamento do Poder Judiciário.

Quanto à mediação, propriamente dita, no Poder Judiciário, as conciliações, os núcleos de conciliação por todos os tribunais de Justiça estão formados pela Resolução nº 125, do CNJ. Nós temos utilizado bastante e temos incentivado que o processo seja submetido a uma conciliação, mas não a uma conciliação processual, aquela do processo, propriamente dito. E tem dado resultado muito satisfatório.

O que se tem que vender, realmente, perante a sociedade é a conscientização da conciliação. Muitas vezes vemos proposituras de ação em que o litigante nem procurou a instituição da prestação de serviço ou de bens, indo diretamente ao Poder Judiciário, buscando uma pretensão jurisdicional, até mesmo, algumas situações que vemos, buscando benefício econômico em relação à situação processual.

Temos litigantes em massa buscando situações que acabam, sim, trazendo um volume grande de processos ao Poder Judiciário.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Primeiro, eu vou fazer umas pequenas perguntas a vocês.

Sou aluna do Professor Luiz Olavo, sócia dele. Frequentemente, tratamos de temas arbitrais, de arbitragem. E uma eterna aprendiz e admiradora.

Professor, eu sou, da Comissão, talvez uma das poucas que tem um viés muito internacional aqui. Parece-me que há algumas pessoas mais focadas no mercado interno.

Eu gostaria que o senhor falasse um pouco como é que o senhor vê o olhar externo para o que estamos fazendo aqui hoje, que é rever a lei, cuidados com isso, importância disso ou não.

O senhor tratou dos temas polêmicos, e outro tema polêmico é o da mediação, que depois vou endereçar ao Dr. Marlon, que é a necessidade de capacitação ou não. Gostaria de ouvir um pouquinho mais.

Um dos temas que discutimos e vemos que causa diferença de opinião também é a estrutura das câmaras

internacionais. Eu queria que o senhor também falasse um pouquinho disso, da sua experiência, como é que o senhor vê, com o que o senhor pode contribuir para isso, se há alguma tentativa de regulamentação de câmara na lei de arbitragem, impacto ou não, externamente. Como é que o senhor vê essa questão?

O SR. LUIZ OLAVO BAPTISTA – Primeiro, eu acredito que nós não podemos esquecer, de nenhuma maneira, a inserção internacional do País. Se nós fizermos isso, a geração jovem, inclusive, é a que mais vai sofrer. Por quê? Porque o País vai ficar isolado e vai ficar um país de segunda classe.

Então a arbitragem é importante em todo o comércio internacional, ela é fundamental. E não há, hoje, na prática não se vê contrato internacional com eleição de foro judicial. Quase todos, eu diria, a maioria absoluta é de contratos que têm cláusula arbitral.

Então, do ponto de vista da inserção internacional do País isso é importante.

A lei brasileira tem um progresso notável em relação às outras leis. Um verdadeiro ovo de Colombo. Ela resolveu um problema que era extremamente complexo em todos os países, que era a discussão para saber se uma arbitragem é interna ou internacional. E aqui se adotou a solução clara e lógica de dizer o seguinte: se é feita no Brasil, é arbitragem brasileira, obedece a lei brasileira e é controlada por tribunais brasileiros. Se foi feita no exterior, peça o *exequatur*, que nós vamos verificar.

Essa é uma solução claríssima, tranqüila, não dá discussão, não dá problema, e resolve. É extremamente útil para nós, útil para o Brasil. Então, do ponto de vista brasileiro, acho que o Brasil está equipado, com o que tem hoje, para disputar com qualquer país isso. É claro que nós vamos precisar de recursos materiais, como ter mais estenógrafos que façam línguas estrangeiras, ter mais salas de centros de arbitragem, essa coisa toda. Mas isso vai acontecer à medida que o tempo avançar e que a necessidade impuser. Isso não depende da lei.

A segunda coisa é que eu nunca vi nenhuma lei de arbitragem, nenhuma das que eu conheço, inclusive eu fiz um quadro comparativo, até deixei uma cópia com o ministro, das mais recentes de todos os países de língua portuguesa. Nenhum faz nenhuma referência a câmaras ou regulamentação. Há uma menção vaga para instituições arbitrais. E a instituição arbitral é aquilo que as pessoas quiserem que ela seja.

Então isso é extremamente interessante e a mesma coisa acontece no resto do mundo. A CCI, que é a mais antiga, é uma instituição arbitral que apareceu dentro de uma câmara de comércio. A da Suécia – estou viajando hoje para falar depois de amanhã lá –

nasceu da mesma maneira. Nasceu de uma câmara de comércio da Suécia, ganhou grande reputação nos tempos em que existia a cortina de ferro, porque os russos aceitavam a arbitragem, e funciona bem.

A de Hong Kong, onde eu já estive atuando também, é a mesma coisa. São organizações particulares, associações civis, como se diz hoje, organizações não governamentais, que prestam serviço. Então nelas não existe nenhuma regulação.

Veja o seguinte, no Brasil nós temos ONGs, ou associações sem fins lucrativos. Todas elas recebem um benefício do governo, que é a renúncia fiscal, portanto, dinheiro de impostos, que deixou de ser recolhido em benefício dessas associações. Não há sequer uma linha de regulamento para dizer que tem que prestar contas disso, nem para dizer que tem que ter um balanço transparente para saber.

Então, por que é que, em matéria de arbitragem, vai se meter o bedelho lá dentro para dizer como organiza ou não organiza as câmaras. Organiza como a comunidade quiser, porque é respeito à liberdade dos cidadãos o direito de livre associação. Está lá na Constituição. E a Constituição não diz livre associação na forma que a lei regular. Diz: todos têm direito de livre associação. Para quê? Para fins lícitos. E o fim é lícito. Então, deixa exercer o direito de livre associação como deve exercer. E evita uma celeuma que vai acontecer se começar a regular muito, de as pessoas dizerem: Está violando o meu direito de livre associação.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Professor, pegando um pouquinho essa sua resposta, eu pergunto ao Cahali.

Cahali, uma preocupação muito grande, também debatemos sobre temas há muito tempo, é a de a lei ser uma lei não muito regulada. Eu acho que isso gera uma estranheza ao estrangeiro que vai escolher o Brasil como sede de arbitragem, e temos muita preocupação em preservar isso. Que o estrangeiro não olhe para a lei brasileira e fale: Nossa, o que é isso? O que é uma referência a uma carta arbitral? O que é uma referência a mais coisas que nunca ouvi?

Então pergunto isso, porque em alguns temas nós discutimos muito a questão da carta arbitral. Mas nós estamos ponderando o seguinte: como ela já vai estar regulada no CPC, a lei de arbitragem tem que ser *friendly* para o mundo, baseada na lei modelo.

Então, temas regulamentais específicos podem ter um tratamento específico, exemplificativamente, no próprio CPC. Como é que você vê isso? Como é que você vê o risco de super regulamentação ou de detalhamento excessivo que podemos levar para alguns diplomas específicos?

Porque também, só para você saber, estamos levando em consideração que também é possível que a lei faça alterações em diplomas específicos nas exposições finais. Trate isso dessa forma, aquilo daquela forma, eventualmente até o CPC.

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – Concorro com a Dr^a Adriana, com a preocupação com um detalhamento muito grande. Fiz referência aqui até à legislação portuguesa, que é extensa demais no detalhamento.

A referência que fiz à carta arbitral foi no aspecto de verificar. Então, a Comissão vai verificar. O que está hoje sendo apresentado no Código de Processo Civil é suficiente, é o que se entende adequado? Se é suficiente e o que se entende adequado, não há necessidade mesmo de uma repetição de norma. O que eu colocaria é apenas uma referência eventual: será cumprido na forma do Código de Processo Civil ou com a carta arbitral lá sugerida, sem um regramento, sem uma estrutura formal.

Se aquela estrutura formal já é suficiente, se a Comissão entender que é, e há diferença entre a proposta aprovada no Senado e a proposta aprovada na Câmara dos Deputados, uma sutil diferença, detalhes, não a essência, se está satisfeita com isso, ótimo. Só seria referência. Será efetivado dessa forma.

Então essa é a idéia, não deixar passar, ou se houver alguma coisa que deva ser dita, que isso seja feito agora, para evitar um ponto de debate ou um ponto de discórdia no futuro.

Ainda tomei a liberdade aqui de conversar com o Professor Luiz Olavo, nosso professor também, de sempre. Qual é a nossa preocupação em relação à arbitragem temática a que a posição dele foi contrária? Eu fiz referência aqui ao Direito Societário.

O professor até coloca: Mas o direito resolve isso, não propriamente a lei. Eu acho que alguns aspectos, com extrema ponderação, eu diria que como exceção das exceções, devem sim ter um tratamento normativo nessa lei. Mas é exceção. Nós não queremos, repito, uma legislação como a de alguns países – fiz referência a Portugal –, extensa, tratando de tudo. Não é uma regra de arbitragem para cada um dos temas. Então, lei de arbitragem do consumidor, como tem na Espanha. Não é essa a idéia, não é tratar em lei cada uma das arbitragens. Mas algumas que, no nosso entender, estão provocando muito conflito, por exemplo, a de Direito Societário.

Fiquei contente, Professor Luiz Olavo, de ouvir a sua posição de que se exige unanimidade para inclusão de cláusula arbitral numa alteração de contrato social. Fico contente de ouvir isso, porque sustentei essa tese na jornada de Direito Comercial e não foi acolhida.

Eu apresentei como enunciado, e entre os professores de Direito Comercial, Direito Societário, a posição é firme no sentido de que prevalece o princípio da sociedade anônima, o princípio de maioria, sem falar se é maioria simples, maioria absoluta.

Eu coloquei esse ponto, por exemplo. Tenho preocupação que isso seja levado ao Judiciário e não tenha uma solução, até porque são muito variadas as soluções que nós temos no Judiciário, e venha a comprometer sim a arbitragem nessa matéria.

Então eu colocaria como exceção das exceções, até porque não é só falar “pode arbitragem no Direito Societário”. É teria. E aí, sim, um aspecto de necessidade legislativa de estabelecer se por maioria ou não. Então, em algumas exceções eu coloco.

Mas, realmente, Dr^a Adriana, concordo com sua colocação. A lei deve ser mais enxuta e não simplesmente se tratar de uma lei específica ou de vários capítulos para cada espécie de arbitragem temática ou para cada assunto específico. Senão vira um código. Viraria um código de procedimento arbitral, e a idéia não é essa.

O SR. LUIZ OLAVO BAPTISTA – Deixem colocar uma coisa muito simples. Colocar uma disposição dizendo que uma decisão da maioria obriga a minoria a aceitar a arbitragem é inconstitucional, está certo? Por que eu vou colocar um artigo na lei que vai ser, depois, derrubado por ser inconstitucional. Por que é inconstitucional? Porque estou renunciando a um direito personalíssimo que tenho de escolher como é que eu resolvo as minhas controvérsias. Então, essa minoria perdeu esse direito? A maioria tem o direito de tirar um direito que a Constituição assegura? O que é isso?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Interessante, professor, porque a gente está debatendo muito esse tema, e o reverso da moeda que seria o direito de recesso, se for tratado. As duas posições, talvez o que a gente está debatendo aqui precisa dar clareza a este tema na lei.

O SR. LUIZ OLAVO BAPTISTA – E se o acionista não quiser o direito de recesso? Está expropriando?

Olha, gente, o Millôr Fernandes falava: o livre pensar é só pensar. E pensar também não dói nem cansa – está certo? Levantar peso de manhã cedo, para mim, é um sacrifício muito maior do que pensar o dia inteiro. Então, qualquer pessoa pode pensar. Se você pensa o Direito como um conjunto, o que o comercialista pensou? Na regra que é atinente à sociedade comercial. Ele esqueceu que a sociedade comercial está dentro de um universo maior que é regido pela Constituição. Acabou.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Dr. Cahali, também uma pergunta, continuando – vou te chamar

de Cahali, por favor, e vice-versa, para seguir o que o Ministro falou, da informalidade: você acha que a carta arbitral, ainda que com esse pequeno ajuste, está ok?

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – Desculpa. Se eu acho...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – A sugestão da carta arbitral no novo CPC, ainda que com esse pequeno ajuste, está ok.

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – Sim, sim.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Porque estamos também discutindo. Eu, pessoalmente, e digo por mim, acho que é melhor não fazer nenhuma referência nem ao CPC na lei, porque não é comum que nenhuma legislação internacional faça, mesmo a Convenção de Nova Iorque. Fala: você reconhece e aí você entra nas regras internas para ver como reconhece. Mas, enfim, é um tema que nós vamos debater. Essa opinião sobre o CPC, eu acho que é muito importante.

E, com isso, eu passo um pouquinho ao Marlon, só para perguntar uma coisa: a Febraban, como é que a Febraban... Um tema que a gente tem debatido muito na estruturação da mediação. Há uma realidade, que é... Primeiro, a liberdade do mercado. Quem serão os mediadores? Os mais eficientes. Serão aqueles mais capazes, os que forem mais eficientes. Mas há uma realidade, quando a gente fala de um país continental como o Brasil: quanto mais capacitado evidentemente as pessoas são mais eficientes. O tratamento da capacitação: se ele seria um dever ou seria uma forma de fomento disso. Como é que a Febraban tem tratado isso?

O SR. MARLON TRAMONTINA CRUZ – Na verdade, como temos atuado com os tribunais de justiça e os tribunais de justiça, pela Resolução 125, dão o tratamento da capacitação da conciliação, capacitação das pessoas que serão os mediadores, os conciliadores, nós temos visto que essa capacitação, na verdade, é feita de forma diferenciada entre os tribunais. Então, você acaba colocando alguns tribunais que especializam muito bem os seus mediadores e os seus conciliadores e alguns tribunais que não especializam tanto. Na hora em que você vai fazer um mutirão lá, por exemplo, que você vai precisar de mais bancas, com mais conciliadores, com mais situações, você acaba fazendo, na verdade, a busca de pessoas voluntárias na realização dessas conciliações.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Marlon, eu pediria até vamos sair um pouquinho do escopo... Porque nós estamos olhando a mediação...

O SR. MARLON TRAMONTINA CRUZ – A mediação de forma geral. Está bem.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – ...a mediação privada, sobretudo privada. A gente vê que, na arbitra-

gem, as partes começam a querer muito a mediação e ela ainda não é eficiente. Sair um pouquinho da relação com o Judiciário, alguma mediação paraprocessual.

Vocês tratam disso? A sua visão é que é que o mercado se regularia, surgiriam câmaras e que aí se incentivaria a capacitação? Precisaria ou não tratar na lei? Como você vê isso?

O SR. MARLON TRAMONTINA CRUZ – A ideia, na verdade, é a formação de comissões privadas ou públicas que façam da mediação, da conciliação de forma extraprocessual. Então, essas comissões de mediações, de conciliações teriam que ter uma capacitação mínima dos seus mediadores, porque temos visto que a prática do mediador bem capacitado é o que acaba levando, às vezes, o êxito de uma negociação, de uma tentativa, antes de uma propositura de um processo. Então, essa capacitação, acho que seria essencial e deveria ser regulamentada, sim, pelo menos uma mínima condição, por uma legislação ou até mesmo a própria legislação que vai tratar de mediação.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Essa mesma pergunta eu faria aos demais, porque é um tema que nós estamos entendendo que é importante, que tem duas posições também muito claras.

Dr. Marco Antonio, como é que a câmara – depois eu gostaria de ouvir também o Dr. Cahali, o Dr. Luiz Olavo, bem brevemente, o Dr. Leonardo – vê isso? Precisaria ter uma obrigação de capacitação, ou cada câmara traria os profissionais que ela entende como talvez os mais habilitados para mediar?

O SR. MARCO ANTONIO SAMPAIO – Eu tenho a impressão que, na minha exposição, eu deixei muito claro o meu comprometimento com a ideia da liberdade que deve existir nesse mercado para que ele possa crescer e se desenvolver. Fico muito feliz em ter visto o Dr. Luiz Olavo – que é uma pessoa que já conheço bastante de nome, mas não tive o prazer de conhecer pessoalmente – defender a mesma posição.

Mediador é uma função muito complexa. Para certas mediações, exige uma formação multidisciplinar, muita experiência de vida, muita experiência empresarial – se nós estamos falando em mediação de conflitos empresariais. Existem poucos no Brasil. Mas eu acho que, na medida em que haja demanda, é possível formar gente boa, de uma forma relativamente rápida.

O nosso País está aposentando homens válidos, com 65 anos de idade, que têm uma grande experiência de vida e experiência empresarial, quando eles vêm das empresas, e que, tendo um treinamento em mediação, pode muito rapidamente você formar pessoas competentes.

Lógico, nós falamos também se quiser massificar a mediação. Essa é outra ideia, eu confesso que

não tenho pensado sobre ela. Ouvi aqui a exposição do nosso amigo de Goiás.

Mas acho que temos que partir da linha de que, primeiro, nós temos que fazer esse mercado de mediação crescer no Brasil não dentro do Judiciário, porque a mediação é realmente um método acima de qualquer outro, mesmo acima da arbitragem, que vai permitir desafogar o Judiciário.

Então, nós temos que desenvolver a mediação privada no Brasil. E essa mediação tem que ser desenvolvida com liberdade. E as câmaras vão correr atrás, vão nascer cursos, vão nascer professores de mediação competentes, e nós vamos ter câmaras com melhores mediadores, câmaras com piores mediadores. Isso faz parte.

Eu sou contra a regulamentação da profissão. Acho que mediador qualquer pessoa... Outro dia assisti a uma palestra do pessoal da Argentina, de grande... Eles têm mediadores lá no meio dos índios. Sei lá. São índios fazendo mediação com índios.

Então, essa é a minha posição. Não sei se eu esclareci.

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – Adriana, eu concordo, nesse aspecto, com o Dr. Marco Antonio.

Eu acredito que tem que fazer uma distinção muito importante e, na sua chamada, foi feita essa referência: nós estamos tratando de mediação privada. Na mediação pública, eu responderia de forma totalmente diferente. Os senhores sabem que eu acompanhei de perto até o nascimento da Resolução 125, na época em que foi submetida ao Conselho Nacional de Justiça. Mas, para a mediação privada, nós entendemos que não deve ser regulamentada a capacitação. Nós entendemos que cada instituição deve formar ou chamar para seu quadro, se for o caso, os mediadores que ela entender bem qualificados. Eu diria até mais: nós estaremos dando a oportunidade. A partir do momento em que eu crio uma capacitação por regulamento, por exigência legal, a condição ou a qualidade de um mediador, é a porta aberta para o profissional. Ele vai ter que ser tratado como um profissional da área e, daqui a pouco, tem todas umas consequências a respeito disso.

Então, na mediação privada, nós entendemos que não deve ser requisito, por lei, a capacitação. Sim, colocar os princípios, quem sabe colocar alguma sinalização de algumas exigências éticas. Aí teria que analisar em aberto. Mas colocar como requisito específico a capacitação com carga horária, eu entendo que não seria o adequado para a mediação privada.

O SR. LEONARDO DELMONDES AVELINO – Bom, rapidamente, eu gostaria apenas de comungar da mesma opinião do Dr. Cahali, porque entendo que,

no aspecto privado, o próprio mercado deve regular a mediação. Na questão pública, aí sim, poderiam ser feitas algumas exigências, alguns requisitos dentro da exposição.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Bom dia.

Agradeço também a presença de todos.

Perdi o Prof. Luiz Olavo, mas acho que o importante foi dito por ele mesmo, pois, efetivamente, o que muito nos preocupa é se devemos ou não exercer alguma influência pela lei na administração das câmaras, vedando indicação de árbitros, listas fechadas, listas abertas, enfim, qualquer metodologia que interfira nessa gestão.

Começo pela esquerda. Cahali, o Caesp ou você mesmo, como professor, tem uma posição formada em relação a essa vedação? Você acha prejudicial que a lei traga algum tipo de regulamentação sobre a forma de gestão da lista de árbitros ou sobre o próprio procedimento arbitral em si?

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – Eu acho, sim. Acho que vai se criar um problema que, até agora, não há. Eu entendo que a lei, aproveitado esse ambiente de reforma da lei, é excelente, merecendo alguns ajustes pontuais, sim, mas aí estaria avançando e criando alguns problemas que nós não teríamos, da mesma forma que criar requisitos para mediação. Se eu coloco também criar, pela lei, um regulamento de funcionamento de instituições arbitrais, eu praticamente estou partindo para criar toda uma estrutura em que vai ter uma atuação de um profissional, e, para ter esse profissional, esse profissional também vai ter de criar uma profissão de árbitro. Acho que uma situação acaba gerando a outra. Então, eu prefiro, neste momento, não ampliar. Acho que funciona bem do jeito que está, sem essa interferência em relação à intimidade das instituições arbitrais. Eu acho que o caminho é manter nesse aspecto.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – E a escolha do presidente do painel, nesse caso, seria uma discricionariedade do regulamento da própria câmara e do modo como ela...

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – Sim, é uma opção, uma opção do regulamento. A partir do momento em que eu tenho a escolha de um regulamento ou de outro regulamento e de uma instituição ou de outra instituição, isso deve ser avaliado por quem vai escolher. Eu vou escolher a instituição que melhor atende à minha expectativa. Se eu me sinto confortável, tranquilo, seguro com a indicação pelo gestor da câmara do presidente do tribunal arbitral, se isso me dá segurança, eu vou escolher essa instituição. Se, ao contrário, isso me dá insegurança, se eu prefiro que

tenha algum outro modelo que sequer tenha uma lista de árbitros, se essa é a minha opção, eu vou procurar alguma instituição que não tenha essa previsão no seu regulamento. Então, seriam oferecidos à sociedade, às partes os diversos modelos.

Eu posso me sentir seguro com a indicação de todo o tribunal arbitral pela câmara. Eu posso entender que esse é o caminho. Eu estou escolhendo determinada instituição arbitral, porque essa instituição arbitral escolhe todo o tribunal. Hipoteticamente, ela vai escolher todos. Se essa é a segurança que eu tenho, ótimo, eu tenho essa opção. Ao contrário, eu posso me sentir seguro se a câmara não interfere em nada e nem lista tem. Então, acho que essa opção que é colocada para a sociedade é muito importante.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Na escolha da câmara arbitral, na hora da celebração do contrato, as partes têm de prestar atenção naquilo que vai funcionar no futuro, quando elas tiverem o conflito.

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – Exatamente.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – E não depois, no conflito, acomodar a situação anterior.

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – Exatamente.

Eu diria até mais – para discussão acadêmica, jamais haveria na lei –: não aplicar alteração do regulamento, se isso for essencial para a escolha daquela câmara, em relação a considerar a data da escolha da instituição, a celebração da cláusula, não a data da instauração do procedimento arbitral...

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – E vincular o regulamento lá atrás.

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – Exatamente. Isso para uma discussão acadêmica, não estaria na lei.

O que eu acho importante é dar opção à parte, a parte tem o direito de escolher.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Perfeito.

Aproveitando já você mesmo, Cahali, em relação ao conflito societário, você também não consegue superar a questão da constitucionalidade do acesso à Justiça? É o seu entendimento, a sua conclusão pessoal? É isso?

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – Sim. Exatamente como o Prof. Luiz Olavo.

Levantei essa questão na Jornada de Direito Comercial, e falaram: “Não, mas como? Isso está do direito societário. Se está no direito societário, é o que basta”.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – E aí só mudaria por emenda constitucional, para garantir o princípio da maioria, por exemplo, não é?

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – Não...

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Teria de rever o art. 5º no 35, 37...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – Não, não...

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – É cláusula pétrea, mas estou falando que a sistemática teria de ser: alterar ali para rever lá...

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – É que os comercialistas são convictos nesse aspecto.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Isso. Falam com tanta força que a gente até pensa que está equivocado.

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – A partir do momento em que eu entro numa sociedade, eu me subordino aos critérios do direito societário. Mas eu falei: “Mas aí não é uma característica das sociedades, não é escolher quem vai ser contratado como gestor ou se vai ter distribuição de rendimentos ou não. Aí é um direito de ação. Todo mundo tem acesso ao Judiciário pela Constituição. É fora das questões do direito societário”. Mas eu digo, porque participei das Jornadas, que, entre as pessoas que trabalham com societário, essa é a posição que prevalece. Então, é uma preocupação para todos nós.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Perfeito.

Em relação à mediação, eu queria ouvir a opinião de todos.

Para mim, ficou claro que temos um ambiente institucional, judicial, parajudicial e o ambiente privado. No ambiente privado, não trabalharíamos com pré-requisitos para não cercear os direitos das próprias partes de nomear um mediador e ter o mediador. Pelo menos me pareceu que todos temos essa posição.

Agora, existe uma questão legislativa que seria ter um único texto legislativo para tratar de princípios, mediação judicial, parajudicial e mediação privada. Seria um equívoco fazer tudo num texto só ou, aparentemente, não existiria conflito?

Eu queria ouvir de todos vocês a posição. Se quiserem voltar para o Marlon, para o Cahali respirar um pouco também...

O SR. MARLON TRAMONTINA CRUZ – Se for colocada uma situação na qual você instituisse regras em que se descrevessem não requisitos mínimos, mas princípios para os mediadores, eu acho que não, desde que fossem instituídas posteriormente pelo Poder Judiciário, não pela lei, mas que a lei estipulasse que o Poder Judiciário colocasse um requisito mínimo para capacitação. Assim, você poderia estipular na própria legislação, a meu ver.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Dr. Leonardo, algum comentário?

O SR. LEONARDO DELMONDES AVELINO – Não.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Dr. Marco?

O SR. MARCO ANTONIO SAMPAIO MOREIRA LEITE – A minha visão continua sendo a mesma. Eu acho que, tanto se tratando da mediação extrajudicial como da mediação judicial, ela deve ser conduzida por instituições privadas. Essa é a visão que eu tenho.

Eu me pergunto se o Judiciário, que está querendo ficar mais leve, que está querendo poder se dedicar ao juízo como sua especialidade, quer também criar novas carreiras de mediadores internos. Eu não sei se é isso. Nós não temos essa riqueza de disponibilidade de pessoas para isso. Eu acho que deveria ser feita uma opção para criar no setor privado um mercado de mediação, um mercado em que as pessoas vão buscar o serviço de mediação, seja o próprio Judiciário encaminhando, seja diretamente, com os agentes do mercado tentando ganhar dinheiro na atividade prestando bons serviços. Isso é o que eu entendo que seja o caminho de crescimento da mediação.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Obrigada.

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – Silvia, eu acho que essa questão é bem tormentosa.

Eu faria, primeiro, uma separação. Quanto à mediação pública, que já existe pela Resolução nº 125 e vem resgatada pelo Código de Processo Civil também, esquece. Eu acho que essa nova lei não deve tratar em absolutamente nada. Tem o mesmo nome, mas é um instituto completamente diferente, com princípios próprios, com características próprias. Aos meus alunos, eu costumo falar que é como leite de soja ou carne de soja: pode ter as mesmas propriedades de uma carne ou de um leite, mas é outro assunto. Então, eu não misturaria, de forma alguma, a mediação pública. Deixa do jeito que está – ou resolução –, porque envolve outros interesses, envolve política pública propriamente dita. Aqui, vai se tratar de mediação privada.

Daí, Silvia, você colocou um problema enorme: trato na mesma lei mediação e arbitragem ou trato em dois projetos? Acho que esse é um assunto que vai ter de ser muito amadurecido, muito debatido. Mesmo que se tenha na mesma lei, nesse contexto, como a Comissão foi formada com esse objetivo, não vejo problema de se ter, no mesmo sistema normativo, na mesma lei. Mas aí seria “livro um e livro dois”, não é?

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Não. Acho que entre mediação e arbitragem não teria essa preocupação. Acho que seria de fato...

O que me preocupa é o prejuízo efetivo de existir uma regulamentação de mediação inteira e, dentro desse texto, houver o ambiente público e o ambiente privado.

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – Acho que é o ideal, porque são situações diferentes. A mediação privada é tratada com características próprias, e a mediação pública é política pública. É direito “administrativo”, é a estrutura do poder judiciário e que pode ter interferência... Deveria ter interferência, inclusive, do Executivo, junto com o Poder Judiciário, mas não da iniciativa privada. A iniciativa privada pode parecer para dar apoio, para dar incentivo, para dar, materialmente, condições para isso se desenvolver, mas é uma política pública. A mediação privada, sim, é outra regra, é iniciativa privada que tem de ser independente.

Eu só não fiz – e aproveite essa oportunidade em que falamos da mediação – uma observação importante e que a faria depois, oportunamente. Mas, agora, falo em meu nome. Não se esqueçam da cláusula Med-Arb, não se esqueçam da cláusula escalonada. Eu acho importante esse assunto ser tratado e nós temos uma dificuldade hoje... Eu examinei... Uma orientanda minha defendeu... Fernanda Levy, que todos vocês conhecem por serem seus amigos, defendeu uma tese de doutorado muito interessante, com nossa orientação, sobre cláusula escalonada. O problema é que nós temos hoje, sendo bem objetivo, e que no meu entender tem de ser tratado por lei: a cláusula escalonada vincula ou não vincula? A cláusula de arbitragem vincula porque está na lei; e a cláusula escalonada, Se eu coloco que as partes deverão se submeter? Acho importantíssimo essa matéria ser tratada na legislação: tratar de cláusula escalonada, med-arb, enfim... A Comissão tem um caminho enorme.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Não propriamente na de arbitragem. Na lei de arbitragem não precisa ter isso. É na lei de mediação... Não é...

O SR. FRANCISCO JOSÉ CAHALI – Ah, sim! Na lei de mediação. É que, como se falou de ser no mesmo regimento, aí será parte de mediação, com certeza. Quando se tratar de mediação, na mediação privada, a contribuição que eu daria, pois eu falei só de arbitragem, e tomo a liberdade de falar (uma peninha): não se esqueçam da cláusula med-arb quando tratar de mediação.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Perfeito. Muito obrigada a todos pelos esclarecimentos.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Bom, Presidente, agradeço a todos. Realmente, por ser a última, não tenho mais questionamento. Agradeço a disponibilidade. Foi bastante esclarecedor.

Minha principal dúvida com relação à arbitragem societária ficou suficientemente esclarecida pelo Dr. Cahali e Dr. Luiz Olavo. Se os senhores quiserem comentar alguma coisa a respeito, os senhores que não falaram: Dr. Marco Antônio, Dr. Leonardo, Marlon...

O SR. MARCO ANTONIO SAMPAIO MOREIRA LEITE – Queria dizer o seguinte: eu sou novo na matéria jurídica de arbitragem, mas em algum lugar li o comentário de que o futuro da arbitragem estaria nas câmaras de arbitragem que, na realidade, têm um papel – eu diria – de rótulas: instituições e pessoas. A câmara funciona como verdadeira rótula dos interesses diferentes que estão no mercado. É lá que vão as partes, é lá que vão os advogados das partes e é lá que vão os árbitros.

Eu acho... Eu gosto muito da tese que aprendi no mercado de capitais chamado de autorregulação. Nós ficamos muito impressionados quando fomos pesquisar o que se fazia no mundo em termos de regulação de mercado de capitais e descobrimos que na Inglaterra não existia Securities and Exchange Commission. As próprias bolsas regulavam seu mercado porque havia um entendimento muito grande entre os participantes de que eles tinham de proteger seu mercado. Então, alguém novo, para entrar naquele mercado, tinha de ser recomendado por pessoas que já estavam lá dentro. Era toda consciência de quanto o mercado é importante. Então, eu vejo isto: tirando fora todo aspecto de legislação, vejo que temos um mercado de ADR, um mercado de métodos de solução de conflitos, fora do Judiciário, que vem crescendo no mundo inteiro, em vários países.

Eu, por exemplo, estava lendo sobre uma instituição chamada JAMS (JAMS Arbitration and Mediation Services). A JAMS está espalhada no mundo inteiro e trata mais de 12 mil conflitos por ano. Tem 195 funcionários. É instituição com fins lucrativos. Que problema nós teríamos se amanhã começasse assim... Já há... Instituições... Pois é, está querendo vir ao Brasil. Câmaras com fins lucrativos. Ótimo! Que maravilha! Vão ganhar dinheiro fazendo mediação e arbitragem.

Acho que o problema realmente é perseguirmos a competição. Como disse antes, a melhor coisa que pode existir para um mercado é a competição. Mercado estreito não tem competição. Os mercados amplos têm competição ou podem ter competição.

Se há uma coisa que interessa a todos os que trabalham neste mercado, não interessa se é advogado, se é membro do Judiciário, que também está aqui neste mercado, é o seu crescimento e o seu desenvolvimento. O crescimento que entendo é o físico: número de operações, valor de operações. O desenvolvimento, sim, é o aperfeiçoamento das relações. É você ter

mercados que prestem bons serviços, que ofereçam serviços mais baratos para o consumidor, um problema que sabemos que existe hoje na arbitragem e que só vai sumir com a competição. Então, este é o ponto que eu gostaria de deixar aqui – como diz o Dr. Luiz Olavo – à nossa reflexão.

O SR. LEONARDO DELMONDES AVELINO –

Com relação à questão societária, eu estou de acordo com o Dr. Cahali. Eu queria só trazer um pouco dessa questão para nossa realidade, que envolve, como eu já disse... na Segunda Corte são julgados muitos conflitos de ordem condominial, de condomínios.

Há um outro ponto também de questionamento sobre se seria ou não possível inserir dentro da convenção de um condomínio, já que a lei estabelece que para a aprovação de uma convenção há a necessidade de dois terços. E eventual ação proposta por condomínio contra um condômino, mas que não aderiu de forma expressa à cláusula compromissória na convenção, que não a assinou ou que não esteve presente na assembleia, se seria ou não possível obrigá-lo a aceitar a arbitragem. Isso, inclusive, chegou a ser objeto de uma ação judicial. Na verdade, já foi analisado por vários juízes. Parece-me que, em um caso apenas, o juiz entendeu exatamente sob o argumento de que não se confundiria a figura do condomínio que, na verdade, não é uma pessoa jurídica, que é uma figura atípica, mas com CNPJ, com personalidade distinta da figura de seus condôminos. Então, houve apenas uma decisão em que o juiz entendeu que não seria possível, em função da matéria constitucional, direito personíssimo, direito de ação. Esse foi o posicionamento do magistrado. Mas o restante...

Eu só tenho conhecimento dessa única decisão. Todas as demais dizem que ainda que o condômino não tivesse aderido de forma expressa, por não ser um direito dele, personíssimo, mas sim do condomínio, que a cláusula compromissória deveria ser aceita. É só essa contribuição que eu gostaria de trazer. TJ – Goiás.

O SR. MARLON TRAMONTINA CRUZ URTOZINI –

Sobre o tema eu não tenho muito o que comentar. Então, deixo... Os pontos já foram bem discutidos e bem debatidos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Felipe Salomão) – Eu tive de sair um pouquinho e já...

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Na verdade, todos se manifestaram; e se manifestaram contrariamente à interferência legislativa nas câmaras, ou a regular de alguma forma.

Se Cahali quiser resumir um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Felipe Salomão) – Eu ouvi o Cahali. Não sabia se todos os demais haviam falado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Felipe Salomão) – Todos.

Bem, chegamos ao fim de nossos trabalhos de hoje, na parte da manhã. São riquíssimas as contribuições. Nós podemos antever uma semana bastante proveitosa pela qualidade dos expositores.

Eu quero não só agradecer aos integrantes da Comissão que se dispuseram aqui, junto comigo, a acolher essas sugestões, mas também àqueles que hoje vêm aqui e nos acompanham, inclusive aqueles que nos acompanham pela Internet. Lembro que podem oferecer sugestões pelo *site* do Senado. E agradeço, sobretudo, aos expositores de hoje, que deixaram seus afazeres para contribuir com o País.

Agradeço bastante a todos e declaro encerrada esta reunião. *(Palmas.)*

(Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.)

Ministro **Luiz Felipe Salomão**, Presidente.

Comissão Especial Externa criada com a finalidade Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião, realizada em 27 de agosto de 2013, às nove horas e cinquenta minutos, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, que ocorreu sob a Presidência do **Ministro Luís Felipe Salomão** e com a presença dos Senhores Juristas: **Adriana Braghetta, Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski, Adacir Reis, André Chateaubriand Pereira Diniz Martins e Caio Cesar Rocha**. Deixaram de comparecer, justificadamente, **José Rogério Cruz e Tucci, Marcelo Rossi Nobre, Carlos Alberto Carmona, Pedro Paulo Guerra Medeiros, Francisco Maia Neto, José Roberto de Castro Neves, Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira, Walton Alencar Rodrigues, Francisco Antunes Maciel Müssnich, José Antônio Fichtner, Tatiana Lacerda Prazeres, Marco Maciel, Eduardo Arruda Alvim, Eleonora Coelho, Tatiana Lacerda Prazeres, Roberta Maria Rangel e Ellen Gracie Northfleet**. Na condição de convidados expositores foram ouvidos os senhores: **Dr. Roberto Teixeira da Costa**, Presidente da Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da BM&F Bovespa; **Dr. Paul Eric Mason**, Coordenador do International Mediation Institute no Brasil – IMI; **Dra. Andrea Maia**, Coordenadora do International Mediation Institute no Brasil – IMI; **Dr. Frederico Straube**, Presidente do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá; **Dra. Mariana Freitas**, Representante

do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, e Membro da Comissão de Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil; **Dr. Joaquim de Paiva Muniz**, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, e Membro da Comissão de Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil; **Dr. Ricardo Loretti**, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, e Membro da Comissão de Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil; e **Dra. Samantha Pelajo**, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, e Membro da Comissão de Mediação da Ordem dos Advogados do Brasil. Após a abertura da Reunião, o Presidente passou a palavra para os expositores. Após as exposições, os membros da Comissão fizeram apontamentos e comentário. Às 11h50, o Presidente teve que se ausentar oportunidade em que passou a presidência, “ad hoc”, para a Dra. Silva Rodrigues Pereira. Com o fim do debate entre os membros e os expositores, a reunião foi encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Bom dia a todos, eu agradeço a presença de todos vocês hoje aqui.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão destinada à elaboração de Anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, criada pelo Requerimento nº 702, de 2012, e aditada pelo Requerimento nº 854, de 2012, ambos de autoria do Senador Renan Calheiros.

Sejam todos bem-vindos, cumprida essa formalidade que o Regimento nos impõe.

Em tempo real, esta reunião está sendo transmitida, via internet, pelo Portal do Senado e também está sendo gravada para posterior utilização dos membros da Comissão e também da própria TV Senado que vai viabilizar a sua transmissão.

A dinâmica dos trabalhos será a seguinte: ouviremos, como fizemos antes, em audiências muito proveitosas, muito objetivas, o Dr. Roberto Teixeira da Costa, que é Presidente da Câmara de Arbitragem do Mercado, BMF Bovespa; depois o Dr. Paul Eric Mason – está presente? Já está ali –, que é coordenador do International Mediation Institute do Brasil; depois o Dr. Frederick Straub, Presidente do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara Brasil/Canadá; depois, pela OAB, falarão três dividindo o tempo, Dr. Ricardo Horetz, Dr. Joaquim Muniz e Mariana Freitas, OAB/Conselho Federal e OAB Rio de Janeiro, A Drª Mariana pelo Rio de Janeiro – Dr. Ricardo também? – e, pelo Conselho Federal, Dr. ...

Eu convido todos os expositores para virem à mesa. Podem vir.

Primeiro o Dr. Roberto.

O Dr. Paul Erick, pode vir. Fala bem o português? (Pausa.)

Fala. Já é um alento.

Aqui à direita, à esquerda, Drª Mariana, pode vir também, sentar ali, os Drs. Ricardo e Leandro.

Vai faltar uma cadeira. O pessoal do Senado já está providenciando.

Como disse, a dinâmica dos trabalhos é uma exposição de 15 minutos para cada um. Vou controlar o tempo, para permitir que todos possam participar e permitir também os debates. Logo depois, a Comissão fará intervenção da maneira mais informal possível, em relação aos expositores.

Duas observações iniciais antes, sem mais delongas, de passarmos para os debates. Primeiro, agradeço a presença dos integrantes da Comissão que elabora esse trabalho de natureza cívica, que são aqui, pela ordem da presença na primeira bancada, o André Chau-teubriand, a Adriana Braghetta, a Sílvia Pachikoski, o Adacir Reis e o nosso Caio Rocha.

Além deles, tenho aqui presentes alguns representantes de instituições, que eu peço que se identifiquem, como ontem.

Quem está representando instituições e quer que conste da ata?

Pois não.

O SR. VALTER LUIS LEMOS – O meu nome é Valter Luis Lemos, sou conselheiro do Conselho Federal de Administração, um dos pioneiros na mediação e arbitragem no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Fica consignada a sua presença.

Nós todos agradecemos a sua participação.

Mais alguém? Peço para falar ao microfone, para ficar registrado.

Pois não.

A SRª SAMANTHA PELÁJO – O meu nome é Samantha Pelajo, sou Conselheira da OAB do Rio de Janeiro e Presidente de Mediação de Conflitos.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Srª Samantha.

Pois não. .

O SR. ALEXANDRE DRUMMOND – O meu nome é Alexandre Drummond, eu vim representando a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ótimo.

A SRª ANDREA MAIA – Eu sou Andrea Maia, do Mediation Institute, eu estou acompanhando o Paul Mason, como advogada do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mais alguém para registrar a presença?

Terminada a fase das exposições, partiremos para o debate, primeiro, com os da Comissão e, depois, abriremos, se houver tempo, para as perguntas de quem participa conosco e nos honra com a presença.

Eu vou dispensar a leitura dos currículos dos expositores, porque são de todos nós conhecidos, de tanta atuação nessa área, e vou partir, desde logo, pedindo para que cada um, se possível, fale um pouco que aqui representa quando isso for pertinente ou necessário.

Está bem assim?

Então, iniciamos, primeiro, com o Dr. Roberto Teixeira da Costa, que tem 15 minutos para a sua exposição.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA COSTA – Sr. Presidente, em primeiro lugar, minhas palavras de agradecimento, em nome pessoal e da Câmara de Arbitragem do Novo Mercado, por esse convite tão importante, para participar desta audiência.

Como muitos aqui presentes sabem, fui o primeiro presidente da Comissão de Valores Mobiliários. Instauramos no Brasil um critério até então inexistente de audiências públicas: nenhuma das normas editadas pela CVM chegou a público sem que antes fosse precedida de uma audiência. Estou falando isso em 1977, 1978, diferentemente da audiência em que estamos aqui hoje.

No caso específico da CVM, as audiências eram feitas *a posteriori*, quer dizer, a Comissão trabalhava na redação do documento, da resolução, e, posteriormente, com o documento pronto, submetia à audiência pública.

Vocês optaram por um caminho diferente. Vocês estão ouvindo as partes teoricamente interessadas para que, efetivamente, se pronunciem sobre a eventual reforma da arbitragem, antes mesmo de ela ser colocada em termos de nova versão do documento.

E, como tudo na vida, há vantagens e desvantagens. Havia muitas queixas no caso da CVM. Nós ouvíamos todo mundo, mas para continuar fazendo o que tínhamos escrito antes. Quer dizer, as audiências não tinham efeito. Aqui, eu espero que as audiências possam ter esse efeito.

Eu senti falta, Sr. Presidente – e diria isso na abertura dos trabalhos – de que talvez nesse convite, convocação, tivessem sido elencados os pontos em que a Comissão gostaria que os convidados se detivessem em sua análise.

Eu tenho todas as vantagens e desvantagens de não ser um jurista, eu sou um economista, de formação. Eu me formei no Rio de Janeiro, em 1960. Trabalho há 57 anos, dos quais 50 foram dedicados ao mercado de capitais. De modo que a minha vertente é toda orientada aos conselhos de mercado. Nesse

sentido, é que fui honrado por esse convite da BMF/Bovespa para presidir a Câmara de Mercado. Quer dizer, sou um não jurista assumindo a presidência de uma Câmara de Arbitragem, como disse, com todas as vantagens e desvantagens.

Aliás, originalmente, como todos aqui devem conhecer, a razão de ser da Câmara de Arbitragem da Bolsa de Valores estava ligada à necessidade de se criarem novos instrumentos para melhorar a governança corporativa no Brasil. Então, o que parecia um sonho difícil de ser realizado acabou se materializando com a construção do novo mercado e, entre as diferentes regras que foram estabelecidas para o novo mercado, fixou-se essa de que haveria uma câmara de arbitragem. Por quê? Porque os tempos dos negócios, os tempos das discussões entre partes no mundo do mercado de capitais não é o mesmo tempo que, às vezes, o Poder Judiciário tem para decidir as suas situações.

Portanto a ideia de se ter uma Câmara do Novo Mercado é que efetivamente fosse mais célere nas eventuais pendências de abuso da minoria e das maiorias também. Nunca se pode imaginar que os abusos na lei possam ser simplesmente das maiorias, existem abusos das minorias em termos de mercado de capitais. Portanto é essa a razão de um economista e primeiro presidente da CVM ter sido honrado com esse convite de presidir a Câmara de Arbitragem da Bolsa de São Paulo.

Curiosamente, Presidente, se nós analisarmos o histórico dos casos que estavam, e estão, sendo analisados pela CAM em São Paulo, vamos encontrar, em sua grande maioria, situações que não envolvem companhias abertas. Quer dizer, a CAM está abrindo um terreno fora de sua área específica de atuação, que seria a arbitragem. Isso significa que, talvez, as relações entre maiorias e minorias no mercado de capitais hoje estejam sendo resolvidas em outros fóruns ou que o clima de diálogo entre as partes tenha melhorado bastante.

Mais especificamente, eu diria que – mais adiante falarei novamente sobre a minha visão da lei –, graças ao empenho da comunidade jurídica e o fundamental apoio do Poder Judiciário, antes, durante e depois do processo arbitral, a arbitragem se desenvolveu e hoje é considerada um mecanismo de solução de conflitos apropriado para um país que possui cerca de 90 milhões de ações judiciais em curso, as quais perduram por vários anos, muitas vezes terminando sem decisão técnica satisfatória. Daí a ideia de uma câmara de arbitragem no novo mercado.

O Brasil é visto como sede adequada para as arbitragens graças ao seu adequado arcabouço ju-

rídico. A Lei de Arbitragem atualmente em vigor, de 1996, teve o grande mérito de conferir ao instituto a necessária segurança jurídica, em especial por força do reconhecimento da vinculação obrigatória da cláusula arbitral e da desnecessidade de homologação judicial da decisão arbitral.

Os méritos da lei, somados à declaração de sua constitucionalidade pelo STF, em 2001, e a ratificação pelo Brasil da Convenção de Nova York, de 2002, proporcionaram crescimento e maturação substancial da arbitragem no País. A título de ilustração: seis das principais câmaras de arbitragem do País receberam juntas, em 2008, 92 novos processos arbitrais e, em 2012, esse número foi para 163. Por conta disso, a nossa percepção é que a Lei nº 9.307 atende plenamente as necessidades da comunidade jurídica e permite o bom desenvolvimento da arbitragem no Brasil. De qualquer forma, como toda norma legislativa, seu constante uso pelos operadores do Direito permite verificar a possibilidade de aperfeiçoamentos, a nosso ver pontuais e restritos.

Eu tive o privilégio, Sr. Presidente, de conviver, enquanto vivo, com o Dr. Bulhões Pedreira. O Dr. Bulhões Pedreira foi um dos pais da Lei das Sociedades Anônimas junto com o Professor Lamy. E o Zé Luis me dizia sempre... Eu construí o colegiado da CVM tendo um jurista, que foi o Dr. Jorge Hilário Gouvêa Vieira. A CVM praticamente aconteceu *pari passu* com a 6.404, que reformou a Lei das S.A. O senhor pode imaginar, Sr. Presidente, as pessoas que nós, na CVM, recebíamos, pessoas que queriam mudar a lei, referindo-se a um ou outro artigo. Ouvíamos sempre o Bulhões Pedreira, que dizia: “Roberto, nós temos que ter um lapso de tempo suficiente para que efetivamente aprendamos o que tem que ser mudado. Resistamos a mudanças rápidas para atender interesses específicos”.

Acho que o arcabouço da Lei de Arbitragem, como o arcabouço da Lei das S.A., foi muito bem constituído, foi fruto de trabalho de muitos anos, de modo que nós temos que ser extremamente cuidadosos e pontuais na alteração da lei. Como diria aquele... Eu, que sou um torcedor do Fluminense fanático – ultimamente sofrendo –, sei que em time que está ganhando não se mexe. Então, eu acho que nós precisamos ter cuidado. Em relação a essa lei, que está funcionando razoavelmente bem, temos que ter cuidado para não mudá-la substancialmente.

Existe certa insegurança quanto ao seguinte: será que a instituição de um procedimento arbitral teria o condão de interromper a prescrição da pretensão do titular do direito violado? O art. 202 do Código Civil prevê, em seu inciso I, a interrupção da prescrição, com o despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a

citação se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual. A Lei da Arbitragem não aborda a questão, fazendo surgir dúvidas sobre o cabimento da aplicação analógica do art. 202 ao procedimento arbitral. A melhor forma de solucionar esse ponto, a nosso ver, seria por meio da inserção de um inciso no art. 202 do Código Civil acrescentando às hipóteses de interrupção da prescrição a apresentação do requerimento inicial de arbitragem à Secretaria da Câmara de Arbitragem, no caso de arbitragem institucional, ou a notificação à parte contrária no início da arbitragem no caso de arbitragem *ad hoc*.

Pontos que não devem ser observados pela lei.

O que nos chamou mais atenção foi que chegou ao conhecimento da Câmara de Arbitragem do Mercado a informação de que havia intenção de se promover alteração na lei para incluir dispositivo que regule a questão do corpo de árbitros existente em determinadas câmaras de arbitragem. As principais inovações seriam no sentido de obrigar as instituições de arbitragem a eliminar a lista de árbitros ou, ainda, de vedar a inclusão, em regulamento de arbitragem, de dispositivo prevendo que ao menos o presidente do tribunal arbitral seja integrante do corpo de árbitros da câmara.

Diante da inovação pretendida, algumas ponderações são fundamentais por parte desta Comissão.

A primeira delas diz respeito à possível inconstitucionalidade da alteração pretendida, em especial frente ao art. 5º, inciso XVII, da Constituição Federal, que admite a liberdade associativa. Certamente os juristas aqui presentes vão se deter nesse aspecto com muito mais competência do que eu teria para defendê-lo. Não havendo dúvidas acerca da licitude da constituição da instituição para a prestação de serviços de administração de procedimentos arbitrais, a pretendida limitação da liberdade na formação procedimental da câmara poderia ser vista como afronta à garantia constitucional.

Ademais, sendo a arbitragem um instituto eminentemente privado, que emana da autonomia e livre disposição das partes e conhecidamente versa sobre direitos patrimoniais disponíveis, a pretendida invasão no campo da regulamentação das câmaras deve ser descartada, inclusive a fim de evitar o risco de discussão no Poder Judiciário sobre a constitucionalidade do dispositivo.

Vale ainda lembrar que a arbitragem decorre precipuamente da livre vontade das partes. A nova lei deve preservar, tanto quanto possível, a liberdade das partes, sendo bastante econômica em restrições que não se façam fundamentais.

A Lei nº 9.307 confere às partes a prerrogativa de escolher as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, que apenas não podem violar os bons costumes e a ordem pública. Também conferem às partes a possibilidade de escolher uma arbitragem institucional, nesse caso elegendo ainda qual será a câmara destinada a administrar os futuros conflitos.

Quer dizer, a nossa posição é muito clara: cabe às pessoas que vão usar a arbitragem escolher as câmaras, com listas de árbitros ou sem lista de árbitros. Isso deve ser uma faculdade de cada um que vai eleger a arbitragem para as suas pendências jurídicas.

No caso específico da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída originalmente pela BM&FBovespa como instrumento de governança corporativo, como já mencionei, para as companhias dispostas a oferecerem a seus acionistas foro adequado e especializado para a solução de litígios, a liberdade das partes colherem as regras aplicáveis ao procedimento arbitral não foi nem minimamente afetada em decorrência da adesão obrigatória – é importante frisar isso.

Com efeito, muito embora a adesão à CAM seja obrigatória para as companhias integrantes dos segmentos especiais de listagem da BM&FBovespa – Bovespa Mais, Novo Mercado, Nível 2, o regulamento da arbitragem atualmente em vigor foi recentemente alterado por meio de processo que inclui sua submissão e avaliação em audiência restrita e posterior aprovação por tais companhias. Qualquer item do regulamento de arbitragem poderia ser vetado pelo voto de 1/3 das companhias do Estado. O regulamento de arbitragem em vigor, portanto, foi analisado e validado por todos aqueles que a ele se decidiram submeter.

Nesse processo, eu repito, reitero: a BM&FBovespa não recebeu qualquer crítica quanto à existência de lista de árbitros ou à necessidade de o presidente do tribunal arbitral dever ser necessariamente integrante do seu corpo de árbitros, norma unânime e livremente aprovada. Portanto, esse regulamento da câmara foi discutido durante mais de um ano, num processo de audiência bastante aberta, e me surpreende que, de repente, esse assunto da lista de árbitros tenha tomado a dimensão que tomou.

A lei atual diz que qualquer pessoa pode ser árbitro, mas, no §3º do art. 13, estabelece claramente que se pode, na escolha dos árbitros, adotar as regras de uma instituição de arbitragem. Não faz jus à qualidade da Comissão estabelecer proibições e restrições que apenas limitem a vontade das partes. Arbitragem não é processo em que há que se seguir o direito estatal, mas o resultado de acordo de vontades, que não deveria ser limitado a não ser por ordem pública – e a lista de árbitros não cai nesse conceito. Não há evidência

de que, pela previsão de uma lista de árbitros, o resultado de uma arbitragem tenha sido pior do que seria.

Cabe lembrar ainda que as CAM, assim como outras câmaras, têm competência primariamente especializada. Nesse sentido, é absolutamente pertinente a preocupação institucional de que o presidente do tribunal arbitral, a quem cabe primariamente aplicar as regras do regulamento e conduzir o processo, seja integrante do seu corpo de árbitros, composto de membros também vinculados a essa especialidade.

E já tivemos casos, na própria situação da CAM, onde abrimos exceção, inclusive permitindo que um presidente fosse, em uma situação específica, não membro do Colégio de Árbitros.

O despropósito da proibição da lista de árbitros é ainda mais evidente em outras câmaras de arbitragem ainda mais especializadas, como a Câmara Arbitral da Bolsa Brasileira de Mercadorias e Juízo Arbitral da BM&F. Elas apenas têm competência para ministrar conflitos decorrentes, respectivamente, dos contratos registrados na Bolsa Brasileira de Mercadorias e na BM&F Bovespa. Ambas as câmaras possuem lista de árbitros, e não se imagina a composição de um tribunal arbitral que não seja extremamente especializado na matéria.

Como ocorre nas chamadas arbitragens de qualidade, isto é, se tal ou qual mercadoria entregue está o não de acordo com as especificações, a confiabilidade das eleições depende, acima de tudo, de que os árbitros sejam versados na matéria. Impedir às câmaras de indicar quem, na visão dos órgãos institucionais, melhor poderia solucionar a disputa não faz sentido. Impedir a previsão de que a qualidade da arbitragem pela qual todas as câmaras de arbitragem têm o dever institucional de zelar seja preservada pela previsão de que o presidente do tribunal pertence a uma lista qualificada previamente é injustificável.

Nesse sentido, resta claro que a nova lei não deve se imiscuir nas regras e procedimentos das câmaras de arbitragem, retirando das partes a autonomia da vontade, que é a pedra angular da própria escolha da arbitragem como mecanismo de soluções de conflito. A pretendida ingerência – estou no último parágrafo – representa retrocesso que poderia resultar na judicialização de inúmeras questões e no engessamento de procedimentos.

Terminaria dizendo, mais uma vez, que, na revisão da Lei nº 9.307, devemos resistir à tentação de fazer modificações que possam desnaturar a lei que vem funcionando a contento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Dr. Roberto, em primeiro lugar, como economista, o senhor falou como um jurista. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO TEIXEIRA COSTA – Foi uma cola que me deram. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E, como torcedor do Fluminense, em solidariedade, agora nesse momento, devo dizer que sangramos juntos essa mesma situação atual do Fluminense.

Também registro aqui – não o fiz no começo, mas o faço agora –, a presença do consultor jurídico, Dr. Fábio Hage, que trabalha conosco na comissão. Também registro hoje que uma das nossas integrantes da comissão, a Dr^a Sílvia, faz aniversário e recebe nossos aplausos. (*Palmas.*)

Mesmo no dia do aniversário, está aqui, o que dá a prova da dedicação ao tema e aos trabalhos da comissão. Na quinta, ela vai nos brindar com um jantar em um restaurante bem caro aqui de Brasília.

Sílvia, depois te dou uma notícia da pauta, até amanhã. Dê-me um tempinho porque eu, realmente, estou...

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI (*Fora do microfone.*) – ... a parte da imigração, se a gente acopla ou não.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É melhor acoplar. Eu digo para vocês até amanhã. Está bem?

Seguimos com as exposições. É sempre uma visão interessante de quem opera o sistema, agora com o Dr. Paul Eric Mason, que é o coordenador do International Mediation Institute, e vai fazer uso, dentro do tempo – Andréia Maia, também – sobre a parte de mediação.

É no final ou no começo?

A SR^a ANDREA MAIA – Eu vou fazer um complemento à fala dele.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, eu passo a palavra por 15 minutos.

O SR. PAUL ERIC MASON – Bom dia a todos! Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer à Comissão pelo convite a participar desta audiência e, também, parabenizo a Comissão pelo seu trabalho. Parabenizo, de novo, a Dr^a Sílvia.

Para o International Mediation Institute, ou IMI, é uma satisfação enorme participar desse momento tão importante no mundo de resolução de conflitos aqui no Brasil.

Eu já enviei ao Leandro um folheto sobre o IMI. Não sei se todos os integrantes terão oportunidade de ler. Posso dizer, como o Presidente me solicitou, algumas palavras breves sobre o que é a IMI

O International Mediation Institute é uma organização sem fins lucrativos, sediado na Haia, Holanda, que tem como missão o crescimento de mediação no mundo. Foi fundado em 2007 e, para essa missão, a IMI tem dois objetivos principais: certificar mediadores de alta qualidade e certificar, no mesmo tempo, programas de qualificação desses mediadores. Segundo, funcionar como *think tank*, como dizemos em inglês. O americano diz que o *think tank* é o tipo de usina ou fábrica de ideias para compartilhar melhores práticas de mediação mundialmente. Por exemplo, se na Holanda, há uma prática nova que pode ser útil em outros países, nós a distribuímos, principalmente no nosso Website. Até agora, o IMI já certificou uns 400 mediadores no mundo em uns 45 países diferentes.

Só para esclarecer, o IMI não oferece qualquer serviço de administração de casos de mediação. Não faz mediações. Nossa função não é essa. Essa é a função das câmaras, como as que estão aqui hoje. Nesse sentido, não concorremos com as câmaras. Bem ao contrário, cooperamos com várias câmaras para tentar trazer a melhor qualidade de serviço de mediação.

Como representante de uma instituição internacional, acho apropriado tocar nos termos gerais desse PL sobre aspectos de mediação extrajudicial. Eu vou falar sobre algumas disposições com referência à minha própria experiência como mediador e advogado, principalmente nas disputas comerciais e internacionais. É a minha experiência. Se der tempo e com a permissão do Presidente, a Dr^a Andréa vai tocar, rapidamente, em algumas questões de confidencialidade e cadastramento de mediadores.

Referente à estrutura desse PL sobre mediação extrajudicial, nós da IMI, na verdade, achamos ótima a ideia de separar mediação extrajudicial de mediação judicial, porque são duas coisas bem diferentes. E acho já um grande passo a Comissão ter feito isso. É muito importante o fato de haver PL de mediação extrajudicial, que é um grande passo para legitimar o processo de mediação, que nem sempre foi o caso. Dessa maneira, tira-se a mediação daquela sombra de dúvida jurídica que há.

Eu acho que o PL também deve definir, de maneira bem clara, o que é mediação ou quem é o mediador e o que é, exatamente, mediação extrajudicial, para não haver confusão entre mediação e conciliação, mediação judicial e extrajudicial. Eu tenho um rodapé, algumas definições muito breves, que eu posso passar por *e-mail* como sugestões apenas, por exemplo.

Eu acho que um bom PL deve reconhecer os princípios e características fundamentais de mediação, características que, realmente, definem a mediação como um processo único. Quer dizer, a autonomia

das partes, voluntariedade, flexibilidade, informalidade desse processo altamente inflexível; privacidade, confidencialidade, neutralidade quanto ao mérito do conflito e imparcialidade quanto ao relacionamento com as partes de advogados; a (*inaudível*) das partes em um processo, que é muito alta e consensualidade da resolução do conflito.

Eu acho que o PL deve ser leve em detalhes, deixando a regulamentação a cargo dos profissionais e instituições de mediação, até porque fica um pouco difícil fazer mudanças na lei depois. Isso porque a própria mediação é um processo, em si, inflexível.

Bom, referente ao conteúdo do PL, vou passar a palavra, brevemente, à Dr^a Andréa, para falar, rapidamente, sobre confidencialidade das informações e cadastramento de mediadores.

A SR^a ANDREA MAIA – Vou fazer um complemento rápido ao que o Paul falou com relação à confidencialidade. Foi do nosso entendimento que o anteprojeto deveria conter dispositivo referente ao fato de que a confidencialidade deve estender-se a todas as informações trocadas durante o procedimento da mediação, e que tanto o mediador quanto a sua equipe, em virtude do dever de sigilo inerente a sua função, não poderiam divulgar ou mesmo depor com relação aos fatos oriundos da mediação.

Outra questão que gostaríamos de comentar é sobre o cadastramento nacional de mediadores, que alguns profissionais têm defendido. Entendemos que, no caso da mediação extrajudicial, esse tipo de cadastro seria desnecessário, inclusive levando em consideração os norteadores principais da mediação, que são o princípio da autonomia e da vontade, o princípio da informalidade.

Entendemos que o próprio mercado vai se encarregar de regular. Esse mercado já é conhecido por ser bem competitivo, e o Paul vai mencionar agora alguns casos de que ele participou, internacionais, em que havia esse cadastramento e que limitou o trabalho dos mediadores.

O SR. PAUL ERIC MASON – Para as pessoas aqui na sala que são arbitralistas – tenho vários colegas arbitralistas aqui na sala – eu vou falar rapidamente sobre uma proposta de cadastramento no estado da Flórida, nos Estados Unidos, de arbitragem, que foi meio desastrosa.

Estou falando porque acho que a ideia de cadastrar mediadores extrajudiciais não é necessariamente uma boa ideia. A Ordem dos Advogados da Flórida, há alguns anos, há cinco ou seis anos, aprovou uma regulamentação da própria Ordem exigindo que todos os advogados que não tenham a certificação da Ordem da Flórida – sejam advogados estrangeiros ou

advogados norte-americanos de outros estados, que fazem arbitragens sediadas no estado da Flórida, sejam domésticos ou internacionais – teriam que cadastrar frente a Ordem daquele estado, pagar uma taxa e, pior ainda, seriam limitados a participar de apenas três arbitragens por ano lá na Flórida.

Agora, imagine você, advogado ou advogada brasileira, com clientes com várias arbitragens internacionais, sediado lá, porque o contrato já traz isso com cláusula compromissória, não se pode mudar facilmente. O seu cliente não vai aceitar isso muito bem, nem você, esse constrangimento de apenas três audiências.

Isso foi desastroso, até que o próprio mercado – a arbitragem tem um mercado, cada mediação tem um mercado –, como os concorrentes da Flórida, por exemplo, New York e outros estados que têm interesse em sediar a arbitragem, já saíram com muita publicidade negativa. Nós, que estamos trabalhando na seção internacional da Ordem dos Advogados da Flórida, montamos uma campanha que, graças a Deus, conseguiu tirar a arbitragens internacionais desse âmbito. Para a arbitragem internacional, não há esse limite ou constrangimento.

A ideia foi meio desastrosa na área de mediação. Se o Brasil tentar fazer a mesma coisa, vai ser um tipo de reputação negativa. Eu acho que pode especialmente atingir a mediação internacional, que é a de comércio entre empresas, área importante para empresas utilizarem mediação para conter custos e agilizar os negócios.

Há uma coisa pouco relacionada a isso, que é a certificação de mediadores.

Eu tenho uma experiência, também, que não foi muito boa com isso, mas acabamos driblando o problema. Fui chamado pela CCI, em Paris, para uma mediação, uma dessas internacionais, entre empresas na área de energia elétrica e resseguros. Envolveram seis empresas de diferentes países, do Centro América, Europa e Estados Unidos. Foi muito complicado, e chama-se *multi party* em inglês. Acho que em português também há essa expressão, com o valor entre US\$6 milhões e US\$10 milhões, dependendo do cálculo.

Agora, eles pediram à CCI para fazer a mediação no Panamá. Naquela época, em 2010 ou 2011, se não me engano, o Panamá teve – talvez ainda tenha, não tenho certeza – uma exigência de lei em que qualquer pessoa que quer atuar como mediador no Panamá tinha de ser certificado pelo Ministério da Justiça, tinha de ser cadastrado, certificado pelo Ministério da Justiça, carimbado, e, para isso, teve de fazer um longo treinamento no Panamá.

Acho que, talvez, tenha sido bom para estimular a indústria de turismo lá porque o treinamento era de

um a dois meses. É claro que as partes não quiseram esperar – eu já falei isso entre várias conversas – e, finalmente, acabamos mudando a mediação para Miami. Então, resultado: o Panamá perdeu a mediação. Foi, em inglês, um *backfire*. Não sei como se fala em português.

A SR^a ANDREA MAIA – Saiu pela culatra.

O SR. PAUL ERIC MASON – É. Caiu no pé. Então, isso aconteceu, realmente, uma pena, mas aconteceu.

Outra coisa: tipo de mediação autorizada. Eu ouvi – não sei como está no texto do PL, porque não temos direito de saber – que havia algumas propostas para limitar o tipo de mediação àquela tão chamada mediação facilitativa. Há vários tipos de mediação, dependendo do grau de participação do mediador: há a facilitativa, a valorativa e a transformativa; pelo menos essas três. Agora, facilitativa é mais *light*, o mediador é mensageiro com alguns toques de comunicação; valorativa, o mediador pode propor ideias que as partes nem pensaram em considerar, porque eles estavam bloqueados emocionalmente, ou não eram muito criativos ou outra perspectiva.

(*Soa a campanha*)

O SR. PAUL ERIC MASON – Estou terminando.

Eu, pessoalmente, atuei em várias mediações internacionais onde fiz aquela mediação valorativa, e resolveu. Eu acho, também, que não é exatamente o papel da legislação limitar o tipo de prática do mediador. Essa é uma coisa mais técnica e é opinião da IMI, também.

Finalmente, o último item que eu tenho é sobre remuneração de mediadores, porque esse não era um assunto que levantei. Alguém me perguntou sobre isso.

Nós sabemos bem que, aqui no Brasil, costuma o advogado ser remunerado, às vezes, com honorários, porcentagem da causa. Minha pergunta é se é apropriado para o mediador. A maioria, provavelmente, são advogados; há também alguns psicólogos, dependendo do tipo de mediação, seja familiar ou comercial. A pergunta é se é apropriado, aqui no Brasil, para um mediador, ser compensado recebendo honorários em uma porcentagem da causa em jogo. A IMI acha que não, porque o mediador tem que ser completamente neutro e imparcial, sem tentar forçar a barra para chegar a um acordo porque vai ganhar uma porcentagem. Mesmo se o mediador não tem essa ideia, é bom tirá-la da imaginação da mídia, do povo.

Acho que a imagem da instituição de mediação também é importante ser preservada. Então, eu acho que o mercado para vendedores está bem estabelecido mundialmente, e aqui no Brasil também, e a base de tabela normalmente é por hora. Eu acho que é melhor

ficar assim. Eu acho que remunerar por porcentagem vai dar problemas éticos de percepção, de conflitos de interesse. Com isso, eu vou terminar e agradecer a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Depois, faremos uma saudação a todos que nos honram com a presença aqui. Eu quero agradecer ao Dr. Paul Mason, com essa visão bastante internacional. A sede é em Genebra?

O SR. PAUL ERIC MASON (*Fora do microfone.*) – Haia.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Em Haia. Em seguida, agora, vamos ouvir o Dr. Frederick Straub, Presidente do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara Brasil/Canadá

O SR. FREDERICK STRAUB – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero, primeiramente, agradecer a V. Ex^a e aos ilustres membros da Comissão, pela oportunidade que me deram de também – pretendo eu – dar alguma contribuição a esse importante momento da arbitragem no Brasil. Seguindo o que o senhor falou, vou dar algumas informações a respeito da nossa instituição.

O CAM-CCBC está completando, agora em setembro, 34 anos de atividade. Fomos a primeira entidade brasileira, fundada em 1979, para administrar arbitragem. É uma entidade sem fins lucrativos, que não remunera também os seus membros estatutários, quais sejam o Presidente, cinco Vice-Presidentes e o Secretário-Geral. A Direção compreende, ainda, um Conselho Consultivo, formado por ex-Presidentes, pelo Presidente em exercício e por, pelo menos, mais cinco árbitros eleitos.

O CAM-CCBC também se compõe de várias comissões, algumas permanentes e outras constituídas com tempo limitado para a execução de determinadas tarefas. Entre as permanentes, cito a Comissão dos Jovens Arbitralistas, a Comissão para Internacionalização, a Comissão de Promoção da Mediação, a de Promoção da Arbitragem no Âmbito da Propriedade Industrial e Tecnologia e Promoção da Arbitragem na Administração Pública e, ainda, o Grupo de Estudos de Arbitragem do Professor Guido Soares.

Nosso serviço – e esse, entendemos, é o papel da instituição arbitral – é dar o maior grau de previsibilidade possível às partes. E, sendo uma entidade privada, podemos nos adaptar melhor aos anseios do mercado, uma vez que temos um canal aberto a críticas e discussões.

Somos uma instituição certificada pelo ISO 9001, desde 2004, quando completamos 25 anos de atividade. Essa certificação e a obediência às normas 9001 nos proporcionam a padronização de procedimentos

da secretaria, bem como nos obriga a uma avaliação anual, com pesquisas de satisfação dos usuários. Tenho a honra de comunicar a esta ilustre Comissão que o nível de respostas entre “bom” e “ótimo” não tem sido menor que 90%.

Assim, nós construímos uma reputação e um crédito de confiabilidade das instituições. E, hoje, temos como resultado alguns números muito expressivos. Arbitragens instituídas desde 1979 até o momento: 391 arbitragens. Arbitragens em andamento no momento: 125 arbitragens.

Verificamos também um número crescente dessas arbitragens. Nos últimos 4 anos, nós tivemos uma média de 55 procedimentos iniciados por ano, sendo que – vejam a progressão –, em 2010, 48 procedimentos; em 2011, 63 procedimentos; em 2012, 64 procedimentos; em 2013 até ontem: 48 procedimentos iniciados.

Temos, até o que tabulamos em dezembro de 2012, mais de R\$12 bilhões em disputa, nos procedimentos encerrados e nos que estavam em andamento até aquela data. Sentenças arbitrais proferidas em 2012: 38. Média de duração dos procedimentos arbitrais encerrados em 2012: aproximadamente 13,5 meses.

Nossa entidade – eu posso dizer sem falsa modéstia e sem querer diminuir as demais – é a única apontada como referência no exterior. Temos, em função disso, convênios de cooperação com a CAM Santiago, que é uma das mais importantes câmaras de arbitragem da América hispanoparlante; a Câmara de Milão, que tem sido, repetidamente, nos últimos anos, a segunda entidade arbitral na Europa a receber arbitragens, perdendo apenas para a CCI; a Câmara de Arbitragem e Mediação da Câmara de Indústria e Comércio de Lisboa; um convênio com a DIS, que é a principal organização alemã de arbitragem; recentemente, fomos procurados pelo Centro de Arbitragem e Mediação de Viena, para estabelecermos um convênio; assim como com as Cortes de Arbitragens de Madri, que é a mais tradicional daquele país.

Falo agora um pouco da Lei de Arbitragem. A nossa Lei de Arbitragem – e isso eu falo muito no exterior, portanto, estou sendo muito veraz quando repito isso aqui –, é de 1996 e é uma lei moderna, simples e flexível. Acho que estas são as grandes virtudes da lei: moderna, simples e flexível. Em rigor, sem qualquer desprestígio e menoscabo a esta ilustre Comissão, entendemos que até não haveria necessidade de alteração na lei, uma vez que pontos bastante controversos dela já foram devidamente aparados pela jurisprudência dos nossos tribunais, que têm sido, digamos, extremamente amistosa com a arbitragem. E, principalmente, o Superior Tribunal de Justiça tem fixado, com muita

sabedoria, pontos controversos que, ainda, as deficiências de redação da lei anterior permitem.

Entretanto, a obra humana sempre pode ser melhorada, embora todo processo legislativo nos cause muita preocupação, porque não adianta sair um projeto muito bem elaborado da Comissão, e ele, depois, na sua tramitação pelo Congresso, acabar sendo uma espécie de árvore de Natal, onde uma série de penduricalhos, de projetos absurdos, horríveis, que estavam engavetados por sua falta de necessidade e, inclusive, de fundamentos doutrinários, acabem se engastando nessa nova lei. Nós temos a expectativa de que a Comissão saberá zelar pela minuta que daqui sair.

Agora, o Brasil, ainda hoje, é um país respeitado internacionalmente na sua arbitragem, tem uma intensa produção científica. Por conta disso, é respeitado. O CBAr (Comitê Brasileiro de Arbitragem), hoje, é uma entidade respeitada universalmente. Os nossos árbitros são utilizados em arbitragens internacionais pelas mais reputadas entidades do mundo. E o País vem sendo adotado, cada vez mais, como sede de arbitragens internacionais.

Posso mesmo testemunhar, pelos números da minha Câmara – e eu sou uma pessoa que não é engenheiro nem economista, mas eu trabalhei durante muitos anos numa firma de engenharia, então, me anime a fazer Estatística, e tenho várias estatísticas a respeito de tudo o que os senhores quiserem perguntar em matéria de números da nossa atividade.

Nós, hoje, temos um percentual crescente de arbitragens internacionais que está na ordem de 17%, subindo para 18%, na nossa Câmara. Precisamos, portanto, continuar construindo essa reputação, e manter a reputação é muito importante.

Muito bem. Agora, vamos àquilo que eu acho, na minha visão de uma pessoa que está há muitos anos à frente da arbitragem, na administração. Já estou há seis anos como Presidente; fui, antes, por oito anos, Vice-Presidente Executivo; já fui Presidente da Entidade, entre 1992 e 1995, antes da Lei, portanto. Quer dizer, na minha visão modesta, entendo que deveríamos manter, nesse projeto, uma compatibilidade bastante importante com a Lei Modelo da Uncitral. Devemos manter o sistema monista é uma grande vantagem e, inclusive, tem atraído, no meu ponto de vista, arbitragens internacionais para o Brasil. Devemos ainda promover melhor disciplina do tratamento das medidas urgentes, ou seja, enquanto não estiver instalado o tribunal, a competência para medidas judiciais precisa ficar claro – para medidas preparatórias – que é do Judiciário.

Ainda existe muito juiz de primeira instância achando que, se há uma cláusula compromissória,

vai procurar o Centro de Arbitragem. Ou, pior ainda, se a pessoa já protocolizou um requerimento de arbitragem, aí é difícil conseguir que o juiz examine o procedimento.

Sabemos todos que, entre uma protocolização de um requerimento de arbitragem e o início da arbitragem propriamente dita, com a instalação do tribunal, muitas vezes, há três meses de demora, por aí. E sempre, também, não por lentidão, ou por burocracia, mas por medidas que preservam o interesse das partes, principalmente relacionado à exposição da figura do árbitro. Depois de instalado o tribunal arbitral, sim, aquela medida que foi outorgada pelo juiz estatal poderá ser reforçada ou alterada, por decisão do tribunal arbitral.

A lei deveria estabelecer claramente quais são as únicas possibilidades de intervenção do Poder Judiciário. Antes da instalação, medidas de urgência; coerção das medidas determinadas pelo tribunal arbitral; as medidas que hoje são disciplinadas pelo art. 7º da Lei atual, ou seja, cláusula vazia, quando existe recalcitrância de uma das partes; e o controle posterior do procedimento, apenas nos casos previstos em lei, quer dizer, estabelecer isso claramente, que são *numerus clausus*, os advogados não podem ficar inventando coisas.

Outras sugestões: esclarecer que a arguição de nulidade da sentença arbitral, se veiculada no bojo de impugnação ou cumprimento da sentença, só serão acolhidos se estiverem no prazo decadencial, que hoje é de 90 dias e que, no nosso entendimento, deve ser mantido.

A prescrição, que já foi falada pelo nosso amigo Roberto Teixeira da Costa: eu acho que precisa se estabelecer, seja no Código Civil, seja numa disposição da lei que altere o Código Civil, claramente, para a garantia dos usuários da arbitragem, que a protocolização do requerimento de arbitragem interrompe a prescrição.

Arbitrabilidade em Direito Societário e Poder Público: previsão sobre a possibilidade de sentença parcial e também colocar na lei o sigilo arbitral, que só seria derogável em procedimentos envolvendo entes da Administração Pública.

Achamos que a redação, com a devida vênia, ousou sugerir, deve ser cautelosa. Nós temos que evitar, a todo custo, um novo questionamento sobre a constitucionalidade da Lei de Arbitragem. Nós, que estávamos à frente de uma instituição na época, percebemos o quanto se desgastou naquele período do questionamento.

Não disciplinar entidades arbitrais: eu sei que existe uma tendência, que eu acho nefasta, de se pensar em disciplinar as entidades arbitrais. Isso vai ser mais uma jabuticaba brasileira, se vier a lume, porque,

na verdade, não existe, no mundo civilizado da arbitragem, disciplinas e estabelecimento de regras para entidades arbitrais. A lei atual foi muito sábia, ela mencionou, sempre *en passant*, as sociedades arbitrais. Além disso, Excelências, não podemos nos esquecer de que a Constituição Federal estabelece claramente a liberdade do direito de associação, quando as únicas limitações em relação às associações são de ordem constitucional.

(Soa a campanha.)

O SR. FREDERICK STRAUB – Ou seja, não se pode associar para se praticar fins ilícitos ou para ter atividades paramilitares.

O corpo de árbitros da nossa instituição é um corpo estabelecido. Primeiro, ele não é obrigatório; os coárbitros podem ser escolhidos pelas partes; o presidente do tribunal, em princípio, deve ser da nossa lista de árbitros. Nosso corpo de árbitros sempre foi considerado um grande ativo nosso. Nós, quando alteramos o nosso regulamento – a nossa última alteração entrou em vigor em janeiro do ano passado –, ficamos três anos estudando, auscultando, e os nossos clientes, os advogados, cujos escritórios são nossos usuários, acabaram concluindo que deveríamos manter a lista de árbitros.

Como falou o Roberto Teixeira da Costa – não estou com tanta intimidade para chamá-lo de Roberto – a liberdade das partes, em termos de vontade, se realiza, num primeiro momento, quando ela opta pela arbitragem, em lugar da Justiça pública. Em segundo lugar, se optou pela arbitragem, ela pode optar pela arbitragem *ad hoc*, ou pela arbitragem institucional. Se ela optar pela arbitragem institucional, ela tem várias entidades para escolher. Se ela escolhe uma entidade que tem essa regra, essa regra tem que ser obedecida. Isso não é limitação, isso é jogo de advogado que quer impor. O advogado brasileiro, de uma maneira geral, quer impor a sua vontade sobre a instituição arbitral. E nós precisamos manter as entidades arbitrais brasileiras respeitáveis. Eles, de uma maneira geral, querem fazer aqui o que não ousou nem pensar em fazer na CCI, porque, na CCI, os árbitros ninguém sabe como são escolhidos. Você indica, você não sabe se a sua indicação vai ser aceita ou não.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Dr. Straub, pode concluir, por favor?

O SR. FREDERICK STRAUB – Então, na verdade, o que eu desejaria deixar é esse recado construtivo, num sentido, e, de outro lado, pedindo que efetivamente deixem livres as entidades que devem ser livres. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Dr. Straub, eu agradeço a visão de quem tem a responsabilidade de cuidar de instituições como a dos senhores. É muitíssimo valiosa, para nós da Comissão. Tenha a certeza disso.

Eu, agora, passo para o painel da Ordem dos Advogados. Aqui me foi encaminhada a ordem que vão usar da palavra, e eu vou seguir a divisão de 30 minutos. Os senhores dividem entre vocês o tempo. Está bem assim?

A primeira a falar é a Dr^a Mariana Freitas, que é do Rio de Janeiro, e tem a palavra, então.

O SR. JOAQUIM DE PAIVA MUNIZ – Antes de a Mariana falar, agradeço, em nome do Conselho Federal. Sou Presidente da Comissão de Arbitragem do Rio de Janeiro. Meu nome é Joaquim Muniz, sou membro do Conselho Federal da OAB. Convidamos a Dr^a Mariana Freitas, o Dr. Ricardo Loretti, a Dr^a Samantha Pelajo, e é extremamente importante para a OAB a participação neste debate. Também temos aqui a participação das Câmaras, a participação dos próprios usuários, a Febraban esteve aqui ontem.

Agora, a arbitragem envolve diretamente o advogado. Uma grande fonte de mercado para os advogados, as grandes causas estão indo para a arbitragem, aquelas que envolvem direitos disponíveis. Então, é extremamente importante a OAB estar sempre na dianteira nessas discussões. Então, o Conselho Federal da OAB, que eu estou aqui representando, fez questão de fazer uma série de comentários, de sugestões. Quero, ao Presidente da Comissão, Ministro Salomão, agradecer a própria democracia disso, porque é muito importante esse tipo de discussão.

Como bem adotou o Roberto, Presidente da CVM, normalmente se coloca um projeto que já está pronto. A organização desta audiência pública é algo fantástico, de extrema democracia, porque, antes de o projeto estar pronto, está-se ouvindo a sociedade civil.

Então, tenho certeza de que vai ser um sucesso pelo nível de democracia, pelo alto nível de discussão que está sendo feita.

Passo a palavra aqui à Dr^a Mariana.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Dr. Joaquim.

A SR^a MARIANA FREITAS – Inicialmente, gostaria de cumprimentar a todos os presentes, Ministro Presidente. Nós, no âmbito da Comissão da Arbitragem da OAB do Rio e também do Conselho Federal, discutimos eventuais sugestões que pudessem ser trazidas para esta audiência.

No geral, o posicionamento da OAB é o de que, em termos de arbitragem, a lei atual vem funcionando muito bem, vem passando por um período de consoli-

dação, e as questões, as controvérsias que foram surgindo nesse período foram bem resolvidas pela jurisprudência, o que resultou na consolidação realmente da prática arbitral no País e numa crescente credibilidade não só pelas partes envolvidas, mas pelos advogados, cujo primeiro impulso é procurar o Judiciário. E os advogados estão começando realmente a acreditar na arbitragem, colocá-la em prática e sugerir-la para os seus clientes.

No entanto, até para poder contribuir com este debate, discutimos algumas situações que poderiam agora a ser positivadas...

A SR^a ADRIANA BRAGHETA – Desculpe-me interromper. A senhora está com o PowerPoint, é isso?

O SR. JOAQUIM PAIVA – Não. O PowerPoint foi mais como guia para...

A SR^a MARIANA FREITAS – Como um guia, porque nós já trouxemos impresso, achamos que não precisamos mostrar.

O SR. JOAQUIM PAIVA – Até porque fica um pouco maçante, se ficarmos passando o PowerPoint. Já ouvi falar que, na Suécia, fizeram um partido anti-powerpoint. Talvez, isso tenha sucesso no Brasil, mas é importante, os senhores e as senhoras, como membros desta Comissão, terem por escrito o resultado.

A SR^a MARIANA FREITAS – ...das nossas discussões aqui, até para poderem, depois, contribuir, por favor.

Então, vou falar sobre alguns pontos e depois vou passar a palavra para o Joaquim e para o Ricardo, e, ao final, para a Samantha também, que vai falar sobre as questões de mediação não debatidas por nós, que falamos apenas da parte de arbitragem.

Quanto à arbitragem, em contatos administrativos, o entendimento geral, nas nossas discussões, foi que a legislação específica e também a jurisprudência que já existe nesse sentido são satisfatórias. Então, a princípio, não haveria necessidade de legislar sobre isso no novo projeto. Poder-se-ia manter, como já vem sendo tratado até o momento.

A mesma coisa com relação às arbitragens em relações de consumo. Nosso entendimento é que a jurisprudência já vem tratando da questão de maneira satisfatória. Da mesma forma, as próprias limitações que já são colocadas na Lei de Arbitragem funcionam bem.

Então, a princípio, o nosso entendimento é o de que essa matéria também, num primeiro momento, talvez não precisasse ser mexida.

Quanto à arbitragem em direito do trabalho, a nossa sugestão que fosse autorizada esse tipo de arbitragem por parte do empregado, ou quando houvesse a concordância inequívoca do empregado com a arbitragem, obviamente se levando em consideração

caso a caso, mas pensando principalmente em empregados já em posições de comando e em empresas, que têm plena autonomia da vontade, quando assinam seus contratos de trabalho, concordando em participar da arbitragem, assinar o cumprimento arbitral, a cláusula arbitral.

Vou passar a palavra ao Joaquim, que vai dar continuidade.

O SR. JOAQUIM PAIVA – Obrigado. Foram muito discutidos esses pontos específicos, e o que vemos é que seria melhor, em determinados casos, como contratos com a Administração Pública e com a relação de consumo, que, se tivesse um princípio – é uma sugestão que vamos fazer – de “*in dubio*, pró-arbitragem”, mais do que efetivamente regular-se cada ponto específico.

É muito interessante, porque essa é uma discussão muito feita, dentro do âmbito das OABs. Sem condenar, o Prof. Luis Olavo Baptista falou ontem o mesmo, que, ao invés de entrar em direito por direito, ramo por ramo do direito, autorizando, por que não deixar claro que existe uma autorização geral que, em caso de dúvida, se permite arbitragem?

Talvez isso seja melhor até porque, nos âmbitos específicos do direito, as decisões do Poder Judiciário têm sido muito positivas. Então, devemos deixar o Judiciário fazer o seu bom trabalho e colocar, como sugestão nossa, algum princípio de “*in dubio* pró-arbitragem”, até porque qualquer interpretação restritiva que venha normalmente com questão de indisponibilidade de direito vai ser vista estrita e restritivamente e não como uma proibição geral.

O ponto de vista muito discutido é o ponto de Direito Societário. Ele também foi discutido nas apresentações de ontem. Há cliente que entende que pode; há gente que entende que não. Mas, no caso específico de sociedade limitada, cuja natureza contratualista é muito mais forte, existe a noção de contrato plurilateral. Quer dizer, na sociedade limitada, é claro e inequívoco que, ao aceitar aquele tipo societário, você aceita que a vontade não seja só sua e sim que seja delegada para o órgão societário.

Então, nesse caso, veríamos como um avanço legislativo a autorização de uma exceção de cláusula com promissória em contratos sociais de sociedade limitada, porque, vejam só, a última alteração da lei das S/A, de 2002, foi no sentido de autorizar para sociedade anônima. Não existe algo semelhante para a sociedade limitada.

E, na sociedade limitada, é até melhor do que nas anônimas, porque, nestas, as hipóteses de recesso são restritas; na sociedade limitada é ampla. Qualquer divergência dá direito de recesso. Então, se o sócio está descontente com a exceção de uma cláusula arbitral,

resolve-se pelo recesso, cuja previsão já é geral numa sociedade limitada. Veríamos isso como um avanço.

Um ponto importante é que não haja retrocessos nessa revisão da lei. Então, por exemplo, caução para estrangeiros. Houve quem defendesse ali a existência de caução para estrangeiros. Acho que isso seria um retrocesso imenso. O Brasil é uma grande sede de arbitragem na CCI, que é a maior Câmara mundial. Estamos entre os cinco maiores nos últimos anos. Colocar uma caução para o estrangeiro fazer arbitragem no Brasil afastaria.

Nos últimos anos, a CCI, que é essa maior Câmara mundial, cogitou sair de Paris. Vários países da Europa se ofereceram. Aí, foi feito um estudo. A sede da CCI em Paris movimentava para a França 200 milhões de euros por ano. 200 milhões de euros por ano para ser sede de arbitragem!

Estamos longe dessa realidade no Brasil? Hoje, sim, mas não sei em 10 ou 15 anos, porque o Brasil já está entre os maiores centros de arbitragem do mundo. Quer dizer, não é uma coisa que, no futuro, o Brasil vai ser um centro; o Brasil, hoje, é um centro. Em alguns anos, ele pode ser um centro tão poderoso quanto Nova York ou Paris. Tendo a dizer que, com pureza d'alma, quando um cliente chega e diz: “Você vai colocar a sede em Nova York, em Londres ou no Brasil?” Coloco no Brasil.

Desculpe-me o advogado americano aqui, mas, em termos de processo civil americano e processo civil inglês, acho que o processo civil brasileiro está muito mais avançado. Não podemos ter complexo de vira-lata não. Temos um processo civil bastante avançado, temos uma jurisprudência avançada e favorável à arbitragem.

O Brasil é um bom local de sede de arbitragem. Então, não podemos atravessar a rua, para escorregar na casca de banana do outro lado. Não podemos colocar vedações à arbitragem internacional no Brasil, o que também se coaduna com a questão de homologação de sentença estrangeira. Temos de tomar muito cuidado para não alterar em nada a questão de homologação de sede estrangeira, porque está regulado, hoje em dia, pela Convenção de Nova York, que é mundialmente conhecida. Então, todo mundo sabe como funciona homologação de sentença estrangeira no Brasil, porque esta convenção é uma das convenções internacionais mais adotadas.

Assim, o Brasil é um bom local de se fazer arbitragem com parte brasileira, porque, mesmo se a sede for no exterior, você sabe como funciona. O STJ tem feito um trabalho maravilhoso de jurisprudência, considerado avançadíssimo, comparado com outros países de sede de arbitragem. Se houver alguma mudança

na homologação de sentença estrangeira, pode-se entender que rogou algo da Convenção de Nova York.

Isso é um ponto que se deve tomar o máximo de cuidado possível, para não mudar nada, para evitar alguma consequência que não tenhamos pensado.

Também, com vistas a essa questão de nomeação de ato e procedimento, é muito importante mantermos a ideia de autonomia da vontade e flexibilidade da arbitragem. Você vê que nós, arbitralistas, somos tão flexíveis, que fizemos aqui um painel de quatro, ao invés de um painel de um, e tem funcionado bem.

Quer dizer, a grande beleza da arbitragem é que você tem a grande flexibilidade que o juiz não tem de resolver as regras de acordo com o que acontece no caso concreto. Então, você pode fazer algo realmente inovador.

Então, a posição da OAB é a de que não há qualquer interferência no procedimento arbitral. Quer dizer, as regras atuais dão flexibilidade de acordo com certos princípios: ampla defesa, contraditório, livre convencimento dos árbitros. Mantendo esses princípios, não há o que regular esses procedimentos, porque a flexibilidade é da essência da própria arbitragem e qualquer tentativa de regulamentação vai gerar uma alegação de nulidade.

Então, é um fogo amigo. Quer dizer, quanto mais regulamos, mais vamos afastar as arbitragens internacionais, vamos trazer dinheiro para o Brasil, não só para os advogados. O impacto financeiro de hotéis, tradutores, estenotipistas, é imenso. As próprias câmaras, no Brasil, o crescimento destas, se formos pegar as estatísticas, é de 30%. Se formos pegar a Câmara do Dr. Strauber, Câmara da Bovespa, Seesp, Camarb, CBMF. Elas crescem 5% ao ano. Quer dizer, nós temos deixá-las funcionar, sem tentar intervir.

Nesse ponto, aí é um posicionamento pessoal; não é um posicionamento institucional, mas fico um pouco preocupado com essa ideia com vedação de lista de árbitro, porque, por mais que pessoalmente não goste da ideia de lista de árbitro, entendo que é um pilar da arbitragem essa liberdade das Câmaras.

Até na minha experiência pessoal como diretor de uma câmara no Rio de Janeiro, não gosto das câmaras, mas o pessoal liga, pedindo a lista. Essa é a realidade: se você tira a lista, as partes vão ficar ligando e pedindo as mesmas. Se você proíbe a lista, você pode gerar um problema sério e prático, além de uma questão inconstitucional, bem levantada aqui, de interferência de uma sociedade civil que tem um princípio constitucional da livre organização.

Dito isso, vamos passar para as partes de algumas sugestões que temos. A primeira é justamente a ideia de *in dubio pró-arbitragem*. Quer dizer, deixar claro

que, em caso de interpretação contrária à arbitragem, tem de ser a mais restritiva possível. Isso funciona em dois níveis: o primeiro nível diz respeito à área específica, por exemplo, do direito – por exemplo, contratos administrativos, contratos de consumo –, que a vedação da arbitragem pelo direito não disponível seja interpretada restritivamente; também outro nível que julgo importante, que é a vivência prática do advogado são as chamadas cláusulas patológicas, porque quem faz a cláusula de arbitragem, muitas vezes não é um advogado sofisticado, mas o pouco sofisticado, que vai fazer algum erro crasso, até ele aprender, mas há uma curva de aprendizado para todos os nossos 500 mil advogados do Brasil aprenderem a lidar com direito.

Muitas vezes, não é nem o advogado. Vou dizer que 90% das vezes é a própria parte quem faz a cláusula. Então, é preciso que fique claro que a escolha pela arbitragem é uma escolha da mesma. Se houver alguma falha, alguma patologia da cláusula, o Judiciário pode corrigir a cláusula, mas não retirar do Poder Judiciário.

Então, a proposta é: em caso de cláusula patológica, o Judiciário mantém a arbitragem e corrige o defeito da cláusula.

Outro ponto importante é a regulamentação da comunicação dos árbitros com o Poder Judiciário.

Isso é um ponto que não está muito claro na lei. A redação da lei atual não é a mais eficiente que poderia ser. Isso poderia ser ajustado. Existem discussões. Foi muito discutido ontem, por exemplo, a proposta em conjunto da OAB do Rio de Janeiro com a PUC de São Paulo, feita pelo Professor Cahali, aqui da Carta Arbitral.

Acho que isso necessariamente tinha que estar no Código de Processo Civil e já está neste Código. Se tudo der certo, vai ser votado amanhã. Mas é preciso deixar corrigir as falhas que existem na redação atual para deixar claro como existe comunicação entre árbitro e Poder Judiciário, porque, encerrando, passando a palavra para o Ricardo, a maior falácia que pode existir é dizer que a arbitragem exclui o Poder Judiciário.

A arbitragem começa, vive e termina no Poder Judiciário. Ela começa, porque normalmente precisamos de uma liminar, e quem concede a liminar? O Poder Judiciário. Ela precisa do Poder Judiciário no seu curso, porque você precisa dela, para um ato coercitivo, ou para chamar uma testemunha, do Poder Judiciário. Finalmente, ela termina no Poder Judiciário, porque você tem um título executivo judicial que vai ser objetivo de cumprimento.

Então, a comunicação entre o árbitro e o juiz é muito importante. Não se pode deixar passar essa oportunidade de regular isso melhor.

Então, dito isso, passo a palavra ao Dr. Ricardo Lorette.

O SR. RICARDO LORETTI – Bem, dado o limite do tempo, só quero agradecer ao Exmº Sr. Ministro Luis Felipe Salomão e à Comissão de Juristas e assinar embaixo de tudo o que meu Colega já falou nos cumprimentos iniciais.

Serei pontual e objetivo aqui quanto a algumas sugestões que surgiram aqui no âmbito dos debates da Comissão da OAB. Na realidade, melhor do que sugestões seriam preocupações de muitos de nós, advogados, que convivemos com essa realidade há alguns anos.

Passando ao ponto, primeiro aspecto que já ouvi o Dr. Frederick Straub mencionar aqui é que, nós também, da OAB, temos uma preocupação relativa à prescrição. Se fosse possível, achamos que seria interessante que esse ponto ficasse explicitado na lei, de alguma forma, de modo mais claro, a interrupção da prescrição e que isso se contaria da data do protocolo do requerimento, ou numa arbitragem *ad hoc* do recebimento do requerimento pelo requerido.

Evidentemente, essa é uma data que retroagiria. No caso da constituição do painel arbitral, você retroage àquela data específica, lá, bem do início do procedimento.

Em relação a cautelares, sabemos que isso está, de certa forma, um tanto pacificado pela jurisprudência arbitral e pela jurisprudência dos Tribunais de Justiça.

Embora isso esteja pacificado, e o tema processual sempre seja um tema muito espinhoso, a nossa sugestão seria de que constasse alguma coisa na lei, no sentido de que, antes da constituição do painel arbitral, as cautelares seriam dadas pelo Poder Judiciário, concedidas e pleiteadas, perante o Poder Judiciário. E, depois da constituição do painel arbitral, este teria, pela sua jurisdição, total competência para revê-las e reavaliá-las. Nada diferente do que consta na jurisprudência, porém positivada na lei.

Outra sugestão que avaliamos, e surgiu no debate da Comissão, foi relativa à mudança no prazo da ação anulatória, não na extensão do seu prazo, mas uma preocupação que temos, no que diz respeito mais especificamente à questão dos embargos. Contaríamos esse prazo, se a lei pudesse explicitar. A nossa preocupação é a seguinte: muitas vezes, você pode ter uns embargos que não sejam providos, ou sequer conhecidos, e o prazo para sua ação anulatória, que já é exíguo, decorre dali. O advogado fica num dilema em relação a esse tipo de prazo. Por quê? Porque ele vai aguardar o resultado – embora na lei tenha previsão para o proferimento dessa sentença complementar – ou ele já vai ajuizar uma ação anulatória?

Da mesma sorte, a nossa preocupação diz respeito à sentença parcial. Nós temos a sentença parcial no início de um procedimento – e, recentemente, vivemos realidades como essas, o que discutimos bastante na OAB – e, depois de muito tempo, a sentença final. O prazo para anular essa sentença parcial começaria, a nosso ver, somente quando fosse proferida essa sentença final. Por que essa nossa sugestão e essa nossa preocupação? Seria uma situação muito delicada se o advogado tivesse de entrar com uma ação anulatória, contra um painel arbitral, de uma sentença parcial arbitral que ele ainda vai julgar e proferir uma sentença definitiva. Então, a nosso ver, traria mais segurança que o prazo começasse a contar, o prazo de 90 dias da lei, após a sentença definitiva.

Outro ponto. Em relação aos embargos ainda, nos pontos técnicos, nós entendemos que o prazo da Lei de Arbitragem não deve ser um prazo cogente. O prazo deveria, na realidade, privilegiar – dentro do conceito maior da arbitragem – a autonomia da vontade das partes, ou seja, se há um regulamento que estabeleça uma regra específica para isso que seja usado esse prazo do regulamento. Por que dizemos isso? Muitas vezes, temos uma sentença arbitral extremamente longa, uma sentença arbitral de cem folhas. Às vezes, o regulamento nos concede um prazo um pouco mais longo do que o prazo da lei. Aqui, no Brasil, muitas vezes, surge um dilema: seguiremos o prazo da lei ou seguiremos o prazo do regulamento pelo qual a arbitragem foi conduzida? Se esse ponto estivesse explicitado na lei, dizendo que o prazo, nesse caso, não seria um prazo cogente, entendemos, na qualidade de advogado e na OAB, que isso nos daria mais segurança e privilegiaria a vontade das partes que escolheram aquele regulamento específico para ser adotado no seu procedimento.

Peço desculpas por ter falado rápido, mas minha colega queria tecer alguns comentários. É a Presidente da Comissão de Mediação da OAB – RJ. Peço licença, Sr. Ministro, para passar a palavra a ela. Tenho certeza de que, ao final, quando forem abertos os debates, nós poderemos nos aprofundar em algumas questões, tal como tive a oportunidade de observar ontem.

Minha colega Samantha Pelajo, Presidente da Comissão de Mediação de Conflitos da OAB – RJ.

A SRª SAMANTHA PELAJO – Muito obrigada. Bom dia a todos!

Quero agradecer ao Ministro essa oportunidade de estar debatendo democraticamente como seria a previsão da mediação pela legislação.

Para respeitar o tempo, vou abordar pouquíssimos pontos que me parecem, enfim, depois de muitas

conversas, de muitos debates na OAB – RJ, extremamente importantes de se constar numa lei.

O primeiro grande desafio, me parece, é fomentar a cultura da mediação. A mediação, para quem tem essa prática, é um instrumento muito adequado, muito apropriado, para as relações continuadas no tempo. A sociedade não utiliza mais esse instituto, esse instrumento porque não conhece. Por isso, até é muito comum que se pense em uma pré-mediação, se não obrigatória, pelo menos facultada pelo Poder Judiciário ou por instituições diversas. A expectativa é de que a lei possa fomentar a cultura da mediação, principalmente da mediação prévia, seja ela privada ou judicial. O Poder Judiciário do Rio de Janeiro, por exemplo, tem um serviço de mediação prévia. É possível a qualquer jurisdicionado ingressar, antes de propor qualquer ação, no *síte* do Tribunal e se cadastrar para uma mediação prévia.

Essa é uma possibilidade bastante interessante. Talvez o incentivo pudesse ser a redução das custas para aqueles que tentaram esse caminho. Há estudos internacionais dizendo que a utilização por parte de uma parcela nem tão expressiva assim dos jurisdicionados representaria para o Poder Judiciário uma redução muito alta no custo operacional.

Uma segunda questão seria marcar uma diferença muito clara entre os institutos da conciliação e da mediação. É muito comum que se confunda. Advogados confundem, advogados não sabem dizer qual é a diferença. Então, seria muito interessante que a lei pudesse prever que o procedimento da mediação é colaborativo no sentido de laboração conjunta. Ele tem uma visão prospectiva, e não retributiva. O olhar é multifocal, e não apenas legal. A confidencialidade está sempre preservada, a não ser que as próprias partes dispensem. Normalmente as duplas, quando a mediação não é solo, têm caráter interdisciplinar. Por exemplo, uma mediação empresarial que possa ter, como um dos mediadores, um administrador ou contador ou economista pode ser bastante interessante, assim como, na mediação familiar, um mediador da área da saúde.

Outro ponto seria prever, evidentemente, os princípios éticos da mediação. É necessário que fique muito claro que a autonomia da vontade precisa ser preservada. A pré-mediação, ou seja, a explicação sobre qual é a proposta do instituto até poderia ser obrigatória, mas não a própria mediação, porque ninguém pode ser obrigado a negociar, pelo menos esse é o entendimento da OAB do Rio de Janeiro, e sabemos que existem pessoas que pensam diferente. Também a imparcialidade do mediador, sempre, e a confidencialidade do processo seriam muito importantes que

ficassem previstas, como a Dr^a Andréa Maia falou. É interessante que a lei preveja que o mediador jamais vai poder ser chamado como testemunha. Isso seria interessante.

Em relação à participação do advogado, é muito importante, na opinião da OAB do Rio de Janeiro, que as partes estejam pelo menos assessoradas por advogado. O advogado não precisa estar presente a todas as sessões, porque isso pode não ser conveniente para a parte, por uma questão de custo ou até para a condução do processo. Se a gente está falando de uma mediação familiar, às vezes, não é muito confortável para a parte contar questões que a aflige na frente do advogado da outra parte. Na frente do seu advogado, ainda vai, mas na frente do advogado da outra parte... Talvez até a presença física nem seja tão interessante. Mas nenhum acordo deveria, nem em mediação prévia, nem em mediação incidental, seja ela judicial ou extrajudicial, ser firmado sem antes passar pela revisão legal de um advogado.

Por fim, em relação à questão da remuneração, na nossa opinião, não teríamos como... Claro, faz todo sentido que haja critério para a cobrança de uma mediação judicial e que a lei traga previsão para esse tipo de cobrança. A mediação privada deveria ser como a arbitragem, como a advocacia. A tabela de honorários da OAB é apenas, digamos assim, um norte. Têm critérios que o advogado pode ou não aderir. Ele não é obrigado a cobrar exatamente o que está na tabela. Parece à Comissão de Mediação da OAB que a mediação privada também devesse ser regulada pelo mercado. Concordo com o Dr. Paul Mason: se houver algum tipo de vinculação a percentual, pelo menos a percentual do acordo, isso pode eventualmente ferir a imparcialidade do mediador, e não seria de nada proveitoso.

Basicamente essas eram as considerações mais importantes que eu queria para fazer.

Quero agradecer muito essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Dr^a Samantha, muito obrigado.

Quero agora pedir uma salva de palmas como nosso agradecimento por terem comparecido aqui os expositores. (*Palmas.*)

Para todos, eu registro aqui a excelência realmente de todas as exposições. Foram muitíssimo interessantes, no meu ponto de vista, as de ontem e as de hoje, somando bastante para o trabalho da Comissão.

Nós, só para um esclarecimento, optamos por esse formato das audiências públicas. Foi objeto de intenso debate na Comissão a deliberação desse formato, justamente porque, antes de ter o texto, como o senhor disse, “já submetido a todos”, queríamos essas contribuições para os ajustes na linha dos debates que

estão sendo travados. Acredito, sinceramente, que um trabalho assim consulta melhor ao interesse do País do que um projeto que possa ser apresentado ao Parlamento, livremente, por qualquer Parlamentar, e, aí, sim, essa preocupação que eu vislumbrei em todos os expositores, de que esse projeto possa ser modificado no Parlamento, mas com uma minuta de um debate como se trava hoje na Comissão. Sem isso, eu acho muito mais perigoso.

Eu acho que consulta melhor aos interesses da arbitragem, dado e devido ao tempo decorrido, também o marco legal da mediação que possa partir de um anteprojeto ou uma minuta apresentada depois de um trabalho tão democrático, que é o que se está sendo realizado pela Comissão. Mesmo que toda a perfeição não seja desse mundo, como nós sabemos, isso seguramente vai apresentar ao Parlamento e à sociedade uma baliza para que o Senado possa trabalhar e, depois, a Câmara também.

Eu acho que essa preocupação de que possa haver retrocessos efetivamente existe. Ela se minimiza com esse tipo de trabalho que estamos fazendo, acredito eu, e, depois, com o acompanhamento do que vai acontecer no Parlamento, e aí, sim, é um desdobramento da nossa Comissão.

Dito isso, volto a salientar a excelência das exposições de hoje e agradeço a cada um. Vemos que prepararam realmente sugestões. O trabalho tem sido muito cuidadoso. Vamos considerar seguramente isso tudo no nosso debate.

Vou partir agora para a mesma técnica adotada ontem. Cada um dos integrantes da Comissão fique à vontade. É um debate muito informal. Não creio que devamos aqui, seguindo o conselho do Joaquim, da OAB, amarrar a nossa discussão; ao contrário, acho que devemos seguir o princípio da informalidade.

Então, da esquerda para a direita, André, fique à vontade para os seus questionamentos.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND – Bom dia a todos!

Obrigado pela presença e pelas sugestões, que vão ser muito proveitosas em nosso debate.

Como nós destacamos ontem, o Ministro Salomão também acabou de destacar, não temos ainda o texto fechado. A ideia é, justamente com base nessas sugestões, visitar até alguns assuntos que nós vimos discutindo.

Eu quero até fazer uma sugestão para a Adriana e para a Silvia. Alguns temas que vou abordar aqui vocês certamente também vão querer tratar. Podemos, aqui, fazer isso informalmente, em vez de seguir também uma ordem – o Adacir também – e já debater.

Antes de iniciar, queria fazer um registro. Todas as instituições de arbitragem falaram da lista fechada, se manifestando contrariamente a uma intervenção da lei. Esse assunto aqui, para registro, vai ser discutido pela Comissão antes de fechar um texto.

Começando aqui pelo Dr. Roberto, nós ainda vamos discutir mais a fundo a questão dos conflitos societários e da inclusão da cláusula compromissória estatutária. Sabemos que esse é um assunto bem complexo, porque envolve o direito individual dos acionistas, especialmente minoritários, que podem votar a favor ou contra a inclusão da cláusula. No novo mercado, na Bovespa, há um regime já um pouco diferenciado das empresas que não fazem parte desse mercado. Qual é a sua percepção do mercado principalmente, pela sua experiência, o que o senhor tem ouvido, sobre, por exemplo, um direito de recesso aos acionistas se manifestarem contrariamente à inclusão da cláusula?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – O que tem acontecido no mercado, regra geral, é que, para o bem ou para o mal, criou-se no Brasil uma indústria do recesso. E realmente nós temos que ser muito cautelosos quando analisamos instrumentos como esse, porque podem servir de pretexto para que coisas do ponto de vista societário que fazem o maior sentido e que beneficiam a coletividade sejam prejudicadas, sejam inibidas por interesses menores de pessoas que se reúnem e compram ações justamente para boicotar ou para tirar vantagens no momento em que aquela medida fosse implementada.

Bulhões Pedreira, quando estávamos vivendo um caso de uma empresa específica, eu já estava fora da CVM, disse, sempre com aquela visão clara das coisas, muito objetiva: “Roberto, o que nós temos que preservar é a empresa.” O nosso objetivo maior, como legislador, como jurista, como economista, como financista, é preservar a empresa. A empresa gera lucros, a empresa é gera trabalho, a empresa é gera riquezas para o País. Portanto, eu acho que o interesse maior, quando nós olhamos isso, é o interesse da empresa. Agora, realmente, o senhor tem toda a razão, efetivamente esse é um assunto que nós temos que analisar com muito cuidado para que ele não vire um cavalo de troia e iniba algumas, eu diria, fusões societárias, associações societárias que podiam ser inibidas pelo direito de recesso.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Roberto, esse é um tema que nós vamos ter que nos debruçar com rapidez, porque temos até um prazo para sugerir uma redação de lei.

Primeiramente, até para conforto de todos, sobretudo no tema da arbitragem, o que todos expuseram, salvo algum outro tema que vai ser revisitado,

está muito em linha com o pensamento da Comissão: a lei já é boa, as reformas têm que ser pontuais, de aprimoramento. Muitas das suas sugestões colocadas aqui nós já debatemos, minudentemente, e vamos até voltar ao tema por conta das sugestões. Mas esse tema é um tema muito importante e temos até certa pressa para tratá-lo. Como lidar com a questão? Ontem mesmo, nós tivemos uma posição de que, se não houver o direito de recesso, de certa maneira o direito constitucional de acesso ao Judiciário, o minoritário ou alguém, não precisa ser minoritário, vota contra a adoção da arbitragem para aquela empresa. Como fica a posição dele? Como, até para ajudar nos trabalhos, podemos seguir com essa discussão de maneira muito aprofundada e rápida para ter subsídios e opiniões mais diversas para definirmos o texto?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Dr^a Adriana, eu acho que, não sendo jurista e olhando exclusivamente sob o ângulo de mercado das empresas, qualquer medida que seja tomada na Comissão não poderá agradar a todo mundo. Na vida, nós temos que correr riscos o tempo todo, fazer opções o tempo todo que agradam a alguns. Esperamos que agradem à maioria e desagradem à minoria. Nós temos que assumir...

Essa possibilidade de incluir medidas que, eventualmente, as partes se sintam prejudicadas e apelem para o Judiciário é um risco inerente à arbitragem. Eu, não sendo jurista, acho que é o risco que nós...

Precisamos estar convencidos de que esse é o caminho e correr o risco que eventualmente possa acontecer.

Essa é a minha posição.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – O senhor pessoalmente prefere não ter o direito de recesso?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Eu preferia não ter o direito de recesso.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Quer dizer, a gente vai ter...

Evidentemente numa decisão que pode afetar a sociedade como um todo, o ideal é que ela tivesse a participação de todos discutindo aquela ação judicial e os efeitos da decisão valessem para todos, mas o senhor disse aí que também o direito de recesso, hoje, acaba sendo...

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Aí, novamente, olhando o interesse básico da sociedade. Acho que cada caso é um caso. É muito difícil a gente analisar, mas há coisas que poderão ser inibidas, prejudicadas em função de essa cláusula inexistir e, portanto, não permitir que uma operação que tem interesse social possa ser completada.

A SR^a SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Aí se estabeleceria apenas o princípio da maioria. Seria isso?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Exatamente.

A SR^a SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Apenas isso

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Espere só um minutinho, para completar aqui. Depois ouvimos a visão dos advogados, que é muito interessante.

Na linha do que perguntou a Adriana, a cláusula arbitral para disputas societárias, pelo mercado é bem vista.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Sim, certamente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não há controvérsia quanto a isso.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Definitivamente, não.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E pelos advogados também.

O SR. JOAQUIM DE PAIVA MUNIZ – Muito bem vista. Acho que é um ponto muito importante. Até nessas grandes disputas societárias, se se tem a segurança de uma câmara que é decorrente do próprio mercado, tanto assim que no nível dois, nos maiores níveis de governanças corporativas isso foi incluído.

O que é esse nível, no novo mercado nível dois? São aqueles considerados que dão maiores direitos aos acionistas.

Então, quer dizer, a cláusula arbitral foi vista como algo benéfico para os acionistas.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Certo. A questão é só o direito de recesso.

O SR. JOAQUIM DE PAIVA MUNIZ – A questão é o direito de recesso. O meu ponto é rapidíssimo.

A SR^a SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Há vinculação do minoritário discordante ou ausente. Não é, Ministro? *(Pausa.)*

Aí ele seria excluído do acesso à Justiça. Alguns comercialistas veem a posição do direito de recesso como a garantia do direito individual dele. Agora, isso pelo Direito Comercial moderno praticado no mundo é um pouco na linha contramão, quer dizer que o mundo está restringindo e o Brasil estaria ampliando uma possibilidade.

Aí temos que enxergar prejuízos disso.

O SR. JOAQUIM DE PAIVA MUNIZ – Meu ponto é só que na sociedade, como Bovespa... Está havendo sociedades anônimas que são boa parte do PIB brasileiro, mas pela Junta Comercial, 99,9% das so-

iedades brasileiras são sociedades limitadas, e nessas você já teria o direito de recesso, porque qualquer dissenso dá o direito de recesso. Então, para a sociedade, independentemente de como for redundar essa discussão dentro da Comissão, o problema não existe para a sociedade limitada, porque nessa, o recesso, o Código Civil já o concede. Então seria uma alteração mais simples.

A minha sugestão é que separasse a discussão da S.A., que existe duas discussões, da vinculação e do recesso, da limitada, que só existe uma., que é a da vinculação, porque o recesso já é concedido.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND – Joaquim, pela sugestão da OAB, pelo que você expôs hoje, a OAB entende que já existe essa autorização na lei das S.A. e só seria necessária uma autorização para as sociedades limitadas.

O SR. JOAQUIM DE PAIVA MUNIZ – Não, o que acontece é que dentro da OAB existe muita discussão sobre a questão da vinculação. Então a OAB não está se pronunciando sobre isso, sobre a sociedade anônima, porque existe uma discussão...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND – Então não há uma posição da OAB sobre isso.

O SR. JOAQUIM DE PAIVA MUNIZ – Não há posição da OAB sobre S.A.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND – Porque essa questão do direito do direito de recesso pode ser resolvida, inclusive há muitos juristas que defendem isso, porque a sociedade anônima, depois de aprovada uma inclusão, uma mudança no seu estatuto, ela tem um prazo para não efetivar aquela mudança no estatuto se ela vier causar um prejuízo financeiro.

O Dr. Roberto mencionou um caso de fusão, por exemplo. Então, a gente sabe que uma operação financeira numa fusão é muito complicada; se muitos acionistas resolverem sair da empresa, pedir o recesso, a empresa vai ter a possibilidade de, naquele momento, não incluir. Seria uma garantia que lei já...

A SRª SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Dr. Roberto, só para ter clareza da opinião do senhor, de qualquer maneira, por conta do que vota negativamente, o senhor entende que seria útil a nova Lei de Arbitragem tratar desse tema, ou não precisaria tratar de questões de direito societários?

Eu acho que há questões também delicadas, numa S.A., por exemplo, representatividade para quem quiser entrar, que talvez seja muito detalhamento, mas precisaria ter alguma coisa na nova lei tratando da cláusula estatutária, sobretudo para que ela valha contra aqueles que votam discordando, ou não?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Aí eu volto ao tema central da minha apresentação; acho que

a lei tem que ser simples e objetiva. Acho que coisas polêmicas, que podem retardar o processo, poderiam ser evitadas, não precisariam constar da lei, porque acho que isso vai gerar polêmica, vai gerar um debate, um desgaste desnecessário, porque são exceções. As regras não vão ser essas, e nós gastarmos muito tempo numa legislação baseados em casos de exceção não compensa, não justifica.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND – O senhor poderia, Dr. Roberto, explicar-nos como funciona no novo mercado a questão da vinculação dos acionistas à cláusula? A sociedade se submete ao regulamento e ali números talvez, numa estatística, de empresas de nível dois, nível um, de capital aberto, quais já estão sujeitas e se, realmente, a questão é residual, para a gente incluir na Lei de Arbitragem uma disposição nesse sentido.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Os números eu não tenho. Estou sendo assessorado aqui – ela está muito quietinha ali atrás, de acordo com seu perfil, que é muito discreto – pela Drª Andressa, que é meu anjo da guarda na Câmara de Arbitragem.

Você teria esses números, Drª Andressa, para fornecer ao Dr. André? (*Pausa.*)

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND – Antes de sua resposta, se não tiver, depois poderão ser encaminhados para o Leandro, para o Guilherme, que vão repassá-los para o nosso grupo da Comissão.

A SRª ANDRESSA – O que vocês precisariam saber é o número de companhias que integram hoje o novo mercado do nível dois e o Bovespa Mais, que são segmentos para os quais a adesão à CAM é obrigatória?

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND – E também o número de empresas que não estão sujeitas, para a gente ter uma dimensão.

A SRª ANDRESSA – Na verdade, seria o seguinte: o número de companhias abertas listadas em Bolsa e as que estariam no segmento tradicional, em nível um, cuja adesão à CAM não é obrigatória e quais estariam no nível dois, Bovespa Mais e novo mercado?

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND – Isso.

A SRª ANDRESSA – De cabeça, eu não tenho esse número aqui, mas posso consegui-lo facilmente. O que posso adiantar é que existem companhias que já estão listadas, por exemplo, no nível um ou no segmento tradicional que não teriam de aderir à CAM, obrigatoriamente, mas o fazem voluntariamente. Então, existe também essa situação. Então é por isso que preferem aderir à CAM, mesmo não estando obrigadas.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Isso é importante. É o que a gente quer ver. daquelas que não são obrigadas qual é o índice de participação delas.

A SR^a ANDRESSA – Não tenho de cabeça, mas tenho como conseguir.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não há problema. Mandando para a gente vai ser útil.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Eu diria que um dos pontos mais polêmicos na lei do novo mercado diz respeito ao famoso Tag Along. Esse é um ponto muito...

Grandes empresas não foram para o novo mercado por causa do Tag Along, medo. Realmente, há um detalhe curioso: nós tivemos muita dificuldade nos primórdios da CAM, porque, por exemplo, nosso colegiado era eminentemente formado de pessoas ligadas ao mercado. Isso assustou um pouco as empresas, que pensavam: esse pessoal aí vem com unhas e dentes, com as garras, para “ferrar” as maiorias.

A Justiça, como nós sabemos, é imparcial. Eu digo a vocês: fui presidente da CVM quase três anos. A parte mais difícil da CVM é julgar. O julgamento...

Cada vez que eu vejo nos jornais as pessoas fazendo considerações sobre julgamentos, eu fico horrorizado, porque fazer justiça... Você pode ser... Eu podia conhecer pessoas do mercado, saber que eram ladrões, desonestos, salafrários, mas quando estão as evidências na minha frente, eu tenho que julgar pelo que está ali; eu não posso fazer julgamento de valor.

Portanto, uma das coisas que me incentivou fortemente... Quando eu vi as pessoas passarem a não me cumprimentar, eu pensei: acho que já fiz um bom trabalho, está na hora de sair do campo. Também em função disso, nas últimas revisões do Colégio de Árbitros da CAM nós procuramos tirar um pouco as pessoas ligadas ao mercado e colocar mais juristas. Acho que o nosso corpo de árbitros hoje é, eminentemente, de juristas, porque, realmente, é muito difícil uma pessoa de mercado presidir uma sessão de arbitragem por não ter conhecimento jurídico. Eu mesmo estou fazendo um grande esforço aqui para me comunicar com vocês. (*Risos.*)

Desculpe.

O SR. ADACIR REIS – “Pegando um gancho” aí, os senhores falaram sobre a necessidade de a lei continuar enxuta e simples, e qualquer matéria que se adicione gera um potencial de polêmica.

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Roberto e ao Dr. Frederick Straub, na suas experiências e nas suas respectivas Câmaras, entre as arbitragens realizadas qual o nível de aceitação da sentença arbitral e se na eventual insubordinação à sentença arbitral há alguma referência objetiva de crítica ou fundamento que possa levar essa matéria ou perpetuar essa discussão no Judiciário, com base na experiência dos senhores.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Passo a palavra ao Dr. Straub porque a experiência dele nessa área é muito mais rica, porque são inúmeros casos que ele citou aqui. Nós ainda somos... Temos aqui trinta e dois casos na CAM; é um pouco cedo para tirar conclusões tão definitivas.

O SR. FREDERICK STRAUB – Tudo bem. Dentro da nossa experiência, como o senhor pediu, nós podemos dizer o seguinte: existe um fenômeno surpreendente, que é o cumprimento espontâneo das decisões. Isso criou um novo paradigma em termos de relação de obrigação e obediência à decisão. Sabemos que no Judiciário dificilmente quando uma pessoa perde uma causa, no processo de declaração, o advogado chega e diz: “Agora vamos pagar porque”...

Agora existe até uma multa de 10% sobre o valor da condenação se não pagar no período em que for apresentada a liquidação da sentença. Acho que o advogado que faz isso corre o risco até de ser despedido. O que ele diz normalmente: “Nós vamos discutir porque eu tenho mais dez anos de discussão. Isso pode subir outra vez até o STJ”.

Em arbitragem, o que acontece é o contrário. Eu posso dizer ao senhor que nós temos hoje perto de 400 casos, entre... Vamos dizer, como há 120 em andamento, eu tenho 280 casos julgados, e eu não tenho 3% de questionamento em relação à decisão. Normalmente o que se tem é o cumprimento espontâneo da arbitragem, tanto que existe um dispositivo em nosso regulamento e no de muitas outras Câmaras, que permite que, a requerimento da parte interessada e prejudicada, a Câmara oficie às congêneres nacionais e internacionais que aquela empresa ou aquela pessoa descumpriu a decisão arbitral.

Posso dizer ao senhor o seguinte: nesses últimos doze anos em que estou entre vice-presidente executivo e presidente, eu tive notícia de dois casos; um até acabei de indeferir recentemente. Antes de viajar para cá assinei um despacho indeferindo, porque a empresa havia reclamado, eu dei, na verdade, a palavra às outras partes para que se manifestassem. Elas comprovaram que pagaram. Eu pedi novamente que essa parte se manifestasse, a que havia reclamado, pedindo essa comunicação, passaram-se dez dias – muito mais do que isso –, eu havia dado dez dias e esperei um mês, ela não se manifestou, eu indeferi a emissão da carta.

Então, é bastante...

Eu posso dizer ao senhor que são raros os casos. Às vezes, a gente percebe claramente que o que o advogado está pretendendo ali, representando a parte – o advogado não briga nunca, quem briga é a parte –, realmente é rediscutir o mérito. Então, ele cria algum

tipo de artifício para tentar enquadrar aquilo como uma violação ao devido processo legal e acaba, realmente, ajuizando e perdendo. Há um caso importante, com reflexos internacionais, uma condenação alta – US\$20 milhões –, que a parte já perdeu em primeira instância; não só perdeu como também nós fomos chamados, erradamente, ao processo, porque a Câmara não tem qualquer interferência no resultado do julgamento – o Tribunal é absolutamente independente. Nós requeremos a condenação em litigância de má-fé, e o juiz de primeira instância deu litigância de má-fé

Não sei se com isso atendi à sua indagação.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Dr^a Andressa, no caso da nossa CAM, não há nenhum *jus sperniandi*, não é? Ninguém foi contra nossas decisões, não é?

A SR^a ANDRESSA – A gente tem ciência de um caso. A gente tem doze casos terminados e tem ciência de um caso em que as partes estão buscando anular nossa sentença, mas é por uma razão, supostamente, de violação ao direito de defesa, alguma questão mais de prova.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu até queria passar para conciliação, porque, a rigor, a gente vai até meio-dia, mas só para ter certeza, porque são dados que eu não conhecia. O senhor imagina, então, que 97% é de cumprimento espontâneo ou de execução do laudo arbitral? Três por cento que alguém tente... É bastante alto esse número; é bem expressivo.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Veja bem: eu não tenho notícias da execução penal, porque efetivamente esse é um procedimento que passa entre as partes. Não tenho notícia, mas, como há de se supor, inclusive nessas hipóteses que mencionei, desse pedido de declaração, em que a parte já adiantava que tinha ingressado com o procedimento de execução do laudo arbitral, eu quero supor que vários desses casos, pelo menos, passam... Quer dizer, o nosso percentual de rendimento das decisões é muito alto.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu gostaria, em razão do tempo, de fazer algumas perguntas de conciliação – perdão –, de mediação, para ouvir a opinião dos senhores da OAB, das CAMs do Pool. Há uma preocupação na Comissão – a gente discutiu muito –, porque, às vezes, as partes estão em face de um procedimento ou uma cláusula mediarb, ou uma cláusula só de mediação depois do Judiciário e que elas tenham obrigatoriedade de submeter à mediação. Há questões também de prescrição, que importam a demanda. Os senhores entendem um pouco essa experiência internacional que vale a pena na Lei de Mediação tratar disso? Tratar também como se interrompe a prescrição ou os efeitos da cláusula?

Outra coisa que eu gostaria de ouvir com relação ao tema de mediação – tenho para mim que tem de ser uma legislação muito suave, como se diz, mas também se é ou não útil – eu gostaria de ouvir – colocar na legislação o tema da homologação. Se alguém quiser homologar – não sei, tenho dúvida se isso é necessário.

Finalmente, minha terceira indagação: qual a opinião de vocês sobre o tema da mediação na administração pública?

Esses são os três temas que eu gostaria de ter uma breve...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Adriana e colegas da Comissão, antes das respostas, vou pedir licença para me retirar porque tenho sessão de julgamento no STJ.

Vou pedir à Sílvia, em homenagem ao dia do aniversário dela, que ela presida, *ad hoc*, os trabalhos.

Amanhã retornaremos às 9h30min, já na outra sala, para prosseguir nos nossos trabalhos.

Peço, realmente, desculpas, mas tenho sessão de julgamento com processo pesado. Então, por favor. Obrigado, mais uma vez, a todos que participaram. Peço desculpas mesmo, mas tenho que seguir.

A SR^a PRESIDENTE (Sílvia Rodrigues Pereira Pachikoski) – Penso que, em mais dez minutos, encerramos.

Obrigada. Apenas incluiria, dentro dessas perguntas da Adriana, uma mais, porque assim cada um põe sua posição e conseguimos concluir.

O SR. ADACIR REIS – Então, só...

A SR^a PRESIDENTE (Sílvia Rodrigues Pereira Pachikoski) – Diga Adacir.

O SR. ADACIR REIS – ...acrescentando para o Paul, na sua experiência internacional, as legislações tendem a tratar a mediação, apenas a mediação extrajudicial ou há uma tendência de enxergar essa mediação com estas duas facetas, a extrajudicial e a judicial, em um ordenamento só? Gostaria de ouvir sua opinião sobre o que existe hoje no mundo em matéria de legislação.

A SR^a PRESIDENTE (Sílvia Rodrigues Pereira Pachikoski) – E aí te dou subsídio também, Paul. A questão é que existe hoje uma comissão no Ministério da Justiça tratando da matéria e há a nossa Comissão. E estudamos se isso deve compor...E nós tratamos da privada tão somente, e o Ministério da Justiça está se debruçando mais sobre o tema judicial, mas também estamos definindo uma comunhão de escopo e um trabalho único. Se seria único, se for um texto só, quer dizer, em que teríamos princípios comuns em ambos os sistemas judicial e extrajudicial. Isso implica cadastro de mediadores, uma vinculação e um controle maior

do Ministério da Justiça e nas judiciais. Esses são os pontos que precisam ser esclarecidos tanto da OAB quanto de você, Paul, por favor.

O SR. PAUL ERIC MASON – Vou começar com o final, com Dr. Adacir, no estilo americano. Quanto à legislação, digamos, seja monista ou dualista, tipo mediação judicial e extrajudicial juntas ou à parte, há vários países ou até Estados, alguns países tratam o assunto diferentemente. Nós, na Alemanha, estamos tentando montar um projeto de Database, banco de dados, na Internet, disponível para todo mundo. Estamos apenas começando com a legislação mundial de mediação. Não posso dizer que sou *expert* nessa área, porque o mundo é muito grande. Sei, por exemplo, que a legislação portuguesa tem as duas juntas e há outros que nem falam de mediação extrajudicial, só falam de mediação, o americano, por exemplo, os Estados Unidos não fazem distinção. A legislação argentina, que tem peso na América Latina, apesar das diferenças culturais aqui, futebol e mais coisas, a legislação argentina normalmente prevê mediação obrigatória, mas normalmente é feito extrajudicialmente.

Mas prometo, com seu contato, tentar agregar mais informações. Essa foi apenas uma resposta geral a uma pergunta bem complexa.

A pergunta também era de comissão da presidente, Dr^a Sílvia, qual seria recomendada em termos de juntar as disposições recomendadas aqui com aquelas da comissão do Ministério da Justiça. Eu vi o texto. Acho que talvez seja um pouco extremo, mas óleo e água nem sempre vão juntos. Até americano diz “*oil and water don’t mix sometimes*”. E há uma grande diferença, porque mediação judicial é uma coisa controlada pelo órgão público e mediação extrajudicial não é, mesmo com causas dentro do tribunal. Achei, como falei no início da minha apresentação, que a Comissão aqui foi muito sábia em fazer o dualismo. Acho melhor ficar o dualismo. Pode cooperar, mas, se a outra Comissão pudesse tirar referências da mediação extrajudicial, seria bom. Aí vocês têm caminhos que podem cooperar, mas sem misturar óleo e água.

A Adriana fez três perguntas. A mediação e a administração pública, se possível, seria uma boa ideia?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Seria uma boa ideia colocar esse termo na lei.

O SR. PAUL ERIC MASON – Eu acho que, pelo menos, colocar uma cláusula em que tenha o que é permitido, porque, no início das versões do texto, havia uma versão que limitou a mediação de direitos disponíveis. Eu falei que não era uma boa ideia também porque, com relação à arbitragem, tudo bem, mas, como mediação não é um procedimento vinculante obrigatório, mediação pelo mundo é para todo tipo de coisa,

trabalhista, família, escolar, comunidade, comercial... Acho uma ótima sugestão.

A homologação do acordo. Deixe-me entender se o acordo chegado à mediação deve estar ou é uma boa ideia fazer...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Mesma coisa. Será que é útil ter alguma coisa na lei tratando da, quando as partes chegam a um acordo, possibilidade de homologação, de um incentivo a isso ou não, porque a lei pode, simplesmente, não tratar disso. Como você vê nas outras legislações?

O SR. PAUL ERIC MASON – Em princípio está ok para mim. Minha única preocupação é que existem muitos tipos de mediação. Nós, aqui, estamos mais acostumados com aquela mediação comercial, talvez, ou cível, mas há conflitos escolares, comunidade, esse tipo de coisa, e, trazendo uma formalização desse tipo de acordo, talvez não seja uma boa ideia porque pode atrapalhar esse processo consumidor pequeno. Se você pudesse definir, talvez, quais tipos de acordos devem ou podem estar homologados... Sempre pode. Pode, pode; deve é outra coisa.

A última pergunta não é realmente para mim porque é sobre interrupção de prescrição. Não sou advogado brasileiro e nem pretendo ser. Posso passar a palavra para a Andrea?

A SR^a ANDRÉA MAIA – A minha opinião – a gente chegou a conversar um pouco sobre isso – é que deveria interromper a prescrição, mas não sei em qual dos instrumentos seria adequado constar isso, porque sei que estão falando no Ministério da Justiça, há a questão lá do CPC, mas seria importante resguardar os direitos dos interessados, senão não haveria muito estímulo para o interessado se valer do instrumento da mediação, se não tiver seu direito garantido a esse tipo de efeito.

A SR^a PRESIDENTE (Sílvia Rodrigues Pereira Pachikoski) – Perfeito. Obrigada, Andréa.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND – Eu queria voltar a essa pergunta e acrescentar uma outra à Dr^a Samantha, que está aqui representando a OAB. Sabemos que, em mediações de família, quando envolvem menores incapazes, tem-se uma discussão muito grande da necessidade de intervenção do MP, homologação judicial, e se a Lei de Mediação podia entrar em outros campos do Direito que necessitam até de uma homologação judicial. Você vê a necessidade de ter alguma referência ou só, por exemplo, quando envolver menores incapazes? A outra pergunta que vou fazer é sobre a mediação judicial: você mencionou, na sua exposição, a mediação prévia, até dando exemplos de outros ordenamentos – parece que a Itália tem uma experiência bem sucedida, a Argentina... E

se, aqui, no Brasil, com o novo CPC, temos um projeto que vai instituir, o que você pensa da mediação prévia no Judiciário? Qual a sua opinião? Ela poderia ser no Judiciário ou extrajudicialmente para cumprir esse requisito de mediação?

A SRª SAMANTHA PELAJO – Em relação ao CPC, acho que é tão bom quanto o partido. O projeto do CPC regulamenta a mediação com muita propriedade; ele quase dá conta de todos os pontos. Se esse projeto for aprovado como existe hoje, porque já houve mudanças na legislação várias vezes, de fato, está quase tudo lá.

Em relação à mediação prévia, seria bastante interessante que, como eu tinha dito antes, ela fosse fomentada. Ela poderia ser judicial ou extrajudicial. Pelo menos o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro oferece um serviço de mediação prévia, sem custo nenhum. Basta se cadastrar no *sítio* do Tribunal que esse serviço é oportunizado.

Em relação à questão da intervenção do Ministério Público, o que acontece? O processo de mediação nada mais é do que um processo de negociação, de diálogo com vistas a uma negociação. Se estamos falando de um caso de uma separação com filhos, de um divórcio, no caso, com filhos, é perfeitamente possível que os advogados negociem, cheguem a um acordo e, depois, levem para uma homologação judicial. A intervenção do Ministério Público vai acontecer na esfera judicial, antes da homologação pelo juiz. Exatamente a mesma coisa vai acontecer em relação à mediação. O mediador é um facilitador. É verdade que existe também a mediação avaliativa, como disse o Dr. Paul, mas o Brasil costuma trabalhar com mediação facilitativa, pelo menos na área de família, sucessões, vizinhança, comunitária. Talvez na área corporativa isso possa ser um pouco diferente. Mas, se estamos falando de uma mediação facilitativa, ou mesmo que seja uma avaliativa, na verdade, o mediador só vai funcionar como um terceiro que vai viabilizar uma negociação, negociação essa que jamais vai se dar por imposição do mediador ou por qualquer tipo de persuasão por parte dele. Então, seria a mesma coisa que dois advogados negociassem um acordo e, depois, levassem à homologação. Agora, acho que vale a pena a lei prever as possibilidades desse acordo: se esse acordo vai ser um mero compromisso, porque não está retratado em lugar nenhum, ou vai ser um documento escrito que pode, depois, ensejar uma monitoria, eventualmente, dependendo do contexto da área, ou se vai ser um título executivo extrajudicial, se vai ser um título executivo judicial... Acho que vale a pena.

Obviamente que, quando há interesse de menor, vai precisar ser homologado, a não ser no caso de uma

mediação escolar, mas, aí, os próprios alunos mediam os conflitos, os alunos mais velhos são referência para os alunos mais novos, mas acho que isso nem cabe à lei regulamentar. Na minha opinião, pelo menos, esse tipo de mediação não seria objeto de regulamentação.

Em relação à prescrição, acho que vale muito a pena a lei prever. Até a OAB passou mais de ano, e o Ricardo fazia parte desse grupo de trabalho, pensando o projeto de lei e ofereceu à Comissão de Juristas do CPC um parecer, que trazia a previsão, sim, da interrupção da prescrição pelo início da mediação.

O SR. RICARDO LORETTI – Desculpe te interromper, Samantha. Nesse ponto específico, estávamos conversando em como arbitrar, porque ficamos muito preocupados, às vezes, em garantir que você não vai perder o prazo. Então, você começa um procedimento arbitral, e a mediação tem um tempo diferente. Acho que você restringe muito o mercado de mediação por não querer correr esse risco. Você vai falar: desculpe, não vai dar para mediar porque faltam três meses, dois meses para acabar meu prazo. Vou entrar, fazer o requerimento e seguir na arbitragem.

O SR. JOAQUIM DE PAIVA MUNIZ – Ou então você se vê naquela situação daquelas cláusulas escalonadas, problemáticas, e que você tem um prazo curto. Para não interromper prescrição, coloca a ferro e fogo um mês, e aí eu caio em outro problema.

O SR. RICARDO LORETTI – Às vezes, pode haver negociação, mediação e arbitragem. Mediação e negociação – desculpem a expressão – ficam encaixotadas ali, e você não pode exercer na plenitude aquela mediação ou a negociação.

A SRª SAMANTHA PELAJO – Fora o fato de que um dos pilares da mediação é a boa-fé. Se a pessoa vai para a mediação e é prejudicada por causa disso... A gente já tem um desafio muito grande que é gerar cultura, como eu dizia antes. Na verdade, a mediação, para nós, mediadores, é um *must*. E uma das coisas mais importantes é que ninguém pode ser prejudicado por participar de uma mediação. É uma tentativa preliminar. Se não chegarem a um acordo, não há problema nenhum. Qualquer outro caminho vai ser oportunizado dali para diante. Se, no entanto, houver a possibilidade de uma prescrição, por exemplo... Não podemos esquecer que a mediação é um instituto interdisciplinar. Às vezes, o mediador não é advogado. Às vezes, pelo menos, hoje, sem regulamentação, as partes não estão assistidas por advogado. Então, dependendo de como a lei saia, pode ser que essa realidade se perpetue, pode acontecer de um psicólogo, um administrador, enfim, mediar um conflito com pessoas que não sejam da área jurídica e que nem estejam assistidas por ad-

vogado. Se isso acontecer, é muito importante que a lei tenha feito a previsão da interrupção da prescrição.

Por fim, se é ou não interessante que saia um projeto só, na minha opinião, ou temos uma lei de mediação e uma lei de arbitragem, ou uma lei única que vai prever a mediação judicial e extrajudicial junto com a arbitragem. Seria uma lei sobre métodos...

A SRª PRESIDENTE (Sílvia Rodrigues Pereira Pachikoski) – Arbitragem nós não vamos misturar com mediação. A pergunta é se mediações judiciais e extrajudiciais podem ficar dentro do mesmo texto.

A SRª SAMANTHA PELAJO – Acho que sim, acho que a lei poderia falar sobre mediação; por óbvio, capítulos diferentes para falar sobre mediação judicial e mediação extrajudicial, até porque, em grande medida, elas são muito parecidas. Existem algumas poucas peculiaridades que vão diferenciar um instituto do outro, uma modalidade, digamos assim, da outra. No mais, é tudo mediação. Faz sentido estar na mesma lei, sim.

A SRª PRESIDENTE (Sílvia Rodrigues Pereira Pachikoski) – Perfeito. Algo mais? Drª Adacir? Dr. André?

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND – Eu queria só fazer uma última pergunta para o Dr. Straub sobre mediação na CCBC ou mediação empresarial. Tem havido algum crescimento de mediação empresarial pela percepção da CCBC?

O SR. FREDERICK STRAUB – Tem havido, embora ainda seja absolutamente irrelevante. Temos procurado fazer exatamente o que a Drª Samantha mencionou, quer dizer, estimular a cultura da mediação. Para o senhor ter uma ideia, nós tivemos, no ano passado, três mediações contra 64 pedidos novos de arbitragem. Mas temos. Estamos, inclusive, trabalhando nesse sentido. Estabelecemos, no ano passado, um novo regimento de mediação para dar um pouco mais de garantias às partes. O nosso regimento anterior era extremamente espartano, com pouquíssimos dispositivos. Isso, às vezes, dava uma certa falta de garantia às partes. Criamos isso, criamos um corpo de mediadores também, a bendita lista, porque é um problema sério admitir que todos possam ser mediadores, desde que tenha alguma boa vontade, digamos. Esse é o autêntico *wishful thinking*. Inclusive, há muitos árbitros que dizem: “Mas, Straub, o árbitro é um mediador por excelência”. Negativo. O árbitro não é um mediador por excelência. A mediação é uma técnica que precisa ser desenvolvida. Qualquer que seja a sua profissão, mesmo o advogado precisa perceber os aspectos psicológicos que fazem com que as pessoas se radicalizem nas suas posições. Precisa se buscar o que chamamos de *underline interests*. Então, temos esse corpo de mediadores e temos promovido. Temos até uma comissão nesse sentido de promoção da me-

diação, esperando que, da mesma maneira como a arbitragem foi uma coisa que, depois de muita sementeira, acabou germinando... É um passo realmente à frente. Eu tive uma experiência. Eu aprendi mediação em dois cursos que fiz na Universidade de Windsor, em Ontário, e vi que, por exemplo, no Canadá, foi uma solução magnífica; desentrou uma Justiça que estava começando a ficar difícil. Não tinha nada a ver com as dificuldades da nossa.

Então, uma das coisas que eu acho, se me permitem uma sugestão, é que, realmente, nada obstante à posição de vários puristas que ficam vivendo a utopia, a mediação devia ser uma condição de acesso obrigatório ao Judiciário. Foi isso que fez o Canadá, país em que, no momento em que estabeleceu a lei – e depois disso aconteceu na Austrália também –, aconteceu o seguinte: por seis meses suspenderam-se todos os procedimentos em andamento e as partes tentariam suas mediações, compor os seus interesses em mediações privadas, inclusive, mediadores privados. E estabeleceu também que é condição básica passar pela experiência de mediação. Isso não quer dizer que você seja obrigado a mediar, mas você precisa sentir que existe um mundo diferente que você ainda não conhece e que não é o do litígio.

A SRª PRESIDENTE (Sílvia Rodrigues Pereira Pachikoski) – Perfeito. E esse é o histórico também das outras câmaras, André. São cinco procedimentos, 15 procedimentos, historicamente, ao longo de todos os anos, frutíferos, porque, às vezes, há a tentativa, mas as partes não chegam a um consenso quanto ao próprio mediador. As empresas internacionais querem ter mediadores internacionais. Não é nem a questão da língua, mas óbvio que sempre tem. Não vai ser nem um brasileiro e nem um americano, por exemplo, no caso de uma empresa americana. Aí, você tem que trazer ou trabalhar com mediadores de fora do País, que é uma condição, nesse ambiente internacional, bastante comum.

Não havendo nada mais a tratar, queria renovar o agradecimento da presença das entidades todas que se dispuseram a vir a Brasília, aos nossos colegas e amigos que aqui estão, e convido a todos para as próximas reuniões, que serão realizadas nos dias 28 e 29 de agosto, amanhã e quinta-feira, neste mesmo formato. E, no dia 30 de agosto, estaremos reunidos na nossa reunião de trabalho conclusiva, em que deliberaremos sobre as questões todas dessa semana.

Obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)

Ministro **Luis Felipe Salomão**, Presidente.

Comissão Especial Externa criada com a finalidade Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

ATA DA 9ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião, realizada em 28 de agosto de 2013, às dez horas, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, que ocorreu sob a Presidência do **Ministro Luís Felipe Salomão** e com a presença dos Senhores Juristas: **André Chateaubriand Pereira Diniz Martins, Marcelo Rossi Nobre e Roberta Maria Rangel**. Deixaram de comparecer, justificadamente, **Adriana Braghetta, Adacir Reis, Caio Cesar Rocha, Carlos Alberto Carmona, José Rogério Cruz e Tucci, Pedro Paulo Guerra Medeiros, Francisco Maia Neto, José Roberto de Castro Neves, Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira, Walton Alencar Rodrigues, Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski, Francisco Antunes Maciel Müssnich, José Antônio Fichtner, Tatiana Lacerda Prazeres, Marco Maciel, Eduardo Arruda Alvim, Eleonora Coelho, Tatiana Lacerda Prazeres e Ellen Gracie Northfleet**. Na condição de convidados expositores foram ouvidos os senhores: **Dr. Amaury Oliva**, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, representando a Secretaria Nacional do Consumidor, em substituição à **Dra. Juliana Pereira da Silva**, Secretária Nacional do Consumidor, **Dr. Roberto Pasqualin**, Presidente do Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio no Brasil, **Dr. Aldovrando Teles Torres**, Assessor Jurídico da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, **Dra. Ana Lucia Pereira**, Presidente do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem – CONIMA, **Dra. Simone Andreia Pinto Ambrósio**, Diretora-Geral da UNAFE – União dos Advogados Públicos Federais do Brasil, **Dr. Ricardo Pereira Junior**, Juiz Coordenador, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadanias do Tribunal de Justiça de São Paulo – CEJUSC/SP, **Dr. Rogério Portugal Bacellar**, Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil – ANOREG/BR. Após a abertura da Reunião, o Presidente passou a palavra para os expositores. Após as exposições, os membros da Comissão fizeram apontamentos e comentário. Às 11h50, o Presidente teve que se ausentar oportunidade em que passou a presidência, “ad hoc”, para o Dr. Marcelo Rossi Nobre. Com o fim do debate entre os membros e os expositores, a reunião foi encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Luís Felipe Salomão) – Bom dia a todos!

É um prazer renovado contar com a participação tanto dos membros da Comissão quanto também de nossos convidados para as audiências públicas de hoje.

Eu tenho que cumprir a regra regimental.

Havendo número, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão, destinada à elaboração de anteprojeto de Lei de Arbitragem e mediação, criada pelo Requerimento nº 702, de 2012, e aditada pelo Requerimento nº 854, de 2012, ambos de autoria do Senador Renan Calheiros.

Sejam todos muito bem-vindos!

Como vem acontecendo nas nossas audiências públicas, que têm sido – devo dizer – muito proveitosas, também contamos com a transmissão ao vivo pela internet, no Portal do Senado Federal. Todos esses debates nossos são gravados para posterior exibição tanto na TV Senado quanto para a exibição na Comissão, porque, como é transmitida ao vivo, muitos dos nossos integrantes da Comissão e o público externo participam e acompanham os nossos debates.

A dinâmica é a seguinte: normalmente nós ouvimos as intervenções por um tempo de 15 minutos para cada um – hoje é o dia em que temos mais expositores –, em seguida, informalmente, os integrantes da Comissão fazem considerações, indagam dos senhores, e, no fim, se sobrar tempo, nós ainda ouvimos quem nos honra com a sua presença. Essa é a dinâmica dos nossos trabalhos.

Eu vou convidar, então, para integrar a Mesa, os expositores de hoje. E nós seguiremos a mesma ordem das exposições.

Pela Senacon – Secretaria Nacional do Consumidor –, Dr. Amaury Oliva, a quem convido para vir à Mesa, por favor; o Presidente do Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio no Brasil, Dr. Roberto Pasqualin – peço que venha também –; o Dr. Aldovrando Teles Torres, que é Assessor Jurídico da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial; a Dra Ana Lucia Pereira, Presidente do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem; a Dra Simone Ambrósio, que representa a Unafe, que é a União dos Advogados Públicos Federais do Brasil.

O Dr. Ricardo Pereira Junior está aí? (*Pausa.*) Não.

O Dr. Rogério Portugal Bacellar, Presidente da Anoreg, que é a Associação dos Notários e Registradores do Brasil.

Volto a dizer que nossos trabalhos têm sido muitíssimos proveitosos para a Comissão, que hoje, aqui, se faz presente pelos colegas – da esquerda para a direita: o Dr. Marcelo Nobre, o Dr. André Chateaubriand, a Dra Roberta Rangel e a nossa Juíza Mariella.

Prontos? Todos acomodados? (*Pausa.*)

Também temos adotado o seguinte critério: nós dispensamos a leitura de currículo e apresentação. Os expositores, quando abordarem os temas, se desejarem, podem fazer um resumo brevíssimo da instituição que representam. Então, se quiserem, fique à vontade para a apresentação e também para tecerem consideração sobre a experiência que têm nos assuntos que abordarão.

Portanto, dispensados esses currículos, porque todos nós já os conhecemos, são expositores que atuam nesse segmento.

Também adianto que, ao final, cumprimentaremos a todos pela participação antes de iniciarmos os debates, para também não perdermos tempo com o cumprimento a cada um.

Então, sem mais delonga, vamos iniciar o debate, concedendo a palavra ao Dr. Amaury Oliva, que representa aqui a Senacon.

O senhor tem 15 minutos, Dr. Amaury.

O SR. AMAURY OLIVA – Bom dia a todas e a todos!

Inicialmente, eu queria cumprimentar o Ministro Luís Felipe Salomão, na pessoa de quem eu cumprimento meus colegas de Mesa. Também queria cumprimentar os membros da Comissão.

Eu queria agradecer o convite feito à Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça. Vocês todos conhecem um pouco a história da Secretaria. É uma Secretaria relativamente nova, criada ano passado em substituição ao antigo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, que era o órgão que coordenava a Política Nacional das Relações de Consumo. Hoje essa coordenação é feita pela Secretaria, que, além de elaborar e executar a Política Nacional das Relações de Consumo, ela coordena o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que é formado pelos PROCONs – hoje nós temos, no Brasil, aproximadamente, 400 PROCONs, nos Estados e Municípios –; formado também pelos Ministérios Públicos, que atuam na defesa do consumidor; pela Defensoria Pública – tanto o Ministério Público como a Defensoria Pública em todos os Estados do País –; e pelas entidades civis de defesa do consumidor. São os quatro integrantes do sistema. Hoje todos esses integrantes têm as suas associações.

Também temos, a cada dia, nos aproximado mais do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – Fonaje –, tendo em vista que, nas demandas de consumo, as ações são em massa e atingem tanto os PROCONs em todo o País, como também os Juizados Especiais, ocupando grande parte da pauta de trabalho também da Justiça Especial.

Bom, eu queria trazer um pouco a visão da Secretaria Nacional do Consumidor sobre esse tema. Acho que nós mudamos muito. O País mudou muito nesses últimos anos e também mudou a defesa do consumidor. Houve um acesso grande à renda, um acesso a produtos e estimativas de que entrou no mercado de consumo uma classe que não era consumidora de mais ou menos 40 milhões de pessoas – alguns dizem 40 milhões, outros, 50 milhões de pessoas –, mas isso é, mais ou menos, a população da Argentina. Então, nesses últimos 10, 12 anos, somou-se ao mercado de consumo praticamente a população inteira da Argentina. Isso traz novos desafios.

Os consumidores querem, claro, convênios médicos, serviços, produtos eletroeletrônicos, televisões, celulares, serviços financeiros. Isso é natural de todo país, agora, isso traz uma nova dinâmica e desafios para a defesa do consumidor.

Tendo em vista a nova dinâmica, nós temos trabalhado, cada vez mais, de uma forma mais estratégica. Hoje é muito complicado cuidar dos conflitos de massa no varejo. Nós, infelizmente, não teremos um Procon em cada bairro, nem um Ministério Público, nem uma entidade civil. Então, temos, cada vez mais, trabalhado, de forma estratégica, na origem dos problemas e não nos efeitos desses problemas. Então, uma atuação mais matricial.

Eu queria falar um pouco do que nós temos feito para evitar os conflitos de consumo, para proteger o consumidor e depois entrar mais diretamente na questão da arbitragem.

O que a Secretaria tem feito? Desde que foi criada a Secretaria, também como um movimento para cuidar desses novos consumidores, nós paramos em casa para, enfim, planejar quais são as medidas estratégicas que podemos adotar nos próximos anos. Essas medidas foram apresentadas à Presidenta Dilma Rousseff, no início do ano, que lançou um primeiro Plano Nacional de Consumo e Cidadania, um plano estratégico voltado para a defesa do consumidor.

Esse plano traz um pouco o novo papel da defesa do consumidor que existe nessa nova dinâmica do mercado de consumo de hoje. Há um conteúdo, claro, político-institucional. Ele trata a defesa do consumidor hoje como uma política de Estado. Então, é uma política de Estado, do Governo Federal, proteger o consumidor. Não fica apenas hoje a cargo do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional do Consumidor. Então, é uma prioridade de todos os Ministérios e órgãos do Governo Federal. Também há uma preocupação voltada para o atendimento do consumidor, do cidadão. Há uma série de ações voltadas tanto à ampliação de acesso aos PROCONs, fortalecimento dos órgãos ad-

ministrativos, criação de novos canais de atendimento e resolução dessas demandas e, também, um conteúdo importante para o mercado. É uma oportunidade do mercado de aderir a princípios de proteção ao consumidor, e isso acaba gerando também um benefício para o próprio mercado.

A defesa do consumidor, se for espremer muito, o que a defesa do consumidor quer? Qualidade do produto; serviço; atendimento do consumidor e menos conflitos. Eu acho que isso é um interesse comum de todos, é um interesse também do mercado.

Então, a defesa do consumidor nós temos tratado como um instrumento de desenvolvimento para o País. Quer dizer, agrega valor ao produto brasileiro, ao serviço brasileiro, e a gente tem, cada vez mais, uma maior confiança no produto *Made in Brazil*.

Então, essas são os eixos desse plano nacional.

No plano também foi lançada uma proposta normativa, a Presidenta propôs ao Congresso Nacional um projeto de fortalecimento dos PROCONs, um fortalecimento da tutela administrativa dos PROCONs. Hoje os PROCONs, por exemplo, em 2012, eles atenderam dois milhões de consumidores em todas as regiões do País, é claro que, infelizmente, não há um Procon em cada cidade, nós temos apenas 400 PROCONs no País, mas estes 400 PROCONs atenderam mais de dois milhões de consumidores.

E, hoje, os índices de resolutividade nos PROCONs são, pelo menos a meu ver, bastante elevados, eles chegam a 80%. Então, de cada dez consumidores que recorrem aos PROCONs, oito consumidores têm a sua demanda resolvida na fase preliminar desse atendimento dos PROCONs.

Agora, os PROCONs têm poder de suspender a empresa; suspender o fornecimento de um serviço; aplicar uma sanção, mas eles não têm uma competência de determinar uma obrigação de fazer e resolver aquele conflito individual do consumidor. Então, essa proposta de alteração normativa ela propõe as medidas corretivas para os PROCONs.

Quer dizer, o Procon, no âmbito do processo administrativo, claro, respeitando todo o contraditório e todo direito de defesa, ele pode determinar à empresa que se devolva aquela quantia cobrada indevidamente, que se troque um produto com vício, enfim, com defeito de funcionamento, que se refaça um serviço, uma série de medidas que atendam àquele consumidor específico, sem prejuízo, claro, de uma sanção contra a empresa.

Então, é um projeto que nós trabalhamos inclusive no pacto republicano. Houve um acordo do Presidente da época do Congresso Nacional, do Presidente da

República e também do Ministro do Supremo Tribunal Federal, do Presidente do STF.

Imaginamos que com essa proposta a gente também consiga dar um novo impulso a essa tutela administrativa, evitando conflitos e evitando também que esses conflitos cheguem à Justiça. Esse projeto também propõe que os resultados das audiências nos PROCONs sejam aproveitados pelos órgãos do sistema de Justiça. Então, a audiência que já houve no Procon, esses efeitos, eles possam ser utilizados no Juizado Especial sem a necessidade de realização de outra audiência de conciliação. Então, isso otimizando esforços e agilizando o atendimento do consumidor e, também, evitando que esse consumidor recorra à Justiça.

Outro eixo em que nós temos trabalhado, em nome da Secretaria, é uma cooperação entre o sistema nacional de Defesa do Consumidor e o Sistema de Justiça. No âmbito do próprio plano nacional, foi assinada uma cooperação junto com o CNJ, com o CNMP, os membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, o Fonaje e a Defensoria Pública para otimizar tanto o trabalho administrativo como o judicial na tutela desses consumidores. Então, a ideia é trocar informações, trocar práticas e agilizar esse processo, tanto para que não chegue demandas à Justiça, que elas sejam resolvidas no âmbito do Procon, como também otimizar o próprio sistema de sanção às empresas, porque, enfim, quando começa a ficar caro também, as empresas deixam de violar direito dos consumidores.

E também temos observado que grande parte das demandas que chegam aos PROCONs e também aos Juizados Especiais é de grandes litigantes, não são empresas pequenas. Mais da metade das demandas que chegam aos órgãos de defesa do consumidor é de aproximadamente 20, 30 empresas. Então, são os grandes litigantes, tanto nos PROCONs, como na Justiça.

Infelizmente, ainda hoje temos no Brasil temos um desrespeito às regras do consumidor. Há empresas que não comparecem às audiências de conciliação dos PROCONs, também não comparecem às audiências de conciliação do Juizado Especial. Então, é um desafio a ser superado para que haja um atendimento mais efetivo aos consumidores.

Em relação à arbitragem nas relações de consumo – acho que todos aqui são grandes especialistas –, é um tema bastante polêmico em relação à defesa do consumidor na aplicação da arbitragem nas relações de consumo. Isso é bastante polêmico no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Há diversos pontos aqui que eu queria ressaltar para contribuir com a discussão de hoje. O primeiro é em relação aos custos arbitrais, que são sempre bastante caros. Nós temos conversas frequentes com

outros órgãos em outros países. Por exemplo, temos uma cooperação com Portugal. Recentemente, Portugal, pelo menos no âmbito da União Europeia, está avaliando a efetividade da arbitragem nas relações de consumo. É um custo excessivamente alto para o Estado. O Estado, em grande parte, arca com esses custos. Portugal, inclusive, tem reavaliado se é o caso de manter a arbitragem nas relações de consumo. Outros países também têm avaliado esse tema.

A jurisprudência, no Brasil, levanta também grandes preocupações em relação à arbitragem, em relação à cláusula arbitral nos contratos de adesão. Há também uma preocupação com o próprio desequilíbrio de forças. O consumidor, numa arbitragem, nunca está em igualdade de forças com o fornecedor. Enfim, ele já é vulnerável por sua natureza. Então, aqui há um claro desequilíbrio de forças, e também uma preocupação com as próprias normas e princípios do Código de Defesa do Consumidor, que é uma lei pública de interesse social em diversos pontos e direito indisponível. Então, como isso seria tratado no âmbito de uma arbitragem.

Minha missão, hoje, era trazer aqui alguns pontos, algumas reflexões. Também queria colocar a Secretaria Nacional do Consumidor à disposição de todos os senhores, em especial da Comissão. Estamos à disposição no que pudermos ajudar, no que pudermos agregar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Dr. Amaury, muito obrigado.

Eu quero fazer o registro da presença entre nós também do Consultor Jurídico que atua junto à Comissão, Dr. Jorge Hage.

Se algum representante de entidade quiser fazer o registro da presença para constar da Ata, peço que o faça agora. Alguém deseja registrar a presença? (*Pausa.*)

O SR. GILMAR CAMARGO DE ALMEIDA – Eu quero, Excelência, registrar a presença do Superintendente...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pode falar no microfone, por favor. (*Pausa.*)

Como é o nome do senhor?

O SR. GILMAR CAMARGO DE ALMEIDA – Gilmar Camargo de Almeida. Eu sou da Comissão de Mediação e Arbitragem do Conselho Federal de Administração.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Certo. Quem mais? (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO CHAVES BARCELLOS – Antonio Chaves Barcellos, Superintendente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Certo. Quem mais? (*Pausa.*)

O SR. GIOVANNI ETTORE NANNI – Giovanni Ettore Nanni, pelo Comitê Brasileiro de Arbitragem.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Certo.

O SR. RAFAEL ALVES – Rafael Alves, também pelo Comitê Brasileiro de Arbitragem.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – O. k. Mais alguém? (*Pausa.*)

Agradecendo, mais uma vez, ao Dr. Amaury, seguimos, agora, com o Dr. Roberto Pasqualin, Presidente do Centro de Arbitragem da AMCHAM.

O SR. ROBERTO PASQUALIN – Bom dia a todos!

Bom dia, Ministro Luis Felipe Salomão, em nome de quem cumprimento todos os integrantes desta Mesa!

Esta reunião de hoje é para trazer subsídios à Comissão, que está trabalhando, já algum tempo, na preparação de um anteprojeto de lei de mediação e de possíveis alterações à Lei de Arbitragem.

A AMCHAM – Câmara Americana de Comércio – está no Brasil desde 1919. Hoje, não é mais uma Câmara Americana no sentido de reunir somente empresas americanas, mas também reúne empresas de mais de 40 nacionalidades diferentes. Obviamente, a grande maioria, mais de 70% dos associados, é de empresa brasileira – grandes, médias e pequenas. Nós temos cerca de cinco mil associados.

Temos uma cobertura praticamente nacional em termos de presença no mercado brasileiro: unidades da AMCHAM em 13 cidades, em 13 Estados diferentes do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do País. Portanto, é uma entidade que tem uma representatividade de associação de empresas instaladas no Brasil bastante grande.

A AMCHAM foi fundada em 1919, como já disse, e defende valores que são muito caros à cultura do povo brasileiro, à cultura do Ocidente basicamente. Defendemos há muitos anos princípios e valores que estão inscritos hoje na Constituição Federal brasileira, entre eles o da liberdade de iniciativa, o da iniciativa privada, o da responsabilidade de quem se organiza para empreender no Brasil, a responsabilidade de atuação no mercado em defesa dos próprios interesses e da sociedade em que as empresas estão inseridas.

Dentro desses valores e desses princípios, estão os princípios da liberdade de contratação, a liberdade de organização das entidades que participam da atividade econômica e da defesa da liberdade de iniciativa em primeiro lugar. E, claro, não só a liberdade de iniciativa como a responsabilidade pelas práticas adotadas. Liberdade não libertinagem.

Esses valores são os que governam hoje a sociedade brasileira e, entre eles, estão os valores da liberdade de associação, de organização das atividades

des das entidades que cuidam de arbitragem e cuidam de mediação.

Nós temos que, em primeiro lugar, separar muito bem os dois institutos. Arbitragem tem como objetivo último – vamos dizer assim – a solução, o julgamento de um conflito entre partes. A mediação tem como objetivo último não um julgamento, mas uma construção de um acordo que não se limite apenas àquele instante do acordo de vontades entre partes em conflito, mas que cuide da construção de uma relação, de um relacionamento futuro mais extenso.

Fiz um roteiro e pus no meu iPad, às vezes não consigo dirigi-lo, ele que me dirige. De qualquer maneira, vou continuar procurando indicar, dentro do roteiro que preparei.

O que temos, então, em termos dos dois institutos – arbitragem e mediação – hoje no Brasil? Uma Lei de Arbitragem posta há quase 17 anos, já bastante discutida doutrinária e jurisprudencialmente e aplicada na prática bastante amplamente; e temos a mediação ainda não regulada por uma lei específica, uma lei especial.

O que precisamos a meu ver, ao ver da Câmara Americana de Comércio? Melhorias tópicas em relação à Lei de Arbitragem? Sim. Sempre é possível fazer algo que melhore o conjunto de normas postas em prática há 17 anos.

Mas, em primeiro lugar, parece-me ser o trabalho principal desta Comissão. E esse é o subsídio que nós da Câmara Americana de Comércio queremos trazer. Primeiro, o trabalho é de construir uma lei moderna de mediação, alterar topicamente talvez a Lei de Arbitragem, sim; construir um projeto de lei de mediação que possa dar a essa atividade extremamente útil dentro do sistema de solução de conflitos fora do Judiciário uma segurança jurídica que hoje não ainda temos.

No campo da mediação, vejo também necessidade de separar a mediação privada da mediação estatal. Há diversas iniciativas procurando levar a solução de conflitos instalados no Judiciário através da mediação, por meio de uma mediação organizada pelo sistema do Poder Judiciário. Essa é a regulação da mediação que precisa ser limitada em nível estatal.

Mas há um amplo campo de solução de conflitos através da mediação privada. A mediação provocada pelas partes, antes mesmo de levarem o seu conflito ao Judiciário ou à arbitragem, através da mediação podem, e muitas vezes chegam a construir uma solução para o conflito que não apenas resolva aquela situação conflituosa de momento, como permita o desenvolvimento de um relacionamento, entre as partes, futuro e construtivo. Ou seja, a mediação não se limita a resol-

ver o problema específico do momento, mas construir um relacionamento empresarial, econômico futuro.

Essa é, a meu ver, a grande virtude da mediação tanto à privada quanto à estatal. Mas a mediação privada deve ser deixada, como a arbitragem o faz, à manifestação da vontade das partes. Não há necessidade de uma regulação extensa sobre a mediação privada, exceto para lhe dar os efeitos jurídicos necessários ao cumprimento dos acordos que se conseguiram construir através da mediação privada.

Eu sempre tenho dito que a arbitragem, e digo também que isso se refere à mediação, são institutos que não têm como finalidade desafogar o acúmulo de processos judiciais. Na verdade, a arbitragem e a mediação não servem apenas como uma alternativa para o Judiciário se desfazer de um número cada vez maior de processos.

A mediação privada e a arbitragem privada servem, sim, para atender necessidades de partes privadas, de empresas privadas, e eventualmente também de consumidores, pessoas físicas – Dr. Amaury – que podem usar esses instrumentos alternativamente ao Judiciário. Elas resolvem não o problema do Judiciário, do acúmulo de processos no Judiciário. Elas resolvem a necessidade de partes que estão diante de conflitos ou de possíveis conflitos e que precisam resolvê-los rapidamente, celeremente e com segurança jurídica.

É isso o que a Lei de Arbitragem trouxe ao sistema jurídico brasileiro, e que uma lei de mediação pode fazer também com a mesma amplitude.

Eu quero rapidamente, agora, trazer os pontos que, me parece, sejam necessários ou possíveis alterar dentro do sistema que nós temos hoje. Esse é o propósito da Comissão.

Parece-me que é possível introduzir na Lei de Arbitragem e também em uma lei de mediação o caráter sigiloso dos procedimentos constituídos pelas partes. O sigilo hoje não é uma expressão legal. Pode vir a ser e deve, obviamente, ser excepcionado quando se tratar de questões envolvendo entes estatais envolvidos na arbitragem ou na mediação.

A arbitragem trabalhista, a arbitragem para consumidores, a arbitragem societária são temas que vivem sendo discutidos e ainda não suficientemente resolvidos na Doutrina e mesmo na jurisprudência brasileira. Parece-me que é possível trazer a arbitragem para essas relações – consumo, trabalho, sociedades –, desde que se dê ao hipossuficiente a iniciativa de colocar o procedimento arbitral ou o procedimento de mediação em andamento. Essas iniciativas, sendo do chamado hipossuficiente, permitem protegê-lo contra a presença mais forte das empresas que contratam ou que vendem e fornecem aos consumidores.

No Direito societário, a meu ver, bastaria eleger a inscrição da arbitragem nos estatutos ou nos contratos sociais, como já é hoje, e dar ao acionista ou ao sócio minoritário a proteção de tomar a iniciativa da arbitragem ou da mediação.

A experiência mostra que a arbitragem ou a mediação para pequenas causas seriam resolvidas dando ao hipossuficiente o direito de iniciativa do procedimento fora do Judiciário.

Hoje, a arbitragem e a mediação no Brasil podem seguir esse mesmo caminho. São fundadas em instituições arbitrais ou instituições de mediação. Os atores nesses procedimentos não são apenas as partes, os árbitros e os mediadores, mas também as instituições de arbitragem e de mediação. Essas entidades, normalmente vinculadas a uma câmara de comércio, como é o caso da AMCHAM, da Brasil-Canadá, ou a instituições com a mesma credibilidade...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO PASQUALIN – Mais um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pois não.

O SR. ROBERTO PASQUALIN –..., como a Fundação Getúlio Vargas, a Fecomércio, as confederações e as federações de indústria. Essas instituições são, hoje, a base de sustentação operacional do sistema de arbitragem e do sistema de mediação. Há que se dar a elas ou garantir a elas a liberdade de associação, de organização e de regulação dos procedimentos que por elas passam. Essa liberdade de associação vai ao encontro àqueles princípios de livre iniciativa e de liberdade que destaquei logo no início da minha fala, e que atendem à maturidade que nosso mercado, a nossa atividade econômica, a nossa atividade empresarial atingiu já. Não vejo por que criar para essas instituições arbitrais e de mediação, travas, registros, regulamentos que possam impedir a sua livre atuação.

Eu poderia até me estender mais, Sr. Presidente, mas vejo que o sinal já tocou, e os pontos principais que eu quis abordar são esses. Podemos estendê-los, se houver tempo, mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – No debate.

Muito obrigado, Dr. Roberto. É uma visão muito interessante de quem tem essa responsabilidade de gerir uma Câmara, um centro, como é o centro da AMCHAM.

Em seguida, convido o Dr. Aldovrando Teles Torres, que é Assessor Jurídico da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial.

Tem a palavra V. Sa.

O SR. ALDOVRANDO TELES TORRES – Inicialmente, quero cumprimentar o Ministro, os demais membros da Comissão e desejar um bom dia a todos!

Sou Consultor Jurídico da CACB, que é uma entidade que reúne mais de duas mil associações comerciais do Brasil, representando 2,3 milhões de empresas, desde as micro, pequenas, médias, de todos os segmentos.

A CACB, com sede em Brasília, foi fundada em 1963 e é regida pelas normas do associativismo; defende a livre iniciativa e luta pelos interesses do setor, posicionando-se contra os obstáculos para o crescimento econômico e social do País.

É praxe na CACB a realização de parcerias, em que destacamos a celebrada com o Sebrae, em 2000, cujo convênio tem como escopo a disseminação dos métodos extrajudiciais de solução de conflitos, como a conciliação, a mediação e a arbitragem. Esse projeto é executado pela Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial, que é um órgão integrante da CACB, que, hoje, em parceria com as associações comerciais, possui 70 câmaras espalhadas pelo País e postos avançados de conciliação extraprocessual.

Com relação à reforma da Lei de Arbitragem, entendendo oportuno que a arbitragem trabalhista mereça aqui um comentário mais percuciente.

Muito se tem falado sobre a possibilidade (ou não) do uso da arbitragem para solução do dissídio individual decorrente da relação de trabalho em que as teses comutadas ora admitem-na, ora não, fixando posições sobre a indisponibilidade, que veda a renúncia, e na tese da hipossuficiência do trabalhador, cerceadora da autonomia de vontade e da liberdade de escolha.

De forma concreta e considerada apenas sob a forma ortodoxa, a indisponibilidade é ultrapassada na transação judicial levada a efeito pela conciliação promovida pelo Magistrado.

Em um exemplo prático, quando o reclamante postula, na peça de ingresso, na exordial, R\$500 mil, hipoteticamente, e ele faz um acordo em R\$100 mil, obviamente está renunciando: ou está renunciando a direitos ou, então, agiu de má-fé, querendo enriquecer ilícitamente. Porque, se ele postula R\$500 e aceita R\$100 mil, das duas uma: ou renuncia a direitos trabalhistas ou, então, agiu de má-fé.

Então, é hora de se afastar, definitivamente, a tese que é utilizada como defesa contrária à aplicação da arbitragem nos conflitos individuais do trabalho, pois, na prática, o órgão do poder estatal assim o faz, desconsiderando tal indisponibilidade. E o faz porque, na verdade, essa indisponibilidade já não mais existe.

No que tange à hipossuficiência, entendemos que hipossuficientes somos todos nós que, frente a um fato, não dispomos de liberdade de escolha.

Numa dimensão contemporânea das relações do trabalho, todas legitimamente representadas por entidades de classe, que convalidam suas regras, atribuindo direitos e responsabilidades recíprocas num ato consensual consolidado, pouco espaço há de sobrar para hipossuficiência.

Com o fim de estabelecer um paradeiro sobre tal discussão (indisponibilidade), não podemos deixar de observar que há, na esfera dos direitos individuais, o chamado direito subjetivo, entendido como a faculdade posta à pessoa em pleitear direitos assegurados pela norma objetiva.

Se, por um lado, os direitos advindos da relação de trabalho são considerados indisponíveis, por outro, esse mesmo arcabouço de normas entrega à pessoa o direito de pleitear a proteção judicial.

A verdade é que, indubitavelmente, com o fim do contrato de trabalho e sua rescisão, não há mais subordinação hierárquica, caindo por terra qualquer hipótese de hipossuficiência, podendo a vontade ser exercida livremente, quer com a renúncia pela falta do exercício de direito de ação, quer pelo exercício perante o Estado e, agora, pelo exercício deste direito subjetivo em buscar a solução do conflito pela via extrajudicial, a arbitragem.

As teses de inadmissibilidade de uma providência extrajudicial para a solução do conflito decorrente da relação de trabalho, se ainda não estão totalmente vencidas, hão de chegar a superação, pois que contraditórias em sua estrutura.

Ultrapassadas as fases administrativas para a rescisão do contrato de trabalho, sem que as partes consigam construir uma composição, nasce a possibilidade de dar início ao processo arbitral.

Nessa ocasião, em cumprimento à lei, novamente as partes serão incentivadas à composição amigável; restando infrutífera, a composição do litígio se dará pela prolação da sentença arbitral, respeitados todos os seus pressupostos legais estabelecidos pela Constituição e pela CLT.

A arbitragem, na esfera trabalhista, se justifica pelo exercício da autonomia de vontade do empregado, fazendo uso de sua liberdade de escolha, de forma livre e consciente, optando pela resolução extrajudicial do litígio, pois que, com esse litígio, é de se supor que não haja mais relação de subordinação.

Na verdade, surge a arbitragem como alternativa bastante plausível e eficiente, pelo exercício do direito subjetivo de ação. É bem verdade que a arbitragem deve ser utilizada na medida em que houver conflito,

demanda, embate e não para homologar rescisão de contrato de trabalho.

Imprescindível, entretanto, que a arbitragem, nas relações trabalhistas, seja feita por meio de um compromisso arbitral, depois do cumprimento das exposições insertas no § 1º do art. 477 da CLT, que contempla a homologação do sindicato e com a expressa e imprescindível concordância do empregado.

Convém acentuar que a conciliação prevista no art. 764, da CLT, é resultado de uma transação nas quais as partes, livremente, fazem concessões para solução final do litígio. A CLT não conteria tantos artigos enfatizando a conciliação se não houvesse a possibilidade de os direitos decorrentes de uma relação de emprego, após a sua rescisão, serem disponíveis.

Havendo direitos disponíveis para a conciliação, infalivelmente, também haverá para a utilização da arbitragem, desde que se verifique o momento em que se encontra a relação trabalhista, a abrangência dos valores, sempre respeitando o mínimo exigido em lei e a livre manifestação e vontade das partes.

Acho que outro aspecto que reputo de importância explorar é a questão da carta arbitral, porque, hoje, parece-me muito necessário que haja a criação de um instrumento de comunicação entre o juiz arbitral e a estatal – que seria a carta arbitral obviamente –, desde que essa situação não gere nenhuma interferência na jurisdição de cada um.

Acho que esses dois aspectos – da arbitragem trabalhista e a carta sindical de forma mais célere – seriam os que eu reputo de suma importância para um abordagem maior.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Muito obrigado, Dr. Teles Torres por haver simplificado dessa matéria, porque fica mais fácil. Uma abordagem muito interessante, também trazendo essa visão das pequenas e microempresas.

Agora, na sequência, a Drª Ana Lucia Pereira, que é Presidente do Conselho Nacional de Instituições de Mediação e Arbitragem.

A senhora tem 15 minutos.

A SRª ANA LUCIA PEREIRA – Bom dia a todos!

Cumprimento o Ministro Luiz Felipe, na pessoa de quem cumprimento os demais presentes.

O Conima é o Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem, que foi fundado em 1996, no mesmo ano da Lei de Arbitragem e, desde então, vem acompanhando a evolução da arbitragem nos últimos anos; a evolução também da implantação, da utilização, da mediação no Brasil.

O Conima congrega mais de cem câmaras em todo o Brasil, em todo o território nacional, câmaras essas que harmonizam e que administram conflitos

de valores econômicos elevadíssimos, tanto quanto câmaras que administram as pequenas causas, os valores de pequena monta. Portanto, congrega entre si os vários aspectos, as várias abordagens sobre a utilização da arbitragem e da mediação.

Dentro desse contexto, vou falar alguns aspectos sobre a arbitragem, mas vou-me ater um pouco mais sobre a mediação, por entendermos que ela é o que está demandando uma atenção um pouco maior.

Sobre a Lei de Arbitragem, o Conima e seus componentes entendem que, em linhas gerais, a Lei de Arbitragem hoje existente está atendendo de forma muito satisfatória as necessidades da sociedade brasileira, salvo pequenos ajustes, pequenos aspectos que podem ser aperfeiçoados, que vou relatá-los em três pontos. Um deles é referente às instituições de arbitragem.

Entendemos que deve ser, sim, preservada a ausência de qualquer controle sobre as instituições de arbitragem em todo o Brasil, deixando para o próprio setor a sua autorregulamentação. Deve ser preservada, da mesma forma, a liberdade das instituições em se organizarem e em organizarem seus procedimentos, seja nos seus regulamentos ou na própria organização dos procedimentos arbitrais, de maneira que não deve haver nenhum cerceamento ou nenhum controle, ou nenhuma rigidez sobre como as câmaras vão administrar os procedimentos, seja por meios dos seus regulamentos ou até mesmo na organização dos procedimentos arbitrais.

Entretanto, deve ser vedada às instituições administradoras qualquer utilização de símbolos da República, brasão, nomenclatura, bandeira, coisas do gênero, deve ser vedada a utilização, por meio das instituições, de qualquer símbolo da República, bem como de nomenclatura do Poder Judiciário, de forma que o usuário não seja induzido ao erro de achar que pode estar no Poder Judiciário. Essa vedação, se possível, deve ser contemplada pela nova legislação.

Da mesma maneira, deve ser vedada ao árbitro a utilização de qualquer tipo de identidade funcional a fim de equipará-lo ou tentar equipará-lo ao juiz estatal. Então, a carteirinha do árbitro, nomenclaturas de árbitro juiz, juiz árbitro, qualquer coisa do gênero que possa tentar equipará-lo ao juiz estatal deve ser vedada, de maneira que árbitro “está” e não “é” como o juiz.

Com relação à arbitragem no Direito do Trabalho. Realmente é um tema complexo, é um tema extremamente controverso, porém, a experiência mostra que pode ser muito salutar para a sociedade, em especial para os empregados, se bem utilizada, se bem administrada. Essa utilização passa por permitir, sim, a utilização da arbitragem nas relações trabalhistas, desde

que por meio exclusivamente de compromisso arbitral, não por cláusula compromissória, mas por meio de compromisso arbitral e apenas após o cumprimento dos dispositivos contidos no § 1º do art. 477 da CLT. E mais: desde que expressamente concordante pelo empregado, desde que o empregado tenha expressa concordância de que aceita e está disposto a ir para a arbitragem, resolver seu conflito da arbitragem. De forma que, após a rescisão do contrato e após cumpridos esses dispositivos do art. 477 da CLT, não vemos nenhum óbice em se utilizar a arbitragem no Direito do Trabalho.

Da mesma maneira, entendemos da arbitragem nas relações de consumo. Da forma como está hoje na legislação, ela deixa margem para dúvida sobre a utilização na hipótese de quando não estão atendidos os requisitos da Lei nº 9.307.

Assim, entendemos que a legislação deveria deixar claro que se a cláusula compromissória instituída de forma genérica vincula o proponente mas não vincula o aderente e só terá efeito na arbitragem, ou seja, só poderá ser utilizada a arbitragem, desde que essa tenha sido iniciada pelo consumidor, pelo aderente, ou se por meio de cláusula compromissória expressamente ratificada por ele. Assim, não sendo iniciada a arbitragem pelo consumidor, ou não sendo ratificada aquela cláusula compromissória já existente num contrato de adesão, a arbitragem não vincula o proponente.

Dentro desses aspectos, entendemos que os demais quesitos são temas que os especialistas na Comissão já têm condições de discutir amplamente.

Optamos por nos ater um pouco mais sobre as questões, sobre pontos específicos da Lei de Mediação, visto que a existência das duas Comissões, tanto a do Senado quanto a do Ministério da Justiça, têm demandado profundas reflexões sobre a mediação no Brasil.

Dentro dessa perspectiva, o Conima entende que é extremamente benéfica a sedimentação de uma política pública de mediação, porém, integrando um elemento, integrando um sistema brasileiro de solução de conflito dividido entre o sistema público, e, no caso, seria mediação disponibilizada pelo poder público, seja Poder Judiciário ou o Executivo, e o sistema privado. E no sistema privado, a mediação sendo feita por pessoas físicas ou pelas instituições. Em que ambos, distintos e independentes, não havendo vínculos entre eles, possam, quando necessário e solicitado, interagir de forma equilibrada e colaborativa sempre. Então, um sistema público de solução de conflito, mas dividido entre público e privado.

Dentro do contexto desse sistema de política pública de solução de conflitos, o Conima entende que a possível lei de mediação, o anteprojeto de lei

de mediação deve contemplar... Ao contrário. Ela não deveria contemplar um conceito de mediação, visto que entendemos que esse papel deve ser da doutrina. O conceito específico da mediação deveria ser da doutrina, mas uma definição de que a mediação seria o meio consensual de solução de conflitos de livre escolha pelas partes, sendo o mediador também escolhido de confiança das partes, em que a atuação do mediador é diferente da atuação do conciliador e até mesmo do papel conciliatório exercido pelo árbitro ou pelo próprio juiz no Poder Judiciário.

Passando por isso, vou abordar tópicos sobre as questões na mediação.

Quem pode mediar?

Quem seria o profissional, a pessoa adequada para mediar?

O Conima entende que na mediação judicial esse mediador deve atender aos requisitos estabelecidos ou pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ou pelo próprio Ministério da Justiça. E deve ter formação... E tal como está hoje, deve atender aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 125, que estabelece capacitação mínima, etc., ou outro entendimento que o CNJ venha a ter; diferentemente da mediação privada, em que o Conima entende que não deve haver nenhum tipo de determinação de especificidade de quem deve poder mediar. Nesse caso, quem escolha quem pode mediar ou quem será o mediador é de autonomia da vontade das partes. As partes escolhem, da confiança delas, quem será o mediador. Isso na mediação privada. Na mediação pública, na mediação judicial ou feita dentro dos órgãos públicos, o CNJ ou o Ministério da Justiça estabelece, então, quais devem ser os requisitos para esse mediador.

Da outra forma, a obrigatoriedade ou não do cadastro. Outro tema polêmico e controverso.

O Conima entende que o cadastro dos mediadores judiciais deve atender aos requisitos do CNJ e do Ministério da Justiça. Então, se o Ministério da Justiça e o CNJ entenderem que deve haver o cadastro, perfeito. Os mediadores que vão atuar no Poder Público no Judiciário devem atender a esses requisitos. Na mediação privada, nenhum tipo de controle, nenhum tipo de cadastro. Deixe para o setor a sua autorregulamentação. Deixe para o setor ou para as instituições que vão se autorregulamentar e as instituições que se organizem nesse sentido, mas não o Poder Público ou o Estado estabelecer que o mediador privado deva ter um cadastro ou um registro no Poder Público para poder atuar e mediar no poder privado.

A obrigatoriedade de advogado nas mediações.

No poder judicial, a mediação judicial atende a esses requisitos da nossa Constituição e, portanto, a obrigatoriedade do advogado. O.k.

Na mediação privada: autonomia da vontade das partes. Elas decidem se vai haver necessidade do advogado ou não. Porque muitas vezes as questões superam o âmbito efetivamente jurídico. O mediador não está lá para discutir conflitos eminentemente jurídicos. Portanto, cabe às partes, naquele momento, decidirem se vai haver ou não a necessidade do advogado.

Com relação à remuneração do mediador.

Volto a dizer sobre mediação judicial: entendemos que o Estado deve encontrar meios de remunerar esse mediador judicial, balizado não no valor da causa, mas, sim, pelo conflito ou pelo número de horas, não vinculado ao valor da causa.

Mediação privada: o setor regulamenta o valor e como deve ser essa remuneração do mediador.

Efeitos jurídicos de um possível acordo da mediação.

O Conima entende que esses efeitos jurídicos devem ser de um título executivo extrajudicial. Entendemos que não deve fugir disso, do jeito que está hoje. Porém, esses efeitos jurídicos extrajudiciais prescindindo da assinatura das duas testemunhas. Assinado pelo mediador ou assinado pelas partes como um termo de mediação, esse título tem característica de extrajudicial.

Antes que a campanha toque e fiquemos compelidos a ir rapidamente, esses seriam os pontos que gostaríamos de trazer como contribuição e reflexão para a Comissão.

Muito obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Dr^a Ana Lucia.

A Presidência é fraca, mas a campanha é forte.

Obrigado, sinceramente, pelas contribuições que trouxe muito interessantes para aprofundarmos alguns temas debatidos sobre o tema, mas, substancialmente, a visão do Conima é muito importante para nós.

Faço o registro de que o Senacon tem acompanhado junto conosco, um observador, todos os nossos trabalhos, assim como o Ministério da Justiça,

Registro, aqui, o comparecimento de mais um integrante da Comissão, o Dr. Marcelo Ribeiro, que nos honra com a sua presença, e também o Ministro Cláudio Santos, que, apesar de não integrar a Comissão, brinda-nos com a sua presença hoje pela manhã.

Na sequência, convidamos a Dr^a Simone, que é a Diretora-Geral da Unafe – União dos Advogados Públicos Federais do Brasil.

V. S^a tem 15 minutos, Dr^a Simone.

A SR^a SIMONE ANDREIA PINTO AMBRÓSIO – Bom dia a todos!

Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Ministro Salomão, bem como os presentes.

Agradeço sinceramente a oportunidade de poder trazer a contribuição da Advocacia Pública à alteração da Lei de Arbitragem.

Primeiro eu queria fazer uma breve apresentação sobre quem é a entidade que represento. A Unafe (União dos Advogados Públicos Federais do Brasil) foi criada há aproximadamente sete anos. Tem no seu quadro associativo por volta de dois mil associados e um dos seus objetivos é promover o fortalecimento institucional da Advocacia Pública Federal no Brasil.

Dentro desse escopo, sempre tivemos o interesse em oferecer propostas ao Congresso Nacional no sentido de fazer valer a nossa função cívica e fazer valer a República deste País. Desta forma já contribuímos no Código de Processo Civil, no Código de Defesa do Consumidor, bem como na lei há pouco sancionada pela Presidenta Dilma, que foi a Lei do Combate à Corrupção, quando deixamos claro a necessidade de atuação da Advocacia Pública naquele diploma legislativo.

Aqui também sentimos que há a necessidade da participação da Advocacia Pública Federal no sentido de aprimorar a Lei de Arbitragem.

A despeito do que possa parecer, a arbitragem, no âmbito da Administração Pública Federal, não é um assunto novo.

Em 2000, por força de uma medida provisória, a Advocacia Pública Federal já realizava conciliações, mediações *ad hoc*, ou seja, eram criadas comissões para analisar um caso específico trazido à Advocacia-Geral da União.

Posteriormente, em 2007, foi criada a Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal, que teve o escopo de propiciar a conciliação entre os órgãos públicos federais, pois era incrível ver a judicialização de demandas entre órgãos da administração direta e indireta da Administração Federal – Incra judicializando questão contra o Ministério do Meio Ambiente, ou Incra e Ibama. Dessa forma, verificou-se que faltava racionalidade, na medida em que esses órgãos pertencentes à Administração Federal poderiam buscar soluções mais fáceis conversando entre si.

Em 2008, essa mesma Câmara de Conciliação e Arbitragem passou por um processo de ampliação da sua competência, no sentido de permitir que houvesse a oportunidade de mediação não só entre entes apenas da Administração Pública Federal direta e indireta, mas também a participação de entidades do Distrito Federal e dos demais Estados.

Em 2009, como não poderia deixar de ser, novamente essa Câmara de Conciliação sofreu outra alteração para, mais uma vez, ampliar o seu espaço

de atuação, fazendo com que houvesse a possibilidade de mediação não só entre as entidades federais, mas também entre as entidades estaduais e municipais. Havendo, entretanto, uma limitação, no caso dos Municípios, permitindo-se a conciliação apenas entre aqueles Municípios que fossem capitais ou que possuísse mais de 200 mil habitantes.

Posteriormente, em 2010, a Câmara de Conciliação e Arbitragem suprimiu o limitador do número de habitantes. Ouço aqui falarem em mediação pública e mediação privada. Na verdade, a mediação pública, no âmbito da Administração Pública Federal, já vem acontecendo e com bastante sucesso. Eu acho que é necessário um marco legal que preveja essa possibilidade de conciliação, principalmente quando você analisa que os cinco maiores litigantes do País são órgãos públicos. Por volta de 50% dos processos que tramitam neste País, infelizmente ou não, são contra a Administração Pública.

Especificamente, eu gostaria de listar aqui – isso foi motivo de estudo – que 22% de processos são do Instituto Nacional do Seguro Social; 8%, da Caixa Econômica Federal; 7%, da Fazenda Nacional; 7%, da União Federal; e do Banco do Brasil, 4,24%, totalizando 49,9%, que eu prefiro arredondar para 50%.

Dessa forma, não é possível imaginar-se um marco legal sobre mediação e arbitragem sem desconsiderar que os maiores litigantes no País são da Administração Pública. Aqui, no caso, eu listei apenas a Administração Pública Federal. Resta fazer uma análise sobre a Administração Pública estadual e municipal, que também devem ser citadas nesse projeto de aprimoramento, já que contribuem para o congestionamento da Justiça.

A contribuição da Unafe para a Lei de Arbitragem seria no sentido de promover três modelos. O primeiro, seria a mediação entre órgãos da Administração Pública, fato esse que já acontece nas Câmaras Federais de Conciliação e Arbitragem com bastante sucesso.

A nossa segunda proposta seria a mediação de litígios entre o Poder Público e o particular.

Não sei se vocês têm conhecimento, mas essa atividade também já é realizada atualmente. E eu gostaria de citar o caso de sucesso do Conselho de Previdência Social que, ao analisar seus processos administrativamente, ao perceber que há possibilidade da feitura de uma mediação entre as partes, encaminha o processo para a Procuradoria e esta analisa juridicamente se é possível ou não a formulação de uma proposta ao particular, e geralmente o particular aceita esta proposta.

Então, temos aí mais uma experiência dentro do Poder Público no sentido de que é possível, sim, dimi-

nuir a litigiosidade através da composição das partes no seio da Administração Pública.

A nossa terceira proposta de mediação e arbitragem seria em relação a litígios coletivos relacionados à prestação de serviço público. E aí talvez haja necessidade de uma conversa mais longa com os PROCONs, porque nós entendemos que se os litígios são coletivos – uma hipótese; em alguns Estados você tem muitas quedas de energia elétrica –, então, você poderia tentar resolver o problema fazendo uma mediação entre a concessionária de serviço público de energia e a Advocacia Pública – uma hipótese – no sentido de se obter um desconto na conta elétrica do consumidor, já que ele teve a interrupção do fornecimento. Seria também uma forma de você agilizar e não só evitar judicialização, como também fornecer ao particular, usuário do serviço público, uma forma mais rápida na solução da controvérsia.

O importante é que a inserção da Advocacia Pública no contexto de mediação e arbitragem traz muitos resultados positivos, porque a Advocacia Pública é quem mais conhece os órgãos públicos – falo pela minha experiência, porque sou Procuradora Federal e sempre atuei com as autarquias –, então, a Advocacia Pública é quem mais conhece o funcionamento da própria Administração Pública, como funcionam as autarquias, como funcionam os Ministérios e os demais órgãos. Por isso a importância de lhe conceder um papel de protagonista nesse processo de mediação.

Aliás, eu trouxe uma cartilha – quem tiver interesse em conhecer, vou deixar sobre a mesa – que trata sobre a Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal. Até gostaria de esclarecer que inclusive há possibilidade de arbitramento no âmbito dessa Câmara.

Aqui você tem um quadro sinótico no qual, se não houver conciliação, podem ocorrer duas coisas: ou o processo é imediatamente arquivado ou então pode ser oferecido um parecer pelo Consultor Geral da União. Dessa forma, podemos imaginar que dois órgãos da Administração Pública direta possuem uma controvérsia e não querem judicializá-la ou, estando judicializada, pode ser feita a composição. E, se as partes assim entenderem, pode ser obtida a solução através do arbitramento, no qual o Consultor Geral da União dará um parecer e esse parecer solucionará o litígio.

Uma questão que gostaríamos de deixar bem clara aqui é que em todas as nossas propostas, principalmente na mediação entre particulares e a Administração Pública, nós acreditamos que isso não significa uma supressão de instância, na medida em que, se não for obtida a conciliação, as partes interessadas poderão submeter o litígio, mais tarde, ao Judiciário.

Dessa forma, eu gostaria de encerrar a minha participação, mais uma vez agradecendo a oportunidade ao Ministro Salomão, e dizer a todos que a Advocacia Pública Federal visa principalmente ao bem do País e à execução de um serviço público de qualidade no sentido de aprimorar cada vez mais as instituições republicanas deste País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Muito obrigado, Dr^a Simone.

Nós já tivemos a oportunidade de receber algumas propostas das que a senhora mencionou por escrito, e agora com essa visão também, na audiência pública, muito interessante para nós.

Agora é o Dr. Ricardo Pereira Júnior, Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça de São Paulo (Cejusc).

Eu creio que nós poderemos pedir a alguém só para alternar aqui com o Dr. Ricardo. *(Pausa.)*

É gentileza sua, Dr^a Simone, porque a Mesa ficou grande. A senhora pode ficar ali conosco. *(Pausa.)*

Obrigado, Dr^a Simone.

Seja bem-vindo!

O senhor tem 15 minutos.

O SR. RICARDO PEREIRA JÚNIOR – Obrigado. Bom dia a todos!

Eu agradeço a oportunidade de vir aqui falar da nossa experiência do Cejusc de São Paulo.

O Cejusc de São Paulo foi o primeiro concebido à luz da Resolução nº 125, do Conselho Nacional de Justiça. É um centro em que nós temos toda a infraestrutura para a realização de conciliações e mediações em grande escala. Então, é uma experiência única no País e tem dado excelentes resultados.

Estou trazendo aqui alguns dados preliminares para que nós informemos as nossas atividades, tanto do Cejusc da capital, como também da estrutura dos centros de conciliação no Estado de São Paulo inteiro.

No Estado de São Paulo hoje, nós contamos atualmente com 70 CEJUSCs instalados, sendo que nós temos dois CEJUSCs na capital – sou coordenador de um deles – e temos outros 68 centros de conciliação instalados, todos eles pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ou patrocinado pelo próprio Tribunal diretamente, ou através de entidades conveniadas, como faculdades, prefeituras, etc.

A minha manifestação aqui, basicamente, não vem com conteúdos teóricos. Na realidade, ela vem com conteúdos práticos, expressando a nossa experiência dentro do Cejusc, não somente na capital, como também no interior.

A nossa principal preocupação aqui é a prática da atividade dentro do Estado de São Paulo, tal qual

apreendida pelo núcleo. Nós desenvolvemos algumas políticas, algumas atuações que têm sido bem-sucedidas, efetivamente, para administração dos conflitos, no nosso ponto de vista, de uma forma muito mais adequada do que o trabalho da Justiça tradicional – nós vamos colocar isso mais à frente.

No nosso trabalho ainda, nós consideramos a necessidade de atender diversas demandas, conforme o desnível de renda do Estado de São Paulo. O pessoal da Federação acredita que São Paulo é o Estado mais rico do País, mas nós temos áreas de grande pobreza, áreas onde nós não temos meios de formação de conciliadores e mediadores, e nós tentamos alcançar todas essas áreas através de um trabalho de preparação pela Escola Paulista da Magistratura, formação de mediadores e conciliadores através de teleconferência. Tudo isso nos gerou um número de conciliadores equivalente a aproximadamente dois mil conciliadores e mediadores disponíveis no Estado.

Outro ponto aqui que passamos muito rapidamente é a questão da diferenciação entre conciliação e mediação. Hoje nós estimamos, dentro dos nossos centros, que aproximadamente 30% das pessoas que vão em busca dos serviços do Judiciário estão ali para regularização de uma situação de fato que já foi objeto de conciliação. Temos também uma estimativa de que por volta de 60% dessas pessoas buscam somente a conciliação, um processo que não é mais aprofundado, um processo mais superficial de resolução de litígios. Por último, numa menor escala, mas numa maior complexidade, há o pessoal da mediação, que exige um trabalho mais aguçado, um trabalho mais profundo para fins de resolução de litígios que são mais agudizados entre as partes.

Trabalhamos também com a questão da conciliação pré-processual e a conciliação processual. Nós temos tido muito sucesso com o trabalho da conciliação pré-processual, como nós veremos mais à frente, mesmo também na conciliação processual...

Eu trago aqui os resultados anuais de 2012.

Na área da conciliação pré-processual, nós tivemos 32 mil reclamações recebidas, sendo que dessas 32 mil reclamações, nós realizamos 13 mil audiências – eu não gosto muito desse termo, eu gosto mais de sessões de conciliação, justamente para desvincular do Judiciário tradicional –, dessas 13 mil conciliações, nós conseguimos – 13 mil sessões – 8.608 conciliações, com 64% de acordo dentro da área cível.

Na área de família, nós tivemos 11 mil reclamações recebidas, realizando aí um número de 6.666 sessões de conciliação, com 5.573 conciliações obtidas na área de família, um percentual de acerto de 84%.

Eu faço questão de frisar o seguinte, tudo isso seria processo se não houvesse a Resolução nº 125, do Conselho Nacional de Justiça. Isso é resolvido num prazo de 40 dias da oferta da reclamação, de forma definitiva e sem recursos. Temos, então, aqui um percentual de 70% de acordo nessas reclamações na área pré-processual.

Na área processual, o que nós temos aqui?

Nós temos, aqui, 14 mil reclamações, processos na realidade, encaminhados. São os processos em fase de conciliação, ou seja, falamos de processos com advogados constituídos. Temos 14 mil processos recebidos na área cível, sendo que deles, nós realizamos 8.444 audiências. Temos 2.998 conciliações obtidas nesse campo de 8.444 processos levados à conciliação; 36% de acordo na área cível; na área de família, 15.512 processos recebidos, com 10.188 audiências realizadas. Temos sete mil conciliações obtidas, um percentual de conciliações com advogado envolvido no processo, com agudização de litígio de praticamente 70% na área de família. Temos um percentual de 54% nas conciliações processuais.

Gosto de frisar o seguinte: se hoje passasse uma legislação colocando a obrigatoriedade de conciliação, só na área processual, o Estado de São Paulo, que hoje conta com 20 milhões de processos, contaria com 10, simplesmente com a inserção desse dispositivo no projeto de Código de Processo Civil. Nós diminuiríamos sensivelmente o volume de processos simplesmente permitindo uma aproximação da parte mesmo com o processo já proposto.

Eu trago um quadro comparativo, este quadro vai ficar muito mais elucidado nas duas próximas apresentações.

Nas 12 Varas de Família e Sucessões centrais, nós realizamos 384 audiências, enquanto no Cejusc, uma entidade que tem sete funcionários e 16 baias de conciliação, nós conseguimos realizar 317 sessões de conciliação, referentes ao mês de novembro. Como não existe parâmetro comparativo com sentenças de mérito, eu achei correto nós colocarmos aqui o índice comparativo de acordos.

As 12 Varas da Família e Sucessões geraram 213 sentenças de homologação enquanto o Cejusc Central, sozinho, gerou o equivalente de acordos a 12 Varas da Família Central. As 43 Varas Cíveis centrais realizaram 568 audiências, no mês de novembro, enquanto o Cejusc Central, sozinho, realizou 806 sessões, na área cível.

Não misturo os dados da área de família com a área cível.

Tivemos aqui por volta de 769 sentenças de homologação de acordo nas 43 Varas Cíveis, enquanto

o Cejusc Central teve 457 homologações de acordo na área cível.

Esses números ficam mais palatáveis quando a gente faz uma figuração. O Cejusc Central realiza as audiências que 10 Varas da Família realizariam, dentro de um processo simples, eficaz, sem a necessidade do formalismo do Código de Processo Civil. Os acordos realizados no Cejusc Central equivalem à produção de acordos de 15 Varas de Família.

E, eventualmente, numa comparação ruim – uma vez que eu acho que o acordo é muito melhor que uma sentença, por não gerar recurso e não gerar execução –, temos a equivalência de um Cejusc Central a um Cejusc a três Varas de Família.

Por favor.

Na área cível, o Cejusc Central equivale a 61 Varas Cíveis em número de acordo. Cada Vara Cível tem por volta de dez funcionários, o nosso Cejusc tem sete.

Os acordos realizados no Cejusc Central equivalem aos acordos realizados em 25 Varas da Família. E numa má comparação, vamos comparar com o produto do juiz tradicional, a sentença, o Cejusc equivale a cinco Varas Cíveis.

Um parêntese aqui. A minha Vara foi agraciada como sendo a melhor Vara do Fórum João Mendes pela Associação dos Advogados local. Eu dou por volta de 120 sentenças por mês. O Cejusc consegue proferir 300, 400 sentenças na área de família. Eu só coloco, muito lamentavelmente, como os nossos instrumentos jurídicos tradicionais são insatisfatórios para fim de solução de conflito das partes. Esses números aqui deixam muito claro a diferença, a qualidade do método de tratamento, do litígio, que é ofertado através da mediação e da conciliação frente aos métodos de litígio tradicionais, barrocos, processualistas, que, no final das contas, somente atendem ao profissional legal, mas não atendem efetivamente ao interesse das partes. Eliminamos com isso, senhores, 24.230 mil conflitos – isto no Estado de São Paulo inteiro – entre expedientes pré-processuais e processos.

O que nós temos aqui? Provavelmente, o processo, que demoraria dois, três, quatro, cinco anos para ser resolvido, principalmente na área pré-processual, é resolvido no prazo de 40 dias, sem gerar recurso, sem gerar execução. Não coloquei aqui as execuções. Elas representam 6% dos acordos realizados. Então, temos um índice muito baixo de exigibilidade desses acordos.

Temos aqui, senhores, um novo produto do Judiciário fora da sentença, e isso nós temos tentado passar inclusive para os advogados que operam na área.

O que nós temos nesse novo tipo de situação? O advogado, hoje, pode apresentar ao seu cliente um produto em que vai haver um resultado de 60% a 70%

de sucesso, no prazo de 40 dias, e com exequibilidade de 94%. Então, nós temos tentado sensibilizar os advogados a respeito desse novo produto que o Judiciário oferece.

Temos, como já coloquei, uma metodologia de trabalho absolutamente diferente do formalismo de processo. Nosso sistema não se prende àquela necessidade formalista de se coletar justamente alegações, sustentações, o viés conflitivo de imputar à parte contrária a quebra de um dever jurídico. No nosso trabalho simplesmente colocamos a necessidade de sensibilização da parte a respeito da existência de um problema comum e da importância dela se locomover até o centro de conciliação justamente para evitar o mal maior, que é a indefinição criada por um processo judicial pendente.

A leveza e a maleabilidade do nosso procedimento demonstram, com esses números todos, a alta eficácia dos nossos resultados. Como ponderava o Prof. Kazuo Watanabe, nós, com isso, estamos atingindo efetivamente a preocupação do Conselho Nacional de Justiça, que é o acesso à Justiça de forma efetiva, tempestiva e adequada.

Outro ponto muito importante que colocamos é que a negociação em que as partes acabam assumindo o protagonismo da conciliação e da mediação vai gerar a internalização das normas, vai gerar convivência e exercício da cidadania, ao contrário do produto sentença. No produto sentença, o que nós temos? O Estado paternalista dizendo justamente às pessoas o que elas devem ou não fazer. E, muitas vezes, elas não concordam com a sentença. Recursos, recursos, recursos; execução, execução, execução.

Com uma negociação qualificada, através de mediadores e conciliadores regularmente formados, altamente qualificados em técnicas de negociação, nós temos a possibilidade, então, de espantar esses litígios e, pela primeira vez, sensibilizar essas pessoas a respeito da necessidade de convivência, coisa a que uma sentença, principalmente porque proferida em termos técnicos, não vai levar.

Entramos aqui, então, na discussão a respeito da questão da arbitragem da mediação. Nós, no nosso ponto de vista, e essas conclusões não são só minhas, são do nosso grupo que trabalha no Cejusc, e também dos juizes do Estado de São Paulo, isso foi submetido ao crivo do núcleo e chegamos a essas conclusões, a arbitragem representa uma solução heterônoma privada. Justamente por ser uma solução heterônoma, ela se equipara a uma sentença.

O ambiente conflitivo em que é gerada a arbitragem é similar ao da sentença, com algumas qualidades, justamente frente ao Poder Judiciário – árbitro

único, eleição de painel arbitral, uma estrutura voltada exclusivamente para a solução de litígios. Em suma, nós temos muitas possibilidades com a mediação.

Eu estou vendo aqui que o meu tempo está acabando, não é?

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO PEREIRA JUNIOR – Acabou. Posso falar mais?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pode concluir.

O SR. RICARDO PEREIRA JUNIOR – Eu vou falar muito rapidamente.

Em suma, nós acreditamos que a arbitragem deve ser tratada em lei aparte. Por quê? Porque a mediação deve, justamente, na esteira daquilo que foi dito pela colega do Conima, deixada a cargo das partes.

Por favor.

Vou falar muito rapidamente aqui.

Pode passar este aqui, por favor.

Acreditamos que o Código de Ética dos mediadores e conciliadores deva ser adotado justamente na forma tal qual proposta pela Resolução nº 125, que rege muito bem.

Eu creio que seria interessante nós eliminarmos tão somente a referência à mediação judicial. Nós cremos que há resguardos a serem feitos, quanto à questão da mediação e conciliação dentro da área privada, no que diz respeito à adesão e aos vícios de vontade, mas não deve haver uma entidade regulatória, efetivamente, para permitir justamente a liberdade das partes de criar aí normas próprias para regulamentar a eliminação dos seus conflitos.

Aqui eu passo uma preocupação, uma crítica, na realidade, ao projeto do Código de Processo Civil. O Código de Processo Civil previu aí a impossibilidade de o conciliador ou mediador que atua perante o juízo trabalhar como advogado também perante aquele juízo.

A maior parte dos nossos conciliadores e mediadores é composta por advogados efetivamente. Isso criaria prejuízo para esse próprio advogado que, no final das contas, visse aí riscos na sua atividade remunerada, inclusive, criando aí a impossibilidade de trabalho dessa parte.

Nós entendemos aqui que talvez as regras do impedimento atual, do art. 134, inciso II, do Código de Processo Civil, devessem se aplicar. O mediador não poderia assumir aí o patrocínio da causa em que ele trabalhou como tal. Mas se permitir que o advogado trabalhasse junto ao juiz.

Nós não devemos esquecer que temos Cejusc (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cida-

dania) em comarcas pequenas, com duas, três, até quatro vagas.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Dr. Ricardo, pode concluir?

O SR. RICARDO PEREIRA JUNIOR – Bom, vamos até o final, então.

Mediação privada, a gente já colocou aqui os nossos pontos.

Pode seguir em frente.

Na mediação pública, nós temos aqui a necessidade... Não vamos seguir a ordem aqui. Na mediação pública, a nossa preocupação é justamente que a mediação se faça com mediadores e conciliadores cadastrados perante o Núcleo, também, como foi proposto aqui pelo Conima.

Mais uma vez, a gente se bate. Das duas uma: para a gente batalhar que a conciliação ou a mediação seja feita pré-processualmente, tal qual foi proposto na Itália, como demonstração de condição da ação na modalidade interesse de agir, necessidade de provimento jurisdicional. Sem isso, a gente vai continuar recebendo um número muito grande de processos.

Em segundo ponto, que eu acho que seria muito importante, seria a colocação também de uma fase processual em que as partes se aproximam.

Faço constar o seguinte: em São Paulo, constatamos muitas fraudes em processos por falha de representação. Se nós exigirmos a presença das partes nos procedimentos conciliatórios, inclusive na fase pré-processual, nós vamos prevenir esse gigantesco volume de fraudes que nós temos – INSS, ação contra bancos – e permitiremos também a implementação de políticas públicas de conciliação.

Basicamente, o que eu tinha que falar, muito sucintamente, é isso.

Agradeço a atenção de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Dr. Ricardo, na sua experiência, os advogados são mais disciplinados quanto ao tempo, não é? *(Risos.)*

O SR. RICARDO PEREIRA JUNIOR – Os meus prazos não são peremptórios. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A Magistratura extrapola um pouquinho. Talvez, pela conhecida lentidão da Justiça, nós temos um prazo um pouquinho mais ampliado.

Mas, Dr. Ricardo, agora, tirando a brincadeira, a experiência que V. Ex^a tem é muito interessante para nós. Essa coordenação do Centro tem propiciado quase que um laboratório nessas experiências de mediação, sobretudo. Então, se o senhor puder nos encaminhar essas conclusões por escrito, eu penso que será de valia. Isso se estende aos integrantes da Mesa. Mas a sua experiência na matéria de mediação, para a qual

vamos estabelecer um marco legal, é muito interessante para nós.

Seguimos agora com o Dr. Rogério Bacellar. Ele é Presidente da Associação dos Notários e Registradores – Anoreg.

Eu tenho a impressão de que, de propósito, o Dr. Ricardo não abordou o ponto que hoje em dia é traumático, que é a possibilidade da mediação pelos cartórios. O problema parece estar situado em São Paulo. Estou lhe perguntando isso porque, realmente, o que sei é pela imprensa, não estou sabendo da situação. Se puder nos dar uma notícia sobre isso, seria interessante. Então, eu lhe passo a palavra, Dr. Rogério Bacellar, pelo tempo de 15 minutos.

O SR. ROGÉRIO PORTUGAL BACELLAR – Primeiramente, quero agradecer ao Senado Federal, ao Ministro Luis Felipe Salomão pela gentileza do convite feito à Associação dos Notários e Registradores do Brasil.

A Anoreg Brasil é a associação que representa todas as especialidades do serviço notarial e registral em todo o território nacional. Somos a entidade que tem a maior capilaridade brasileira, inclusive maior do que os bancos, maior até do que o próprio Correio.

Hoje, nós trabalhamos em 80 países do mundo, já trabalhamos com mediação e conciliação no serviço notarial. O serviço notarial, registral brasileiro tem uma função muito importante, a função de prevenir litígios. Nós não trabalhamos com litígios, mas fazemos a conciliação e a mediação todos os dias no nosso serviço notarial e registral. Cada inventário feito no serviço notarial e registral, pode ser uma briga de herdeiros, nós estamos ali trabalhando com essa mediação, com essa conciliação, para que a haja pacificação, assim como nos casos de divórcio, de separação. Então, esses casos existem todos os dias, assim como a própria escritura e as doações.

O provimento do Desembargador Nalini, que está trazendo certa controvérsia, inclusive contra a própria Ordem dos Advogados, ninguém está querendo tirar dos advogados, nem dos engenheiros, nem dos arquitetos, nem dos administradores, nem dos economistas a função de poder ser árbitro ou mediador. Os notários registradores simplesmente querem continuar contribuindo com a coletividade, com a sociedade brasileira, no sentido de trazer maior espaço, maior capilaridade, para que esse serviço possa ser exercido em conjunto com todos. Não queremos ocupar espaços, seja de institutos de mediação, da Ordem dos Advogados, de quem quer que seja. Nós queremos contribuir para que esse instituto de mediação possa ser cada vez melhor, mais célere, e que venha trazer benefícios à população brasileira, como veio a Lei do Inventário, da separação,

do divórcio. Muita gente não acreditava que os cartórios tivessem a capacidade de trabalhar num sentido tão rápido para fazer um inventário que demorava na Justiça um ano, o divórcio demorava dois anos, e hoje sai em 15 dias, isso quando há bens. Quando não há bens, sai na hora.

Então, o nosso serviço é célere. Estamos cada vez trabalhando mais. Nós temos a nossa Escola Nacional de Notários e Registradores, com convênio inclusive com a Escola Nacional da Magistratura, em que o senhor foi presidente, e com a Escola Nacional da Magistratura Federal desde a época em que o Ministro Benedito Gonçalves foi presidente. Hoje, temos esse convênio renovado com a Ministra Eliana Calmon, que muito nos orgulha, e queremos ter convênio com todas as escolas de mediação e arbitragem para melhorar o serviço.

Fizemos um experimento com a Associação dos Magistrados do Brasil, com o Ministério da Justiça, em 2002/2003, no Mato Grosso do Sul, em que a nossa Escola, a Escola da Magistratura, a Anoreg, a MB e a Secretaria da Reforma do Judiciário, com o aval do Ministro Thomaz Bastos, em que o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul nos ajudou e pudemos levar professores e ensinar a técnica de mediação e conciliação a todos os notários e registradores daquele Estado.

A nossa experiência dentro desse projeto-piloto foi muito gratificante porque diminuiu o número de processos nos Juizados Especiais, que estavam asoborçados. Então, começamos a trabalhar nesse sentido já em 2001/2002, projeto elaborado por mim e pelo meu irmão, Roberto, que pusemos em prática em Mato Grosso do Sul. Esse projeto continua em vigor. O entregamos ao Ministério da Justiça, ao CNJ, para que estudássemos juntos. Queremos obter o apoio dos institutos de mediação e conciliação, porque nosso interesse não é tanto em arbitragem, é mediação e conciliação, para contribuir cada vez mais com a sociedade brasileira e com o próprio Poder Judiciário.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Dr. Rogério que, realmente, tem estado à frente da Anoreg em relação a essas questões, aliás, temos conversado bastante sobre alguns assuntos que interessam de perto à cidadania.

Agradeço sua presença aqui.

Peço que possamos reconhecer o esforço de todos que deixaram um pouco do seu dia para estarem conosco, vou pedir uma salva de palmas para todos, coletivamente. (*Palmas.*)

Como temos feito, além do agradecimento, vamos partir agora para os debates.

De maneira muito informal, os colegas da Comissão vão ficar à vontade para indagar dos expositores sobre os pontos hoje abordados.

Então, vou começar pelo Marcelo Nobre, e vamos seguindo da esquerda para a direita.

O SR. MARCELO NOBRE ROSSI – Muito obrigado, Presidente. Eu gostaria de cumprimentar todos os expositores, que muito contribuem para que a gente faça o melhor trabalho possível.

O nosso intuito aqui, como o de todos os expositores, é acertar, é apresentar a melhor proposta ao Senado, da melhor lei que todos nós gostaríamos de ter e de vê-la aplicada por aqueles que buscam solucionar os seus conflitos de outra forma que não necessariamente a forma estatal, vinda através de um processo judicial.

Presidente, eu gostaria de perguntar para a Dr^a Simone quem são os representantes, as partes que figuram quando há uma mediação entre dois entes? São dois advogados da União? Eu queria só entender como funciona nas Câmaras que já existem, no INSS. Eu gostaria de ter esse conhecimento, se a Dr^a puder nos explicar quem funciona como conciliador, representando as partes?

Pode ser direto, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pode, claro. O debate é bem informal, todos participam.

O SR. MARCELO NOBRE ROSSI – Muito obrigado.

A SR^a SIMONE ANDREIA PINTO AMBRÓSIO – No âmbito do Conselho da Previdência Social, quando há um processo administrativo em que a parte não aceita o indeferimento do seu benefício, ela apresenta o recurso. Ao analisar esse recurso, a Câmara pode visualizar a possibilidade de se fazer um acordo. Para avaliar juridicamente esse acordo, o processo é remetido ao Procurador Federal, que vai analisar a juridicidade da proposta de acordo; ele pode até mesmo formular essa proposta. Formulada essa proposta, com o aval da Procuradoria Federal, ela é apresentada à parte interessada, que aceita ou não o acordo. Essa é a visualização do sistema, particular e entidade pública.

Judicialmente, isso também já é feito. O Dr. Ricardo trabalha na esfera estadual, mas quem trabalha no Judiciário Federal sabe também que isso já ocorre de forma reiterada. Por exemplo, vários processos que estão em curso no Judiciário Federal passam por um processo de tentativa de conciliação, no qual os Procuradores federais oferecem as propostas de acordo e elas geralmente são aceitas. Inclusive no Tribunal Regional da 3^a Região existe um gabinete responsável apenas pela conciliação de processos, em que aquelas matérias em que a jurisprudência já é pacificada, os

processos são encaminhados a esse gabinete, onde há uma equipe do INSS que analisa administrativamente a documentação e depois passa pela Procuradoria no sentido de verificar se há a presença dos requisitos jurídicos necessários. Ocorrendo essa coincidência, as propostas de acordo são ofertadas às partes – e aí já é uma comunicação do Judiciário, do próprio Judiciário para a parte –, e geralmente há um sucesso muito grande.

Em São Paulo um processo do Juizado Especial Federal, se houver a propositura de recurso, vai demorar cinco anos para ser julgado pela turma. Então, é muito mais rápido aceitar um acordo.

O SR. MARCELO NOBRE ROSSI (*Fora do microfone*) – Tenho proximidade com o Tribunal. Mas o que eu gostaria de saber é entre os entes públicos, quem representa um, quem representa o outro?

A SR^a SIMONE ANDREIA PINTO AMBRÓSIO – Vou pedir a oportunidade, se o senhor não se importar, para a Dr^a Helena, que faz parte da Câmara de Conciliação, responder ao senhor com mais detalhes.

O SR. MARCELO NOBRE ROSSI – Pois não.

A SR^a THAÍS HELENA FERRINHO PÁSSARO – Bom dia a todos!

Meu nome é Helena, sou Procuradora Federal e Conciliadora na Câmara de Conciliação da AGU.

Na Câmara de Conciliação, temos atualmente 13 Conciliadores, todos advogados públicos de carreira da AGU. Então, tem Banco Central, tem PGFN, Procuradoria Federal e Procuradoria da União, Advocacia-Geral da União.

Quando é instaurado um procedimento conciliatório quem participa representando os órgãos, vai tanto à área técnica quanto à área jurídica daquele órgão. Então, se há uma controvérsia envolvendo, por exemplo, a Funai e o Incra, geralmente convidamos o procurador federal, que representa o Incra, o procurador federal que representa a Funai e também as áreas técnicas do Incra e da Funai. Todos sentados à mesa, tentamos chegar a uma solução de forma mais conciliatória e não contenciosa.

O SR. MARCELO NOBRE ROSSI – Perfeito, muito obrigado.

E como são escolhidos esses conciliadores?

A SR^a THAÍS HELENA FERRINHO PÁSSARO – Os conciliadores geralmente são escolhidos, no âmbito da AGU, por remoção. Mas lá dentro a gente consegue. Eu sou Procuradora Federal e integro a Procuradoria-Geral Federal, então eu estou na Câmara cedida da PGF para a AGU. Entendeu?

O SR. MARCELO NOBRE ROSSI – Entendi.

A SR^a THAÍS HELENA FERRINHO PÁSSARO –

Ou vai por remoção ou vai por cessão, mas geralmente são advogados públicos os conciliadores.

O SR. MARCELO NOBRE ROSSI – Muito interessante.

Muito obrigado.

Presidente, posso ainda fazer outro questionamento?

Eu gostaria de perguntar tanto à Dr^a Ana Lúcia quanto ao Dr. Ricardo por que pensam que a lei de mediação seria melhor autonomamente e não conjuntamente; uma lei de arbitragem e mediação com a definição com relação ao por que autonomamente e não conjuntamente? Qual seria o raciocínio? Por quê?

A SR^a ANA LÚCIA PEREIRA – Os institutos, nós dissemos que são primos irmãos, mas são primos, não são irmãos para estarem na mesma legislação. Apesar da similitude de alguns procedimentos, elas são distintas. E se estiver na mesma legislação, tememos que possa haver divergência, ou distúrbio, ou confusão sobre os conceitos, ou sobre a sua aplicabilidade.

A gente entende que para melhor entendimento da sociedade um e outro, leis diferentes, tratando de institutos diferentes, seria mais adequado que não na mesma legislação. Entendemos que pode haver certa confusão nos institutos, apesar de muito próximos, caminharem juntos, mas elas são distintas, são conceitos distintos.

O SR. ROBERTO PASQUALIN – Dr. Marcelo, só acrescentando ao que a Dr^a Ana Lúcia está chamando a atenção.

O SR. MARCELO NOBRE ROSSI – Por favor, Dr. Roberto.

O SR. ROBERTO PASQUALIN – Nós temos uma legislação complementar, uma Lei Complementar nº 95, senão me engano é o número dela, que propõe regras de edição de legislação, que nem sempre é muito observada, mas uma das regras que ela propõe é não tratar, no mesmo diploma legal, de assuntos diferentes.

Como a Dr^a Ana Lúcia chamou de primos a mediação e a conciliação, eu diria que são institutos diferentes, objetivos diferentes, procedimentos diferentes. O produto final, usando a expressão aqui dita, o produto final é diferente. Um é uma sentença arbitral, o outro é um acordo de mediação com efeitos; um extrajudicial, como um título extrajudicial, outro como um título judicial. Não há necessidade, não há razão para estarem tratados, regulados, por um único diploma legal. Parece-me que, até do ponto de vista educativo, porque a lei muitas vezes tem essa função de educar em relação ao instituto que ela trata, até sob o ponto de vista educativo é melhor, é preferível, é mais próprio que elas sejam tratadas em diplomas separados.

O diploma de arbitragem, nós já temos hoje um diploma muito bem visto, muito útil, muito funcional. O diploma de mediação vai ter que tratar de coisas diferentes. Então, nós, muitos de nós, não estou dizendo só eu pessoalmente, acreditam que a separação em leis distintas favorece o entendimento do instituto e à sua aplicação.

O SR. RICARDO PEREIRA JUNIOR – O meu ponto de vista é que, num primeiro momento, nós temos institutos que são assim paralelos.

Sob o meu ponto de vista, a mediação pode aprender muito com a arbitragem. Sob o meu ponto de vista, a questão da instituição do procedimento pode ser completamente haurida do procedimento da arbitragem, se for fazer cláusula arbitral, compromisso... Da mesma forma a gente pode realizar compromisso de mediação ou instituir uma cláusula de mediação dentro de um contrato.

Temos também a necessidade de uma regulamentação a respeito da qualidade do mediador, a exemplo do que acontece na arbitragem também. Então, a constituição de um órgão idôneo é uma preocupação comum, tanto na arbitragem, como na mediação.

Esses são os pontos comuns, inclusive no que diz respeito, por exemplo, à constitucionalidade da mediação. É possível você impor uma mediação prévia, ou uma mediação no curso do processo? Do mesmo jeito que a arbitragem permite isso, eu não vejo por que não se permitir, não se colocar inclusive em legislação específica a eleição do procedimento prévio de mediação, como pré-condição do exercício do direito de ação constitucional. O direito de ação é sujeito a determinados pré-requisitos pela própria legislação tradicional. E, talvez, em meu ponto de vista, a gente tenha até o interesse de agir fundamentando aí a exigência de uma aproximação prévia das partes a demonstrar a necessidade na modalidade interesse de agir.

Agora, a partir do momento em que foi instaurado o procedimento, aí as regras são diferentes. Na arbitragem, pelo fato de se tratar de uma solução que depende de heteronomia, ou seja, manifestação de um terceiro a respeito de um conflito, nós temos todo um procedimento acautelatório, que descreve como devem ser as partes, convocação, chamamento, apresentação de provas, enquanto que, na mediação isso é absolutamente livre. A mediação parte do absoluto voluntarismo entre as partes de se envolverem ali num processo de negociação e levarem a cabo esse processo à frente.

Então, em meu ponto de vista, ela está muito mais deslocada para o âmbito, principalmente da parte da liberdade de contratar, da liberdade de dispor parcialmente dos seus interesses, do que num âmbito já da

arbitragem que, fatalmente, vai gerar uma solução que talvez não seja adequada a uma das partes.

Coloco isso justamente para que essas normas não se embaralhem. Meu ponto de vista, e aí o ponto de vista do pessoal que trabalha comigo lá é justamente esse, embora eu veja como uma necessidade, talvez, a edição de algum tipo de regulamentação sobre a mediação.

E, em meu ponto de vista, a regulamentação da mediação e da conciliação deve seguir aí já o caminho traçado pela Resolução nº 125, que é um caminho que, efetivamente, é frutífero, não é? Estamos vendo, em dois anos de atividade, um resultado absolutamente excelente. Sinto na pele esse resultado.

Talvez a título de sugestão para Comissão, ou vocês me partirem esse projeto, também para avançar para uma regulamentação a parte, mas também na área da mediação, ou tratar, talvez, em uma mesma lei, mas aí de forma um pouco mais complicada, em meu ponto de vista, a respeito da regulamentação da mediação.

O SR. MARCELO NOBRE ROSSI – Temos a experiência, aqui, direta na Resolução nº 125, da qual participamos – o Dr. Ricardo sabe bem disso.

Mas eu agradeço. Estou satisfeito.

Fico aqui pedindo a possibilidade, Sr. Presidente, de intervir, se entender necessário fazer algum questionamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Seguiamos o debate com o André.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Bom dia a todos!

Quero também agradecer as contribuições e sugestões que têm sido trazidas às audiências públicas, às quais vão contribuir muito para os debates da Comissão.

Hoje a gente teve uma discussão mais voltada para a mediação; ontem tivemos também uma audiência pública muito boa, assim como a de hoje, mas com um foco um pouco maior para a mediação privada. Ontem, aqui, tivemos o Instituto de Mediação e Arbitragem Internacional – ILMAI –, sediado em Haia, e o Conselho Federal da OAB, trazendo-nos algumas sugestões muito boas, inclusive de que o sucesso da mediação está diretamente relacionado à capacitação dos mediadores. Ela depende, para o seu sucesso, de bons mediadores.

E hoje após discutirmos bastante, temos a oportunidade de falar um pouco mais sobre a mediação pública. E aí, pegando carona aqui na pergunta do Marcelo à Drª Simone e à Drª Helena, eu queria saber como funciona a mediação entre a administração e o parti-

cular? Se há essa experiência, quem é o mediador? É a mesma regra aplicada? Tem funcionado bem? Se o ente que está sendo representado pelo seu procurador, se esse procurador tem algum relacionamento ou conhece o mediador, isso interfere de algum modo na imparcialidade e na condução do procedimento?

A SRª SIMONE ANDREIA PINTO AMBRÓSIO

– Dentro das Câmaras, dentro do conselho de recurso da Previdência Social, o mediador não vai ter um relacionamento íntimo com o órgão, porque, não sei se o senhor sabe, os procuradores federais prestam serviços para o órgão, mas não estão na estrutura do órgão. Isso é fundamental no sentido de você afastar qualquer ingerência política na formação da convicção do mediador.

Então, isso ajuda sobremaneira a Advocacia Pública no sentido de ela prestar serviço para aquele órgão; ela possui assessoria em questões técnicas, porque se for uma questão ambiental, às vezes, o procurador não tem noção dos aspectos técnicos da controvérsia, mas ele não sofre nenhuma ingerência nesse sentido. Ele é isento na formação do seu convencimento.

Eu queria que a Helena complementasse.

A SRª THÁIS HELENA FERRINHO PÁSSARO

– No âmbito da Câmara, nós não atuamos com particulares, são apenas entes da Administração Pública Federal com outro Federal, com Estadual e Municipal. Quando há um interesse público muito evidente naquela controvérsia, aí, com autorização do Consultor-Geral da União, um particular participa de um procedimento conciliatório. Mas, no geral, ainda não há regulamentação para que a Câmara aceite procedimentos envolvendo entes público e particular.

Também vale ressaltar dos mutirões de que, hoje em dia, a AGU tem participado, juntamente com o Poder Judiciário. E aí, nesse caso, a AGU participa como parte. Acho que também tem dado sua contribuição nesse âmbito. Mas já a Câmara não há participação de particular.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – André, me dá um minutinho, por favor?

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu vou pedir licença, porque tenho sessão hoje da 2ª Sessão. Além disso, tenho, antes da sessão, que tratar também do nosso projeto com o Senador Vital do Rêgo, muito rapidamente.

Então, quero renovar os agradecimentos aos nossos convidados de hoje para a audiência pública.

É muito valioso mesmo o trabalho dos senhores.

Quero pedir ao Marcelo, pela antiguidade, que venha ocupar a Presidência *ad hoc*.

Mais uma vez agradeço e peço desculpas aos colegas da Comissão, André, porque eu, realmente, tenho que realizar a preparação e cumprir a sessão.

Muito obrigado a todos.

Amanhã, seguimos. *(Pausa.)*

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Então, sobre esse tema, Dr^a Simone, eu gostaria ainda de saber se haveria, na estrutura atual – Dr^a Helena, que agora veio aqui mais para perto de nós –, possibilidade de mediação entre o particular e o Poder Público, porque isso aumentaria muito o volume, certamente, e acarretaria um custo muito considerável. Por exemplo, o projeto do CPC está criando a mediação judicial com cadastro dos mediadores; os cadastros vão ser feitos nos respectivos tribunais. Então, tanto na esfera estadual quanto federal, não sei se essa é uma oportunidade também para se pensar numa mediação mais ampla.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Só um minutinho, Dr^a Simone.

Bom dia!

Para poupar tempo, eu incluiria na pergunta do André a mediação entre administração e servidor; que vocês pudessem falar um pouquinho sobre a possibilidade de uma inclusão: se tem capacidade técnica para isso, se tem capacidade operacional, não só essa mediação com o particular como com o servidor; se vocês têm propostas, se vocês já pensaram nisso.

A SR^a SIMONE ANDREIA PINTO AMBRÓSIO – Lá no TRF – porque sou da 3^a Região, então eu gosto de falar da experiência que eu tenho lá na 3^a Região –, eu tenho uma colega que é responsável pelo setor de mediação da PRU, que é a Procuradoria-Regional da União na 3^a Região, e, por coincidência, houve um processo de servidor público referente a algum desses índices controvertidos na Justiça, e a colega percebeu que ali haveria a possibilidade de fazer conciliação em dezenas de processos; e aí ela recorreu ao gabinete de conciliação do TRF, para ser instaurado um procedimento prévio, para englobar todos aqueles processos em trâmite, de forma que fosse feita uma proposta para aquelas pessoas que estavam na mesma situação. E a última notícia que tenho é que deu certo. E é uma forma de aprimoramento dessas questões que são repetitivas na Justiça, especialmente na Justiça Federal. Se você for perceber o montante de processos repetitivos, e os gabinetes ficam represados de processos em que haveria margem para esse tipo de solução.

Então, nós estamos aqui exatamente por isso, porque nós acreditamos nessa possibilidade e trazemos a nossa proposta para que haja aprimoramento desse processo no sentido de você resolver a lide mais rapidamente. E acredito que a Advocacia-Geral

da União tem competência e tem condições materiais de realizar essa atividade.

A SR^a THAÍS HELENA FERRINHO PÁSSARO – No âmbito da Câmara, como eu já falei, ainda não há. Nós não temos ainda capacidade para fazer a conciliação com os servidores. Mas, inclusive, na proposta da Unafe, que foi feita para a Comissão, há previsão de núcleos de conciliação onde se poderia abrir essa oportunidade para que o ente tentasse resolver suas pendências com seus servidores ali, administrativamente. Mas eu acho que ainda são ideias que a gente lançou, que foram apresentadas e precisariam ser mais bem discutidas até com a própria administração e com o próprio ente, porque a gente sabe que na hora em que abrir um núcleo de conciliação no ente, os processos que estão na Justiça vão todos migrar para o ente. Aí, não se faz mais nada além de resolver esses processos. Então, são ideias que foram lançadas, mas acho que precisam ser ainda mais amadurecidas nesse ponto.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a THAÍS HELENA FERRINHO PÁSSARO – É. Ou então até... Pronto. Nesse caso, poderiam ser criados os núcleos, mas selecionando as matérias que poderiam ser resolvidas naquele determinado momento, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Então, Dr^a Helena, hoje não há essa conciliação com os servidores?

A SR^a THAÍS HELENA FERRINHO PÁSSARO – Não. Não há. Se o conflito tiver judicializado, aí hoje tem, tanto no âmbito da PGF como no âmbito da PGU... No âmbito da PGU tem as centrais de negociação, que tomam conta especificamente desse procedimento conciliatório do conflito judicializado. E na PGF também tem. Cada autarquia tem sua estrutura de assessoria jurídica. Agora, no âmbito da AGU, internamente, não há nenhum núcleo que faça esse contato direto com o servidor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Muito obrigado.

Dr. André.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Estendendo também a pergunta ao Dr. Ricardo, quantos conciliadores e mediadores há hoje – até parabenizando pela coordenação e pelos números – e como é feita a qualificação deles? Ela segue o programa sugerido pela Resolução nº 125?

O SR. RICARDO PEREIRA JUNIOR – Hoje, no Estado de São Paulo, nós temos dois mil conciliadores cadastrados perante o Tribunal de Justiça, mas isso é bastante esparsos. No nosso centro de conciliação

central, nós temos por volta de duzentos conciliadores cadastrados, o que é muito pouco. Às vezes temos falhas, por se tratar ainda de um serviço voluntário. E temos esse cadastro...

O que fizemos no Estado de São Paulo? Nós permitimos, à luz da Resolução nº 125, daquele conteúdo programático de formação que existia antes, salvo engano no Anexo II, a Escola da Magistratura tomou a frente do movimento de formação desses conciliadores. Então, na capital, nós dispusemos cursos presenciais e, no interior, nós dispusemos cursos que são veiculados através do sistema eletrônico: videoconferência. Justamente por quê? Porque sabemos que temos comarcas distantes em que os conciliadores não têm condição de viajar 500, 600 quilômetros para fazer um curso e trabalhar gratuitamente. E nós dispusemos, na realidade, esse curso para essas pessoas. Então, nós temos excelentes centros de conciliação, por exemplo, em Bebedouro, que está situado a 400 quilômetros da capital, em Dracena, a 600 quilômetros da capital, mas através desse sistema de videoconferência.

Tivemos o cuidado, também, de enviar pessoas para fazerem a supervisão do estágio. Então, o estágio é realizado *in loco*, com alguém já formado dentro dos parâmetros da Resolução nº 125, que vai verificar se a pessoa está apta à realização das sessões de conciliação e mediação. A nossa preocupação, inclusive, é de que a pessoa que está dentro de uma sessão, que é realizada em caráter sigiloso, está ali representando o Poder Judiciário. Então, a gente precisa ter uma pessoa de alta qualificação.

Justamente por isso, nós temos recomendado também um processo seletivo, em que realizamos entrevistas. Então, a gente faz o face a face com o conciliador, o mediador, e muitas vezes, se verificarmos que a pessoa está apresentando um desempenho pouco satisfatório, a gente dá um apertãozinho para ver qual a reação da pessoa, para justamente afastarmos aqueles que não têm uma qualificação tão boa. Agora, tudo seria muito melhor se um dia tivéssemos a remuneração. Em alguns Estados há remuneração. No Estado de São Paulo, basicamente... Inclusive, nessa sexta-feira já tem uma reunião na Assembleia Legislativa em que vamos apresentar um projeto de lei visando à remuneração.

A remuneração nossa vai ser no modelo dentro de horas de serviço. Não vamos remunerar por produtividade, e sem a profissionalização do conciliador ou do mediador. Nós queremos que isso seja realizado de forma espontânea, para que a pessoa compareça ali e nos auxilie – ele é um auxiliar da Justiça.

Eu estudei administração judicial na Inglaterra, e lá eles têm um instituto que se chama Magistrates'

Courts, que é um instituto muito interessante em que eles utilizam a mão de obra de pessoas leigas, que seriam como jurados – são, na realidade, funcionários públicos aposentados, professores –, e prestam esse serviço de forma espontânea. A nossa ideia é mais ou menos induzir algo similar dentro do Cejusc, justamente porque aí não teremos a necessidade de criar aquele engessamento.

Vamos imaginar que tenhamos um grande *boom* de ações da telefônica ou ações de poupança. Então, nós podemos chamar um grande número de conciliadores para lidar com esse volume esporádico e sazonal de processos que chegam e de uma forma relativamente uniforme, organizada pelo Centro, para depois não termos a necessidade de incorporar isso ao serviço público – estamos tentando fugir daquele parâmetro: mais juiz, mais varas, mais funcionários e mais sentenças. Richard Posner falava basicamente que o profissional do Direito trabalha com a mesma inteligência do arquiteto ou engenheiro de trânsito: ele vai responder com mais viadutos, mais vias, mais estradas, quando, na realidade, precisamos de meios diferentes para tratar o litígio.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Agradeço-lhe. Obrigado, doutor.

Dr. André com a palavra.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Eu tenho uma última pergunta para o Dr. Amaury, extensiva à Dr^a Ana Lúcia, só para que fique clara aqui a posição da Senacon sobre a arbitragem envolvendo o consumidor.

Foi destacado aqui o problema do custo, da hipossuficiência, mas a Dr^a Ana Lúcia sugeriu, não só em relação ao consumidor, mas também em relação às relações trabalhistas, que a iniciativa partisse do hipossuficiente, a iniciativa de instaurar a arbitragem. Qual é a posição da Senacon? Se houvesse autorização, se dirimisse essa dúvida que hoje existe sobre o contrato de adesão... E lembro que estou sendo específico sobre a possibilidade de uma arbitragem iniciada, desde que iniciada pelo consumidor.

O SR. AMAURY OLIVA – Obrigado pela pergunta, Dr. André.

A nossa avaliação é muito pragmática, ela é a avaliação de órgãos de defesa do consumidor que lidam diariamente com consumidores e procuram atender os anseios dos consumidores.

A avaliação é a seguinte. Não faltam leis no Brasil para proteger o consumidor e para protegê-lo nas relações de consumo. Temos um código – claro, cabem pequenos ajustes, como em qualquer lei –, há direitos, há mecanismos para proteger esse consumidor. Eu acho que os PROCONs fazem um trabalho bastante

árido, atendem esses consumidores, objetivam uma conciliação. O mesmo acontece nos Juizados Especiais: são milhares de juízes que, de fato, conseguem as conciliações.

Então, acho que não faltam leis, não faltam procedimentos, acho que falta é o respeito das empresas em relação a seus consumidores. Temos trabalhado, por exemplo, para que as empresas tenham ouvidorias, canais de ouvidorias, serviços de atendimento ao consumidor, porque grande parte dos pleitos dos consumidores diz respeito a problemas muito simples.

Às vezes discutimos com órgãos de outros países e temos vergonha de contar o tipo de conflito de consumo que pára tanto nas portas dos PROCONs como dos juizados especiais. Há pouco tempo eu conversava com o Dr. Guilherme Baldan, que é presidente do Fonaje: era um caso em que o consumidor recorreu ao juizado especial para exigir a apresentação de um contrato cuja cópia a empresa não queria encaminhar. São coisas simples.

Portanto, observo aqui que não faltam leis nem procedimentos, mas falta respeito por parte das empresas. Há a exigência de elas terem ouvidorias, terem canais de atendimento.

Os dados dos PROCONs mostram que, em 90% dos casos, esses consumidores já procuraram as empresas, houve uma tentativa de conversa com as empresas. Então, é um sentimento majoritário do sistema de defesa do consumidor de que uma arbitragem, por exemplo, não resolveria algo que muitas vezes nem a Justiça nem os órgãos administrativos de defesa do consumidor resolvem. Por isso temos trabalhado em medidas preventivas com as empresas para que elas assumam essa responsabilidade e resolvam os problemas dos consumidores elas mesmas, sem a necessidade de atuação do Estado ou de qualquer outro órgão.

A SRª ANA LUCIA PEREIRA – Nós entendemos que a arbitragem, no direito do consumidor, é mais uma opção tanto para a empresa quanto para o consumidor. Hoje, tanto a empresa quanto o consumidor só têm uma opção, que é o Poder Judiciário ou as entidades administrativas, como o Procon, etc., etc.

A partir do momento em que se coloca uma cláusula compromissória, desde que haja a arbitragem instaurada pela iniciativa do consumidor e com custos que podem ser suportados pela empresa, porque a opção de ter colocado a cláusula é da empresa, no contrato de adesão, então, ela assume também a responsabilidade por esses custos. Mas é mais uma opção tanto para a empresa quanto para o consumidor.

E uma vez que o consumidor escolheu, com todas as consequências, sabidamente o que significa a

arbitragem, é uma opção que ele fez. Sem isso, ele só tem a opção do Poder Judiciário.

É nesse sentido que entendemos que a arbitragem, nas relações de consumo, pode ser utilizada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Interessante.

Dr. André... (*Pausa.*)

Drª Roberta.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Bom dia!

Dr. Ricardo, fiquei muito bem-impressionada com os números, com o resultado que o senhor trouxe do Cejusc. Eu queria perguntar ao senhor, pois não sei se entendi muito bem o seu posicionamento: o senhor seria favorável a uma mediação pré-processual obrigatória?

O SR. RICARDO PEREIRA JUNIOR – Extremamente favorável. No meu ponto de vista, o que acontece? Nós temos – vamos entrar numa aula de Direito Processual Civil – o interesse de agir, que se caracteriza sob a modalidade necessidade do provimento jurisdicional. Ou seja, foram esgotados todos os meios suasórios necessários para a solução do litígio, razão porque não houve outra opção ao autor, senão propor a presente ação. Hoje, é uma récita, como acabei de fazer.

Por que não nós elevamos esse pré-requisito, que hoje é uma récita, como um pressuposto processual demonstrativo do interesse de agir? Olha, para você demonstrar o seu interesse de agir, você precisa demonstrar que você foi a uma sessão de conciliação. Não deu tempo, mas a minha proposta aqui seria a seguinte: fazer uma pré-conciliação por órgão público ou delegado do Poder Público – nós temos entidades conveniadas, por exemplo, a Drª Mariella conhece a Uninove, e temos outras entidades. Hoje, nós estamos em franco crescimento no Estado de São Paulo. E é colocar isso como um pré-requisito necessário, sim, para a propositura da ação. Os nossos números aqui são evidentes: 50% dos processos não existiriam se tivessem sido submetidos a uma conciliação.

Num segundo momento, entrou com o processo, leve-se à conciliação, se for o caso, também judicial. Uma das queixas recorrentes que nós temos, no Estado de São Paulo, é a seguinte: hoje, pelo rito legal, principalmente no rito ordinário, o réu não tem alternativa senão contratar um advogado e ofertar a defesa dele. Grandes litigantes, eles nos buscam fazendo a proposta da instauração de uma conciliação processual pré-contestação. Por quê? Eles falam o seguinte: “O que eu investiria na contratação do advogado, eu vou investir, por exemplo, resolvendo a situação do meu consumidor, que foi desatendido. Então, o meu consumidor sai feliz, e eu consigo minorar os prejuízos

de um processo que só Deus sabe quanto tempo vai durar e qual resultado vai ter”.

Então, eu vejo a necessidade, sim, de reforçarmos esses meios e exigir isso. O Código de Processo Civil, no projeto, está colocando que, se a parte não comparecer, vai ser declarada a indignidade da Justiça e vai ser aplicada uma pena de multa. Essas coisas, na prática, não funcionam. Isso não alcança efetivamente a aproximação das partes.

No meu ponto de vista, é importante que coloquemos a necessidade de a própria parte comparecer, sob pena de ser presumida a veracidade dos fatos alegados pela parte contrária, caso ela não compareça.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – O senhor poderia até sugerir uma redação para nós.

O SR. RICARDO PEREIRA JÚNIOR – Eu já sugeri. (Risos.)

Há outro ponto de que gosto e que é importante frisar, aliás, eu falo isso da prática. Tivemos problemas há um tempo, houve ações civis públicas, ações coletivas, pedindo reajuste de poupança no Estado de São Paulo. E nós constatamos – por ouvir dizer no corredor, vamos dizer assim, do Fórum – que essas ações foram movidas por correntistas de São Paulo, pedindo reajuste de poupança, mas por um grande escritório do Paraná.

Então, suspeitou-se que esse escritório conseguiu um vazamento de informações de correntistas de São Paulo e empestiou o Fórum João Mendes de ações. O que se tentou fazer? Já em sede de execução desse *decisum*, o setor de conciliação de 2º Grau convocou as partes para comparecimento e pagamento do valor das diferenças. E aí constataram que muita gente não comparecia, que não tinha outorgado procuração. A pessoa já havia falecido quando da outorga da procuração. Em suma, o que acontece? A falta de participação efetiva do litigante no andamento do processo aliena essa pessoa e permite um grande número de fraudes. Isso acontece, também, por exemplo – o pessoal da Federal talvez coloque isso com muita validade –, em questões do INSS, onde as causas são re-propostas e as pessoas não sabem.

Então, a participação efetiva do cidadão, do litigante, no procedimento conciliatório, no meu ponto de vista, iria facilitar a conciliação, iria eliminar processos, iria dar transparência ao funcionamento do sistema Judiciário e iria dar transparência, inclusive, ao trabalho de muito advogado honesto que está por aí dando seu suor, batalhando, e vê o seu nome conspurcado por gente que trabalha dessa forma. Então, assim, esse é o meu ponto de vista. Talvez seja um pouco radical.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Nobre Rossi) – Muito obrigado, Dr. Ricardo.

Drª Ana.

A SRª ANA LÚCIA PEREIRA – Dr. Ricardo, gostaria só de complementar a questão da obrigatoriedade pré-processual, pela exiguidade do tempo não deu para eu me manifestar. O Conima entende que é perfeitamente plausível a obrigatoriedade da mediação pré-processual, entretanto – sempre tem um mas e uma vírgula –, dá às partes o direito de escolher se ela vai ser feita no âmbito do Judiciário ou se vai ser feita no âmbito privado. Se ela for feita no âmbito privado, esse documento tem o valor de atendimento desses pré-requisitos, desses requisitos pré-processuais.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Essa, inclusive, é a solução que o projeto do CPC dará, se aprovado. É a solução que vai ser dada à questão da mediação extrajudicial e judicial. E a nossa Comissão, aqui, está discutindo a mediação privada, extrajudicial.

O SR. RICARDO PEREIRA JÚNIOR – Só uma ponderação. Vejo isso, a mediação privada com um pressuposto negativo, com um pouco de receio. Na Argentina, por exemplo, o que aconteceu? Houve uma proliferação de entidades de conciliação que simplesmente estão lá para cancelar a inexistência de conciliação e isso desmoralizou, inclusive, o instituto na Argentina. Por isso, nossa proposta, do núcleo de São Paulo, é justamente de fazer uma mediação prévia, mas dentro do âmbito público, fiscalizado, supervisionado, pelo Tribunal de Justiça e pelo Conselho Nacional de Justiça.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Mas uma fase processual, só que pré, não é?

O SR. RICARDO PEREIRA JÚNIOR – Sim, exatamente.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Dr. Ricardo, como é que o Cejusc lida com direitos indisponíveis, se é que lida, quando se depara...

O SR. RICARDO PEREIRA JÚNIOR – Lidamos.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Como é que se lida, por exemplo, com menores?

O SR. RICARDO PEREIRA JÚNIOR – Graças a Deus, o nosso Cejusc lá é bem estruturado. Então, tivemos contato com o Ministério Público, temos um Promotor De Justiça presente. A Defensoria Pública atua também dentro do Cejusc. Então, nossa filosofia de vida lá, basicamente, é a seguinte: tudo o que seria produzido dentro de um processo para esclarecimento das partes é produzido no Cejusc. As partes entrando em um acordo, a gente aceita. Então, o que nós temos? Discussão de guarda? A gente faz. Temos um projeto muito interessante com o Imesc, que é o órgão de medicina legal do Estado de São Paulo, que fica no mesmo prédio que o nosso, então, se a parte quiser

realizar o exame, a gente marca do no dia mesmo o exame – e pessoa já sai intimada da data do exame. Realizando o exame, volta à Cejusc como laudo pronto. Tudo isso na área pré-processual.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Nobre Rossi) – Exame de DNA.

O SR. RICARDO PEREIRA JÚNIOR – Exame de DNA.

Então, a gente resolve. Tem um outro aspecto muito interessante. No Judiciário, normalmente, a gente requisita a designação de exames. Muitos exames eram perdidos pelo Imesc porque se demorava em intimar as partes etc. e tal. Eliminamos isso. O Imesc disponibilizou a pauta no Cejusc. Então, a pessoa está presente e já sai intimada. Então, o Imesc não perde o exame. O que acontece? Vamos imaginar numa questão de 30, 40 dias da oferta da reclamação, é designada a sessão de conciliação. Aproximadamente 40 dias depois, o laudo fica pronto. Então, a gente já designa, por volta de 60 dias da sessão de conciliação, uma nova sessão em que vai ser aberto o envelope. Aí a gente consegue apresentar, em quatro meses no máximo, o resultado de um processo de investigação de paternidade que, no Estado de São Paulo, demoraria de um a dois anos, com requisição e tudo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Nobre Rossi) – Muito obrigado.

Dr^a Roberta continua com a palavra.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Não, só mais uma curiosidade agora. Desculpa, Dr. Ricardo. Realmente me chamou muita atenção o seu trabalho.

Dr. Ricardo, já que a gente não tem uma cultura de mediação no Brasil, nem de conciliação, a que se deve o sucesso do Cejusc? A uma divulgação? O que faz com que a população tenha acesso? Porque não é uma questão muito divulgada, não é? Infelizmente.

O SR. RICARDO PEREIRA JÚNIOR – Divulgação é uma faca de dois gumes. Uma vez uma Juíza, a Dr^a Maria Lúcia Pizzotti Mendes, deu uma entrevista apresentando o Cejusc na Rede Globo em uma sexta-feira. Nós tínhamos um atendimento de por volta de 20 pessoas por dia. E na segunda-feira seguinte nós tivemos 200 pessoas lá. Eu mesmo tive que sentar...

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Isso é bom.

O SR. RICARDO PEREIRA JÚNIOR – Não. Não foi bom, porque nós temos sete funcionários. Nós não conseguimos dar atendimento ao volume. Foi muito grande.

Na realidade, o que nós fazemos, e essa é a nossa orientação do núcleo... A Resolução nº 125 nos permite peneirar os grandes litigantes. No nosso caso, o que nós fizemos? Nós fizemos uma parceria com a Defensoria Pública. Então, a Defensoria Pública

atendia por volta de 500 pessoas por dia na Avenida Liberdade, do outro lado do Fórum João Mendes. E, dessas 500 pessoas por dia, por volta de 120 a 130 geravam a propositura de ação, que ia ser espalhada pela cidade de São Paulo inteira.

O que nós fizemos? Uma centralização. O Tribunal de Justiça disponibilizou nosso sistema dentro da Defensoria Pública; a Defensoria Pública alimenta os nossos dados do sistema; ela tem um sistema de pauta compartilhada em que ela indica os dias que nós temos disponíveis para sessão de conciliação; e a parte já sai intimada ali do atendimento da Defensoria Pública, com a data da sessão de conciliação para dali 30 a 40 dias. Então, nós fizemos uma captação de público perante um grande litigante.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Satisfeita, Dr^a Roberta?

Muito bem. Eu passo a palavra, então, a Dr^a Mariella para que faça as perguntas que entender necessárias.

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLI-CE NOGUEIRA – Só aproveitando aqui a pergunta da Roberta. Também, Roberta, esse sistema de São Paulo não é de hoje. Desde 2002, São Paulo já vem implementando as práticas autocompositivas, tanto na conciliação em 2º Grau, como em 1º Grau. Então, na verdade, é uma cultura que está se aprimorando. Claro, existe uma série de medidas que vão gerando esse aprimoramento. Mas isso é uma coisa que vai sendo construída passo a passo.

Eu gostaria de fazer uma pergunta para a Dr^a Ana Lucia. O André colocou aqui que ontem foi tratado do tema da capacitação. Isso é uma questão que me preocupa justamente na mediação privada. Nós sabemos hoje que na pública, na judicial, nós temos a Resolução nº 125, do CNJ, que já trouxe essa preocupação de capacitação, requisitos, enfim, uma série de parâmetros para serem seguidos.

Fica aqui o questionamento: como faríamos isso na mediação privada dentro dessa linha da autorregulação? Porque, embora a gente também não tenha uma exigência específica em relação ao árbitro, a gente sabe que, na prática, pelo menos aqui no Brasil, esse é um mercado que se desenvolveu, geralmente, em questões de amplitude comercial mais intensa, que essas pessoas já têm uma possibilidade maior, até pelos valores que a gente tem envolvidos. E não é exatamente o que a gente imagina que vai acontecer para a mediação. A gente percebe que a mediação pode se desenvolver independente do valor econômico do que está sendo colocado na mesa.

Então, como você vê essa questão da capacitação, sem que a gente tenha que esperar muitos anos para que o mercado possa eventualmente afastar maus profissionais que eventualmente não tenham essa capacitação?

A SRª ANA LUCIA PEREIRA – Esse tema foi de profunda reflexão dentro do Conima, justamente para a gente poder ter essa distinção clara sobre a mediação judicial e a mediação privada.

Hoje, como a gente está, Drª Mariella? Hoje, não há exigência para o setor privado. Nós não temos nenhuma legislação que obrigue o mediador a ter uma capacitação mínima, ou ter um cadastro, ou ter um registro. No entanto, os mediadores são de uma extrema capacidade, porque eles se profissionalizam no sentido de se autoaprimorarem, de se aperfeiçoarem com muita insistência, sem nenhuma regulação. Por quê? Porque a mediação exige isso.

O mediador, para ele ser um mediador – diferentemente até do conciliador, que são técnicas, digamos, até mais intuitivas, vamos dizer assim –, precisa de técnicas específicas e precisa efetivamente de profundo aperfeiçoamento.

Então, assim, eu faço essa referência, respondo para a senhora com o que nós temos hoje. Hoje, nós não temos nenhuma legislação; hoje, nós não temos nenhuma exigência. Entretanto, os mediadores, hoje, são profundamente capacitados, sem nenhuma exigência, sem nenhuma legislação. Por que, com uma legislação, essa necessidade mudaria, ou esse aperfeiçoamento mudaria? Pelo contrário. Com uma legislação, eu acho que os mediadores privados, se quiserem se fazer valer, ficar presentes, ser mediadores atuantes, eles vão precisar de um aperfeiçoamento cada vez maior.

Hoje, sem legislação, sem nenhuma regulação, você tem o Conima e o Foname, que é uma outra entidade que também regula mediação privada, ou que, pelo menos, autorregulamenta a mediação privada, que tem um currículo de capacitação mínima muito superior ao que foi estabelecido na Resolução nº 125. As instituições privadas que ministram cursos de capacitação, que ministram capacitação de mediadores, atendem a esse currículo, que é muito superior ao que está estabelecido na Resolução nº 125.

Ao contrário, a senhora sabe muito bem que houve um embate muito grande, quando veio a Resolução com o setor privado, porque o setor privado entendia que aquela capacitação exigida na Resolução nº 125 era muito ínfima em função ou em relação àquilo que o setor privado ministra, àquilo que o setor privado exige e àquilo em que atua. Então, não há necessidade da regulação. E o próprio setor, tanto o Conima quanto o Foname autorregulam isso, exigindo e estabelecen-

do qual é o currículo mínimo. E as entidades seguem esse currículo mínimo, essa capacitação mínima, sem nenhuma legislação.

Respondi?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Excelente.

Alguém quer completar?

O SR. ROBERTO PASQUALIN – Eu posso, Dr. Marcelo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Pois não, por favor.

O SR. ROBERTO PASQUALIN – Drª Mariella, dentro desse questionamento que a senhora acabou de fazer, tirando da mediação e indo para a arbitragem, o que se exige do árbitro é a confiança das partes. Quem escolhe o árbitro são as partes. Quem escolhe o mediador? São as partes. Ninguém vai escolher alguém que não tenha capacitação para resolver ou para conduzir a mediação. É quase que intuitivo isso.

Nós não podemos – e esse talvez seja um cuidado que devemos ter, pelo receio da ocorrência de fraudes, pelo receio da ocorrência de instituições fantasmas, que são simples chanceladoras de papéis e ostentam, muitas vezes, até brasão da República e títulos nobiliárquicos –, por esse tipo de conduta, pautar a legislação. A gente deve pautar a legislação pela conduta que se quer, e não a que se quer censurar.

A censura de quem atua dessa forma errônea deve partir da própria sociedade, ou dos instrumentos que a sociedade oferta para essa fiscalização, não por exigir na legislação algo que não é necessário, porque o necessário talvez seja a fiscalização, e não você exigir determinados requisitos de alguém que vai ser escolhido por confiança da parte.

É essa distinção que eu gostaria de deixar clara. Não vamos nivelar pela fraude ou pela possibilidade de fraude. Vamos nivelar pela natureza própria da escolha do mediador, como é feito com o árbitro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Muito obrigado, Dr. Roberto.

Drª Mariella, algo mais? (*Pausa.*)

As audiências, as perguntas têm sido feitas, sempre, como em todas as outras audiências, como nos outros dias, pelos membros. Pelo que soube, têm sido dessa forma e não sido aberta às pessoas que nos acompanham.

Pelo adiantado da hora, eu quero muito agradecer a presença de todos os expositores, pela forma como nos ajudaram aqui a pensar e a contribuir para a busca de uma norma mais aprimorada e a melhor possível para o nosso País.

Sou obrigado, em razão do Regimento, a encerrar a reunião.

Agradeço a presença de todos, convidando-os para as próximas reuniões a realizar-se no dia 29 de agosto, amanhã, também no formato de audiência pública, e no dia 30 de agosto, para uma reunião de trabalho da Comissão.

Assim, não havendo nada mais a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

Tenham um ótimo dia!

(Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)

Ministro **Luis Felipe Salomão**, Presidente.

Comissão Especial Externa criada com a finalidade Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

ATA DA 10ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião, realizada em 29 de agosto de 2013, às dez horas, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, que ocorreu sob a Presidência do **Ministro Luís Felipe Salomão** e com a presença dos Senhores Juristas: **André Chateaubriand Pereira Diniz Martins, Marcelo Rossi Nobre, Adriana Braghetta, José Roberto de Castro Neves, Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski, Francisco Antunes Maciel Müssnich e Walton Alencar Rodrigues**. Deixaram de comparecer, justificadamente, **Adacir Reis, Roberta Maria Rangel Caio Cesar Rocha, Carlos Alberto Carmona, José Rogério Cruz e Tucci, Pedro Paulo Guerra Medeiros, Francisco Maia Neto, Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira, José Antônio Fichtner, Tatiana Lacerda Prazeres, Marco Maciel, Eduardo Arruda Alvim, Eleonora Coelho e Ellen Gracie Northfleet**. Na condição de convidados expositores foram ouvidos os senhores: **Dr. Octavio Fragata Martins de Barros**, Diretor do IDEA – Instituto de Estudos Arbitrais; **Dr. Carlos Henrique de C. Fróes**, Presidente da Comissão de Arbitragem do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB; **Dr. Lauro da Gama e Souza Júnior**, Presidente do CBAR – Comitê Brasileiro de Arbitragem; **Dr. Luiz Périssé Duarte Junior**, Diretor da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP; **Dr. Cassio Augusto Muniz Borges**, Gerente Executivo da Diretoria Jurídica da Confederação Nacional da Indústria; e **Dr. Marcelo Dias Gonçalves Vilela**, Presidente da Câmara de Arbitragem Empresarial Brasil – CAMARB. Após a abertura da Reunião, o Presidente passou a palavra para os expositores. Após as exposições, os membros da Comissão fizeram apontamentos e comentário. Às 10h03, o Presidente Luis Felipe Salomão teve que se ausentar oportunidade em que passou a presidência,

“ad hoc”, para o Dr. Marcelo Rossi Nobre. Com o fim do debate entre os membros e os expositores, a reunião foi encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Bom dia a todos.

Este é o nosso último dia de audiência pública, e essa rotina de trabalho tem sido, como todos da Comissão estamos acompanhando, bastante produtiva. A Comissão tem, realmente, aproveitado bastante a experiência dos expositores tanto na parte da arbitragem quanto também na da mediação. Eu acredito que, seguramente, essas exposições, essas contribuições vão obter da nossa parte a atenção devida para o aprimoramento das ideias que estamos discutindo no âmbito da Comissão.

Tenho que cumprir o Regimento e declarar aberta a 10ª Reunião da Comissão destinada à elaboração de Anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, criada pelo Requerimento 702, de 2012, e editada pelo Requerimento 854, de 2012, ambos de autoria do Senador Renan Calheiros.

Sejam todos bem-vindos!

A nossa metodologia de trabalho tem sido a seguinte: cada um dos expositores fala por quinze minutos. Nós controlamos o tempo. Depois disso, fazemos um agradecimento conjunto a todos, e a Comissão passa, em seguida, ao debate de uma maneira muito informal, muito simples, muito objetiva, e, se for possível, ainda abrimos as indagações do público que hoje nos honra com a sua presença.

Todos que estão atrás, se quiserem vir para frente, para nós também seria bom.

A transmissão ocorre pelo portal do Senado. É uma transmissão ao vivo, e ele confirma hoje se há transmissão pela TV também. De qualquer modo, nossos debates estão sendo gravados para o uso da Comissão e até para o uso da própria TV Senado. Essa é a rotina de trabalho que temos adotado e tem funcionado bem.

Já estão presentes, e eu peço que venham à mesa, o Dr. Octavio Fragata Martins de Barros, que é o Diretor do Instituto de Estudos Arbitrais (Idea); o Dr. Carlos Henrique de Carvalho Fróes, Presidente da Comissão de Arbitragem do IAB, velho conhecido, não vou nem dizer de quanto tempo para não nos denunciar; o Dr. Luiz Périssé Duarte Júnior, que é o Diretor da AASP; o Dr. Cassio Augusto Muniz Borges, que é o Gerente Executivo da CNI; o Dr. Marcelo Dias Gonçalves Vilela, que é o Presidente da Camarb.

Bem, também temos adotado a prática de pensar o currículo dos expositores, que, se desejarem, podem fazer uma pequena apresentação sobre a instituição que representam. Todos já os conhecemos bem,

sempre militando na área da sua especialização. Então, estamos suprimindo essa parte para ganharmos tempo e agilizarmos os trabalhos.

Lamento bastante, mas, em um determinado momento, vou precisar me ausentar para trabalhar um pouquinho, senão me denunciam no CNJ daqui a pouco, porque não consigo mais despachar liminares e decisões. Então, vou pedir licença, porque terei que me ausentar daqui a pouco. Mas participei de todos os debates, que são realmente enriquecedores.

Estão presentes aqui, da nossa Comissão... Como vai, tudo bem? Disseram-me que você tinha perdido o avião, mas parece que não. Então, já vamos providenciar uma cadeira e o Dr. Lauro também já se junta a nós.

Como eu dizia, da Comissão estão presentes aqui, da esquerda para direita, o Dr. André Chateaubriand, Silvia, Adriana, Marcelo Nobre e também o nosso José Roberto de Castro Neves.

Depois das exposições, partimos para os debates.

Com a palavra, agora, o primeiro expositor, Dr. Octavio Martins de Barros, por quinze minutos.

O SR. OCTAVIO FRAGATA MARTINS DE BARROS – Bom dia, Ministro! Bom dia, todos os presentes!

Para mim é um grande prazer estar aqui e contribuir com o trabalho desta Comissão, não só para mim como para o Instituto de Estudos Arbitrais (Idea).

Para não perder muito tempo desses já limitados quinze minutos, quero começar a falar um pouco do que nós pensamos ser esse trabalho de revisão da lei de arbitragem.

Antes de qualquer coisa, nós achamos que a lei de arbitragem está funcionando muito bem e para uma lei que foi redigida há 15 anos, época em que não havia arbitragem, está maravilhosamente bem-feita e tem funcionado.

É claro que na medida em que a arbitragem vai se tornando mais usual, surgem discussões e questões que talvez não tenham sido pensadas quando foram redigidas, até talvez por uma inexistência de prática arbitral tipicamente brasileira na época em que ela foi redigida; e talvez, se tivermos que fazer algum ajuste à lei, esses ajustes fossem restritos a essas questões.

Pensando um pouco e já entrando nos diferentes temas, para o primeiro deles talvez fosse necessário criar um artigo inicial que propusesse e que nomeasse os princípios gerais que deveriam reger a arbitragem, tanto o trabalho dos árbitros quanto o processo arbitral como um todo.

Esse artigo que nomearia os princípios gerais que deveriam reger a arbitragem acabaria sendo uma solução – e poderia ser uma solução – para vários temas que estão sendo debatidos aqui. Então, um artigo que falasse que a arbitragem regula-se pela autonomia

privada das partes, respeitado o princípio da ordem pública, o devido processo legal e os bons costumes poderia ser uma solução para sentença parcial, porque os profissionais que atuam nessa área sentem falta de uma pacificação mais clara desse tema, dada uma instrução probatória, da iniciativa da instrução probatória pelos árbitros. Eventualmente, essa questão da lista de árbitros eu entendo que está sendo muito discutida e o conflito de competência também, que entendo ser um tema que está em voga no momento.

Então, um artigo que refletisse os princípios gerais que devem reger sobre o instituto vai acabar servindo como uma regra geral que vai regular todas essas discussões, no lugar talvez de querer regular cada uma delas especificamente.

Outro tema que nós discutimos muito no Rio de Janeiro é um estímulo para que as partes possam tentar negociar um acordo. E aí, se pegarmos como referência a lei processual do Estado da Califórnia, nos Estados Unidos, eles têm um artigo que prevê o sigilo de todo e qualquer tratativa que vise a um potencial acordo durante o processo. Isso seria ótimo, porque quem atua na prática sabe que, muitas vezes, o risco de você dar a impressão de estar com receio ou de estar abrindo mão dos seus pleitos é uma restrição a se tentar negociar livremente um acordo. É claro que um acordo negociado é sempre melhor que uma sentença imposta pelas partes.

Aí há alguns requisitos. Temos uma proposta já pensada no Idea que eu posso submeter aos membros da Comissão, que diria que qualquer tratativa de acordo pendente de um processo judicial não deva ser entendida como uma renúncia a um dos pedidos apresentados na arbitragem.

Outro tema que nós pensamos também que seja muito interessante é a questão da cautelar em arbitragem com sede no exterior. Com uma medida cautelar proferida no exterior, sempre entra em discussão se ela poderia ser homologada ou não. O Superior Tribunal de Justiça tem a Resolução STJ nº 9 que facilita um pouco essa discussão, mas ela ainda não é totalmente pacificada. E eu acredito que talvez esse seja um tema que possa facilitar e ajudar os profissionais de arbitragem que estão atuando em casos assim e essas coisas.

Outro tema que nós pensamos no Instituto de Estudos Arbitrais é o tema da arbitragem societária. Como se sabe, o Direito societário, depois do mercado de energia em geral, talvez seja a área do Direito em que mais tenham surgido controvérsias e com o maior volume de casos. Aí há essa discussão, tanto de arbitrabilidade subjetiva como objetiva, que cada vez se renova, em que talvez careça um endereçamento

específico neste trabalho que a Comissão está fazendo. Para regular a arbitragem societária na Lei de Arbitragem, começa-se a entrar numa discussão de qual seria o melhor passo legislativo. O que nós estávamos pensando no Instituto de Estudos Arbitrais era, via Lei de Arbitragem, inserir um artigo na lei das sociedades por ações ou no Código Civil que incluísse, no princípio da maioria, a estipulação de uma cláusula compromissória no estatuto ou no contrato social.

Outro tema que também foi discutido no âmbito do Idea era a possibilidade de vincular a companhia à sentença que foi proferida na arbitragem entre dois acionistas ou entre o acionista e o administrador, porque, como se sabe, no âmbito de um acordo de acionistas, quando a companhia participa como interveniente anuente e surge uma arbitragem nesse âmbito, a companhia não é parte da arbitragem e, portanto, não está vinculada a essa sentença que foi proferida no caso.

Regular essa obrigatoriedade da sentença e do cumprimento dessa sentença pela companhia talvez outorgue mais eficácia, evitando-se uma etapa adicional de ter de ir ao Judiciário para fazer a companhia registrar nos livros a transferência de uma ação ou a distribuição de um dividendo ou o que quer que se seja.

Em geral, eu acho que, dos pontos específicos, são esses poucos pontos, porque, como dissemos já, acreditamos que a lei esteja funcionando muito bem e tenha criado uma prática arbitral tipicamente brasileira, o que é muito interessante. Do Idea, seria isso que teríamos para agregar.

Muito obrigado, Sr. Ministro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Dr. Octavio.

O Chico já chega trazendo novas práticas. É que deixamos para cumprimentar todos no final, para não...

(*Manifestações fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Quer dizer que o senhor só vai bater palmas para ele? Para os outros não?

(*Manifestações fora do microfone.*)

(*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Bem, tirando a brincadeira, eu também registro a presença aqui, entre nós, do nosso Consultor Jurídico Dr. Hage, que presta assessoria à nossa Comissão; e pergunto quem deseja registrar em ata que está representando alguma entidade. Há alguém que deseja, por favor? Pode falar no microfone, dizer o nome.

O SR. GILMAR CAMARGO – Gilmar Camargo, Comissão de Mediação e Arbitragem do Conselho Federal de Administração.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Dr. Gilmar. Mais alguém? Pois não.

(*Manifestações fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Dr^a Flávia, muito obrigado. Está registrado. Mais alguém? Então, passemos à segunda exposição, do Dr. Carlos Henrique Fróes, também com quinze minutos. E eu já vou pedir ao Dr. Marcelo que assuma aqui a coordenação dos trabalhos. Registro a chegada do Dr. Francisco Müssnich, para a nossa satisfação. E amanhã os debates serão acalorados, não é? (*Risos.*)

(*Manifestações fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Retomando os trabalhos, eu passo a palavra ao Dr. Carlos Henrique, para a sua exposição.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FRÓES – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui prestando uma colaboração aos trabalhos da Comissão encarregada da revisão, por assim dizer, da Lei de Arbitragem.

Eu estou falando e gostaria de fazer inicialmente uma correção. É que eu não sou Presidente da Comissão de Arbitragem do Instituto dos Advogados Brasileiros, até porque essa comissão é muito recente, foi nomeada há muito pouco tempo e nem se reuniu ainda. Então, eu não sou o Presidente da comissão. Aliás, a comissão nem tem presidente ainda. Eu sou ex-Presidente do Instituto dos Advogados e fui credenciado pelo atual Presidente, Dr. Fernando Fragoso, em resposta a uma consulta feita pela comissão, que me indicou para representar o Instituto nesta audiência pública. Então, feita esta correção, eu não sou Presidente da Comissão de Arbitragem. Do IAB poderia até ser – não pretendo ser, mas poderia.

Eu gostaria de fazer, primeiro, este agradecimento pelo fato de que o Instituto dos Advogados Brasileiros foi convidado para fazer parte, para dar a sua colaboração. Não sei se todos sabem que o Instituto acaba de completar 170 anos de existência. Foi fundado em 1843 e é a mais antiga instituição cultural no âmbito jurídico, no Brasil. Nenhuma outra é mais antiga do que o Instituto dos Advogados Brasileiros, que está vivendo uma fase de grande esplendor no momento, sob a Presidência do Dr. Fernando Fragoso, que tem sido incansável e tem realmente dinamizado muito a atuação do Instituto. E a posição do Instituto com relação à Lei de Arbitragem é no sentido de prestigiá-la integralmente.

Não houve um pronunciamento oficial, digamos assim, um posicionamento expresso do Instituto a

respeito do anteprojeto da Comissão porque não se conhece exatamente o teor do que está sendo discutido, até porque, talvez, nem tenha havido ainda uma redação final do anteprojeto. Mas o Instituto dos Advogados teve oportunidade de examinar, há cerca de um ano, mais ou menos, uma indicação...

(*Manifestações fora do microfone.*)

O SR. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FRÓES – Pois não.

O Instituto dos Advogados teve oportunidade de examinar o Projeto de Lei da Câmara nº 2.937, de 2011, para o que foi nomeado como Relator o Prof. Gustavo Tepedino, uma excepcional figura jurídica, que é Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E o título que ele deu ao seu parecer já diz tudo. Eu vou ler o título: “Um réquiem à arbitragem: notas sobre o Projeto de Lei nº 2.937/2011, que desvirtua a Lei nº 9.307/1996”.

Eu, posteriormente, Presidente, Dr. Marcelo Nobre...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Pois não.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FRÓES – ...poderei enviar uma cópia desse parecer que, *mutatis mutandis*, pode ser utilizado pela Comissão, porque tem ensinamentos realmente muito interessantes, sendo ele uma autoridade no assunto, pois ele se dedica à arbitragem. No momento, talvez seja dos juristas brasileiros que mais se dedicam à arbitragem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Muito bom. Agradecemos desde já.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FRÓES – Eu mandarei isso por *e-mail*.

O parecer dele realmente é extraordinário. Ele não é sobre o anteprojeto, como eu falei, mas mostra bem que o Instituto dos Advogados está satisfeito com a lei atual, que, tal como disse o meu amigo Dr. Octavio Fragata, merece alguns retoques, sobretudo de ordem formal. Mas, na substância, nós achamos, no Instituto dos Advogados, que a Lei de Arbitragem é uma lei que veio para ficar.

Ela teve um parto verdadeiramente laborioso, porque levou cinco anos sendo discutida na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. É um projeto de lei que resultou de um anteprojeto do Senador Marco Maciel, como todos sabem.

O que talvez nem todos saibam é que antes do anteprojeto de lei do Senador Marco Maciel, houve tentativas de melhorar a situação da arbitragem no Brasil. Isso a partir da década de 80. Eu tive a honra de ser indicado para fazer parte da primeira comissão encarregada da criação de uma lei autônoma de ar-

bitragem. Foi no tempo em que era Ministro da Desburocratização o saudoso Hélio Beltrão. Hélio Beltrão era um homem de ideias largas – realmente, era um grande administrador – e ele achou que o Brasil precisava de leis mais modernas, mais flexíveis, e uma delas era uma lei para arbitragem.

Eu fiz parte da primeira comissão, juntamente com outros colegas – éramos cinco naquela comissão –, e produzimos um trabalho que, na realidade, acabou sendo adotado pela chamada Lei Marco Maciel. Então, o primeiro anteprojeto é que acabou resultando na Lei Marco Maciel.

E a experiência que nós temos é de que as grandes modificações trazidas desde então, desde esse primeiro anteprojeto, são perfeitamente justificáveis. Primeiro, é a questão da ação de outorga de consentimento para o prosseguimento da arbitragem, quando a parte requerida se nega a apresentar com o árbitro ou a concordar com um árbitro único proposto pela parte requerente. Esse sempre foi o calcanhar de Aquiles da arbitragem no Brasil.

Antes da chamada Lei Marco Maciel, era muito comum que houvesse uma cláusula compromissória indicando que, num dado momento, uma das partes poderia recorrer a essa forma de solução de conflitos. Só que a parte requerente indicava um coárbitro, e a parte requerida, propositamente, queria se esquivar da arbitragem, preferia ir para o Judiciário, porque ganharia em termos de tempo, uma vez que sabemos das dificuldades que o Judiciário enfrenta para ser mais rápido do que na realidade é, e se recusava a indicar o seu coárbitro para que, então, os dois coárbitros se reunissem e indicassem o presidente do tribunal arbitral.

Lembro-me de que, antes da Lei de Arbitragem, houve várias decisões do Supremo Tribunal no sentido de que o fato de não haver a possibilidade do cumprimento da obrigação específica por parte da requerida levava o Judiciário a proclamar que essa inexecução só se resolveria mediante pagamento de uma indenização por perdas e danos, que, evidentemente, não dava uma solução adequada para o problema.

O Ministro Luiz Gallotti – o saudoso Ministro Luiz Gallotti, pai do Ministro Luiz Octávio Gallotti – teve oportunidade de proclamar, em vários acórdãos, dizendo que não era viável transformar a cláusula compromissória em compromisso pela falta de uma legislação que autorizasse o cumprimento específico da obrigação. Esse foi o ponto principal da Lei de Arbitragem, que se deve a uma iniciativa do professor.

Faço questão de rememorar esses fatos porque lembro uma frase de Churchill; ele dizia que quanto mais se olha para trás mais se vê para a frente. Então, aprendemos muito com as lições do passado. E essa

lição acho que é muito importante. Foi o também saudoso Prof. Carlos Alberto Dunshee de Abranches que, em artigos publicados no *Jornal do Brasil*, defendeu a criação de um dispositivo legal que obrigasse a parte requerida a apresentar o seu coárbitro, sob pena de uma ação de descumprimento da obrigação que, afinal, se traduziu no art. 7º na Lei de Arbitragem. Então, isso tudo nasceu de uma iniciativa do Prof. Carlos Alberto Dunshee de Abranches. Faço questão de registrar isso.

Esse ponto é muito importante, tal como a eliminação do controle judicial do laudo arbitral, ainda que nos seus aspectos formais, sem entrar no mérito da questão. Isso é básico, é importantíssimo, não pode haver, de maneira nenhuma, o controle judicial do mérito da questão. Evidente que há o controle judicial, que é uma garantia constitucional, mas esse controle vai se exercer dentro dos estreitos limites que foram fixados na Lei de Arbitragem.

Tenho certa experiência em matéria de arbitragem, porque, desde o início da década de 80, como disse, participei da primeira comissão que redigiu um anteprojeto de lei que afinal acabou sendo aproveitado cerca de dez anos depois, na década de 90, quando o Senador Marco Maciel apresentou o seu anteprojeto, o seu projeto de lei que, ao final, redundou na Lei nº 9.307, de 1996.

Teria muito mais a dizer, mas estou olhando aqui o relógio e vendo o prazo fatal. E como estou acostumado a falar nos tribunais, que são quinze minutos, já me polio para evitar que toque a campainha e eu tenha que interromper a frase no meio de um raciocínio. Mas queria dizer, lembrar aqui, palavras de um Juiz Federal aposentado, depois Desembargador Federal, Hugo de Brito Machado, muito conhecido como um grande tributarista, que também era adepto da arbitragem.

Houve ocasião em que ele disse, certa vez, num artigo que escreveu e foi publicado no jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, o seguinte, que a arbitragem era um verdadeiro hino à liberdade. Por que um hino à liberdade? Primeiro, liberdade na escolha do árbitro e/ou dos coárbitros; a escolha da lei aplicável, tanto a lei substantiva quanto a lei adjetiva; liberdade quanto ao local da arbitragem e, nos casos de arbitragem internacional, a língua do procedimento. Então, ele acabava dizendo que tudo isso mostra que arbitragem é um verdadeiro hino à liberdade. E estou de acordo com esses comentários, fazendo minhas as palavras do Desembargador Federal Hugo de Brito Machado.

Assim, dou por encerrada a minha atuação nesta parte inicial da exposição, para, depois, reservar-me para algum comentário que seja apropriado na hora dos debates.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Muito bem. Nós é que agradecemos ao senhor, Dr. Carlos Henrique. E eu quero dizer ao senhor que tanto esta Casa Legislativa quanto esta Comissão jamais permitiriam que o senhor não concluísse uma ideia sua. Então, o senhor fique absolutamente certo de que jamais o senhor seria interrompido no meio de uma frase sem concluir a sua ideia, o seu pensamento, porque todos estamos aqui com o único intuito de acertar, de fazer o melhor; e, para isso, nós temos o compromisso de ouvir a todos e, com essas contribuições, promover aquilo que nós acreditamos seja a melhor proposta.

Seguindo o nosso compromisso aqui, concedo a palavra, agora, para a sua exposição, ao Dr. Lauro da Gama e Souza Júnior.

O SR. LAURO DA GAMA E SOUZA JÚNIOR – Sr. Presidente, eu pediria licença para mudar de lugar, uma vez que eu trouxe alguns eslaides e gostaria de apresentá-los. Lá daquela ponta será mais prático.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Licença concedida.

O SR. LAURO DA GAMA E SOUZA JÚNIOR – Obrigado. (*Pausa.*)

Senhoras e senhores, bom dia!

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar esta Comissão de reforma da Lei de Arbitragem na pessoa do seu Presidente, Ministro Salomão, e do seu Presidente *ad hoc*, Dr. Marcelo Nobre, pela iniciativa desta audiência pública.

O Brasil se define como um Estado democrático de direito, tal como inscrito no art. 1º da nossa Constituição. E momentos como este, de ampla discussão sobre um tema de relevância, como é a arbitragem, tornam concreto esse princípio fundamental do nosso Estado. Portanto, parabéns à Comissão e aos seus ilustres membros!

Como estamos falando de democracia, quero esclarecer, desde logo, que a posição do CBAr sobre os vários aspectos da Lei de Arbitragem suscetíveis de aperfeiçoamento legislativo, foi tomada a partir de discussões havidas na sua Diretoria e também no seu Conselho Diretor, integrado que é por eminentes personalidades da comunidade jurídica nacional.

Pois bem; a nossa primeira sugestão diz respeito à preservação desse ambiente de ampla discussão das propostas de alteração da Lei de Arbitragem. Os legítimos interesses envolvidos nesse tema ultrapassam as fronteiras da comunidade arbitral representada na Comissão. Assim, em reverência ao princípio democrático e à transparência que presidem os trabalhos desta Comissão, o Comitê Brasileiro de Arbitragem sugere que...

Pode ser o outro... Não; o anterior. (*Pausa.*)

Obrigado.

O Comitê Brasileiro de Arbitragem sugere que seja mantida uma ampla discussão sobre as propostas trazidas pela Comissão do Senado sobre a reforma da lei; que haja uma outra etapa de consulta pública e de audiências públicas, a fim de que essas propostas sejam examinadas em maior detalhe.

Antes de examinar os tópicos que exprimem a posição do Comitê Brasileiro de Arbitragem sobre a reforma da lei, eu gostaria de passar em revista três aspectos fundamentais da arbitragem que, a nosso ver, devem ser objeto de vigilância permanente por parte do legislador, do jurista e dos usuários do Instituto.

Como lembrou o Professor Luiz Olavo Baptista, no primeiro dia de audiência, arbitragem é um meio privado de solução de litígios. Como tal, concretiza um outro princípio fundamental do Estado brasileiro que é a liberdade de iniciativa, inscrita no art. 1º, inciso IV, da Constituição, a plena liberdade de iniciativa dos cidadãos, no caso para encontrarem formas eficientes de solucionar suas próprias controvérsias.

A arbitragem visa principalmente à resolução de litígios comerciais ou empresariais, e a sua eventual expansão para outros domínios como relações de trabalho, relações com o consumidor deve cercar-se de cautela, para evitar que uma intervenção excessiva do Estado possa ser danosa num espaço que é essencialmente privado.

A cooperação saudável e profícua entre os tribunais arbitrais e os órgãos do Poder Judiciário foi e continua sendo uma das razões fundamentais para o sucesso da arbitragem no Brasil.

Por último e não menos importante, quero sublinhar a excelente qualidade da nossa lei vigente, Lei nº 9.307, de 1996, inspirada na lei modelo da Uncitral, um modelo internacional utilizado por mais de 70 países do mundo inteiro e de diferentes tradições jurídicas. Essa lei permitiu que o instituto florescesse no Brasil e se desenvolvesse entre nós de modo consistente, sólido e sem percalços.

Agora vou passar em revista os tópicos relacionados à reforma da lei examinados no seio do CBAr. O Comitê Brasileiro de Arbitragem é favorável a que a arbitragem também seja estendida às relações de trabalho como mecanismo de solução de controvérsias, com a condicionante de que o trabalhador inicie o procedimento e, em outras palavras, a sua posição por vezes – e na maior parte dos casos – hipossuficiente seja devidamente preservada. Sugere ainda que se reconheçam efeitos ao compromisso arbitral firmado após o surgimento da disputa laboral.

Em segundo lugar, o CBAr também é favorável a que se estenda a arbitrabilidade às relações de con-

sumo, desde que o consumidor inicie, ele, o procedimento arbitral.

Em terceiro lugar, o CBAr é favorável a que se permita a ampla utilização da arbitragem como mecanismo de solução de controvérsias em litígios envolvendo administração pública. Essa permissão já é concedida em lei setoriais, como a lei do petróleo, a lei de parcerias público-privadas, mas ainda falta a lei dos portos – muito obrigado, Prof. Müssnich –, e o Comitê Brasileiro entende que uma autorização mais ampla pode dar solidez, dar segurança jurídica a que se utilize, com maior frequência, arbitragem nos litígios envolvendo administração pública.

É de se notar também que arbitragem concretiza nesse ponto o princípio da eficiência na administração pública, inscrito no art. 37 da Constituição, razão porque o CBAr é favorável a essa reforma da lei nesse tocante.

No que tange aos conflitos societários, o CBAr é favorável a uma proposta que cria uma espécie de direito de recesso do acionista que discorde da eventual inclusão da cláusula arbitral no estatuto da companhia. Esse direito de recesso, que se acha previsto para as sociedades de capital aberto, também deve ser previsto para as sociedades de capital fechado.

O CBAr é favorável à proposta de esclarecimento ou de aclaramento da jurisdição exclusiva dos tribunais arbitrais, após a sua instalação, para concessão de cautelares. Porém, nesse ponto, faz uma reserva que é o fato de o tema já estar consolidado nesse sentido na jurisprudência pátria, particularmente a do Superior Tribunal de Justiça, sendo, a rigor, desnecessária qualquer modificação legislativa.

Hoje, as partes não se encontram, inclusive, impedidas de recorrer ao Judiciário depois de instalado o tribunal arbitral, em situações de iminente perecimento do direito, razão por que a redação dessa disciplina do regime das medidas cautelares deve ser cercada de cuidados, a fim de que não se impeça o recurso ao Judiciário nessas situações extremas.

Também o CBAr é favorável a uma disciplina sobre a interrupção da prescrição em arbitragem. A sugestão do CBAr é de que a prescrição seja interrompida com a notificação do requerimento de arbitragem às partes demandadas, retroagindo esta notificação à data do protocolo do requerimento de arbitragem, quando se marcaria então a data da interrupção da prescrição, já que a constituição do tribunal pode demorar alguns meses.

Por fim, no que tange à lista de árbitros, a posição do CBAr é de algumas reservas a essa proposta, tendo em vista o risco de afronta à autonomia privada, o fato de as partes haverem escolhido determinada institui-

ção para reger o procedimento, e da própria imagem da arbitragem brasileira no exterior.

Entende o CBAr que essa medida que, porventura, crie uma intervenção legislativa no funcionamento das instituições arbitrais pode ferir a autonomia das partes na escolha dessas instituições, bem como engessar o processo da escolha dos árbitros na hipótese de algum impasse entre as partes nessa escolha.

De sorte que qualquer alteração legislativa nesse sentido, no entender do CBAr, deve ser cercada do maior cuidado, a fim de não judicializar o processo de escolha dos árbitros no seio de uma instituição.

Em conclusão, o CBAr endossa o trabalho da Comissão no sentido das propostas eventuais relativas à Administração Pública, conflitos societários, contratos de trabalho, contratos de consumo e interrupção da prescrição, alerta a Comissão sobre os cuidados de que se deve cercar a disciplina de medidas cautelares e, por fim, alerta a Comissão também sobre os riscos da intervenção legislativa no funcionamento das câmaras arbitrais.

Eu queria agradecer, Sr. Presidente, a oportunidade de expor o ponto de vista do CBAr nesta audiência pública e fico à disposição da Presidência e dos ilustres membros para quaisquer outros esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Nós que agradecemos as contribuições do CBAr, por meio da exposição do senhor, Dr. Lauro, e, antes de passar a palavra para o próximo expositor, eu quero anunciar a chegada do ilustre membro desta Comissão, Ministro Walton Alencar.

Passemos, agora, a palavra ao Dr. Luiz Périssé Duarte Junior, para sua exposição, por quinze minutos.

O SR. LUIZ PÉRISSÉ DUARTE JUNIOR – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Membros da Comissão, bom dia. Venho aqui hoje em nome da Associação dos Advogados de São Paulo, uma entidade que congrega não só em São Paulo, mas no Brasil, hoje, 92 mil associados.

Em termos pessoais, tenho também algum envolvimento com a arbitragem não só como advogado, mas também como árbitro em algumas ocasiões. Não é uma atividade intensa, mas é uma atividade que vem se desenvolvendo ao longo de bastante tempo, a tal ponto que cheguei a ter algumas experiências ainda no regime do Código de Processo Civil, anterior, portanto, à Lei nº 9.307.

E, nesse sentido, já que falo em penúltimo lugar, sinto-me, portanto, quase que dispensado de apresentar pontos de vista novos e tentado também a subscrever as exposições, especialmente do Dr. Carlos Fróes, que magnificamente apresentou uma declaração de

princípios das características de independência e de autonomia da vontade, que regem o princípio da arbitragem. E também a exposição do Dr. Lauro Gama, que tocou em muitos pontos que são também caros à Associação dos Advogados de São Paulo.

Acrescentaria apenas o seguinte, de tal modo é nítida a diferença que marca a transição do regime do Código Civil que regia a arbitragem até 1996 e o que aconteceu depois, que nós aqui nos dispensamos de aprofundar as razões para isso. Apenas diria que há razões exógenas e endógenas. As exógenas são certamente decorrentes de uma internacionalização cada vez maior das atividades econômicas no Brasil e também de um congestionamento brutal e gravíssimo que atravessou a máquina judiciária, especialmente em São Paulo, nos anos 90 e nos anos deste século XXI. Chegamos a uma situação quase caótica de falência sistêmica do judiciário paulista, do judiciário estadual sobrecarregado por uma quantidade imensa de ações novas, decorrentes de uma série de fatores que todos conhecemos.

A arbitragem, nesse sentido, então, surgiu também como um sucedâneo, como uma válvula de segurança e, portanto, são fatores de desenvolvimento e de crescimento da atividade arbitral.

Mas, além disso, e talvez muito mais importante até do que isso, a própria estrutura da Lei nº 9.307 é responsável pelo desenvolvimento extraordinário do instituto nesses 15, 16 ou 17 anos.

Alguns pontos são fundamentais, como todos nós conhecemos, mas que para registro não custa repetir. Eu diria que o primeiro aspecto de relevância no sentido da novidade da lei – já foi citado aqui hoje – é o mecanismo que permite – vamos chamar assim – a execução específica da velha cláusula arbitral hoje elevada à condição de cláusula compromissória e uma das espécies de convenção de arbitragem.

Essa transformação de uma mera obrigação de prestar declaração de vontade em algo que se pode obter efetivamente foi um passo extraordinariamente importante. Mas, é mais importante ainda se dispensar a ação judicial do art. 7º, que sempre é um tropeço muito significativo para quem tenha que instituir a arbitragem ou para quem tenha que provocar a instituição da arbitragem.

Esse tropeço, esse obstáculo se tem evitado por meio justamente das estipulações de convenções de arbitragens ou de cláusulas compromissórias referidas a uma instituição de arbitragem, que traz já o seu regramento, traz já o sistema que permite a instalação da arbitragem sem que seja necessário recorrer ao Poder Judiciário para substituir a declaração de vontade do recalcitrante.

Então, esse aspecto faz avultar, de maneira extraordinariamente clara, a importância que têm, no âmbito da arbitragem, as instituições já contempladas na Lei 9.307, que cumprem esse papel; não apenas prestam o regramento do procedimento que se vai seguir, no caso de instalação do juízo ou do tribunal arbitral, como também permitem o acesso a uma estrutura administrativa que leva a bom termo o procedimento. Uma arbitragem sem uma estrutura dessa espécie, obviamente, é muito mais dificultosa e muito mais penosa para quem tenha que atuar na função arbitral.

Então, é de grande relevância, mais do que a existência, o prestígio que se deve dar a essas instituições como meio efetivo de aplicação da lei, como meio de aplicação ou de efetivação da arbitragem. Nesse sentido, já que se mencionou especificamente esse tópico, surge a questão das listas.

É claro que quando se fala em arbitragem se fala em liberdade. Portanto, poder-se-ia imaginar que o ideal da liberdade seria que fosse absolutamente livre a indicação de quem vai funcionar como árbitro, mesmo no âmbito de uma instituição arbitral. É verdade. Mas é verdade também que a publicação de uma lista prévia é também um elemento de liberdade porque permite a quem vai eleger um determinado órgão, ao contratar, conhecer um pouco da orientação e do modo de ser de quem atua proximamente a esse órgão.

O que parece à Associação de Advogados – e nós discutimos esse tópico especificamente em conselho ou em diretoria – é que se deve deixar isso livre para que as instituições elejam o caminho que querem seguir. Quem não se dispuser a contratar fixando-se a uma lista, fica absolutamente livre para escolher uma instituição que não imponha a sua lista.

Também as instituições devem ter liberdade para graduar a vinculação. Cito o exemplo do Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, em que há liberdade de escolha dos árbitros; apenas se deseja que o Presidente seja um...

Perdão?

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. LUIZ PÉRISSÉ DUARTE JUNIOR – Não, há liberdade, sim, porque apenas o Presidente fica vinculado à Câmara; e há uma vantagem nítida nisso, porque há uma interação necessária entre o Presidente e a estrutura administrativa.

Superado esse tópico, outro aspecto de grande relevância, obviamente, é, se falamos aqui da porta de entrada, ainda nesse aspecto da instalação do juízo arbitral, a cláusula da competência, que merece prestígio e manutenção, como meio de evitar exceções protelatórias ou mesmo impeditivas da instalação da

arbitragem, sempre com a possibilidade de revisão judicial em casos extremos, numa ação anulatória.

A porta de saída também é muito importante no sentido de que deve se manter – e a Associação dos Advogados aponta esse aspecto com grande ênfase – a manutenção do sistema da sentença arbitral nacional independentemente de homologação judiciária. São aspectos que me parecem bastante incontroversos, mas tenho, aqui, a missão de trazer essa palavra da Associação.

Ainda em relação a alguns aspectos pontuais da lei tal como é hoje, apontamos os seguintes pontos, alguns já mencionados aqui: a disciplina da sentença parcial, que é uma tendência não apenas do processo arbitral, mas do processo civil mesmo, e vai já para o Projeto do Código Civil. Aliás, já está no Projeto do Código Civil, que vai ser votado proximamente e deve entrar em vigor dentro de pouco tempo.

Na arbitragem, isso tem sido praticado, aliás se iniciou aí, mas é conveniente que se consagre isso de modo claro, de modo a evitar dúvidas ou contradições ou ataques que podem ser obviados dessa maneira.

Também se deve contemplar – e agora cumpre também uma missão institucional aqui trazer uma palavra da Associação dos Advogados – explicitamente a possibilidade de, havendo intervenção de advogados da arbitragem e havendo regra para isso na convenção de arbitragem, que a sentença contemple a outorga de honorários advocatícios como meio de ressarcir, ao menos parcialmente, as partes ou a parte vencedora pelo que tenha dispendido com a contratação necessária junto de um profissional para arbitrar.

Já encerrando, Sr. Presidente, mencionaria apenas mais um aspecto que diz respeito mais à mediação, mas também de certo modo interfere com a arbitragem. Essa é uma preocupação que não diz respeito tanto a esta Comissão, porque temos certeza de que o risco não está aqui, mas vai surgir depois, que é a questão das tentativas reiteradas, e cada vez mais insistentes, de vincular ou de permitir que instituições cartoriais, literalmente falando, ou seja, cartórios de registro de imóveis, cartórios de notas e assemelhados, pratiquem atividades de mediação ou até mesmo de arbitragem.

Em São Paulo, tivemos recentemente uma decisão da Corregedoria-Geral da Justiça permitindo ou instituindo a mediação nos cartórios, com uma promessa de tratar da arbitragem logo a seguir.

Temos aprovado na Câmara dos Deputados um projeto de lei de um Deputado do Estado do Paraná que atribui a registradores e notários também funções de promover arbitragem.

Para a Associação dos Advogados de São Paulo, isso parece um evidente absurdo no sentido de que

esses delegatários do Poder Público não podem utilizar da sua estrutura e da sua função de delegatários, da sua instituição cartorial para exercer um múnus, uma atividade que é eminentemente privada, que é um resultado da liberdade e não pode ser exercida por quem tenha delegação do Poder Público. Há uma nítida contradição e até mesmo, creio, uma clara ilegalidade, talvez até com foros de inconstitucionalidade.

Essa é uma tendência que vem sendo registrada em vários momentos. Tivemos agora, recentemente, esse caso de São Paulo; e há hoje uma liminar do CNJ que, por hora, tem impedido a vigência desse regramento relativamente à mediação.

Com essas palavras, Sr. Presidente, eu agradeço a atenção da Comissão e termino essa exposição inicial.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Dr. Luiz Périssé, quem agradece somos nós da Comissão a contribuição que a Associação dos Advogados de São Paulo traz. E só quero fazer um registro de que eu fui conselheiro da AASP e também diretor, por pouco tempo, porque fui, em seguida, guindado ao Conselho Nacional de Justiça, e tive que deixar, no meio do meu mandato, a Associação, razão pela qual peço que transmita a todos os membros do Conselho da AASP o meu fraterno abraço.

O SR. LUIZ PÉRISSÉ DUARTE JUNIOR *(Fora do microfone.)* – Transmitirei com muito prazer e agrado as palavras do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Muito obrigado.

Passemos, então, agora, ao próximo expositor, Dr. Cassio Augusto Muniz Borges, que tem quinze minutos para sua exposição.

O SR. CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES – Obrigado, Presidente. Serei, com certeza, mais breve do que esses quinze minutos.

Primeiro, eu tenho que registrar aqui um elogio à iniciativa da Comissão. Na CNI, evidentemente, acompanhamos todas essas audiências públicas em diversos setores. E, pelo menos na minha visão, é incomum que a própria Comissão de Juristas aqui promova essas audiências. Normalmente, são comissões especiais que são constituídas pelos Parlamentares. Evidentemente, as Comissões de Juristas apoiam esses Parlamentares, que, a partir desses estudos técnicos, aí sim, abrem o assunto ao debate. Eu vejo com bons olhos – posso trazer esta posição, que é uma posição institucional – esta discussão ter início na Comissão de Juristas. Eu acho que esse é um aspecto bastante interessante. Eu acho que isso vai ser muito proveitoso.

Também me associo às palavras do Dr. Lauro de que é importante que se mantenha esse diálogo consensual, que, a partir de agora, se mantenha aberta a possibilidade de audiências e de consultas.

A abordagem da CNI, diferentemente da abordagem dos demais colegas e das demais instituições que, efetivamente, têm um conhecimento muito mais técnico e específico do assunto, tem por propósito marcar uma posição institucional da entidade que reflete uma posição do empresariado brasileiro, ao menos no setor industrial. Não sei se todos têm conhecimento, mas, no começo deste ano, no primeiro semestre, a CNI fez publicar o Mapa Estratégico da Indústria, que é um documento que busca uma série de soluções, no decorrer do período de 2013 até 2022, com o propósito maior do aumento da competitividade da indústria nacional. Foi um trabalho realizado mediante pesquisas envolvendo mais de 500 empresários de diversos setores da indústria, e, então, há setores da indústria da transformação, da indústria da construção civil... E se compreendeu que a atuação da CNI para o atingimento deste objetivo, que é o aumento da competitividade, deveria se dar numa atuação específica dentro das empresas – e a CNI o faz com auxílio do Sesi, do Senai, no aumento da qualificação dos empresários e dos próprios empregados – e também no ambiente de negócios, ou seja, naquele ambiente, naquele cenário onde o empresário não pode atuar diretamente. Aí me parece que é exatamente esse papel, essa atuação que estamos fazendo agora, no momento em que se abre uma oportunidade de dialogar com os poderes, justamente para que haja um cenário mais propício para que o industrial brasileiro possa aumentar a sua competitividade.

Dentro desse cenário, o Mapa Estratégico elegeu dez fatores-chaves, ou seja, o industrial brasileiro identificou dez setores ou dez situações que deveriam ser acompanhadas pela Confederação Nacional da Indústria. Os pontos seriam a educação, o ambiente macroeconômico, a eficiência do Estado, a parte de inovação e produtividade, as relações do trabalho, o financiamento, a infraestrutura, a tributação, o desenvolvimento de mercados e o ponto que vai nos interessar agora e que deixei por último: segurança jurídica e burocracia. Dentro do Mapa Estratégico da Indústria, há um fator-chave denominado segurança jurídica e burocracia.

Dentro do Mapa também, há como funcionaria o atendimento, como trabalharemos esse fator-chave. Existe uma macrometa que se desdobra em temas prioritários, objetivos, indicadores e ações transformadoras.

Com relação especificamente a esse fator-chave segurança jurídica e burocracia, acho que é importante

deixar claro para os senhores que uma das referências utilizadas pela CNI no Mapa Estratégico é o Doing Business, que é um relatório que o Banco Mundial apresenta anualmente acerca do ambiente de negócios envolvendo 185 países. Esse relatório de 2013 trouxe o Brasil na 130ª posição no quesito facilidade para fazer negócios. Então, eu acho que não é uma posição que devamos aqui estar comemorando.

Aí o Mapa também, no momento em que faz essa análise do relatório do Banco Mundial, identifica ao menos quatro grandes problemas que estariam a justificar essa nossa posição. A questão de insolvências. Entre 185 países aferidos, o Brasil está na 143ª posição. Facilidade em abrir empresas. O Brasil está na 121ª posição. Facilidade em resolver litígios. Esse é o tema que nos interessa aqui. O Brasil está na 116ª posição, de 185 países. Então, nesse fator chave segurança jurídica, a macrometa apontada pelo setor industrial brasileiro é aumentar a segurança jurídica e reduzir a democracia.

Quatro temas prioritários foram eleitos: previsibilidade das normas, desburocratização, licenciamento ambiental e – o que nos interessa – agilidade do Poder Judiciário.

Dentro desse objetivo do tema agilidade do Poder Judiciário, o que se tem especificamente é a celeridade na tramitação judicial. Três ações transformadoras constam do mapa estratégico para que se busque essa agilidade. Primeiro ponto, atuar na edição e atualização de súmulas vinculantes. Segundo ponto, desenvolver estudos e propostas para a criação de mecanismos de composição extrajudicial de conflitos com o poder público. Terceiro ponto, estimular o uso dos mecanismos de arbitragem e mediação.

Então, a CNI vem hoje com esse propósito de dividir com a Comissão de Juristas essa posição que foi institucionalizada no mapa. Esse mapa estratégico pode ser acessado no próprio *site* da CNI, mas eu também me comprometo, dentro do possível, a remeter posteriormente. Eu trouxe até um exemplar do mapa para que os senhores tenham o conhecimento visual de como ele foi promovido.

Pois bem, com relação a essas três ações transformadoras, efetivamente a primeira não nos interessa neste exato momento, que é atuar na edição e atualização de súmulas vinculantes, não obstante ela tenha um propósito relevante no que diz respeito não só à celeridade da atuação do Poder Judiciário, como à certeza das decisões, porque o que a CNI percebe é que a falta de celeridade também do Poder Judiciário decorre muito da instabilidade das decisões judiciais. Então, a questão da súmula vinculante, de alguma maneira, seria o elemento. A CNI já é uma das legítima-

das, e há uma previsão expressa na Lei nº 11.417, de 2006, como uma possível atora dentro desse processo de proposição de súmulas e alteração de súmulas.

A segunda ação estratégica diz respeito a essa composição extrajudicial de conflitos com o poder público. E aí eu não poderia deixar de negar que vejo com muita satisfação o Ministro Walton Alencar compondo a comissão.

Pelo menos nesta semana, não vi o Tribunal de Contas sendo chamado aqui a contribuir para este debate. Particularmente, Presidente Marcelo, eu acredito que o Tribunal de Contas, pelo menos no âmbito federal, evidentemente – então imaginando o controle externo que é exercido pelo poder público, principalmente sobre as licitações e os contratos administrativos –, é um grande ator e deveria estar aqui também debatendo com a Comissão de Licitação. Isso porque, na medida em que se busca – e eu vejo que esse é um propósito da Comissão, que é incentivado pela CNI – trazer o poder público para o âmbito da arbitragem, eu vejo que precisamos ter, sim, essa aproximação com o controle.

Posso estar cometendo aqui alguma injustiça, Ministro Walton, até porque não fiz uma consulta recente sobre a jurisprudência do Tribunal, mas, salvo engano, ele tem o posicionamento clássico de entender que o interesse público seria indisponível e, só em situações muito excepcionais, admitir a cláusula arbitral, o compromisso arbitral, a solução extrajudicial de conflitos. Acho que o STJ tem uma posição já pacífica com relação às estatais exploradoras de atividade econômica à luz da aplicação do art. 173 da Constituição. Mas, fora isso, eu sempre vejo o Tribunal com posicionamentos mais ortodoxos, mais clássicos, sempre numa linha ainda mais – eu chamaria – antiquada, mas uma visão mais clássica, talvez, do que se venha a entender sobre interesse público.

Acho que caminhamos para uma evolução. Acho que o Direito Administrativo, o Direito Público caminha numa evolução de que o interesse público não pode ter uma presunção prévia de que ele prevalece sobre o interesse privado. Isso sem contar a discussão de que o interesse público – eu acho – tem de ser aberto e analisado até que ponto aquele interesse público é público da sociedade, da coletividade, e até que ponto o que se chama de interesse público é o interesse da própria administração enquanto parte. Acho que há que se fazer uma separação e aí se chegar à possibilidade de se trazer a administração pública para esse âmbito de forma mais ampla.

E aqui também a CNI se associa ao que o Dr. Lauro já havia observado.

Evidentemente, não se trata aqui de uma arbitragem, mas eu faço referência ao Projeto de Lei nº

5.082, que diz respeito à transação tributária. Aí eu posso dizer o seguinte: já foi uma bela iniciativa. É um projeto que partiu do Poder Executivo, timidamente ainda, porque ficava limitado à composição relacionada a multas e demais encargos, não trabalhando em cima da própria obrigação tributária em si. Mas, enfim, é um ponto específico.

Agora, evidentemente, também há que se ter presente que essas decisões que envolvam o Poder Público devem efetivamente vir a ser respeitadas. Outro aspecto também que trazemos aqui... E por mais que também não diga respeito à arbitragem ou à mediação, diz respeito a uma solução extrajudicial de conflito. Eu faço referência ao Carf, por exemplo.

Eu não sei se todos os senhores sabem, mas uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais favorável ao contribuinte não pode ser discutida judicialmente. O que eu posso adiantar aos senhores é que, por mais que o Carf, hoje, viva uma situação institucional até certo ponto conflitante, o empresariado apóia as soluções que são dadas no Carf. E por que apóia? Porque são soluções técnicas.

Então, percebemos – e aí, sim, percebe-se também na arbitragem – que é muito melhor que se tenha uma solução que seja guiada por pessoas que detêm efetivamente o conhecimento daquele assunto. Muitas vezes, o Poder Judiciário não consegue alcançar as peculiaridades e as especificidades das situações que são postas no conflito.

Com relação a esse estímulo do uso de mecanismos de arbitragem em mediação, o próprio Estatuto da CNI prevê a CNI funcionando como mediadora, como árbitra, e realizando parcerias para que esse objetivo seja atingido. Soube que a Fiesp, salvo engano, através dos seus centros, teve voz aqui junto a esta Comissão. A Fiesp possui uma bela experiência de solução extrajudicial de conflitos.

Uma experiência internacional agora, embrionária da CNI, para a qual eu gostaria de chamar a atenção e dividir com os senhores, diz respeito à criação de um Centro Ibero-americano de Arbitragem. A CNI assinou, na sede do Conselho Federal da OAB, no ano passado, um termo de cooperação em que se busca criar esse centro envolvendo Portugal, Espanha e todos os países da América Latina. Então, isso é alguma coisa que está sendo estudada. Se houver interesse, posteriormente, podemos conversar um pouquinho sobre esse assunto.

Nesse estímulo de mecanismo de arbitragem, a CNI trabalha...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – O senhor tem um minuto.

O SR. CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES – Estou fechando aqui.

A CNI trabalha fortemente aqui, no Congresso Nacional, apoiando e trabalhando em cima de projetos de lei.

Aí eu faço só uma referência. Há o Projeto de Lei nº 5.930, de 2009, que tinha por propósito alterar a Lei de Arbitragem para deixar de forma expressa a sua não aplicação às relações individuais de trabalho. Aí, nesse ponto de vista, também me associando ao posicionamento do Dr. Lauro, a CNI é absolutamente contrária. A CNI acha que sim, a arbitragem deve se estender também às relações de trabalho.

Enfim, Sr. Presidente, eu agradeço. Acho que são essas as considerações que a CNI gostaria de trazer para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Agradecemos a contribuição do Dr. Cassio, Gerente Executivo da Diretoria Jurídica da Confederação Nacional da Indústria.

Antes de passar a palavra ao Dr. Marcelo, eu queria fazer alguns breves comentários que não se tratam de debate, mas sim com relação à fala.

Primeiro, esse sinal é automático, é autônomo, não depende do Presidente. Então, deixo claro que o senhor não recebeu um gongo pela Presidência, o senhor recebeu automaticamente pelo cronômetro, pois quando ele se encontra a um minuto do tempo, tem essa gentil mensagem para dizer ao senhor que falta um minuto.

Querida dizer ao senhor duas outras coisas. Em primeiro lugar, que o TCU está representado aqui conosco por um dos seus maiores e melhores membros; e que nós, aqui, percebemos que não há nenhuma outra pessoa que pudesse trazer melhor contribuição que o Ministro Walton Alencar, com relação às experiências e àquilo que o Tribunal de Contas da União pode trazer de contribuição. E queria lhe dizer que a Fiesp está representada também nesta Comissão através da competente Dr^a Silvia, e que temos feito debates extraordinários.

Agradeço muito a sua exposição e a sua contribuição e passo a palavra ao Dr. Marcelo Vilela.

O SR. MARCELO DIAS GONÇALVES VILELA – Bom dia a todos.

Eu gostaria, primeiramente, de agradecer o convite que foi feito à Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil para comparecer a esta Comissão, e o faço na pessoa do Ministro Luis Felipe Salomão e também do Dr. Marcelo Nobre, agora atuando na Presidência deste trabalho. E dizer que a Câmara aqui comparece

com muita satisfação, seja porque confia no trabalho desta Comissão. A Comissão criada, já pela qualidade dos seus membros indica que o trabalho terá êxito, será de muita qualidade; e, sobretudo, porque a Camarb, que agora completa 15 anos, pode trazer um pouco da sua experiência como centro de administração de conflitos, que viveu, talvez, todas as fases dessa Lei nº 9.307, de 1996; e, portanto, uma lei que, no começo, tinha uma série de dúvidas e, hoje, pela boa prática arbitral brasileira, pela jurisprudência e alguns pontos já consolidados pelo Superior Tribunal de Justiça, tem nos dado um marco arbitral brasileiro de orgulho no cenário internacional.

Portanto, a primeira palavra é exatamente para dizer que essa Lei de Arbitragem, que estamos a revisar e verificar a possibilidade de modificação, na visão da Camarb, da sua prática do dia a dia, é uma lei muito boa, é uma lei que funciona, é uma lei que conseguiu trazer para o Brasil uma prática – seja na arbitragem interna, seja na arbitragem internacional –, que recolocou o Brasil no cenário internacional na arbitragem comercial, e na arbitragem interna fez florescer um mercado que inexistia, seja para os advogados, seja, sobretudo, endossando as palavras do Dr. Cássio, dentro do que o empresário buscava de uma solução rápida, de solução de controvérsias.

A manifestação que faço é na condição de Presidente da Diretoria Colegiada da Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil; e, portanto, as posições aqui externadas são da Diretoria Colegiada, posições essas inclusive objetos de ofício encaminhado a esta Comissão, em resposta ao gentil convite também desta Comissão para que colaborássemos de forma expressa com os seus trabalhos.

A primeira questão. Parece-me importante falar um pouquinho sobre o centro de arbitragem no contexto da Lei nº 9.307, de 1996. Não temos uma regulamentação legal quanto a centros de arbitragem – seja para denominação de câmara ou qualquer outra –; e essa ausência de marco legal no que diz respeito aos centros de arbitragem, diferentemente de causar insegurança jurídica, causa absoluto conforto, hoje, no estado da obra de 2013, da nossa prática arbitral.

Se é bem verdade que, no início da prática da arbitragem interna brasileira, no final dos anos 90, início dos anos 2000, verificamos um movimento de criação de câmaras inidôneas, de centros de arbitragem de pouca respeitabilidade, é bem verdade também que, a exemplo do que ocorreu na Europa, nós tivemos uma depuração do mercado, e rapidamente se compreendeu que centro de arbitragem não é local para se explorar economicamente; centro de arbitragem não é propriamente um negócio. E digo isso com

muita tranquilidade, porque a Camarb, criada há 15 anos no seio da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, já no início dos anos 2000, torna-se uma entidade sem fins lucrativos, com CNPJ autônomo, e que tem na sua assembleia geral aqueles fomentadores das entidades civis, sobretudo empresariais, no desenvolvimento da arbitragem.

Parece-me que esse modelo, hoje, de desenvolvimento das câmaras de arbitragem é absolutamente suficiente, sendo desnecessário, sob a visão da Camarb, qualquer regulamentação do funcionamento dos centros de arbitragem. Já se discutiu isso no âmbito do Ministério da Justiça, anos atrás, bem me lembro; já se discutiu isso até mesmo em fóruns que discutiram um pouco o funcionamento das câmaras.

O posicionamento da Camarb é no sentido de que o mercado, dentro da liberdade, que é a pedra angular da arbitragem, cuidou e acaba cuidando, de forma diuturna, hoje, de selecionar aqueles bons centros de arbitragem e aqueles que não devam funcionar.

Ainda nesse sentido – e talvez já se tenha feito esse registro nesta Comissão –, apenas para dizer que também o Conima tem o desenvolvimento de um programa de autorregulamentação dos centros de arbitragem que tem contribuído para a qualificação desses centros.

No que diz respeito à experiência que a Camarb poderia trazer como contribuição a essa revisita, ainda que com modificações pontuais, à Lei de Arbitragem, eu traria temas, alguns já passados aqui, como na exposição do Lauro e de outros colegas, mas o tema a arbitragem e a Administração Pública me parece ser um ponto importante.

A experiência da Camarb é exitosa no que diz respeito a administrar conflitos tendo a Administração Pública como parte, mas sempre com uma insegurança muito grande, sobretudo do administrador público, no sentido de incluir tal cláusula no momento da celebração do contrato público. E, portanto, trago aqui, como sugestão a esta Comissão, que tenha acesso à lei estadual, de Minas Gerais (Lei nº 19.477, de 2011), que criou uma autorização legislativa, de forma mais genérica e abrangente, para que a Administração Pública, não apenas a indireta, mas também a direta, pudessem se submeter à arbitragem. Portanto, parece-me suprir aquilo que é mais importante na arbitragem e a Administração Pública, que é dar o conforto ao administrador público, para que ele possa celebrar aquele contrato administrativo, representando o Estado, com a inclusão da cláusula compromissória.

A Lei de Arbitragem mineira, confesso eu, não é a melhor do ponto de vista de redação, mas ela traz consigo um embrião muito importante para que o ad-

ministrador público possa, definitivamente, comprar a ideia da arbitragem quando o Estado não age naqueles direitos de primeira geração, mas de segunda geração, notadamente quando é fomentador do desenvolvimento econômico.

A outra questão, uma segunda questão, diz respeito à confidencialidade da arbitragem. Parece-me que este é um ponto muito importante. A Lei de Arbitragem não traz, de forma expressa, a confidencialidade do procedimento arbitral, não obstante todos os centros de arbitragem assim procedem em seus regulamentos. Única previsão da lei é a da descrição do árbitro no que diz respeito à sua função.

Parece-me – e, aí, falo como representante de centro de arbitragem – que traria maior segurança jurídica às partes, árbitros e também aos centros de arbitragem, que essa confidencialidade, corolário da autonomia da vontade, da autonomia privada, pudessem estar consignada na Lei de Arbitragem, até para que a câmara, guardiã das informações, dos autos, dos procedimentos que ali apenas administrou, não julgou, não interveio, possam ter a tranquilidade de assim cumprir aquele dever que já é contratual, por força do regulamento, mas também possa fazer perante terceiros. Nós sabemos de algumas iniciativas de solicitar às câmaras de arbitragem não apenas informações sobre as arbitragens, mas também cópia integral de tudo que ali transcorreu.

Entendemos nós do centro de arbitragem que esse é um limite da confidencialidade que precisa ser tratado e preferiríamos que, diferentemente da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que ajuda muito na interpretação da lei de arbitragem, nesse caso, parece-me que neste caso a lei deveria ser expressa para trazer conforto a todos.

Um terceiro ponto – e aí me associando à manifestação feita pelo Lauro com a posição do CBar – é também a visão da Camarb da prática da medida cautelar em relação à arbitragem. Temos duas questões importantes: a primeira delas, no que diz respeito à medida cautelar preparatória, a posição da Camarb é que essa medida cautelar preparatória não deva ser imperativamente perante o Poder Judiciário. É possível, na visão da Camarb, haver regulamentação de medida cautelar perante os centros de arbitragem. Não temos essa experiência no Brasil, mas a corte de arbitragem da CCI tem uma disciplina parecida com essa, que me parece não ser incompatível com o sistema jurídico brasileiro. Mas, no que diz respeito às medidas cautelares ajuizadas previamente e depois da instituição do tribunal arbitral, parece ser importante avocar a competência exclusiva do tribunal arbitral, do árbitro único, para conhecer das medidas cautelares então em

andamento, inclusive com poder de modificar as suas decisões e também no que diz respeito às medidas cautelares necessárias e eventualmente requeridas no curso do procedimento arbitral.

Concordo com os meus colegas que me antecederam no sentido de que a jurisprudência do STJ é consolidada, principalmente com acórdãos liderados pela Ministra Nancy Andrigli, no que diz respeito às cautelares na arbitragem, mas precisamos talvez – e aí me atrevo a sugerir à Comissão – que se detenha uma nova redação do art. 22, §4º, da Lei nº 9.307, que, na sua redação original, estava muito mais a tratar da solicitação das medidas de força, decorrentes das medidas cautelares, mas, infelizmente, a redação literal do §4º do art. 22 vem trazendo grande insegurança jurídica. Por vezes há alguns colegas advogados e até mesmo representantes do Poder Judiciário interpretando que caberia ao tribunal arbitral ou ao árbitro requerer uma medida cautelar, e a competência para apreciá-las no mérito, pior ainda, seria do Poder Judiciário. Não parece ser essa a visão nem da doutrina nem da jurisprudência do STJ e me parece que lei, a bem de uma boa compreensão, sobretudo por aqueles que não militam diuturnamente na arbitragem, pudessem assim colaborar.

Faço ainda referência à relação entre tribunal arbitral e Poder Judiciário. Sei da excelente redação contida no anteprojeto – aliás, já hoje projeto de lei do Código de Processo Civil –, mas me parece que esta Comissão talvez devesse estar atenta em também trazer para esse projeto a questão referente à carta arbitral.

Parece-me que a disciplina lá contida é muito bem feita, mas me parece também que, se estamos tratando de arbitragem, talvez o Código de Processo Civil possa ter maiores percalços pelo caminho; pode ser que esse anteprojeto cuide primeiramente, de forma completa, da carta arbitral, e aí faço essa referência.

Gostaria ainda de concordar com a posição do CBar no que diz respeito à interrupção da prescrição. Os centros de arbitragem têm reformado os seus regulamentos. Especialmente sobre a Camarb, temos dispositivos para dizer que a instituição da arbitragem retroage os seus efeitos ao momento do requerimento, mas é lógico que essa matéria de interrupção de prescrição é matéria de lei – nós bem sabemos – e, não obstante os regulamentos tenham dado esse passo importante, acho que a lei acaba por sepultar qualquer discussão, dando absoluta tranquilidade e dispensando as cautelares para interromper prazo prescricional, o que tem sido a solução dos colegas advogados.

Portanto, nesse sentido, faço também a mesma ponderação.

Esses são os temas no que diz respeito à Câmara de Arbitragem.

Se me permite, Sr. Presidente, agora como alguém que trata da arbitragem no Direito Societário, seja na época no mestrado ou publicando obras, a manifestação do que o Octavio trouxe no que diz respeito à arbitragem societária, parece-me que nós precisamos ter muito cuidado para não querer legislar demais ao que diz respeito à arbitragem societária. A experiência de impor a lei, seja na Itália ou na Espanha, não resolveram alguns problemas, como a vinculação ou não do ex-acionista no momento da aprovação da cláusula compromissória.

Eu sou absolutamente simpático a uma previsão legal de recesso, mas imposição de quórum e vinculação ou não do acionista anterior parece-me que não será por lei que resolveremos isso. Vamos resolver isso na jurisprudência do STJ e na boa doutrina.

Sr. Presidente, eu gostaria, mais de uma vez, de agradecer e de me colocar à disposição para o que esta Comissão ainda precise da colaboração da Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Dr. Marcelo Vilela, quem agradece é a Comissão a sua presença, as suas contribuições interessantes.

Dando sequência aos nossos trabalhos, nós temos o seguinte procedimento: os membros da Comissão ficam à vontade para fazer as perguntas que entenderem necessárias.

Vou começar abrindo, como não poderia deixar de ser, com as mulheres da Comissão. Então, Dr^a Adriana, em seguida Dr^a Sílvia, Dr. André, Dr. Müssnich, Dr. Chico, Dr. Walton e Dr. José Carlos.

Com a palavra, a Dr^a Adriana.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Bom dia a todos e obrigada. Acho que foi uma semana de audiências públicas muito mais proveitosas do que a gente até imaginava. Primeiro, a gente pôde ver que o trabalho da Comissão está muito alinhado com o que o mercado pensa, salvo um ou outro tema que mereça ainda esclarecimento.

Vários temas foram muito debatidos. Acho que ficou claro também a posição das câmaras e até dos institutos de advogados sobre liberdade das instituições, mas eu ainda gostaria de dar maior encaminhamento a três temas.

Eu perguntaria a vocês, primeiro, Marcelo, sobre o tema da mediação, de que poucos falaram. Há várias questões em aberto da mediação. Esta semana, tenho para mim, que prevaleceu o entendimento de todos que falaram – e eram grandes especialistas deste tema – de que devemos tratar a mediação vinculada a processo; quer dizer, mediação judicial de uma

forma totalmente diferente da mediação extrajudicial, que talvez seja vocação desta Comissão tratar. Esse é um tema muito importante, porque traz a discussão de cadastro de mediadores, formação de mediadores, a necessidade de capacitação ou não.

Fiquei impactada com várias manifestações no sentido de que, na mediação extraprocessual, antes de qualquer processo, privada, antes de uma arbitragem ou antes do Judiciário, devemos deixar o mercado também muito livre, sem qualquer necessidade de cadastro ou dispositivo de que necessite de uma capacitação.

Então, eu gostaria de ouvir os senhores. Marcelo, não se a Câmara está fazendo isso. E gostaria de ouvir também a AASP a respeito.

O segundo tema que me parece também interessante é o tema do Direito Societário, porque a gente ouviu diferentes opiniões ao longo da semana; nós ouvimos opiniões de que um minoritário, constitucionalmente, tem o direito do acesso à jurisdição; aquele que não concorda com a inclusão da cláusula compromissória não estaria vinculado a ela. E também ouvimos opiniões em que prevaleceria a opinião da maioria, sem direito de recesso. Eu gostaria de ouvir, Marcelo, sobretudo o que você comentou.

A gente viu que o Carmona trouxe à Comissão, pelo menos acho que ele me falou, a regulamentação da lei italiana. Não sei se entendi bem sua posição, se a sua posição é de que é melhor não regular na lei. O que ouvimos do Roberto Teixeira da Costa é o seguinte: “Vocês não agradarão a todos. Existem posições muito estanques em todos os sentidos e vocês não vão conseguir agradar a todos”. Então, essa é uma das hipóteses. A gente sabe que é útil regular, mas a gente está ouvindo posições diversas.

Não sei se na Itália está funcionando bem. O que pude ver de outros países, por exemplo a França, é que não há praticamente arbitragem no Direito Societário como há aqui, porque o Judiciário é tão bom, tão rápido, tão eficiente que não se desenvolveu essa prática interna. A pessoa vai para o Judiciário. Esse é um tema. Evidentemente o Chico é o que tem a maior prática nisso, na nossa comissão, mas acho que precisamos colher informações de todos.

E o terceiro tema, também uma opinião – estamos discutindo muito a questão da Administração Pública, que todos vocês tocaram – é até quanto regular. Em palestras que tive a oportunidade de dar e que tinham membros da Administração Pública e procuradores, pude perceber que eles já estão, de certa forma, conscientes de que a arbitragem é necessária para atrair investimentos, de que numa PPP você vai haver. Então, o.k. à regra geral. Porém, eles ficam na dúvida de que como se vai escolher o árbitro, como

se vai escolher a câmara. E estamos debatendo na comissão se o melhor é uma regulação na lei muito *soft*, que é simplesmente dizer que a entidade pública, direta ou indireta, está sujeita ou se vale a pena ir além. Acho que isso também ainda está em ebulição, não está fechado.

São esses temas que gostaria de colocar a quem quiser falar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Muito obrigado.

Vamos iniciar pelo Dr. Marcelo, que foi citado diretamente pela Dr^a Adriana e, em seguida, a gente passa a palavra a quem quiser se manifestar também.

Por favor.

O SR. MARCELO DIAS GONÇALVES VILELA

– Adriana, vou abordar os três temas. Confesso que em relação ao primeiro talvez teria pouco a contribuir.

Posso apenas registrar que a Camarb está desenvolvendo um projeto de mediação para ofertar os serviços de mediação empresarial, e a nossa visão sobre a mediação, como método extrajudicial de solução de controvérsia, é que ela deve ser, tanto quanto possível, desregulamentada.

E, no que diz respeito à formação do mediador, parece-me que a experiência brasileira deverá ser a mesma no que diz respeito à arbitragem. Não fizemos nem certificação, nem cadastro, no que diz respeito aos árbitros. Parece-me que o mercado vai construir, junto com cursos de capacitação, junto com aqueles interessados, esse quadro, tanto que o quadro de mediadores que a Camarb está organizando talvez seja o tema mais delicado desse projeto. Talvez esse seja o motivo pelo qual ainda não foi lançado.

No que diz respeito à arbitragem em Direito Societário, talvez agora, um pouco mais devagar, possa esclarecer minha posição. O tema específico de inclusão de cláusula compromissória em sociedade que não contém a cláusula compromissória – portanto, estamos falando de inclusão de um novo regime –, na minha opinião, ele é um tema que não se resolve na lei, e explico por quê. Por que a divergência daqueles que entendem que o minoritário jamais se vincula não se resolve por uma questão de colocar na lei ou não, mas de uma compreensão de qual é a natureza da arbitragem. Se entendermos que a arbitragem é solução de caráter jurisdicional, me parece que o que a Assembleia Geral está dizendo é que ela está apenas a disciplinar qual é o meio jurisdicional de solução de controvérsia que aquela comunidade vai tratar.

Parece-me que colocar quórum elevado ou não elevado e dizer à lei que vincula ainda aqueles que não compareceram ou divergiram é apenas deixar mais evidente o conflito de questionamento dessa lei futura-

mente no Poder Judiciário. Aqueles que entendem que não vincula aquele que divergiu ou o minoritário não o fazem por uma questão de lei. Em minha opinião, a visão destes é de uma má compreensão da natureza jurisdicional da arbitragem.

No que diz respeito a esse ar de capital fechado, temos ali, sim, uma questão importante, porque a liberdade de contratação da fórmula jurisdicional de solução de controvérsia é uma garantia colocada no Acórdão 5206 do STF, e parece-me que, neste caso – na limitada, não, e na S/A de capital aberto, não –, precisávamos ter uma porta de saída. Portanto, sou simpático a uma regulamentação de um eventual direito de recesso.

Os demais termos que dizem respeito à arbitragem societária, como chamamento da entidade, publicação de edital para dar informação, publicidade no que diz respeito ao conflito societário, parece-me que é algo para tratarmos nos regulamentos de arbitragem, nas demais questões. Sou muito avesso a dar um tratamento específico da arbitragem para cada ramo do Direito. Por princípio, acho que precisamos apenas colocar a mão legislativa naquele ramo que é muito importante.

Nesse sentido, passando para o terceiro tema, em relação à Administração Pública, parece-me que a questão não é de conforto do procurador, mas o conforto deve ser dado ao administrador público que celebra a contratação. É ele que está vinculado à lei; é ele que se sente inseguro e não inclui a cláusula compromissória, porque não tem autorização legal.

As questões referentes a se vai haver licitação para centro de arbitragem, qual é o perfil do árbitro, como vamos pagar as despesas de arbitragem, parece-me terem solução também na prática. Basta dizer que a lei mineira que autorizou a Administração Pública do Estado de Minas Gerais, direta e indireta, a se submeter à arbitragem, tem um dispositivo, salvo engano, no seu art. 1, interessantíssimo para prever, na planilha da obra, na planilha dos insumos, também numa linha os custos da arbitragem, dizendo que já há reserva orçamentária para pagar os custos e dizendo mais: que a parte privada, já que tem rubrica, vai requerer a arbitragem e vai receber os custos da arbitragem. A solução me parece moderníssima e muito adequada, mas, antes disso – aí há a minha defesa de colocar esse tema em lei –, precisamos dar conforto ao administrador público.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Deixe-me fazer uma pergunta: como é que está funcionando? Você comentou da lei italiana da arbitragem em sociedade. Você sabe disso?

O SR. MARCELO DIAS GONÇALVES VILELA

– Não, eu não tenho como te dizer se pegou ou se não pegou...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Se ela está bem...

O SR. MARCELO DIAS GONÇALVES VILELA

Essa questão, infelizmente, eu não teria como agregar.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Pois não, Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Apenas uma questão que acho que é de ordem: é a questão do conflito societário. Tive longas conversas com vários advogados societários que são excepcionais e não integram esta Comissão: Paulo Aragão, meu sócio, Nelson Eizirik, Cantidiano, Erasmo Valladão são pessoas que conhecem bastante isso.

Acho que não devemos mexer no princípio societário da maioria. Maioria sempre foi, desde a Companhia das Índias Ocidentais, o que vigorou em matéria societária, e a maioria obriga, independentemente de senso, abstenção ou não comparecimento. A maioria é o princípio basilar. Eu reconheço, no entanto – e quero deixar de público a minha posição –, que, refletindo sobre esse aspecto, acho, sim, que existe uma mudança importante de regime. Quando você migra uma companhia para resolver seus litígios para a arbitragem, essa é uma mudança que, na minha opinião, interfere, sim, nos direitos de escolha que o acionista tem. Então, ele tem o direito, na minha opinião.

Acho que esta será uma discussão certamente muito calorosa que teremos amanhã: sou, hoje, convencido de que o recesso é uma medida que se justifica para que possamos manter o princípio majoritário. Eu não era e, inclusive, na primeira exposição que fiz nesta Comissão, fiz questão de dizer que não era, porque recesso é *numerus clausus* e, se não existe previsão legal, não há como.

Agora, eu acho que há exceções para esse princípio e isso é super importante. Primeiro, quando você vai abrir o seu capital e se transformar em uma companhia aberta, eu acho que, nesse momento, você não precisa ter recesso, até porque as companhias que migraram para o novo mercado adaptaram seus estatutos, incluíram a arbitragem e, evidentemente, ninguém exerceu recesso e foi aprovado por maioria mesmo. Então, talvez seja um meio de fazermos isso.

E, segundo, a lei já prevê que, quando há dispersão e liquidez para as ações da companhia aberta, também não há recesso. Nos outros casos, principalmente para a companhia fechada, eu manteria. Acho que isso deve ser incluído na nossa lei de arbitragem.

Essa é a minha posição. E tenho certeza de que será um elemento catalisador, inclusive da Adriana Braghetta, nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Discutiremos isso, Dr. Francisco Müssnich...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Agora, falar de Direito italiano e etc e tal, eu acho que o Brasil tem uma experiência societária hoje extremamente desenvolvida, e a nossa lei é muito mais moderna do que ficar olhando para trás, para o Direito italiano.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Nós teremos oportunidade de debater isso amanhã, como já anunciado pelo próprio colega, Dr. Francisco Müssnich, de forma acalorada. Já deixou isso aqui claro e será um prazer.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Como sempre.

O Dr. Carlos Henrique me pediu a palavra para fazer alguns comentários sobre o que foi falado e perguntado aqui.

Está com a palavra.

O SR. SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Pois não, Dr^a Sílvia.

O SR. SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – A minha preocupação é com o horário. Talvez a gente possa, dentro das manifestações, eventualmente, interagir sobre o tema, todos os membros da Comissão. E, aí, aí a gente já supera...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Todos já ficam à vontade...

O SR. SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Pela experiência dos dias anteriores, a gente não consegue concluir com todos, ouvir todos, se não interagirmos dessa forma. E também a gente tentar ouvir mais do que falar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Ontem eu tive a alegria de poder presidir a nossa audiência pública, e nós conseguimos encerrar no horário, meio-dia e quinze, que é o horário estabelecido.

Se todos estiverem de acordo, a palavra fica franqueada a todos os membros, que podem intervir conforme as perguntas.

Essa é a proposta da Dr^a Sílvia. Os membros estão de acordo? *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Então...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – De acordo.

Sr. Presidente, inclusive a Adriana fez algumas perguntas sobre a Administração Pública e sobre...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Exato. O Dr. Lauro já pediu, inclusive, para falar....

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Eu acho até para organizar, como a gente começou a falar aqui em Direito Societário, a gente poderia encerrar esse assunto para depois passar para Administração Pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – A colega Adriana fez várias questões...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – E os membros....

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Mas estou totalmente de acordo com a sugestão do André, que é a de ouvirmos a posição de todos. Amanhã vamos discutir o dia todo, como temos feito, mas discutir de forma temática os assuntos levantados, para a gente conseguir também trazer as dúvidas dos outros membros em cada um dos temas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Perfeito. Então, estamos no tema societário e me parece que é sobre esse o Dr. Carlos Henrique fazer as suas observações.

Então, concedo a palavra ao Dr. Carlos Henrique e para os outros, em seguida, se tiverem alguma coisa a acrescentar a esse tema societário.

Pois não, Dr. Carlos Henrique

O SR. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FRÓES – Presidente, ilustres membros da Comissão de Juristas e meus colegas que estão intervindo hoje para colaborar com a Comissão, eu ouvi com muito prazer e com muito proveito as observações do Dr. Francisco Müssnich, meu amigo de sempre. Parabéns pelo Botafogo, pela classificação ontem.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH (*Fora do microfone.*) – Fiquei triste porque o Flamengo também se classificou.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FRÓES – Exatamente. Cheguei lá.

Mas eu queria dizer que o Instituto dos Advogados não tem ainda posição formada a respeito do tema da arbitragem societária. Eu vou me permitir sugerir ao Dr. Francisco Müssnich a apresentar uma indicação ao Instituto a esse respeito, para que haja um pronunciamento por parte dos juristas que têm experiência no assunto, um dos quais está aqui defronte de mim.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Com o maior prazer.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FRÓES – Está ótimo. Então, vamos discutir esse as-

sunto no Instituto dos Advogados para que venha uma colaboração para esta Comissão, que será certamente de altíssimo nível, a julgar pela capacidade indiscutível do Dr. Francisco Müssnich.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FRÓES – Essa é a primeira observação.

Já que estou com a palavra, eu gostaria de lembrar que a Dr. Adriana Braghetta falou da questão da arbitragem em de entidade de direito público. Esse assunto é velho e revelho no Supremo Tribunal Federal, desde o famoso acórdão do caso Lage, em que foi discutida amplamente a questão. E o pronunciamento do Supremo Tribunal, pela voz do relator, o Ministro Bilac Pinto, foi no sentido do cabimento da arbitragem nessa matéria e nos litígios contra a Administração Pública.

Esse Acórdão Lage é muito Interessante, porque se tratava de uma controvérsia entre o espólio de Gabriella Besanzoni Lage e a Fazenda Nacional. Vejam o absurdo que aconteceu. A Fazenda Nacional concordou em fazer a arbitragem. Foi realizada a arbitragem, foram apresentados... Não sei exatamente qual foi a constituição do tribunal arbitral, não interessa. E o laudo arbitral ou a sentença arbitral – eu gosto mais da expressão “laudo arbitral” – foi no sentido de dar ganho de causa ao espólio de Gabriella Besanzoni Lage. E o que fez a Fazenda Nacional, que havia concordado anteriormente com a instituição da arbitragem? Alegou a inconstitucionalidade da arbitragem, ela que havia concordado expressamente com a realização da arbitragem. Isso criou realmente uma situação verdadeiramente vergonhosa. E o Supremo Tribunal acabou restabelecendo as coisas e, evidentemente, decidiui no sentido de que deveria prevalecer o laudo arbitral.

Agora, só um episódio grotesco – grotesco é a palavra – em matéria de confidencialidade. A Dr^a Adriana Braghetta falou em confidencialidade, e o Dr. Cássio também. A confidencialidade é um requisito indispensável na arbitragem. Várias instituições arbitrais, inclusive o regulamento da Corte de Arbitragem da CCI, que é um regulamento novo, que entrou em vigor em 1º de janeiro do ano passado, em 2012, tratam desse assunto de maneira específica. Mas eu tive participação nesse episódio que, como eu disse, o adjetivo próprio é grotesco, cômico. Eu fui procurado por uma parte no sentido de intervir numa arbitragem que se processava na Câmara de Mediação e Arbitragem em Niterói. Eu não tenho nada contra Niterói, mas...

(*Manifestações fora do microfone.*)

O SR. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FRÓES – Fui procurado pela parte requerida. Dirigi-me

ao telefone que me havia sido fornecido e marquei um encontro para verificar de que é que se tratava, qual era o pleito, quais eram os fundamentos da pretensão. E me dirigi ao Secretário-Executivo da Câmara de Mediação e Arbitragem em Niterói.

Foi naquela fase em que havia aquelas entidades fajutas que foram combatidas, com êxito, pela Ordem dos Advogados do Brasil – a seção do Rio de Janeiro, em primeiro lugar, e a seção de São Paulo também, se não me engano. O Instituto dos Advogados também se pronunciou a esse respeito. Além disso, houve manifestação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que ficou solidário no sentido de combater...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Nós estamos com um pouquinho de problema com o tempo. Então, eu pediria que o senhor...

O SR. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FRÓES – Pois não. Então, rapidamente, concluir...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Porque nós iríamos falar só sobre o Societário, e o senhor já está entrando em todos...

O SR. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FRÓES – Perfeito. Mas esse...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – E eu estou deferindo que o senhor tem várias prerrogativas aqui.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FRÓES – Não, não. Eu faço questão de contar esse episódio...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Pois não.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FRÓES – Eu até disse ao Dr. Marcelo que se trata de uma confidencialidade falsa, que eu falei, não é? Pois é.

Então, fui ao Secretário-Executivo e disse: “Eu vim aqui para tratar do assunto tal”. E ele: “Pois não”. Eu disse: “Eu gostaria de ver o regulamento desta corte de arbitragem, deste centro de arbitragem”. Ele: “Não tem ainda, está em elaboração”. Eu disse: “Bom, mas pelo menos, então, eu gostaria de ter uma cópia da pretensão deduzida pelo requerente”. Ele: “Ah, doutor, confidencialidade. Não posso fornecer a cópia”. Eu disse: “Como é que eu vou exercer o direito de defesa?”. Ele disse: “Ah, isso aí é problema seu, mas nós temos o princípio da confidencialidade, que tem de ser observado rigorosamente”. Eu: “Está bem. Obrigado. Até logo”.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – É muito interessante a experiência vivida.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FRÓES – Vejam que realmente um adjetivo grotesco se aplica no caso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Eu agradeço muito as contribuições do Dr. Carlos Henrique.

Se alguém aqui na Mesa tiver mais alguma contribuição a dar à pergunta específica do tema Societário, a palavra está franqueada.

Dr. Octavio? Mais alguém? Então, o Dr. Octavio e depois passamos para outro tema.

O SR. SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Eu gostaria de falar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Quer fazer a pergunta antes?

O SR. SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Na verdade, a única coisa que eu gostaria que se complementasse – o Octavio provavelmente vai falar disso –, é: em não se adotando a solução proposta até agora pelo Chico em relação a direito de recesso, a gente teria só o princípio da maioria vigente. A gente conseguiria, de alguma forma... É que eu vejo que eu não consigo superar este ponto, que é a garantia constitucional do acesso à jurisdição. Então, quer dizer, qualquer proposta que venha tem que contemplar isso. Eu só queria o enfrentamento desse ponto, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Obrigado, Dr^a Sílvia.

Dr. Octavio, então, por favor.

O SR. OCTAVIO FRAGATA MARTINS DE BARROS – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom, obrigado por abrir o tema para discussão. Este é um tema, como eu mencionei na minha apresentação, em que o Ideia tem muito interesse. Dentre os nossos membros, nós temos alguns especialistas em Direito Societário que trabalham em escritórios exclusivos de Direito Societário. Então, a arbitragem, no âmbito de Direito Societário é um tema que nos é muito caro.

Na nossa discussão, o Ideia se posicionou favoravelmente à regularização do tema, e aqui, de novo, repito que seja no âmbito da Lei de Arbitragem, seja no fato de que a Lei de Arbitragem modifique eventualmente a Lei das Sociedades por Ações ou até o Código Civil, no caso das limitadas.

Como uma regra de direito societário que vai ser aplicada no âmbito do Direito Societário, o Ideia entende que ela deve ser tratada como uma norma de Direito Societário. Isso não exclui os efeitos jurisdicionais que o Marcelo estava mencionando. E aqui entram outros aspectos.

Bom, como regra do Direito Societário, deve ser tratada e alocada dentro do quórum de aprovação. O Ideia entende que deve ser o princípio da maioria simples, como qualquer outra norma que não seja essencial à vida da sociedade.

Depois que se aplica o princípio da maioria simples, quais são os efeitos? Direito de recesso e a questão do acesso à Justiça, que a Sílvia mencionou.

Bom, o direito de recesso deve ser assegurado ou não? O direito de recesso, como o próprio Chico mencionou, é *numerus clausus*. Então, ele é extremamente restrito a determinadas situações específicas na Lei das Sociedades por Ações. E, se você for analisar cada uma dessas hipóteses, elas são limitadas a questões que atingem a essência do objeto da companhia. É mudança de objeto. E a inserção de uma cláusula compromissória não atinge a essência de uma companhia, aquilo que trouxe essas pessoas, esses acionistas a se agregarem e desenvolverem determinada atividade. Então, a posição, talvez até inicial do Ideia, era que não fosse assegurado o direito de recesso, por não atingir a essência da companhia e, sim, por se tratar de uma questão paralela e de preferência, seja de privacidade, seja até de uma certa confidencialidade, já que estamos no tema.

Agora, vem outro tema: não assegurado o direito de recesso e vinculando todos os acionistas majoritários e minoritários, os que votaram contra, como é que a gente poderia garantir o acesso deles ao Judiciário?

Uma das alternativas que se discutiu – é claro que essa talvez não seja a melhor das soluções ou a única das alternativas – era criar, nesses casos, um fundo da companhia em que a companhia se assegurasse pelas custas da arbitragem. Dessa maneira, ela garantiria esse acesso de “todas as pessoas” à Justiça – entre aspas –, sem limitar qualquer coisa.

O problema desses casos é o sempre repetido exemplo, desculpem a expressão, da senhora idosa que tem uma cota, que quer discutir um direito dela e se vê impedida porque é muito caro o acesso à arbitragem. E aí, se a companhia tivesse um fundo exclusivo para garantir esse acesso, esse direito dela de acesso estaria assegurado.

E há uma outra discussão que garante o direito de recesso, que é um pouco o que o Chico mencionou. Se não é assegurado o direito de recesso à abertura de capital, ao entrar nesses nichos de novo mercado, nível 2 ou o que quer que seja, acabaria criando uma hipótese em que não é assegurado o direito de recesso a uma coisa muito mais ampla e muito mais importante para a sociedade, que é a abertura de capital, reconhecendo uma coisa que é para o próprio benefício do acionista, que é a possibilidade de um julgamento por um especialista, enfim.

Eu sei que este não é um dos temas mais fáceis de serem tratados. Inclusive, talvez, não seja o caso de ser tratado na Lei de Arbitragem, mas, talvez, por

referência, pela Lei de Sociedade por Ações. Acreditamos que essa talvez seja a solução mais apropriada.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – A solução, então, é não ter o direito de recesso, criando-se um fundo de acesso à jurisdição. É interessante.

O SR. OCTAVIO FRAGATA MARTINS DE BARROS – Eu acho que o próximo passo vai ser discutir sobre Administração Pública.

Então, se eu pudesse tratar só do tema da mediação, há dois pontos...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Achamos que vamos falar sobre o tema. Temos dividido e, quando voltarmos ao tema mediação, eu franqueie a palavra.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Adriana, só uma coisinha. Inclusive, na minha exposição, falei essa questão de financiar. Eu não acho que isso seja uma boa ideia. Debati muito, e o Octávio...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Discutiremos. Amanhã, teremos o dia todo.

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – É porque o Octávio trabalhou comigo, e discutimos muito essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – E aí você o representa também amanhã na discussão.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não, ele não me deu mais mandato.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não trabalha mais, já perdeu o mandato.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – É verdade.

Dr. André, a palavra fica franqueada a todos os membros, como ficou aqui conversado. Parece-me que o Dr. Walton tinha pedido para se manifestar.

Vamos entrar agora no tema administração pública ou o Dr. André ainda tem alguma coisa com relação ao Societário? (*Pausa*.)

Então, entramos agora no tema administração pública.

O SR. WALTON ALENCAR RODRIGUES – Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, por indeclinável dever de cortesia, de agradecer às menções de V. Ex^a e do Dr. Cássio à minha pessoa e à instituição que eu integro, o Tribunal de Contas da União.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de dizer da relevância da sistemática adotada pela Comissão, que permite trazer juristas e colaboradores aqui para que cada um deles, com a sua *weltanschauung*, com a sua visão de mundo, contribua para os trabalhos desta Comissão, trazendo visões práticas, objetivas ou, como dizem os americanos, *down to earth*, na sua perfeita aplicação prática dentro do sistema da arbitragem.

Eu também gostaria de dizer, Sr. Presidente, apenas como esclarecimento, que a minha presença nesta Comissão decorre antes do fato de um convite como jurista do que da representação da instituição a que tenho a honra da pertencer, o Tribunal de Contas.

A minha presença aqui talvez decorra não só dos 15 anos de judicatura de contas que eu já ostento, mas dos trabalhos de advogado, porque eu tive a honra de exercer a advocacia durante muito tempo e também por ter exercido minha atividade profissional em quatro Ministérios Públicos: o Ministério Público do Distrito Federal, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Eleitoral e o Ministério Público do Tribunal de Contas da União.

A partir dessa experiência prática em muitas áreas, eu tive a oportunidade, na terceira sessão deste Colegiado, de fazer uma brevíssima exposição sobre a questão da arbitragem no setor público, da qual citou um precedente memorável o Dr. Carlos Henrique Fróes.

E dentro desse amplo esquadro de conveniências de legislação, de entendimentos, o Tribunal de Contas da União tem uma posição realmente clássica, que obedece mais a juristas de escol, do passado e do presente.

E, dentro desse contexto, Sr. Presidente, a minha presença nesta Comissão tem o intuito de permitir a Administração Pública aurir também dos inegáveis benefícios de um procedimento célere de arbitragem em questões que ela considera fundamental, ou seja, existem pressupostos que são absolutamente indeclináveis para a participação da Administração em procedimentos de arbitragem, muitas vezes em completa oposição às entidades privadas.

Por exemplo, em relação à Administração, a publicidade é um requisito absolutamente presente na atuação da Administração, ao passo que a reverência à privacidade no setor privado é um fato inegável.

Depois, na Administração Pública, já tive a oportunidade de dizer que contamos com 5.848 Municípios no Brasil. Temos 26 Estados, práticas administrativas extremamente variáveis; então, é lógico, senhores, que a Administração não pode se submeter a processos de arbitragem, tendo em vista mecanismos lassos de fixação de árbitros ou de coonestação ou de interrelações presentes em tantos setores da Administração Pública, o que vemos, cotidianamente, a partir da breve leitura de jornais.

Tem de haver a previsão normativa, expressa, em relação à Administração, com a salvaguarda de mecanismos. E foi exatamente por isso, Sr. Presidente, que a Comissão, na terceira sessão, aprovou duas das propostas que fiz, que eram: em primeiro lugar, permitir a adoção da arbitragem na Administração Pública Direta

– não somente na Indireta, mas na Direta também –; e, depois, colocar, como a maior salvaguarda, essencial à participação da Administração, que os pressupostos para que ela pudesse validamente celebrar-se seriam os mesmos para a adoção da transação dos acordos judiciais. Isso foi aprovado pela Comissão e esses são os dois dispositivos absolutamente fundamentais para a participação da Administração em processos de arbitragem.

Esses dados, Sr. Presidente, estão consignados, gravados, então acho que não pairam dúvidas sobre a temática estabelecida naquela sessão, onde isso foi objeto de votação e foi aprovado pelo grupo dos membros desta Comissão.

A minha colocação, então, é basicamente nesse sentido: primeiro, a Administração vai poder beneficiar-se desse ágil sistema de solução de conflitos, não de forma esporádica ou casual ou somente em entidades da Administração indireta, mas também a Administração direta, dentro de salvaguardas rígidas, existentes para a celebração de acordos, para transações e dentro do contexto previsto na lei para esses acordos.

Acho que isso vai dar uma reviravolta grande no sistema, vai possibilitar as administrados que tenham acesso a um mecanismo de solução de conflitos extremamente ágil e eficaz.

A minha questão coloca-se, antes, para ouvir a opinião dos membros da Mesa, que tão bem contribuem com essa Comissão de Arbitragem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Muito obrigado, meu amigo, Dr. Walton Alencar.

Só queria fazer, antes de passar a palavra sobre esse tema, um breve esclarecimento. Quando mencionei a representação do TCU, na pessoa do Ministro Walton,...

O SR. WALTON ALENCAR RODRIGUES (*Fora do microfone.*) – Foi entendido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Só quis dizer o seguinte: não existiria outra possibilidade de buscar qualquer outro quadro, porque é o quadro máximo – e aí expressando a minha opinião –, a pessoa do ex-Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar, que, como jurista conhecido de todos, brinda-nos com esse convívio maravilhoso, tanto que acaba de acrescentar a questão da Administração Pública, trazida pelo Dr. Walton e aprovada por toda a Comissão.

Então, está aberta a palavra.

Parece-me que o Dr. André também quer inserir algum questionamento acerca do tema Administração Pública, para os expositores.

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Obrigado, Sr. Presidente.

O Ministro Walton falou muito bem, com toda a sua autoridade, sobre o tema. E eu só queria, com base nas audiências públicas que nós tivemos desde segunda-feira, colocar uma questão sobre a qual várias instituições que aqui estiveram manifestaram uma preocupação, qual seja, um excesso de regulamentação pela lei e até a questão da regulamentação setorial.

O Prof. Luiz Olavo Baptista, que nos honrou com a sua presença aqui, no primeiro dia de audiências, dia 26/8, representando a Câmara de Arbitragem da Ciesp/Fiesp, trouxe-nos a sugestão de que a Lei de Arbitragem poderia conter uma autorização genérica, como a lei já o faz hoje, mas um pouco mais além, embora ele não tenha trazido uma sugestão de dispositivo, dizendo que até em direitos indisponíveis existe uma discussão sobre a expressão patrimonial desses direitos e que, aí, seria possível regulamentar.

Todavia, por outro lado, a grande maioria é a favor da inclusão de dispositivos específicos sobre consumidor, trabalho e, agora, sobre Administração Pública.

O que eu gostaria de colocar é que, quando se fala em Administração Pública – e o Marcelo falou muito bem que a autorização legislativa se dirige aos servidores que vão incluir esse dispositivo num contrato –, nós estamos discutindo aqui autorizações mínimas que a lei deve tratar para transmitir segurança jurídica. Então, aqui, na Administração Pública, o Ministro Walton falou da publicidade; há também o pagamento de indenizações. A sentença arbitral, o laudo arbitral, ao final da arbitragem, pode representar valores expressivos. A gente sabe que a constituição, no art. 100, estabelece o pagamento por precatórios.

Então, até onde a lei deve ir para que traga, nessa matéria, uma segurança para a sociedade?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Perfeito.

O Dr. Lauro havia me pedido a palavra para falar do tema Administração Pública. Assim, passo a palavra a ele, primeiramente, e peço aos demais, que tiverem interesse em falar sobre o tema, que me avisem.

Dr. Lauro com a palavra.

O SR. LAURO DA GAMA E SOUZA JÚNIOR – Obrigado, Sr. Presidente.

Sobre esse tema, em primeiro lugar, eu quero esclarecer que eu tiro o meu chapéu de CBAr e coloco um outro, o de Procurador do Estado do Rio de Janeiro, função na qual lido, portanto, com a coisa pública.

Parece-me, diante da pergunta que a Adriana coloca para todos nós, que a regulação da arbitragem envolvendo entes da Administração Pública deve seguir aquilo que o Ministro Walton Alencar tão bem resumiu, quer dizer, ser uma regulamentação singela, genérica, mas que faça alusão aos princípios regentes da Ad-

ministração Pública, entre eles a publicidade; enfim, aqueles inculpidos no art. 37.

Além disso, há uma questão constitucional de competência legislativa concorrente nessa matéria de licitações e contratos administrativos, de sorte que a Lei de Arbitragem, ainda que nesse ponto possa ser eventualmente interpretada como uma lei nacional sobre a contratação de instituições arbitrais ou de árbitros pela Administração Pública, ela não afastará a competência dos demais entes da Federação para regular especificamente licitações e contratos administrativos relacionados à arbitragem naquilo que disser respeito às suas respectivas realidades.

Então, essa é a posição que eu queria exprimir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Nós que agradecemos.

Passamos a palavra ao Dr. Marcelo Vilela.

O SR. MARCELO DIAS GONÇALVES VILELA

– Na verdade, eu vou ser muito breve, só porque as colocações do Ministro Walton Alencar e do Dr. André me lembraram da discussão que nós tivemos na Camarb, que fez com que nós enviássemos o ofício em resposta à solicitação da Comissão.

Um dos membros da Diretoria, depois de discutirmos e entendermos que a Lei de Arbitragem deve ser minimalista, no sentido de não especificar arbitragem em cada um dos ramos, e ao tratarmos da Administração Pública, ele falou: “Mas como vamos fazer isso?”

E, mais à frente, tratando da confidencialidade, de forma muito livre no nosso debate, ele disse: “Olha, a gente poderia colocar o seguinte dispositivo: é sigilosa a arbitragem, salvo se presente ou se for parte a Administração Pública. Resolveríamos a confidencialidade e resolveríamos a referência à Administração Pública”.

Acho muito difícil que, quanto à matéria submetida à arbitragem e Administração Pública, quanto às partes legítimas, tudo isso é muito difícil de ter em vista na lei, porque, como bem disse o Ministro, nós estamos falando muito mais de princípios, muito mais da construção feita pela Cortes de Contas e, sobretudo, pelas jurisprudências; portanto, difícil de colocar na lei. Talvez, ao tratar da confidencialidade, uma referência à Administração Pública seja suficiente para dar conforto ao administrador. E digo desde já que essa sugestão não é minha, mas de um diretor da Camarb, num comentário que fez no nosso debate.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Deixe-me fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Fique à vontade. Ninguém pediu a palavra.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – O meu *follow up question* disso, Marcelo, sabemos bem e estamos

acompanhando – a questão do sigilo. A International Association, num trabalho em que participei, fez um *paper* comparando todas as jurisdições sobre o sigilo. Mais da metade não trata, prefere não tratar, em que pese todos os regulamentos tratarem, talvez porque não seja simples tratar do sigilo.

Claro que é um tema para debatermos amanhã, porque há exceções ao sigilo. Então, não é simplesmente falar: a arbitragem é sigilosa. Aí haverá uma grita de todas as S.A.s, de capital aberto. Como é que eu faço com os fatos relevantes? Estou infringindo, não estou infringindo?

Três legislações que tratam do sigilo têm também todas as exceções, e a gente precisa pensar nas exceções quando você vai executar o laudo; se o juiz não dá o segredo de justiça; se você tiver que entrar numa anulatória... É um tema difícil.

Eu tenho, com os meus botões, tentado discutir. Eu tenho dúvidas; Eu sei que seria útil ter o sigilo na lei, mas como tratá-lo no limite eu tenho um pouco de preocupação, até porque se tem de prever as exceções.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Obrigado pela intervenção.

Com a palavra, o Dr. Cassio.

O SR. CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES – Sempre aproveitando o Ministro Walton, para que possa me corrigir, por favor.

Primeiro, evidentemente, o sigilo, mesmo na Administração Pública, não é um direito absoluto. Então eu acho que essa é uma questão.

Eu acho que há outro aspecto também a ser considerado em que a gente possa pensar algo em cima de acessos restritos.

Um terceiro aspecto – aí seria diferente de sigilo, e a gente poderia olhar caso a caso, quer dizer, você ter restrições de acesso. Eu acho que isso é comum.

O próprio regime diferenciado de contratação traz algumas situações em que excepciona esse direito à plena publicidade dos atos da Administração Pública, e me parece também, Ministro – aí o senhor me corrija, por favor – que, se a gente fizer uma leitura da própria Lei Orgânica do Tribunal de Contas, há dispositivo que deixa claro que a decisão do Tribunal de Contas só se tornaria pública, ou seja acessível não àquelas pessoas interessadas, no momento em que há uma decisão definitiva em que se torna uma publicidade. Quer dizer, estou só mostrando que há várias situações que a gente já consegue extrair e talvez permitam, sim, limitar o acesso às informações que decorrem da própria arbitragem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Temos ainda alguns outros temas, mas...

O SR. SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Em relação à Administração Pública...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Pois não, Dr^a Sílvia.

O SR. SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Há alguma resistência ou alguma dúvida em relação à arbitragem entre órgãos da Administração Pública? Vocês veem isso como um problema ou, da mesma forma, quando se trata de Administração Pública entre seus próprios entes ou entre entes públicos e privados, a gente trataria da mesma forma?

O SR. MARCELO DIAS GONÇALVES VILELA – Sílvia, aí eu faço só por uma notícia; parece-me que já existe uma câmara de arbitragem na Administração Pública Federal que vem dirimindo conflito entre entidades públicas. Isso é só por ouvir dizer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Mediação e arbitragem.

Tivemos ontem a exposição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – É. Tivemos.

Então, podemos passar para outros temas.

Parece-me que temos mediação, com que não lidamos; lista de árbitros, não lidamos; confidencialidade, está resolvido? *(Pausa.)*

Então, vamos para a lista de árbitros. Depois, passamos, para finalizar, para mediação, porque temos só 13 minutos para acabar.

O Dr. Octavio gostaria de falar sobre a lista de árbitros e está com a palavra.

O SR. OCTAVIO FRAGATA MARTINS DE BARROS – Obrigado, Sr. Presidente.

O tema da lista de árbitros é um tema a que o Ideia tem se dedicado muito a estudar.

Eu peço a palavra para abordar esse tema, porque, talvez, a impressão que tenha passado seja de uma decisão de unanimidade, de não criar qualquer limites à lista de árbitros, e talvez existam outras questões que devam ser ponderadas.

Primeiro, a função da lista de árbitros é uma maneira que a instituição tem de assegurar a qualidade, tanto do processo quanto da sentença, que sai com o selo da instituição. Cada instituição tem uma maneira de tentar assegurar essa qualidade. A CCI, por exemplo, assegura essa qualidade mínima com uma Corte que revê as sentenças que são proferidas por ela.

Aqui, no Brasil, não se adota a revisão da sentença, mas se espalhou no mercado essa questão da lista dos árbitros, que são pré-aprovados e que asse-

gurariam, em tese, essa qualidade do processo e da sentença.

As listas de árbitros, em nossa opinião, denotam dois grandes problemas da arbitragem. Primeiro, ela espelha uma das maiores críticas do instituto de arbitragem não só no Brasil como no mundo em geral, porque se trata de um nicho extremamente fechado de pessoas que são previamente escolhidas e se protegem entre si. O instituto de arbitragem, como os membros desta Comissão bem sabem, não é um nicho fechado, ela não se protege, e essa lista de árbitros, muitas vezes, passa essa impressão de que é um nicho fechado, de que há uma proteção, de que são pessoas previamente escolhidas que são protegidas.

Estou me lembrando de uma frase dita pelo Procurador-Geral da República chileno, que falou ontem que a realidade se percebe pela percepção, e, na medida em que o mercado tem essa percepção de que é um nicho fechado de pessoas que se protegem, começa a criar desconfiância para o próprio instituto.

O segundo é a questão que já mencionei antes que é a da autonomia privada das partes. Na medida em que se limita o árbitro que ela pode escolher, está-se atacando diretamente essa autonomia privada das partes. Aí, uns dirão: “Mas ele teve a opção de escolher uma instituição que prevê listas. Então, ele já sabia lá atrás, quando negociou o contrato, que ele estava escolhendo uma instituição de listas.” Só que, lá atrás, você não sabe o perfil da disputa que vai surgir. Você sabe o mercado em que ela está inserida. Então, se você sabe que vai ser uma disputa relacionada com energia elétrica, você sabe que há um mercado relacionado a óleo e gás, sabe que há um mercado relacionado ao Societário, mas o perfil do árbitro que você quer você só vai saber no decorrer do contrato e quando surgir o litígio.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – A própria lista pode mudar.

O SR. OCTAVIO FRAGATA MARTINS DE BARROS – E aí você limitar o árbitro que essa parte pode nomear atinge frontalmente a autonomia privada da vontade das partes e que é, como eu havia mencionado antes, um princípio geral que deve reger o instituto da arbitragem, que é a própria manifestação da autonomia privada das partes.

Acho que esses são dois aspectos que talvez o Instituto de Estudos Arbitrários gostaria que fossem ponderados. Talvez essa questão de listas seja uma questão muito mais importante do que a mera intervenção nas instituições arbitrais ou não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Agradeço, Dr. Octavio.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo, que pediu para falar sobre listas.

O SR. MARCELO DIAS GONÇALVES VILELA

– Falo como representante de centro de arbitragem. Acho que precisamos ter em vista a questão da lista aberta e da lista fechada, mas me parece preponderante que nós entendamos qual é a autonomia da vontade.

Ninguém tem questionado – não sei se esse debate tem povoado as discussões da Comissão – se a famosa regra de cada parte indica um coárbitro, obviamente sujeito à revelação e tudo, se isso altera ou não altera a autonomia da vontade.

É muito comum termos cláusulas compromissórias em que as partes avençam a fórmula de eleição do árbitro presidente. E me parece que, quando tratamos de listas de árbitros, nós estamos falando de modelos, de centros de arbitragem e de prestação de serviço. E me parece que as partes, ao elegerem um centro de arbitragem – por isso tenho defendido que o regulamento deveria ser o vigente no momento da celebração da cláusula e não no momento da instituição da arbitragem –, a lista é aquela vigente no momento da celebração da cláusula e não no momento do início da arbitragem, para que as partes possam ter manifestado a vontade de forma autônoma, de escolher aquela instituição, com aquela regra, com aquela lista. Obviamente tenho as minhas restrições em relação a uma lista fechada, mas, em relação à lista hoje, ela é apenas indutora. E gostaria muito que, daqui a 10 ou 15 anos, nós tivéssemos realmente a abolição das listas. Mas acho que elas são hoje fundamentais para o desenvolvimento da arbitragem, desde que elas sejam abertas e, sendo abertas, com previsão no regulamento, a eleição pelo regulamento é válida, na minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – A Adriana queria falar alguma coisa. Em seguida, o José Castro Neves.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu acho que é um tema polêmico. Foi quase unanimidade. Você reproduziu integralmente as palavras do Chico; imagino que vocês devem ter conversado antes...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH (*Fora do microfone.*) – Sobre esse assunto, por acaso, não. Eu até discordo dele.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Ele ainda falou: “Levanta essa bola!”

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Se você está querendo dizer que o Octavio é meu ventríloquo; ele não é.

O SR. OCTAVIO FRAGATA MARTINS DE BARROS – Não. É porque, Adriana, nós trabalhamos 10 anos juntos e muitas vezes...

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Claro. Porque eu fiz...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Com certeza a Adriana não fez também nenhuma outra forma do que aquela necessária contribuição, por isso estamos em audiência pública, para esse fim...

(Manifestações fora do microfone.)

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Chico, nós vamos ter oportunidade de brigar bastante amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Isso. Deixemos para amanhã.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Só um ponto. Esse tema está sendo muito debatido e eu gostaria de dizer que achei muito ponderadas algumas posições ao longo da semana...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Mas nós não saímos de tema ainda da lista. O José Roberto ...

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Praticamente há unanimidade, salvo o Idea, no sentido de que também há o olhar externo, que é um exercício de liberdade. Por exemplo, a AMCHAM não tem lista. Ela está aí, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Ela veio ontem.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Veio ontem. Quem quiser não ter lista, escolhe a AMCHAM.

Mas, além disso, o que eu acho que é muito pre-ocupante e que acho que foi dito um pouco pelo Lau-ro... E Fui Presidente do CBAr até o dia 12 de junho, mas não participei das discussões entre as diretoria da posição, até porque não tive o *(Ininteligível)* do Conselho. E também, ao olhar externo, é uma coisa muito negativa uma legislação destoar de todas legislações mundiais e haver uma restrição, sendo uma lei de absoluta liberdade. Não há nenhuma legislação no mundo séria que tenha uma restrição como essa. Nós seremos a jabuticaba.

Além do que existe um levantamento feito e um monte de câmaras que não são as câmaras brasileiras. Bom, talvez a BBM brasileira seja uma lista fechada – a única realmente fechada, que é uma lista de *commodities*. E que funciona muito bem, ninguém reclama. Mas há várias instituições internacionais com lista fechada e que funcionam muito bem.

Então, eu vejo com muita negatividade o Brasil destoar em uma lei de liberdade e acho que é um prejuízo que a gente não vai conseguir apagar. O mundo inteiro vai olhar para o Brasil e falar: “Nossa, o que esses caras... Que jabuticaba é essa?”

Eu acho que não é um tema de lei, se se está insatisfeito. O Chico é sócio do Vice-Presidente da Bo-

vespa. Se há algum ponto na Bovespa que não agrada, acho que tem todo o mercado aberto para discussão.

E as câmaras estão sempre evoluindo. Parece-me que é muito interessante isso. Como as câmaras também precisam da credibilidade do mercado, elas precisam atrair, que as pessoas coloquem as...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSNICH – Adriana, o fato de eu ser sócio do Vice-Presidente da Bovespa, cujo nome é o famoso advogado Paulo Cezar Castello Branco Chaves de Aragão, não me impede de mostrar que aquela lista fechada é prejudicial ao mercado, sim. Eu acho que o seu ponto... O Brasil vai sair na frente, porque a CCI não é assim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Nós faremos essa discussão amanhã.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Uma ponderação, só para terminar esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Por favor.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Realmente, na minha opinião, que eu deixo aqui, eu acho que não é um tema de legislação. O mercado sempre evolui, as câmaras evoluem, os advogados... Há temas gravíssimos que acontecem, como a própria atuação de advogados na arbitragem. Os sistemas estão evoluindo. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Obrigado.

José Roberto, com a palavra.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Primeiro, como eu não havia me manifestado ainda, bom dia a todos.

Eu também não havia conseguido vir aqui em nenhuma audiência pública, mas consegui hoje. É um prazer. Eu me arrependi enormemente. O Olavo falou que vinha, assim como o Marcelo, o Fragata... Eu falei: “Vou lá”. Realmente, foi um prazer assistir à audiência, conversar e ouvir a opinião de vocês.

Sobre esse tema especificamente, eu acho que o Fróes mencionou uma questão, que talvez não seja nem do conhecimento de algumas pessoas que não são cariocas. Aconteceu – foi uma fatalidade do destino – exatamente quando acabaram os juizes classistas e o seu trabalho, foi exatamente no momento em que a lei... Eu acabei de encontrar o Pertence, eu estava conversando com ele aqui fora e, por isso, demorei um pouco. O Pertence, na Lei da Arbitragem, foi um cara que teve uma experiência interessantíssima, ele acabou atrasando – eu estava brincando exatamente com o Zé Paulo sobre esse tema. Foi um momento em que acabaram os classistas, e eles, então, se uniram para fazer os desgraçados tribunais de arbitragem, que era uma lista fechadíssima naquele momento. Então, havia

o de Niterói, havia o de lá, havia uma carteira bonita. E, para o Rio de Janeiro...

O SR. CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FRÓES – Carro oficial, com chapa.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Carro oficial, com chapa. Então, eram listas fechadas, e, para nós, que fomos vítimas dessa situação – talvez um trauma, Adriana, e aí eu tenho de me cuidar no terapeuta, evidentemente –, digo o seguinte: foi muito ruim para a arbitragem no Rio, tanto que a Camarb saiu na frente, São Paulo saiu na frente, e o Rio, talvez por essa situação histórica, desgraçadamente, ficou atrasado, com medo dessas câmaras fechadas, que eram exatamente as pessoas que tinham acabado de sair, que foram ejetadas da Justiça do Trabalho e que fizeram aquilo. Então, é uma experiência muito ruim a câmara fechada.

Evidentemente, temos a sorte – o Lauro falou bem, o Lauro falou bem – de ter hoje câmaras maravilhosas no Brasil, que fazem um trabalho extraordinário, que são diretamente responsáveis pelo sucesso da arbitragem no Brasil. Talvez neste momento inicial, tenha sido realmente importante estabelecer padrões. O que estou dizendo agora, com a minha experiência de advocacia, é a desgraça de que, muitas vezes, sou obrigado a indicar uma pessoa de uma determinada câmara contra a vontade do meu cliente, que eu convenci, lá atrás, que era bom fazer arbitragem, exatamente porque ele poderia escolher quem ia julgá-lo. Então, isso é um problema.

O grande dilema – eu acho que o Lauro foi muito feliz – é exatamente não manietar a autonomia das câmaras. E acho que esse é o cuidado que temos de ter.

Tenho a maior admiração pela Adriana, acho que ela tem um conhecimento incrível de arbitragem, ela trabalha há muito tempo com isso, sou fã dela nesse ponto, mas vejo que ela defende com muita veemência os argumentos (*Ininteligível*). É que estamos acostumados com tribunal e não ficamos tão emocionados; “Vai acabar”. “Jabuticaba”.

Na verdade, a minha experiência, Adriana, é o contrário: é ter de explicar para gringo, com muita frequência, a maluquice no Brasil. Com muita frequência, é assim: “Não, aqui, eu sou obrigado...” E dizem: “Mas não é assim lá fora. Que loucura! É assim aqui?! Então, já há a jabuticaba hoje, na minha experiência.

O que a gente quer fazer...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSNICH – Uma jabuticaba rosa, inclusive.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – O que queremos fazer – e aí todos nós aqui irmanados em benefício de uma arbitragem mais forte – é o melhor sistema, o sistema que seja mais produtivo para o

Brasil, com este cuidado, que o Lauro falou com muita, muita propriedade, de não manietar as instituições que são sérias, que são boas, que são bem-intencionadas, que ajudam, e também, ao mesmo tempo, garantir a liberdade das partes. Esse é o grande vetor.

Se você vai para a arbitragem porque – esta é a grande virada – você poder escolher quem é que vai te julgar, esse é o grande chamariz, a percepção de que o Lauro falou agora. Este é o grande valor: “Olha, eu quero poder...”, mas, quando chegar lá, dizem: “Você não vai poder escolher”. Então, vão dizer: “Então, espera aí. Então, você me enganou, não é, advogado? Você me disse uma coisa que não é verdade. Não é verdade o que você me disse. Você me enganou”. Aí, digo: “Não é que eu te enganei”.

Eu, aqui entre nós, na nossa experiência de advogados de renome, quantas vezes, na hora de fazer o contrato, o cliente te pergunta: “Arbitragem, ótimo. Eu quero saber a lista dos hábitos que compõem”? Nunca. Eu já fiz, não sei, uns 300 contratos, e nunca ninguém me perguntou isso. O que você diz? “Olha, CCBC, Camarb, Ciesp, CBMA, todos os órgãos maravilhosos, com gente muito competente, pessoas altamente qualificadas”. O que vai acontecer? Cinco, seis anos depois, quando chegar a lista: GV, por exemplo, no Rio, que é lista fechada, que é uma desgraça; Bovespa, que vai ser um problemão – é uma bomba do tamanho do mundo. Isso vai dar, realmente, pano para manga, vai haver muita briga judicial. Isso vai ser o descrédito.

Mas eu só queria fazer esse comentário e aproveitar a ocasião para dizer também o seguinte: eu fico muito contente, porque todos os temas que essa plêiade de colegas juristas que vieram aqui falar, todos eles estão sendo considerados pela gente. Eu fico muito contente porque tudo isso que vocês falaram a gente tem discutido no detalhe, e há uma harmonia incrível do nosso lado em relação ao que vocês ponderaram.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Rossi Nobre) – Eu que agradeço. Pelo adiantado da hora, nós temos que encerrar.

Eu, por conta do Regimento, tenho de fazer tal menção.

Assim, não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando os membros da comissão para a próxima reunião de trabalho, a realizar-se no dia 30 de agosto, amanhã, na sala 2 desta mesma Casa, Senado Federal da República.

Até logo. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.*)

Ministro **Luis Felipe Salomão**, Presidente.

Comissão Especial Externa criada com a finalidade Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

ATA DA 11ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião, realizada em 30 de agosto de 2013, às nove horas e vinte e sete minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, que ocorreu sob a Presidência do **Ministro Luís Felipe Salomão** e com a presença dos Senhores Juristas: **André Chateaubriand Pereira Diniz Martins, Marcelo Rossi Nobre, Adriana Braghetta, José Roberto de Castro Neves, Sílvia Rodrigues Pereira Pachikoski, Francisco Antunes Maciel Müssnich, Walton Alencar Rodrigues, Roberta Maria Rangel, Caio Cesar Rocha, Carlos Alberto Carmona, Pedro Paulo Guerra Medeiros, Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira, José Antônio Fichtner e Eleonora Coelho.** Deixaram de comparecer, justificadamente, **Adacir Reis, Marco Maciel, Eduardo Arruda Alvim, Tatiana Lacerda Prazeres, José Rogério Cruz e Tucci, Francisco Maia Neto e Ellen Gracie Northfleet.** Compareceram, na qualidade de observadores convidados, **Lalisa Froeder Dittrich**, pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, **Mariella Ferraz de Arruda P. Nogueira**, pelo Conselho Nacional de Justiça, e **Ana Calvino Weber.** Na oportunidade foi aprovada a ata da 6ª Reunião. Em sequência, a reunião tornou-se fechada e a Comissão deliberou sobre questões relacionadas a Conflitos Societários. Reaberta a reunião, esta foi encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Luís Felipe Salomão) – Regimentalmente, eu declaro aberta a 11ª reunião da Comissão destinada à elaboração de anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, criada pelo Requerimento nº 702, de 2012, e aditada pelo Requerimento nº 854, de 2012, ambos de autoria do Senador Renan Calheiros.

Sejam todos bem vindos e tenhamos todos um bom dia de trabalho.

Eu, em primeiro lugar, consulto se há alguma oposição à Ata da 6ª reunião, que está aqui para consulta dos colegas, além do que temos tudo gravado. Embora a Comissão tenha optado por deliberar reservadamente, a parte que é permitida, a Ata está aqui devidamente para consulta.

Alguma oposição a que aprovemos?

Então eu a dou por aprovada.

Colegas, hoje vamos ter um dia de trabalho intenso. Eu queria, em primeiro lugar, dar algumas notícias, alguns avisos. Nós tivemos uma produtiva semana de audiências públicas.

Aqueles que puderam acompanhar aqui são testemunhas da qualidade das exposições. Eu realmente

fiquei muito surpreso, positivamente impactado com a qualidade das exposições, e aqueles que não puderam, tenho certeza de que acompanharam – muitos – via Internet, que também foi uma sacada, uma ideia muito interessante.

Em relação ao custo, eu pedi ao Guilherme e ao Leandro, que providenciaram. Nosso custo médio por convidado foi de R\$877,00. Tivemos despesas apenas com 8 passagens, 4 hospedagens, o restante foi por conta própria. *(Pausa.)*

O Secretário da Comissão está me informando que esse custo médio é só dos convidados que pediram passagem. A grande maioria não pediu, veio por si própria. Então é só para se ter uma ideia de que o resultado, o custo benefício é bastante razoável.

Também a Sílvia e a Adriana fizeram um resumo das audiências públicas. Generosamente nos encaminharam. Muito bom o resumo.

E antes de fazermos um apanhado do que já votamos e do que ainda há por votar precisamos definir alguns pontos.

Ainda dentro do campo dos avisos.

O primeiro deles é que fui alertado pelo nosso... Ainda está aberta a reunião, ainda não vamos para deliberação. Fui alertado pelo Dr. Hage, que aqui nos acompanha mais uma vez, no nosso trabalho, de que havia uma notícia na Comissão de Constituição e Justiça de que caminhara projeto do Senador Ricardo Ferraço, inclusive com uma afetação do Presidente da Comissão para que ele fosse o relator na CCJ. Eu o procurei, o Senador Vital do Rêgo, falei com ele, que me explicou que, justamente, avocou para poder ter o controle da situação. Em alguma medida, essa pressão do Senador Ferraço é até bom para nós porque, se conseguirmos disparar o projeto no final de setembro, eu tenho a impressão de que vai ter a tramitação porque o indicativo que tenho, tanto do Presidente do Senado quanto do próprio Senador Vital, é de que nosso projeto vai ser o carro-forte e o restante vai ser anexado para consideração. Claro, o Parlamentar tem a iniciativa do projeto, mas o nosso projeto será, vamos dizer, o principal na avaliação da CCJ. Então, só para dar notícia aos colegas de que prossigo nessa interlocução que vai, necessariamente, permanecer o término dos nossos trabalhos.

Em relação à Comissão do Ministério da Justiça, eu não tive mais nenhum retorno de como andam os trabalhos por lá. Quem me municia um pouco é o Francisco dizendo que se encontra em dificuldades o projeto para caminhar. Eu não sei se a Mariella tem acompanhado as reuniões lá. *(Pausa.)*

Não? *(Pausa.)*

Só as notícias.

Eu realmente estou em compasso de espera, aguardando um novo contato deles. Hoje também não mandaram nem o observador, que normalmente vem. Então, estamos em compasso de espera.

Temos as duas últimas reuniões marcadas. Se não houver prorrogação, estão marcadas, como todos nós sabemos, para 26 e 27 de setembro. A minha proposta de trabalho é que, se nós conseguirmos votar hoje os pontos remanescentes na parte de arbitragem, que são poucos, mas são substanciais, um deles é a questão societária, se conseguirmos terminar a votação, nas duas últimas reuniões, faríamos a consolidação dos textos e, a partir dessa consolidação, e aí vem a segunda proposta, se nós conseguirmos cumprir esse calendário... Fui informado, pelo Guilherme e pelo Leandro, de que podemos encaminhar o projeto mesmo após terminado o prazo. O que não podemos fazer mais são reuniões, mas podemos encaminhar posteriormente o projeto. Então, a ideia, se nós conseguirmos, tudo também é uma questão de tentar... Se chegar a reunião, a 13ª, que é dia 27, e não tivermos com tudo pronto, paciência, prorrogamos, mas, a ideia é tentar concluir esse trabalho. Então, esses dois últimos dias seriam de consolidação e votação dos textos.

O que eu proponho depois de ver as audiências públicas e depois de ver o andamento do nosso trabalho? Nós vamos precisar definir, finalmente, se vamos apresentar dois projetos, um para a mediação, outro para a arbitragem, e também se esse projeto, em relação à arbitragem, será uma nova lei ou se será uma emenda à atual. Como isso tudo, essa decisão, terá um conteúdo técnico, como essa decisão dependerá do conjunto das nossas mudanças, eu creio que isso possa ser definido no final, quando nós já tivermos a visão completa do que vai ser alterado, do que vai precisar alterar, e aí o Dr. Hage vai ter uma participação muito interessante, porque ele vai nos dizer, do ponto de vista técnico, o que é melhor para a tramitação do projeto: se são dois, se é um só, se emenda, se não emenda. Então, acho que essa deliberação, se fosse antes, seria muito prematura. Ainda agora, ela será prematura porque não temos o conjunto todo das nossas visões.

Estão de acordo sobre esse tema? Querem falar alguma coisa? Ou podemos prosseguir dessa forma, deixando essa deliberação para o final, nas duas últimas reuniões?

O SR. MARCELO NOBRE – Eu estou de acordo também, só queria fazer uma pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pois não.

O SR. MARCELO NOBRE – A gente tem essa reunião hoje e as próximas são nos dias 26 e 27? Nós não teremos antes, nenhuma?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu queria ver, Marcelo, se a gente conseguia vencer esses pontos. Se a gente conseguir vencer esses pontos hoje, não há necessidade, porque vamos discutir só texto, e texto é fácil, porque a gente vai trocando pelo *e-mail*. Vamos precisar deliberar esses pontos – um projeto só, ou dois –, dos quais também temos a parte técnica a ser considerada na deliberação que fazemos aqui. Então, dois dias de esforço conjunto de trabalho me parecem suficientes, se for só texto.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHICOSKI – Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então...

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHICOSKI – Ministro, algumas entidades, nas audiências públicas, mencionaram a intenção de poder se manifestar ou interagir com a Comissão diante do texto formado. Vamos apreciar isso? Deixamos para que isso aconteça dentro do processo legislativo, depois dos comentários das entidades? O que o senhor imagina?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu vou colocar o tema em discussão. Também vou colocar que, diante das audiências públicas, depois de concluídas as nossas votações quanto aos pontos remanescentes, se nas duas próximas reuniões destacaríamos um ou outro ponto para revisitarmos, ainda que seja para ratificar a votação, para termos certeza de que é preciso ter convicção naquilo que deliberamos. Por exemplo, quando formos votar o texto, há uma sugestão do Ministro Walton em relação à arbitragem na Administração Pública, e me parece que fica mesmo capenga sem aquele complemento. Ele até apresentou a sugestão.

Ministro Walton, por favor.

O SR. WALTON ALENCAR RODRIGUES – A matéria já foi discutida com os membros da Comissão de Redação, e o tema já foi resolvido, ou seja, vai ficar exatamente nos mesmos termos que foram aprovados por esta Comissão, com a supressão da menção à lei. Não é, Caio?

O SR. CAIO CESAR ROCHA – Na verdade, Presidente, quando nos reunimos sobre isso, na semana passada, nós percebemos que a menção à lei poderia restringir, poderia dar a interpretação de que somente as entidades de administração pública federal poderiam fazer uso da arbitragem, porque a lei trata de pessoas de direito público da União. Então, a ideia foi excluir isso e deliberar aqui na Comissão qual seria a solução. Eu acho que, quando a gente coloca na redação, às

vezes pode surgir alguma dúvida que não foi debatida aqui e que posteriormente a gente pode trazer, como é o caso daquela proposta do Prof. Tucci, de discutir a supressão ou não do art. 25.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – É que o conteúdo da lei podia dar a entender ao intérprete que só as estruturas federais poderiam aderir à arbitragem, e a intenção da equipe aqui é montar uma proposta de lei nacional e não simplesmente federal.

O SR. WALTON ALENCAR RODRIGUES – Sr. Presidente, o sucesso ou fracasso de um dispositivo legal deriva predominantemente dos méritos que ele ostenta para a finalidade a que ele visa. Então, no caso concreto, o que nós desejamos é que a Administração Pública possa utilizar-se do mecanismo da arbitragem sem perder de mira as cautelas que são necessárias para evitar que haja transtornos na utilização dos dispositivos, sobretudo transtornos de ordem ética, que, na Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, ocorrem com alguma frequência, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Está bem. Então, eu acho que está bem razoável assim. Tentamos avançar, hoje, nos pontos faltantes e deixamos os dois últimos dias para deliberar sobre o texto. Se assim conseguirmos, bem. Se não conseguirmos, prorrogamos. Alguma oposição? (*Pausa.*)

Nessas duas últimas duas reuniões, deliberaremos sobre o formato, ouvindo o consultor, Dr. Hage. Está bem assim? (*Pausa.*)

Ótimo. O Pedro Paulo chegou e vai dar uma notícia. Ele participa daquela Comissão do Ministério da

Justiça. Eu estava dizendo, Pedro Paulo, que, desde a última visita do Secretário, não tive mais nenhum retorno. Como é que a coisa caminha lá?

O SR. PEDRO PAULO GUERRA MEDEIROS – Sr. Presidente, me permita. Por certo, há algum mal-entendido. Eu, daquela comissão, não participo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ah, não?

O SR. PEDRO PAULO GUERRA MEDEIROS – Não, não participo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É só o Francisco?

O SR. PEDRO PAULO GUERRA MEDEIROS – É, só o Francisco Müssnich. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu achei que você estava lá.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA MEDEIROS – Talvez nós coincidamos lá pelo Conselho Federal, mas, lá na Comissão do Ministério da Justiça, eu não participo, Excelência. Minha honra está em participar desta ilustre Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Boa. Sílvia, peço que venha aqui, por favor, para fazer um resumo das deliberações anteriores, para que possamos avançar.

Então, vou tornar secreta a nossa... secreta não é um termo bom. Vou tornar reservada a nossa reunião.

(Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é tornada secreta às horas e é reaberta às 9 horas e 44 minutos.)

Ministro **Luis Felipe Salomão**, Presidente.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 198 páginas

(OS: 15852/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

